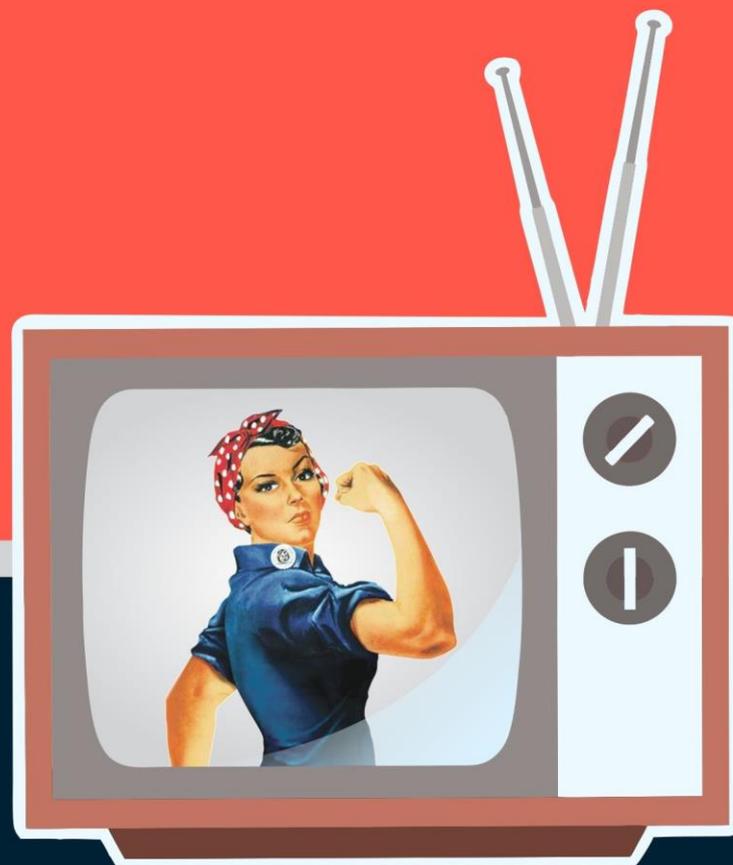


O R G A N I Z A D O R E S

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

MÁRCIA TAVARES CHICO

MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA



# IMAGENS, TRAJETÓRIAS E PODER

PESQUISA, ESCRITA E ENSINO DE HISTÓRIA

O R G A N I Z A D O R E S

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

MÁRCIA TAVARES CHICO

MILENA ROSA ARAÚJO OGAWA



# IMAGENS, TRAJETÓRIAS E PODER

PESQUISA, ESCRITA E ENSINO DE HISTÓRIA



EDITORA  
METHODUS

PORTO ALEGRE  
2021

Copyright © 2021 dos organizadores.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

#### Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

**Você é livre para:**

**Compartilhar** - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

**Atribuição** - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

**Não Comercial** - Você não pode usar o material para fins comerciais.

**Não-derivadas** - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

**Sem restrições adicionais** - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

**Capa:**

Casaletras (a partir de imagens de rawpixel.com em Freepik.com).

**Diagramação:**

Milena Rosa Araújo Ogawa

**Supervisão editorial:**

Aristeu Elisandro Machado Lopes e Milena Rosa Araújo Ogawa

**Editor:**

Marcelo França de Oliveira

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPEL)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Im13      Imagens, trajetórias e poder: pesquisa, escrita e ensino de História / Marcelo França de Oliveira, Márcia Tavares Chico, Milena Rosa Araújo Ogawa (Orgs).  
[ recurso eletrônico ] Porto Alegre: Editora Methodus, 2021.

620 p.  
ISBN: 978-65-993634-1-2  
Bibliografia.

1. História - 2. Historiografia - 3. Relatos e experiências docentes - I. Oliveira, Marcelo França de - II. Chico, Márcia Tavares - III. Ogawa, Milena Rosa Araújo - IV. Título

CDU:981

CDD:981

---



**EDITORA METHODUS**

*Um selo da Editora Casaletras*

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	8
Daniele Gallindo G. Silva e Aristeu Elisandro Machado Lopes	
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	10
Marcelo França, Márcia Tavares Chico e Milena Rosa Araújo Ogawa	
<b>REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO DIABO: UMA MILENAR TRAJETÓRIA ENTRE O PODER DO MEDO E A DIVERSÃO</b> .....	12
Edison Cru xen	
<b>LIBERDADE DE ENSINAR E LIBERDADE DE APRENDER: GARANTIAS A UM ENSINO DE HISTÓRIA EM SINTONIA COM A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA</b> .....	35
Fernando Seffner	
<b>CULTURA VISUAL E MUDIÁTICA</b> .....	49
Maria Clara Lysakowski Hallal e Márcia Tavares Chico	
<b>GÊNERO E SEXUALIDADE NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS – O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE E DISCENTE</b> .....	50
Artur Rodrigo Itaquí Lopes Filho e Adriana Silva da Silva	
<b>O TEMPO DAS ÁGUAS E A ESCRITA DOS VENTOS: UMA INTRODUÇÃO À OBRA CÉLEBRE “O CORAÇÃO DAS TREVAS” DE JOSEPH CONRAD</b> .....	66
Giovana Meireles da Rosa Carlos e Cláudia Regina Ziliotto Bomfá	
<b>TV INSERVÍVEL: MÍDIA E CULTURA DE MASSA NAS ARTES VISUAIS</b> .....	81
Joana Schneider e Helene Gomes Sacco	
<b>O RETRATO DE MACHADO DE ASSIS E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO</b> .....	102
Leonardo Tajés Ferreira	
<b>ENCONTROS FOTOGRÁFICOS DE HILDEGARD ROSENTHAL E AS TRABALHADORAS DA URBE DE SÃO PAULO (1940)</b> .....	121
Maria Clara Lysakowski Hallal	
<b>AO SOAR DA MEIA-NOITE: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO A PARTIR DA PERSONAGEM CINDERELA EM AS MAIS BELAS FÁBULAS</b> .....	133
Márcia Tavares Chico	
<b>TRANSFORMANDO CULTURA POP EM MATERIAL CIENTÍFICO: A BRUXINHA SABRINA SPELLMAN EM UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA</b> .....	146
Sara Schneider de Bittencourt	
<b>ENSINO DE HISTÓRIA: AS RELAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E A ESCOLA</b> ....	161
Amanda Nunes Moreira e Patrícia Duarte Pinto	
<b>EDUCAÇÃO HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: NOVAS POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	162
Amanda Nunes Moreira	

IMAGENS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.....	175
Patrícia Duarte Pinto	
<b>ESCRAVIDÃO E LIBERDADE.....</b>	<b>190</b>
Alisson Balhego, Natália Pinto e José Ricardo Marques Resende Júnior	
“O CASO DE ANDRÉ E LINO” AS CRIANÇAS NEGRAS E A CRIMINALIDADE (PELOTAS-RS, 1854).....	191
José Ricardo Marques Resende Júnior	
<b>GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES – RESISTÊNCIA, TRAJETÓRIAS E SABERES.....</b>	<b>209</b>
Sinara Veiga, Arantxa Sanches Silva da Silva, Sara Schneider de Bittencourt e Renata Barbosa Porcellis da Silva	
JESSICA JONES, UMA SUPER-HEROÍNA?: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA SÉRIE EM QUADRINHOS ALIAS (2001 – 2003).....	210
Arantxa Sanches Silva da Silva	
FEMINICÍDIOS: UM ESTUDO SOBRE MORTES DE MULHERES OCORRIDAS EM PELOTAS-RS (2014-2019).....	228
Elisiane Medeiros Chaves	
MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES DURANTE A DITADURA CIVIL- MILITAR: AS DIFICULDADES DO TRABALHO COM MEMÓRIAS.....	245
Sinara Veiga Faustino	
<b>MUNDOS DO TRABALHO.....</b>	<b>260</b>
Elvis Silveira Simões, Caroline Cardoso da Silva, Luana Ledermann e Thiago Cedrez da Silva	
O ESTADO BRASILEIRO FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO: DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LEGITIMAÇÃO.....	261
Mariuza Toledo Pinheiro	
<b>ENTRE ORIENTES” E “OCIDENTES” DA HISTÓRIA ANTIGA.....</b>	<b>277</b>
Milena Rosa Araújo Ogawa e João Gomes Braatz	
REFLEXÕES SOBRE OS PAPÉIS DE GÊNERO NA ICONOGRAFIA DA CERÂMICA GREGA NO PERÍODO GEOMÉTRICO.....	278
Camila Diogo de Souza e Ariane Regina Bueno da Cunha	
MEDEIA - RELAÇÕES DE PARENTESCO: REALIZAÇÃO DO GÊNERO.....	296
Darcylene Pereira Domingues	
IDENTIDADES POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS NO ESPAÇO GALO- ITÁLICO DO SÉCULO V EC A PARTIR EPÍSTOLA 1.7 DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: O JULGAMENTO DE ARVANDO.....	310
Gabriel Freitas Reis	

A VIOLÊNCIA CONTRA BRUXAS NA LITERATURA LATINA A PARTIR DE UMA ANÁLISE COMPARADA.....	329
Gabriel Paredes Teixeira	
O MITO DE PIRRO – CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE A TRAGÉDIA E A ICONOGRAFIA VASCULAR ÁTICA (FINAL DO SÉC. VI – INÍCIO DO SÉC. IV A.C.).....	347
Luís Giovani Adamoli Castro e Fábio Vergara Cerqueira	
“SUBJUGARAM MAIS POVOS QUE ALEXANDRE, ESPECIALMENTE MENANDRO”: A CONSTRUÇÃO GUERREIRA DO REI MENANDRO I (160-130 AEC).....	357
João Gomes Braatz	
NÃO NOS ESQUEÇAMOS: SOMOS APENAS MULHERES.....	371
Jussemar Weiss Gonçalves	
PENSAR A TRAGÉDIA GREGA COMO ARTE POLÍTICA E ESPAÇO FORMATIVO...386	
Matheus Barros Silva	
A ORATÓRIA NO SISTEMA DE ENSINO ROMANO.....	399
Milena Rosa Araújo Ogawa	
MITO, GÊNERO E TRANSCULTURALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DA HEROÍNA ATALANTA NA HÍDRIA CAERETANA COPENHAGEN 13567.....	411
Thirzá Amaral Berquó	
<b>IDADE MÉDIA(S) E MEDIEVALISMO(S)</b> .....	426
Mauricio da Cunha Albuquerque, Lucas Marques Vilhena Motta e Léo Araújo Lacerda	
“SABIENDO LAS MANERAS DE VENÇER”: ASPECTOS DA “IGLESIA MILITANT” NO SETENÁRIO DE ALFONSO X.....	427
Léo Araújo Lacerda	
<b>POLÍTICAS, ESTADOS E PODERES</b> .....	441
Marcelo França de Oliveira, Dário Milech Neto e Francisca Jesus	
JUVÊNIO PEREIRA: UM BANDIDO SANTIFICADO (1852 – 1886).....	442
Dário Milech Neto	
O PODER E A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ VECCHIO.....	457
Leonardo Silva Amaral	
A IMPRENSA DO SÉCULO XIX COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA.....	472
Marcelo França de Oliveira	
O ITAMARATY E A CRIAÇÃO DA DIPLOMACIA FEDERATIVA NA DÉCADA DE 1990...493	
Nairana Karkow Bones	

<b>IDENTIDADES, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS</b> .....	507
Daniel Barbier Leal e Juan Neitzke	
<b>MEMÓRIAS SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO PROFESSOR PAROQUIAL</b> .....	508
Elias Kruger Albrecht	
<b>“EU DIGO GUERRA PATRIÓTICA”: MEMÓRIA “POR TABELA” (OU UMA GEOPOLÍTICA DA MEMÓRIA SOVIÉTICA)</b> .....	522
Lúcio Geller Junior	
<b>A SERRA DA BARRIGA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL</b> .....	542
Rayanne Matias Villarinho	
<b>A PRESERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS PADRÃO VFRGS ANOS 30-40</b> .....	557
Renan Rosso Bicca e Ana Lúcia Costa de Oliveira	
<b>TEORIA E HISTORIOGRAFIA: UM DEBATE QUE SEGUE</b> .....	572
Matheus Barros da Silva	
<b>A PESQUISA HISTÓRICA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO</b> .....	573
Franciele Fraga Pereira e Aline Montagna Da Silveira	
<b>DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL: ESTADO, PODER E RESISTÊNCIA</b> .....	591
Camila de Almeida Silva, Cleverton Luis Freitas de Oliveira e Darlan Rodrigues	
<b>ANGELINA GONÇALVES: A TECELÃ AINDA LEMBRADA EM RIO GRANDE</b> .....	592
Lênin Pereira Landgraf	
<b>MICRO-HISTÓRIA: ENTRE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS</b> .....	606
Gabriel Carvalho Kunrath, Iago Cruz e Nádia Coelho Kendzerski	
<b>LEMBRA QUE O DIÁRIO ERA ALIMENTO COTIDIANO? QUE IMPORTA A MÁ FAMA DEPOIS QUE ESTAMOS MORTOS? VIDA, MORTE, LITERATURA E ARQUIVOS EM ANA CRISTINA CESAR E SYLVIA PLATH</b> .....	607
Letícia Portella Milan	

## Prefácio

### 10 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPEL

Dra. Daniele Gallindo G. Silva<sup>1</sup>

Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes<sup>2</sup>

Em tempos de cortes constantes às pesquisas na Área de Humanas, poder comemorar 10 anos de contribuições em forma de pesquisas e projetos à comunidade interna e externa ao meio universitário é sem dúvida um ato de (re)existência. A trajetória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, enquanto espaço de divulgação e produção de conhecimento, precisa, portanto, ser celebrada.

Em 2010, tiveram início as atividades do PPGH como resultado do empenho e dedicação do grupo de professores vinculados ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. No ano de 2019 iniciaram as atividades do curso de doutorado em História.

O PPGH tem como área de concentração Fronteiras e Identidades, dois conceitos sobre os quais estão balizadas as pesquisas de seu corpo docente e discente, conforme sua ementa:

A noção de Fronteira não é considerada apenas como o espaço geográfico, ou seja, uma demarcação que divide um território do outro ou a divisão – a linha demarcatória – traçada nos mapas. É compreendida também em suas implicações culturais, sociais e políticas. [...] Se o Programa possui uma relação clara e imediata com as fronteiras, inclusive na abrangência em que o conceito pode ser compreendido, igual identificação ocorre com a outra temática que define, em conjunto com as Fronteiras, a sua área de concentração: Identidades. A discussão acerca do conceito de identidade, associado ao de fronteiras, é extremamente importante, uma vez que, além de ser útil para a discussão do presente das regiões envolvidas, também é válido para o seu passado. Embora marcado por guerras e dissensões, o entorno local também se alicerçou em cima da convivência e interpenetração de pessoas, ideias e costumes estabelecidos historicamente.<sup>3</sup>

Suas três linhas de pesquisas, Estado: entre poder, tensões e autoritarismo, Imagens: entre iconografia, cultura visual e intermedialidade e Trajetórias: entre identidades, memória e conflito social, incorporadas no título da coletânea aqui apresentada, agrupam a diversidade dos estudos desenvolvidos pelos seus membros. Trabalhos que envolvem questões relacionadas às relações de poder, de gênero e

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História. Professora de História Medieval, Professora de Língua e Literaturas de Língua Alemã da Universidade Federal de Pelotas – danigallindo@yahoo.de

<sup>2</sup> Coordenador Adjunto do Programa de Pós-graduação em História. Professor de História Contemporânea, Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias (LIPEEM) da Universidade Federal de Pelotas – aristeuufpel@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Informações retiradas da Plataforma Sucupira.



intermediárias, aos mundos do trabalho, à memória, à biografia, dentre outras temáticas que se encontram representadas na organização dos Simpósios Temáticos do IV Encontro Discente.

Em 2012 as primeiras dissertações, dos ingressantes da primeira turma, foram defendidas e, desde então, o Programa já formou mais de 100 mestres e mestradas em história. Em 2020, o PPGH celebra seus 10 anos com a seleção de sua 13ª turma de mestrado (nos anos de 2010 e 2015 ingressaram discentes em duas turmas) e com a seleção dos doutorandos de sua segunda turma.

Em 2017 o corpo docente, além dos professores e professoras do Departamento de História, agregou membros de outras unidades da UFPel (Letras, Relações Internacionais e Turismo), além de uma professora do Centro de Artes, que integra o PPGH desde o início das atividades. No início de 2019, o grupo, agora mais consolidado, solidificou sua trajetória com a implementação do curso de Doutorado, aprovado pela CAPES. A sua primeira turma e as turmas de Mestrado (2018 e 2019) organizaram o IV Encontro Discente, do qual resulta essa publicação. São textos que demonstram através das discussões propostas o quanto as pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGH estão vinculadas a uma perspectiva interdisciplinar, através da qual o termo fronteira adquire uma outra perspectiva, a de uma zona de fronteira epistemológica.

A qualificação e atualização dos debates empreendidos dentro das Linhas de Pesquisas do PPGH têm sido uma busca constante do grupo. Nesse sentido, eventos organizados dentro do Programa como o EIFI – Encontro Internacional Fronteiras e Identidades – realizado bianualmente a partir de 2012, e o Encontro Discente, já na sua 4ª edição, são importantes para esse fortalecimento. Além de possibilitar aos nossos docentes e discentes apresentar e debater suas pesquisas em andamento, os encontros permitem trocas de experiências e diálogos com a participação de colegas de outras universidades, incluindo estrangeiros. Sendo que na edição do IV encontro discente, participaram cerca de 80 comunicadores da UFPel e de outras universidades. Outro importante objetivo dos encontros promovidos pelo Programa é a possibilidade que a comunidade tem de acessar às produções resultantes do cotidiano de pesquisa do programa, permitindo ampliar a visibilidade daquilo que é feito dentro da academia.

A Coordenação do PPGH (gestão 2019-2021), assim como seu corpo docente, tem como uma de suas metas o incentivo e a colaboração com a realização das próximas edições do encontro discente. Esperamos que o ofício do historiador e da historiadora, na docência e na pesquisa, como críticos do passado, os quais, no presente, apontam caminhos para evitar no futuro os erros do passado, seja em sua devida importância reconhecido e apreciado.

Os coordenadores parabensam os mestrandos, as mestradas, os doutorandos e as doutorandas que organizaram o IV Encontro Discente e desejam uma boa leitura dos textos que integram esta coletânea.

## Apresentação

O livro que ora apresentamos é fruto de uma coletânea de artigos de pesquisadoras e pesquisadores que estudam imagens, trajetórias e poder na História.

Grande parte dos trabalhos aqui publicados são oriundos das contribuições dos participantes do *IV Encontro Discente*, realizado entre 04 a 06 de dezembro de 2019 e cujo tema foi, justamente, “*Imagens, Trajetórias e Poder*”. A atividade integra o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e é realizada a cada dois anos, sendo coordenada pelas/os discentes do Programa.

O PPGH-UFPel, cuja área de concentração é “*Fronteiras e Identidades*”, foi recomendado ao reconhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2009 (Mestrado Acadêmico) e, no ano de 2018, o Doutorado, foi implantado. O Programa segue uma estrutura de três linhas de pesquisa: “*Estado: entre poder, tensões e autoritarismo*”, “*Imagens: entre iconografia, cultura visual e intermedialidade*” e “*Trajetórias: entre identidades, memória e conflito social*”.

O Programa consolida-se, em sua primeira década, com 86 dissertações defendidas. Atualmente, apresenta 41 discentes registrados no Mestrado e 13 no Doutorado. Seu corpo docente permanente é interdisciplinar, composto por 19 professoras/es da UFPel, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de 2 professoras/es colaboradores do Instituto de Ciências Humanas da UFPel.

O *IV Encontro* apresentou uma programação com três palestras, doze simpósios temáticos (ST’s) e um minicurso. A conferência de abertura, “‘A Hora é entender mais para temer menos’: sobre desobediências, caminhos e movimentos da crítica feminista na academia”, foi ministrada pela pesquisadora de crítica feminista, Profa. Dra. Loredana Ribeiro, docente do Curso de Arqueologia da UFPel. A segunda palestra, intitulada “Liberdade de ensinar e liberdade de aprender: o ensino de História e a garantia do direito à educação” foi proferida pelo Prof. Dr. Fernando Seffner, docente da UFRGS e referência na área de Educação e gênero. A conferência de encerramento, “Representações imagéticas do demônio: uma milenar trajetória entre o poder do medo e a diversão”, foi conferida pelo medievalista Prof. Dr. Edison Cruxen da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A organização dos ST’s foi adequada a partir das pesquisas das/os discentes. Estabelecemos assim os seguintes ST’s e coordenadoras/es: *Cultura Visual e Midiática*, Profas. Mas. Márcia Chico e Maria Clara Hallal; *Ensino de História: as relações entre a universidade*

*e a escola*, Profa. Ma. Amanda Moreira e Profa. Patrícia Duarte; *Escravidão e Liberdade*, Profa. Dra. Natália Pinto e Profs. Alisson Balhego, José Resende Jr. e Júlia da Silva; *Gênero e História das Mulheres: Resistência, Trajetórias e Saberes*, Profa. Me. Renata da Silva e Profas. Arantxa da Silva, Sara Bittencourt e Sinara Veiga; *Mundos do Trabalho*, Profs. Ms. Elvis Simões e Thiago da Silva e Profas. Caroline da Silva e Luana Ledermann; *Entre “Orientes” e “Ocidentes” da História Antiga*, Profa. Ma. Milena Ogawa e Prof. João Braatz; *Idade Média(s) e Medievalismo(s)*, Prof. Me. Mauricio Albuquerque e Profs. Léo Lacerda e Lucas Motta; *Políticas, Estados e Poderes*, Profs. Dr. Marcelo de Oliveira, Me. Dário Milech Neto e Profa. Francisca Jesus; *Identidades, memórias e patrimônios*, Prof. Me. Daniel Leal e Prof. Juan Neitzke; *Teoria e Historiografia: um debate que segue*, Prof. Me. Matheus Barros; *Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: Estado, poder e resistência*, Profa. Ma. Camila Silva, Prof. Me. Cleverton de Oliveira e Prof. Darlan Rodrigues; *Micro-história: entre biografias e trajetórias*, Profs. Gabriel Kunrath, Iago Cruz e Nádia Kendzerski.

Acreditamos que a aplicação de minicursos por membros do corpo discente do PPGH-UFPel, como o ministrado “Aplicação da teoria da interseccionalidade e a influência dos estudos de diáspora na prática historiográfica”, aplicado pelo mestrando José Resende Jr., no dia 06 de dezembro, pela manhã, seja de grande importância para o Programa.

Entendemos que a democratização dos saberes deve ser prioridade das Instituições Públicas de Ensino Superior e, portanto, optamos publicar esta obra em formato E-book, apresentado de forma gratuita, para que as discussões abordadas pelas/os apresentadoras/es e mediada pelas/os coordenadoras/es dos ST’s espaiem-se de forma profícua.

Com o desejo de boa leitura, convidamos todas e todos, para a apreciação dos textos completos, que materializam aqui nossos esforços conjuntos.

**As organizadoras e organizador**

**Prof. Dr. Marcelo França de Oliveira**  
**Profa. Ma. Márcia Tavares Chico**  
**Profa. Ma. Milena Rosa Araújo Ogawa**

## REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO DIABO: UMA MILENAR TRAJETÓRIA ENTRE O PODER DO MEDO E A DIVERSÃO

Dr. Edison Cruxen<sup>1</sup>

### O Diabo na História

Este texto é fruto dos trabalhos desenvolvidos com @s discentes integrantes do Laboratório de Pesquisa e Estudos Medievais (LAPEHME)<sup>2</sup>, da Universidade Federal do Pampa/Jaguarão, junto ao projeto de pesquisa “Livrai-nos do Mal: Estudos sobre Demonologia, Heresia, Paganismo e Bruxaria nas Idades Média e Moderna<sup>3</sup>” e ao ciclo de palestras “Semana Infernal (I e II)<sup>4</sup>”. Parte das informações aqui apresentadas provém da pesquisa realizada para a exposição “O Diabo, Mil Anos Tocando o Terror: Imagens do Mal entre os séculos XI e XXI” (Galeria Intercultural Magliani (GIM), Campus Jaguarão, entre os meses de Setembro e Outubro de 2019). Composta por 38 imagens, organizadas em 11 temas, objetivou pensar a milenar caracterização física do Diabo e sua trajetória e atuação desde sua “Queda” até o “Juízo Final”<sup>5</sup>. Além das representações imagéticas do Diabo, que demonstraram seu progressivo hibridismo, deformações, animalidade e monstruosidade, também foram abordados os tópicos da disputa das almas, as tentações, o pacto satânico e as bruxas. No decorrer do presente trabalho 10 imagens que compuseram a exposição serão relacionadas ao conteúdo do texto e comentadas.

Atualmente, o objeto de pesquisa Diabo<sup>6</sup> enquanto construção histórica e social tem conhecido grande desenvolvimento e atraído o interesse de muitos historiadores<sup>7</sup>. Na reflexão sobre as origens e ações do mal sobre a criação divina encontra-se um fértil e interessante tema

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão.

<sup>2</sup> Para informações visite o site: <https://sites.unipampa.edu.br/lapehme/>

<sup>3</sup> Registrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE/Unipampa). Em funcionamento deste de Março de 2018, conta com a participação de 12 discentes que desenvolvem suas pesquisas relacionadas ao tema “guarda-chuva”.

<sup>4</sup> Primeira Semana Infernal, de 12 a 14 de Novembro de 2018, ICH, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Segunda Semana Infernal, de 28 a 30 de Outubro de 2019, Campus Jaguarão, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

<sup>5</sup> Desde sua chegada e aprisionamento na Terra, como castigo por sua “revolta” contra Deus, até o “Final dos Tempos”, quando sua função de tentador da criação Divina deixa de existir.

<sup>6</sup> Embora tenhamos conhecimento das diferenças de definições e hierarquias entre demônio, diabo/satanás e Lúcifer, para facilitar a escrita e evitar desentendimentos utilizaremos de forma genérica a expressão Diabo, como se fosse sinônimo das outras. Em momento apropriado no texto esta diferença será esclarecida.

<sup>7</sup> BOUREAU, 2016 – Satã Herético; KELLY, 2008 - Satã: Uma Biografia; CLARK, 2006 – Pensando com demônios; RUSSEL, 2003 - Lúcifer: O Diabo na Idade Média; STANFORD, 2003 - O Diabo: Uma Biografia; MINOIS, 2003a – O Diabo: Origem e evolução histórica; NOGUEIRA, 2002 – O diabo no imaginário cristão; ROBERT, 2001 - Uma História do Diabo: Séculos XII-XX; LINK, 1998 – O diabo: a máscara sem rosto; KAPPLER, 1993 – Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média, dentre outros.

investigativo que permite acessar conjuntos de crenças populares e eruditas que influenciaram, profundamente, o funcionamento das sociedades pré-industriais (GINZBURG, 2007). As fontes imagéticas demoníacas e infernais proporcionam pensar as ressignificações do medo (DELUMEAU, 2009), as formas de controle, relações de poder e também as fugas, resistências e contestações contra as autoridades clericais e laicas durante séculos (BOUCHERON, 2018).

A importância do Diabo no imaginário<sup>8</sup> da sociedade cristã-ocidental encontra-se no longo e intencional processo de construção de sua história e imagem, que perdura mais de mil anos. Segundo Le Goff (2011), imaginário remete à imaginação, a criação e uso de imagens que fazem uma sociedade agir e pensar, impregnando-a e animando-a. O imaginário medieval estaria entre a história e a lenda, entre a realidade e a imaginação, construindo um mundo misto “que constitui o tecido da realidade cuja origem se encontra na irrealidade dos seres que seduzem a imaginação dos homens e mulheres [...]” (LE GOFF, 2011, p. 15). Na cristandade ocidental o Diabo passou por reformulações conceituais e de representações conforme as transformações sofridas pelas sociedades. Com maior ou menor impacto, com capacidade de aterrorizar, contestar ou simplesmente divertir, ao longo de séculos o Diabo se enraizou profundamente na cultura erudita religiosa, na cultura das tradições populares e em diversas expressões da produção artística, tanto doutrinária como de puro entretenimento. Contemporaneamente, encontramos diversas ressignificações dessa entidade, na maioria das vezes, fora do âmbito religioso e vinculadas a grande mídia (séries de televisão, filmes, internet, games, quadrinhos e animações).

Qual a relevância do Diabo como objeto de estudo?

O Diabo constitui-se em objeto de pesquisa multifacetado que possibilita abranger diversos temas, em vários recortes temporais e espaciais (Europa e América, História Medieval e Moderna, Catolicismo e Protestantismo) a partir das abordagens da História, Filosofia, Direito Canônico, Cultura Popular, Produção Intelectual e Tradadística<sup>9</sup>. A investigação sobre as

---

<sup>8</sup> “O domínio do imaginário constitui-se pelo conjunto das representações que ultrapassam o limite imposto pelas constatações da experiência vivida e pelas deduções correlatas que ela autoriza o que equivale a dizer que toda cultura, portanto toda sociedade e mesmo todos os níveis de uma sociedade complexa, possui o seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário mostra-se variável, ao mesmo tempo em que o território coberto por esse limite permanece, ao contrário, idêntico em qualquer tempo e lugar, visto que não se trata de outra coisa senão do campo completo da experiência humana, desde o mais coletivamente social até o mais intimamente pessoal. O imaginário transborda o território da representação e é levado adiante pela fantasia, no sentido forte da palavra. O imaginário constrói e alimenta lendas e mitos. Podemos defini-lo como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto” (PATLANGÉAN, 2005, p. 291).

<sup>9</sup> Dentre outros: AGOSTINHO, Século VI - A Natureza do Bem; AQUINO, 1272 - *De Malo* (Sobre o Mal), Suma Teológica; EYMERICH, 1376/1578 - *Directorium Inquisitorum* (Manual dos Inquisidores); KRAMER;

representações diabólicas serve como “nó” que amarra objetos de estudos históricos como a Inquisição, bruxaria, grupos heréticos<sup>10</sup>, permanências do paganismo no cristianismo, instrumentos ideológicos de poder/controla nas sociedades medievais e modernas e a apropriação desta entidade por um amplo espectro das artes: imagens, teatro, literatura, música... dentre outras. Trata-se de objeto de pesquisa que remete a formação de grupos marginais que podiam ser culpabilizados, perseguidos e, mesmo, executados pelas autoridades civis e religiosas, sem que ninguém levantasse a voz para protege-los. Ao longo da História a necessidade de criação de “bodes expiatórios” sempre foi uma constante para as estruturas de poder (RICHARDS, 1997; GUINZBURG, 2007). A demonização corresponde à ação de impor características essenciais da maldade e perversidade demoníaca a seres ou mesmo objetos. O demonizado transforma-se em agente de ações malignas que prejudicam a todos, causando divisões, violência, doenças, fomes, secas... Neste caso, cabe as autoridades instituídas não apenas o direito, mas o (sagrado) dever de identificar e extirpar tais indivíduos ou grupos do seio da sociedade, restituindo o equilíbrio e a segurança.

A partir do século XIV (1327) se desenvolveu uma obsessão demoníaca no ocidente, reforçada com a produção da bula *Super Illius Specula*, do papa João XXII, que condenou a necromancia<sup>11</sup>, até então tolerada e praticada entre os próprios clérigos. Invocações, utilizações de amuletos, vidências e submissões de espíritos, realizadas pela, assim definida, Magia Branca<sup>12</sup> (ou Erudita) passaram a ser proibidas e demonizadas. Com isso surge o *Factum Hereticale* (Ato Herético), que se configura como crime de Lesa Majestade Divina, castigado com máximo rigor, de forma rápida e sumária (BOUREAU, 2016). Igreja medieval condenava as práticas mágicas, mas estas eram consideradas como simples superstições, desprezadas como credices de pessoas ignorantes e de espírito fraco, que eram ludibriadas pelo Diabo. A entidade não teria efeito independente sobre as almas, uma vez que também se encontrava sob o espectro da natureza, ou seja, sob o poder de Deus. A bula de João XXII rompe com essa tradição de tratar os sortilégios, bruxaria e magia como apenas ilusão diabólica, sem realidade concreta, tal

---

SPRENGER, 1487 - *Malleus Maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras) ; PAPA JOÃO XXII, 1326 - *Super Illius Specula*, Bula Papal; PLANCY, 1863 (Dicionário Infernal).

<sup>10</sup> Do latim *haeresis* remete àqueles que escolhem, optam seguir uma doutrina diferente da definida pela Igreja. Do grego *hairesis*, remete a uma “ação de pegar”, com significado “ter preferência discordante” (ZERNER, 2017). O herege é aquele que elege, escolhe, por vontade própria aderir a pensamentos contrários ou diferentes dos postulados pela Santa Madre Igreja, afastando-se da vida comum dos católicos. Negar ou contestar a verdadeira fé revelada em Cristo, conforme ditada pela Instituição Igreja, fragilizava e dividia o rebanho de Deus, sendo considerado crime.

<sup>11</sup> A capacidade de consultar demônios, invocar os mortos, comunicar-se com espíritos e controla-los, tendo por objetivo realizar adivinhações, prever o futuro e encontrar coisas (BOUREAU, 2016).

<sup>12</sup> A Magia Branca era realizada pelo clero e por outras pessoas letradas que estudavam estas artes com o objetivo de fazer o bem. A necromancia se encontrava entre as artes da Magia Branca (BOUREAU, 2016).

como defendido pelo *Cânone Episcopi*<sup>13</sup>, desde o século X. Em 1320 o Papa realizou uma consulta junto a teólogos e canonistas para construção de um argumento legal que permitisse qualificar a prática da magia e qualquer ação de necromancia como heresia. A partir desse momento configura-se o fim de uma coexistência tensa, mas controlada, entre a Igreja e as forças do mal. Atribui-se ao Diabo, a partir de então, poderes sobre a natureza e uma relação inseparável com a magia (BOUREAU, 2016).

A bula *Super Illius Specula* condena o ato de magia em si, sem levar em conta sua intenção, reprovando também a Magia Branca. Essa nova concepção de heresia baseava-se na crença da existência de relações com seres satânicos. Aqui está em jogo a factualidade, independente da intenção, por mais nobres que fossem os motivos. Com isso, a magia e a invocação de demônios ficam intrinsecamente vinculadas ao mal, à bruxaria e a oposição a Santa Madre Igreja, constituindo-se como crimes de heresia. Na esteira desse novo pensamento, o alcance da ação do Diabo torna-se universal e efetivo. O *Directorium Inquisitorum*, do dominicano Nicolau Eymerich (1376), cinquenta anos depois da bula de João XXII, reiterou a tese da invocação dos demônios como atividade herética (BOUREAU, 2016).

A lógica de condenação rápida e sumária, seguida de castigo severo, instituída pelo Ato Herético, foi empregada pela Inquisição durante o período denominado de “Caças as Bruxas” (séculos XVI-XVIII). Na história bíblica, desde o Gênesis (3; 1-24 – Antigo Testamento), existe uma condenação divina da relação entre o conhecimento e a mulher. O Fruto Proibido, único que não poderia ser consumido no Paraíso, provinha da Árvore do Conhecimento. Fruto tomado pela primeira mulher, Eva, que condena toda humanidade, devido sua fraqueza frente as tentações da Serpente/Satanás<sup>14</sup>. A mulher, a bruxa, a serva de Satanás só era capaz de adquirir saber e poder reeditando o pacto satânico<sup>15</sup>, realizado pela primeira vez no Gênesis. Repetia-se o mito da escolha (heresia) da condenação da alma em troca de conhecimento. Conforme o tratado de demonologia *Malleus Maleficarum* (KRAMER; SPRENGER, 2015), somente

---

<sup>13</sup> Conforme o *Cânone Episcopi*: “Toda pessoa que crê que fora do Criador, que tudo compreende e por quem tudo foi feito, uma criatura pode ser feita, ou melhorada ou piorada, ou transformada em outra espécie ou em outra aparência é infiel e é pior que um pagão” (BOUREAU, 2016, p.25).

<sup>14</sup> A serpente referenciada no Antigo Testamento ainda não é Satanás. Essa relação será feita posteriormente, no longo processo de adaptação e construção da imagem/personalidade do Diabo, que cada vez mais será identificado com a imagem do dragão (presente no Apocalipse) e a serpente (réptil peçonhento e mortal). Conforme Russell (2003, p. 203): “Como animal é mais um dragão ou uma serpente [...] tal representação parece ter ficado comum no Cristianismo do século XIII.”

<sup>15</sup> No estereótipo construído pela Inquisição a mulher para tornar-se bruxa deveria, durante a missa profana do Sabá, realizar apostasia (negação e abandono absolutos da fé católica), seguida de um pacto satânico, onde se entregava de corpo e alma para o mal. As capacidades paranormais adquiridas para realizar malefícios só eram possíveis através do Diabo (KRAMER; SPRENGER, 2015).

mediante o pacto satânico as bruxas podiam obter conhecimentos e poderes sobre os homens, animais, natureza, matéria e espíritos.

As mulheres, consideradas física e moralmente inferiores aos homens, não eram capazes de manter uma relação de igual nem mesmo com o Diabo que invocavam, estando sempre no papel de submissão<sup>16</sup> (LEVACK, 1988). As acusadas de bruxaria pertenciam, em sua maioria, às camadas inferiores da sociedade e eram, de modo geral, associadas a atividades que lidavam com a vida e a morte, principalmente parteiras e curandeiras<sup>17</sup>, sendo descritas pelos inquisidores como “mulheres de saber”. Eram detentoras de um conhecimento próprio, com o qual podiam prestar serviços a comunidade e sustentar-se sem a tutela do pai ou marido, algo mal visto pela Igreja (NOGUEIRA, 2004). A criação desse grupo marginal, dentro de preceitos legais e teológicos gerou o trinômio bruxa/diabo/heresia, que possibilitou a culpabilização de mulheres por mazelas sofridas pela sociedade, para as quais cabia perseguição, prisão, inquérito, tortura e execução.

Ginzburg, em sua obra *História Noturna* (2007), constitui uma genealogia do Sabá e das bruxas revisitando e analisando perspectivas da Igreja, estudos inquisitoriais e tradições populares (muitas destas anteriores ao período cristão), em diversas regiões da Europa. O autor se empenha em constituir, de forma coerente, um complexo mosaico de informações que possibilitou, a partir do século XVI, a Inquisição cristalizar e popularizar estereótipos sobre o Sabá e suas relações intrínsecas com as bruxas, apostasia e o Diabo. Em 1510 o alemão Hans Baldung Grien, desenhou “*Witches*” (imagem 01), xilogravura que atualmente se encontra em coleção particular. Na imagem, apresenta-se o perfeito estereótipo do Sabá na visão inquisitorial. Em um local afastado e ermo, durante a madrugada, no meio da floresta, mulheres expõem seus corpos à natureza e preparam poções e feitiços, para realizarem malefícios. Uma das bruxas faz o voo noturno<sup>18</sup>, montada em um bode, ação paranormal possibilitada apenas pelo poder do Diabo. No chão, ao redor, Grien registrou varas longas onde um unguento mágico seria passado para as bruxas montarem e voarem. A personagem central reproduz as características típicas consagradas na tradição popular para as bruxas, mulheres velhas, feias e

---

<sup>16</sup> Nesta perspectiva misógina na Magia Erudita, realizada por homens, estes se tornavam senhores dos demônios, que eram submetidos, controlados e seus poderes utilizados para o bem. As mulheres tornavam-se servas e adquiriam o poder para o mal (LEVACK, 1988).

<sup>17</sup> Domínio da medicina popular/tradicional, com ervas, unguentos, substâncias animais, vegetais e minerais (remédios e venenos).

<sup>18</sup> O voo noturno foi consagrado pela Inquisição e pela tradição popular como um dos acontecimentos chave na realização do Sabá. Através de feitos demoníacos as bruxas conseguiriam se deslocar através do céu noturno montadas em animais ou em bastões. Essa capacidade paranormal possibilitava que elas percorressem uma grande distância, em pouco tempo, para chegar ao local do Sabá e retornassem a suas casas ao final da noite (GINZBURG, 2007).



assustadoras. Dois símbolos identificativos do imaginário sobre as bruxas se destacam: um é o caldeirão fumegante, onde se cozinha o unguento mágico e outro é o bode<sup>19</sup>, animal que simboliza a própria encarnação e presença do mal.

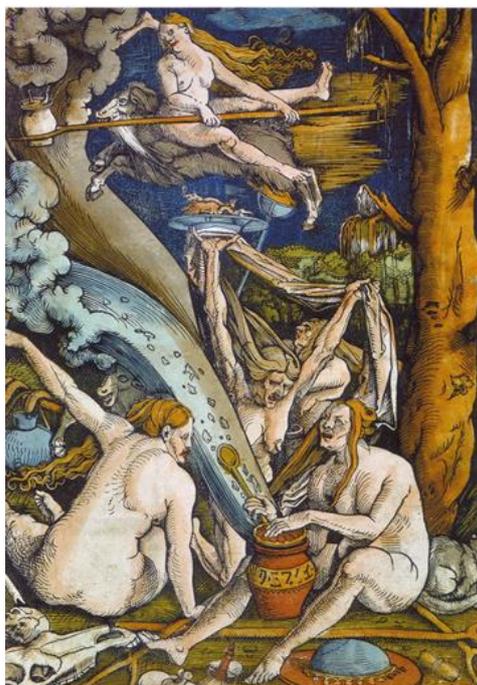


Imagem 1: *Witches*, Hans Baldung Grien, 1510<sup>20</sup>

O espanhol Francisco de Goya, em 1798, pintou *Noche de Sabbat/El Aquelarre*<sup>21</sup>, (imagem 02) atualmente exposto no Museu Lázaro Galdiano, em Madrid (Espanha), reproduzindo o imaginário da “Missa das Bruxas”, comporta por iniciação demoníaca, profanação de elementos sagrados, apostasia, sacrifício de crianças, pacto satânico, sexo pervertido, banquetes orgiásticos, canibalismo e a presença do próprio Diabo. O bode preto, “*el macho cabrio*”, erguido e com os chifres enfeitados com ramos, representa Satanás e suas perversões. Uma mulher oferece um bebê saudável e roliço ao *cabrio* que está cercado por oferendas de crianças cadavéricas e fetos mortos. Conforme o *Malleus Maleficarum* acreditava-se que os unguentos mágicos eram feitos a base da gordura de crianças recém-nascidas e que quanto mais nova fosse a criança sacrificada e canibalizada, maior seria seu poder da bruxa

<sup>19</sup>“Todas as nações serão reunidas diante dele, e Ele irá separar umas das outras, como o pastor separa os bodes das ovelhas. E posicionará as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda. Então, dirá o Rei a todos que estiverem à sua direita: ‘Vinde, abençoados de meu Pai! Recebei como herança o Reino, o qual vos foi preparado desde a fundação do mundo [...] Mas o Rei ordenará aos que estiverem à sua esquerda: ‘Malditos! Apartai-vos de mim. Ide para o fogo eterno, preparado para o Diabo e os seus anjos’” (Mateus, 25: v. 31-34).

<sup>20</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Baldung\\_Hexen\\_1508\\_kol.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Baldung_Hexen_1508_kol.JPG)

<sup>21</sup> Em euskera (basco) significa “o prado do bode”.

(KRAMER; SPRENGER, 2015). Em um céu obscuro morcegos, criaturas noturnas relacionadas as bruxas, parecem voar ao redor dos chifres do *cabrio*, enquanto no horizonte se anuncia o amanhecer, colocando fim ao *aquejarre*.



Imagem 02: *Noche de Sabbat / El Aquelarre*, Francisco de Goya, 1798<sup>22</sup>

Em um período de ameaças heréticas e bruxaria a Igreja necessitava definir as características do “Opositor de Deus”, promovendo, desta forma, o desenvolvimento de um conhecimento no qual o Diabo passou foi detalhadamente pensado em sua origem, aparência, ações, alcance e essência<sup>23</sup>. Embora esse tema já fosse trabalhado desde Santo Agostinho (“A Natureza do Bem”; séc. V) e São Tomás de Aquino (“De Malo”; séc. XIII), a partir da Bula *Super Illius Spectula* se cria a ideia de um complô satânico contra a criação Divina, através de

<sup>22</sup><http://catalogo.museolazarogaldiano.es/mlgm/search/pages/ResultSearch?Museo=MLGM&txtSimpleSearch=E1%20Aquelarre&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=simple&MuseumsSearch=MLGM|&MuseumsRoISearch=55&>

<sup>23</sup> As discussões acadêmicas filosóficas, teológicas e canônicas entre Tomistas (São Tomás de Aquino) e Neoagostinianos (Pedro de João Olívio), na Universidade de Paris, deram origem a “ciência” da demonologia escolástica, estando intimamente ligadas ao fazer político e aos jogos de poder. Para os Tomistas os poderes de Satã estavam limitados ao mundo natural e não tinham efeitos sobrenaturais sobre os homens. Já os Neoagostinianos, pregavam que Satã tinha poderes sobrenaturais, podendo atuar diretamente sobre os homens. A criação da demonologia, do século XIV, se esconde atrás das contendas do Papa João XXII (sediado em Avignon) contra a Ordem dos Franciscanos Espirituais (condenados como heréticos); contra o Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Luís IV; contra o Antipapa de Roma, Nicolau IV (1328) e a favor do rei Felipe V, da França. Em períodos de mútuas condenações, demonizações e excomunhões entre poderes em disputa, eram necessários sólidos fundamentos canônicos e teológicos para a classificação do adversário político como herege, inspirado pelo demônio ou mesmo o próprio anticristo (BOUREAU, 2016; CABRAL & REZENDE, 2012; DELUMEAU, 2009).

seus agentes (KELLY, 2008). O Diabo sempre são os outros. Na visão da Igreja Medieval e Moderna, temos, de forma recorrente, como agentes do mal: Judeus (séc. IV-XXI), acusados de deicidas; hereges (séc. V-XVI), condenados pela cizânia no seio da Igreja; muçulmanos (séc. VIII-XVII), por serem infiéis obstinados; leprosos (séc. XIII-XV), devido a sua impureza física e espiritual; bruxas/os (séc. XIV-XVIII), perseguidos pelo ato de apostasia satânica; homossexuais, por seus atos antinaturais e as prostitutas por conspurcarem o corpo por dinheiro (RICHARDS, 1997).

Mas que Diabo é esse?

Esta entidade, enquanto construção histórica e social apresenta muitas versões e utilizações. Há uma representação do Diabo carnavalesco, burlesco, cômico, utilizado no final da Idade Média (séculos XIV e XV) e no Renascimento, como símbolo de inversão social, onde a sátira e o ridículo prevaleciam. O tema teatral do Mal Ludibriado servia como “cano de escape” para as pressões cotidianas (fomes, doenças e explorações). Nesta versão, o Diabo virava motivo de chacota popular, divertindo feiras e festivais com a interpretação de atores que utilizavam falas debochadas e incompreensíveis, comportamento extravagante, gritos, mas também diálogos com escárnio e contestações abertas direcionadas as autoridades locais (MACEDO, 2000; MINOIS, 2003b).

Uma lenda surgida no século VII, mas popularizada e tornada tema imagético no século XII, foi “O Milagre de Teófilo” (imagem 03) com representação na iluminura da obra *The Brailes Hours*, de 1240, de William de Brailes, que hoje se encontra na *British Library*, em Londres (Inglaterra). A lenda conta a história de um monge que vende a alma ao Diabo para se tornar bispo, mas se arrepende. O conto popular tem como intenção diminuir o poder do Diabo frente a Nossa Senhora, que anula o contrato salvando a alma do arrependido Teófilo. Na imagem, a Mãe de Deus subjuga e soca o olho do Diabo, arrancando de suas mãos o pacto assinado pelo monge. No final do século XIV a dupla Virgem/Satã adquire uma importância determinante. O tema “Processo de Satã” conhece grande sucesso nos teatros e representa o controle de Deus sobre o poder maligno. No Processo, temos Jesus (Juiz), Nossa Senhora (Intercessora/Advogada) e o Diabo (Condenador/Promotor) (SCHMITT, 2006). Este tema pode ser observado na obra *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (1955).



Imagem 03: O Milagre de Teófilo, William de Brailes, 1240<sup>24</sup>

Tratava-se de um Diabo “simpático”, que se encontrava na divisa entre a erudição da religião católica e o folclore das antigas tradições populares. Mesmo durante a representação da Paixão de Cristo, momento fundamentalmente sério e triste na sagrada história da vida e morte do Salvador, o Diabo apresentava-se como personagem zombeteiro, destacando-se no espetáculo, representando mais alegria do que ameaça. Estabelecia-se uma relação de proximidade com a entidade humanizada, que demonstrava várias fraquezas. O riso gerado pela atuação do Diabo no teatro popular apresentava-se como uma forma de libertação transitória das relações hierárquicas, dos privilégios, das regras, dos tabus, dos medos e angústias cotidianas. As “cenas diabólicas” prestavam-se como forma de protesto, pois encarnavam o Mal Poder<sup>25</sup>, a utilização do poder mundano e institucionalizado de forma egoísta, para exploração, dominação e engano. O Diabo teatral criticava e invertia a ordem religiosa e social, constituindo-se em espaço de liberdade em uma sociedade constantemente controlada pelos preceitos da Igreja Católica (CARVALHO, 2004).

Uma versão contemporânea do Diabo cômico-teatral pode ser observada no filme espanhol “Errementari – O Ferreiro do Diabo” (2017)<sup>26</sup> (imagem 04), de Paul Urkijo, onde a

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.bl.uk/onlinegallery/onlineex/illmanus/other/011add000049999u00040v00.html>

<sup>25</sup> A obra imagética “Alegoria do Bom Governo”, de Ambrogio Lorenzetti, 1340, do Palazzo Publico de Siena (Itália), apresenta as qualidades que nobres e monarcas deveriam ter para exercer bem seus poderes. Embora a Igreja prescrevesse tais atributos ao bom uso do poder, nem mesmo ela se enquadrava nos comportamentos condicentes. A pintura expõe também a demonização do Mau Governo, cercado por vícios terrenos como conselheiros (Crueldade, Traição, Fraude, Ira, Cizânia, Avareza, Vaidade, Injustiça e Guerra). O personagem sentado em um trono é caracterizado como uma figura maléfica, pálida, com longos chifres e caninos, tendo a seus pés um bode preto (COSTA, 2003).

<sup>26</sup> Errementari: El Herrero y el Diablo. 2017. Dirigido por Paul Urkijo. Cor. 104min. Filmax/Netflix.

sátira e o ridículo prevalecem. Neste filme, baseado no folclore basco, o ferreiro Patxi faz um pacto com o demônio Sartael para poder sobreviver a um pelotão de fuzilamento. Mas, ao invés de Sartael arrastar a alma Patxi para os eternos suplícios do Inferno, o demônio é ludibriado e aprisionado na Terra, sendo castigado e infernizado pelo ferreiro. Em suas tentativas de fuga o diabrete passa por grandes dificuldades, inclusive uma surra aplicada por uma turba de aldeões enfurecidos. No diálogo entre os demônios o Inferno é apresentado nos moldes de uma repartição pública, com funcionários burocratizados, de diferentes hierarquias e com metas a serem alcançadas. No final, o Inferno é invadido por Patxi, que leva o terror aos demônios fazendo-os fugir, tornando-se “[...] um homem tão ruim, temido pelo próprio Diabo!”. Este folclore esvazia o poder do medo do Diabo, utilizado por séculos pela Igreja como instrumento de terror para manter o “homem” sob controle. No caso de Errementari, o Diabo teme o “homem”.



Imagem 04: Sartael. Imagem do filme Errementari, 2017<sup>27</sup>

Mas o Diabo também pode ser uma entidade maligna, com fundamental importância para a manutenção do poder de Igreja/Deus. O “Senhor deste Mundo”, encarregado de tentar e desviar a humanidade, a antítese de Deus, embora tenha sido criado por Ele. O governante do inframundo, onde suplícios inimagináveis esperavam as pessoas que se desviaram do bom e verdadeiro caminho da salvação. A entidade que, através do medo, servia a Deus Todo Poderoso como “Cão Pastor” e “Lobo Devorador”. Cão pastor, pois a ele a Igreja confiava a tarefa de manter o “rebanho” unido e obediente. Lobo Devorador, quando as “ovelhas” se desgarravam do “rebanho” de Deus, recebendo o Diabo autorização para devora-las.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://bocadoinferno.com.br/criticas/2018/12/errementari-o-ferreiro-e-o-diabo-2017/>

Na obra atribuída a Michelangelo, “O Tormento de Santo Antônio” (Itália,1487) (imagem 05), atualmente no Kimbell Art Museum, em Fort Worth (USA), Santo Antônio, é apresentado em ascensão aos céus enquanto é atacado por uma legião de demônios que tentam, a todo custo, puxa-lo para baixo. Monstruosidades animais e deformadas agredem o Santo a pauladas e tentam arrancar sua auréola. Agressão que Antônio responde com expressão facial calma e segura, protegido pela força de sua fé. Os tratados de demonologia indicavam que os santos e verdadeiros crentes eram os mais visados pelos ataques, tormentos e tentações demoníacas. Justamente estas “conquistas de Satã” representavam maior prejuízo no “Exército do Senhor Deus”.



Imagem 05: Michelangelo, O Tormento de Santo Antônio, 1487<sup>28</sup>

A partir do século XII as ameaças heréticas<sup>29</sup> acentuam o medo pela ação diabólica na terra. Instala-se, progressivamente, na cristandade um medo difuso da presença de uma potência que age contra a humanidade. Esse medo se expressa com toda força nas representações imagéticas do final do medievo ocidental. Na origem de suas designações, do latim, temos

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.kimbellart.org/collection/ap200901>

<sup>29</sup> Como no caso dos Bogomilos, Cátaros e Valdenses, para referências apenas três movimentos fortes e populares.

*Diabolus*, o Diabo, aquele que separa, que divide, o gerador de discórdia (BASCHET, 2006). Através de tentações e “sussurros”<sup>30</sup> nos pensamentos, ele separa de Deus e afasta da salvação (CABRAL; REZENDE, 2012). Na lógica cristã tentação, pecado e condenação estão vinculadas a escolha de substituir a futura graça espiritual eterna, por um prazer imediato, terreno e passageiro (KARNAL, 2017). Do grego provem *Deaemon*, que na antiguidade eram entidades intermediárias entre os deuses e a humanidade, mas que não tinham característica determinada como boas ou más<sup>31</sup>. O termo hebreu *Há-Sâtân* (“o acusador”), aparece no livro de Jó (Antigo Testamento) e define um anjo da corte celestial encarregado de colocar a prova os justos. Apenas no livro dos Jubileus, texto apócrifo do séc. I a.C., que este termo Satã designa o chefe dos demônios. Na hierarquia infernal, Lúcifer seria o príncipe, o senhor aprisionado nas profundezas do Inferno; Satã (ou Diabo) corresponderia ao primeiro de seus servidores, seu bode expiatório e o encarregado de missões “incursões” junto a humanidade; já os Demônios, agiriam como servidores de Satã, seriam multidões e atuariam constantemente na Terra<sup>32</sup> (BASCHET, 2006).

Embora o Universo esteja envolvido em uma disputa entre o Criador e seu Opositor, a religião católica não pode ser definida como dualista ou maniqueísta, pois tudo provém de Deus, tudo foi por Ele criado. Não existe uma criação independente de Sua vontade para o mal<sup>33</sup>. Lucifer, Satã e os demônios também são suas criaturas e, embora tenham vasto campo de atuação, não podem atuar sem sua permissão. Entretanto, a partir do século XIV, a personificação do mal se apresenta como uma potência parcialmente autônoma, que ao longo de duzentos anos ganhou um dos papéis centrais na doutrina católica (CABRAL; REZENDE, 2012).

Mesmo estando presente nos fundamentos do judaísmo e cristianismo, a corporificação do mal só começa a ganhar suas representações imagéticas a partir do século XI. Antes desse período o Diabo existe enquanto criatura espiritual nos registros textuais sagrados e teológicos, mas sem uma personificação. A partir do século XI se inicia uma longa e lenta construção das características físicas próprias do grande Opositor de Deus.

---

<sup>30</sup> Os demônios não seriam capazes de comandar a vontade humana, devido ao livre arbítrio, mas conseguiriam inspirar, “sussurrar” vontades no intelecto humano, que podem ou não ser realizadas (CABRAL; REZENDE, 2012).

<sup>31</sup> Existindo a diferença “[...] entre “demonologia” e “daimonologia”. Para os necromancistas, os daimones, anjos decaídos ou neutros, não tinham necessariamente uma ligação com o diabo” (BOUREAU, 2016, p.17).

<sup>32</sup> “Eu sou legião, porque somos muitos” (Marcos, 5;9 – Novo Testamento).

<sup>33</sup> “Eu formo a Luz e crio as Trevas, asseguro o bem estar e crio a desgraça: Sim, Eu, Yave, faço tudo isso” (Isaiás 45;7 – Antigo Testamento).

Até o século XI as reminiscências das divindades pagãs ainda perduravam na cultura e religiosidade, principalmente no campo. Estas divindades faziam forte concorrência com o Diabo católico que tinha seu poder de advertência e medo dissipados. A Igreja neutralizou paulatinamente essas manifestações pré-cristãs remanescentes, reagrupando-as na construção da imagem do Diabo ou colocando-as sob seu controle, como superstições e demônios (LE GOFF, 2010). Uma vez que as descrições da aparência física da entidade maligna eram raras na literatura religiosa, faltava um modelo pictórico de configuração. A Igreja diabolizou as antigas divindades reutilizando suas características físicas para constituir a visualização do Diabo. A disseminação e detalhamento da representação imagética do Opositor (Satã, Lúcifer, Demônio, Diabo) passou a povoar o cotidiano das pessoas, entranhando-se em seus espíritos e mentes (LINK, 1998).

No século XI o Diabo era normalmente representado como humanoide, um tipo de “duende” corcunda, com aparência desprezível, andrajoso, gerando mais aversão do que propriamente medo. Normalmente eram pretos e escuros, mas também pálidos, apresentando a cor dos mortos. Seus corpos estavam nus ou de tanga, simbolizando a sexualidade e a luxúria. No século XII começou a ser representado em forma humana e bonita, agradável, remetendo a sua origem como anjo de luz e beleza celestial, mas também se inicia a representação da perversão da sua alma, através da animalidade de seu corpo, apresentando garras e presas (RUSSEL, 2003).

Uma representação de Lúcifer em sua bela aparência encontra-se na iluminura do livro *Les Très Riches Heures du Duc de Berry* (imagem 06), dos Irmãos Limbourg (1413), atualmente no *Musée Condé*, Chantilly (França). Esta imagem apresenta o momento em que Lúcifer e seus seguidores, após serem derrotados pelas hostes celestiais, são banidos do Céu e precipitados na Terra, onde devem permanecer aprisionados. Lúcifer e os revoltosos<sup>34</sup>, ainda com luminosas e delicadas figuras angelicais caem do firmamento e ao tocarem no chão ardem em chamas. Aquele que foi o Príncipe dos Anjos chega coroadado ao seu exílio, para tornar-se o “Senhor deste Mundo”. Junto com Lúcifer, um terço de todos os anjos também são expulsos e se transformam em demônios. Os anjos descaídos são representados em sua forma humana, com longas túnicas de intenso azul celestial e asas plumadas douradas. A pele da face dos vencidos é clara, com aspecto muito delicado e suas cabeças tem cachos de cabelos loiros

---

<sup>34</sup> Apenas no século IV d.C. se introduz no cristianismo a questão do Orgulho de Lúcifer e seu desejo de “Ter Graça” independente da Graça de Deus (CABRAL; REZENDE, 2012).



dourados. Nesta imagem temos o paradoxo anjo-demônio, sem a aparência da besta aterrorizante e repulsiva.



Imagem 06: Descaídos, Irmãos Limbourg, 1413<sup>35</sup>

A partir do século XIII intensificam-se, progressivamente, as características de hibridismo e animalidade, com chifres, rabos, corpo peludo e asas (de pluma angelical ou de morcego infernal), como pode ser observado na famosa imagem do demônio do *Codex Gigas* (imagem 07), de 1230, atualmente na Biblioteca Nacional da Suécia, em Estocolmo. O corpo humano, as garras de ave de rapina, os chifres, as escamas e as duas línguas reptilianas, fazem desse Diabo uma aberração antinatural, desarmônica e bestializada. Um hibridismo que reforça sua vinculação com o mal. Garras, chifres e línguas vermelhas remetem ao sangue, a violência, ao fogo e a luxúria. Segundo Boucheron (2018), na Idade Média a cor verde, presente na face da criatura, representava a inconstância, transgressão e infidelidade.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.wikiart.org/pt/irmaos-limbourg/the-fall-of-the-rebel-angels>



Imagem 07: *Codex Gigas*, 1230<sup>36</sup>

A partir do século XIV, torna-se cada vez mais grotesco, monstruoso, deformado e agressivo, com multiplicação de chifres e faces por todo seu corpo, nos joelhos, na barriga, nos cotovelos e nas nádegas. Suas características predatórias e mortíferas se acentuam ao máximo (RUSSELL, 2003). Um exemplo dessa configuração do Diabo está na iluminura da obra *Le Livre de la Vigne nostre Seigneur* (imagem 08), do século XV (“A Espera do Juízo Final”), que atualmente se encontra na Biblioteca Bodleiana, em Oxford (Inglaterra). A imagem apresenta as características de desarmonia, desequilíbrio e impureza que a personificação do mal havia adquirido nesse período, proliferando chifres, garras de ave, presas que se projetam para fora da boca e pelos escuros que o cobrem completamente. Onde deveria estar sua barriga se encontra a cabeça de um grande felino com chifres, que coloca a língua debochadamente para fora. A multiplicação de caras e bocas por todo corpo dos demônios evidência uma oralidade agressiva que tudo devora (ZIERER, 2016). Com suas múltiplas bocas, estes corpos dão a impressão de consumir ou regurgitar a si mesmos. Corpos que são metáforas do próprio pecado, que consome e emporcalha a alma. No século XV a representação imagética do mal é marcada pelo grande antagonismo com as representações do Bem, evidenciando a oposição entre

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.kb.se/in-english/the-codex-gigas/select-images.html>

Luz/Trevas, Harmonia/Desarmonia, Proporção/Desequilíbrio, Beleza/Fealdade, Paz/Perturbação e Pureza/Hibridismo.



Imagem 08: Iluminura *Le Livre de la Vigne nostre Seigneur*, Século XV<sup>37</sup>

Entre os séculos XV e XVI, sua aparência complexifica-se com uma crescente quantidade de detalhes sórdidos e assustadores, de monstruosidade e terror, vinculados ao fortalecimento de uma Pedagogia do Medo<sup>38</sup> cultivada pela Igreja Católica, como forma de controle social. Neste período, o Diabo constitui-se numa entidade parcialmente autônoma em relação a Deus, sendo capaz de colocar em risco a própria criação Divina. Hans Memling, em 1485, em seu tríptico da “Vaidade Terrena e da Salvação Divina” (imagem 09) pintou o Diabo

<sup>37</sup> Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lu\\_cifer\\_waiting\\_for\\_the\\_Last\\_Judgement\\_Livre\\_de\\_la\\_Vigne\\_nostre\\_Seigneur\\_f.\\_067v\\_145\\_0-1470.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lu_cifer_waiting_for_the_Last_Judgement_Livre_de_la_Vigne_nostre_Seigneur_f._067v_145_0-1470.jpg)

<sup>38</sup> Uma forma de aprendizagem salvífica da alma, mais baseada no receio do castigo do que no desejo da recompensa. A Pedagogia do Medo tinha como fundamento o pânico da condenação eterna aos suplícios do Inferno. Este sentimento auxiliou o cristianismo há combater heresias e controlar fieis. O “medo era considerado salutar, moralizante, pedagógico, algo que agia poderosamente para se evitar o pecado e praticar o bem” (COSTA; PEREIRA, 2016, s/p). Medo do pecado, da culpa, da morte, do Diabo e do Inferno. “O medo do inferno, que muitas vezes é mais forte que a esperança do paraíso, é um dos componentes fundamentais da psicologia e mentalidade medievais” (LE GOFF, 2009, p. 162).

nas portas do Inferno, hoje no Museu de Belas Artes de Strasburgo (França). Nesta parte de seu trabalho o artista captou a essência do terror das trevas. Lúcifer preto (ira) e vermelho (luxúria) está inserido em um inframundo de oralidade devoradora, representado pela imensa e animalésca goela de um dragão cheia de almas perdidas. O inferno é apresentado como um lugar com intensas chamas, mas sem qualquer luz, um fogo não aquece, nem ilumina, apenas queima para purgar os pecados. Na faixa, acima do Diabo, está escrito “no Inferno não existe redenção”, esta era a mensagem de medo da Igreja.

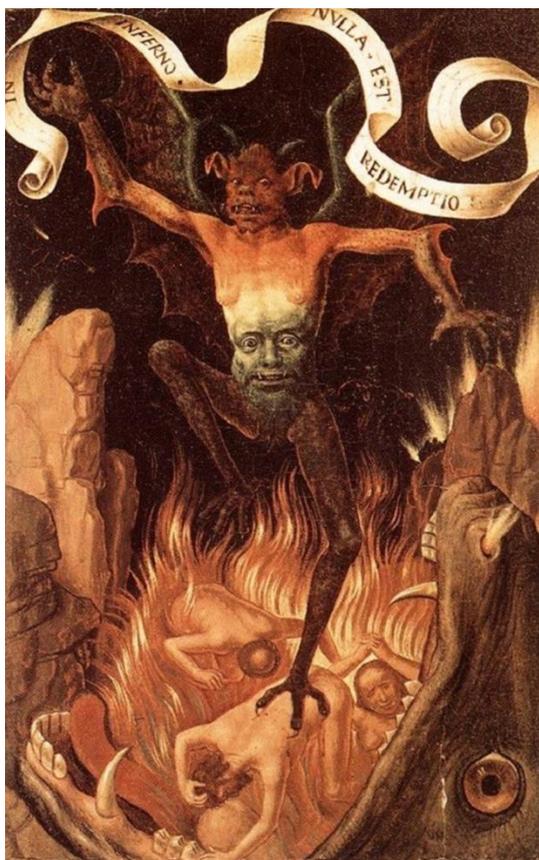


Imagem 09: Detalhe do Triptico da Vaidade Terrena e da Salvação Divina, Hans Memling, 1485<sup>39</sup>

Entretanto, com o advento do Iluminismo, diminuição do poder da Igreja, ascensão e valorização do conhecimento científico e secularização da sociedade entre os séculos XVII e XVIII, a onipresente presença do mal e sua influência contundente sobre o mundo é enfraquecida e menosprezada, diminuindo com isso a profusão de sua produção imagética. No século XIX tornou-se tema de inspiração explorada pelo Romantismo, como símbolo de espírito

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.wikiart.org/en/hansmemling/hell>

livre, força ancestral da natureza e rebelião contra a fé moral tradicional, mas também como paixão, terror ao desconhecido e acesso ao inconsciente (NOGUEIRA, 2002).

A pintura “Lúcifer” (imagem 10), de Franz Von Stuck, de 1890, atualmente na *National Gallery for Foreign Art*, em Sofia (Bulgária), trás vários dos elementos românticos da representação do Diabo. Nesta obra Lúcifer, embora esteja envolto pelo mistério da obscuridade de onde emerge seu corpo, ainda figura como a Estrela da Manhã, o Portador da Luz. O anjo caído é representado em um ambiente onírico, com luzes difusas, que parecem lutar contra as trevas. Na visualização deste sonho (ou pesadelo), o anjo-demônio parece fixar seus olhos penetrantes que alcançam a parte mais obscura das almas. Sua aparência é jovem, forte, vigorosa, repleta de vida e suas asas plumadas remetem a liberdade. Envolto em trevas, com ar pensativo, ele observa atentamente com a paciência da eternidade, apenas aguardando o momento de agir, colocando a prova as intenções humanas, descobrindo fraquezas e instigando paixões.



Imagem 10: Lucifer, Franz Von Stuck, 1890<sup>40</sup>

Diversos modelos de configurações do Diabo, ao longo de mil anos, foram pensados e depurados pela Igreja e pelo imaginário popular, chegando ressignificados aos nossos dias

---

<sup>40</sup>Disponível: [https://www.europeana.eu/portal/pt/record/2063614/BU\\_280\\_09.html?q=what%3A%22http%3A%2F%2Ficonclass.org%2F11K%28LUCIFER%2929%22#dcId=1565\\_070579222&p=1](https://www.europeana.eu/portal/pt/record/2063614/BU_280_09.html?q=what%3A%22http%3A%2F%2Ficonclass.org%2F11K%28LUCIFER%2929%22#dcId=1565_070579222&p=1)

como forma de entretenimento, amplamente utilizados pelas mídias. Séries de televisão, filmes, sites de internet, games, quadrinhos e animações, parece não existir limites para a apropriação da imagem e história da entidade diabólica que contemporaneamente perdeu muito de sua personalidade terrivelmente maligna. O Diabo, que durante o medievo foi instrumento de controle social através da ameaça da condenação eterna, foi repensado. Conforme Almeida (2010, p.01) “o imaginário existente sobre o diabo passou a ser utilizado pela indústria do entretenimento e pela sociedade de consumo como mercadoria capaz de satisfazer os gostos das sociedades e das culturas contemporâneas”.

A banalização da imagem do Diabo foi acompanhada do esvaziamento de sua característica doutrinária, intrinsecamente vinculada a instituição Igreja. Transformado em personagens de HQs e animações deu origem a vilões (Trigon<sup>41</sup> – Os Novos Titãs e Vingador<sup>42</sup> – Caverna do Dragão), a um simpático diabinho de fraldas (Brasinha<sup>43</sup>), a diabretes debochados e sarcásticos (Luci<sup>44</sup> - Desencanto e Luciraldo<sup>45</sup> - Um Sábado Qualquer), o Diabinho no ombro de Homer Simpson e o Diabo Ned Flanders (Os Simpsons<sup>46</sup>), além de um Satã cômico e sensível, com vários problemas pessoais e amorosos (Satã<sup>47</sup>, da animação South Park). Em sua releitura contemporânea a encarnação do mal chegou mesmo a ser transformada em herói em filmes e séries, como no caso de Hellboy<sup>48</sup>, Lúcifer<sup>49</sup> e Sabrina<sup>50</sup>.

Hellboy encarna um personagem de HQ e filmes de ação que tem a completa inversão da natureza de um demônio. Enquanto Agnun un Rama, o Mensageiro do Apocalipse, ele estaria fadado a subjugar e destruir o mundo, mas ao contrário disso se une a uma agência de investigação de casos paranormais e luta contra as forças do mal, protegendo a humanidade. O personagem ainda trás forte apelo cômico sendo bonachão, beberrão, apaixonado por gatos e consumidor de charutos. Na série de televisão Lúcifer, o Anjo Caído em pessoa é o herói. Abandonando o Inferno vem para Terra e torna-se dono de uma casa noturna, onde se envolve com uma policial, auxiliando-a a solucionar casos de homicídio. De Senhor das Trevas e tormento das almas perdidas a barman e auxiliar de detetive. Por último, Sabrina, a jovem

---

<sup>41</sup> Personagem do HQ Os Jovens Titãs, DC Comics, EUA, Marv Wolfman e George Pérez, 1980.

<sup>42</sup> Personagem da série Caverna do Dragão, Animação TV, EUA, Kevin Coates e Dennis Marks, 1983-85.

<sup>43</sup> Personagem de HQ, Harvey Comics, EUA, Warren Kremer, 1957.

<sup>44</sup> Personagem da série (Des)Encanto, Animação TV Netflix, EUA, Matt Groening, 2018.

<sup>45</sup> Personagem das Tirinhas do Site Um Sábado Qualquer, Brasil, Carlos Ruas, 2009.

<sup>46</sup> Personagens de Animação da TV Fox, EUA, Matt Groening, 1987.

<sup>47</sup> Personagem de Animação TV, South Park, Comedy Central, EUA, Trey Parker, 1997.

<sup>48</sup> Personagem de HQ, Dark Horse, Mike Mignola, 1993, transformado em franquia cinematográfica, EUA, Columbia Pictures, Guillermo del Toro (Diretor), 2004.

<sup>49</sup> Personagem da série Lúcifer, Fox, EUA, Tom Kapinos, 2016.

<sup>50</sup> Personagem da série Sabrina, Netflix, EUA, Craig Forrest (Produtor), 2018.

aprendiz de bruxa. Conforme a tradição inquisitorial deveria ser a agente das vontades perversas de Satanás na Terra e não uma heroína. A série apresenta pactos satânicos, sabás, demônios, malefícios, necromancia, sacrifícios, satanismo, Lúcifer e Lilith, mas tem como ponto central a vida familiar e as descobertas juvenis da personagem principal. Embora seja a filha do próprio Lúcifer, princesa do inferno, se nega a abdicar de sua humanidade e luta contra as forças sobrenaturais que ameaçam sua cidade e amigos.

### Considerações

O Diabo iniciou sua trajetória sem representação imagética, existindo somente nas Sagradas Escrituras e nas obras canônicas, onde ocupava papel secundário, subjugado ao poder de Deus. Ao surgir sua imagem, a partir do século XI, passou por uma gradual configuração de características animais, até alcançar a completa hibridização na figura de uma besta predatória e aterrorizante (séc. XIV-XV), que adquiriu poderes e ações praticamente independentes da vontade do Criador. Por fim (pelo menos por enquanto), tornou-se em produto de consumo da grande mídia, destituído da relação intrínseca com o mal e com o medo da condenação eterna ao inferno.

Dentro da doutrina católica seu poder aumentou com a necessidade da Igreja manter o controle sobre o “rebanho” de fiéis. Não é por acaso que as representações imagéticas mais agressivas e impactantes do Diabo e do inferno, bem como a concepção da existência de um complô satânico, que colocava em risco a criação Divina, surgem em período de disseminação de heresias, contestação do comportamento dissoluto da classe clerical e instabilidades políticas e econômicas<sup>51</sup>. Estas crises se refletem diretamente na insatisfação e descontrole da sociedade. Paradoxalmente, no mesmo período, como uma fuga para as pressões cotidianas, ocorre a ascensão do Diabo carnavalesco, burlesco e teatral, que conforta e diverte as pessoas, encarnando a inversão das estruturas de poder. Detalhe interessante é perceber que o Diabo debochado do teatro popular não anulou ou substituiu o Diabo tentador, condenador e

---

<sup>51</sup> Normalmente os movimentos heréticos não eram apenas de cunho espiritual, mas também fortemente marcados por questões sociais, contestando a exploração, a opressão e a riqueza ofensiva da Igreja. Muitos movimentos passaram a pregar a pobreza completa e a negação absoluta do sexo e da violência, em busca de purificação e reformulação da Instituição decadente. Conforme Franco Jr (2012, pp. 59-60) “[...] as heresias rejeitavam as forma de relação católica entre homens e Deus (ritualismo). Elas propunham uma comunicação direta com a Divindade sem sacramentos eclesialístico[...]” Esta posição esvaziava o poder dos sacerdotes, e portanto da Igreja institucionalizada. Por sua vez, este pensamento também atacava a monarquia, legitimada ideológica e espiritualmente pela Igreja. A função da nobreza ficava em risco no momento em que se pregava “[...] negar valor ao castigo, à repressão, exortando ao perdão [...]”, esvaziando o papel da classe guerreira.

castigador. Eles conviveram em equilíbrio e em estratos diferentes do imaginário popular, cada um com sua função.

O aumento do poder e presença agressiva do Diabo junto a humanidade possibilitaram a culpabilização de grupos que foram identificados como seus agentes. A história do Diabo está vinculada a história da criação de grupos que ao longo de séculos foram marginalizados e demonizados, servindo como bodes expiatórios em momentos de crise para os poderes instituídos. Hereges, bruxas, leprosos, pobres, vagabundos, judeus, muçulmanos, dentre tantos outros, conforme as perspectivas da Igreja personificaram a presença nociva do Diabo junto à humanidade. Estes grupos catalisavam o medo coletivo do outro, do diferente. Em muitos casos a perseguição de agentes diabólicos durou séculos conduzindo a verdadeiros genocídios, como no caso da “Caça as Bruxas” e pogroms as comunidades judaicas.

O Diabo e seus agentes foram utilizados pela Igreja como instrumentos de manutenção de uma Pedagogia do Medo que auxiliava a garantir sua hegemonia ideológica. Entretanto, esses mesmos agentes, esses marginais, também configuraram movimentos que podem ser compreendidos como de resistência, dissidência, formas de fuga e revoltas contra a Igreja, demonstrando um dinamismo muito maior do que o lugar comum costuma definir para a sociedade medieval.

A criação da imagem do Diabo apresenta-se como objeto de estudo atemporal, permitindo a reflexão sobre o imaginário de diferentes períodos. Através desse personagem, durante séculos repensado e adaptado, ainda hoje se pode pensar conceitos profundamente imbricados em nossa sociedade como resistência, culpa, pecado e medo. A permanência milenar dessa personagem em nossa cultura suavizou seu impacto assustador, transformando-o em personagem cômico ou heroico, mas deve-se aceitar que ele ainda desperta fascínio e alcança sentimentos profundos e adormecidos em nossas mentes. Ao longo de milênios de existência as características de metamorfose e sedução do Diabo continuam inabaláveis.

### Referências

AGOSTINHO, Santo. **A Natureza do Bem**. Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2005.

ALMEIDA, Marcos Renato Holtz. O Diabo e a Indústria Cultural: as diversas faces da personificação do mal nas telas de cinema. In. **Revista Nures**, n. 16, set-dez, 2010, p. 1-55. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistanures/revista16/MarcosHoltz.pdf> Acesso em: 07/03/2020.

AQUINO, São Tomas de. **De Malo** (Sobre o Mal), Suma Teológica . Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2005. (1272)



BASCHE, Jérôme. Diabo. In. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

BOUCHERON, Patrick. **Como se revoltar?** São Paulo: Editora 34, 2018.  
BOUREAU, Alain. **Satã Herético**. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. **A redenção da Deus: Sobre o Diabo e a Inocência**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2012.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de. “O Diabo e o riso na cultura popular”. In. **Enfoques: Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA da UFRJ**, v.3. no. 1, março de 2004.

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

COSTA, Ricardo da; PEREIRA, Evandro Santana. “Ali haverá pranto e ranger de dentes”: O Inferno na Arte e na Filosofia da Idade Média. In. MOURA, Fabricio Nascimento de (org.). **O Poder do Imaginário: Diálogos com a Antiguidade, Medieval e outras temporalidades**. Imperatriz: Ethos, 2016, p. 274-303 Disponível em file:///C:/Users/claiton/Downloads/ricardo\_e\_evandro.pdf Acesso em 21/09/2019.

COSTA, Ricardo. Um espelho de príncipes artístico e profano: A representação das virtudes do Bom Governo e os vícios do Mau Governo nos afrescos de Ambrogio Lorenzetti (c.1290-1348) - análise iconográfica. In. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Universidad del Zulia/Venezuela, vol. 8, núm. 23, octubre-diciembre, 2003, pp. 55-72. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/sites/default/files/pdfs/27982304.pdf> Acesso em: 10/08/2019.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

EYMERICH, Nicolau. **Directorium Inquisitorum** (Manual dos Inquisidores). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. (1376/Revisto e Ampliado 1578)

FRANCO JR, Hilário. **O Ano 1000: Tempos de medo ou de esperança?** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna: Decifrando o Sabá**, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAPPLER, Claude. **Monstros, Demônios e Encantamentos no Fim da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KARNAL, Leandro. **Pecar e Perdoar: Deus e o Homem na História**. Rio de Janeiro: HaperCollins, 2017.

KELLY, Henry Ansgar. **Satã: Uma Biografia**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum** (O Martelo das Feiticeiras), Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. (1487)

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Deus da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEVACK, Brian P. **A caça as bruxas na Europa moderna**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

LINK, Luther. **O diabo: a máscara sem rosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACEDO, José Rivair. **Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média**. Porto Alegre/São Paulo: Editora da Universidade UFRGS/Editora UNESP: 2000.

MINOIS, Georges. **O Diabo: Origem e Evolução Histórica**. Lisboa: Terramar, 2003a.

\_\_\_\_\_. **História do Riso e do Escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003b.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **Bruxaria e História: As Práticas Mágicas no Ocidente Cristão**. Bauru: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Diabo no imaginário cristão**. Bauru: EDUSC, 2002.

PAPA JOÃO XXII. *Super Illius Specula*, Bula Papal. In. CRUIKSHANK, William., The Pope and Science, American Academi of Science, 1907. (1326)

PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In. LE GOFF (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 291-316.

PLANCY, Collin de. **Dicionário Infernal**. São Paulo: Edusp, 2019 (1863).

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação: As minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ROBERT, Muchembled. **Uma História do Diabo: Séculos XII-XX**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

RUSSEL, Jeffrey Burtton. **Lúcifer: O Diabo na Idade Média**. São Paulo: Madras Editora, 2003.

SCHMITT, Jean-Claud. Deus. In. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

STANFORD, Peter. **O Diabo: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2003.

ZERNER, Monique. **Inventar a Heresia? Discursos Polêmicos e Poderes antes da Inquisição**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. O Diabo e suas múltiplas imagens nas iluminuras do Monstro Devorador e do Anjo Caído (século XV): alguns exemplos. In. **Revista Antíteses**, v. 9, n. 17, jan-jun, 2016, p. 12-35. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/24613> Acesso em: 02/02/2020

## **LIBERDADE DE ENSINAR E LIBERDADE DE APRENDER: GARANTIAS A UM ENSINO DE HISTÓRIA EM SINTONIA COM A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Dr. Fernando Seffner<sup>1</sup>

### **1. Como chegamos até aqui**

O direito à educação não existe no vazio. Ele é suportado por um conjunto de outros princípios constitucionais, e também por um conjunto de políticas públicas que lhe garantem recursos e possibilidades de se efetivar. A conquista e manutenção do direito à educação, em qualquer sociedade, também está associada à existência de movimentos sociais que lutam por ele no interior da sociedade. O direito à educação só se efetiva quando ele é visto como valor importante em uma sociedade, como direito das novas gerações e como garantia efetiva de redução das desigualdades. A listagem dessas garantias todas ao direito à educação é longa, e variou ao longo da história brasileira, a depender dos contextos políticos. No cenário que se inaugura com a aprovação da Constituição Federal de 1988, tal direito se viu fortemente amparado e protegido por garantias legais e políticas públicas, bem como recursos. Tal situação aconteceu por conta da existência, no ambiente político da redemocratização, de muitos movimentos sociais que empunharam essa bandeira. Essa situação permitiu que o Brasil pós 1988 experimentasse o maior crescimento em termos de inclusão na matrícula escolar de toda a sua história, bem como nos indicadores de acesso e conclusão das séries. O sistema escolar do país chega ao ano de 2020 com cerca de 45 milhões de alunos e alunas na educação básica, que agora é obrigatória e começa aos 4 anos de idade, com ingresso na educação infantil, e se estende até próxima aos 18 anos, com a desejável conclusão do ensino médio. Isso totaliza 14 anos de escolaridade. Do total de alunos e alunas matriculados, cerca de 85% cursam a escola pública. Tais números, por si só, constituem uma conquista notável em um país onde sempre se falou da importância da escolarização, mas quase nunca se providenciaram recursos e políticas que pudessem dar corpo a essa demanda. É bastante evidente que somos um país onde, historicamente, as elites governantes trataram de negar a oportunidade de escolaridade a amplas parcelas da população. Muitas vezes, o atendimento ao direito à educação, antes de 1988, só foi efetivado a parcelas restritas do alunado, e ligado à formação para o trabalho.

O período de redemocratização do Brasil, iniciado antes de 1988, possibilitou a ampliação da luta pelo direito à educação, que teve importantes vitórias não apenas na carta

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de ensino de História, integrante do corpo docente do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, [fernandoseffner@gmail.com](mailto:fernandoseffner@gmail.com)

constitucional, mas também em outras legislações, constituição de fundos e definição de fontes de financiamento, criação de instrumentos de regulação e controle da obrigatoriedade de frequência à escola, melhoria das condições salariais ao magistério etc. Claro está que ainda estamos longe das condições ideais, mas é certo que caminhamos muito nos últimos 30 anos em direção a elas. Não por acaso, essa caminhada se deu toda ela dentro do que é considerado o mais longo e mais denso período democrático da história brasileira. Isso já nos permite perceber que acesso à educação de qualidade e democracia plena são processos que se completam e se alimentam de modo recíproco. Quando o ambiente democrático se reduz, a educação logo sofre restrições de todo tipo: financeiras, estruturais, na formação docente, de princípios gerais humanistas, na acolhida ao alunado, na percepção das diferenças e necessidades especiais desse mesmo alunado, na qualidade do material didático etc. E um ambiente de censura, velada ou direta, se manifesta no campo educacional assim que liberdades democráticas se enfraquecem. Esse é o contexto que vivemos hoje no país, e que afeta de modo intenso a educação. O objetivo desse texto é recuperar os pontos essenciais da fala feita no “IV Encontro Discente Imagem, Trajetória e Poder”, organizado pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas em dezembro de 2019. A fala tomou as questões acima como pontos de exposição e debate, e por conta disso, o texto guarda certo estilo coloquial. Dessa forma, esse texto é e não é inédito. Explicando: é inédito porque um texto igual a esse nunca foi escrito por mim. Não é inédito porque o tema tratado aqui está tratado em outros textos de minha autoria, com variações, e por conta disso em alguns pontos remeto a outros textos meus. Aqui se buscou enfatizar alguns elementos mais do que outros, por conta do desenho do evento e da especificidade de tratar do ensino de História e de algumas questões em gênero e sexualidade. Mais do que tratar da escola, o texto se ocupa de pensar a cultura escolar:

[...] cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 2001, pp. 10-11)

A preocupação do texto é pensar os reflexos da restrição democrática, com a consequente restrição das liberdades de aprender e de ensinar, na cultura escolar, mais do que em sujeitos individuais. A partir da definição acima, pensamos a cultura escolar como um largo leque de rituais, símbolos, conteúdos, processos, modos de avaliação, percursos de aprendizado,

estratégias pedagógicas e valores que atua no sentido de produzir sujeitos. Melhor seria dizer que toma crianças e jovens, e busca produzir sujeitos de plena autonomia, conforme aqueles determinantes que cada sociedade considera importantes como atributos de autonomia. Ao percorrer tantos anos de escolaridade, crianças e jovens interagem com a cultura escolar prescrita, e a modificam, por conta dos valores das culturas juvenis e das liberdades democráticas reinantes. É recorrente que se considere que tais processos de produção de sujeitos no interior da cultura escolar se valem de pelo menos três estratégias, todas elas imediatamente reconhecíveis quando circulamos no espaço escolar. São elas os procedimentos de seleção e apresentação dos conteúdos considerados relevantes nas aulas e mesmo fora delas; o conjunto de regras que vai desde o regimento escolar ou os códigos de regras de cada sala de aula até a legislação mais ampla de um país, passando pelas regras que dão corpo as políticas públicas de educação; os muitos modos pelos quais se permite ou não, se estimula ou se desestimula as interações de sociabilidade entre os jovens enquanto vivem na condição de alunos na escola. Atrás de cada ato aparentemente simples e repetitivo da cultura escolar – por exemplo, formar filas de meninos e meninas para ingresso na sala, ou manter uma grade curricular onde há mais horas dedicadas a Matemática do que as Artes – estão presentes pedagogias que reiteram valores sociais ou a eles se opõem. A escola é repetidamente tomada como local de reiteração das normas sociais. Assumimos que ela também é local de possibilidades de transgressão e recriação dessas normas, conforme discutido em PICCHETTI & SEFFNER (2018). As aulas de História podem desempenhar tanto papel de estimular a reiteração da norma – mostrando que as coisas sempre foram assim, então devem continuar sendo assim, e vinculando isso com a noção de tradição – como podem estimular a superação ou transgressão das normas – quando dão ênfase a processos sociais que buscam mudar a situação vigente, vista como injusta ou inadequada para a maioria da população. Com certeza, um ano inteiro de aulas de História comporta os dois movimentos, reiteração e transgressão. No diálogo com o contexto contemporâneo vivido pelos alunos, temos tensão no sentido de reiterar ou transgredir. Os rumos desses debates são sempre contingentes, e podem apontar para direção diferente do que a criança ou o jovem escuta em sua casa. Isso é um problema ou não?

Cada aluno ou aluna sentado ali em uma sala de aula de História é, em geral, também um filho ou uma filha de alguma família. Sem esquecer que no Brasil as pesquisas mostram uma variação cada vez maior dos arranjos familiares. Então o ideal é afirmar que cada filho ou filha ali presente pode estar inserido em arranjos familiares bem diversos. Mas cada aluno ou aluna ali sentado é também provavelmente alguém inserido em algum pertencimento religioso.

Novamente as pesquisas apontam no Brasil para pelo menos quatro deslizamentos importantes nesses pertencimentos religiosos. O primeiro deles é que não somos mais todos católicos apostólicos romanos no Brasil. Cada vez mais somos um país com pertencimentos religiosos diversos, e inclusive com um discreto, mas consistente, aumento daqueles e daquelas que não professam nenhuma religião, o que aliás é um índice que aumenta conforme aumenta a escolaridade do indivíduo. Somos também um país onde as pessoas trocam de religião ao longo da vida. Diferente do tempo de nossos avós, que nasciam, viviam e cresciam no interior de uma religião, sem nem pensar em trocar, agora é comum que pessoas mudem de religião, inclusive mais de uma vez na vida. Em terceiro lugar, somos um país onde quantidade razoável de pessoas professa mais de uma religião ao mesmo tempo, numa química pessoal variável, e que é bem vista por grande número de pessoas, não é mais uma prática condenada por todos. E em quarto lugar somos cada vez mais uma sociedade onde os sujeitos estão inseridos em algum credo religioso, mas demonstram bastante liberdade no modo de professar aquela crença, não necessariamente obedecendo as regras ditadas pela hierarquia. Essa quarta marca é aliás antiga no Brasil, já tendo dado origem desde muito tempo a dois tipos de católicos, os praticantes e os não praticantes. Há hoje em dia um grau que pode ser bem elevado de liberdade pessoal em professar uma crença, obedecendo algumas diretrizes, negociando com outras e simplesmente deixando de lado outras.

E também temos que considerar que cada aluno ou aluna ali sentado na sala de aula de História é um jovem inserido em uma cultura juvenil, ou talvez em mais do que uma ao mesmo tempo, realizando químicas próprias de articulação dos elementos simbólicos das várias tribos juvenis. Ao lado de um menino engajado nas galeras funk podemos ter uma menina feminista. Ao lado de um menino inserido em coletivos de negritude podemos ter uma menina que circula em uma rede de meninas lésbicas, meninas que gostam de outras meninas. Ao se organizar em um grupo de quatro meninos para realização de uma tarefa escolar, podemos ter lado a lado um roqueiro, um jovem que participa de um grupo musical de tradição nativista gaúcha, um outro que só curte sertanejo e um quarto que é apaixonado por música eletrônica e frequenta raves, ou ainda um emo. Não se trata apenas de variação de gosto musical, há claros elementos políticos nas letras e nos estilos musicais citados, e isso obriga a negociações para o convívio social. Ao se reunir para uma tarefa em aula, quatro meninas de um grupo podem revelar que uma delas pretende casar virgem, a outra não pretende casar, uma terceira não tem opinião formada sobre o tema ou nem está interessada nele no momento, e uma quarta já é mãe adolescente. Mesmo um olhar um tanto desatento ao circular por uma escola não deixará de

notar e enorme variedade das culturas juvenis, que se manifesta para muito além da diferença de roupas e adereços e do uso de linguagem própria. Isso sem contar que, em particular no ensino médio, no contexto atual temos em uma mesma classe desde alunos que louvam o período da ditadura militar como exemplo de ordem social, até anarquistas confessos que não desejam nenhuma marca de autoridade estatal sobre suas vidas. As pesquisas que tenho conduzido em geral tomam uma diferença cada vez mais intensa nas negociações da cultura escolar, aquela no eixo gênero e sexualidade. A saber, temos cada vez mais enfrentamentos de posições na cultura escolar entre meninos e meninas, e entre as chamadas minorias representadas pela sigla LGBTQIA+<sup>2</sup> e os meninos e meninas heterossexuais, ou supostamente “normais”, conforme discutido em SEFFNER (2017) e SEFFNER & PICCHETTI (2016). Todas essas situações não constituem algo negativo, pelo contrário, são o sinal mais evidente de vida na democracia. Claro está que demandam enorme trabalho pedagógico para estabelecer regras de convívio. Mas preparam os jovens para compreender a natureza e complexidade do espaço público como local de constante negociação entre posições diferentes, quando não claramente divergentes.

Por fim, nesse apanhado acerca das conexões entre cultura escolar e regimes democráticos, interessa perceber que há uma tensão sempre presente entre o ser aluno e o ser jovem. Ser aluno é ocupar-se no presente com uma preparação para o futuro, dada não apenas pela escolha da profissão, mas pela própria formação escolar, que encontra boa parte de sua justificativa quando pensada na conquista de uma autonomia para desfrute no futuro. Mas em cada aluno e aluna mora um jovem, e ser jovem é algo que remete ao momento presente, a certa fruição dessa idade no contemporâneo. Em nossa cultura a juventude é tida como idade símbolo da potência, da beleza, dos sonhos, das experimentações, da plenitude corporal. Dessa forma, em qualquer aula de História há que se considerar que os temas abordados devem efetuar negociações entre desejos do presente e necessidades do futuro, ao mesmo tempo que trazemos informações do passado. Certamente essa dinâmica é complexa, e exige um professor ou uma professora com liberdade de ensinar, de modo a atender as contingências de cada classe, de cada contexto educacional e político. Tentando resumir o que foi posto, a cultura escolar tem compromisso com a formação integral de crianças e jovens, e envolve um delicado equilíbrio entre muitos elementos: atenção à tradição científica; gestão democrática da escola; liberdade de ensinar; direito à educação; liberdade de aprender; direito de igualdade e de não

---

<sup>2</sup> LGBTQIA+ é a sigla mais corrente para designar um conjunto de identidades de gênero e sexualidade que inclui lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, sujeitos que se reconhecem como queer, pessoas intersex, assexuais e outras identidades nesse campo, indicadas pelo sinal +.

discriminação; garantia da liberdade de expressão; respeito com as culturas juvenis; equidade de gênero; aceitar e valorizar a diversidade de pertencimento religioso; fazer da escola um local laico para permitir a livre expressão das religiões sem tomar alguma como superior as outras; valorizar o pensamento científico e seu legado etc. O momento político atual coloca em risco a educação como direito de todos e todas, e afeta o adequado equilíbrio destes componentes todos. O ensino de História sofre ataques por muitos lados no cenário contemporâneo: negacionismo, revisionismo, anti-intelectualismo, partidarismo etc. A abordagem de tópicos de gênero e sexualidade traz consigo uma dose de pânico moral nas aulas de ensino de História. Todos esses elementos indicam cerceamento do regime democrático, demonstrando como são sensíveis os espaços educativos aos ataques à democracia.

Se por um lado temos manifestações e movimentos sociais conservadores que apostam na redução democrática e atingem o ambiente educacional, como é o caso do movimento “escola sem partido” e do movimento “ideologia de gênero”, por outro há um conjunto de garantias institucionais vigentes. Devemos conhecer essas garantias, pois em tempos de ameaça à democracia é nelas que residem as defesas. Elas têm sua expressão maior na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em particular no Artigo 206, que estabelece os princípios da educação nacional, e afirma a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a exigência de formação e concurso para o provimento no cargo de professor e a gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade. Tais princípios foram depois objeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), onde estão desenvolvidos e especificados. Mas há também outros documentos legais importantes para pensar a liberdade de aprender. Um deles é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) que trata, entre outros, das garantias sociais de educação das crianças e dos jovens. Nesse estatuto encontramos elementos que nos permitem afirmar tanto o direito quanto a liberdade de aprender das crianças e jovens, ligadas ao direito mais geral de formação e a dignidade da criança e do jovem. Não está de acordo com a lei negar informações as crianças e jovens, e a qualidade dessas informações está em conexão com o pensamento científico, tarefa da escola.

Outra fonte de garantias legais é o conjunto de documentos dos planos nacionais de educação. Particularmente interessa o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024 (BRASIL, 2014). O plano é resultado de amplo



processo de consulta e debate, que começou em conferências locais de educação e culminou na Conferência Nacional de Educação (BRASIL/MEC/CONAE, 2010). O plano estabelece metas concretas, indica fontes de financiamento, e foi aprovado como lei federal. É um documento que estabelece uma política de estado, válida até 2024. Sua vigência, portanto, atravessa governos, e essa lei não foi revogada. Pode ser usado para amparar os esforços de uma aula de História que defenda a ampla inclusão escolar, que lute contra a desigualdade social, que esclareça os alunos quanto a fontes de financiamento da educação, que indique quais responsabilidades em educação cabem a cada um dos entes federados etc. O Plano Nacional de Educação é um documento importante, que simplesmente deixou de ser citado pelo atual governo federal, dando a impressão de que estaria superado ou anulado. Ele é um documento vigente, de fácil consulta quanto às metas, e deve servir de apoio ao planejamento das aulas e atividades escolares.

E por fim, nessa curta, mas importante, listagem de documentos de estado que estabelecem as regras de funcionamento do sistema nacional de educação, temos que lembrar do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, conhecido pela sigla FUNDEB. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a necessidade de criação de leis e fundos para subsidiar o processo de ampliação do sistema nacional de educação. Como todos sabem, dizer que algo deve ser feito e não providenciar adequadamente os fundos e recursos para que a coisa possa ser feita é o mesmo que assumir que nada será feito. Políticas públicas sem orçamento não existem, não saem do papel. O primeiro fundo criado foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que esteve em vigor de 1997 a 2006. A partir de janeiro de 2007 o país passou a contar com o FUNDEB, cuja vigência termina agora em 2020 (BRASIL, 2007). A discussão sobre sua continuidade tem aparecido na mídia com o nome de NOVO FUNDEB. A lembrança que fizemos aqui destes documentos importantes no campo das políticas públicas de educação indica duas coisas. A primeira é que, no atual contexto de enfrentamentos e lutas em torno de uma educação de qualidade, tão importante quanto citar argumentos pedagógicos é citar artigos de lei. A segunda é que temos vivido tempos em que o governo simplesmente faz desconhecer as leis aprovadas, e passa a impressão de que sua vigência se extinguiu, ou foi substituída por outra regulamentação. Políticas públicas podem morrer por diversos motivos, um deles é pelo silêncio em torno delas. Portanto, é hora de ir para a sala de aula armado não apenas de princípios pedagógicos, mas de um claro conhecimento das leis vigentes.

## 2. Dos enfrentamentos do presente

Partimos da constatação de que há, em grande parte dos países do mundo, um processo em curso de desdemocratização, de perda da densidade democrática, por vezes chamado de morte das democracias, ou de assassinato das democracias. Tal processo tem algo de paradoxal. No mundo todo, a grande maioria dos países se assume como democracias. Mas a prática democrática está cada vez mais esvaziada e desacreditada:

Hoje em dia a democracia desfruta de uma popularidade mundial sem precedentes na história, porém nunca foi tão conceitualmente imprecisa e substancialmente vazia. Talvez a popularidade atual do termo dependa da imprecisão e esvaziamento de significado e eficácia [...] (BROWN, 2018, p. 291)

Tal situação nos leva a propor um primeiro enfrentamento, que é de natureza teórica: necessitamos aprofundar nossa compreensão sobre os nexos que se estabelecem entre a educação e a democracia. Enquanto vivíamos em uma democracia, parecia pouco importante refletir sobre tais nexos, pois eles estavam em grande parte assegurados. Agora, tal qual o oxigênio quando começa a rarear, precisamos novamente nos debruçar sobre as conexões entre democracia e educação. Apoiados em discussão feita por VIANNA & LOWENKRON (2020), afirmamos que a democracia faz a educação, e a educação faz a democracia. Há uma relação intrínseca entre esses dois termos, entre as políticas públicas que instauram e mantêm a democracia e as políticas públicas que tratam de providenciar efetividade da educação nacional. No limite, afirmamos que não há como falar em processos educacionais na ausência de ambientes democráticos. Na ausência de democracia podemos ter instruções, catequizações, orientações, obrigações, doutrinações, treinamentos, mas não temos espaço para processos educacionais. Isso porque a educação convive com a dúvida, o questionamento, a liberdade de expressão e a possibilidade de instauração do novo.

Disseminou-se no país o slogan “meus filhos, minhas regras”, proposto pelos criadores do movimento "escola sem partido". Se assumimos que a criança tem direitos e dignidade pessoal, como afirmado de modo explícito no Estatuto da Criança e do Adolescente, como imaginar que ela vai ampliar sua autonomia circunscrita à opinião de seus pais? É compreensível que pais e mães sintam-se um tanto “roubados” quando percebem que seus filhos manifestam simpatias por ideias e concepções de mundo que não são aquelas da família de origem. Mas o caminho da autonomia pessoal implica dialogar com muitas fontes de

conhecimento, e as novas gerações não vieram ao mundo para simplesmente crescer limitadas à gramática familiar. O slogan “meus filhos, minhas regras”, é usado constantemente para atacar os valores escolares, fazendo crer que a escola, e notadamente professores e professoras, estariam “fazendo a cabeça” das crianças e jovens. Isso implica esquecer que as crianças e jovens estão imersos em um mundo de conexões, trocas e diálogos, e sujeitos a uma variedade de fontes de informação, inclusive e cada vez mais aquelas fontes do mundo digital. É a partir dessa diversidade de fontes que vão formando suas opiniões pessoais. E nem tudo que tomam conhecimento na escola foi dito por professores e professoras, pois o ambiente escolar, como já comentamos, é hoje em dia um local privilegiado para a vivência das culturas juvenis. Não se vai à escola apenas para estudar, como muitos imaginam. Se vai à escola para viver as culturas juvenis, em conjunto com os demais jovens. Não há outro local na sociedade brasileira onde tantos jovens se reúnam, de modo continuado ao longo do ano, e possam dialogar e trocar ideias. Conviver com os demais é também instância de aprendizado. Esse aprendizado tem implicações com a produção de um sujeito que valoriza a democracia.

A cultura escolar deve prezar por valores como tolerância religiosa, equidade de gênero, direito de inclusão, igualdade de oportunidades, práticas de debate argumentado, trabalho cooperativo, estímulo da solidariedade, preocupação com o bem comum etc. As aulas de História podem auxiliar de modo decisivo nessa direção. Um dos modos disso acontecer é quando as aulas de História abordam os chamados temas sensíveis, questões socialmente controversas ou passados que nunca passam. Nosso passado de discriminação racial é um passado que nunca passa, ele se atualiza no presente em práticas que trazem a marca do tempo da escravidão. Nos temas em gênero e sexualidade temos outro passado que nunca passa, aquele da submissão da mulher, o que se revela nos menores salários pagos a elas, mesmo quando no desempenho da mesma função, na sobrecarga de trabalho em casa, na dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho. Os séculos em que a mulher foi considerada, após o casamento, quase como uma propriedade do homem ainda produzem reflexos, sendo o exemplo mais claro o das altas taxas de feminicídio, o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, e por tentarem exercer sua autonomia pessoal, prevista em lei, quando por exemplo decidem encerrar um relacionamento. O domínio de uma mentalidade heteronormativa, que situa os homens heterossexuais no topo da hierarquia social, enquanto relega os homens homossexuais a uma posição inferior, ajuda a explicar a permanência da vulnerabilidade das vidas da população LGBTQIA+. Dessas situações todas podemos pensar uma consequência importante para o ensino de História, qual seja, não tomar os temas como isolados em um passado já sabido e

conhecido. O estudo da escravização dos negros e negras no Brasil não é algo que se possa fazer como encapsulado em um momento do passado, e apenas a ele restrito. Ele tem marcas concretas em cada canto do Brasil, e certamente nas salas de aula. Desse modo, as aulas de História podem ajudar na construção de uma sociedade democrática, onde a igualdade de oportunidades e a justiça social sejam a regra, combatendo uma sociedade de privilégios e de autoritarismo. No sentido inverso, uma sociedade mais democrática ajuda na produção de aulas de História com liberdade de expressão, garantindo os direitos que afirmamos no título desse artigo, a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender.

De modo geral, sociedades de cunha autoritário reduzem o tempo escolar, encaminhando os jovens para o trabalho desde cedo, ou tratando de lhes fornecer, durante o percurso escolar, estritamente informações que envolvem a preparação para o trabalho e a inserção na sociedade tal qual ela está desenhada, não permitindo momento em que os jovens possam se indagar se a sociedade pode ser modificada. Tal situação aconteceu durante a ditadura civil militar de 1964 a 1985, que na reforma educacional da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 retirou um ano do percurso educacional (BRASIL, 1971), sob a alegação de que havia ali um conjunto de conteúdo que já estava tratado em outros anos da escolaridade. Foi com o retorno ao ambiente democrático que esse ano retirado foi reincorporado, e o percurso escolar foi alargado, tanto para um início antecipado quanto para uma conclusão próxima dos 18 anos. A isso se soma também a progressiva disseminação entre nós da escola de turno integral, que abre novas possibilidades de sociabilidade entre os alunos, pois eles passam mais tempo na escola, realizando ali cinco refeições. Também abre espaço para pensar novas modalidades de aulas de História, oferecidas a grupos por interesse, na forma de enriquecimento curricular. Há também uma importante tarefa na escola de turno integral, qual seja, aquela de permitir aos jovens navegar nos ambientes da web, aprender a coletar informações, comparar fontes, selecionar dados, construir hipóteses de pesquisa, comparar versões, seguir posicionamentos de indivíduos e instituições, trocar ideias diretamente com outros interlocutores via plataformas digitais. A riqueza de informações da web pode ser paralisante, e pode também ser objeto de muitos projetos de pesquisa e diálogo. A existência de redes sociais pode permitir a conversa entre jovens de locais diferentes, permitindo comparar impressões a partir de pontos de vista diversos. Tudo isso é atividade de cunho pedagógico, que necessita de professores e professoras da área das Humanidades, em particular da História.

Como regra, ambientes educativos democráticos são marcados por proliferação de perguntas, de questões, de dúvidas e de impasses. Aulas de História nesses ambientes contam

narrativas que mostram muitos atores sociais, lidam com muitas fontes, permitem muitas indagações sobre os sentidos do passado. São também ambientes que estimulam reflexões sobre o contexto presente. Afinal, as aulas de História na educação básica não têm como propósito formar historiadores em miniatura, mas proporcionar aos jovens a tomada de decisões sobre o presente, fornecendo a eles ferramentas teóricas e conhecimentos que de outro modo dificilmente teriam acesso. Professores e professoras nesses ambientes desempenham também a função de adultos de referência, são servidores públicos, que operam a política pública de educação, e com os quais os jovens podem dialogar. Não são pais, nem mães, nem tios ou tias, nem padres ou pastores, nem irmãos mais velhos dos alunos e alunas. São adultos de referência, com os quais os jovens podem dialogar em suas áreas de expertise. Ao cumprir esse papel, professores e professoras seguem diretrizes pedagógicas, mas têm autonomia pedagógica e didática. Professores e professoras não são burocratas, que simplesmente cumprem programas, e isso nem seria desejável, pois não é dessa forma burocrática que se apresenta aos jovens o conhecimento científico.

As aulas de História realizam uma delicada tarefa. Por um lado, inserem as classes de alunos e alunas em uma tradição. Ou seja, mostram aos jovens que o mundo não começou quando eles nasceram, o mundo tem história, e dentro do mundo há muitos mundos diferentes. Há elementos dessa história que consideramos importantes de serem apresentados às novas gerações, e por conta disso esses elementos foram inseridos no currículo escolar, numa tomada de decisão que conjuga estratégias científicas e igualmente políticas. Mas nas aulas de História os jovens também aprendem que a tradição pode ser modificada. Aliás, isso aconteceu muitas vezes na história, por muitos e diferentes motivos, e muitos dos episódios que representam esses momentos de ruptura com a tradição estão nos livros didáticos desde sempre, como é o caso da Revolução Francesa, por exemplo. Esse jogo delicado entre inserir em uma tradição, e ao mesmo tempo mostrar que ela pode ser modificada, constitui tarefa política por excelência do ensino de História. Ao dizer que algo é da nossa tradição, podemos dizer isso tanto de modo afirmativo, como de modo interrogativo. Podemos chegar à conclusão que algo não tem mais sentido de ser mantido em nossa tradição, e deve ser modificado, porque os tempos mudaram. Ou então que deve ser preservado, pois é necessário nesses novos tempos. Tais escolhas não são tranquilas, e nem contam com unanimidade, sendo objeto de disputas em todas as sociedades. A aula de História ajuda a pensar como essas decisões devem ser tomadas no tempo presente. E ajuda a criar um clima de debate argumentado em torno desses temas, educando para o convívio democrático.

Uma aula de História atenta a essas questões efetua recortes no passado, em função de demandas do presente. Muitas vezes de olho em um presente que se manifesta ali, na sala de aula, e que pode se dar na forma de uma discriminação racial, de um preconceito por conta da orientação sexual ou até mesmo por conta de uma violência de gênero. Ou até mesmo pela constatação de que toda aquela classe de alunos e alunas, toda a região onde a escola está situada, padecem da falta de mínimas condições para uma boa existência, enquanto os recursos são direcionados para outros fins, beneficiando os que já possuem um bom padrão de vida. O aprendizado da História recolhe questões do presente, e as leva ao diálogo com situações do passado. Ao fazer isso rompe com certa colonialidade do tempo, em que tudo já está devidamente encaixado e resolvido em grandes períodos e totalidades, e mostra que a maioria das questões do passado não está resolvida, até porque sua resolução se dá no presente, que está em constante mudança e disputa. No contexto atual da sociedade brasileira um objetivo importante do aprendizado da História é fornecer elementos para pensar o direito ao mais amplo exercício da liberdade de expressão e de viver sem sentir medo. E a forte politização que atravessa a sociedade brasileira levanta um tema com certeza de difícil abordagem, que é o de como lidar com os discursos de ódio na aula de ensino de História? Quais os limites entre a liberdade de expressão e a produção de discursos de ódio? Uma aula de História tem à disposição amplo leque de situações do passado onde os discursos de ódio produziram genocídios, massacres, eliminação de comunidades e etnias. Por fim, no contexto político e econômico atual, o direito à educação implica que se coloque em debate, em perspectiva histórica, um conjunto de categorias que ganhou força em nosso cotidiano, tais como neoliberalismo, racionalidade neoliberal, sujeito empreendedor, flexibilização, sucesso individual, meritocracia, conforme discutido em SEFFNER (2020). Que valores essas categorias manifestam, ao pensar a vida social? Pode uma sociedade ser formada apenas de indivíduos individualmente empreendedores? Nossos governantes falam em solidariedade, vulnerabilidade social, fraternidade, cooperação? Ou falam o tempo todo em competição, sucesso pessoal, cada sujeito é uma empresa, o mercado decide tudo? Novamente lembramos, há na história um conjunto de cenários sociais onde tais enfrentamentos, a seu modo, já foram feitos. Podemos endereçar, a partir do presente, perguntas a tais momentos do passado, não no sentido de tirar lições, mas para aproveitar o que aconteceu enquanto experiência da humanidade, entendida aqui a experiência não como aquilo que nos acontece, mas o que fazemos com o que nos acontece. Para realizar todas essas tarefas, a educação, a escola pública

e a aula de História necessitam acontecer e existir num ambiente de liberdade de ensinar e liberdade de aprender.

### 3. Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 5692/71- Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971 Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> Acesso em 30 de maio de 2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em 5 de janeiro de 2020

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Brasília, 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em 30 de maio de 2020

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em 10 de abril de 2020

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 30 de maio de 2020

BRASIL/MEC/CONAE. Documento Final Conferência Nacional de Educação. Brasília. Disponível em [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf) Acesso em 30 de maio de 2020

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, 2007 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm) Acesso em 30 de maio de 2020

BROWN, W. Hoje em dia, somos todos democratas. Sapere aude, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291-302, jan./jun. 2018. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/20158> Acesso em 30 de maio de 2020

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195> Acesso em 10 de abril de 2020

PICCHETTI, Yara de Paula & SEFFNER, Fernando. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. LINHAS CRÍTICAS (ONLINE), v. 23, p. 717-739,

2018. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/23614>  
Acesso em 29 de maio de 2020

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? Reflexão e Ação (Online), v. 24, p. 61-81, 2016. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>  
Acesso em 29 de maio de 2020

SEFFNER, Fernando. Tem nexos não falar sobre sexo na escola? TEXTUAL (PORTO ALEGRE), v. 1, p. 22-29, 2017. Disponível em [https://issuu.com/sinprors/docs/textual\\_mai\\_2017\\_completa\\_web](https://issuu.com/sinprors/docs/textual_mai_2017_completa_web) Acesso em 29 de maio de 2020

SEFFNER, Fernando. Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. PRÁXIS EDUCATIVA (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-19, 2020. Disponível em <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15010> Acesso em 30 de maio de 2020

VIANNA, Adriana & LOWENKRON, Laura. Apresentação Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, Epub, 2017. Disponível on-line. Acesso em: 3 jan. 2020



## **Cultura Visual e Midiática**

Profa. Ma. Maria Clara Lysakowski Hallal<sup>1</sup>

Profa. Ma. Márcia Tavares Chico<sup>2</sup>

A proposta deste Simpósio Temático é estabelecer um espaço de discussão teórica e metodológica sobre os estudos das relações entre cultura visual, mídias e história. Desde seu surgimento, os estudos da cultura visual se colocam em uma condição interdisciplinar por causa de sua relação de interlocução e produção de sentido com diferentes saberes e práticas. Assim, o Simpósio busca reunir trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores que estudem a cultura visual e midiática em seus mais variados aspectos. Aceitaremos trabalhos sobre fotografia, quadrinhos, cinema e outros assuntos que sejam pertinentes à temática.

---

<sup>1</sup> Doutoranda (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande. Email: clarahallal@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Mestra em Literatura Comparada e Licenciada em Letras Português/Inglês e Literaturas pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marciatch@gmail.com

## **GÊNERO E SEXUALIDADE NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS – O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE E DISCENTE**

Prof. Me. Artur Rodrigo Itaqui Lopes Filho<sup>1</sup>  
Mestre Adriana Silva da Silva<sup>2</sup>

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente trabalho pretende expor o conjunto de experiências desenvolvidas, tanto no que tange o papel docente, quanto discente, ao longo da disciplina intitulada: *Gênero e sexualidade nas histórias em quadrinhos*, ofertada no primeiro semestre do ano de 2018, no curso de Bacharelado em Design do Instituto Federal Sul riograndense de Pelotas. A disciplina foi ministrado pelo professor Artur Rodrigo Itaqui Lopes Filho e teve como propósito promover um espaço para a discussão sobre a representação, tanto de gênero, quanto da sexualidade no cenário das histórias em quadrinhos, buscando, a partir da leitura de textos (e de histórias em quadrinhos), entender como a cultura da mídia veio abordando esses temas ao longo de seu desenvolvimento histórico. Em um sentido geral, a disciplina teve um caráter historiográfico, resgatando, junto ao desenvolvimento da história das histórias em quadrinhos, algumas das (muitas) abordagens e atribuições dadas à grupos de gênero distintos, assim como às diversas expressões da sexualidade ao longo do desenrolar temporal.

Como uma disciplina voltada para a graduação, fora estimulado a promoção de um ambiente fértil para discussões a respeito da representação de gênero e da sexualidade nas histórias em quadrinhos (ao longo de seus anos de publicação). Com isso, se buscou promover um maior entendimento de como essa mídia tem reforçado pré-conceitos e, ao mesmo tempo, rompido com paradigmas construídos ao longo do desenrolar temporal, assim como foi buscado ressaltar os aspectos contextuais, os quais imprimiram características distintas na promoção da representação de gênero e da sexualidade em suas muitas produções. Tendo como base textos e histórias em quadrinhos selecionados, a disciplina pretendeu promover o desenvolvimento do discernimento crítico acerca dos arquétipos e estereótipos manifestos ao longo da história das histórias em quadrinhos e munir o estudante de um conhecimento histórico/filosófico que o permitisse refletir, questionar e analisar esse cenário, assim como entender, um pouco mais, sobre essa mídia e como ela vem abordando os diferentes gêneros e os aspectos da sexualidade.

---

<sup>1</sup> Professor Substituto de Filosofia no Instituto Federal Sul-Rio-grandense de Pelotas, Tutor no Bacharelado em Filosofia na modalidade EAD pela Universidade Federal de Pelotas e Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas. Email: artursan@gmail.com

<sup>2</sup> Project Manager at Main Leaf, Designer Instrucional e estudante de Design no IFSul - Pelotas. Email: drikassilva@hotmail.com

Em um âmbito formal, as aulas foram ministradas a partir dos seguintes procedimentos: exposições orais e dialogadas; discussões sobre os conteúdos a partir de textos, histórias em quadrinhos selecionados, filmes e imagens. Enquanto avaliação da disciplina, houveram dois momentos distintos, mas igualmente complementares: 1) A leitura interpretativa de uma personagem das HQs, escolhida livremente pelos estudantes, onde cada um buscou apresentar a história que circundava a criação e a produção da personagem, sua origem ficcional e aspectos (percebidos) que compunham seu imaginário, tais como traços psicológicos, conduta social, conduta sexual e outros mais. 2) Por fim, como proposta de trabalho final da disciplina, foi proposto a criação de um personagem que viesse romper com os estereótipos de gênero e/ou sexualidade apresentados pelas HQs ao longo de sua história. O projeto visou a escrita de um *concept* que descrevesse as características físicas do personagem, características psicológicas, objetivos, motivações e a contextualização de seu universo de origem. Juntamente foi pedido a entrega de um esboço da personagem, sendo necessário justificar as escolhas estéticas atribuídas à sua criação.

Assim, a disciplina decorreu seguindo o seguinte cronograma:

Aula 01	Apresentação da disciplina, da proposta de trabalho e debate acerca da questão: o que são as histórias em quadrinhos?
Aula 02	Entre apocalípticos e integrados – uma postura acerca da produção midiática (leitura do texto <i>Apocalípticos e Integrados</i> de Umberto Eco).
Aula 03	Arquétipos e Estereótipos: o que alimenta a criação? – uma maneira de pensar a cultura da mídia (leitura do texto <i>Herói de Mil Faces</i> de Joseph Campbell).
Aula 04	O imaginário e suas representações – introdução ao conceito de imaginário e como ele se manifesta no cenário das representações midiáticas (leitura do texto <i>Narrativas Gráficas</i> de Will Eisner).
Aula 05	As mulheres nas Histórias em Quadrinhos e o cenário pré- <i>Wonder Woman</i> .
Aula 06	A segunda guerra mundial: um cenário para o protagonismo masculino? (leitura do texto <i>She can do it!</i> de Mark Fertig).
Aula 07	Então surge a <i>Wonder Woman</i> e o discurso de liberdade e igualdade transcende a lógica do soldado (leitura do texto <i>A história secreta da Mulher-Maravilha</i> de Jill Lepore).
Aula 08	Apresentação do primeiro trabalho
Aula 09	Fredric Wertham e a Sedução dos Inocentes – o temor acerca da influência das histórias em quadrinhos (leitura do texto <i>Escola para o Crime</i> de Fredrich Wertham).
Aula 10	O Comic Code Authority – Millie, the model, Lois Lane e Batgirl como herdeiras do Macarthismo (Leitura do texto <i>Marvel Comics – a história secreta</i> de Sean Howe).
Aula 11	Então Stan Lee cria o Homem Aranha e as histórias em quadrinhos se tornam mais íntimas e viciais.
Aula 12	E os X-Men falam sobre um mundo que teme o "diferente" (leitura do texto X-Men e a filosofia de Willian Irwin).

Aula 13	Enfim a sexualidade entra em cena com Crepax e Manara – estereótipos reforçados ou livre expressão de uma intimidade exposta?
Aula 14	<i>V- for vendeta</i> – a distopia de uma sociedade conservadora?
Aula 15	Rompendo paradigmas com Adão Iturrusgarai e Laerte.
Aula 16	Alan Scott, Estrela Polar, Colossus, Constatine, Batwoman e muito mais - então a sexualidade deixa o <i>underground</i> .
Aula 17	Apresentação dos projetos finais
Aula 18	Apresentação dos projetos finais
Aula 19	Término da disciplina

Como resultado da primeira atividade, os estudantes apresentaram leituras instigantes de personagens diversos do universo das HQs como Kamala Khan<sup>3</sup>, Feiticeira Escarlate<sup>4</sup>, Oscar<sup>5</sup> e outros mais. E como trabalho final da disciplina, a criatividade permitiu com que personagens passassem a abordar, de maneiras diversas, o paradigma do gênero e da sexualidade. Uma *drag queen* com o poder de influenciar o humor das pessoas, curando doenças e buscando transformar o mundo; uma mãe com o peso avantajado, super-forte e impenetrável que, todos os dias, comete pequenos (grandes) atos de heroísmo cotidiano; um personagem sem memória que narra as suas experiências, buscando descobrir quem de fato é, o leva a um mergulho em questões existencialistas; são alguns dos muitos personagens desenvolvidos pelos estudantes. Para fins de objetividade em um artigo (limitado), passaremos a abordar o movimento que estimulou o desenvolvimento da disciplina, a fundamentação teórica que embasou a mesma, assim como apresentaremos, ao término do mesmo, um dos muitos trabalhos finais, para fins de exposição dos resultados consequentes dos estudos desenvolvidos.

## 2. COMO SURTIU A DISCIPLINA - GÊNERO E SEXUALIDADE

A disciplina em questão surgiu, enquanto ideia, quando cursando a disciplina *Gênero e sexualidade*, ministrada pela professora Carolina Kesser<sup>6</sup>, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Na disciplina, muito se debatia acerca da leitura que diversos grupos sociais, ao longo do tempo, promoviam acerca de gêneros distintos, assim como dos aspectos da sexualidade atrelados a esses mesmos grupos, tal como, no ocidente, o entendimento de que a mulher deve ser recatada e manter sua virgindade para um futuro desfrute de seu consorte e, em oposição, a compreensão, muito difundida, de que o

<sup>3</sup> Personagem fictícia do universo estadunidense, vinculada a editora Marvel Comics e criada no ano de 2013.

<sup>4</sup> Personagem fictícia do universo estadunidense, vinculada a editora Marvel Comics, criada no ano de 1964.

<sup>5</sup> Personagem fictícia do universo japonês, originalmente publicada como protagonista do mangá intitulado: Rosa de Versalhes (Versailles no Bara), no ano de 1979.

<sup>6</sup> Professora e pesquisadora vinculada a Universidade Federal de Pelotas, pós-doutora em arqueologia.

homem, por sua vez, deveria apresentar uma sexualidade ativa, assim como um papel de dominância. Dentre as muitas abordagens trabalhadas pela disciplina, um texto nos despertou um considerável interesse: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), da Joan Scott<sup>7</sup>.

A autora, em seu trabalho, ressalta a importância de se estudar o gênero enquanto categoria a ser concebida pelos estudos da historiografia, visto fato de a própria concepção das categorias clássicas binárias (masculino e feminino), trazerem consigo um imaginário singular, o qual influencia a própria documentação histórica produzida em contexto diversos. Vejamos as palavras da autora:

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p.72).

Em continuidade a sua exposição, a autora referencia o trabalho da Natalie Davis<sup>8</sup>, buscando ressaltar a necessidade de se avaliar o gênero como uma categoria distintiva, o qual carrega em si um vasto conjunto de características atribuídas a este, sempre em acordo com o contexto de sua elaboração e sustento. Em outras palavras, para a autora, a categoria de gênero deve ser entendida em sua especificidade, desassociando deste, todo o conjunto de atribuições, muitas vezes preconceituosas, os quais imputam uma espécie de natureza implícita a composição dos muitos gêneros. Em acordo com Scott, atrelado ao papel social, muitas vezes alimentado por culturas diversas que, por sua vez, imputam a grupos distintos um papel determinado, temos um vasto código de condutas atrelados ao papel de gênero em meio a contextos diversos e que acabam por implicar em práticas de representação de grupos, por deveras tendenciosas, influenciando no juízo e no modo em que concebemos o outro.

Em eco ao discurso de Scott, a obra *O segundo sexo* (2009), de Simone de Beauvoir<sup>9</sup>, escrita, originalmente no ano de 1945, ressalta a mesma preocupação e, igualmente, reforça o mesmo alerta dado por Scott. Para Beauvoir a ideia de mulher, assim como de homem,

<sup>7</sup> Importante historiadora estadunidense, nascida no ano de 1941.

<sup>8</sup> Historiadora canadense-estadunidense, nascida no ano de 1928 e protagonista nos estudos de gênero no âmbito dos estudos historiográficos.

<sup>9</sup> Filósofa francesa, protagonista nos estudos de gênero, da sexualidade e um dos expoentes da corrente de pensamento existencialista francês.

decorrem de uma construção social, a qual atribui a duas formas biológicas distintas (que se baseia na formação física dos corpos, em estrito, a posse de um pênis ou vagina), uma determinada conduta social igualmente distinta, associada a uma natureza implícita. Acompanhem as palavras de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 2009, p.235)

Conforme as palavras da autora, ninguém nasce mulher: torna-se mulher, o que significa que, o gênero feminino, em síntese, corresponderia a um conjunto de ideias imputadas a um determinado grupo, que nesse caso, corresponderia aquelas que, segunda a autora, seriam as castradas, isto é, aquelas que estariam em oposição ao macho, portanto, o responsável pela determinação do conjunto de valores atribuídos ao outro. Por outro lado, poderíamos expandir a própria definição de Beauvoir e universalizar tal espectro, entendendo que toda construção de gênero, tanto aquela atribuída ao feminino, quanto aquela atribuída ao masculino, constituem um processo de atribuição ao outro do que, em tese, deveria conferir a sua própria natureza. Corroborando com a posição de Beauvoir, no que tange o feminino, o masculino seria o determinante das atribuições que, por sua vez, colocariam a mulher como dotada de uma posição social de inferioridade ao masculino; por consequência (e expandindo a perspectiva da autora), o masculino atribuiria a si uma armadilha, a qual instigaria ao próprio homem uma (necessária) conduta ideal, condicionando, muitas vezes de maneira violenta, os muitos sujeitos que se encontraria nessa categoria, a sujeição aquilo que conferiria o papel de um (verdadeiro) homem.

Frente as discussões promovidas, o *insight* para a disciplina se fez enaltecer enquanto questão: *como o processo de construção de gênero, assim como da sexualidade é manifestado na cultura da mídia, em específico, como é explorado tais concepções no cenário das histórias em quadrinhos? Em resumo, como as representações do masculino e do feminino nos apresentam, mesmo que em eco, a concepção de um determinado contexto acerca do gêneros distintos, assim como de sua sexualidade?*

### **3. UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS**

Frente aos questionamentos despertados, passamos a entender que toda concepção valorativa construída (e sustentada) acerca do outro (entendido como um símbolo do diferente),

passa por um processo de estereotipação, o qual estabelece, a esse, um padrão que, por sua vez, permite o desenvolvimento de um *modus operandi* confortável (claro, para aquele que promove a estereotipação). Desse modo, aquele que promove a estereotipação do outro se aloca em uma posição estrutural/basal, no sentido de ser ele a representação de um padrão fundacional e, por consequência, o outro, passa a ser considerado sua face degenerada ou, em outras palavras, aquilo que foge ao padrão estabelecido. Assim, a atribuição de padrões determinantes na concepção do outro (estereotipação), acaba por passar, do mesmo modo, por um processo de juízo valorativo, o qual julga o outro e estabelece, ao mesmo tempo, um modelo representacional. Por fim, tal modelo acaba por balizar as muitas manifestações contextuais, possíveis de serem observados ao longo do desenrolar temporal: seja em piadas, programas de televisão, rádio, cinema, músicas, pinturas, esculturas, obras literárias e, inclusive, histórias em quadrinhos.

Em se tratando das questões de gênero e da sexualidade, o estereótipo se faz enaltecer e, nos parece evidente, quando passamos a observar a produção das histórias em quadrinhos de uma época e encontramos personagens heterossexuais se tornando mais comuns que outras diversas manifestações da sexualidade existente; homens esbeltos, fortes, conquistadores, dominantes, aventureiros serem mais comuns que mulheres com tais características; e, em oposição, mulheres extremamente sensuais, que almejam um parceiro amoroso, ingênuas e raramente protagonistas serem comuns em muitas produções. Esse processo, nos permite conceber o contexto como o lugar donde interpretações (valorativas) são concebidas, manifestas enquanto representação, toda vez que alguém (ou algum grupo) desenvolve uma produção qualquer (LOPES FILHO, 2019).

Corroborando com nossa perspectiva, Will Eisner<sup>10</sup>, ressalta que os estereótipos compõem o imaginário de contextos diversos, sendo alimentados por crenças, valores, ideologias e demais concepções subjetivas, formando padrões que, muitas vezes, influenciam e determinam a produção de uma época. Conforme o autor escreve em sua *Narrativas Gráficas* (2005):

A arte dos quadrinhos lida com reproduções facilmente reconhecíveis da conduta humana. Seus desenhos são o reflexo no espelho, e dependem de experiências armazenadas na memória do leitor para que ele consiga visualizar ou processar rapidamente uma idéia. Isso torna necessária a simplificação de imagens transformando-as em símbolos que se repetem. Logo, estereótipos. (EISNER, 2005, p.21).

---

<sup>10</sup> Importante referência nos estudos das histórias em quadrinhos, nascido no ano de 1917, com data de falecimento no ano de 2005.

Em se tratando do universo das Histórias em Quadrinhos, os estereótipos nos auxiliam no entendimento de situações, ainda que, muitos desses, se encontrem embebidos em um conjunto de valores preconceituosos e depreciativos do outro.

Independente disso, nos é possível entender que os estereótipos acabam, muitas vezes fomentando nossas concepções particulares, alimentando nosso particular conjunto de representações e, igualmente, nos munindo de um arcabouço conceitual, o qual nos permite reconhecer, na imagem apresentada, mesmo que estereotipada (e, muitas vezes, preconceituosa), um padrão, que quando reproduzido a exaustão, incuti, no imaginário de uma época, uma ideia de verdade inerente, isto é, substituindo (muitas vezes) a sutileza da subjetividade particular, por um padrão universal.



Figura 01 – Padrões de referência de estereótipos  
Fonte: EISNER, Will. *Narrativas gráficas*. São Paulo: Veneta, 2005. p.23.

Com isso, não nos é surpresa encontrar um conjunto de mulheres padronizadas e, igualmente, homens padronizados, reproduzindo uma estética e um vasto conjunto de condutas igualmente padronizados, em acordo com o contexto de sua produção. Assim, nos caberia, apenas, estabelecer um processo metodológico de análise para ser aplicado na leitura das histórias em quadrinhos, a fim de observar como o gênero e a sexualidade passaram a ser representados enquanto estereótipos de contextos diversos.

Desenvolvemos, portanto, uma **metodologia para análise de representações contextuais**, a qual compreende dois grandes pontos:

- 1) **Compreensão do contexto**, que compreende a imersão no universo que compõe da produção, sendo necessário duas abordagens distintas:
  - 1.1) **Histórico contextual**, o qual exige um trabalho de pesquisa, a fim de ter uma aproximação do cenário político, social, econômico, ideológico, religioso, cultural e valorativo do complexo que compunha o cenário de produção de um



determinado lugar ou época. Esse ponto de aproximação, nos oferta um maior entendimento do universo, no qual a produção fora concebida;

- 1.2) **Histórico de produção**, o qual, por sua vez, exige um trabalho de pesquisa que objetiva compreender o espaço, concreto, da produção, composto por autores envolvidos no processo de criação, mercado e sua influência na produção, assim como outras variantes que podem ter vindo a influenciar, direta ou indiretamente, a produção a ser analisada.
- 2) **Processo de análise**, que, basicamente, consiste em uma etapa de leitura da produção em questão, com o objetivo de conhecer e reconhecer o conjunto de valores manifesto nas representações que a compõe. Para tanto, existem três momentos para o desenvolvimento dessa etapa:
  - 2.1) **Entendimento sensível**, que consiste na leitura livre da produção. Momento em que hipóteses são erigidas e concepções ajuizadas, igualmente são apontadas, claro, respeitando os pontos que compõe a etapa anterior;
  - 2.2) **Entendimento formal**, o qual exige uma leitura um tanto técnica da cena representada, do texto analisado ou de uma imagem em específico. Momento em que o detalhamento e o destrinchamento de minúcias se faz importante, para que deles, indícios sejam resgatados, nos dando um caminho para a compreensão dos valores intrínsecos à representação (que, muitas vezes, são condizentes com aquilo previamente levantados na etapa 01);
  - 2.3) **Entendimento crítico**, onde, por fim, é aplicado um conjunto de questionamentos que versarão com aspectos estéticos/cosméticos, assim como ideológicos/valorativos manifesto no conjunto de representações que compõe a produção.

Munidos de tais concepções e de um modelo metodológico aplicável, passamos a observar a história das histórias em quadrinhos e promover diversas leituras acerca das muitas produções que compõe esse vasto universo. Aos poucos, fomos nos aproximando de edições distintas, produzidas por editoras, igualmente, distintas e percebendo que, em períodos diversos, decisões editoriais acabavam por instigar a manutenção de aspectos físicos e psicológicos distintos, os quais, representavam, por sua vez, características clássicas do feminino, tanto quanto do masculino. A fragilidade, sensualidade e ingenuidade atribuída, em repetição ao feminino se contrapunham a coragem, força e sapiência atribuído ao protagonismo masculino, sem mencionar a permanente exploração de uma heterossexualidade estereotipada,

a qual insinuava, em repetição, uma necessária ligação (sexual), quase que natural entre o masculino e o feminino. Vejamos o exemplo utilizado em sala de aula:

No período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial<sup>11</sup>, por exemplo, a cultura das histórias em quadrinhos estadunidenses deixaram de explorar o cenário de guerra para promover as vendas de seus produtos, em contraponto, histórias que reforçavam um (ideal) *american way of life*, clamava por um retorno a um período de paz. Assim, muitas produções passaram a reforçar narrativas que exploravam o universo do entretenimento baseado na exposição de uma sociedade padrão, onde homens e mulheres apresentavam condutas ideais, condizente com uma sociedade imaginada (LAWRENCE; JEWET, 2002). Observem a imagem que segue:

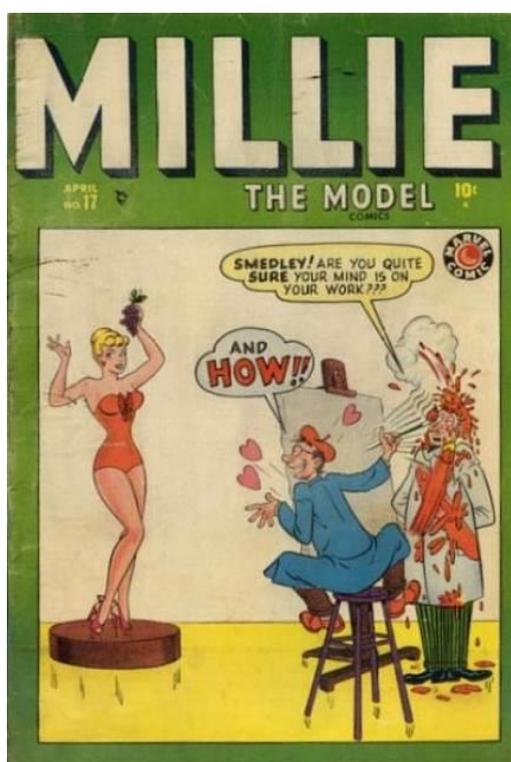


Figura 02 – Millie, the model #17, 1948

Fonte: <https://comicvine.gamespot.com/millie-the-model-13/4000-155524/>

Acessado em 06/04/2020

Diante dessa imagem, podemos iniciar com uma descrição formal, que consiste na capa da revista *Millie the model*, história em quadrinhos voltada para o público feminino infanto-juvenil da editora Marvel Comics. A edição de número 17, de abril de 1948, traz a imagem da jovem modelo (Millie), posando para que um pintor (Smedley), que, por sua vez,

<sup>11</sup> Posterior ao ano de 1945.

aparentemente, estaria focado em fazer uma pintura da mesma. Em tom de piada, o pintor (Smedley), denota um grande interesse (sexual ou amoroso) pela modelo, reforçado pelos corações em seu entorno, o levando a pintar o rapaz ao lado da tela de pintura, ao invés de pintá-la, como seria o esperado. Reforçando sua não-atenção no ato de pintar, o rapaz pintado pelo pinto (Smedley), o interpela questionando: “Smedley! Você tem certeza que sua mente está no seu trabalho?”<sup>12</sup>. Em resposta, o pintor (Smedley) afirma, com o rosto aparentando um demasiado encanto, dizendo: “E como!”<sup>13</sup>.

Expandindo o campo de observação para um aspecto informal, apenas essa imagem já nos seria o suficiente para pensarmos na construção das imagens, tanto do feminino, quanto do masculino, ao menos no que tange o contexto estadunidense da década de 1948. O papel de objeto de desejo exercido pela mulher que, ao exercer seu ofício de modelo, desconcentra o pintor, o qual, por sua vez, desvia a atenção de seu trabalho para atender a desejos amorosos/sexuais, quase que de imediato. Essa capa acaba por reforçar o estereótipo de homem sexualmente ativo e de mulher enquanto objeto de adoração/conquista.

Não estranho, a capa da edição de número 65 da revista *Captain America*, história em quadrinhos de super-heróis, voltada para o público masculino infanto-juvenil, de janeiro de 1948, igualmente, reforça valores similares aos apresentados na capa da revista *Millie the model*, do mesmo ano. Vejamos a imagem:

---

<sup>12</sup> Tradução livre dos autores acerca da frase: “Smedley! Are you quite shure your mind is on your work?”.

<sup>13</sup> Tradução livre dos autores acerca da frase: “And how!”.



Figura 03 – Captain America #65, 1948

Fonte: <https://readcomiconline.to/Comic/Captain-America-Comics/Issue-65?id=37430>

Acessado em 06/04/2020

Na capa em questão, o herói protagonista (Capitão América) é colocado empurrando seu parceiro de combate ao crime (Bucky), ao mesmo tempo em que passeia com uma moça. Em destaque, a fala de seu parceiro (Bucky), clama ao herói (Capitão América): “Capitão, não! Para... por favor, Capitão, não me abandone depois de todos esses anos! Ela não é boa para você Capitão, isso tudo é uma armadilha!”<sup>14</sup>. Aparentando desdém ao seu companheiro (Bucky), o herói (Capitão América) responde, aparentando virilidade em seu discurso ao dizer: “Cai fora, pequeno! Você estragou meu estilo por muito tempo! Estou por minha conta de agora em diante! E cuidado com o que você diz sobre minha garota, também, viu?”<sup>15</sup>.

Ressaltando um desequilíbrio emocional na personagem do Capitão América, a capa apresenta a mulher (que no caso é uma vilã), como o objeto de desvio de conduta de uma personagem que possui um histórico de patriotismo e, igualmente, de companheirismo com seu aliado mais próximo, Bucky, o qual, por sua vez, acaba por ser desdenhado, visto o fato de, agora, o Capitão América estar acompanhado de, como ele mesmo anuncia, sua garota. Atentando em mostrar a mulher como a causadora do rompimento de uma amizade entre o

<sup>14</sup> Tradução livre dos autores acerca da frase: “Cap, don’t! Stop... please, cap, don’t walk out on me after all these years! She’s not good for you, cap... It’s all a trap!”.

<sup>15</sup> Tradução livre dos autores acerca da frase: “Beat it, small fry! you’ve cramped my style for too long! I’m on my own from now on! And watch out what you say about my gal, too, see?”.

Capitão América e seu (mais fiel) aliado, a capa destaca o papel da mulher, mais uma vez, como aquela que causa um desvio de conduta do homem que, em contrapartida, é apresentado como alguém que perde toda sua centralidade quando diante do objeto de sua paixão ou desejo.

Esses são alguns dos muitos exemplos possíveis de serem abordados em anos distintos de publicações de histórias em quadrinhos ao longo da sua vasto período de publicações. Poderíamos expandir as análises, abordando a estética, assim como a cosmética atrelada as representações do homem e da mulher nessas mesmas capas apresentadas, os músculos, as expressões faciais, as curvas, as maquiagens, os olhares, os seios e mais, e frente a tudo isso questionar: *por que dessas escolhas representacionais?*

Enquanto disciplina, fora abordando um vasto conjunto de imagens de anos distintos da vasta história das histórias em quadrinhos, sempre buscando instigar, nos alunos, um olhar que remetesse ao contexto de suas produções, permitindo com que o entendimento de uma época, assim como de suas respectivas concepções acerca do gênero e da própria sexualidade, fosse acessado e, com isso, as histórias em quadrinhos fossem compreendidas como manifestações representacionais das ideias difundidas em meio a contextos diversos. Assim, chegamos ao entendimento das histórias em quadrinhos como um conjunto de estereótipos que ilustram, a sua maneira, o contexto de sua produção.

#### **4. ROMPENDO COM PARADIGMAS: O RESULTADO DE MUITA DISCUSSÃO**

Com isso, chegamos ao projeto final da disciplina: tentar produzir uma personagem que viesse romper com os paradigmas dos estereótipos (comuns), observados ao longo da história das histórias em quadrinhos. Dentre os muitos personagens apresentados, buscaremos expor uma personagem, a qual ilustra, enquanto síntese, o resultado da disciplina proposta.

O projeto foi desenvolvido pela estudante Adriana Silva da Silva, a qual teve, enquanto inspiração, algumas das muitas postagens motivacionais, comumente encontradas nas redes sociais que, por sua vez, ressaltam a particularidade do sentimento vivido e a inviabilidade de um pleno entendimento deste por parte do outro.

Em sua apresentação, Adriana trouxe alguns exemplos:

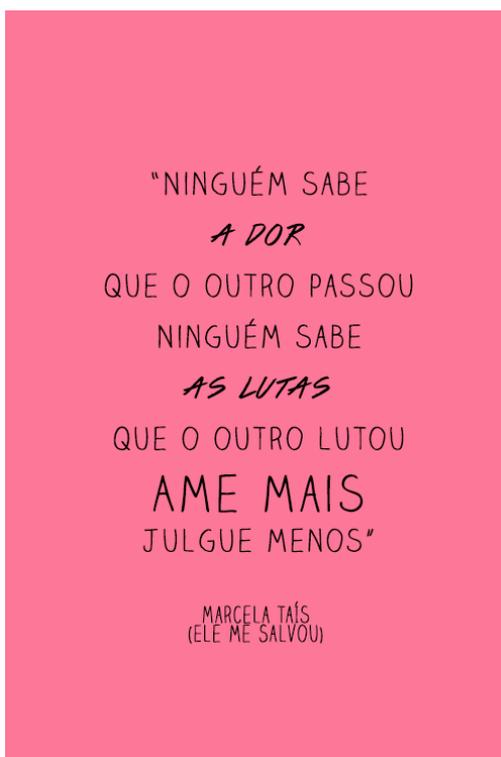


Figura 04 – Postagem de parte da música Ame Mais, Julgue Menos de Marcela Taís  
Fonte: <https://www.facebook.com/501014499915149/photos/a.501026466580619/1536730996343489/?type=3&theater> Acessado em 27/04/2020

A postagem em questão, trata de parte da música Ame Mais, Julgue Menos da artista Marcela Taís e ressalta, em tom de afirmação, a particularidade de um sentimento. O trecho aponta que a dor e as lutas vividas por alguém não podem ser compreendidas, em sua profundidade, por ninguém, denotando que tais emoções carregam consigo uma experiência única e indivisível. Em uma espécie de clamor, a postagem ressalta, ao fim, para que amemos mais e julguemos menos, num sentido de alerta, como que criando um sinônimo entre o amor e compaixão, contrapondo ao julgamento, aqui, aparentemente, compreendido como algo negativo. Em síntese, poderíamos afirmar que a postagem usada como exemplo reforça a particularidade da vivência, criando um distanciamento entre o eu e o outro, cabendo ao outro apenas vislumbrar as emoções alheias, ter compaixão ou condenar, mas nunca compreender em profundidade tal vivência.

Tendo tal premissa como ponto de partida, Alison foi criada, personagem britânica que passara por uma situação traumática e que iniciara sua história com um total desconhecimento sobre si. Em sua apresentação, Adriana escreveu:

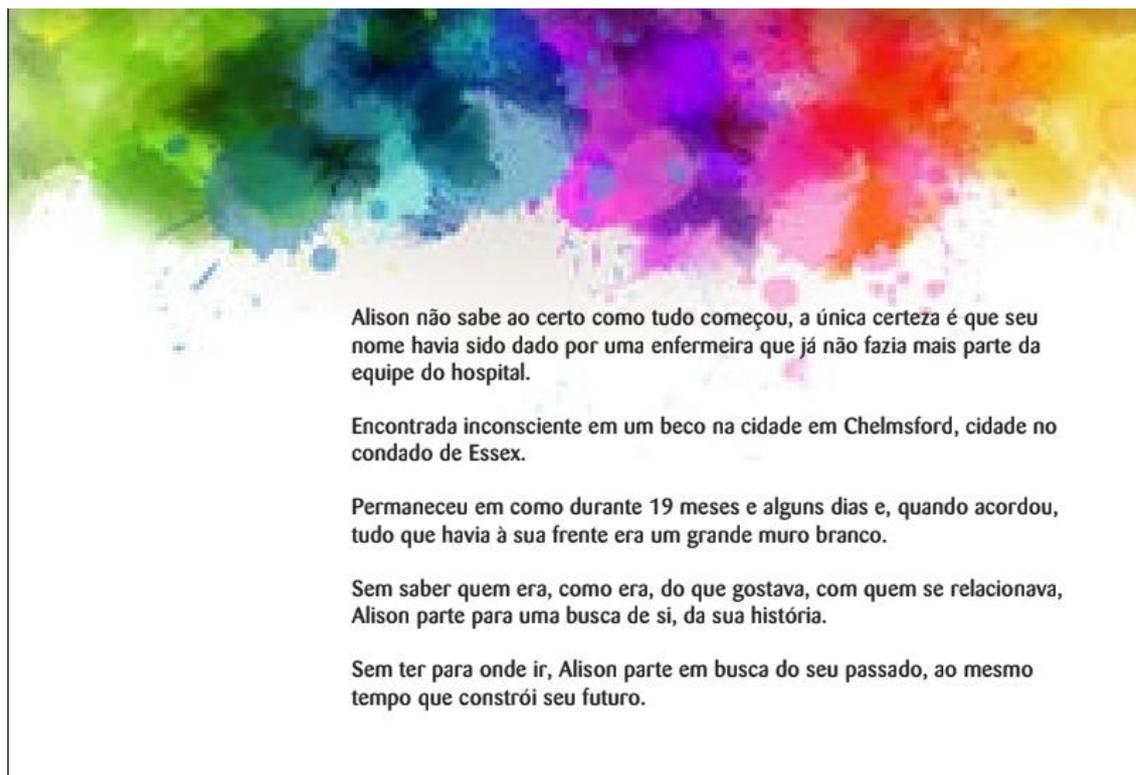


Figura 05 – Slide de Adriana Silva da Silva sobre Alison  
Fonte: Acervo Pessoal

Tratando de uma personagem que não possui nenhum conhecimento sobre seu passado, incluindo gostos, desejos, anseios e mais, foi buscado destacar a experimentação como fio condutor de sua narrativa. Desse modo, a personagem, por não se conhecer, teria nas experiências vividas, a partir do momento de seu despertar, um mergulho, por deveras revelador, no universo (misterioso) de sua própria particularidade. Em outras palavras, a personagem teria, na experimentação, um universo de descobertas.

Dando destaque para a experimentação, a narrativa de suas histórias versariam, sempre, com situações donde a personagem tivesse de lidar com situações diversas, das mais simples as mais complexas, sem recorrer a um imaginário moral pré-estabelecido, isto é, sem uma estrutura basal que viesse dar suporte a suas avaliações morais. Nesse sentido, a história discorreria de acordo com o conjunto de aprendizados que Alison acumularia sobre si mesmo, em decorrência de suas (muitas) possíveis experiências.

Outro fator crucial a ser destacado acerca da personagem é que a narrativa se daria (sempre) em primeira pessoa, nunca revelando a forma física da personagem. Com isso, o leitor das histórias em quadrinhos não teriam uma ideia clara acerca de padrões de gênero, tão pouco uma expectativa pré-construída relativa a sua sexualidade. Assim, Alison, por se configurar um mistério (inclusive para si mesmo), provocaria, em sua narrativa, um constante debate acerca

de como concebemos determinadas condutas enquanto características inerentes (ou atribuídas) à gêneros distintos, inclusive no que tange a sexualidade. Em sua apresentação, Adriana destacou:

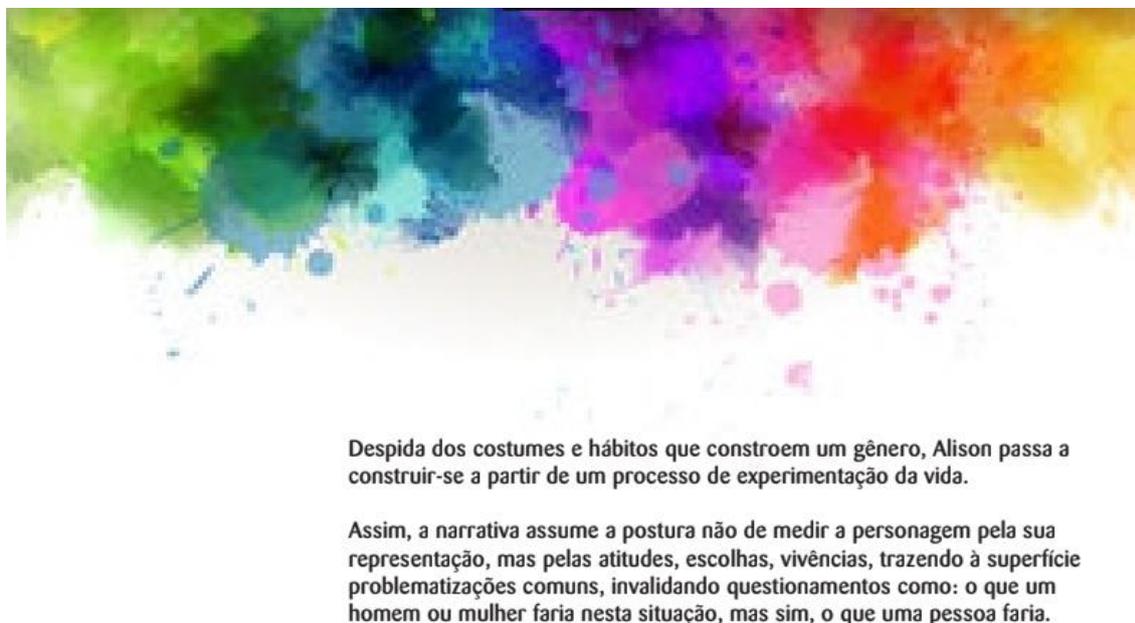


Figura 06 – Slide de Adriana Silva da Silva sobre a particularidade de Alison  
Fonte: Acervo Pessoal

Rompendo paradigmas e instigando reflexões, Alison instigaria o leitor a refletir sobre sua própria fundamentação moral, a qual ajuíza condutas em acordo com padrões de gênero e exige, tanto quanto condena, em dada medida, a conduta sexual de muitos ao apontar estar em acordo ou não com este ou aquele gênero. Enfim, Alison proporcionaria, enquanto proposta, um constante estado de reflexão sobre si mesmo, algo que seria vivido pela personagem, em sua narrativa e, igualmente, vivido pelo leitor ao se deparar com (alguns de) seus (muitos) pré-conceitos fundacionais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto conclusão, a disciplina trouxe resultados positivos, tantos aos estudantes quanto ao professor. As discussões que foram desenroladas nas muitas aulas ministradas forma instigantes e nos levaram a enxergar a produção das histórias em quadrinhos como um universo de representações (de seus respectivos contextos de produção) extremamente rico, as quais nos



levaram a ter um vislumbre, ainda que genérico, acerca do período de suas produções, sobretudo, sobre o imaginário construído historicamente acerca do gênero e da sexualidade.

Infelizmente, com os limites de um texto acadêmico, não foi possível explorar as peculiaridades das produções analisadas e de seus respectivos contextos. Igualmente, tivemos de limitar a aplicação do processo metodológico a um único (e breve) exemplo de comparação, deixando de aprofundar um grande número de trabalhos que foram analisados. Por fim, o trabalho da Adriana Silva da Silva foi um dos muitos trabalhos finais que exploraram a diversidade, buscando romper com padrões estabelecidos de gênero e sexualidade na contemporaneidade e, pelo mesmo motivo de limites de escrita, tivemos de optar em não apresentar outros dos muitos trabalhos interessantes que foram desenvolvidos.

Por fim, a disciplina nos despertou reflexões instigantes de como, em cada período distinto da história, o gênero e a sexualidade era representado e, igualmente, explorado. Através da disciplina, entendemos que as muitas personagens que compõem a história das histórias em quadrinhos ecoam determinadas concepções acerca da conduta ideal referente aquilo que consiste ser um homem e uma mulher, assim como introduz um determinado juízo acerca dessas mesmas condutas, no sentido de ovacionar e, igualmente, condenar posições entendida por corresponderem a uma (verdadeira) mulher e, também, aquelas referentes a um (verdadeiro) homem, sobretudo, quando se tratando da conduta sexual e sua manifestação.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

EISNER, Will. *Narrativas gráficas*. São Paulo: Devir, 2005.

LAWRENCE, John S.; JEWET, Robert. *The myth of the american superhero*. Cambridge: Eerdmans Publishing Company, 2002.

LOPES FILHO, Artur R. I. *O Capitão América enquanto representação (valorativa) da Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2019, 158p.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In. Revista Educação e Realidade, Ano1, n°20(2), 1995.

## O TEMPO DAS ÁGUAS E A ESCRITA DOS VENTOS: UMA INTRODUÇÃO À OBRA CÉLEBRE “O CORAÇÃO DAS TREVAS” DE JOSEPH CONRAD

Profa. Giovana Meireles da Rosa Carlos<sup>1</sup>  
Profa. Dra. Cláudia Regina Ziliotto Bomfá<sup>2</sup>

*Vocês deviam tê-lo ouvido dizer ‘Meu marfim’. Ah, sim, eu o ouvi. ‘Minha Prometida, meu marfim, meu entreposto, meu rio, meu...’ Tudo pertencia a ele. Isso fazia com que eu prendesse a respiração na expectativa de ouvir a selva explodindo em um repique prodigioso de risadas que abalaria as estrelas fixas em seus lugares. Tudo pertencia a ele, mas era pouco. A coisa era saber a quem ele pertencia, quantos poderes das trevas reivindicavam-no como propriedade deles. (Joseph Conrad em Heart of Darkness).*

### 1.0 Introdução ao objeto de pesquisa e ao tema histórico

Conrad nasceu em um território que atualmente corresponde à Ucrânia e ainda criança perdeu seus pais. O escritor de origens polonesas buscou oportunidades em outras regiões e trabalhou durante 20 anos na marinha mercante inglesa, tendo a oportunidade de conhecer inúmeras regiões na Ásia, África, América, Oceania, entre outras. Nessa lógica, o autor constrói com sua narrativa literária uma forma de compreensão da realidade social que observou em muitas de suas viagens. Conrad conheceu diversos portos, cidades, rios, oceanos e escreveu sobre eles em grande parte de suas obras literárias. Nesse sentido, tem-se o objetivo de extrair da narrativa conradiana os aspectos referentes à história humana durante a passagem do século XIX para o XX através da análise interna da documentação literária, bem como por meio dos estudos bibliográficos na área da historiografia. Além disso, pretende-se estudar as potencialidades da literatura como fonte para a pesquisa na área de História.

Para atingir tal finalidade utilizaremos o livro “O Coração das Trevas” (1902) do autor inglês/polonês Joseph Conrad como base para a pesquisa histórica, abordando sua obra como um testemunho vivaz do tempo histórico em que o autor viveu (1857-1924). Portanto, parte-se do pressuposto de que as obras literárias compõem uma relevante e influente parte da cultura e da sociedade, além de ser um fenômeno permeado pelas características políticas, sociais e econômicas de determinadas espacialidades. Durante o texto buscaremos aprofundar conteúdos históricos por intermédio de um mergulho nas águas agitadas e paradoxais de uma obra literária de enorme influência, poder poético e qualidade reflexiva. Uma obra que muito nos fala sobre o contexto histórico em que foi escrita, visto que, obra-contexto-autor são esferas de interpretação indissociáveis para o processo de pesquisa historiográfica.

---

<sup>1</sup> Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Ciências Sociais Aplicadas). E-mail: giovanarcarlos@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação, curso de Comunicação Social - Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e Mestre em Engenharia de Produção (gestão editorial) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tutora do Grupo de Educação Tutorial (UFSM) - PET Ciências Sociais Aplicadas (PET CISA). E-mail: claudiabomfaz@gmail.com

### 1.1 A vida de Joseph Conrad e a história do século XIX

Joseph Conrad nasceu na pequena, fria e charmosa cidade de Berdychiv – atual Ucrânia - no ano de 1857, anteriormente essa região era parte do estado polonês. Quando Conrad nasceu a região ucraniana era parte do império russo, que avançava em direção ao leste europeu, colocando-se como uma das potências imperiais durante o século XIX. Por outro lado, a Polônia independente com a qual seus pais sonhavam estava temporariamente sepultada pelo avanço imperialista, ainda que diversos grupos se organizassem para combater o avanço russo. A historiadora Maya Jasanoff ao escrever sobre a infância e juventude de Conrad infere que “Crescer no império russo fez com que ele fosse constantemente alertado por sua família sobre a diferença entre ele – polonês, católico, szlachcic – e os russos, judeus e os pobres ucranianos ao seu redor.” (JASANOFF, 2017, p. 63, tradução nossa)

Seus progenitores, Apollo e Ewa **Korzeniowski** eram adeptos à causa de independência polonesa, que outrora fora um grande estado, mas perdera sua preponderância territorial diante da ofensiva dos estados da Áustria, da Prússia e da Rússia ao longo do século XIX e XX. Apollo Korzeniowski era poeta, escritor, tradutor e atuava fortemente contra o poder russo na antiga região polonesa. Seu engajamento fez com que sua família fosse perseguida e condenada ao exílio. Conrad perdeu a mãe em meados de sua infância e seu pai aos 11 anos. Depois dessa drástica perda ele teve de morar com a avó e com um de seus tios, Tadeusz Bobrowski. O escritor passou sua infância e adolescência na Ucrânia e, posteriormente, aos 17 anos procurou por emprego como marinheiro na França com o apoio de seu tio. O jovem permanece pouco tempo em solos franceses e parte para a Inglaterra em busca de oportunidades de trabalho na maior marinha do mundo.

No dia em que Conrad nasceu começava mais um dos invernos daquele longo século XIX, um século imenso, movido pela fumaça dos trens, pelas linhas de telégrafos, pelas embarcações que cruzavam oceanos e conectavam pessoas tão distintas e lugares tão distantes. Um século marcado pela ascensão imperialista e a expansão dos mercados consumidores, pela luta das mulheres por igualdade, pela escravidão e pela violência, pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, o movimento de expansão do capitalismo global impulsionava as potências da Europa e os Estados Unidos a buscar regiões na América, na África e em parte da Ásia que pudessem ser fontes de matéria-prima, mão de obra e lucro.

Um bom exemplo dessas mudanças interconectadas é dado por Eric Hobsbawn ao falar sobre os novos postos de trabalho das mulheres, vinculados também às melhorias nos setores tecnológicos: “Na Inglaterra, o governo central e local empregava 7.000 mulheres em 1881, [...] 76.000 em 1911; o número das ‘funcionárias no comércio e nas empresas’ elevava-se de 6.000 à 146.000 — um tributo à máquina de escrever.” (HOBSBAWN, 2008, p. 179). A máquina de escrever pode parecer um simples objeto obsoleto atualmente, mas naquela época representava bem mais do que apenas um aprimoramento da técnica. A máquina era também um objeto que permitia a reformulação dos espaços sociais de trabalho, proporcionando a produção de textos com maior agilidade e, conseqüentemente, permitia uma

divulgação mais veloz e eficiente de ideias, atingindo cada vez mais pessoas ao redor do mundo com uma velocidade nunca antes experimentada.

De modo geral, quando há mais pessoas empregadas há mais poder de compra por parte da população, ainda que esse poder seja baixo proporciona um aumento na demanda por mercadorias e serviços, movimentando os setores da economia. Nesse sentido, o século XIX representou um tempo de mudanças em termos econômicos, sociais e políticos, fenômenos profundamente interligados com as revoluções do século XVIII. (Francesa, Americana e Industrial, principalmente). Nessa lógica, o historiador inglês avança em sua argumentação sobre o desenvolvimento da ciência e sua relação direta com o avanço do imperialismo ocidental ao inferir que “[...] os impérios ofereciam um forte incentivo ao controle das doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, que prejudicavam as atividades dos homens brancos nas regiões coloniais”. (HOBSBAWN, 2008, p. 220)

Por meio desse trecho o autor refere-se aos avanços nas áreas da bacteriologia e imunologia, principalmente. No caso mencionado por Hobsbawn anteriormente pode-se pensar diretamente em Conrad, que voltou muito doente de sua viagem para África. As doenças de origens tropicais eram velhas e poderosas inimigas dos europeus que se aventuravam no além-mar, desde os tempos pretéritos de Henán Cortéz até Henry Morton Stanley, David Livingstone e tantos outros exploradores. As doenças trazidas pelos brancos também afetaram grandes contingentes de populações nativas, um triste exemplo dessas doenças de rápida disseminação é o caso da sociedade asteca<sup>3</sup>.

Além disso, trata-se de um contexto histórico em que a 2ª Revolução Industrial gerava novas formas de produção de mercadorias, novos empregos, novas e mais efetivas formas de comunicação, além de um enorme crescimento do setor de transportes terrestres, aéreos e marítimos. O impulso industrial leva as potências ao neocolonialismo africano, porquanto, os tecidos ingleses exigissem plantações de algodão na Índia, que os pneus das bicicletas na Alemanha necessitassem do látex extraído no Congo e que os cafés servidos nas cafeterias chiques da Europa necessitassem de mãos escravizadas para produção.

Desse modo, apresentamos anteriormente um mosaico histórico e social da existência de um garoto pálido com origens polonesas, que futuramente se tornaria um dos mais renomados escritores de língua inglesa. Um garoto que aprendeu a se comunicar e a pensar em outros idiomas, um marinheiro que conversou e conheceu muitas pessoas e um escritor que viveu os últimos anos de sua vida em terras inglesas.

Na segunda metade do século XIX a Inglaterra concedia “[...] abrigo para [...] anarquistas, socialistas, revolucionários” (JASANOFF, 2017, p. 65, tradução nossa). Eram pessoas provenientes de diversas regiões da Europa e além, muitos deles fugiam das perseguições políticas em seus países, outros

---

<sup>3</sup> Atualmente vivemos uma pandemia de escala global e é muito importante que estejamos atentos para as outras experiências históricas em que ocorreu um fenômeno semelhante. Dica de leitura sobre a epidemia que matou milhões de astecas: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42717704>.

impulsionados pela baixa remuneração do trabalho ou pela falta de oportunidades em seus países originários. Desse modo, a historiadora Maya Jasanoff ao pensar sobre a influência das movimentações de Conrad afirma que Konrad Korzeniowski ao mudar-se para a Inglaterra realizou a transição identitária para Joseph Conrad, “[...] um romancista inglês aclamado pela crítica.” (JASANOFF, 2017, p. 62-63, tradução nossa)

Nesse sentido, no período em que Conrad passa a residir na Inglaterra (década de 1880) a cosmopolita cidade de Londres não estabelecia restrições sobre quem poderia vir ao país. Além disso, ninguém poderia ser preso simplesmente por dizer ou escrever algo contrário ao que inferiam as lideranças políticas inglesas, ninguém poderia ser extraditado por divergências políticas. Sendo assim, a liberdade atraía muitas pessoas para a cidade. Alemães, húngaros, italianos que lutaram com Garibaldi, radicais franceses das comunas de Paris, poloneses como Conrad que buscavam um pouco de tranquilidade, entre outros. Os ingleses se orgulhavam dessas características receptivas, considerando-se um grande asilo das nações. (JASANOFF, 2017, p. 60-61, tradução nossa)

Diante disso, Joseph Conrad foi um marinheiro que testemunhou o avanço tecnológico em seu próprio objeto de trabalho: os barcos. Um marinheiro que sentia saudade dos barcos confeccionados com madeira movidos pelos ventos e lamentava a chegada dos barcos velozes feitos de aço. Um homem que teve diante de seus olhos uma das mais tristes e condenáveis violências contra os seres humanos: o horror no Congo de Leopoldo II, um escritor que refletiu sobre a lógica imperialista da qual fez parte.

## **1.2 Breves reflexões sobre literatura, linguagem e história**

Conrad dominava muito bem o francês, o polonês e o inglês, mas foi no idioma dos britânicos que ele alçou seus voos mais altos. Os familiares incentivavam-no a dedicar-se a algumas línguas estrangeiras. Seu pai conhecia profundamente latim e grego e, geralmente, incentivava o pequeno Conrad a se aventurar pelo vasto universo da linguagem. Nessa lógica, outros idiomas não representam apenas diferenças linguísticas/idiomáticas entre as culturas humanas, a despeito de suas semelhanças e correspondências. Um outro idioma também pode ser outra forma de ver, compreender e interagir com o mundo, atuar em sociedade, pensar sobre si e sobre os outros. Ler faz o mundo crescer diante de nossos olhos.

Aprender uma outra língua envolve a expansão da capacidade de abstração. A linguagem não é algo dado à priori, visto que, seu corpus está em constante modificação no tempo e no espaço que lhe subjaz e compõe. E, essa modificação, por sua vez, está no centro da pesquisa historiográfica. Nessa lógica, mudanças e continuidades são esferas muito importantes para as historiadoras e historiadores. As mudanças do século XX europeu em contraste com o XIX, as reminiscências do século XVIII no XIX. As grandes e difíceis perguntas que lançamos ao passado: O que mudou de lá para cá e por quê? O que permaneceu e ainda habita a atmosfera do tempo presente? Ou então, quais fatores que vivenciamos atualmente podem ser compreendidos por meio do estudo das ações humanas no passado?

E, quiçá a mais complicada delas: Que futuro estamos elaborando nesse instante? Qual a contribuição do passado para o presente e do presente para o futuro? As três esferas estão interpenetradas, emaranhadas dentro dos rastros do humano. A Literatura é um destes rastros de carne humana, de pensamento, de raciocínio.

A Literatura modifica-se, a língua transforma-se ao longo do tempo. A História, por sua vez, ressignifica o passado repleto de pistas, reinterpretando-o constantemente. Porém, dentro de cada transformação o ogro da lenda pode farejar permanências, pode sentir o odor de carne humana muito antiga. Toda língua carrega em seu interior a herança do passado que a compôs e as expectativas do futuro que espreita. Toda língua está formulando e sendo formulada pelo presente que a detém, incessantemente. E, o presente a cada instante que morre está transformado em passado, em objeto da ciência histórica. Literatura e História estão, portanto, profundamente interligadas, apesar de suas notáveis e necessárias distinções. Nos textos literários estão contidos importantes fragmentos sociais, culturais, políticos, psíquicos e estéticos, dentre muitos outros. Historiadoras e historiadores tentam tornar estes aspectos inteligíveis, porquanto, buscando intelectualmente estes rastros legados pelo tempo pretérito por intermédio de um tratamento metodológico perspicaz e comprometido com o desenvolvimento do conhecimento historiográfico.

### **1.3 A literatura como fonte para a história**

A Literatura compõe um amplo, complexo e belíssimo mosaico cultural que apresenta variações substanciais conforme o contexto sócio histórico que determinadas autoras/autores vivenciam e escrevem a respeito. A historiadora Sandra Pesavento observa que as fontes literárias permitem-nos realizar uma potente “[...] recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados.” (PESAVENTO, 2006, p. 12). Desse modo, a pesquisa historiográfica deve e pode se dedicar ao conteúdo literário (livros, novelas, revistas, entre outros) enquanto uma fonte histórica dotada de privilégios, desafios e especificidades metodológicas. Deve-se levar em consideração que um livro de literatura consiste em um testemunho histórico polissêmico trespassado pela temporalidade em que foi escrito, descartando, portando, uma interpretação homogeneizadora.

Nessa lógica, a Literatura é capaz de refletir sobre diversas características dos indivíduos, debater sobre temas referentes às sociedades e pensar sobre inúmeros elementos constitutivos e constituintes das culturas humanas. Além disso, as narrativas literárias revelam a maneira como a autora/autor pensava, sentia e sistematizava as suas concepções sobre o mundo, as pessoas e sobre si. Os livros contam “coisas” novas através das “coisas” mais antigas, visto que, escritoras e escritores leem, interpretam e reescrevem histórias do passado escritas por aqueles que já se foram, mas deixaram suas marcas na temporalidade. Nesse sentido, a escrita pode ser considerada uma forma extremamente ativa e criativa de releitura das realidades pretéritas presentes em outros objetos literários, porquanto, existe uma forte conexão entre o processo silencioso da leitura e tempo de escrita.

Será que Auguste Comte estava dotado de razão ao afirmar que os vivos eram governados pelos mortos? Essa é uma pergunta com longas respostas, mas não deixa de ser intrigante. Em termos de literatura – e não somente - muitos autores vivos leem as páginas dos mortos, ou seja, pensam sobre o presente com o auxílio de pessoas que refletiram sobre épocas de outrora. Platão, Shakespeare, Kant, Virginia Woolf, Cecília Meireles, Clarice Lispector e Joseph Conrad já foram enterrados e sepultados pela vida, mas o poder de suas ideias e a intensidade das suas palavras permitiram que eles atravessassem o campo de batalha do tempo. Desse modo, certos escritores e escritoras possuem uma imensa capacidade de falar do mundo e dos seres de uma maneira que transcende o tempo da vida humana, pois, versam a respeito das essências, dos medos, dos amores e dos sonhos que habitam os corpos de cada um de nós.

Nesse sentido, a narrativa literária consiste em uma forma de perceber, interpretar e descrever realidades sociais que permeiam a vivência das autoras/autores. Essa descrição, por sua vez, é realizada através das “lentes” pelas quais as escritoras/escritores olham para si e para os outros, fitam as cidades e os laços sociais, reparam na natureza e nas distâncias, falam de tristeza e das marés. Sendo assim, as personagens elaboradas pelos escritores não são meras invenções desconectadas da realidade, pois, esses seres ficcionais são construídos por meio da experiência temporal e espacial de quem as escreve. Nenhum autor escapa da teia histórica em que vive. Outrossim, percebe-se que esses personagens “São dotados de realidade, porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida... [...]” (PESAVENTO, 2006, p. 15).

O debate sobre História e Literatura é permeado pelos conceitos de fato e ficção, acontecimento histórico e acontecimento literário, entre outros. Geralmente, as perguntas que surgem envolvem as relações possíveis e as dessemelhanças, discontinuidades entre ambos. Evidentemente, há ficcionalidade nas obras de literatura, mas, ficção não é sinônimo de mentira, nem de falsificação genuína e descarada do real, uma vez que, até as mentiras contadas pelas pessoas possuem uma estreita relação com a verdade do real. “Fictio” significa algo que se cria a partir de elementos que existem no mundo real, é algo “ficcional” que se inventa ou reescreve ao olhar para fenômenos sociais pautados no mundo real, composto de carne e osso, voz e pensamento, aromas e lembranças.

Uma obra de literatura é formulada e escrita por meio de determinadas circunstâncias constituintes das sociedades, visto que, todo autor formula seu texto com os olhos voltados para a exterioridade, captando aquilo que está ao seu redor. Porém, esses olhares atentos também estão voltados para dentro, para si. Nesse sentido, há um movimento de fusão entre o indivíduo e a sociedade. Na escrita de Joseph Conrad percebe-se que o movimento literário de reflexão interna e externa vive momentos de alternância durante a narrativa, porquanto, trata-se de um escritor que observa atentamente as situações em seu entorno e realiza um trabalho de filtragem e interpretação desses fenômenos em suas obras.

Desse modo, o conhecimento historiográfico pode utilizar-se de textos literários como fontes históricas, pois, a literatura é “um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas.” (PESAVENTO, 2006, p. 11). Os textos ficcionais retratam fenômenos sociais através de vivências particulares, revelam sentimentos coletivos e individuais, desnudam medos comunitários e sonhos esquecidos, contam sobre as paixões fortes e ódios robustos, dentre tantas outras ideias. As personagens presentes nas narrativas revelam possibilidades de existência em certos períodos históricos, desnudam instâncias de pensamentos e ações possíveis dentro da lógica sócio histórica em que seu criador está inserido.

#### **1.4 Rio Congo, habitantes ancestrais e o reino de Kongo**

A bacia hidrográfica do Rio Congo é umas dez maiores do mundo e a segunda maior em volume de água (RUNGE, 2008, p. 293). São mais de 4 mil km de extensão fluvial, permitindo o acesso ao interior do continente africano e proporcionando uma conexão direta com o oceano atlântico. Milhões de pessoas viveram e vivem em localidades anexas ou próximas ao poderoso rio em forma de serpente. Nas áreas adjacentes aos imensos cursos de água a agricultura era extremamente favorecida, em decorrência de uma grande fertilidade do solo.

As áreas de floresta estonteante em torno das águas turvas eram exuberantes, reveladoras de um verde capaz de inspirar e causar vertigem. Geralmente, nos bancos de areia brilhantes repousavam alguns crocodilos e hipopótamos, que eventualmente devoravam alguns desprevenidos europeus. Também viviam ali os grandes e valiosos elefantes que eram “devorados” pela ganância. O rio Congo possui partes de água mais calma, como Stanley Pool e outras partes são repletas de corredeiras como Stanley Falls. Correntes quase invencíveis, redemoinhos traiçoeiros, bancos de areia e, frequentemente, águas rasas que dificultavam a passagem dos barcos maiores. A navegação efetiva pelo interior do continente só foi possível por meio de avanços tecnológicos aplicados às embarcações.

Há indícios arqueológicos que apontam para ocupações humanas muito antigas nas proximidades do rio, porquanto, “[...] entre 400–100 a.C. e 1600 d.C. os falantes de língua bantu se mudaram de oeste para leste ao longo dos rios [...]” (ROUGE, 2008, p. 293, tradução nossa). Um dos grupos humanos que viviam no território eram as sociedades de língua bantu, que viviam nos arredores desse grande rio serpenteado. Estas sociedades foram compostas pelos primeiros agricultores da região subsaariana.

Todas estas pessoas estavam em constante contato, realizavam comércio, exerciam expressões religiosas múltiplas, manipulavam plantas para a subsistência, possuíam formas artísticas, entre tantas outras atividades. Possuíam organizações políticas específicas e aspectos culturais não homogêneos. Professor Adam Hochschild afirma que “Muitos dos povos da bacia do Congo eram pequenos em



população [...] havia mais de duzentos grupos étnicos diferentes [...]” (HOCHSCHILD, 2011, n.p, l. 1063, tradução nossa)<sup>4</sup>

Outrossim, toda língua possui muitas ramificações e formas fonéticas de expressão, nessa lógica, as línguas bantas representam toda versatilidade destas sociedades, com todas as cores e vivacidades das culturas africanas. Alguns povos bantos eram os Lubas, Lundas, Kubas, Lelés e os Kongo. Os Lelés eram uma sociedade governada por anciãos. Já os Kubas viviam no extremo sul da floresta, a tradição oral conta que houve 120 reis desde o século V (MILANI, 2011, p. 93) e o mais famoso deles foi Shamba Bolongongo. Além disso, entre estas culturas era comum a criação de porcos, ovelhas, caprinos, além das plantações de cereais, inhame e sorgo.

Nessa lógica, uma das principais sociedades dessa região africana foi a de Kongo, localizada na margem sul do rio. A fundação do reino está datada em finais do século XIII e começos do XIV, resultante de alianças estratégicas entre líderes locais. Havia uma parte mais urbanizada do reino, que englobava a capital Mbanza, contando com aproximadamente 60-100 mil habitantes, apesar da média de habitantes ser de 3-6 mil pessoas (MILANI, 2011, p. 95-96). Existiam também as aldeias, de organização comunal, com cerca de 30 casas em sua composição. A população total do reino no século XVI oscilava de “2-4 milhões” (MILANI, 2011, p. 96) de pessoas. Segundo o historiador Jan Vansina e “O rei do Kongo exercia grande autoridade, mas não um poder absoluto. Competia-lhe a nomeação dos governadores, exceto o de Mbata.” (VANSINA, 1988, p. 650). Nessa lógica, os governadores recolhiam os impostos e os enviavam ao líder político.

Além disso, a população dominava técnicas de modelagem do ferro e do cobre, cerâmica e tecelagem. Plantavam de tudo: milho, banana, mandioca, entre outros. Na região havia possibilidade de extração do cobre, de sal, cobalto, diamantes. Fatores que fizeram com que os viajantes europeus voltassem seus olhares para a região do atual Congo, em busca de riquezas e consecutivos lucros. Conforme aponta Milani, Diogo Cão foi um português que em 1482 atingiu a foz do rio congo. Em 1590 começam as disputas pelo território de Kongo entre holandeses e portugueses. Estes últimos investiram na catequese e nos batismos em massa por um tempo determinado, mas logo dedicaram maior atenção para Angola. Desde o século XV a região esteve em contato direto com os europeus e ao longo do século XIX essas conexões aumentaram significativamente,

O Congo foi inserido no sistema de escravidão efetivado pelas potências europeias com bastante rapidez. Uma das partes mais vulneráveis do ponto de vista geográfico era a foz do rio, vinculada ao oceano. A maior parte dos escravizados eram originários de Katanga, Angola e do Kongo (MILANI, p. 101). Entre os anos de 1860-1874 foram enviados 32 mil escravizados do Congo e as estatísticas apontam que para cada 1 escravo embarcado pelos europeus, 2 morriam, quer seja na aquisição, quer seja no transporte precário (MILANI, 2011, p. 102).

---

<sup>4</sup> “N.P.” refere-se à não paginação do texto. Neste caso em especial trata-se de um E-book que oferece apenas a localização do texto.

Além disso, houve um terrível genocídio das populações locais submetidas ao trabalho escravo durante a empreitada neocolonial de Leopoldo II, rei da Bélgica. Nessa perspectiva, as marcas do período de escravidão persistem no tempo e as consequências desse processo de exploração humana podem ser verificados hodiernamente. Ao buscarmos a compreensão histórica sobre o neocolonialismo africano no século XIX e XX compreendemos alguns porquês importantes. Nessa lógica, o avanço neocolonial e imperialista em direção ao território africano é um ponto de partida para chegarmos na obra “O Coração das Trevas” de Conrad.

Escrever sobre o passado implica em refletir também sobre problemas e desafios do tempo presente. Diante disso, percebe-se que a região do Congo é uma das mais pobres do mundo atualmente, apesar de ser tão rica em recursos naturais e hídricos. As pessoas sofrem com a falta de alimentos, apesar de pisarem em uma terra tão fértil. Crianças indefesas, mulheres violentadas e idosos desprotegidos testemunham um tempo presente turbido e devastador, um presente que está inundado de passado, um passado de espoliação e desarticulação das redes de sobrevivência dos habitantes locais.

Um passado não tão distante de nós em que algumas centenas de homens lucraram às custas do trabalho compulsório de milhões de africanos e africanas. Fortunas construídas sob os desígnios cruéis da escravidão, da violência e da covardia. Um dinheiro ganho com o suor, a dor e a força de outro. Um outro (africano) que não partilhava da mesma forma de vida, trabalho e pensamento dos “civilizados”. E, desse modo, se cabe à investigação metódica sobre o passado às historiadoras e historiadores, cabe mostrarmos com quantos “ontens” se faz um hoje. Precisamos escrever uma História que não fuja da sua responsabilidade cidadã, inclusiva e democrática. A História é um campo do conhecimento capaz de contribuir para a formação de cidadãos mais empáticos, responsáveis e tolerantes, reforçando a luta pelos direitos democráticos e igualitários.

Parece contraditório que um país tão rico em recursos naturais permaneça em situação de extrema pobreza, violência e miséria? Parece contraditório que milhões de congolenses tenham morrido trabalhando forçadamente enquanto poucos homens enriqueciam? Parece contraditório que africanos tenham tido suas cabeças expostas em estacas enquanto eram denominados “inimigos”? Não existem respostas simples para essas questões, mas a História pode apontar alguns caminhos e refazer certos percursos antigos para que possamos melhorar a nossa compreensão social do passado, do presente e do futuro.

### **1.5 Contexto histórico do Congo ao fim do século XIX e começo do XX (1885-1908)**

A Partilha da África nos anos de 1884-1885 implicou na divisão arbitrária do gigantesco continente entre as maiores potências<sup>5</sup> do século XIX e foi impulsionada pelo avanço da 2ª revolução industrial. A famosa conferência de Berlim reuniu diversas lideranças políticas para debater como

---

<sup>5</sup> Conclamada por Otto von Bismarck reuniu países como: Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Holanda, Espanha, Império Turco-Otomano, Bélgica, Rússia, Império Austro-húngaro, Itália, Portugal, Noruega, Dinamarca e Suécia.

dividir o continente africano em porções lucrativas para cada país. Diante disso, Hochschild infere que para esses líderes “[...] a África era uma chance de ganhar mobilidade para a riqueza e a glória.” (HOCHSCHILD, 2010, l. 1075, tradução nossa). E, que aqueles que ganharam muito dinheiro com a iniciativa neocolonial, frequentemente, possuíam fortunas prévias para começar, dentre eles Leopoldo II.

Durante a conferência delimitaram também a livre navegação pelos rios Niger e Congo, além de um “compromisso” de combate à escravidão. Resumidamente, todos queriam um pedaço do “bolo” africano para si e o principal objetivo do evento era mediar as reivindicações de cada país. Ingleses temiam o avanço dos franceses na região do Congo, portugueses reivindicavam antigas terras coloniais e Leopoldo articulava sua estratégia de convencimento baseada na ideia de missão “civilizacional”. Na visão dos imperialistas a África era um continente repleto de riquezas que poderiam ser extraídas e vasta mão de obra que poderia ser utilizada. Sobre esse tema o pesquisador G. N Uzoigwe afirma que:

[...] um continente com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, se viu retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa. Os historiadores até agora não têm a dimensão real das consequências desastrosas, quer para o colonizado quer para o colonizador, desse período de guerras contínuas [...] (UZOIGWE, 2010, p. 21)

Nesse sentido, pode-se conectar à partilha com a história do Congo ao fim do século XIX e começo do XX, porquanto, Leopoldo II - rei dos belgas - não queria ficar de fora da divisão. O rei utilizou-se de uma falsa intenção de atividade filantrópica e científica no Congo para convencer os EUA (primeiramente) e demais países a reconhecer a legitimidade de sua proposta. Leopoldo II verdadeiramente desejava a exploração do território e de seus habitantes. Um dos seus objetivos era lucrar com seus investimentos na região.

Desse modo, inserindo-se no tétrico jogo neocolonial, Leopoldo II reivindicava um lugar ao sol do imperialismo para a Bélgica.<sup>6</sup> A solução encontrada pelo monarca foi criar o “Estado Livre do Congo” em 1885. O nome era apenas um artifício para enganar os adversários políticos e de “livre” a região não tinha quase nada. Segundo Martinho Camargo Milani, a dominação belga no Congo era estratégica para o equilíbrio das forças políticas ocidentais, uma vez que, “Entregar tal parte ao primo da rainha inglesa, nada mais era do que uma forma de garantir o livre comércio na região ao Reino Unido, sem desagradar as outras potências europeias [...]” (MILANI, 2011, p. 74)

Durante a década de 1890, portanto, os belgas avançaram sob o território do atual Congo, requisitando arbitrariamente a força de trabalho dos habitantes locais e extraíndo os recursos naturais que desejavam. A borracha e o marfim eram os preferidos e acompanhavam um crescimento da demanda nos países centrais do capitalismo. A borracha era utilizada para fabricação de pneus de bicicletas, por

---

<sup>6</sup> A história belga estava marcada pela posição de neutralidade, uma vez que, era um país fundado em 1830 com o propósito de apaziguar as disputas entre França e Holanda.

exemplo. O marfim era utilizado para revestir muitos objetos, dentre eles, pianos, peças de xadrez, entre outros. Também era um material utilizado nas artes e na confecção de artigos de luxo, extremamente estimados nas culturas enriquecidas europeias e norte-americanas. Nesse período de avanço brutal dos países imperialistas a violência aumentou no Estado Livre do Congo, a repressão era ditada pela ganância, pelo desejo de lucro a todo custo.

Desse modo, enquanto as sociedades no Congo eram dizimadas, violentadas e desrespeitadas o rei da Bélgica conseguiu grandes lucros com o empreendimento. O Congo era um enorme negócio, seus habitantes eram a principal "ferramenta" para a maximização dos lucros. O trabalho braçal era, majoritariamente, realizado pelos africanos e a jornada de trabalho atingia quase 18 horas. As exigências físicas excessivas levaram milhões de congolenses à desnutrição e morte. Péssimas condições de alimentação favoreciam o terrível processo. Nessa perspectiva, Hochschild infere que ocorreu também um “[...] movimento mundial contra o trabalho escravo no Congo, uma prática que levou oito a dez milhões de vidas.” (HOCHSCHILD, 2010, l. 80, tradução nossa). Outrossim, com o passar do tempo as atividades criminosas no Congo passaram a ser denunciadas ao mundo através de jornalistas engajados, escritores renomados e ativistas de diversas matizes.

Dessarte, Conrad descreveu o trabalho compulsório e não remunerado imposto pelos belgas aos habitantes locais e evidenciou uma gama de situações deploráveis realizadas em nome da civilização, da filantropia e do progresso. Constatou também a crueldade do imperialismo naquele local e publicou seu testemunho histórico para que muitos pudessem ler. Desse modo, o escritor satiriza as atividades dos brancos. Nessa lógica, o livro tomou um caráter de denúncia ao empreendimento imperialista no Congo, na medida em que desmascara a falsa filantropia de Leopoldo II.

### **1.6 O Coração das Trevas diante da perspectiva historiográfica**

Neste estudo utilizamos o livro em língua inglesa e duas traduções para o português. O livro - ou a novela - é dividido em três partes e possui pouco mais de 100 páginas. “O Coração das Trevas” foi publicado pela primeira vez em 3 fascículos no ano de 1899 na revista “Blackwood’s Magazine” e em 1902 foi editado em formato de livro. Essa obra é considerada um dos cânones da literatura inglesa, além de ter uma repercussão considerável nos EUA. O livro é baseado na experiência que Conrad teve durante 5 meses de trabalho no Congo, durante a jornada o marinheiro realizou anotações em um diário e, posteriormente, utilizou as lembranças como ponto de partida da narrativa. Conrad testemunhou em 1890 apenas o começo da repressão das sociedades de outrora que habitavam o atual Congo, ao decorrer da década de 1890 a situação piorou muito.

Joseph Conrad possui uma forma de escrita poética, recheada de adjetivações. O texto é escrito em prosa, mas o poder de expressão poética e reflexiva está presente em quase todas as páginas. Quando falamos de poesia, literatura e arte adentramos também no universo potente das figuras de linguagem. Conrad é um autor que dispõe do uso e abuso da ironia ao retratar as atividades dos europeus nas margens

do rio. Além de recheiar sua escrita com metáforas. Nesse sentido, as metáforas possuem uma grande capacidade de abstração, caracterizando-se por deslocar as palavras e os sentidos, um fator que tornou o texto conradiano bastante polissêmico.

Nessa perspectiva, o autor pode reivindicar seu lugar dentre os clássicos da literatura, visto que, pode falar ao mundo enquanto escreve, sendo capaz de falar sobre circunstâncias psíquicas, morais e existenciais que afetam quase todos os seres humanos. E, através dessa mensagem quase atemporal os bons livros continuam debochando da morte de seus autores e permanecem conversando abertamente com os vivos.

Além das metáforas o escritor também recorre à sinestesia. Essa figura de linguagem cria nos leitores um efeito sensorial suficientemente prazeroso e inspirador, pois, preenche o pensamento de quem lê com aromas, sensações e cores. Há belíssimas descrições poéticas da natureza imensa, impenetrável e invencível, que circunda o leito do rio. A floresta vivaz enche a narrativa de uma espécie de poder místico permeado pelo mistério silencioso daqueles ares. E, para o autor quem vive dentro da floresta é desconhecido, misterioso. Sua posição em relação aos habitantes locais é de curiosidade e espanto.

Resumidamente, "Heart of Darkness" conta a história de Marlow, um marinheiro inglês, que parte para uma jornada de trabalho com uma companhia belga pelo rio Congo. Durante a viagem Marlow é informado de que um dos maiores líderes europeus na extração de marfim está em perigo e recebe a difícil missão de resgatar Kurtz no interior do continente. O marfim era um dos produtos mais desejados, Conrad menciona no texto que "O velho barraco de barro explodia de tanto marfim. Era de se pensar que não restava uma única presa acima ou abaixo da terra no território todo." (CONRAD, 1902, 2019, l. 973). E, nesse outro trecho infere que "A palavra 'marfim' ecoou no ar, foi sussurrada, suspirada. Você pensaria que eles estavam rezando para isso." (CONRAD, 1902, 2017, p. 25, tradução nossa)

Marlow começa a contar suas histórias com um típico otimismo em relação ao propósito neocolonial na África. Essa lógica imperialista levava a crer que as sociedades africanas precisavam ser "civilizadas" com a ajuda dos países europeus e precisavam ser salvas do estado de "selvageria" em que viviam. Apesar dessas concepções, ao longo da narrativa percebemos uma certa mudança na forma de pensar do protagonista Marlow, que começa a perceber a falta de sentido do sistema de trabalho ali instaurado pelos homens brancos. Em determinados trechos o marinheiro se refere aos funcionários europeus com deboche e desdém, afirmando toda futilidade e ineficiência do empreendimento de Leopoldo II. Citaremos um exemplo "[...] eles pareciam estar puxando dolorosamente para cima suas duas ridículas sombras de comprimento desigual, que seguiam atrás deles lentamente sobre a grama alta [...]" (CONRAD, 1902, 2017, p. 37, tradução nossa)

Nessa perspectiva, Conrad foi testemunha daquele complexo contexto histórico da passagem do século XIX-XX, baseando-se no que vivia e lia o autor estruturou a narrativa. Ele descreve brevemente o cenário geográfico, cultural e histórico-social do Congo nessa passagem: "[...] a escuridão das

florestas, a cintilação do rio entre as curvas sombrias, a vibração do tambor, regular e abafada como o batimento de um coração – o coração de uma escuridão triunfante.” (CONRAD, 1902, 2010, p. 127). Nesse trecho o autor menciona os tambores, importante instrumento das culturas africanas, utilizado em rituais e em batalhas. Em outra passagem a violência neocolonial fica evidente:

Um tilintar fraco de correntes as minhas costas me fizeram voltar a cabeça. Seis negros avançavam numa fila, galgando penosamente a trilha. Eles andavam apurados e devagar, equilibrando pequenos cestos cheios de terra sobre as cabeças, e o tilintar acompanhava o ritmo de seus passos. Traziam nos quadris trapos pretos enrolados cujas pontas curtas as suas costas balançavam de um lado a outro como caudas. Eu podia ver cada costela, e as articulações de seus membros pareciam nós amarrados numa corda; cada um trazia um colar de ferro no pescoço e todos estavam interligados por uma cadeia cujos ventres balançavam entre eles retinindo compassadamente. (CONRAD, 1902, 2010, p. 29)

As correntes, os colares de ferro, a violência, a desnutrição e a fome, todos esses fatores em um instante comum, descritos em uma cena de literatura que não é meramente ficcional, visto que, o autor não “inventa” nenhuma dessas cenas sem tomar por base a realidade. Instantes que compuseram séculos de escravidão, de violações e de exploração. Nesse sentido, vale lembrar que a obra literária possui traços de ficcionalidade, mas as descrições de Conrad correspondem aos testemunhos e fontes dos séculos XIX e XX na região central africana.

O Congo é o cenário principal das reflexões do personagem central, mas o alcance de sua fala não se restringe apenas aquele local e aos habitantes (europeus e não-europeus). Nesse sentido, Marlow pensa, reflete e critica o comportamento nocivo dos ocidentais de uma forma mais abrangente, tentando captar uma experiência, um fenômeno humano. Em alguns momentos ele debocha daqueles homens burocráticos e de suas pretensões gananciosas e corruptas, destituídas de propósito moral. Nessa lógica, Conrad era um autor que atribuía valor moral à vida por intermédio do trabalho. Em um mundo moralmente ideal ele pregava a honestidade, a solidariedade e a fraternidade, e conseqüentemente, desaprovava aquele "ritual" de espoliação, desapropriação e violência realizado pelas companhias europeias no Congo. Um ritual colocado sob as máscaras embaçadas da filantropia de Leopoldo II que lentamente começou a desmoronar. Contudo, apesar do caráter denunciativo da obra não podemos afirmar que Conrad era, necessariamente, anti-imperialista.

O jovem polonês que aos 17 anos abandonou sua terra natal era também um homem sem pátria, sem lugar fixo no mundo, ele encontrou em Londres – uma cidade repleta de imigrantes - um lugar no qual poderia permanecer e criar vínculos estáveis. A viagem ao Congo foi feita por Conrad e por Marlow. O marinheiro da vida real firmou um contrato de trabalho durante 3 anos. Sua função era a de capitanear um barco a vapor ao longo do curso do rio, mas ele não permaneceu por muito tempo na África. Seu estado de saúde física e mental estava péssimo. Malária, febre e gota foram alguns dos resquícios mais dolorosos da jornada. Porém, a mais profunda das dores ocorreu em termos psíquicos, visto que, as cenas de violência, tortura e repressão testemunhadas ficaram marcadas nas memórias

tristes do autor. Essas lembranças estão presentes no texto e se desprendem das mãos de Conrad por meio das palavras de Marlow.

Diante disso, o personagem principal pode ser um alter ego de seu criador. A complexidade dessa personagem está evidenciada na fala do narrador: “Ele era o único de nós que ainda “seguiu o mar”. O pior que se poderia dizer dele era que não representava sua classe. Era um marinheiro, mas era também um nômade. [...] Seus gostos são de tipo doméstico e seu lar está sempre com eles – o navio e seu país – o mar.” (CONRAD, 1902, 2010, p. 12). A imensidão dos oceanos reflete nos pensamentos de Marlow, a poesia acaricia a prosa de Conrad, inebriando os leitores mais ávidos e sensíveis e coroando a novela.

### 1.7 Considerações Finais

Conrad trabalhou durante 20 anos na marinha mercante inglesa, tendo a oportunidade de conhecer inúmeras regiões na Ásia, África, América, Oceania. Nessa lógica, o autor constrói com sua narrativa literária uma forma de compreensão da realidade social que observou em suas muitas viagens pelos oceanos, portos e cidades. Desse modo, pode-se inferir que “Heart of Darkness” corrobora uma denúncia ao imperialismo, na medida em que a obra lança sementes ao solo e inspira a ação de algumas pessoas. Essa afirmação, entretanto, não inviabiliza outras possibilidades interpretativas da obra. E, este trabalho pretende colocar-se nos mares democráticos do diálogo e das trocas de conhecimentos.

Nessa perspectiva, o livro possui um tom dúbio e profundo, de caráter psicológico e reflexivo. As cenas de exploração que Marlow testemunhara são marcantes e tórbidas, tristes e violentas. Outrossim, os olhares de Marlow, ora parecem críticos diante dos horrores da exploração, ora parecem entediados e sem esperanças. O marinheiro de Conrad reflete bem o sujeito histórico em finais do século XIX: um ser fissurado, talhado e repartido por sua forma de vida moderna. Um ser que vaga entre a perdição do nevoeiro e a mais sublime noite enluarada. E, é no dizer de Marlow que a complexidade do livro alça seu voo mais poético e belo “Eu vi o mistério inconcebível de uma alma que não conhecia limites, fé e medo, mas lutava cegamente contra ela mesma.” (CONRAD, 2010, p. 117). A personagem luta contra si durante toda narrativa, um combate psicológico em tons refinados de literatura. E, é nesse embate que habita a maior virtude de Marlow-Conrad: denunciar as tendências regressivas, violentas e exploratórias das sociedades com a ponta da página em que habita.

### Referências

#### Documentais:

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. São Paulo: Abril Coleções, 2010.

CONRAD, Joseph. **O Coração das Trevas**. Tradução de Paulo Schiller. São Paulo: Ubu Editora, (E-book), 2019. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Cora%C3%A7%C3%A3o-das-trevas-Joseph-Conrad/dp/857126029X/ref=sr\\_1\\_2?\\_\\_mk\\_pt\\_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=o+cora%C3%A7%C3%A3o+das+trevas&qid=1590954988&s=books&sr=1-2](https://www.amazon.com.br/Cora%C3%A7%C3%A3o-das-trevas-Joseph-Conrad/dp/857126029X/ref=sr_1_2?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=o+cora%C3%A7%C3%A3o+das+trevas&qid=1590954988&s=books&sr=1-2). Acesso em: 15.04.2020.

CONRAD, Joseph. **Heart of Darkness**. Penguin Books, (E-book), New York, 2017. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Heart-Darkness-Joseph-Conrad/dp/0143106589/ref=sr\\_1\\_3?dchild=1&qid=1590954683&refinements=p\\_27%3AAdam+Hochschild&s=books&sr=1-3](https://www.amazon.com.br/Heart-Darkness-Joseph-Conrad/dp/0143106589/ref=sr_1_3?dchild=1&qid=1590954683&refinements=p_27%3AAdam+Hochschild&s=books&sr=1-3). Acesso em: 20.05.2020.

**Bibliográficas:**

HOCHSCHILD, A. **King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror and Heroism in Colonial Africa**, (E-Book Kindle), Páginção Irregular, 2010. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/King-Leopolds-Ghost-Heroism-Colonial-ebook/dp/B0050NJMKG/ref=sr\\_1\\_1?\\_\\_mk\\_pt\\_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&criid=IF6WCCBO75WT&dchild=1&keywords=adam+hochschild&qid=1590954836&s=books&sprefix=adam+ho%2Cstripbooks%2C292&sr=1-1](https://www.amazon.com.br/King-Leopolds-Ghost-Heroism-Colonial-ebook/dp/B0050NJMKG/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&criid=IF6WCCBO75WT&dchild=1&keywords=adam+hochschild&qid=1590954836&s=books&sprefix=adam+ho%2Cstripbooks%2C292&sr=1-1). Acesso em: 10.05.2020.

HOBBSAWN, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JASANOFF, M. **The Dawn Watch: Joseph Conrad in a Global World**. E-book Kindle. London: HarperCollins, 2018. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Dawn-Watch-Joseph-Conrad-English-ebook/dp/B01D4NURMK/ref=sr\\_1\\_3?\\_\\_mk\\_pt\\_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=jasanoff&qid=1590954899&s=books&sr=1-3](https://www.amazon.com.br/Dawn-Watch-Joseph-Conrad-English-ebook/dp/B01D4NURMK/ref=sr_1_3?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=jasanoff&qid=1590954899&s=books&sr=1-3). Acesso em: 02.05.2020.

NGCONGCO, L; VANSINA. J. A África Meridional: os povos e as formações sociais. In: **História Geral da África**, vol. 3. Brasília: UNESCO, 2010.

UZOIGWE, G. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: **História Geral da África**. Brasília: Unesco, 2010.

MILANI, M. **Estado Livre do Congo: Imperialismo e Roedura Geopolítica (1885-1908)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

VANSINA. J. Os povos falantes do banto e sua expansão. In: **História Geral da África**, vol. 3, 2010.

PESAVENTO, S. História e Literatura: uma velha-nova história. In: **História e Literatura, Identidades e Fronteiras**. Uberlândia, EDUFU, 2006.

ROUGE, J. The Congo River, Central Africa. In: **Large Rivers: Geomorphology and Management**. John Wiley & Sons, 2007.



## TV INSERVÍVEL: MÍDIA E CULTURA DE MASSA NAS ARTES VISUAIS

Joana Schneider<sup>1</sup>  
Dra. Helene Gomes Sacco<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Em 2017 realizei uma visita<sup>3</sup> ao setor dos inservíveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), localizado nas instalações da antiga fábrica de lã Laneira Brasileira S/A<sup>4</sup>. O setor dos inservíveis é o local para onde são enviados todos os materiais, móveis e aparelhos que não têm mais uso ou são substituídos dentro da Instituição, tornando-se, assim, um galpão onde são amontoados os mais variados tipos de objetos. O interesse pelas pilhas e pelos objetos é uma constante na minha produção artística, mas o contato com os inservíveis foi realmente uma experiência nova. Este setor é um espaço que, pelo acúmulo e pela variedade, de certa maneira, assemelha-se aos comércios de objetos usados que costumo frequentar na busca de matéria-prima para meus trabalhos, porém há um grande diferencial: estes objetos não estão à espera de um novo dono, de uma nova oportunidade, de uma *segunda-vida* (DEBARY, 2010). Pelo contrário, como o próprio nome define, são objetos que já não servem. Por outro lado, os *inservíveis* também não se encaixam na categoria dos *descartáveis*, pois estes têm destino certo, assim que são utilizados vão direto para o lixo. Os objetos inservíveis, por sua vez, são bens duráveis apartados, separados, escondidos – objetos *descartados*, mas que, por questões burocráticas, não podem ir para o lixo e, por isso, vão para outro local não menos indesejado. Como um limbo, o setor dos inservíveis recebe e guarda aquele objeto que já não é bem-quisto na Instituição – mas que também não pode deixá-la. Estava lá a *TV Inservível*.

Assim como nos comércios de usados, o setor dos inservíveis também possui uma espécie de organização, agrupamentos de objetos a partir de uma lógica não muito clara, mas com certeza existente. Por tamanho, por natureza, por ordem de chegada. Pilhas de cadeiras aqui, pilhas de colchões ali, geladeiras colocadas umas sobre as outras rente à parede para ter mais estabilidade, cadeiras odontológicas de um lado, camas hospitalares de outro. E lá estava ela, no meio de um emaranhado de CPUs, monitores, impressoras, fios e cabos de eletrônicos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – joana.sch@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – Professora e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – sacco.h@gmail.com

<sup>3</sup> Esta visita foi realizada de forma coletiva por alguns alunos e professores do Centro de Artes com o objetivo específico de retirar do local apenas objetos a serem utilizados na produção artística.

<sup>4</sup> Localizada na Avenida Duque de Caxias, nº144, no bairro Fragata, Pelotas – Rio Grande do Sul.

diversos: uma televisão modelo anos 1980 quase igual à que *a vovó tinha*. Desde a minha infância, nos anos 1990, os aparelhos televisores já mudaram muito, ficando cada vez mais leves, finos e lisos. Mas aquele *objeto* brilhou no meio da quinquilharia: era exatamente a *imagem* correspondente à *palavra* televisão arquivada na minha mente. Havia muitas outras televisões no agrupamento de mídias obsoletas do setor de inservíveis. Mas só vi aquela. Aquela era a televisão da minha memória.

Esta televisão, resgatada do limbo, protagonizou uma série de trabalhos artísticos realizados em 2017 e nos anos seguintes. E, a partir do fazer artístico, fez surgir questionamentos acerca dos objetos, da cultura de massa e do importante papel da televisão em nossas casas, em nossas vidas. Fez surgir, sobretudo, memórias. Memórias de imagens que chegavam ao interior do interior do Brasil<sup>5</sup> através de uma grande antena parabólica que ficava erguida no meio da horta, atrás da casa da vovó. Como um objeto tão essencial quanto a geladeira que conservava o alimento e o fogão que cozinhava o mesmo, a televisão ficava muito perto da grande mesa onde comíamos. Não foi por acaso que, a partir da televisão dos inservíveis, aos poucos, minha produção extrapolou as paredes e me fez recriar *ambientes domésticos*, pois este objeto é, como parte família, uma presença constante nas casas.

Faço parte de uma geração fascinada pela imagem, geração que cresceu em uma realidade permeada pela televisão, objeto já perfeitamente integrado ao cotidiano. Houve, porém, uma geração anterior que viu nascer este fenômeno e, logo que este aparelho começou a se popularizar, nas décadas de 1950 e 1960, alguns indivíduos foram capazes de perceber a magnitude do que estava acontecendo. Grandes nomes da literatura, das artes visuais e do cinema abordaram em suas obras a entrada da televisão de forma massiva nos lares - alguns de forma mais direta, usando a própria figura da televisão, e outros através da apropriação de símbolos da cultura de massa que já era difundida pelo rádio e pelas revistas, mas que se intensificou consideravelmente com o advento desta nova mídia. Pois a televisão nunca está só, ela está sempre acompanhada das imagens. E as imagens não são passivas, muito menos pacíficas. Elas são capazes de gerar modificações comportamentais e culturais – podendo, inclusive, engendrar relações de poder.

Assim sendo, esta abordagem sobre as mídias tem como ponto de partida a televisão que, apesar de não ser o primeiro meio a difundir os símbolos da cultura de massa, inova pelo seu alcance. Além disso, este trabalho trata das mídias pelo viés da arte, trazendo produções artísticas próprias e referências da História da Arte, considerando que a arte não é apartada de

---

<sup>5</sup> Cresci nos anos 1990 no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

seu tempo e que, por isso, constitui-se em um registro - crítico - dos acontecimentos. Por fim, partindo do entendimento de que os objetos são atores sociais, procuro refletir e discutir o *objeto televisor* em seu potencial social, pois os objetos, depois de feitos, também nos fazem.

### TELEVISÃO, ARTE E CULTURA DE MASSA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

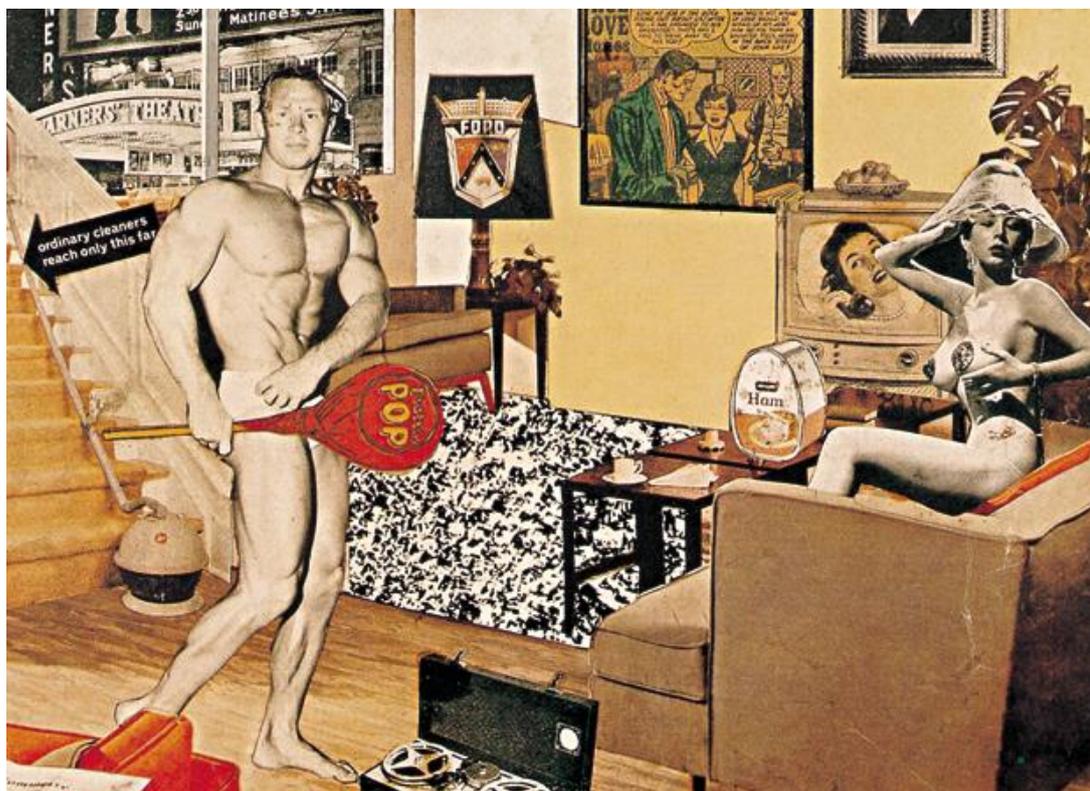


Figura 1: *O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?* Richard Hamilton, 1956.

Fonte: [www.apollo-magazine.com/pop](http://www.apollo-magazine.com/pop).

A colagem *O que exatamente torna os lares de hoje tão diferentes, tão atraentes?*, do artista britânico Richard Hamilton, é uma das primeiras e mais famosas imagens relacionadas ao que o crítico Lawrence Alloway, também britânico, chamou de *Arte Pop*. Alloway usou o termo pela primeira vez em 1954 para designar um novo tipo de arte que estava sendo criada pela cultura de massa e, posteriormente, ampliou o conceito do termo para “incluir as atividades que estavam procurando usar imagens populares em um contexto de ‘belas-artes’.” (LUCIE-SMITH, 2000, p.160). Concebido em 1956, o pôster de Hamilton é a composição de uma cena doméstica feita de anúncios tirados de revistas de grande circulação. Ao aproximar arte e propaganda, o artista dissipa as fronteiras entre arte erudita e cultura de massa, característica inovadora da *Arte Pop*. Na obra, um casal, reificado, se mistura com os atraentes objetos da vida moderna: aspirador de pó, enlatados, produtos em embalagens atraentes e, é claro, uma *televisão*. Os personagens humanos escolhidos pelo artista para “habitar” a casa estão seminus

e em posturas caricatas, se exibindo, mostrando o melhor de sua aparência - quase como produtos atraentes retirados da embalagem. Estáticos, passam a impressão de que, se respirarem, tudo desmonta. Eles são como parte da mobília.

A obra de Richard Hamilton foi produzida quando começaram a ocorrer as primeiras transmissões públicas da televisão em cores nos Estados Unidos. O aparelho de televisão foi criado na década de 20, mas só após o fim da Segunda Guerra Mundial que começou a ser produzido em escala industrial. Na década de 50, a televisão já era muito popular, estava em muitas casas da América do Norte e começou a se espalhar pelo mundo. A “sala” de Richard Hamilton evidencia um certo modo de morar e viver que já havia atravessado fronteiras e chegado na Europa, ou seja, um estilo de vida que estava sendo disseminado – e vendido – em escala global. E isso aconteceu graças a inovações tecnológicas que potencializaram o alcance das mídias.

O artista pop norte americano Tom Wesselmann fazia algo bastante similar à colagem de Hamilton em seus primeiros trabalhos. Usava recortes de fotografias de produtos alimentícios encontrados em anúncios de revista para criar “interiores de lares – sonhos do consumidor” (ARCHER, 2001, p.14). Posteriormente o artista passou a criar cenas domésticas usando técnica mista – composições misturando pintura, colagem e objetos tridimensionais – e algumas destas obras “foram vivificadas pela inclusão de sons gravados, um rádio ou um telefone de parede chamando intermitentemente.” (ARCHER, 2001, p.15). Em 1963, o artista utilizou aparelhos televisores ligados para animar, ou melhor, para *vivificar*, algumas de suas obras. Este recurso está presente na obra *Natureza morta #28*, onde Wesselmann monta uma cena de interior norte americano, juntando elementos do cotidiano com símbolos diretos da cultura do país: a figura do presidente Abraham Lincoln, uma imensa estrela vermelha, uma mesa rodeada de cadeiras e coberta por uma toalha listrada sobre a qual repousam frutas, plantas, garrafas de bebida e um aparelho de televisão funcionando.

Há certa ironia na obra, pois a televisão, funcionando, confere *vida* – ou, pelo menos, movimento - ao quadro com elementos típicos da pintura de natureza morta. Aspecto que cabe salientar é que há vários registros diferentes da obra, pois as imagens sucessivas da televisão funcionando alteram constantemente a composição da colagem. Porém, apesar de as imagens da televisão não ficarem estáticas, permanecem em harmonia com o que está *morto* no restante do quadro, pois os elementos utilizados na composição e o conteúdo veiculado na televisão fazem parte do mesmo caldo cultural, não sendo, de forma alguma, contraditórios.

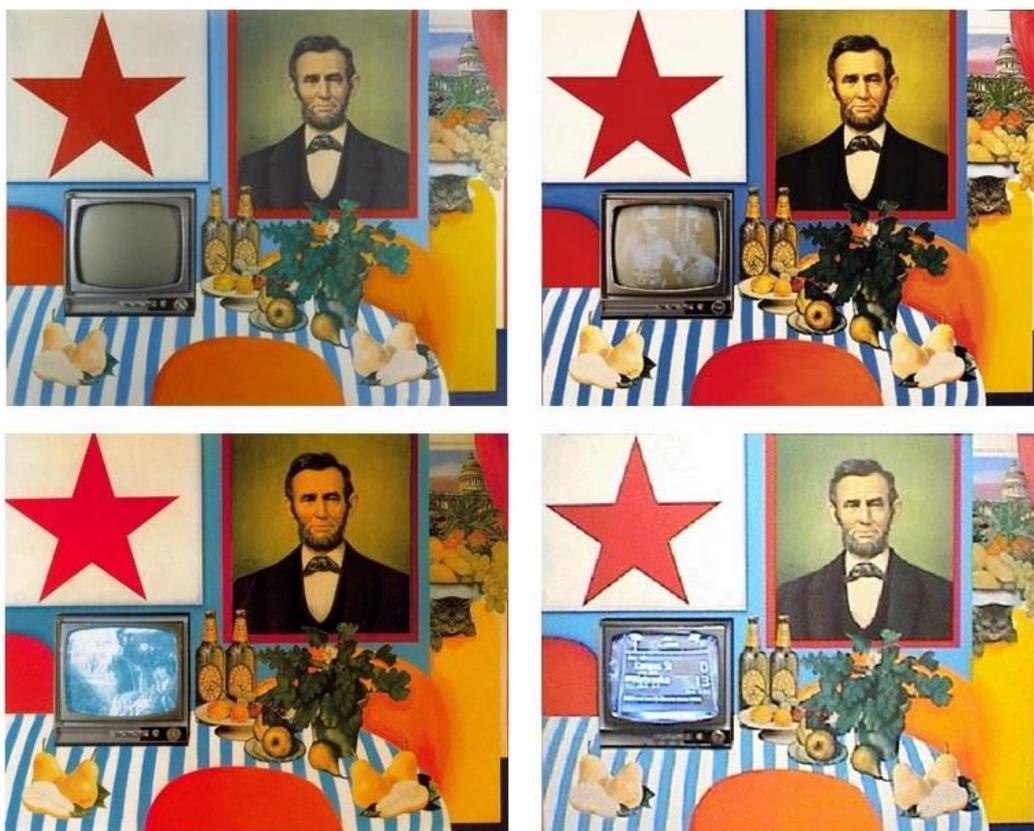


Figura 2: Quatro reproduções de *Natureza morta #28*. Tom Wesselmann, 1963.

Fonte: [www.pinterest.fr](http://www.pinterest.fr) / [www.mutualart.com](http://www.mutualart.com) / [www.imgur.com](http://www.imgur.com) / [www.slideshare.net/jonmichaeloliver](http://www.slideshare.net/jonmichaeloliver).

Tom Wesselmann utilizava tecnologias de comunicação para provocar certa interferência sonora ou de movimento em suas obras. Telefone, rádio e televisão, foram algumas das tecnologias que o ser humano criou para poder se comunicar de forma diferenciada. Marshall McLuhan foi um grande teórico da comunicação, nasceu no Canadá em 1911 e acompanhou o advento dos meios de comunicação ao longo do Século XX. McLuhan foi um pioneiro dos estudos das transformações sociais e comportamentais provocadas pela revolução tecnológica, principalmente no que se refere às telecomunicações. Ele considera que os meios de comunicação são *extensões dos sentidos* do homem, ou seja, todos os meios são prolongamentos de alguma faculdade - psíquica ou física – que o ser humano já possui. O telefone ou o rádio, por exemplo, seriam um prolongamento do ouvido, uma tecnologia pensada para aumentar a capacidade da audição, permitindo que seja superada a limitação espacial e temporal.

Acontece que estas transformações, ao mexerem na dinâmica de espaço e tempo, acabam tendo reflexo sobre o comportamento humano, ou seja, segundo McLuhan, “Os meios, ao alterar o meio ambiente, fazem germinar em nós percepções sensoriais de agudeza única. O

prolongamento de qualquer de nossos sentidos, altera nossa maneira de pensar e de agir – o modo de perceber o mundo. Quando essas relações se alteram, os homens mudam.” (MCLUHAN, FIORE, 1969, p.69). O que McLuhan coloca é que nós transformamos o meio, mas, como resultado inevitável, o meio também nos transforma e, neste sentido, MARTINS (1969, p.18) acrescenta que “a extensão criada provoca reações de que o homem não toma consciência, o ‘feed-back’ não lhe chega à razão”. Isso significa que os seres humanos não têm imediata consciência da dimensão dos efeitos das próprias intervenções no meio. Depois que a tecnologia está agindo no campo da realidade, é como se uma nova realidade, ainda desconhecida, fosse criada.

Em 1967, em seus estudos sobre a TV, McLuhan fez outra descoberta. Ele entendeu que uma mensagem não importa apenas pelo seu conteúdo, pois, muito mais do que o próprio teor da mensagem, o meio também comunica: *o meio é a mensagem*. Tão relevante quanto *o que é comunicado*, é o modo *como se comunica*. Neste sentido, McLuhan insiste que a televisão *condiciona* não apenas pelo que informa, mas por como informa, ou seja, “A mensagem dirigida a massas nelas produz efeito semelhante a uma massagem condicionadora. Onde ele [McLuhan] deduz que o conteúdo não importa se não o veículo” (MARTINS, 1969, p.9). McLuhan entendeu que o *meio*, além de cumprir sua função de mediar a *mensagem* entre emissor e receptor, cumpre o papel de uma *massagem* condicionadora da *idade das massas*. Assim, a televisão, pelo seu alcance inédito e pelo modo como comunica, tornou-se um importante *meio* condicionante que alivia e homogeneiza a existência das massas.

O romance *Fahrenheit 451*, do escritor norte americano Ray Bradbury, ilustra muito bem o “comportamento de manada” sustentado pela massagem condicionadora da indústria cultural mediada pela televisão. O livro coloca a televisão como elemento onipresente em uma sociedade distópica de população apática e inerte. Apesar de o romance ter sido publicado em 1953, sua ação acontece num futuro não datado, mas que, por algumas passagens, parece ser algo próximo dos dias atuais. O título *Fahrenheit 451* é uma referência à temperatura em que o papel incendeia e começa a queimar. Está aí o grande diferencial na realidade inventada por Bradbury: as casas são à prova de combustão e, por isso, os bombeiros ganham a função higienizadora de *queimar livros*. Nesta sociedade, apesar de a população não ser analfabeta, a escrita foi reduzida ao seu uso meramente instrumental. Assim, acontece a queima de livros que ultrapassam essa função e há, por conseguinte, a perseguição daqueles que tentam preservar os poucos livros de conteúdo mais complexo que ainda restam.

Montag, Clarisse, Faber e Mildred são os personagens de mais destaque desta história, pois é através deles que são apresentados três importantes núcleos da narrativa: os bombeiros; os cidadãos perfeitamente ajustados às regras da sociedade; e, finalmente, os indivíduos que são *diferentes*. Montag era bombeiro e, por anos, queimou livros encontrados nas casas de infratores denunciados por *alarmes* de anônimos. Contudo, em determinado momento de sua carreira, caiu na tentação de roubar alguns exemplares, pois suspeitou que os livros guardavam algo de especial visto que algumas pessoas arriscavam a vida para protegê-los. Porém, de pouco adiantava a contravenção cometida, pois ele não entendia o que lia. Sua vida transcorria normalmente até conhecer Clarisse, sua vizinha adolescente. Ela era diferente, fazia perguntas, falava de sua família, *conversava*. Clarisse era socialmente desajustada, pois não interagia *da maneira certa*. Um dia, Clarisse simplesmente sumiu. Seu sumiço - associado ao suicídio de uma senhora que optou por queimar junto com sua biblioteca - agravou as tendências subversivas de Montag que, cada vez mais desejoso por *aprender a entender o que lia*, foi procurar Faber, um professor *suspeito de leitura* que havia investigado.

Mildred, esposa de Montag, é a personagem que mais sofre a influência da televisão e, não por acaso, ilustra o cidadão modelo perfeitamente ajustado às regras comportamentais daquela sociedade. Ironicamente, é através do comportamento de Mildred que se observa uma estranha verossimilhança de *Fahrenheit 451* com a *nossa sociedade* - atual e não ficcional. Mildred tem suas inquietações cotidianas sufocadas por atividades programadas. Ela passa os dias no *salão* com a *família*, cômodo com enormes telões colocados nas paredes, onde são transmitidos programas com os quais os moradores podem interagir, algo muito parecido com os *reality shows* de hoje. Das paredes do salão sai um entretenimento convulsivo, hipnotizante e tão barulhento que prejudica a comunicação entre as pessoas da casa – deste modo, as relações interpessoais são sempre interferidas ou *mediadas* pelas tecnologias. Não há conversas elaboradas entre os moradores da casa, ao passo que as *pessoas* nas paredes do salão são naturalmente chamadas de *parentes*. Mildred revela uma sociedade profundamente triste e confusa, viciada em remédios narcotizantes e que passa o dia inteiro absorvendo um entretenimento medíocre que preenche o seu *vazio*.

Cabe salientar que os bombeiros que queimavam livros raramente eram necessários. A proibição da leitura foi uma prerrogativa da própria sociedade que se adaptou à forma dos novos meios de comunicação, pois “Bradbury percebe o nascimento de uma forma mais sutil de totalitarismo: a indústria cultural, a sociedade de consumo e seu corolário ético – a moral do senso comum.” (PINTO, 2012, p. 15). A mesma população que, aos poucos, parou de ler,

também começou a vigiar e denunciar aqueles que *guardavam* livros. Assim sendo, as pessoas que resistiam eram raras. O personagem Faber, professor e cúmplice de Montag, explicou que os livros são *meios* e a diferença entre os *livros* e os *telões* está apenas no *modo* de comunicar. Faber ensinou para Montag que as informações disseminadas só são capazes de provocar transformações sociais relevantes se atenderem a três condições básicas: “A primeira, [...], é a qualidade da informação. A segunda, o lazer para digeri-la. A terceira, o direito de realizar ações com base no que aprendemos da interação entre as duas primeiras.” (BRADBURY, 2012, p.110). Ou seja, o livro em si é apenas um continente de informação e, sozinho, não possui poder algum. O poder de mobilização de qualquer meio está na qualidade da informação que comunica, associada ao tempo de reflexão e na liberdade de ação do receptor. Neste aspecto, também há incrível semelhança da sociedade de Bradbury com a nossa realidade. Somos uma sociedade hiperinformada, mas desatenta aos critérios de qualidade, *sem tempo* e com capacidade de mobilização praticamente nula - incapacidade muito bem alimentada pelo controle do imaginário executado pela indústria cultural, pela sociedade de consumo e pelo império do senso comum.

Montag foi a exceção da sua sociedade, pouco a pouco conseguiu se desfazer das amarras do imaginário e, imediatamente, passou de bom cidadão à criminoso, praticamente um perseguido político. Ele foi caçado com transmissão ao vivo e as pessoas, em seus salões, assistiram e esperaram por sua morte em tempo real – a própria degustação da violência dos programas sensacionalistas de hoje em dia, que nós conhecemos muito bem. Mas Montag fugiu e, como um pária, fez a sua maior descoberta: a cabeça é o melhor lugar para *salvar e guardar* os livros. Bem longe da cidade, no campo, no fim dos trilhos de trem, aquecendo-se junto à fogueira, ele viu aqueles sujeitos: vagabundos por fora, livros por dentro. Sujeitos-livros, desprovidos de quase tudo, mas que guardavam o conhecimento no lugar onde ninguém acha, ninguém vê, ninguém tira, ninguém queima: a memória.



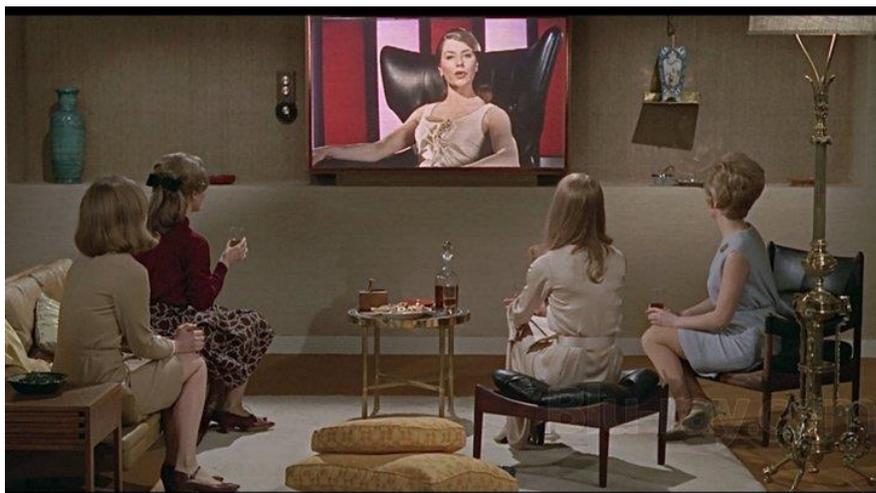


Figura 3: Uma cena no “salão” no filme *Fahrenheit 451*. François Truffaut, 1966.  
 Fonte: [www.javiuesse.wordpress.com](http://www.javiuesse.wordpress.com).

O livro de Ray Bradbury foi adaptado para o cinema em 1966 pelo francês François Truffaut. Em seu filme, Truffaut é bastante fiel a obra de Bradbury, enfatiza a ausência da palavra escrita e a onipresença da televisão na sociedade de *Fahrenheit 451*. O filme começa mostrando uma sucessão de antenas de televisão enquanto os créditos iniciais são narrados, não escritos. Aliás, esta é uma das principais características do filme: a palavra escrita é extremamente poupada, só aparece nas capas e páginas dos livros encontrados e queimados. Sons, objetos, números e imagens são utilizados para indicar todas as outras informações. Incrivelmente, os cenários criados por Truffaut, em 1966, para retratar os *salões* do futuro possuem televisões muito semelhantes aos aparelhos da atualidade, um retângulo na parede, ao redor do qual as pessoas se organizam. A cidade e as casas de Truffaut também não são muito distantes da nossa realidade e, assim como no livro de Bradbury, a televisão é tratada como o “Deus do lar”, instrumento que centraliza as relações da casa com o mundo.

A representação das atividades rotineiras na casa de Montag e de sua esposa é parte muito importante na adaptação, pois ali é retratado o comportamento usual da população. A esposa de Montag é um exemplo do cidadão médio daquela sociedade. Na adaptação, a personagem se chama Linda e é apresentada praticamente como um móvel da casa - uma casa muito organizada, muito equipada, mas quase sem interação. Linda dedica toda a sua energia à *Família*, seres animados da televisão com quem ela imagina se relacionar. Truffaut é excepcional ao retratar a interação de Linda com as *primas* no programa *Teatro da Família*. “Entrem, primas. Façam parte da Família.”, convida a locutora. Linda acredita ter sido a *única* selecionada para participar do programa. O show patético começa. Um diálogo absurdo é iniciado pelos personagens na televisão e, nos intervalos estratégicos das falas, Linda, perdida,

responde questões totalmente genéricas e direcionadas. Qualquer resposta seria correta. Em instantes, acaba. “Linda, você é absolutamente fantástica.”, encerram os personagens robotizados. Ela vai deitar extasiada pela noite *especial* que teve. Afirma: *eu poderia ser atriz!* Mas, mesmo nesta noite especial, Linda, como sempre e como todos, tomou remédio para poder dormir. Provavelmente sonhou com a *Família* e com seus *15 minutos de fama*.

A expressão *15 minutos de fama* é atribuída ao artista pop norte americano Andy Warhol que, também em 1966, durante uma exposição no Museu de Arte Moderna, em Estocolmo, teria afirmado que “No futuro, todos terão seus quinze minutos de fama”. O artista teria feito essa colocação no momento em que várias pessoas se aglomeraram ao seu redor para serem fotografadas. Há controvérsias sobre a autoria dessa frase, mas o fato é que a expressão é utilizada até hoje para designar as *celebridades instantâneas*. Warhol era fascinado pelas massas e pela televisão. Ele é um dos artistas mais conhecidos da sua geração e também um dos que mais fez uso das imagens da cultura de massa nas suas produções. Além disso, Warhol trouxe a técnica de serigrafia<sup>6</sup> para a arte, o que permitiu que ele fizesse uso extensivo da repetição em suas obras. Acontece que a repetição e a efemeridade são características primordiais dos meios de comunicação de massa, neste sentido, é correto afirmar que Warhol estava perfeitamente ciente e alinhado com as características da sociedade em que vivia. Warhol usou em suas obras imagens de produtos (objetos de desejo), de desastres (objetos de comoção instantânea) e de ídolos (objetos de inveja e devoção).

Em 1962, Marilyn Monroe, estrela de Hollywood, tirou a própria vida. A atriz estava com apenas 36 anos e no auge de sua carreira. Marilyn provavelmente era o tipo de mulher que Linda desejava ser ao participar no programa de televisão. Acontece que Marilyn Monroe, enquanto ídolo, era tão objeto da cultura de massa quanto a personagem adaptada de Truffaut. Marilyn não era mais do que uma *sopa de tomate*<sup>7</sup> na sociedade de consumo, que transforma tudo em mercadoria. Sobre isso, Faber, o personagem professor de *Fahrenheit 451*, ao folhear a bíblia, mesmo não sendo religioso, afirmou:

Meu Deus, como mudaram tudo isso em nossos ‘salões’ de hoje. Cristo agora é da ‘família’. Muitas vezes me pergunto se Deus reconhece seu próprio filho do jeito que o vestimos, ou devo dizer despimos? Ele é agora uma guloseima em bastão, feita de açúcar cristal e sacarina, quando não está fazendo referências veladas a certos produtos comerciais de que todo fiel *absolutamente* necessita. (BRADBURY, 2012, p.106)

<sup>6</sup> Técnica de molde vazado que permite a produção de várias cópias a partir de uma matriz.

<sup>7</sup> Referência à obra *Latas de sopa Campbell's*, Andy Warhol, 1962.

Ao descrever a figura de Jesus Cristo com caráter alimentício, Bradbury reduz as imagens humanas veiculadas *nas paredes* ao status de doce artificial que é vorazmente devorado pelas massas. Ao mesmo tempo, é escancarado o caráter publicitário de tudo e de todos que aparecem na tela. Marilyn não era menos guloseima do que Jesus Cristo. Estava no mundo para ser devorada. GIANNOTTI (2009, p.26) observa que “Marilyn referia a si mesma na terceira pessoa, um modo esquizofrênico de viver onde, para virar estrela, sua imagem se desloca da mulher anônima, Norma Jean”. Marilyn não era Norma Jean, era outra coisa, coisa não humana, coisa inventada para entreter multidões. E as multidões devorá-la-iam se pudessem. Neste sentido, Walter BENJAMIM (2014, P.77), ao falar sobre a arte na era da reprodutibilidade técnica, coloca que “O culto do estrelato [...] conserva não só aquela magia da personalidade, que há muito consiste no brilho pútrido de seu caráter de mercadoria, como também seu complemento, o culto do público”. Marilyn e Linda são duas faces da mesma moeda, ídolo e público, ambos cultuados e, por isso, ambos transformados em mercadorias. Poucas semanas após o suicídio, Andy Warhol começa sua série *Marilyn*, afinal, “o que une estrelas e pessoas comuns, se não o destino inexorável da morte?” (GIANNOTTI, 2009, p.70).

Warhol gostava muito de assistir televisão, isso fica evidente em várias passagens de seus diários<sup>8</sup>. Mas, além disso, o artista desejava participar do universo televisivo. Em 1963, Warhol teve seu primeiro contato com uma câmera e começou a fazer filmagens. A importante e pouco conhecida obra audiovisual de Warhol conta com gravações curtas que registram o movimento em seu badalado ateliê em Nova Iorque e alguns filmes que foram exibidos em eventos da cena *underground* da cidade. Foi só em 1979 que Warhol, finalmente, conseguiu ingressar na televisão em um programa sobre as estrelas do mundo da moda que, com seu sucesso como apresentador, em 1980, passou a se chamar *Andy Warhol's TV*<sup>9</sup>. Em 1985, ele consegue um espaço na *MTV*, estação de conteúdo jovem cujo público estava crescendo rapidamente. *Andy Warhol's Fifteen Minutes*<sup>10</sup> era uma mistura frenética de apresentações e entrevistas que reunia muitas personalidades talentosas das mais variadas áreas da cultura: artistas, músicos, atores, *drag queens*. O resultado foi um *show* de tom absurdo, hipnotizante e criativo. Warhol, que sempre se interessou pelas celebridades, lançou uma tendência que sobrevive até hoje: famosos que entrevistam outros famosos. E, apesar de seu programa ser

<sup>8</sup> De 1976 até sua morte em 1987, Andy Warhol telefonava todas as manhãs para a sua amiga Pat Hackett e relatava os acontecimentos das últimas 24 horas. Após a morte do artista, Pat Hackett organizou estas memórias e publicou um livro - com 800 páginas - em 1989. O conteúdo dos diários causou grande polêmica por expor comentários de Warhol sobre várias celebridades da época.

<sup>9</sup> TV de Andy Warhol.

<sup>10</sup> Os quinze minutos de Andy Warhol.

uma profusão ensandecida de celebridades, ele, com certeza, era a principal estrela do espetáculo. Em 1987, Warhol passou mal durante as gravações, foi levado às pressas para o hospital e lá acabou morrendo. Quando foi ao ar, o programa também transmitiu as últimas homenagens ao artista. Warhol morreu no auge, como as celebridades que ele idolatrava.



Figura 4: *Frame* de *Andy Warhol's Fifteen Minutes*. Andy Warhol, 1985.  
Fonte: [www.artsy.net](http://www.artsy.net).

Warhol chamou seu ateliê de *A fábrica*, daí deduz-se corretamente que ele próprio produzia como *uma máquina*. Warhol considerava seu ateliê como um lugar onde se construíam coisas, um lugar de trabalho. Desta maneira, como boa máquina, procurou trabalhar o mais rápido possível, pois tinha plena consciência de que perder tempo não era condizente com os princípios da época em que vivia. Ora, “Ao fazer do ateliê uma fábrica, sabia que dificilmente estaria produzindo outra coisa além de mercadorias” (GIANNOTTI, 2009, p.29). E, de fato, Warhol não só produziu, como também *vendeu* muito.

*A arte de vender* utilizou a televisão de maneira excepcional. Não é à toa que Bradbury traz a imagem de um Jesus-guloseima ao evidenciar a presença velada da publicidade na televisão, pois, se até Jesus é expositor de produtos comerciais, o que restaria para os reles mortais? Os consumidores raramente são levados a comprar por motivos racionais, pelo contrário, as motivações são, geralmente, inconscientes. As *necessidades de compra* dependem em grande parte da *imagem que cada um tem de si e da imagem que quer manter perante os outros*. Sabendo disso, a publicidade não oferece produtos para suprir necessidades específicas, mas um *estilo de vida* dificilmente atingível para a maioria dos consumidores. A eficácia da propaganda está em modelar o comportamento de consumo do indivíduo a partir da *autoimagem*. Em *Vida para o Consumo*, BAUMAN (2008, p. 20) coloca que “A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias [...]”. O autor coloca que a própria subjetividade do sujeito é moldada para estar a serviço do mercado no sentido de que

todos somos *treinados* para a atividade de consumo com a ilusão de que, ao consumir, alcançaremos uma *identidade individual*. Por isso, quanto mais camuflada for a propaganda, entranhada no meio da programação, mais eficiente ela é – o sujeito consome algo que está sendo divulgado massivamente acreditando que está efetuando uma escolha pessoal. E, na busca de um *estilo próprio*, nunca para de comprar.

Esse comportamento de consumo contínuo e irracional não só é ilógico, como também é insustentável. Em 2013, a artista brasileira Helene Sacco também visitou o setor dos inservíveis para realizar as suas produções e ficou igualmente impactada com as pilhas de objetos, que chamou de *montanhas*. Helene coloca que a experiência de visita aos inservíveis comprova o desperdício e a nossa falta de cuidado com as coisas, atitudes que, evidentemente, são fomentadas pelo mercado que necessita da obsolescência para sobreviver. Ela observa que os inservíveis são apenas um exemplo das montanhas, geralmente muito bem escondidas, criadas pelo nosso modo de consumo:

Ao ver essas montanhas de coisas eu imediatamente lembro de outras duas formas de ser da mesma coisa-montanha, seus dois extremos, do início ao fim da vida das coisas: a primeira, uma grande pilha de containeres sobre os navios cargueiros cruzando o oceano para preencher as lojas, sempre esvaziadas pelos consumidores; e a segunda, as grandes montanhas de lixo que países como Gana aceitam mensalmente do primeiro mundo, nos mesmos navios cargueiros. (SACCO, 2014, pag. 76, 77)

Em sua colocação, a artista aborda as duas pontas do nosso sistema de consumo: as montanhas de produtos novos que são logo esvaziadas e as montanhas de lixo que só aumentam. Sobretudo, Helene expõe o problema que o lixo se tornou para os países de primeiro mundo e, ao mesmo tempo, as desigualdades de acesso ao que é produzido – principalmente no que se refere às inovações tecnológicas. Alguns países produzem muito lixo e carecem de espaço, então, países pobres como Gana, exemplo usado pela artista, aceitam receber estes resíduos por acreditar que algo aproveitável pode vir junto ao monte de coisas descartadas. Cabe à população, também pobre, remexer o lixo na frágil esperança de achar algo funcionando ou possível de ser reciclado. Assim, Helene deixa evidente que o consumo incessante não apenas extrapola os limites dos recursos naturais, mas também se ampara nas desigualdades, visto que alguns seres humanos são extremamente explorados para sustentar o estilo de vida vendido pela mídia e atingível apenas para uma minoria privilegiada. No final, quem ganha com isso é uma minoria - ainda mais reduzida - que detém o controle do mercado.

## **O VAZIO, A REPETIÇÃO E A CENSURA INVISÍVEL NA TELEVISÃO**

A televisão começou sua história no Brasil em 18 de setembro de 1950, quando foi ao ar o programa inaugural da TV Tupi, depois que Assis Chateaubriand, magnata da comunicação, importou todos os equipamentos técnicos dos Estados Unidos, além de cerca de 200 televisores que foram espalhados em pontos específicos da cidade de São Paulo, como o Viaduto do Chá e o Pacaembu<sup>11</sup>. Ao longo dos anos, estes televisores iniciais foram se multiplicando e, atualmente, segundo pesquisa divulgada pela *Agência Brasil*, de 69,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, 97,2% possui pelo menos um aparelho de televisão<sup>12</sup>. Ou seja, a televisão é um eletrodoméstico presente em praticamente todas as casas brasileiras.

Na fala inicial do programa comemorativo dos 60 anos da televisão brasileira realizado pela TV Brasil, o narrador afirma que “a televisão [...] trouxe para o mesmo Século o habitante de uma grande metrópole e o morador de uma grande aldeia”. Considerando que quase todos os lares brasileiros possuem televisão, a afirmativa ilustra uma situação verídica no sentido de que a informação que chega na casa de um morador de São Paulo pode ser a mesma que chega em uma casa de um povoado no meio da Amazônia. Após encontrar o aparelho televisor no setor dos inservíveis tive que pensar quais aspectos daquele objeto eram relevantes para a minha produção artística, e o primeiro ponto levantado foi justamente o fato de que a televisão - como parte da família - está em quase todas as casas. Outra questão levantada foi a *forma* como a televisão comunica. As informações muito semelhantes que *se repetem* dia após dia, com intervalos preenchidos por anúncios que também *se repetem* obsessivamente. Então, pelo viés da repetição, pensei no *vazio* – informações muito parecidas que se sucedem incansavelmente umas às outras preenchendo o tempo de reflexão e de ação. Há informação, isto é evidente - somos uma população hiperinformada. Porém, a qualidade e a capacidade mobilizadora destas informações são altamente questionáveis. A partir deste raciocínio, foi criado um painel urbano<sup>13</sup> no qual a imagem de uma *TV Inservível* vazia - chiando - se repetia até preencher todo o espaço. Os telões, como em *Fahrenheit 451*, tomaram as paredes.

<sup>11</sup> Informações retiradas do programa comemorativo dos 60 anos da TV Brasileira realizado pela TV Brasil.

<sup>12</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último trimestre de 2016.

<sup>13</sup> Painel produzido com a técnica Lambe-Lambe, na qual cartazes são colados diretamente na parede, geralmente em áreas externas e urbanas. Técnica muito usada para divulgação de eventos ou na disseminação de conteúdo político – geralmente em tom de denúncia ou protesto. É comum que as cópias sejam feitas em xerox, pelo baixo custo. Os cartazes, muito antes da televisão, já eram importantes replicadores e difusores de informações. Depois dos grandes avanços tecnológicos, além de ocuparem as ruas, passaram a ser amplamente divulgados no meio digital.



Figura 5: Lambe-Lambe televisivo. Xerox. 2017.  
Fonte: arquivo pessoal da autora.

Em 1996, o sociólogo francês Pierre Bourdieu *apareceu na televisão* justamente para falar sobre os aspectos sociais desta mídia. A fala de Bourdieu originou o texto intitulado *Sobre a televisão* e causou muita discussão - até mesmo indignação - entre os profissionais da área. Contudo, Bourdieu esforça-se em evidenciar que suas críticas sobre a televisão são estruturais e não se referem diretamente aos profissionais, que estão na base de um sistema de pressões que retira quase toda a capacidade de ação individual - mesmo para os profissionais mais qualificados. O sociólogo inicia sua fala apontando as condições que estabeleceu para *aceitar ir à televisão*, afirmando que a limitação do tempo de fala, o direcionamento do discurso e a direção do programa são aspectos que, geralmente, impossibilitam as pessoas, mesmo as mais especializadas em suas áreas, de comunicar seus conhecimentos. Assim sendo, Bourdieu coloca que o tempo, o assunto e o formato são utilizados como ferramentas de *censura invisível* e deveriam ser *negociados* por ambas as partes antes de qualquer indivíduo aceitar um convite para participar de um programa de televisão. Neste sentido, ele explica como a postura do apresentador, a composição do estúdio, as pessoas convidadas, as conversas preparatórias, os jogos de linguagem e as perguntas inadequadas são aspectos complementares da fala, direcionando o conteúdo - explícito e implícito - das entrevistas e dos debates. Estas estratégias funcionam como operações ocultas de censura que estão no cotidiano da televisão e passam despercebidas. Estão disfarçadas e são, portanto, muito poderosas.

Bourdieu também destrincha o mecanismo de poder em cadeia que influencia diretamente na qualidade de informação transmitida pela televisão. Na base desta cadeia estão os profissionais que, em geral, têm pouquíssimo poder, pois seu trabalho é direcionado pelos órgãos de imprensa. Estes, por sua vez, dependem dos anunciantes. A manutenção dos anunciantes está condicionada aos índices de audiência, que geram a concorrência entre os órgãos. A concorrência entre os órgãos resulta na produção de um conteúdo que deve ser aprovado por grande parte da população. Ou seja, através dos anunciantes, é o mercado que figura no topo desta cadeia porque, “A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre

a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população” (BOURDIEU, 1997, p.23) e o mercado utiliza-se desta mídia pra atingir seus interesses. Este fato ajuda a esclarecer algumas incoerências da televisão, como sua forma de gerenciar o próprio tempo e o princípio de seleção das informações veiculadas.

O tempo na televisão é muito caro e grande parte dele é desperdiçado com banalidades. Bourdieu explica este fenômeno ao expor o mecanismo de *ocultar mostrando*, que é basicamente trocar informações relevantes por qualquer outro assunto, ou mostrar as mesmas como fatos descontextualizados, sem apontar as causas nem as possíveis consequências. As informações isoladas, deslocadas da realidade, não engendram posturas futuras. Assim, fatos importantes como tragédias, violências e desmandos políticos causam, no máximo, comoção instantânea. Em suma, se o *tempo precioso* da televisão é utilizado para transmitir informações inúteis, estas informações inúteis, certamente, ocultam *informações preciosas*. Sobre isso, BOURDIEU coloca que “ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer os seus direitos democráticos.” (1997, p.23-24). Acontece que as emissoras que ousam trazer conteúdos mais complexos correm o grande risco de não agradar os telespectadores e, conseqüentemente, perder anunciantes.

Este aspecto se relaciona com outro efeito pernicioso da concorrência: a *repetição*. Bourdieu aponta que a concorrência homogeneiza a informação em função do fenômeno chamado *circulação circular da informação*, círculo vicioso no qual a imprensa se monitora entre si e acaba por repetir-se. Cotidianamente, há assuntos considerados *em alta* e que, necessariamente, devem ser abordados. Por isso, o mesmo fato aparece em todas as emissoras com variações praticamente imperceptíveis. Esta repetição inviabiliza a diversificação dos conteúdos na mídia e acaba por se converter em mais um método eficaz de censura. Há, contudo, outro efeito ainda mais nocivo: a cópia mutua de conteúdo, muitas vezes, acaba por colocar em destaque personalidades com posicionamentos prejudiciais aos avanços sociais. Frequentemente figuras medíocres ganham visibilidade ao fazer afirmações preconceituosas. Em efeito cascata, estas falas inadequadas são repetidas em todos os órgãos de imprensa e, por fim, a figura medíocre passa a ser entendida como autoridade, abafando estudiosos com conhecimentos específicos e responsabilidade social - que, por não serem polêmicos, não conseguem visibilidade na mídia. Neste sentido, cabe ressaltar outro aspecto apontado por Bourdieu: a relevância da *narração* como instrumento de criação de realidade. Ele coloca que “a imagem tem a particularidade de poder produzir [...] o efeito de real, ela pode fazer ver e



fazer crer no que faz ver.” (BOURDIEU, 1997, p.23), ou seja, as imagens, muito mais do que registros da realidade, podem interferir na mesma, criando fatos, alavancando nomes, induzindo posicionamentos.

Por estes e outros aspectos, Bourdieu coloca que a televisão, apesar de seu alcance extraordinário, está longe de possuir um caráter revolucionário, pois não promove alterações comportamentais coletivas relevantes ao ponto de causar transformações sociais, pelo contrário, produz uma espécie de *vazio preenchido*, que colabora com a manutenção das estruturas de poder vigentes. Bourdieu utiliza a expressão *Fast-food cultural* para designar uma produção cultural pré-digerida, pré-pensada, que dá a aparência de qualidade - e até de intelectualidade - mas que não passa da comunicação de ideias feitas, troca de lugares-comuns aceitos por todos e que, por serem aceitos por todos, anulam a participação do receptor. Assim, sem um receptor ativo, a comunicação é fácil, imediata e “instantânea porque, em certo sentido, ela não existe.” (BOURDIEU, 1997, p.40). De fato, o resultado mobilizador desta comunicação inexistente é similar ao que seria atingido por um sujeito que passa o dia olhando para uma parede - ou para *uma televisão que só chia*.

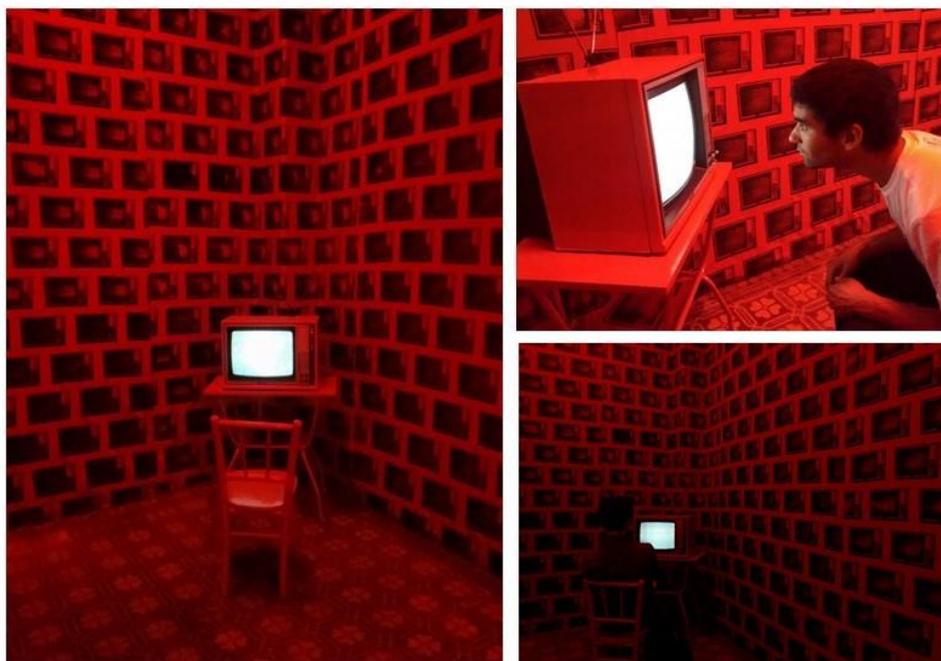


Figura 6: Obra televisiva sem título. Instalação. 2017.

Fonte: arquivo pessoal da autora.

Ora, se a *falsa comunicação* tem efeito similar ao de um chiado constante, o mesmo conteúdo repetido várias vezes com *poucas diferenças e enormes semelhanças* tem resultado parecido ao de uma estampa de repetição: a mesma figura é impressa várias vezes e entre elas há pequenas diferenças que só quem fez enxerga, mas que são imperceptíveis no todo, portanto,

imperceptíveis para o observador. O *vazio informativo* da falsa comunicação está presente na instalação *Obra televisiva sem título*, ambiente criado a partir da junção de estamperia<sup>14</sup> e objetos tridimensionais. A obra traz o chiado constante e barulhento da televisão - ligada e *fora do ar* - associado à repetição visual que toma conta das paredes da sala. Um cômodo saturado de cor e barulho, onde a televisão é como um amuleto hipnotizante que convida o observador para sentar e ficar.

A estampa de repetição, do modo como foi executada, se relaciona com vários aspectos mantenedores da estrutura da nossa sociedade, onde os interesses de mercado figuram sempre no topo das cadeias de poder: o uso alienado do tempo, o trabalho mecânico e repetitivo, os empilhamentos formados por nossa rotina de consumo, acúmulo e descarte e, por fim, a repetição dos anúncios – explícitos ou camuflados – que são absorvidos cotidianamente e, aos poucos, moldam a nossa subjetividade. Cabe salientar que a televisão é usada como um símbolo da mídia seriada - pelo seu alcance e por sua capacidade de penetração nos lares – pois a televisão não foi a primeira e nem será a última mídia de massa. Antes do advento da televisão, já havia as revistas e o rádio que divulgavam variedades e anúncios e, atualmente, há a internet e todas as plataformas criadas com ela, que estão sendo rapidamente adequadas aos interesses de mercado, fato que fica evidente pelo advento dos *Influenciadores digitais*<sup>15</sup>. Ou seja, apesar das mudanças tecnológicas, o *modo de comunicar* e os efeitos do mesmo pouco se alteraram.

A *Obra televisiva sem título* faz referência à sala doméstica. Na construção de uma casa, as peças são pensadas de acordo com as suas funcionalidades: na cozinha é preparado o alimento, se come; no quarto se dorme; no banheiro se faz as necessidades fisiológicas e a higienização pessoal. Cozinha, quarto e banheiro visam atender às necessidades mais básicas do ser humano. Mas e a sala? Que necessidade humana a sala visa suprir? A sala é o espaço doméstico destinado à *ação de estar*, de conviver. É um espaço planejado para agrupar, reunir, aconchegar. Contudo, com a presença obrigatória da televisão, este espaço ganha uma nova disposição: a televisão é colocada em local de destaque, estratégico, onde fica visível para todos aqueles que sentam em volta. É como se este objeto tivesse o melhor assento reservado no encontro da família. Não surpreende o fato de os seres que habitam os salões nas casas de O

---

<sup>14</sup> As figuras de televisão chiado foram impressas manualmente, uma a uma, a partir de uma matriz única com a técnica de serigrafia, resultando em quinze metros de tecido estampado que foram usados para revestir as paredes de um cômodo. As artes impressas utilizadas desta maneira se enquadram em uma categoria artística chamada *Gravura em campo expandido*, onde a gravura extrapola a bidimensionalidade e é utilizada em diversos formatos, como na construção de objetos e ambientes.

<sup>15</sup> Marketing de influência é uma estratégia que ocorre por meio de plataformas digitais e consiste em praticar ações focadas em indivíduos que exerçam influência ou liderança sobre potenciais clientes de uma marca.

*Fahrenheit 451* serem chamados de *parentes* pois a televisão realmente substituiu *A família*. Por isso, na *Obra televisiva sem título*, só há uma cadeira na mobília, pois só há espaço para um espectador – o espectador do nada.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *TV Inservível*, objeto retirado da pilha de mídias obsoletas do setor dos inservíveis, é um aparelho televisor de modelo há muitos anos ultrapassado. Fora isso, a televisão, nos moldes como foi abordada no trabalho, ainda existe, mas é considerada uma *mídia de velhos*, pois o modo de uso deste eletrodoméstico mudou muito nos últimos anos, de forma que mesmo os televisores mais modernos só permanecem nos ambientes domésticos porque estão associados às novíssimas tecnologias. Hoje a televisão está conectada ao celular, ao computador, à internet e, assim, continua ativa. Os smartphones são as telas da atualidade e, como um compilado de todas as velhas e novas mídias, reúnem em si as mais variadas funções: telefone, rádio, relógio, televisão, além dos dispositivos próprios de comunicação. É como se, de alguma forma, os *telões das paredes* tivessem se estilhaçado em infinitas *micro telas* que ficam nas mãos de cada sujeito – dentro de casa e fora dela. Se a televisão provocava certa interferência na comunicação, as relações interpessoais foram ainda mais afetadas com o advento dos smartphones.

Se antes os membros da família sentavam juntos ao redor de um *Deus do lar* comum, hoje cada indivíduo possui a sua própria companhia eletrônica e a comunicação entre os indivíduos de carne e osso acontece através da *telinha*. Esta comunicação é cada vez mais sintética, reduzida e abstrata - figurinhas, símbolos e carinhas frequentemente substituem as expressões humanas e as mensagens verbalizadas. A internet, sem dúvida, praticamente anulou as distâncias e possibilita o contato instantâneo entre indivíduos de praticamente qualquer lugar do mundo, o que, de maneira alguma, significa uma melhoria na qualidade da comunicação. O mesmo vale para a informação, a internet ampliou o acesso a informações variadas, mas ainda não gerou um ambiente favorável para mobilizações sociais relevantes. Pelo contrário, o uso massificador da internet criou instrumentos extremamente nocivos, como as *fake News* - notícias falsas amplamente divulgadas - e grupos virtuais que reúnem e fortalecem indivíduos com orientações ideológicas extremamente perniciosas aos avanços sociais. Ou seja, apesar das modificações tecnológicas, ainda somos massacrados pelas mídias massificadoras e multidões seguem impassíveis o “destino bovino da humanidade conformada” (PINTO, 2012, p. 17).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. **Pesquisa diz que, de 69 milhões de casas, só 2,8% não têm TV no Brasil.** Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>>. Acesso em: 14 de maio. 2020.

ARCHER, Michael. **Arte Contemporânea: uma História Concisa.** Tradução de Alexandre Krug e Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.** Tradução: Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451.** Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2012.

DEBARY, Octave. **Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias.** p.p.27-45. In: Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 2, n. 3, ago-nov. 2010.

GIANNOTTI, Marco. **Breve história da pintura contemporânea.** São Paulo: Claridade, 2009.

GOTTHARDT, Alexxa. **On His MTV Show, Andy Warhol Broke All the Rules** Disponível em: <<https://www.artsy.net/article/artsy-editorial-mtv-andy-warhol-broke-rules>>. Acesso em: 14 de Maio. 2020.

LUCIE-SMITH, Edward. Arte Pop. In: STANGOS, Nikos (org.). **Conceitos da arte moderna.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 160 – 169.

MARTINS, Ivan Pedro de. O ovo eletrônico. In: MCLUHAN, Marshall. FIORE, Quentin. **O meio são as massa-gens: um inventário de efeitos.** Tradução: Ivan Pedro de Martins. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1969. p. 10 – 35.

MCLUHAN, Marshall. FIORE, Quentin. **O meio são as massa-gens: um inventário de efeitos.** Tradução: Ivan Pedro de Martins. Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1969.

PINTO, Manuela da Costa. Prefácio. In: BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451.** Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2012.

SACCO, Helene. **A (RE)FÁBRICA: um lugar inventado entre a objetualidade das coisas e a sutil materialidade do desenho e da palavra.** Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

TRUFFAUT, François. **Fahrenheit 451.** Reino Unido: Anglo Enterprises Vineyard Film Ltd., 1966.

TV Brasil. **TV 60: a história da televisão brasileira.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=uhboztj2Utk>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

## O RETRATO DE MACHADO DE ASSIS E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

Leonardo Tajés Ferreira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O período histórico brasileiro denominado de Segundo Reinado (1840 – 1889), em comparação com o Primeiro Reinado, e com o período de Regências, foi um momento de estabilidade política e econômica. O país governado por D. Pedro II passou a ser uma referência na produção cafeeira, essa que na segunda metade do século XIX começa a contar com uma mão de obra assalariada cada vez mais especializada.

O fim da escravidão negra no Brasil ocorreu de modo gradativo. A Lei Feijó, de 07 de novembro de 1831 proibia a importação de escravos para o Brasil e declarava livre todos os que pudessem provar sua entrada após a vigência da lei. Ignorada pelos traficantes de escravos, e com pouca fiscalização, o aparato jurídico foi pouco eficaz no combate ao comércio. A Lei Eusébio de Queiros, de 1850, visava a proibição do comércio de escravos da África para o Brasil; a Lei do Ventre Livre, de 1871, previa que os filhos de escravos nascidos a partir deste ano eram considerados livres (ficando sob tutela do senhor de escravo até os oito anos de idade); em 1885, a Lei do Sexagenário entrava em vigor, possibilitando que os que tivessem 65 anos pudessem comprar a liberdade. Por fim, a Lei Áurea de 1888 foi a abolição definitiva da escravidão em território nacional.

O escritor brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839 – 1908) foi contemporâneo deste momento de transições conjunturais no país, viu tanto a Proclamação da República, em 1889, como também presenciou o processo de abolição da escravidão. Dentro da corrente do “realismo”, obras de Machado de Assis, como “Memórias Póstumas do Brás Cubas”, de 1881, e Dom Casmurro, de 1899, lançaram críticas sociais dotadas de humor e ironia, marcas que se tornaram características do autor. Machado de Assis nasceu no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. De família pobre, era filho de Francisco José Machado de Assis e Maria Leopoldina Câmara Machado; enquanto a mãe vinha de família portuguesa, da Ilha de São Miguel, a descendência afro-brasileira de Assis se deu pelo pai, que era filho de Francisco de Assis e Inácia Maria Rosa, ambos pardos e escravos alforriados.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: tajjes2@hotmail.com

Com traços mestiços, herdados de seus antepassados paternos de descendência africana, Machado teve sua imagem publicada, em livros e publicações, como uma personalidade caucasiana. Seu retrato feito em 1896, aos 57 anos, passou por um revisionismo no ano de 2019; chamado de “Projeto Machado de Assis Real” é uma iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares, de São Paulo, que visa a afirmação da negritude de um intelectual de renome nacional.

A partir da perspectiva teórica de Giddens (1991) quanto à reflexividade, este trabalho visa propor reflexões a respeito das significações atreladas ao “embranquecimento” de Machado de Assis no século XIX e XX e o sentido atual da revisão de sua imagem.

### **O RIO DE JANEIRO E A ESCRAVIDÃO**

O Rio de Janeiro no qual Machado de Assis nasceu, 21 de junho de 1839, tinha aproximadamente 200 mil habitantes, sendo a metade disso escravizada. Segundo Abreu (2014), em 1850 a população brasileira era de 7,5 milhões de habitantes, e os cativos somavam por volta de 30% do total. O censo de 1872 revelaria uma população de 10,1 milhões de habitantes, com a população escravizada representando 1,5 milhão.

A partir de 1763 a cidade do Rio de Janeiro se tornou a capital da América portuguesa ou Brasil Colônia. O deslocamento do eixo político e econômico fez com que houvesse a formação de rotas que ligassem o Rio de Janeiro à extração de ouro, em Minas Gerais, e à produção de açúcar, no Nordeste. Do Rio partiam as embarcações em direção à Portugal. Apesar do descobrimento dos minérios serem uma novidade do final do século XVII, o movimento portuário no Rio era antigo, entre 1597 e 1599, há registros<sup>3</sup> iniciais do desembarque de negros escravizados na costa carioca. Entre 1600 e 1609 apenas dois navios foram registrados, e entre 1660 e 1669 apenas uma embarcação. Já entre 1690 e 1699 dez navios negreiros foram registrados. Ao chegarem no sudeste brasileiro os navios negreiros aportavam no Cais do Valongo; considerado o maior porto negreiro das Américas, o Cais esteve em atividade até 1830, e nele, dos mais de 10 milhões de cativos trazidos para a América, desembarcaram cerca de 700 mil escravizados vindos, em sua maioria, de Angola e Congo. No século XVII a cidade do Rio de Janeiro era a mais populosa entre as províncias, com 30 mil habitantes, entre livres e escravizados. Com a chegada da família Real portuguesa, em março de 1808, a cidade já tinha cerca de 60 mil habitantes, e nela foram criadas diversas instituições culturais e educacionais, como: o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, o

---

<sup>3</sup> Dados coletados sobre as viagens intercontinentais no site: <https://www.slavevoyages.org/>

Real Gabinete Português de Leitura, o Teatro São João (atual Teatro João Caetano), a Imprensa Nacional e o Museu Nacional. Além disso, houve mudanças nas relações interpessoais, principalmente com os membros da Corte. De acordo com Angelo (2008, *online*) “No intuito de transformar a nova capital numa cidade comparável às cortes europeias, dom João abrigou missões artísticas e científicas, além de incentivar a encenação de espetáculos musicais e peças de teatro”. A vinda da Corte teve impacto nas elites locais, essa que passou a se vestir e a se comportar conforme os ditames europeus. Segundo (JUNIOR, 2018, p. 74) “essa corte tropical, forjada na junção entre nascidos e chegados, demandou um conjunto de rearranjos cotidianos num ritmo notavelmente inédito”. Sendo o principal entreposto negreiro das Américas, o Rio recebia entre 10 e 18 mil escravos por ano, e em 1808 cerca de 2/3 da população era composta de escravizados, negros forros e mulatos. Onipresentes, os cativos realizavam as mais diversas tarefas: vendiam produtos nas ruas, distribuía água, recolhiam os dejetos acumulados nas casas e jogavam ao mar, atuavam na construção civil e outras atividades manuais.

Na década do nascimento de Machado de Assis, entre 1830 e 1839, 367 navios com negros escravizados desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, dos 161.312 escravos que saíram da África 16.334 não chegaram ao destino com vida. Na década seguinte, entre 1840 e 1849, mais 328 embarcações com escravos chegaram ao Rio; dos 154.393 mais de 17 mil morreram. A Lei Eusébio de Queiros, de 1850, visava frear o comércio de escravos da África para o Brasil, fator que acarretou em uma significativa diminuição entre 1850 e 1859, quando há 34 navios direcionados ao porto do Rio, onde se observa 19.672 escravizados e 2.743 mortes. Enquanto o Brasil aumentava a importação de escravos, países vizinhos realizavam a abolição da escravidão, entre eles: o Chile (1823), Bolívia (1826), México (1829), Colômbia (1851), Venezuela (1854) e Haiti (1864).

Propagado entre os séculos XVII e XVIII na Inglaterra, Holanda e França, o pensamento Iluminista defendia o uso da razão e o emprego de métodos científicos que levassem ao progresso humano. Os iluministas eram contrários ao modo de estrutura política, social e econômica do Antigo Regime, esse que ainda atuava sob a interferência da Igreja Católica e dos reis absolutistas, além de praticar o Mercantilismo como prática econômica. Por defender o liberalismo econômico, o Iluminismo ganhou adeptos nas classes burguesas e até reis se converteram em “déspotas esclarecidos”. Essas ideias liberais eram fundamentadas na liberdade econômica, sem a intervenção do Estado; além disso, defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre os homens. A noção de “igualdade perante a lei” influenciou o processo de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789.



Logo após, ocorreu a Revolução Haitiana, em 1804, e a abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 1865.

No Brasil, durante o período regencial e Segundo Reinado os pensamentos iluministas e as revoltas escravas e republicanas instigaram intelectuais, brancos e negros, a lutar contra a escravidão; deste modo, surgem os abolicionistas. A abolição começou a ser vislumbrada com a Lei de Bill Arberdeen, criada pelos ingleses em 1845 e que consistia da permissão que qualquer navio britânico poderia interceptar embarcações com negros escravizados em alto mar e na costa brasileira. A medida consistia mais em uma estratégia econômica do que uma iniciativa humanitária, uma vez que configurava uma retaliação à Tarifa Alves Branco, de 1844, tarifa alfandegária da Corte que aumentou a taxa sobre os produtos ingleses.

A obra “Onda Negra, Medo Branco”, de Celia Maria Marinho de Azevedo, aponta que os abolicionistas, como Luís Gonzaga Pinto da Gama e Antônio Bento de Sousa e Castro, estavam interessados em realizar uma transição ordeira do trabalho escravo para o assalariado. O negro, antes escravo, deveria ser integrado ao mercado de trabalho não através de métodos revolucionários, mas sim por um sistema reformista. Para Azevedo (1987) a grande questão que pairava entre as elites era “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?” (1987, p. 33). Ainda sem educação formal, e com poucas perspectivas de ascender socialmente, a comunidade negra no Brasil manteve-se à margem, desempenhando funções análogas ao do período da escravidão.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegaram ao Brasil, entre 1871 e 1880, 219 mil imigrantes, em sua maioria europeus<sup>4</sup>; na década seguinte atingem os 525 mil. No último decênio do século XIX, após a abolição, o total de imigrantes no país somava 1,3 milhão. Além de serem discriminados pela cor da pele, os ex-escravos se tornam indesejados na paisagem urbana do século XX. O novo regime republicano não proporcionou uma democratização, ou uma inserção da comunidade afro-brasileira na lógica capitalista; o que se configurou foi um contexto social excludente e elitista, baseado no poder oligárquico que impossibilitava a mobilidade social dos mais pobres.

Dentro deste contexto de desvalorização da figura do negro na sociedade brasileira, o vínculo da negritude com atividades intelectuais, como no caso de Machado de Assis, não era bem-vista pela elite. Em 1867, Machado de Assis, então com 28 anos, conheceu Carolina Augusta Xavier de Novaes, uma portuguesa nascida na cidade do Porto. Caucasiana, Carolina

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis no link: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html>.

casou-se, em 1869, com Machado de Assis, um mestiço, contra a vontade de sua família. O romance entre Joaquim e Carolina reflete a relevância em que as posses materiais e a cor da pele tinham na sociedade brasileira do século XIX. Segundo Telles (2003, p. 158) “No mercado matrimonial, a pele mais branca é preferida e pessoas, especialmente mulheres, com pele mais escura são frequentemente rejeitadas”.

Além de Machado de Assis, outras personalidades históricas negras que se dedicaram a práticas intelectuais, e não ao trabalho braçal, tiveram suas imagens “embranquecidas” em retratos amplamente divulgados na mídia impressa, em livros didáticos, e mais recentemente, na *internet*, entre eles: André Rebouças, Marcílio Dias, Luís Gama e José do Patrocínio. A recorrência na manipulação das imagens de homens negros tanto no século XIX, como em publicações posteriores, nos levam a refletir a respeito do impacto e do significado da figura dos intelectuais afro-brasileiros, ou mestiços, no Brasil Imperial e na Primeira República, como também na ressignificação que estas imagens adquirem no século XXI.

### ASPECTOS SIMBÓLICOS

Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” Weber manifesta seu pensamento oposto à teoria marxista no que tange ao desenvolvimento histórico do capitalismo. Segundo Weber, o capitalismo não está atrelado à ganância, à expropriação de terras e ou à alienação dos trabalhadores assalariados dos meios de produção. O capitalismo está associado ao protestantismo calvinista. Através de um estudo histórico do desenvolvimento do capitalismo desde o século XV, Weber observou que nas localidades em que este modo de produção se encontrava mais desenvolvido havia uma complexa organização racional vinculada à acumulação de riquezas, à disciplina, e à predestinação. Conservando-se estes valores protestantes, o trabalho passa a ser visto como um dever, um fim em si mesmo. Para Weber, enquanto a igreja católica condenava o lucro, a ética de trabalho calvinista tornou-se um aliado do modo de produção capitalista. O pensamento racional também influencia o Estado e suas instituições (como escola, polícia, bancos, etc). O aumento da racionalização da vida fez com que Weber distinguisse a história em duas configurações de vida social: a comunidade e a sociedade, na primeira há menos pessoas e as relações são pautadas no afeto e na tradição. Na sociedade, onde a racionalidade guia a maioria das ações, se tem maior número de pessoas, e, portanto, mais conflitos. Nestas sociedades as relações são baseadas por leis impessoais e normas racionalmente elaboradas. A burocratização é uma forma de organizar racionalmente as atividades, padronizando-as com a finalidade de maximizar a eficiência e o custo-benefício. Estes procedimentos padronizados racionalmente suplantou valores culturais,

espirituais e religiosos nas sociedades modernas. Para Weber, o excesso das relações baseadas na racionalidade pode levar ao “desencantamento do mundo”, ou seja, a perda na crença em elementos que não possam ser racionalmente classificados pela lógica utilitarista e objetiva. Ao contrário de Émile Durkheim que buscava as generalizações, Weber está à procura das particularidades; deste modo, o homem como indivíduo e dotado de significados e especificidades passam a ser objeto de estudo da sociologia. A interpretação da ação social do indivíduo é fruto do deslocamento da ênfase nas totalidades supra individuais para o indivíduo. Os tipos ideais de ação social classificados por Weber são: a afetiva, ações movidas por impulsos, como orgulho, vingança ou paixões; a tradicional, o agir guiado por costumes de uma sociedade; a ação racional com relações a fins trata da elaboração de meios ou procedimentos com finalidades racionais e objetivas; a ação racional movida por valores tem ligação com valores morais e éticos, como também crenças. O sentido destas ações valorativas pode acarretar no “paradoxo das consequências”, quando a intenção primeira não é interpretada em conformidade pelos receptores.

Em “A Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault, o autor baseia o saber e o discurso no conceito de *enunciado*. Partindo da premissa de que a língua é um sistema de suporte para a construção de enunciados, podemos definir que este último é, segundo Foucault, uma função de resistência que se exerce de maneira vertical entre os signos (representações) socialmente válidos. Os enunciados dão possibilidade e margem de existência para as frases, proposições e atos de fala, localizando-se nos interstícios destas estruturas que servem de base para a linguagem. O saber em Foucault é constituído de verdades aceitas e compartilhadas coletivamente, e esta verdade acaba por pautar o que é correto e incorreto, o normal e o patológico, em dado contexto social. A normalização é o controle das vontades e dos pensamentos a partir do poder disciplinador das instituições do Estado. Em Foucault, a normalização do corpo social se dá através da linguagem; os saberes e os discursos são fruto de determinadas condições. Uma vez que as práticas sociais estão embasadas em dicotomias como bom e mau, bonito e feio, sábio e ignorante, podemos observar que o discurso e seu contexto define o que é aceito ou normal; desta relação antagônica, a partir da definição do que é anormal podemos definir o que é normal. A partir destas relações de poder e hegemonia, em *Microfísica do Poder*, Foucault aponta que o capitalismo se perpetua em virtude do exercício dos poderes em todas as esferas do corpo social, o que ele chama de Micropoderes, onde não há apenas relações entre dominantes e dominados como afirmava Karl Marx, mas uma complexa dinâmica de dominação entre os grupos sociais. A Sociedade Disciplinar em Foucault se dá de

modo sutil por laços e vínculos hierárquicos: nas relações de trabalho, organizações políticas, família, escola e meios de comunicação. A aceitação das normas sociais vai de encontro aos interesses do capitalismo, baseado em uma sociedade de controle, dos corpos e das mentes. A Soberania é um tipo de exercício de poder que vigora nas sociedades pré-capitalistas, durante os governos monárquicos. Neste contexto, o Estado tem o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos (súditos). A fundamentação institucional na disciplina a partir das revoluções burguesas no século XVIII é o começo da transição do poder repressivo para um poder repressivo. As instituições disciplinares, como a escola, as prisões e os quartéis, moldam o comportamento individual pelo controle dos corpos, tornando-os “dóceis”. Uma vez consolidadas, as formas de dominação disciplinar, entre o século XIX e XX, o biopoder do Estado passa a reger os sujeitos e suas subjetividades. A “sociedade da normatização”, estabelecida no século XIX é definida por Foucault como “a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina” (FOUCAULT, 2005, p. 13). A guerra para Foucault está atrelada ao fortalecimento biológico de uma raça ou de uma população. “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 18).

Segundo Ferreira e Carvalho (2014) a segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1872, o Brasil tinha o índice de 82,3% de analfabetos, em 1890 esse número passa para 82,6; havendo uma gradativa diminuição, chegando em 1920 com 71,2%. Em 1872, o primeiro censo de abrangência nacional do período imperial apontou que os escravizados representavam 15,2% da população brasileira; considerando que o gradativo decréscimo se deu em razão das leis voltadas para o combate à escravidão. Durante a aplicação dos questionários, a classificação de “cor” foi atrelada ao termo “raça”, havendo os requisitos: branca, preta, parda (cruzamento entre africanos e outras etnias) e cabocla (incluindo os indígenas e seus descendentes, como também a miscigenação entre outras etnias). Segundo Gouvêa e Xavier (2013, *online*) “as classificações da categoria ‘raça’ fixadas nos censos podem ser compreendidas muito mais como categoria social do que “cor” da pele”. A vinculação simbolicamente pejorativa às palavras “pretos” e “pardos” pode ser exemplificado a partir dessas respectivas classificações aos escravos não possuidores do status de “cidadão”. Ainda que o grupamento de pretos, pardos e caboclos tivessem um percentual considerável de pessoas livres, a determinação “caboclo” foi desconsiderado na relação de escravizados. Conforme Schwarcz (1993) a noção de raça no Brasil não foi atrelada puramente à hereditariedade, ou à

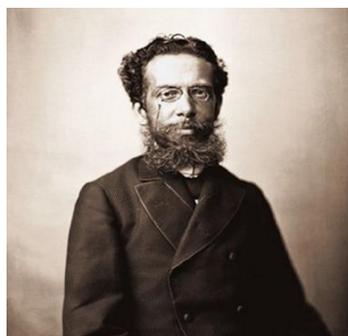
cor da pele apenas, mas, sobretudo, pela posição social em que os indivíduos ocupavam nas relações sociais. Assim, podemos notar que no censo de 1872 a noção de “raça” estava diretamente associada à mudança jurídica de mobilidade social; e, deste modo, à percepção da cor. No censo de 1890 a palavra “pardo” foi substituída por “mestiço”; no entanto, segundo supostas dificuldades em precisar cientificamente as variedades étnico-raciais da população, entre os anos de 1900 e 1920 o critério “raça” foi suprimido, retornando apenas no censo nacional de 1940.

Segundo Magalhães Júnior (1981) a vida de Joaquim Maria Machado de Assis começa no Morro do Livramento em 1839; seu pai, um pintor de paredes, e sua mãe lavadeira, no entanto, apesar da origem humilde, ambos eram letrados, o que contribuiu para a aproximação do filho à leitura e escrita. A liberdade de Machado de Assis, no contexto de escravidão ainda vigente, veio através de seus avós paternos, alforriados anos antes de seu nascimento. A carreira literária do escritor teve o impulso de Manuel Antônio de Almeida, autor de “Memória de um Sargento de Milícias”, que o “apadrinhou” quando trabalhava de aprendiz de tipógrafo. Na década de 1860 começou a atuar como funcionário público, em 1867 foi indicado pelo imperador D. Pedro II como diretor-assistente do Diário Oficial; anos depois, em 1888 recebeu do imperador a condecoração oficial da Ordem da Rosa. Nota-se que a ascensão social de Machado de Assis se deve aos contatos que tinha, e, sobretudo, por sua relação com o Império brasileiro.

Apesar de apresentar uma prolífica produção voltada às peças teatrais desde a década de 1860, o primeiro romance de Machado de Assis, intitulado *Ressureição*, data de 1872. Seus primeiros romances se enquadravam no padrão dos romances de folhetim do século XIX, com histórias de amor e tragédias. Ainda que as temáticas concernentes à problemas sociais como a desigualdade e a escravidão fossem menos visíveis, ainda havia espaço para reflexões mais profundas, como no caso de seu segundo romance “A Mão e a Luva” de 1872. Na obra, Machado de Assis demonstra a centralidade que os interesses econômicos adquiriram nas relações interpessoais ao narrar a uma disputa amorosa pela jovem Guiomar; ao ter que escolher entre os pretendentes, a decisão da escolha por Luís Alves está embasada em qual dos homens era mais ambicioso e capaz de dar a Guiomar a tão sonhada ascensão social que essa almejava. Buscando também alcançar a glória literária e a ascensão social Machado de Assis também teve que fazer escolhas. A escravidão e a desigualdade estiveram ausentes da primeira fase do autor, esse fato pode estar atrelado ao interesse de Machado de Assis se estabelecer como um intelectual, tendo seu discurso aprovado pelas classes dominantes. Desta forma, a decisão de

não tocar em assuntos polêmicos inicialmente pode ser interpretada como uma conveniência e não uma negligência do autor. Descrito como “mulato” ou “mestiço” por pesquisadores da atualidade, no século XIX, no entanto, as referências quanto a cor ou à “raça” de Machado de Assis são vagas ou não são dignas de nota. Conforme o autor ia se inserindo entre os intelectuais do Rio de Janeiro, e se relacionando com autores de posicionamento escravocrata e racista, como José de Alencar, autor de “Cartas a favor da escravidão” (escritas entre 1867 e 1868). As contradições na relação de amizade entre Machado de Assis e José de Alencar tornam-se mais evidentes quando o primeiro defende o nome de Alencar como patrono da cadeira de número “01” da Academia Brasileira de Letras. Se nota que a imagem pública de Machado de Assis se desvencilhava cada vez mais de seu passado pobre e mulato, tornando-se, assim, simbolicamente branco para e como seus pares dado o espaço em que ocupava na sociedade: um burocrata e intelectual carioca. Ao invés de esconder estas contradições sociais e voltar-se à produção de romances de conteúdo pueril, o autor, já considerado um cânone literário e gozando de conforto econômico, partiu em direção a uma crítica social dotada de pessimismo, realismo, cinismo, ironia e consciência. O romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas” relata as relações de submissão em que os cativos libertos ainda reproduziam; a figura do liberto Prudêncio, ao ser flagrado castigando um negro escravizado exemplifica a relação em que um cativo ganha sua liberdade e adquire um escravizado para reproduzir a relação degradante e humilhante na qual passara. A relação de submissão ainda impregnada em Prudêncio se mostra no tratamento direcionado a seu antigo Senhor, chamado de “nhonhô”. Em crônicas intituladas “Bons Dias!” e “Abolição e Liberdade”, não assinadas, e publicadas em jornal após a assinatura da Lei Áurea, em 1888, Machado de Assis faz reflexões a respeito do “jogo de aparências” da abolição da escravidão negra no Brasil. Segundo o autor, a liberdade proporcionou a permanente condição de exploração e miséria de antes. Outros dois textos, “O Caso da Vara”, de 1891, e “Pai contra Mãe”, de 1898, são contos assinados pelo autor que tratam da realidade brasileira pós-abolição. Apesar de ser um crítico da realidade social brasileira e denunciar suas contradições intrínsecas, Machado de Assis age dentro de estreitos limites discursivos que não arrisquem seu prestígio social com as elites do século XIX. Nota-se que as personagens afro-brasileiras, libertos ou escravos, estão posicionados na narrativa como passivos e submissos às ameaças da escravidão e do racismo. As lutas nos quilombos, as resistências dentro das cidades e no campo, como também seus contemporâneos abolicionistas, não foram considerados, ou serviram de inspiração para personagens que fugissem do estereótipo do negro “coitado”, a mercê da sua própria sorte e condição.

A noção de mestiço como símbolo de identidade nacional passou a ser difundida na década de 1930, juntamente com a concepção de democracia racial da obra de Gilberto Freyre. Observa-se que à medida em que o mestiço, ou o negro, ascende socialmente, mais este passava a absorver os *habitus* e os signos apreciados pela comunidade caucasiana; e logo, sua representação social, através de fotografias, também passava a ser embranquecida. Segundo Bourdieu (1983) podemos definir o *habitus* como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURIEU, 1983, p. 65). Deste modo, o *habitus*, enquanto um sistema de disposições estruturadas (no social) e estruturante (na mente) é adquirido *nas e pelas* experiências práticas. Ao trazermos o conceito de *campo* de Bourdieu podemos aprofundar esta abordagem de inclusão dos afro-brasileiros na elite brasileira do século XIX. As ações práticas do *habitus* ocorrem na dimensão do *campo*, onde as relações subjetivas e as condições objetivas se rearranjam em um local (de regras previamente estabelecidas) de disputa de interesses, onde as ações estão pautadas pelo cumprimento das normas implícitas e explícitas. Dentro de cada tipo de *campo* há a busca, por parte de seus integrantes, pelo acúmulo de diferentes tipos de *capital social* (cultural, econômico e simbólico); no entanto, as condições e a posição ocupada no *campo* influenciam diretamente no sucesso e insucesso no *campo*.



**Figura 1** – Retrato de Machado de Assis aos 41 anos de idade, em 1880. Notamos que ocorre o aumento de incidência de luminosidade em sua face, dando a impressão de um tom de pele claro.

**Fonte:** FERREZ, Marc.

Ao levarmos em consideração que entre 1872 e 1890 o índice de analfabetos no Brasil oscilou entre 82,3% e 82,6%, respectivamente, a partir disso podemos afirmar que a prática da leitura neste período ainda era um hábito das elites letradas no Brasil, uma vez que durante o império a implantação de escolas públicas era precária ou inexistente. Apenas após a Independência, em 1822, a educação pública começou a ser inserida na realidade brasileira, sendo, em 1827, sancionada a primeira lei que tratava exclusivamente sobre o tema; a lei previa a implantação de instituições de ensino em todas as províncias e vilas, o que de fato não ocorreu,

apenas 10% da população em idade escolar foi matriculada. Deste modo, o discurso e as obras de Machado de Assis eram apreciados pela elite que tinha acesso, tempo e poder para consumir livros. Esta mesma elite auxiliava no financiamento de suas publicações e agregava “status” ao escritor. Este fator ratifica a percepção que o tom crítico à escravidão se mostrou mais evidente e incisivo na obra de Machado de Assis, sobretudo, após 1888. No entanto, discursivamente, a visão sobre os afro-brasileiros ainda era estereotipada, em parte isto se deve à vertente realista<sup>5</sup> de Machado de Assis, o que não justifica o emprego recorrente de personagens negros vinculados a padrões submissos, ou secundários, dado que o autor tinha descendência africana e gozava de um espaço privilegiado de difusão de mensagens na imprensa, nas publicações bibliográficas, peças teatrais, etc.

Ao considerarmos estes fatores, utilizando da teoria de Foucault (2005) e Bourdieu (1983), podemos interpretar as complexas relações estabelecidas entre Machado de Assis e seu contexto social do Brasil da segunda metade do século XIX, como fruto da dominação simbólica imposta pelo poder hegemônico vigente à época. As personalidades literárias (em geral homens caucasianos) do Romantismo e outras vertentes, influenciados por valores eurocêntricos (mais fortemente os de origem francesa), pouco tratavam das contradições sociais do Brasil, focando nas narrativas exaltando símbolos nacionais, como “Iracema” (1865) ou “O Guarany” (1857), ambas de José de Alencar, ou tramas de conflitos amorosos. Esse fator pode explicar o tardio aprofundamento de Machado de Assis na temática da escravidão em suas obras; indo contra à usual forma narrativa de seus pares, Machado de Assis enfatizou a ironia nas falas e situações, uma “subversão” que só foi possível após a estabilidade financeira, reconhecimento e prestígio dentro do *campo* literário. No entanto, para manter sua reputação na sociedade elitista carioca, Machado de Assis, um monarquista, deixou de assinar textos mais críticos em jornais, empregando pseudônimos, e não deu o protagonismo a um afro-brasileiro que fugisse dos estereótipos de dominado e submisso. Vale ressaltar que, tirando as duas últimas publicações “Esaú e Jacó”, de 1904, e “Memorial de Aires”, de 1908, que se passam no período de transição entre Monarquia e República, todas as obras de Machado de Assis são ambientadas no Brasil das décadas de 1850, 1860 ou 1870, refletindo pouco das reações dos movimentos negros às opressões da escravidão do final do século.

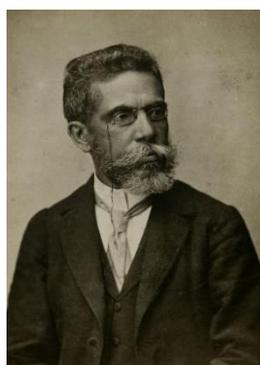
## **A REPRESENTAÇÃO E A FOTOGRAFIA**

---

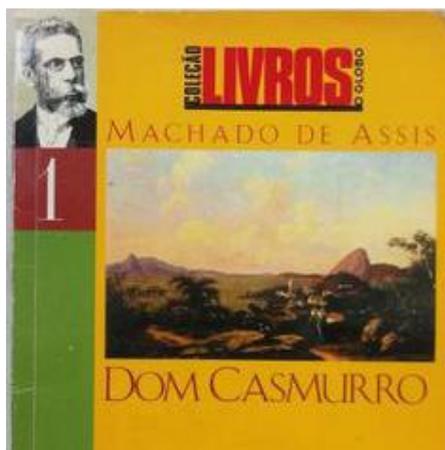
<sup>5</sup> O Realismo foi um movimento artístico em voga a partir da década de 1860 até o início do século XX. A observação e a análise da realidade (imersa no curso da Segunda Revolução Industrial) são as principais características narrativas utilizadas. Na bibliografia de Machado de Assis se destacam como representantes desta vertente: “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, “Dom Casmurro” e “Quincas Borba”.



De acordo com Aumont (1993) a fotografia possui uma multiplicidade de estruturas, compondo um processo que envolve desde a percepção fisiológica da visão humana, passando pela mecânica da luz, o processo químico ou digital, até chegar à avaliação sociológica, de compreensão dos significados e as representações estéticas de dado momento histórico. A imagem é para Aumont (1993) um objeto real, uma categoria analítica com uma multiplicidade de sentidos relacionada ao tempo-espaço. O autor acredita que a leitura da narrativa visual depende de quem produz a imagem e de quem recebe o repertório de informações. Segundo Aumont (1993, p.77) “Entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que por sua vez, são muitos (sic) modelados pela vinculação a uma região da história (a uma classe social, a uma época, a uma cultura)”. As imagens são, deste modo, representações da realidade que adquirem significância para a comunicação humana, onde a imagem, conforme o espaço e o tempo pode adquirir diferentes percepções e significados. Para Aumont (1993, p. 197) “a imagem existe para ser vista por um espectador historicamente definido”. Deste modo, a recepção está condicionada a fatores sociais, tecnológicos ideológicos, etc. A alteração da imagem (Figura 1) de Machado de Assis, e de outros intelectuais negros do século XIX no Brasil, tinha o objetivo de diminuir a representatividade, ou a influência afro-brasileira na sociedade pós abolição. Por outro lado, há possibilidade de ser um recurso utilizado pelos próprios negros para se inserir nas camadas mais elitistas.



**Figura 2** – Retrato original de Machado de Assis aos 57 anos de idade (c. 1896).  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional



**Figura 3** – Edição de 1997 do livro “Dom Casmurro”, uma publicação da Editora O Globo; nota-se que a imagem de Machado de Assis (à esquerda) encontra-se diferente da fotografia original.

Fonte: Site Mercado Livre. Disponível em: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1091226282-machado-de-assis-dom-casmurro-1997-o-globo- JM>



**Figura 4** – Biografia de Machado de Assis presente no site do grupo Companhia das Letras. Observa-se que a imagem editada do retrato original de 1896 permanece sendo difundido na mídia, tanto impressa como *online*.

Fonte: Site Companhia das Letras. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00932>

## A IMAGEM E A REFLEXIVIDADE

A partir da conceitualização da “Teoria da Estruturação” o sociólogo britânico Anthony Giddens traz novas perspectivas para se interpretar a modernidade, e as formas interativas estabelecidas nela. Giddens faz uma revisão dos fundamentos da sociologia através de conceitos que superem a relação entre “indivíduo” e “sociedade”.

Entende-se “modernidade” na perspectiva de Giddens (2002) como o período em que as relações estão pautadas no uso da força material e de maquinários. O autor salienta especificidades da vida social moderna, como: a separação do tempo e espaço, o que está vinculado a um ordenamento espacial de dimensão “vazia”, onde a situacionalidade do lugar não é um determinante para a interação. Os mecanismos de desencaixe da modernidade “deslocam” os indivíduos nestas interações de impessoalidade cada vez mais presentes, sendo sistemas abstratos coletivamente partilhados. O autor trata os indivíduos como “agentes”

portadores da capacidade de executar ações, desconsiderando as noções impositivas, coercitivas ou estruturalistas sobre os indivíduos (agentes). A “estrutura” social, deste modo, só existe à medida em que a ação do agente se realiza. As “estruturas” para Giddens são regras ou recursos que guiam a ação do indivíduo, não constituindo barreiras repressoras que impedem a ação do agente, mas sim, fornecem os meios para que eles possam agir. A “Teoria da Estruturação”, na tentativa de superar o que Giddens (2009) chama de “consenso ortodoxo” (em referência ao funcionalismo e estruturalismo) e nega a totalidade social externa ao indivíduo e as noções de coerção social. Giddens estabelece uma dimensão “sintagmática” da estrutura, onde ocorre a padronização das relações no tempo e espaço pela interdependência dos indivíduos; e uma dimensão “paradigmática”, que implica na reprodução das práticas sociais, como também a modificação delas. Se no início do século XX havia uma “sólida” e unidirecional percepção de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça ou nacionalidade, na virada para o XXI as identidades pessoais passaram a ser afetadas, acarretando em uma “descentralização do sujeito” pela perda da estabilidade do “sentido de si mesmo”.

O hibridismo, ou o sincretismo, a fusão entre diferentes tradições culturais, se dá a medida em que o mercado global exerce influência no cotidiano, através da ampliação dos sistemas de comunicação globalmente interligados. A constante exposição a estilos, lugares e paisagens heterogêneas acelera a desvinculação dos indivíduos às histórias e tradições específicas. Por outro lado, a interferência de diferentes costumes em determinados países pode acirrar disputas hegemônicas. “existem também fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a Tradição, frente ao hibridismo e à diversidade” (HALL, 2006, p. 92). Segundo Giddens, a reflexividade na modernidade é caracterizada pelo constante reexame de ações e pensamentos à luz de novas informações. O autor destaca o papel da mídia impressa e dos sinais eletrônicos (Televisão, Cinema e o Rádio) como propulsores da reflexividade. “O desenvolvimento e expansão das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciam” (GIDDENS, 2002, p. 29). Giddens (2002) ratifica a teoria de Stuart Hall (2006) ao afirmar que as novas configurações das relações interpessoais decorrem do processo de globalização.

A sociedade pós-tradicional conceituada por Giddens é composta por incertezas e pelo desencaixe (deslocamento do tempo e espaço) dos sistemas sociais; ou seja, por relações mais dinâmicas e diversas. Em Giddens, examina-se e transforma-se as ações sociais de forma radicalizada, o que Giddens chama de reflexividade. A falta de certezas ou “verdades”, como

também o fim das chamadas “grandes narrativas”, ou seja, um passado definitivo e um futuro previsível, de caráter unidirecional alimenta as inseguranças e angústias dos agentes. Enquanto que para Latour o período Moderno é caracterizado pela “tradução”, que consiste na mistura de culturas heterogêneas na modernidade, e pela “purificação” centrada na divisão entre zonas ontológicas distintas; em Giddens a Modernidade está ancorada na separação, ou desacoplamento, entre tempo e espaço, e na “confiança” depositada nos sistemas; além disso é composta por características como: o capitalismo, o controle de informações, supervisão social e industrialismo e poder militar. Neste contexto a “tradição” perde sua influência pelo constante reexame reflexivo. A união entre a modernidade e a reflexividade acarreta na “Alta Modernidade”, a radicalização das instituições e do modo de vida dado na Modernidade.

O revisionismo da imagem de Machado de Assis em 2019 pode ser explicado pelo conceito de reflexividade de Anthony Giddens. Para Giddens (1991) a modernidade é um conjunto de costumes e organização social que emergiu na Europa no século XVII e que se caracteriza pela clara a separação entre tempo-espaço, o que o autor define como “desencaixe”.



**Figura 5** – Capa da edição 28 da revista “Quatro cinco um”, de novembro de 2019, onde se destaca, além de um especial sobre a “literatura negra”, assuntos ligados à diáspora africana e cotas raciais.

Fonte: Site Livraria Travessa

A reflexividade seria fruto da radicalização da modernidade dentro do contexto de globalização nas últimas décadas do século XX. O autor atenta que a crítica e a autoconfrontação de valores seriam constantes na sociedade. Enquanto a modernidade seria marcada pelas visões analíticas no campo do conhecimento e da difusão de informações; já na modernização reflexiva as informações são mais facilmente contestadas e refutadas pelos receptores através da *internet*. Segundo Hall (1997, p. 61) “as coisas, os objetos, os eventos do mundo não têm, neles mesmos, qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas”. Conforme Giddens (1991), as práticas sociais são constantemente examinadas pelo maior acesso a informações; a

relação entre os termos “conhecimento”, “segurança” e “certeza”, deste modo, se perdem pela revisão, que rompe com os valores da tradição.

Na sociedade global há maior espaço para as contradições, mobilidades e reflexões. A concepção de um indivíduo unificado é substituída pela ideia de “agente” social, cada vez mais dinâmico e com valores distintos. Nesta nova configuração, a mudança na “episteme”<sup>6</sup> acarreta numa maior aceitação à questionamentos sobre conceitos que antes se acreditavam ser verdadeiros e incontestáveis. À medida em que a ciência e a sociedade foram se modificando, no entanto, a percepção a respeito do racismo e dos sentidos aplicados à comunidade afro-brasileira também se alteraram; antes o aparato estatal e a ciência vinculavam as diferentes “raças” humanas à patologias sociais, algo que na sociedade contemporânea não é mais aceito como “verdade”, ou uma episteme aceita. Tal dinâmica entre a ciência e a sociedade demonstra que ocorreu durante a modernidade uma relação de influências mútuas para a legitimação do que era “certo” ou “errado”, o “normal” e o “patológico”.

## CONCLUSÃO

Amparados na teoria de Giddens (1991) consideramos que o revisionismo, e rompimento com antigas concepções do passado, ocorrem pelo processo de globalização e reflexividade. No caso da mudança da percepção da imagem de Machado de Assis, notamos que foi uma ação promovida por uma instituição que viu no contexto atual do Brasil do século XXI abertura para se propor uma ressignificação simbólica deste autor.

Segundo Giddens (1991, p. 3) “A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste que todo conhecimento assume a forma de hipóteses: afirmações que podem bem ser verdadeiras, mas que se acham em princípio abertas”. A radicalização da modernidade, conceituada pelo autor como “Alta Modernidade”, ou “Modernidade Tardia” propõe que há uma diminuição da influência dos contextos locais, também tidos como “tradicional”, e um maior contato com culturas distantes e de caráter heterogêneo. Com a popularização da *internet*, nas últimas décadas do século XX, esta troca de informações favoreceu o caráter híbrido das relações em redes sociais, como também estimulou a reflexividade de seus interagentes, esses

---

<sup>6</sup> A episteme tratada por Foucault (1966) é um conjunto de relações que podem ser descobertas pela ciência, em uma época dada, a partir de regularidades discursivas. Segundo Foucault há três momentos que denotam rupturas epistêmicas: na “episteme renascentista” (do século XV ao XVI), na “episteme clássica” (do século XVII ao XVIII) e a “episteme moderna” (do século XIX ao XX). A episteme moderna, embasada na hermenêutica renascentista, tem como base a História, e permite pensar acerca da humanidade através do trabalho, da vida, e da linguagem. Na episteme moderna que se originaram a Biologia, a Economia, e a Filosofia, configurando um conhecimento empírico baseado no real, e não mais no ideal e na representação, que guiavam o período “clássico”.

que se tornam cada vez mais críticos quanto a comportamentos antes aceitos, tolerados, ou tidos como a “norma” da sociedade.

A imagem feita em 1896 adquire diferentes conotações: primeiro, no século XIX e XX, com o branqueamento sendo um ideário de ascensão e prestígio social. No século XXI a alteração na imagem é entendida como uma consequência do racismo estrutural da época, sendo a coloração da imagem uma “correção histórica”; tanto é que a representação foi chamada de “Machado de Assis Real”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.P. (org.) **A Ordem do Progresso - dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro, ed. Campus, 2a Edição, 2014.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Família real no Brasil (3) - Encontro de dois mundos**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/familia-real-no-brasil-3-encontro-de-dois-mundos.htm>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas, SP; Papirus. Editora, 1993.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco. O negro no Imaginário das Elites Século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H. **Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 12., 2014, Goiânia. *Anais...* Goiânia: PUC, 2014.

FERREZ, Marc. **Retrato de Machado de Assis feito por Marc Ferrez**. Acesso em 16 out. 2019. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/File:MarcFerrez\\_MachadodeAssis.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:MarcFerrez_MachadodeAssis.jpg).

FOUCAULT, Michel. **"Aula de 17 de março de 1976"** In: Em defesa da sociedade. p.285-315. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis — Vozes. Lisboa — Centro do Livro Brasileiro. 1972.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução: António Ramos Rosa. Lisboa: Portugália Editora, 1966.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade** / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Capítulo 1. Elementos da teoria da estruturação. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOUVEA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302013000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 09 jan. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **The Work of Representation**. In: Representation, Cultural Representations and Signifying Practices. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997, p. 61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento.

JUNIOR, Fernando Santa Clara Viana. **A corte joanina e os novos hábitos alimentares: a mudança de sensibilidades expressa na Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)**. In: Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/a-corte-joanina-e-os-novos-habitos-alimentares-a-mudanca-de-sensibilidades-expressa-na-gazeta-do-rio-de-janeiro-1808-1821/>. Acesso em: 09. jan. 2020.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Vida e obra de Machado de Assis – vol.1 – aprendizado*. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira; Brasília: INL, 1981.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SITE COMPANHIA DAS LETRAS. **Machado de Assis**. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00932>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SITE LIVRARIA TRAVESSA. **Quatro cinco um (451) #28**. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/quatro-cinco-um-451-28/artigo/2a3bdb87-9375-475b-af8a-215bd474ee40>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SITE MERCADO LIVRE. **Machado De Assis Dom Casmurro 1997 O Globo**. Disponível em: [https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1091226282-machado-de-assis-dom-casmurro-1997-o-globo-\\_JM](https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1091226282-machado-de-assis-dom-casmurro-1997-o-globo-_JM). Acesso em: 11 jan. 2020.

*TELLES*, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.



## ENCONTROS FOTOGRÁFICOS DE HILDEGARD ROSENTHAL E AS TRABALHADORAS DA URBE DE SÃO PAULO (1940)

Profa. Ma. Maria Clara Lysakowski Hallal<sup>1</sup>

### 1. Considerações introdutórias: encontros entre uma pesquisadora e a obra de uma fotógrafa

Este capítulo se propõe a discutir como a micro-história pode nos auxiliar nas discussões imagéticas. Além disso, o tema faz parte da minha tese de doutorado que desenvolvo desde 2019, pelo programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, UFPEL.

O princípio balizador desse trabalho é o olhar imagético de uma fotógrafa imigrante sobre os outros e si mesma, e para chegarmos a análise, é necessário percorrer a trajetória e mostrar os indícios da pesquisa. No ano de 2015, estava em Paris, França, passeando, me encontrando e desencontrando, e sendo uma autêntica *flâneur*<sup>2</sup>. Ao passar em uma galeria denominada *Jeu de Paume*, localizada na *Place de la Concorde*, especializada em exposições de fotografias e artes, entrei e, após passar por algumas salas expositoras, avistei a exposição principal, denominada *Hildegard Rosenthal: vie et travail*<sup>3</sup>.

Logo, ao adquirir o folheto da exposição, algumas informações básicas da fotógrafa Hildegard Rosenthal foram-me apresentadas. A profissional nasceu em 1913, na Suíça, mas passou sua infância e juventude na Alemanha, e fez diversos cursos de fotografia, sendo discípula do Paul Wolff, famoso fotógrafo da época. E aos 18 anos se mudou para Paris, França, para cursar pedagogia e nesse local conheceu Walter Rosenthal, e logo ficaram noivos.

Porém, Walter Rosenthal era de origem judaica, e com o avanço do antissemitismo, em 1936 junto de sua família, resolveu migrar para o Brasil, para construir um futuro melhor. Já, Rosenthal ainda ficou mais um ano em Paris, momento em que estabeleceu relações com outros artistas e se especializou no ramo fotográfico. Em 1937, a profissional desembarcou no Porto de Santos, se encontrou com seu noivo e se casaram.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: clarahallal@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> O *flâneur*, para Walter Benjamin é quem observa a cidade, seus cidadãos e o cotidiano da cidade com um prazer quase voyeurístico.

<sup>3</sup> Hildegard Rosenthal: vida e trabalho (tradução livre da autora).

Ainda dentro das informações do folheto, Hildegard e Walter Rosenthal se estabeleceram em São Paulo e na cidade a fotógrafa trabalhou em agências de imprensa, produziu reportagens<sup>4</sup> para periódicos nacionais e internacionais sobre a realidade brasileira. E também, Rosenthal desenvolveu trabalhos sozinha, e nesse momento, privilegiava o registro das urbes brasileiras, especialmente São Paulo e os seus habitantes/ocupantes. Além disso, a profissional é considerada uma das primeiras fotojornalistas<sup>5</sup> do Brasil.

Hildegard Rosenthal foi uma profissional ativa até a década de 1950, quando nasceram as suas filhas e acabou por privilegiar trabalhos fotográficos esporádicos, e especialmente o retrato de crianças e suas famílias. Porém, na década de 1970, foi redescoberta por Walter Zanini, diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e teve o seu trabalho inserido, novamente, no circuito artístico, expondo suas fotografias no Brasil e no exterior. Em 1990 faleceu, na cidade de São Paulo.

Após o encontro com a obra de Hildegard Rosenthal – momento em que nossas trajetórias se encontram, e apresentar os percursos da vida da profissional, apresento alguns trabalhos que permeiam essa pesquisa. Os primeiros passos historiográficos a respeito da fotógrafa foram dados pela Mariana Guardani (2011), que, em sua tese e posterior publicação em livro, estudou três fotógrafos(as) estrangeiros(as) (Werner Haberkorn, Hildegard Rosenthal e Alice Brill) e buscou compreender como as preferências das(os) profissionais contribuíram no seu modo de fotografar.

Depois, elenco a autora Yara Dines (2016, 2017) que, ao longo de sua trajetória acadêmica, sob a ótica da antropologia visual, estudou algumas fotógrafas estrangeiras. Os seus escritos esboçam algumas questões de gênero e imigração, ainda que incipientes. Ainda, outro artigo importante foi o da Helouise Costa (2018), que faz o seguinte questionamento: “Como as fotógrafas registravam outras mulheres artistas?”, citando como exemplo Alice Brill e Hildegard Rosenthal.

Portanto, essas autoras(es) fornecem elementos para eu poder avançar na pesquisa sobre o tema, e também poder levantar outros questionamentos para o trabalho de Hildegard Rosenthal. Logo, após a busca pelas fotografias da profissional no Instituto Moreira Salles<sup>6</sup>, e

---

<sup>4</sup> Publicou fotografias em jornais e revistas, tais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *A Cigarra*, *Rio e Sombra*.

<sup>5</sup> Capitaneados pelos imigrantes, vários laboratórios e estúdios fotográficos surgem na cidade, como “Foto Paramount, da húngara Irene Lenthe, Companhia Litográfica Ypiranga, Indústria Gráfica Nicolini, Kosmos Foto, o estúdio fotográfico de Hans Gunther Flieg, a Fotoptica, da família Farkas...” (GUARDANI, 2011, 421).

<sup>6</sup> Em 1996, o Instituto Moreira Salles adquiriu uma parte do acervo da fotógrafa e algumas dessas imagens, estão no site: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/search/Hildegard%20Rosenthal> Acesso em 29/10/2020

as leituras acerca do tema, apresento para o momento, como problema de pesquisa, analisar o olhar de Hildegard Rosenthal para as mulheres trabalhadoras que ocupavam a cidade de São Paulo na década de 1940. Essa pergunta será observada a partir da perspectiva micro, que são as fotografias de Hildegard Rosenthal.

Para elucidar tal questionamento, o meu objetivo de pesquisa é identificar como Hildegard Rosenthal retratou as mulheres trabalhadoras que permeavam a urbe paulistana na década de 1940. E como fontes, trabalho com duas fotografias e uma entrevista que a profissional concedeu ao Museu de Imagem e do Som (MIS), em 1981. Os pesquisadores de fotografia Boris Kossoy e Hand Gunter Flig foram os responsáveis por conduzir o diálogo<sup>7</sup>, e esse tem a duração de 1:40min e, possivelmente, é a única entrevista da fotógrafa registrada nos arquivos.

Diante das explicações sobre as fontes utilizadas, como método, pretendo, neste trabalho, fazer um experimento, isto é, a minha primeira experiência de artigo envolvendo a metodologia de micro-história, que é uma prática bastante discutida entre os historiadores e pesquisadores da área. Conforme Giovani Levi (2016, p.22), “*microstorie* é, antes de tudo, uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu. [...] Com a declaração aberta do processo por meio qual a história foi construída [...]”. Ainda segundo o autor, o verdadeiro prejudicado quando se escondem os processos de investigação é o “consumidor dos livros de história” (LEVI, 2016, p.23). Nesse mesmo viés, Henrique Espada Lima Filho explica que a proposta da micro-história:

Sempre foi a de considerar a realidade história de um modo mais rico e complexo, olhando com intensidade analítica aspectos dessa realidade em escala reduzida e, com isso, sua ambição era a de fazer novas perguntas e encontrar respostas que permitissem qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado, uma ambição que certamente continuará a justificar a atenção que vem suscitando naqueles interessados em testar e ampliar continuamente os limites do saber histórico (LIMA FILHO, 2012, p.222).

Dessa maneira, tendo estabelecido como ocorreu meu contato com Hildegard Rosenthal, e os primeiros passos na pesquisa, entendo que os resultados deste artigo serão os mais concretos possíveis.

---

<sup>7</sup> A entrevista foi realizada no Instituto da Imagem e do Som, na cidade de São Paulo, em 1981.

## 2. Praticando a micro-história através da narrativa e da fotografia

Para compreender o olhar fotográfico de Hildegard Rosenthal, a micro-história pode proporcionar certos aspectos que a abordagem macro não contempla. É importante compreender que a primeira não é uma história do pequeno ou circunscrito, conforme Jacques Revel (2010, p.238) salienta, pois “ao contrário do que frequentemente se disse, a questão fundamental não é aqui a do estudo dos objetos de tamanho reduzido”.

Portanto, o que é fundamental para os estudos da área, continuando com os dizeres de Revel, é entender “a maneira como movimentos ou transformações coletivas são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que lhes impunha, e sim da parte que cada autor toma neles” (REVEL, 2010, p. 240). Dessa forma, apresento a primeira imagem, em que exibe uma personagem feminina trabalhando em uma feira livre.



Fotografia 1: Fonte: Feira do Largo do Arouche, São Paulo, SP, c. 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

A trabalhadora retratada está em trabalhando uma feira realizada no Largo do Arouche, - sinônimo de sofisticação, até meados dos anos 2000 - e está sentada sob um pano, local em que expõe suas mercadorias: colares e adereços indígenas, o que indica, que a senhora é uma mulher indígena. Na imagem, Hildegard Rosenthal evidenciou as mercadorias em detrimento da personagem, o que pode indicar uma crítica à invisibilidade sob o trabalho feminino que existia.

As pesquisadoras Claudia Schemes e Graziela Dobler (2015) mencionam que, em 1937, houve um retrocesso nas leis e nas garantias às mulheres. Uma nova Constituição foi criada, na qual não constava a obrigatoriedade da igualdade salarial entre os sexos. Além disso, o documento retirava a garantia de emprego para a gestante. Também, em igual ano, foi implementado o Plano Nacional de Educação, que previa um ensino específico para as mulheres, o qual era voltado para o aprendizado de afazeres domésticos, além de cuidados com esposo e filhos .

Em 1939, com o Estatuto da Família, houve, ainda mais, restrição aos direitos femininos. Ficou estabelecido que as mulheres deveriam ser admitidas em empregos próprios da sua natureza, preferencialmente dentro da esfera familiar, ou em atividades como professoras primárias, costureiras, datilógrafas e telefonistas, por exemplo. Dessa forma, houve limitação da presença feminina nos setores públicos e privados.

Assim era o Brasil nas primeiras décadas do século XX, local onde Hildegard Rosenthal migrou e exercia seu ofício. O Brasil era um país em que os direitos femininos andavam a passos lentos, em que as mulheres, na maioria dos casos, mantinham dependência econômica, social e mental em relação aos homens. Por volta de 1940, algumas mudanças profundas aconteceram, como o perfil educacional feminino, que chegou a nível expressivo ao ensino superior, isto é, as mulheres estavam presentes em todos os níveis escolares, sendo, do total de diplomados, 10% mulheres (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

De forma geral, as políticas educacionais implantadas na década de 1920 e institucionalizadas na Era Vargas (1930-1945) foram responsáveis por transformações das normas de gênero. Propiciaram às mulheres acesso à educação e ao trabalho fora do âmbito doméstico. Muitos desses incentivos eram, na verdade, para manter as filhas, as esposas e as mães na esfera doméstica, mas a modernização alterou padrões de sociabilidade das mulheres das classes média e alta, além de permitir e estimular que esse grupo frequentasse as ruas, os cinemas, enfim, a urbe em geral.

Os anos de 1930 e de 1940, em que ocorreram grandes transformações para os direitos das mulheres, apesar de alguns retrocessos, foram palco da chegada de Hildegard Rosenthal ao Brasil. Certamente, por ser uma imigrante europeia, por ter vivido sua juventude na Alemanha e, depois, em Paris, teve outras percepções de o que era ser mulher em uma sociedade.

Hildegard Rosenthal subvertia o que era “esperado” para a mulher naquela sociedade, pois, ia às ruas e retratava as mulheres que ocupavam esses espaços, no caso específico, registrava as trabalhadoras. O historiador Jonas Vargas, ao estudar elites e grupos dirigentes,

enaltece que “muitas vezes, os casos excepcionais são mais eloquentes – na demonstração das normas sociais que condicionavam as trajetórias – do que os comportamentos mais comuns ao grupo” (VARGAS, 2017, p.141).

Ainda que este trabalho não seja sobre o estudo de elites, as considerações de Vargas são pertinentes para entender as “excepcionalidades” nas fotografias de Rosenthal, como na imagem apresentada, na qual, com seu olhar genuíno, subverteu os papéis femininos – em que fotógrafa e fotografava estavam ocupando as urbes com o seu trabalho.

Do mesmo modo, a trajetória de Rosenthal foi marcada por diversidades e situações atípicas, como quando chegou no Brasil, começou a trabalhar na Cosmofoto, que era um laboratório fotográfico e afirma: “chegando lá eu não devia ser chefe do laboratório, mas, orientadora de laboratório. Tinha 23 homens e uma moça. Aprendi bastante português, mas fingi que não entendi” (ROSENTHAL, 1981). Nessa empresa, Rosenthal era a única mulher e utilizou do fato de ser uma estrangeira, que não entendia direito o português, para fingir que não ouvia o que os homens falavam, possivelmente, impropérios.

Saindo da empresa, Rosenthal logo conheceu o diretor da *Press Information*, que a convidou para trabalhar no local, uma agência que vendia reportagens para revistas estrangeiras, por volta do final da década de 1930. A própria fotógrafa afirma que não é muito boa com datas, se perde. Também ressalta que a agência era uma empresa pequena que mandava artigos e fotografias sobre o Brasil para o estrangeiro (12 a 15 países). Ressalta que “eu era a única fotógrafa, fazia muitas reportagens sobre temas culturais: bibliotecas, discotecas” (ROSENTHAL, 1981).

Rosenthal também esclarece que “eu acho que fui, como se diz, pioneira no fotojornalismo” (ROSENTHAL, 1981). Ao mesmo tempo, explica que não tinha dificuldades para convencer seus fotografados para obter o *click*: “Eu quase não tinha dificuldades, eu sou de estrutura pequena, eu me visto simplesmente, eu tenho jeitinho de puxar papo, posso falar gíria, graças a Cosmofoto, posso falar pior” (ROSENTHAL, 1981).

Para a fotógrafa, o trabalho no laboratório, um meio predominantemente masculino, a auxiliou a lidar melhor com suas (seus) fotografadas(os). Em relação a esses, Rosenthal afirmou que: “em geral, sabe, eu achei o povo brasileiro (depois da Alemanha e da França) uma coisa muito, muito, bacana. Eles têm coração, inteligência, sensibilidade” (ROSENTHAL, 1981).. E afirmou que “o desconhecimento sobre o Brasil era fabuloso” (ROSENTHAL, 1981).

As especificidades e individualidade da fotógrafa também podem ser vistas no seu equipamento. Sobre isso, Rosenthal afirmou que “não uso equipamento, uso uma câmera de

preferência não moderno. Não quer depender de uma câmera. Uso meus olhos, a sensibilidade e a luz” (ROSENTHAL, 1981).

Ainda, pensando que a micro-história também auxilia a pensar a comunidade e o espaço local, no caso específico, a relação de Hildegard Rosenthal com outros fotógrafos, a fotógrafa afirmou: “Não tinha sindicato, não tinha reuniões. Era completamente diferente. Os fotógrafos eram espalhados” (ROSENTHAL, 1981). Observando essa passagem, é importante salientar que, na cidade do Rio de Janeiro, desde 1923, existia o Foto Cine Clube Bandeirante, associação de fotógrafos amadores que se reuniam para debater sobre artes e fotografias. E, em 1938, houve a criação de uma sede na capital paulista.

O registro visual feito pela fotógrafa Hildegard Rosenthal situa-se na época da denominada “fotografia moderna brasileira”, em um momento de renovação da fotografia no Brasil, além da consolidação do Foto Cine Clube Bandeirante em São Paulo, teve a consolidação da fotojornalismo, especialmente com o apogeu da revista “O Cruzeiro”, entre 1944-1962 (COSTA; SILVA, 2004).

Continuando a refletir sobre a sua relação com os outros fotógrafos(as), Rosenthal afirma que “fotógrafos locais tinham. Mas eu evitei o contato. (...) Eles estavam num status tão... que eu tinha vergonha de ir lá e fazer fuxica”. Então, é possível notar que o seu trabalho era mais isolado, pois a fotógrafa convivia pouco com suas e seus colegas fotógrafas(os).

Porém, o fato de trabalhar mais independente não a impedia de obter as fotografias. Rosenthal declarou que: “[...] Metia a cara, pronto! Eu tinha muito jeitinho brasileiro”. E esse seu “jeitinho” facilitou fotografar pelas ruas de São Paulo, como mostro na segunda fotografia analisada.



Fotografia 2: A espera do bonde na zona cerealista São Paulo, SP, c. 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

A fotografia evidencia novas formas das mulheres trabalhadoras ocuparem o espaço urbano, como a personagem central que está destacada, ela está com um saco na cabeça e sacolas à sua volta, possivelmente, foi à zona cerealista para comprar alimentos para revender – visto a quantidade de mercadorias que carrega. A outra mulher, sentada no meio fio da calçada, também tem sacolas por perto e está com um semblante cansado, só esperando pelo bonde. Ambas, pelos vestuários e pelos produtos que transportam, demonstram ser de classe modesta.

Em outra perspectiva, a terceira senhora está com um vestuário mais elegante, distinto das outras duas mulheres. Está olhando diretamente para a fotógrafa, com alguma desconfiança e, talvez, demonstrando enfrentamento. Além disso, a ausência de sacolas, de sacos e de mercadorias indica que ela poderia trabalhar em volta da zona cerealista, em setores como datilografia, ou que tenha ido até aquele cenário comprar pequenas coisas.

Compreendo que o ato de fotografar é uma forma de expressão – composta de subjetividades, tanto para quem registra quanto para quem observa. Portanto, decifro que a oposição e as formas distintas de ser mulher estão presentes neste registro. Além disso, percebo que, por meio dessa imagem, Rosenthal evidenciou a existência e a resistência da feminilidade na urbe paulistana. Isso se consolida se pensarmos no contexto das primeiras décadas do século XX, momento em que os papéis das mulheres e dos homens eram bem definidos, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou nos países europeus, de forma geral.



Avançando nas pesquisas sobre os papéis femininos, Pinsky (2013) explica que, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres deveriam, preferencialmente, dedicar-se ao lar, e a figura masculina era associada à força e à racionalidade, pois era quem deveria prover o sustento familiar. Obviamente, mudanças iam acontecendo, como nos anos 1920, período em que oportunidades de trabalho cresciam e que cada vez mais jovens eram vistas circulando nas ruas.

Com o desenvolvimento do setor terciário, a partir da década de 1920, as mulheres foram incorporadas em serviços de telefonia e de contabilidade - como secretárias – o que sinaliza que tinham maiores oportunidades de emprego, mas de forma geral, ocupavam cargos de menor prestígio social. Moças solteiras, ágeis e submissas eram as preferidas para essas funções (MATOS; BORELI, 2013). Carla Pinsky especifica que, na primeira metade do século XX, as opções mais bem aceitas para as mulheres eram aquelas:

[...] consideradas uma extensão do feminino por remeter a cuidado, assistência e serviço: professora, enfermeira, telefonista, secretária, balconista. As oposições sociais diminuía quando, para a mulher, abraçar uma “profissão honesta” era uma necessidade econômica e cresciam quando os argumentos incluíam realização pessoal e independência (PINSKY, 2013, p. 244).

Nesse sentido, entendo que Hildegard Rosenthal percebia a importância de ver e de registrar a circulação feminina na urbe paulistana, especialmente das mulheres trabalhadoras e de classes mais modestas. Importante frisar que Hildegard Rosenthal não estava só no cenário fotográfico das imigrantes. Para o Brasil, vieram, também, a partir da década de 1940, Alice Brill (alemã, 1920-2013), a húngara Judith Munk (1922- 2004) e, posteriormente, nos anos 1950, Claudia Andujar (1931-). Elas, junto com Rosenthal, consolidaram a linguagem visual da fotografia moderna, por meio de novas técnicas e equipamentos, especialmente trazidos nas suas bagagens.

Ainda que Rosenthal estivesse inserida, ao menos em conformidade com estilo e época, de fotógrafas estrangeiras que migraram para o Brasil, possuía suas especificidades e conotações próprias. A profissional não se preocupava tanto com a nitidez dos seus registros, trabalhava muito com o sentido autoral das fotografias e salientou que: “acho que isso dá uma vida para as coisas. Se a gente tem tudo nítida (sic) de frente pra traz, não vive”.

Rosenthal prezava pela espontaneidade e pelo improvisado, e até mesmo o seu estúdio não era exatamente um local preparado para o registro e revelação de imagens, como afirmou: “eu tinha um quarto que era escritório, né. Lá eu fazia de tudo, tirava as fotos, revelava e vendia

para os jornais e revistas” (ROSENTHAL, 1981). Ainda complementa: “[...] para mim, o principal era uma boa luz e um bom tema ou personagem a ser fotografado”.

Em conformidade com o seu fazer fotográfico, Hildegard Rosenthal entende que a fotografia:

É uma documentação. Agora, estou voltando atrás. Eu ultimamente, eu percebi que a fotografia tem uma coisa que os outros artes não tem. A fotografia cata o momento, isso é muito, muito, importante. Mas nem por isso acho que a fotografia é uma arte. Por exemplo, essas fotos que se elabora no laboratório, que fazem todos aqueles experiências, coisas sobrepostas, místicos, isso, aquilo. Eu acho que isso não é função de fotografia (ROSENTHAL, 1981).

A narrativa da entrevistada atribui algumas considerações, como o fato que, para ela, a fotografia tem algo que as outras artes não têm, que capta momentos e situações que são importantes. Ademais, em outro momento da sua fala, ela atribui que “fotografia é mais arte quando pega um gesto, vida, momento. Fotografia pode transmitir um momento que nunca mais vai voltar” (ROSENTHAL, 1981). Ainda ressalta que “o fotografo tem que ter uma certa cultura, sensibilidade, para ver que está acontecendo” (ROSENTHAL, 1981).

Portanto, entendo que para Rosenthal, sob certos paradigmas, a fotografia era uma arte, principalmente quando capturava a vida, seja de transeunte nas cidades ou nas fotografias de crianças, que foi a atividade a qual se dedicou nos seus últimos anos de vida, entre 1970-1990. A respeito disso, Rosenthal salienta que: “para mim, quando a fotografia não tem uma pessoa, a fotografia não me interessa. Não me dá sentido. Tenho muitos retratos de trabalhadoras, operários, gente de campo, crianças imigrantes” (ROSENTHAL, 1981).

Compreendo, então, que conforme Levi assegurou, “não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo (LEVI, 1996, p. 182). Porém, mesmo dentro do grupo, há especificidades, como os interesses fotográficos e processos técnicos exclusivos de Hildegard Rosenthal.

Logo, as trajetórias de Hildegard Rosenthal e de suas fotografadas se entrecruzam no momento em que ambas estão ocupando a urbe de São Paulo, e a micro-história auxilia a desvendar esses trajetos e percursos, para assim, compreendermos como as trabalhadoras foram vistas e registradas nas fotografias de Hildegard Rosenthal.

## Considerações Transitórias

O capítulo teve como objetivo identificar como Hildegard Rosenthal retratou as mulheres trabalhadoras que permeavam a urbe paulistana na década de 1940. Assim, pude concluir, através das fotografias e da entrevista analisadas, que Hildegard Rosenthal construiu uma crônica visual das trabalhadoras de São Paulo.

Assim, por meio da sua própria experiência de vida, o seu processo de migrar, suas trocas com o outro, especialmente aquelas mulheres trabalhadoras, a maioria informais, que ocupavam a urbe de São Paulo, Hildegard Rosenthal construiu um tecer fotográfico. Dessa forma, o artigo auxilia no avanço do campo teórico da presença feminina e papéis que ocupavam na sociedade paulista.

## Referências

### Fonte Oral:

Entrevista realizada com Hildegard Rosenthal, no Instituto da Imagem e do Som, no dia 25/05/1981. Entrevistadores: Boris Kossoy e Hand Gunter Flig.

### Fonte imagética:

ROSENTHAL, Hildegard. **Autorretrato**, 1940, São Paulo. Acervo: Instituto Moreira Salles.

### Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu** (27), julho/dezembro de 2006, pp.213-254. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32143.pdf> Acesso em: 08/06/2020.

COSTA, Helouise ; SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COSTA, Helouise. Sistema de arte e relações de gênero: retratos de artistas por Hildegard Rosenthal e Alice Brill. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 71, 13 dez. 2018, p. 115-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n71/2316-901X-rieb-71-00115.pdf>. Acesso em 15/09/2020.

DINES, Yara Schreiber. O autorretrato e o alter ego de Hildegard Rosenthal, em São Paulo/ Brasil, duplos diálogos com a fotografia moderna. **Labrys**, études féministes/ estudos feministas. Julho/ 2017 - junho 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510012>. Acesso em: 15/07/2020

DINES, Yara Schreiber. São Paulo na imagética de Hildegard Rosenthal e de Alice Brill, fotógrafas imigrantes modernas. **PROA**, Revista de Antropologia e Arte, Campinas, v. 1, n. 7, 1 jul. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417>. Acesso em: 19/10/ 2020

GUARDANI, Mariana. Fotógrafos estrangeiros na cidade: Werner Haberkorn, Hildegard Rosenthal e Alice Brill. In: LANNA, Ana Lúcia et. al. (Orgs). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011, p.415-442.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia in: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (et al.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

LIMA FILHO, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

MATOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Trabalho: espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações I: A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set/dez, 2010, p. 234-244.

SCHEMES, Claudia; DOBLER, Graziela. A representação da mulher nos anos 1940 em Novo Hamburgo/RS. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a.7, v. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.134>. Acesso em: 01/10/2020.

VARGAS, Jonas M. Rastreamento indivíduos e redes de relações: algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil. In: SOARES, Fabrício; SILVA, Ricardo Oliveira. **Diálogos: estudos sobre teoria de história e historiografia: volume II**. Criciúma: UNESC, 2017, p. 133-165.

## AO SOAR DA MEIA-NOITE: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO A PARTIR DA PERSONAGEM CINDERELA EM *AS MAIS BELAS* *FÁBULAS*<sup>1</sup>

Ma. Márcia Tavares Chico<sup>2</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história de Cinderela é amplamente conhecida em nossa sociedade: uma menina que, após a morte do pai, vivia sendo maltratada por sua madrasta e pelas filhas desta, as quais obrigavam a menina a realizar todos os serviços domésticos. No dia em que um baile real iria acontecer, Cinderela recebe a visita de uma fada madrinha e pode comparecer ao baile e conhecer o príncipe, com o qual se casa, eventualmente. Uma parte importante da história de Cinderela é a do sapatinho de cristal e como o príncipe o utiliza para encontrar Cinderela, após ela fugir quando o relógio soa meia-noite.

Entretanto, a história de Cinderela não é a mesma desde sua concepção: desde o conto de Giambattista Basile até o desenho animado da Disney – e após –, a história de Cinderela teve muitas versões. Uma dessas versões é sua representação na série em quadrinhos *Fábulas*.

*Fábulas* é uma série de histórias em quadrinhos (2002-2015) escrita por Bill Willingham, com desenhos de artistas variados, mas, predominantemente, de Mark Buckingham. A série narra a história de um grupo de fábulas, as quais são expulsas de seu reino por um antagonista desconhecido, chamado “Adversário”. As fábulas mudam-se para um condomínio de luxo em Nova York e tentam reestruturar suas vidas. Cinderela, após se divorciar do Príncipe Encantado, é vista como uma *socialite*, preocupada com sua aparência e com dinheiro. No entanto, Cinderela também é uma espã, lidando com diversos casos que podem afetar o mundo das fábulas. Em 2012, um *spin-off* da série foi lançado, chamado *As mais belas fábulas*. O *spin-off* segue a vida das personagens femininas principais de *Fábulas* e é escrito e desenhado por diversos artistas.

As histórias de Cinderela, em especial as canônicas, “procuram manter uma tradição comportamental do gênero feminino, exibindo um modelo privilegiado, não havendo assim um apreço por corpos que não se encaixam dentro desses padrões” (MARTINI, 2018, p. 13). A

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é uma versão estendida de “De princesa a espã: uma análise de Cinderela em *As mais belas fábulas*”, resumo expandido apresentado no IV Encontro Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marciatch@gmail.com.

personagem é comumente representada como uma mulher loira, magra, com boa aparência, que chama a atenção do príncipe logo de início. Mesmo que *Fábulas* e *As mais belas fábulas* quebrem com a ideia de um final feliz para Cinderela e o Príncipe, Cinderela acaba sendo representada de uma forma semelhante as suas narrativas canônicas quando se trata da aparência.

O presente trabalho tem como foco uma das obras de *As mais belas fábulas*, a história “Sobre homens e ratos”, protagonizada por Cinderela. Na história, uma raça de híbridos humano-roedores está matando fábulas bem conhecidas. Cinderela precisa descobrir de onde tais híbridos estão vindo e como pará-los antes que matem mais fábulas e, até mesmo, ela própria. Procuo analisar, através da HQ em questão, como a personagem é representada em sua feminilidade.

O quadrinho foi escolhido por se tratar de uma obra ainda pouco analisada – tanto *Fábulas* quanto *As mais belas fábulas*, em especial – em geral ou sob um olhar de gênero. “Sobre homens e ratos” será analisada por duas perspectivas: uma mais estrutural, levando em consideração aspectos essenciais dos quadrinhos; e outra que leva em conta a percepção do que está sendo apresentado nas páginas do quadrinho, olhando, principalmente, para o discurso sobre o feminino que é construído na narrativa.

## **DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A mídia e os produtos de mídia exercem grande influência sobre a sociedade. Segundo Cunha, os produtos de mídia, como, por exemplo, as histórias em quadrinhos, “tornam-se uma ferramenta útil para a disseminação de valores ideológicos de legitimação, ou de contestação de uma determinada ordem social” (CUNHA, 2012, p. 2). As histórias em quadrinhos, em especial, são um poderoso meio para a veiculação de valores e ideias hegemônicas pois podem ser consideradas uma mídia de massa, com grande alcance na sociedade.

As histórias em quadrinhos são objetos históricos e culturais. Sendo assim, elas permitem um olhar sobre a forma como determinadas demandas sociais e culturais de uma época são representadas, além de ser uma fonte para as mudanças na forma como as mulheres são vistas e representadas em uma dada sociedade e uma dada época. Por mais que a situação esteja mudando, as histórias em quadrinhos ainda podem ser consideradas um meio masculino, com produtos pensados e voltados para um público masculino. Assim, as personagens femininas das HQs, em sua maioria, são representadas de forma distinta das personagens masculinas. Em muitos momentos, elas são sexualizadas para satisfazer o olhar masculino,

sendo produzidas pelo olhar masculino – o produtor ou os produtores da HQ – para o olhar masculino – os leitores.

A noção de beleza feminina que é apresentada nos quadrinhos muda dependendo da época em que a obra é produzida, assim como também muda a noção de feminilidade. O que ocorre é que o conceito de mulher, de como a mulher habita o mundo, é colocado nas HQs através do olhar masculino, através de uma projeção do que é considerado, por eles, feminino (BARCELLOS, 1995).

Natania Nogueira menciona que, desde sua concepção,

as histórias em quadrinhos se adaptaram e se integraram ao contexto histórico no qual estavam inseridas, sendo que os personagens e os enredos se tornam expressões dos anseios, valores, preconceitos e mesmo das frustrações de seus criadores, eles mesmos produtos de sua época. Nos quadrinhos estão as representações do real, ou daquilo no que se deseja transformar a realidade (NOGUEIRA, 2010, p. 2).

Assim, podemos dizer que elas apresentam valores masculinos, o mundo masculino em primeiro lugar, o que acaba levando a uma visão unilateral do feminino. Elas representam aquilo que o masculino considera como “feminino empoderado”, por exemplo, levando em conta a luta das mulheres por condições de equidade e os pedidos por quadrinhos mais inclusivos e representativos.

Janice Primo Barcellos aponta que há uma relação paternalista entre os produtores e os leitores de quadrinhos (BARCELLOS, 1995). Segundo a autora, muitas vezes os leitores não querem histórias que contestem sua visão do mundo, preferindo ler HQs que compartilhem seus pensamentos e ideologias, sem sair de sua zona de conforto. Do outro lado temos o produtor de quadrinhos, o qual é “capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização das histórias dos quadrinhos para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados” (BARCELLOS, 1995, s/p). Assim, como a maioria das personagens femininas é criada por homens, estes colocam suas próprias ideias e noções do que é o feminino em suas composições (BARCELLOS, 1995).

Isso também vai ao encontro do que Judith Butler chama de “performatividade de gênero”. O gênero e seus desdobramentos são construídos a partir de repetições constantes de ideias, vestimentas, gestos, atos, falas que acabam criando uma noção do que é “uma mulher de verdade” ou “um homem de verdade” (BUTLER, 2014). Tais noções são, segundo a autora, normativas e punitivas. Levando a noção de “performatividade de gênero” para as histórias em quadrinhos, podemos dizer que a repetição de certos ideais, de certos estereótipos do feminino, também criam uma ideia de feminino que é difícil de ser contestada no meio, pois esta acaba sendo percebida como uma verdade.

## APRESENTAÇÃO DOS DADOS

*Fábulas* foi criada por Bill Willingham (com arte majoritariamente de Mark Buckingham) em 2002, sendo publicada até 2015. A série de HQs narra a história das Fábulas da Cidades das Fábulas, as quais são expulsas de seu reino por um inimigo conhecido como “Adversário”. Tendo que fugir para o mundo dos humanos (ou “mundies”, como utilizado no original), as Fábulas se mudam para um edifício de luxo em Nova York, tentando continuar com suas vidas e não chamar atenção para sua existência. Segundo Jason Harris, a duração e a importância da série para o mundo dos quadrinhos – e, podemos dizer, da cultura pop em geral – mostra que os personagens de contos de fada são “culturalmente significantes, adaptáveis, subversivos e universais”<sup>3</sup> (HARRIS, 2016, p. 1)

Entre 2012 e 2015 foram lançadas as edições de *As mais belas fábulas*, um conjunto de histórias, escritas e desenhadas por diversos autores e artistas, com o foco nas principais personagens femininas da série *Fábulas*, entre elas Cinderela. No total, foram publicadas 33 histórias, as quais foram, após, organizadas em seis volumes.

“Sobre homens e ratos” foi originalmente publicada nas edições 21 a 26 e depois organizada no volume 4 dos encadernados finais. A história é escrita por Marc Andreyko e desenhada por Shawn McManus. Em “Sobre ratos e homens”, temos uma tentativa de assassinato de Branca de Neve, o que leva Cinderela, uma espiã na série de HQs, a tentar descobrir quem está assassinando (ou tentando assassinar) Fábulas proeminentes.

Quadrinho original	Quadrinho a ser analisado	Produtores da HQ	Personagem a ser analisada
<i>Fábulas</i> foi criada em 2002 por Bill Willingham e narra a história das Fábulas que, após serem expulsas de seu reino, tentam sobreviver no mundo dos humanos.	“Sobre homens e ratos”, volume 4 de <i>As mais belas fábulas</i> , um <i>spin off</i> de Cinderela procura solucionar uma conspiração que envolve o assassinato de Fábulas proeminentes.	Roteirista: Marc Andreyko Artista: Shawn McManus	Cinderela

Quadro 1: Informações sobre *Fábulas* e *As mais belas fábulas*  
FONTE: Da autora

<sup>3</sup> No original: “culturally meaningful, adaptable, subversive, and pervasive.”



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por questão de espaço, analisarei somente dois momentos da HQ; o primeiro momento em que a Cinderela espiã aparece em “Sobre homens e ratos” e o momento logo a seguir, no qual, após ser capturada por um bando de trolls, seus captores tentam decidir o que fazer em relação a ela. Nos dois, Cinderela se encontra amarrada a uma cadeira.



Figura 1: Cinderela amarrada por trolls. © DC Comics. Todos os direitos reservados.

Fonte: ANDREYKO; McMANUS, 2014.

Como podemos ver na Figura 1, a primeira aparição de Cinderela como espiã se dá em um painel aberto, ocupando uma página inteira, juntamente com elementos extranarrativos, como o título e o capítulo. Também temos acesso a legendas com os pensamentos de Cinderela no momento e a narração da história. Além disso, temos a informação de que os eventos narrados na HQ se passam após os eventos de “Camelot” no arco narrativo principal de *Fábulas*.

O enquadramento tende mais para o geral, sendo que podemos ver quase todo o corpo de Cinderela além de uma parte do cenário no qual ela se encontra. O enquadramento escolhido deixa claro a situação da personagem.

O ângulo de contra-plongée, com o olhar voltado de baixo para cima, aumenta a figura de Cinderela em relação ao todo. O ângulo também é colocado de lado, mostrando as restrições colocadas na personagem.

A junção do plano com o ângulo passa uma sensação de impotência. Cinderela está presa, sem possibilidade aparente de escape. Nada no cenário a sua volta indica uma maneira de se livrar de suas amarras.

Normalmente, o ângulo contra plongée é utilizado para engrandecer as personagens, pois, como é feito de baixo para cima, faz com que a personagem pareça maior e mais imponente. No caso da imagem em questão, o ângulo chama a atenção para o corpo de Cinderela, o qual está totalmente a mercê do olhar do leitor. Isso se une ao fato de que Cinderela está apenas em sua roupa íntima, o que aumenta a ideia de impotência passada pela cena.

Por estarmos olhando de cima para baixo, nosso olhar é atraído para os seios da personagem. O uso das cores, principalmente de contraste de cores, também atrai o olhar para esse ponto de sua anatomia: o sutiã de Cinderela é representado com uma cor preta, o que contrasta com o tom mais claro de sua pele e cabelo, além do resto dos elementos do cenário.

O cenário é o mais básico possível: uma parede coberta por encamentos. O minimalismo do cenário – o fato de não chamar a atenção nem de apresentar nenhum detalhe em especial – também faz com que toda a atenção da pessoa leitora se encontre na situação de Cinderela e em seu corpo. Isso enfatiza a impotência da personagem, pois além de estar presa sem a possibilidade de escape, também está presa ao julgamento e, possivelmente, à apreciação do olhar de quem lê.

Cinderela é representada como uma mulher bonita, de corpo magro e cabelos claros, assim como em muitas de suas representações anteriores. A intensidade de seu olhar não muda o fato de que ela está imobilizada e à mostra. Com a continuidade da leitura, conseguimos ver

que Cinderela escapa com a ajuda de seus ratinhos, os quais roem as cordas que a prendem até que ela possa escapar.

A partir desses elementos, podemos ver como algumas ideias sobre o feminino começam a ser estabelecidas. Nossa primeira visão da personagem é de vulnerabilidade, o que remete ao trópos da donzela indefesa, que precisa de ajuda para se libertar, pois não o consegue fazer sozinha. Por mais que Cinderela depois lide com seus captores por ela mesma, essa primeira impressão está presente na mente de quem está lendo a história.

Além disso, seu corpo é constantemente sexualizado, colocado em cena para a satisfação do olhar masculino. O feminino, então, é posto como algo a ser admirado, mesmo que em momentos de violência. O feminino machucado e amarrado, despido de sua agência e de sua liberdade – além de suas vestimentas – é colocado de forma a ser desejado pelo olhar do leitor.

O corpo erotizado, como coloca Selma Oliveira, exerce uma forma de controle (OLIVEIRA, 2002). O corpo erotizado, criado pelo olhar masculino para o olhar masculino cria um controle do masculino sobre a sexualidade feminina e como essa sexualidade deve ser demonstrada.

Quando a representação do corpo feminino nas HQs é contestada, essa representação “se reorganiza ao sofrer resistência, muda suas estratégias e incorpora uma ou outra mudança para, em seguida, inscrevê-la em seu conjunto de normas” (OLIVEIRA, 2002, p. 36). Sendo assim, podemos dizer que há uma tentativa de remodelar a representação do corpo erotizado ao tentar atrelá-lo ao empoderamento feminino, ao fato de Cinderela ser uma espiã capaz de defender a si mesma, em grande parte da história. No entanto, essa mudança, ou tentativa de remodelação, não é realmente uma mudança, por continuar atrelada a noções específicas de feminilidade e tendo o olhar masculino como sua fonte e seu alvo.

Como mencionado anteriormente, a performatividade de gênero se dá através da repetição constante de atos, características, falas etc. que levam a criação de uma ilusão de identidade de gênero (BUTLER, 2014). Na HQ em questão, principalmente no painel analisado no momento, podemos ver a repetição de ideias que levam a uma noção de feminino. Noções como as roupas a serem utilizadas, a forma do corpo, entre outras, são incorporadas à narrativa, agindo para a manutenção da ilusão de um feminino. Assim como a performatividade de gênero é criada a partir daquilo que deseja representar, também o é a representação do feminino nos quadrinhos.

O fato de Cinderela estar utilizando somente suas roupas íntimas leva ao fato de que, ao ser liberta por seus ratinhos, ela tenha de lutar contra seus captores somente na já mencionada

roupa íntima. Isso está conectado a uma representação de mulheres guerreiras, presente na cultura pop de modo geral, que não necessitam de proteção durante uma luta, podendo lutar com menos roupas do que suas contrapartes masculinas para que seus atributos físicos estejam à mostra.

A próxima imagem a ser analisada é a próxima cena da HQ, a qual mostra Cinderela amarrada e seus captores tentando decidir o que deve ser feito a respeito dela.



Figura 2: Cinderela e os trolls. © DC Comics. Todos os direitos reservados.

Fonte: ANDREYKO; McMANUS, 2014.

Na Figura 2 temos uma visão um pouco mais ampla do ambiente em que Cinderela se encontra, além de podermos ver seus captores. O cenário permanece básico, apenas como forma de nos mostrar que as personagens se encontram em um lugar fechado, longe de outras pessoas.

Diferentemente da Figura 1, a Figura 2 apresenta diversos painéis, com enquadramentos diferentes. O primeiro painel apresenta um plano aberto, para dar a quem lê uma ideia da ambientação e da posição de cada personagem presente na imagem. Os segundo, terceiro e quinto painéis apresentam um plano detalhe, cada um apresentando algo referente a Cinderela. Já o quarto painel apresenta um plano médio, com a figura dos *trolls* sendo representada em pé por inteiro e a figura de Cinderela amarrada ao canto, também representada de corpo inteiro.

O contraste de cores permanece, desta vez sendo a figura de Cinderela que se destaca do resto das personagens apresentadas por causa de seu tom de pele mais claro e de seus cabelos loiros.

Os painéis também apresentam legendas contendo os pensamentos de Cinderela em relação a sua situação e balões de fala para a representação da conversa dos *trolls* sobre o que fazer com a espiã que capturaram. Podemos entender pelo que nos é colocado, que os *trolls* estão capturando humanas para vendê-las e, por uma acaso, acabaram capturando Cinderela.

A partir dos elementos apresentados, podemos ver que a narrativa que estamos vendo, a de Cinderela sendo capturada por *trolls*, não parece estar conectada com a narrativa maior, a dos atentados contra Fábulas. Temos, então, uma narrativa que pretende nos apresentar a personagem Cinderela espiã e que age como uma forma de satisfação do olhar masculino: ao mesmo tempo em que temos Cinderela como uma mulher de ação, também a temos como uma donzela indefesa, ambos os estereótipos sendo representados pela personagem em suas roupas íntimas, sem um motivo aparente.

Nos painéis dois, três e cinco, podemos ver, com mais detalhes, a situação de Cinderela. No painel 2, vemos um close de seu olhar desafiador, o qual também estava presente na Figura 1. Aqui temos a mulher de ação, a espiã que se recusa a aceitar a situação em que se encontra sem lutar. No painel 3, vemos as mãos amarradas de Cinderela, fechadas em punhos. Já no painel 5, juntamente com a legenda que trás os pensamentos da personagem, vemos os seus olhos novamente, mas dessa vez com uma expressão mais triste e uma lágrima escorrendo por seu rosto.

Temos, então, duas representações contrastantes que acabam, como mencionado anteriormente, servindo para a manutenção de estereótipos do feminino. Primeiramente, temos a representação de Cinderela como o feminino independente e decidido e, após, temos a donzela indefesa que não vê saída para sua situação. Também temos as personagens masculinas, representadas de pé, carregando armas de fogo, maiores que a personagem feminina, tentando decidir o seu destino.

Podemos dizer, então, que as Figuras analisadas se alternam entre momentos de contestação e de manutenção de estereótipos do feminino. Esse tipo de representação é visto por Nogueira como um tipo de violência simbólica (NOGUEIRA, 2013), pois as representações de feminino “presentes nas histórias em quadrinhos funcionam como reiterações dos simbolismos que levam à violência simbólica, como também elementos de resistência, pois as histórias em quadrinhos também são uma forma de entendimento da realidade” (CHICO, 2017, p. 47). “Sobre ratos e homens” ao mesmo tempo que resiste a certos elementos, mostrando uma tentativa de feminino mais empoderado que seja mais condizente com o momento histórico e com as reivindicações das mulheres no mundo, assim como das leitoras de quadrinhos, ainda apresenta elementos que levam à violência simbólica e a continuação de estereótipos do feminino.

O fato de Cinderela se disfarçar de *socialite* tanto em *Fábulas* quanto em *As mais belas fábulas* para esconder sua identidade de espiã também é interessante de ser discutido, pois remete novamente a construção de uma identidade normativa de gênero. O feminino que se dedica a sapatos (Cinderela possui uma loja de sapatos), roupas, festas e outros elementos ligados em nossa sociedade ao universo feminino é visto como fútil, como sem profundidade ou inteligência, um disfarce perfeito para um feminino mais “livre”. Sendo assim, vemos que o universo que é considerado feminino, social e culturalmente, é visto algo sem importância, de menor valor; enquanto isso, o mundo da violência, muitas vezes considerado um universo masculino, é visto como libertador, como imponente, como fonte de força e determinação.

Assim, mesmo que a HQ tenha a intenção de mostrar Cinderela como uma mulher de ação, não limitada aos estereótipos do feminino nos quadrinhos, ela acaba servindo para a manutenção desses mesmos estereótipos. Ao mesmo tempo em que coloca Cinderela como alguém capaz de cuidar de seu próprio destino e segurança, também retira sua agência e sua liberdade, colocando-a apenas como um objeto de satisfação do olhar masculino. Assim, os estereótipos do feminino presentes no universo dos quadrinhos são fortalecidos, ao mesmo tempo que são disfarçados, mascarados, de empoderamento feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa nos coloca Cinderela como não sendo mais uma princesa: ela deixou os vestidos de baile para trás e construiu uma nova vida. Para viver a vida dupla e esconder suas ações como espiã, Cinderela precisa envolver-se por elementos da feminilidade que são considerados fúteis, como roupas, sapatos e festas. O feminino que se interessa por tais elementos, na narrativa, não é considerado um feminino empoderado. O empoderamento vem

a partir de elementos de mais ação, mais violência, que são normalmente ligados ao universo masculino.

No entanto, mesmo que Cinderela esteja presente nesse novo universo, ela ainda é uma personagem feminina criada a partir do olhar masculino e para o olhar masculino. Dessa forma, ela continua sendo representada com a satisfação do olhar masculino em mente, tendo sua agência tomada dela, mesmo que por breves momentos, para que não haja uma ruptura tão grande do que é esperado de uma personagem feminina – e do feminino em si – e das ideias do masculino do que vem a ser uma personagem feminina livre e empoderada. Podemos ver, então, na narrativa, a constante quebra e manutenção das expectativas e dos estereótipos femininos presentes no meio das histórias em quadrinhos.

O presente trabalho não é, de maneira alguma, uma análise exaustiva da história “Sobre ratos e homens” e, muito menos, do universo de *Fábulas* e *As mais belas fábulas*, mas sim um exercício de análise de gênero em determinadas cenas da obra. O artigo é um passo inicial em um universo ainda pouco analisado, tanto em termos gerais quanto, principalmente, em termos de representação de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREYKO, Marc; McMANUS, Shawn. **As mais belas fábulas**: Sobre homens e ratos. Tradução Érico Assis/FD. São Paulo, Panini Comics, 2016.

ANDREYKO, Marc; McMANUS, Shawn. **Fairest**: of mice and men. New York, DC Comics, 2014.

BARCELLOS, Janice Primo. **O feminino nas histórias em quadrinhos**. 1995. Disponível em <[http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano2/numero4/artigosn4\\_1v2.htm](http://www.eca.usp.br/nucleos/nphqeca/agaque/ano2/numero4/artigosn4_1v2.htm)> Acesso em 20 de maio de 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 236 p.

CHICO, Márcia Tavares. "**Aos amigos ausentes, amores perdidos e velhos deuses**" : considerações sobre o feminino em Sandman de Neil Gaiman. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

CUNHA, Rodrigo Moraes. História em quadrinho: um olhar histórico. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, 2012.

HARRIS, Jason. We All Live in Fabletown: Bill Willingham’s *Fables*: a fairy-tale epic for the 21st century. **Humanities**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 1-21, 19 maio 2016.



MARTINI, Viviane. **O (des)montar por um salto**: para um percurso de resignificação do conto de fada “Cinderela”. 2018.124 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

NOGUEIRA, Natania. Representações femininas nas histórias em quadrinhos da EBAL. **História, imagem e narrativas**. No 10, abril/2010. p. 1-14.

NOGUEIRA, Natania. A fragilidade feminina nos quadrinhos de superaventura na década de 1960. **Labrys, Études Féministes**. Janeiro / junho 2013.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. O jogo das curvas. **Comunicação e espaço público**. Ano V, n. 1 e 2, 2002. p. 32-43.

## **TRANSFORMANDO CULTURA POP EM MATERIAL CIENTÍFICO: A BRUXINHA SABRINA SPELLMAN EM UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Sara Schneider de Bittencourt<sup>1</sup>

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Assim como todos os elementos humanos a História é um campo em constante construção. O estudo científico do homem no tempo exige um aparato de ferramentas metodológicas para que possamos compreender a complexidade das manifestações humanas nos diferentes períodos históricos. Não conseguimos nos utilizar do mesmo processo metodológico para analisar um manual do século XV e uma série de televisão da contemporaneidade, logo percebemos que nossas formas de abordar os objetos de pesquisa têm a mesma necessidade de adaptação e atualização do que qualquer outro recurso tecnológico, e o mesmo também se dá em relação as próprias fontes de pesquisa que de igual maneira caminham ao lado dessas transformações.

Antes de identificar as diversas possibilidades de estudo, entendemos que a produção de conhecimento científico em si é, unanimemente, a maneira com que legitimamos os saberes, compreende a experiência da divisão entre aquilo que é fundamentado metodologicamente e aquilo que é de senso comum. Porém, vimos também que elementos apresentados primariamente pela “cultura de massa” passam a agregar interesse e igualmente ser incorporados às pesquisas acadêmicas. Entendemos assim o conhecimento científico enquanto a possibilidade de impactar e elevar a relevância das pesquisas à sociedade, tornando possível a divulgação aberta desses saberes (REBLIN, 2016, p. 13)

Essas variadas intencionalidades de objetos de pesquisa se fazem possíveis por meio da abertura trazida pela História Cultural que proporcionou alcançar espaços que eram antes reduzidos. Porém, alguns temas ainda são vistos com relutância na comunidade científica - mais em algumas áreas que em outras -, entre eles podemos identificar os que se relacionam a cultura pop, que tem sido introduzida de forma paulatina na academia. As pesquisas envolvendo filmes, animações, séries televisivas, música, história em quadrinhos, são narrativas bem trabalhadas em campos como o das artes visuais e comunicações, mas em áreas como a história ainda encontramos um fluxo tímido de utilização. E esses espaços que estão, mesmo que lentamente, sendo construídos nos mostram que modificações do pensar acadêmico também estão ocorrendo. Assim, “se se está discutindo cultura pop na academia, ou no campo científico, isso significa que essa mesma cultura pop, nas suas mais variadas formas de expressão, está tendo

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: sara.alais.sb@gmail.com

um impacto significativo na vida social de modo que instigue a preocupação da academia” (REBLIN, 2016, p. 17).

Esse impacto relaciona-se com o entendimento do mundo na sua atualidade, na forma de agir e viver em sociedade, suas crenças, visões de mundo, culturas artísticas que se expressam através de diferentes meios, como a cultura pop aqui trabalhada. Essa possibilidade de identificar na realidade os elementos para a construção de poderosas narrativas ficcionais trouxe à História a oportunidade de reunir significativo material para a compreensão dos discursos que se inspiram e inspiram a vida sociocultural dos indivíduos (REBLIN, 2016, p. 27). A partir disso, estudar esses elementos midiáticos sob a perspectiva historiográfica permite verificar, visualizar e conceber como as pessoas se encontram no seu cotidiano, suas ações e transformações, suas criações, suas recriações, adaptando através de mitos e modelos simbólicos a maneira com que conduzem suas vidas (REBLIN, 2016, p. 28).

Esses significados diários passam a ser representados de diferenciadas maneiras nas mídias que podem, por sua vez, tomar inúmeros aspectos. Sobre esses modelos representacionais Ankersmit traça entendimentos sobre suas perspectivas de acordo com o aspecto e ângulo daquele que representa algo, sendo que “(...) se as representações são representações de um representado, os representados devem diferir também, na medida em que um representado é aquilo que é representado por uma representação” (ANKERSMIT, 2012, p. 189). Logo, quando falarmos da representação de determinado objeto ou indivíduo estamos, conseqüentemente, trabalhando com, não apenas uma, mas diferentes possibilidades dessas imagens que chegam até nós, já que “cada vez vemos um aspecto diferente dessa pessoa, determinada pela perspectiva da qual a pessoa é vista” (ANKERSMIT, 2012, p. 191).

Igualmente para Hall as representações concernem o sentido das coisas pelo todo que elas passam, “[pel]as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21) é assim que projetamos e damos continuidade à elas, quando “a representação significa utilizar a linguagem para expressar algo sobre o mundo, ou representar ele e outras pessoas (...) é parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os meios de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31) e como esses são descritos e compreendidos em seus diferentes aspectos, por questões como essas temos a viabilidade de visualizar distintas identidades contidas nos elementos representados.

Logo percebemos quão rica pode ser a análise de materiais trazidos pela cultura pop para a apreensão dos comportamentos sociais, já que podemos considerar essa como uma produtora de sentidos, uma vez que é capaz de direcionar e também de ser direcionada pelo fazer e pensar humano, operando numa lógica de sociedade que explora temas como violência, sexo, gênero, religião, política, relacionamento, enfim, interações humanas como um todo, sem deixar de lado seu envolvimento com as questões mercadológicas como consumo, venda, capital, que fazem parte constante desses meios de comunicação em massa (REBLIN, 2016, p. 26).

Assim, quando pesquisamos uma obra midiática através de métodos próprios de análise, temos a possibilidade de identificar narrativas que tanto influenciam quanto são influenciadas pelos contextos históricos dos quais fazem parte. Temos o exemplo da análise da série em *streaming*<sup>2</sup> da Netflix *O Mundo sombrio de Sabrina* (1ª temporada - 2018), obra produzida como *reboot* da *sitcom*<sup>3</sup> televisiva *Sabrina, aprendiz de feiticeira* (1ª temporada - 1996), que pode ser “lida” a partir de diferentes perspectivas, sendo uma delas o debate de gênero e temática *queer* que diferente da primeira produção, faz parte constante da construção da série atual e marca uma modificação em relação ao discurso social que foi apresentado pela sociedade da década de 1990 que criou uma narrativa mais humorística e romantizada da personagem em sua primeira edição, deixando de lado a discussão em torno de temas que como os discutidos na obra de 2018, não eram tão comuns em séries adolescentes dos anos 1990. Esses elementos, portanto, nos trazem a oportunidade de identificar na criação ficcional, estruturas que disponibilizam leituras de mundo através de regimes de representação, imaginário e contextualização do tempo em que são produzidas.

## A CULTURA EM ALTA COM A “BAIXA CULTURA”

As relações humanas se veem constantemente sendo produtoras e fruto da produção de jogos de dominação e relações de poder que se preenchem nos diferentes campos da sociedade, desde a política até a economia, bem como os sistemas culturais. Quando falamos desses processos, um campo de disputa se faz presente enquanto tentativa de idealizar *status* e

---

<sup>2</sup> Sobre a mídia Netflix: faz parte de uma categoria de conteúdo audiovisual chamada de *streaming*, ou seja, uma forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo que se dão através da rede, sem que para isso haja a necessidade de se operar o *download*. Esse é um sistema que se encaixa também no que chamamos de *on demand*, pelo qual o assinante pode escolher o produto audiovisual entre uma lista de uma diversidade de filmes, séries, documentários – considerando que a Netflix ainda possui uma característica marcante, que é a sua produção original, do qual o objeto de pesquisa aqui mencionado faz parte. (STÜRMER, 2015)

<sup>3</sup>*Sitcom* é a abreviatura de *situationcomedy*, termo utilizado para designar séries de televisão que contém cenas humorísticas com ambientes e personagens comuns, como grupos de amigos, familiares, locais de trabalho.

hierarquizar determinadas práticas sociais como no caso da categorização da “alta cultura” se “impondo” por meio das classes com maior aparato econômico, como uma tentativa de manter determinada “nobreza cultural” e a “baixa cultura” que, segundo as compreensões da nobreza, não seria capaz de criar nada produtivo, devendo ficar as margens das experiências culturais.

Esse preconceito se estabelece quando a noção de “cultura” é utilizada pelas classes dominantes como uma forma de subjugar, a partir de uma lógica de poder, a nova classe que ascende socialmente ao desconsiderar como cultura legítima tudo aquilo que foge aos preceitos e regras da elite (CARVALHO, 2017, p. 22).

Dessa maneira, delimitar as questões de “alta” e “baixa” cultura demonstrou uma forma de demarcar posições e relações de poder exercidas pelas classes, e que segundo Eco

(...) não será descabido buscar na base de cada intolerância para com a cultura de massa uma raiz aristocrática, um desprezo que só aparentemente se dirige à cultura de massa, mas que na verdade, aponta contra as massas (...) porque no fundo há sempre a nostalgia de uma época em que os valores da cultura eram um apanágio de classe e não estavam postos, indiscriminadamente, à disposição de todos (ECO, 1977, p. 36).

Logo, se torna importante percebermos que valorizar essas culturas vistas como “inferiores” faz com que os estudos acadêmicos subvertam tais distinções impostas às sociedades. A cultura pós século XIX (sem falar das questões como o direito a educação que por séculos pertenceu também apenas a uma quantidade pequena dos blocos sociais) era vista como privilégio, um aparato de erudição e arte, um corpo intelectualmente reconhecido e como tal deveria se manter reservado a poucos, restringindo o progresso cultural das “multidões” (CARVALHO, 2017, p. 31).

Essa separação diminuiu ao passo que a imprensa ampliou o acesso da população a materiais culturais que antes só tinham alcance em regiões mais elitizadas, fazendo assim um trabalho de massificação desses conteúdos. Tais mudanças retiraram a exclusividade das classes altas em deter a parte mais significativa das atividades culturais e tornou-se ainda maior ao passo que o século XX trouxe o cinema e o rádio e posteriormente conduziu uma importante evolução tecnológica que acabou introduzindo diferentes mídias nos mais variados espaços, chamando a atenção de pesquisadores de diversas áreas para essas modificações dos instrumentos culturais (CARVALHO, 2017, p. 31).

Temos agora uma “cultura de massa” acessível a uma quantia muito maior de indivíduos do que era possível com a “alta” cultura tão ovacionada pelas classes socialmente mais abastadas, enfraquecendo o lugar de dominação que esses atores sociais detinham. Mesmo

que aparentemente essas “classificações” tenham ficado de lado, e entendendo que claramente elas já não correspondem a barreiras que antes foram forçosamente impostas, compreendemos que seus resquícios se mantiveram, ao passo que ainda hoje podemos ver certa restrição classista em relação a determinadas mídias, como músicas que nasceram nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, como o funk, ou as histórias em quadrinhos que em sua maioria ainda são vistas como produto exclusivo para crianças.

Essa visão polarizada de uma cultura que seria relacionada a determinadas posições, mantêm seus vestígios ainda na atualidade. E em determinadas áreas acadêmicas de desenvolvimento científico, como o campo da história, ainda encontra restrições ao estudo desse estilo particular de conteúdo, como as histórias em quadrinhos, as séries televisivas, os jogos de vídeo game que, entretanto, se analisados pelo prisma metodológico do campo da pesquisa, podem apresentar uma rica variedade da representação das sociedades nas quais esses meios são produzidos. Logo, abrir espaço para os estudos voltados a esses elementos midiáticos pode nos trazer informações importantes sobre os processos históricos e construções culturais das sociedades que os produzem.

### **POR QUE O MUNDO SOMBRIO DE SABRINA É IMPORTANTE PARA O ESTUDO HISTÓRICO?**

A cultura é uma construção de identidades, é linguagem, é política, é um emaranhado de características que nos constituem assim como somos, e dessa maneira, podemos compreender as produções humanas enquanto uma extensão das estruturas civilizacionais, simbolizando e representando desejos, costumes, discursos, posicionamentos políticos de uma sociedade que transita entre contextos e inovações das mais diversificadas possíveis.

Assim, entendendo que a evolução tecnológica que influencia diretamente os processos culturais, hoje pode abarcar um número ainda maior de contato social, notamos a oportunidade que os meios de comunicação em massa têm em interagir com a população em um grau mais “íntimo”, já que o uso, por exemplo, político das imagens é capaz de contribuir para os discursos contidos nessas sociedades, desmitificando poderes e envolvendo os indivíduos que partilham dessas mídias nos diferentes assuntos que abarcam seu dia-a-dia (KRÜGER, 2017, p. 21), evidenciando que

(...) toda modificação dos instrumentos culturais, na história da humanidade, se apresenta como uma profunda colocação em crise do “modelo cultural” precedente; e seu verdadeiro alcance só se manifesta se considerarmos que os novos instrumentos agirão no contexto de uma humanidade profundamente modificada, seja pelas causas

que provocaram o aparecimento daqueles instrumentos, seja pelo uso desses mesmos instrumentos. A invenção da escrita, embora reconstituída através do mito platônico, é um exemplo disso; a imprensa, ou a dos novos instrumentos áudio-visuais, outro (ECO, 1977, p. 34).

Somos, assim, transformação, tanto quanto os instrumentos que utilizamos para compartilhar experiências, conhecimentos, discursos e maneira de ver o mundo e aos outros. Quando nos debruçamos diante de uma obra cinematográfica, por exemplo, temos a chance de identificar em sua narrativa, nos discursos que abarca, na montagem das cenas, nos figurinos, nos cortes da câmera, nos diálogos, uma gama de símbolos e construções que ecoam nas formas de ver a sociedade, interpretá-la e transformá-la em arte e também na maneira com que a representação dessa arte se exprime nas influências sociais. Percebemos que, por exemplo, a forma com que a mulher é retratada no campo audiovisual se modificou juntamente com determinadas demandas, por vezes políticas, econômicas ou culturais e sociais, trazendo uma discussão a respeito não só do imaginário em torno da figura feminina como também de sua representatividade diante das diferentes mídias, para esse entendimento podemos tomar as diferenças entre a narrativa de *Bewitched (A feiticeira)* de 1964 e *Chilling adventures of Sabrina (O Mundo sombrio de Sabrina)* de 2018 como exemplo. Na obra de 1964 a bruxinha Samantha é representada através da necessidade em ser a mulher perfeita, diga-se, a perfeita dona de casa, logo, enquanto o marido está fora, no trabalho, ela tem o dever de cuidar das tarefas de casa e, posteriormente, da filha, sendo repreendida pelo marido sempre que usa sua magia, contrariando sua própria natureza pelo “bem estar da família”. A série apresenta uma construção de modelo familiar típica da década de 1950 e 1960, período que é desenvolvida, reafirmando a ideia de que as influências sociais são parte importante das criações fílmicas. Diferente dessa representação, a bruxa Sabrina Spellman (*O mundo sombrio de Sabrina*) faz jus aos debates que compreendem o período de sua criação (2018), consiste na figura independente e feminista de uma garota que procura usar seus poderes para ajudar seus amigos e que tem um forte discurso combatendo a misoginia, o machismo e o sistema patriarcal, totalmente diferente da construção de Samantha, o que corresponde as mudanças de tempo e de comportamento social em relação a mulher, processo que influenciou tais mídias. Entendemos aqui que essas influências fabricadas por obras como filmes, séries televisivas, jogos, literatura, histórias em quadrinhos, pinturas, músicas são capazes de gerar reflexões, por vezes profundas, na forma com que os indivíduos passam a ver e sentir o mundo ao seu redor, podem trazer novos pensamentos, “plantar sementes” de dúvida em relação a certos discursos, estabelecer conexões e quebrar padrões de dominação (KORNIS, 1992, p. 239).

Dispomos hoje de uma gama de pesquisas acadêmicas que envolvem as mais diversas mídias e diferentes abordagens, possibilitando uma análise embasada e fortalecida metodologicamente. Trabalhos como o de Samuel Paiva (2016), que busca avaliar as possibilidades do estudo da intermedialidade juntamente com a historiografia, relacionando-as a obras audiovisuais, bem como Andréa Ortis e Flávi Ferreira Lisbôa Filho (2017), que procuram estudar as narrativas seriadas em televisão, relacionando-as a teoria e aos estudos culturais. Também no campo da comunicação, nos utilizamos de obras como as de Rafael José Bona e Marina Pacheco de Souza (2013), que se debruçam sobre a narrativa transmidiática na análise de séries televisivas. E ainda nesse caminho, encontramos João Flores da Cunha (2015), que escreve também sobre as séries de TV enquanto um dos principais meios de consumo midiático.

Abarcando os estudos que se relacionam diretamente com a figura da representação do feminino em seriados de televisão, especificamente ao que concerne a figura da mulher/bruxa, podemos destacar o trabalho de Moseley (2002) onde incorre em um posicionamento identitário que apresenta um relacionamento discursivo entre a feminilidade e o feminismo que vem sendo historicamente negociados. E percebe a íntima relação entre o poder feminino e a feitiçaria que compõem referências de imaginário como as atribuídas ao campo das artes, seja em filmes, séries, literaturas, entre outros. No que concerne as legitimações do estudo das mídias pop/cultura de massa para o desenvolvimento de uma análise profunda das compreensões da sociedade temos nomes como o de Beatriz Sequeira de Carvalho (2017) e Alexandre Valim (2012) que apresentam uma discussão acerca da validação dos elementos midiáticos para a academia, em especial para o campo da História.

A resistência aos significados e mensagens dominantes pode favorecer novas leituras e novos modos de apropriação do cinema, usando a cultura como recurso para o fortalecimento e a invenção de significados, identidades e formas de vida. Nesse sentido, convém notar que a cultura é um terreno de disputas, no qual grupos sociais e ideologias políticas rivais lutam pela hegemonia, e, também, que os indivíduos vivenciam essas lutas mediante imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados não somente pelo cinema, mas pela mídia de uma forma geral (VALIM, 2012, p. 285).

Considerando, portanto, estudos como esses e as possibilidades da utilização de artigos audiovisuais como objetos de pesquisa, nos debruçamos na pesquisa específica da personagem Sabrina Spellman. Na série *Sabrina, aprendiz de feitiçeira* (1996) temos uma adolescente que ao completar seu aniversário de 16 anos tem a revelação de que é uma bruxa e possui poderes mágicos, mas além da ambientação de fantasia podemos identificar uma produção de humor adolescente, em que a personagem principal se vê aprendendo a lidar com o poder e a



responsabilidade de utilizá-lo, mesmo que seja para ajudar seus amigos. Vemos a construção de uma narrativa que inflama o discurso machista da rivalidade feminina em relação aos homens quando coloca Sabrina e outra aluna da mesma escola (Libby) brigando pela atenção de um garoto (Harvey) que, posteriormente, vai namorar Sabrina, ao mesmo tempo que remete a uma independência mais palpável em relação a figura da mulher, onde, na casa de Sabrina moram ela e suas tias, sem que haja a necessidade de uma figura masculina junto delas. A série surge em um contexto do “boom wiccano”<sup>4</sup> em que a imagem da mulher/bruxa é vista em consonância com o equilíbrio entre a natureza e a vida humana, a bondade, a paz e liberdade feminina, mesmo que não seja uma liberdade pontuada em especificidades políticas, mas sim filosóficas.

A bruxinha adolescente é trazida a mídia em um momento em que outras séries e filmes sobre a bruxaria, e o sobrenatural, são parte dominante no cenário do entretenimento, entre outros podemos destacar *Charmed*, *Buffy*, *a caça vampiros*, *Da magia à sedução* e *Jovens bruxas*. Mas essa sobrecarga de produções a respeito da bruxaria e do ocultismo não ocorre por acaso, assim como não ocorre por acaso a problematização que seu *reboot O Mundo sombrio de Sabrina* de 2018 apresenta. A década de 1980, com as possibilidades trazidas pela internet, expandiu a conexão entre bruxos e bruxas<sup>5</sup> (BOSTULIM, 2007) no ambiente computacional (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 221), criando a oportunidade de contato entre indivíduos – não poucos – que antes possuíam grande dificuldade em encontrarem-se, e esse fenômeno levou a simpatia e entusiasmo a respeito dessa religião, proporcionando certa ascensão dos tipos culturalmente marginalizados. Entendendo que a bruxaria ainda em 1993 encontrava-se no caminho para sua legitimação enquanto religião, no Parlamento Mundial das Religiões, esse crescimento, conseqüentemente, ajudou a colocar a Bruxaria no centro do palco religioso e direcionou o olhar mercadológico de Hollywood, o que também proporcionou ainda mais a procura pelo entendimento do que era ser bruxa (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 234), e

---

<sup>4</sup> A *wicca* é tida como a bruxaria moderna. Seu criador, Gerard Gardner, passou a descrever a *wicca* moderna como uma religião que tinha seus preceitos na paz, na alegria e em sua íntima relação com a Natureza, onde se veneravam duas divindades principais, sendo elas o Deus das florestas e a Deusa Tríplice da fertilidade e do renascimento. Sua visão se baseia essencialmente no feminino, na Terra e ao meio ambiente, além de rejeitar por completo os preceitos “ditados” pelas religiões fundadas no cristianismo ocidental. (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 199-204). Logo, essa “nova” religião, ao chegar nos Estados Unidos da América por volta de 1962 e entrando em contato com os diferentes aspectos da contracultura e das políticas do movimento feminista, adapta-se a uma forma que valoriza muito mais o feminino e procura “quebrar” as formas hierárquicas que a *wicca* inglesa mantinha. Dessa forma, com a união entre lutas de resistência e uma religião não patriarcal, o interesse pelo tema toma espaço não apenas na “vida real” como também na ficção, levando o tema para diferentes campos midiáticos, como o cinema, a televisão, a literatura, a música e a pintura (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 217). A esse interesse pela bruxaria moderna no campo social e cinematográfico podemos chamar de “boom wiccano”.

<sup>5</sup> Relacionamos a palavra *bruxa* aqui bebendo de fontes como a de Jeffrey Russell, que compreende o caminho da bruxaria em buscar não ser vista enquanto um modo de vida, mas sim enquanto uma religião “como qualquer outra”.

salientou a influência da mídia para com a sociedade que dela usufrui, já que, depois da estreia dos filmes e séries “as perguntas sobre os diversos grupos de bruxaria começaram a se multiplicar” (RUSSELL; ALEXANDER, 2019, p. 229).

Já no *remake* (2018), as figuras femininas estão constantemente lutando por seu lugar de fala, enquanto mulheres conscientes do sistema patriarcal e machista em que vivem, buscando, inclusive, subverter esse mesmo sistema ao longo da temporada através de diferentes perspectivas atribuídas a cada personagem. A narrativa da obra acompanha uma nova explosão de lutas feministas que vem ocorrendo nos últimos anos ao redor do mundo, e que é esmiuçada durante a série. Feminismo, quebra de *status quo*, patriarcalismo, afeminofobia, *bulling*, sexualidade fluida, identidade, raça e gênero são temas abraçados pelo *remake* que tem feito os espectadores adorarem ou odiarem a versão repaginada de uma Sabrina segura de si e que busca com um discurso bastante politizado as possibilidades que a ela são apresentadas.

Aos vinte e um minutos do primeiro episódio da Parte Um de *O mundo Sombrio de Sabrina* as Personagens de Sabrina Spellman e de Lilith (já ocupando o corpo da professora da escola Baxter High) estão conversando sobre um ato de afeminofobia sofrido pela amiga de Sabrina, Susie, tendo como responsáveis os garotos do time da escola, e como o diretor da escola considerou o ato como “apenas uma brincadeira de garotos”, segue:

*Sabrina: Nesta cidade, nesta escola, há uma cultura de...*

*Wardwell/Lilith: Masculinidade Puritana? E o diretor Hawthorne é o mais intolerante, o mais babaca e misógino de todos. Quando o mundo vai aprender? As mulheres deveriam comandar tudo.*

E em seguida, ao conversar com seu namorado Harvey e outra de suas amigas Roz, decidem que determinados comportamentos precisam ser contrariados:

*Sabrina: Os jogadores de futebol são sintomas. A doença é mais profunda. Está na estrutura da escola. É assim que vamos lutar contra ela, com um clube. Para mulheres. Para termos apoio mútuo. Vamos poder discutir nossos problemas. E elaborar soluções proativas.*

*Roz: Então, um clube para derrubar o patriarcado branco.*

*Harvey: Espere. O que?*

*Sabrina: Exato. Mobilizar e protestar politicamente, se preciso, para lutar quando preciso, para nos defendermos. Susie nunca estará só, nem nenhuma de nós.*

*Roz: Hawthorne não vai proibir? Ele não me deixou criar o Filhas das Panteras Negras.*

*Sabrina: Posso ter um plano para conseguir isso sem a interferência de Hawthorne. Só preciso agir rápido.*

Nesses minutos de diálogo, portanto, podemos ter acesso a forma com que os personagens estão procurando lidar com as questões que os afligem, e que também são parte da

influência da sociedade nessas mídias, sendo que essas são questões que permeiam nosso próprio cotidiano. É por meio de discursos como esses que a série traz debates como as estruturas misóginas de um sistema patriarcal que está instaurado na nossa vida por séculos. E é a partir de discussões como estas que vão sendo construídos os arcos com os quais a série vai trabalhar.

Enquanto isso, nos anos 1990 o “boom *wiccano*” é o que se mostrou um dos influenciadores nas narrativas audiovisuais da cultura pop, poderíamos considerar, como uma motivação das narrativas atuais, essa “ainda tímida” nova onda feminista que oportunizou um posicionamento diferenciado nas abordagens de personagens femininos nas mais variadas mídias, juntamente com a necessidade plausível de modificar a estrutura patriarcal vigente nos últimos anos. Esse recente movimento feminista, se contextualiza em uma sociedade de atitudes políticas voltadas a extremos ideológicos. Essa onda tem início na Polônia, com mulheres grevistas, em outubro de 2016, e se estende para países como Argentina, Itália, Brasil, Turquia, Chile, Espanha, Estados Unidos, México entre inúmeros outros países, tendo como luta as marchas em oposição à proibição do aborto, corrente que passou a tomar conta não só das ruas, como também das escolas, dos locais de trabalho, da política e das mídias, “um novo movimento feminista global que pode adquirir força suficiente para romper alianças vigentes e alterar o mapa político” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 32.), se tornando um movimento transnacional organizado no dia internacional das mulheres – 8 de março de 2017 –que precede uma luta de classes feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.34).

A comoção que tem se instaurado ao longo de décadas pelos direitos das mulheres, seu direito a fazer o que quiser com seu corpo, direito ao aborto, a saúde, o direito de salários e jornadas justas, contra o assédio e a agressão sexual, contra a repressão. Temos visto crescer movimentos como o das grevistas feministas, o movimento “me too”<sup>6</sup> e “time’s up”<sup>7</sup> contra o assédio, violência sexual e discriminação de gênero sofrido pelas mulheres na indústria cinematográfica, a luta pelos direitos e respeito a diversidade e identidade de gênero ganhando cada dia mais espaço, principalmente no campo acadêmico. E esses movimentos hoje fazem

---

<sup>6</sup> O movimento Me Too apoia mulheres que sofreram violência, abuso e/ou assédio desde 2006, para ajudar sobreviventes de violência sexual, principalmente voltando-se a mulheres negras e pobres, procurando agrupar uma rede de informações e auxílio de advogada(o)s e psicóloga(o)s que guiassem essas mulheres e meninas pelos meios de cura, legal e mental, visando, juntamente, o empoderamento feminino através da empatia e das ações comunitárias. Disponível em: <https://metoomvmt.org/> Acessado em: 13/03/2020

<sup>7</sup> Movimento criado em 2018, por atrizes de Hollywood, inspiradas no Me Too. O movimento tem por objetivo ajudar mulheres sobreviventes que sofreram abuso sexual, assédio sexual, cultura do silêncio e discriminação de gênero. Disponível em: <https://timesupnow.org/> Acessado em: 13/03/2020

parte das ruas, dos locais de trabalho, das escolas, das casas, são debates que estão em todos os lugares, abertos para serem pensados e problematizados, dentro das mais diversas áreas acadêmicas são estudados, são construídos e desconstruídos, são influências constantes nas mídias mundial, inclusive em filmes e séries televisivas, que representam os discursos dessas práticas sociais em forma de arte.

Portanto, a mudanças na narrativa entre essas mídias podem nos mostrar, não “apenas” uma “renovação” nos quesitos fílmicos e tecnológicos, como também as maneiras com que as diferentes influências externas podem abraçar as maneiras de se construir a arte, bem como a influência que essa arte tem diante do escopo social. Esse hiato de 23 anos entre a primeira série *Sabrina, aprendiz de feiticeira* e seu *remake O mundo sombrio de Sabrina*, nos faz refletir em como nossas construções culturais e políticas estão em fluidez e podem ser encontradas em todos os níveis das estruturas civilizacionais. Entendemos assim o quão importante são as representações e representatividades relacionadas com os distintos e inúmeros nichos culturais das sociedades ao redor do mundo e, conseqüentemente, como esses são importantes para as análises acadêmicas e interpretação de como os indivíduos se portam com as mídias que lhes são disponíveis em um mundo que está em constante “metamorfose”.

## **TRANSFORMANDO CULTURA POP EM MATERIAL CIENTÍFICO**

Depois de concluir que a cultura pop pode fazer parte das fontes das pesquisas históricas, precisamos estabelecer os procedimentos teórico-metodológicos para que essas obras sejam consideradas para o campo das ciências humanas. Entendemos que são diferentes as possibilidades de análise a serem desenvolvidas ao se trabalhar com a cultura de massa, e se diferencia de acordo com o tipo de mídia que estamos pesquisando. Portanto, é essencial que possamos identificar corretamente as variações com que a cultura pop pode ser apresentada, para assim, passarmos a transmutá-la para a academia.

A luz das pesquisas desenvolvidas por Irina Rajewsky e Claus Clüver, trabalhamos primeiramente com a conceitualização da teoria das mídias chamada intermedialidade, ambos identificam que a intermedialidade é referida como a comunicação e interação entre todos os tipos de mídias, os quais podem ser jornais, revistas em quadrinho, rádio, cinema, televisão, internet, etc (RAJEWSKY, 2012, p. 52; CLÜVER, 2011, p. 9), sendo transmissores feitos através das distâncias de tempo e espaço entre os humanos. Para compreender melhor esse conceito e sua relação intrínseca para com os elementos trabalhados, Rajewsky irá nos apresentar três “subcategorias” desses processos intermediários. Um deles chamou de

“combinação de mídias”, que consiste em diferentes mídias dentro de uma só, podemos usar como exemplo o cinema, os filmes, o teatro que apresentam múltiplas mídias para a construção de uma só, as HQs, por exemplo, seriam mídias “mixmídia”, que separadamente não fazem sentido, não alcançam coerência, não sendo autossuficientes de forma separada, logo precisam se relacionar com outras mídias de forma inseparável e indissociável (RAJEWSKY, 2012, p. 58; CLÜVER, 2011, p. 15). Já as “referências midiáticas” consiste em uma mídia específica citando outras em seu interior, como filmes que fazem referência a determinada pintura ou texto (RAJEWSKY, 2012, p. 58; CLÜVER, 2011, p. 17). A terceira “subcategoria” Rajewsky chamou de “transposição midiática”. Ela consiste em “transformar um texto composto em uma mídia, em outra mídia de acordo com as possibilidades materiais e as convenções vigentes dessa nova mídia” (CLÜVER, 2011, p. 18), logo é

[...] uma concepção “genética” de intermedialidade, orientada relativamente ao processo de produção. Nesse caso, a qualidade intermediática – o critério de cruzamento de fronteiras midiáticas – relaciona-se à maneira com que uma configuração midiática vem ao mundo, ou seja, relaciona-se à transformação de uma configuração midiática definida (um texto, um filme, etc...) ou de seu substrato noutra mídia. O texto ou filme “original” constitui a “fonte” da recém-formada configuração intermediática, cuja formação baseia-se num processo obrigatório de transformação intermediática específico a uma mídia. A categoria transposição midiática pode então, de acordo com o que determina a terminologia de Werner Wolf, ser descrita como uma forma de “intermedialidade extracomposicional” (RAJEWSKY, 2012, p. 58).

É essa a categoria utilizada para a análise das séries exemplificadas nesse artigo, *Sabrina, aprendiz de feiticeira* e *O Mundo sombrio de Sabrina*, sendo que a série de 1996 é uma mídia televisiva e a produzida em 2018 é um *streaming*, além do fato de que ambas são baseadas em histórias em quadrinhos, formando assim o que Rajewsky identificou como essa recém-formada configuração. Tendo em vista que esse trabalho se dá graças as análises intermediáticas, temos o entendimento da importância do nexo ficção-contexto entre os elementos contidos dentro e fora das obras analisadas. Em claros termos podemos identificar inúmeras e diferenciadas metodologias para que possamos tirar das mídias tudo que elas podem nos oferecer enquanto conteúdo a ser analisado historicamente.

A partir disso, é importante que tomemos como base uma constituição metodológica que abrace nossas investigações, e para isso nos utilizamos da análise de elementos intrafílmicos, enquanto compreensão literária da obra, que são feitos através do espaço, do tempo, das ações, da música, da forma narrativa (tanto do que é dito, quanto daquilo que não é dito), da iluminação, dos cenários, das paletas de cores e também do processo extrafílmico que diz respeito ao contexto histórico em que se encontram as diferentes esferas sociais e culturais

em meio ao desenvolvimento das obras, bem como o nexos entre essas duas investigações, esse processo se dá enquanto método desenvolvido por Rafael Quinsani (2010, p. 75) para a análise fílmica e pode ser adaptada para suprir as necessidades da compreensão das séries televisivas.

Entendemos ainda, que as variações metodológicas podem se modificar de acordo com a fonte midiática com que o pesquisador irá trabalhar, até mesmo uma mesma fonte pode ser abordada de diferentes maneiras. Assim alguns cuidados devem ser tomados independentemente do processo de análise, como por exemplo

Ao interrogar um filme, vários filmes, ou parte de um ou mais filmes mediante determinada opção metodológica, deve-se tratar esse objeto de estudo como um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente ao período e à sociedade que o produziu. A análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção (VALIM, 2012, p. 285).

Percebemos que, ao tocante das análises midiáticas, não existem fórmulas previamente programadas e adequada para uma abordagem em relação aos objetos pesquisados, mas é importante que tenhamos em mente o que se determina essencial ao desenvolvimento das investigações que é a necessidade de identificar as narrativas enquanto produtos de seu tempo e que as formas com que essas vão ser trabalhadas irão depender das perguntas que serão feitas pelo pesquisador para esses objetos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entre passado e presente humano, as fontes de pesquisa para a compreensão das práticas sociais são diversas, uma rica gama de aparatos midiáticos nos fornece a oportunidade de estabelecer conexões entre ficção e fatores historicamente construídos, proporcionando uma leitura representacional do contexto social e da cultura estabelecida durante a produção dos materiais de mídia estudados.

É, de fato, interessante aos pesquisadores, em especial aos historiadores, abraçar as novidades em relação a possibilidade de se trabalhar com os mais diferenciados objetos de pesquisa e com uma série de instrumentos metodológicos capazes de opulentar as análises históricas e seus resultados para o entendimento da sociedade em seus mais díspares períodos temporais. Retirar assim, o direito da cultura pop de existir nas ponderações acadêmicas enquanto meio de debate, problematização e até mesmo resistência de uma sociedade que até pouco tempo era excluída por uma restrita e classista parcela cultural se mostra inadequado.

Abraçando as culturas de massa como fontes de pesquisa, faz com que nos voltemos para Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad que nos mostraram que para a historiadora e historiador a história se faz através de inúmeras formas e marcas, compreende que “novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia, etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador”(CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 569), aponta, inclusive, que no “caráter generalizador dos testemunhos, Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores dos *Annales*, conclamaram em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogre da lenda, “a carne humana” – em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios”(CARDOSO; MAUAD, 1997, p.568) sendo assim, todos os vestígios humanos matéria para ser utilizada ao contar o percurso humano.

Nada mais justo, portanto, que reconheçamos e que ponhamos em prática esses ensinamentos. Que possamos nos despir de preconceitos acadêmicos que já não se firmam mais e que nos afastam daquilo que mais desejamos, o entender dos humanos entre o tempo e o espaço, reconstruir narrativas, retratar representações e procurar, de todas as maneiras que nos são possíveis enquanto produtores de conhecimento, entender a fluidez dos indivíduos, as suas permanências, suas continuidades e suas transformações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMIT, Franklin. **A escrita da História: A natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. Tradução de Hecci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BONA, Rafael José; PACHECO DE SOUZA, Marina. A narrativa transmídia na era da convergência: análise das transposições midiáticas de *The Walking Dead*. **Razón y Palabra**, v. 18, n. 82, 2013.

BOSTULIM, Regina. **Wicca**. 2007. Dissertação de Mestrado em Teologia. Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, Religião e Comunicação. Escola Superior de Teologia, Curitiba.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Beatriz Sequeira de. **O processo de legitimação cultural das histórias em quadrinhos**. 2017. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CLÜVER, Claus. Intermedialidade. **Pós**, v. 1 n. 2, p. 8-23, nov. 2011. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/16/16>  
Acessado em 30/01/2019

ECO, Humberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

FLORES DA CUNHA, João. As séries de TV contemporâneas e Ingmar Bergman: um estudo sobre Cenas de um casamento. Alcar 2015. **X Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: 3 a 5 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro2015/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/as-series-de-tv-contemporaneas-e-ingmar-bergman-umestudo-sobre-cenas-de-um-casamento/view>  
Acessado em 07/09/2019.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.  
KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

KRÜGER, Felipe Radünz. **A construção histórica na graphic novel V for Vendetta: aspectos políticos, sociais e culturais na Inglaterra (1982-1988)**. Pelotas: Ed. UFPel, 2017.

MOSELEY, Rachel. Glamorous witchcraft: gender and magic in teen film and television. **Screen**, v. 43, n. 4, p. 403-422, 2002.

ORTIS, Andréa; LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Literatura fantástica na narrativa seriada em TV. Alcar 2017. **XI Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo. 2017.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em Película: uma reflexão sobre a relação cinema-história e a guerra civil espanhola**. 2010. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

RAJEWSKY, Irina. A fronteira em discussão: o status problemático das fronteiras midiáticas no debate contemporâneo sobre intermedialidade. Tradução de Isabella Santos Mundim. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira. **Intermedialidade e estudos interartes: desafios da arte contemporânea 2**. Editora UFMG, 2012, p. 51-73.

REBLIN, Iuri Andréas. A Cultura pop chegou à academia, e agora? In: REBLIN, Iuri Andréas; MACHADO, Renato Ferreira; WESCHENFELDER, Gelson (org). **Vamos falar sobre quadrinhos? Retratos teóricos a partir do Sul**. Leopoldina: Aspas, 2016.

RUSSELL, Jeffrey B.; ALEXANDER, Brooks. **História da Bruxaria**. Tradução de Álvaro Cabral e William Lagos. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2019.

STÜRMER, Adriana; SILVA, Giana Petry Dutra da. Do DVD ao *online streaming*: a origem e o momento atual do Netflix. **GT de História da Mídia Audiovisual e Visual, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2015.

VALIM, Alexandre. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2012.



## **Ensino de História: as relações entre a universidade e a escola**

Profa. Ma. Amanda Nunes Moreira <sup>1</sup>

Profa. Ma. Patrícia Duarte <sup>2</sup>

O Simpósio Temático Ensino de História tem por objetivo discutir as problemáticas acerca dessa questão, inseridas em uma perspectiva histórica. É de suma importância o debate para que haja o fortalecimento do espaço de conversa entre pesquisadores(as) da área que, em diferentes perspectivas de análises e fontes, busquem compreender a história enquanto disciplina escolar, explorando transformações, avanços e estagnações de seu processo. Este simpósio temático buscar reunir trabalhos de pesquisadores(as), professores(as) e estudantes que desenvolvam novos temas, conceitos, fontes, métodos e experiências do Ensino de História com o propósito de ampliar as discussões teórico-metodológicas deste campo de investigação e ação social.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em Orientação Educacional pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora do ensino fundamental, na rede pública e privada, na cidade de Pelotas. E-mail amanda.nunes.moreira@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: patriciadp11@hotmail.com

## EDUCAÇÃO HISTÓRICA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA: NOVAS POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Profa. Ma. Amanda Nunes Moreira<sup>1</sup>

### **A Educação Histórica e a construção da Consciência Histórica**

O objetivo dessa escrita é realizar uma discussão teórica sobre a relação da Educação Histórica e da Consciência Histórica enquanto bases para uma nova perspectiva relacionada ao ensino de história no ambiente escolar. Para a concretização desse debate, utilizou-se como base teórica os estudos do historiador alemão Jörn Rüsen, a historiadora portuguesa Isabel Barca, assim como de historiadores brasileiros, a saber: Luis Fernando Cerri, Maria Auxiliadora Schmidth, Marília Gago, Marlene Cainelli entre outros/as.

Para a compreensão da escolha dessas reflexões é relevante apresentar algumas questões relativas a minha experiência enquanto professora. Em minha trajetória como docente da educação básica pública, há 8 anos, e na rede privada há 5 anos, percebo que o ensino da disciplina de história em nossas escolas está, há algum tempo, afastado das discussões acadêmicas. É perceptível um distanciamento entre a prática escolar, o conhecido “chão da escola”, com as teorias relacionadas ao ensino estudadas no decorrer da formação acadêmica de futuros/as professores/as.

As pesquisas acerca da prática do ensino e/ou didática da história, relacionadas ao ensino fundamental e médio, principalmente da rede pública, desperta pouco interesse das instituições de formação e das pesquisas acadêmicas. As pesquisas voltadas para a discussão entre o ensino e a história, a educação histórica, o ensino de história e a didática da história, ainda são poucas nos espaços acadêmicos.

Podemos relacionar esse afastamento de interesse, através da pouca formação, e espaços de debate, sobre o ensino da história que vivenciamos nos cursos de licenciatura. Por experiência, posso afirmar que muitas vezes a formação teórica nos cursos de história, na formação para a docência, no que condiz a didática da história, se encontra distante da prática do ambiente escolar, da realidade do contexto desse espaço. A comunicação entre a história e a educação ainda se apresenta escassa, para a importância que deveria ter. Por vezes o cenário que é exposto é do distanciamento das discussões a respeito da educação na área da história.

Essa falta de diálogo, entre a história e a base dos conceitos educacionais, são possíveis de serem “vistas” na organização de um ano letivo nas escolas. Uma expressiva preocupação que encontramos no ambiente escolar, é “dar” todo o conteúdo que está programado para cada segmento; concluindo o final do ano letivo com todos os conteúdos “vencidos”. Nesse contexto de “vencer” aquilo que está

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas/UFPeL. Mestre em Ensino de História – Programa de Pós Graduação em História em Rede Nacional – PROFHISTÓRIA, núcleo regional FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Professora da rede pública estadual e privada no município de Pelotas, RS. E-mail: amanda.nunes.moreira@gmail.com

previamente programado, a relação entre o que foi ensinado, e aquilo que realmente foi aprendido, continua no espaço da incerteza, possibilitando algumas reflexões: será que o/a aluno/a aprendeu e/ou apreendeu sobre os conceitos históricos? Será que o/a docente proporcionou um espaço para a construção do conhecimento, bem como um espaço para a compreensão da construção histórica? O/A docente compreende a relevância do estudo e discussão acerca da educação, do ensino e da didática em sua prática?

De modo a auxiliar nas atividades docentes, ao longo do ano letivo as escolas públicas recebem uma planilha de livros didáticos para serem escolhidos, bem como, exemplares de coleções que são oferecidas aos/às docentes pelas editoras, para análise do material. A escolha do material não garante que a coleção selecionada será a mesma que a escola receberá, às vezes recebemos outros materiais que não são aqueles que optamos; sem mencionar o número de livros didáticos que a escola recebe, por vezes, muito abaixo da quantidade de alunos/as que a escola possui

Considero que analisar e discutir a questão da relevância, ou não, dos livros didáticos é algo imensurável, mas que não é a proposta desse trabalho, pois é algo que deve ser avaliado, e analisado, com muito cuidado e propriedade sobre o assunto. Os/As docentes que utilizam o livro didático como condutor de suas práticas de ensino, que ainda são uma significativa porcentagem em nossas escolas, acabam ocultando dos/as alunos/as, e dele/a próprio/a, o exercício e a experiência da reflexão, interpretação e a possibilidade de significar o estudo de história para a vida prática, o que acaba dificultando a construção da consciência histórica de ambas as partes.

Essa realidade pode ser considerada uma marca deixada pelo modelo tradicional de formação acadêmica, na qual a História e a Educação ainda não possuem um adequado diálogo, deixando inúmeras lacunas na formação dos/as educadores/as que hoje encontram-se nas salas de aula, como já foi citado anteriormente. É no ambiente escolar, no cotidiano das aulas, que essa “falta de diálogo” mostrará esse “estranhamento” entre prática e teoria, o que acabará definindo os resultados do processo de aprendizagem.

Trabalhar os acontecimentos históricos na educação básica, sem reconhecer, ou dar-se conta, que o/a aluno/a também é partícipe e construtor dos processos históricos, é negar a possibilidade de outros olhares, análises, interpretações acerca dos fatos históricos. Pensando em um exemplo prático para nossos/as educandos/as, estudar a civilização egípcia sem viabilizar o significado dos processos históricos, relacionando passado, presente e futuro, e o conhecimento prévio dos/as mesmos/as em relação ao conteúdo mencionado, torna-se uma aula sem fundamentação histórica, e como já havia referido, o conteúdo pelo conteúdo, apenas para “vencer” e cumprir planejamento escolar.

Os estudos no campo da Educação Histórica, enquanto área de investigação, proporcionam, tanto para o/a professor/a quanto para o/a aluno/a, uma nova oportunidade de aprendizagem, interpretação e entendimento em relação aos fatos históricos que são trabalhados em sala de aula. A Educação Histórica possibilita ao/à aluno/a sentir-se pertencente e integrante dos movimentos históricos

e construtores de seu próprio conhecimento, um agente histórico. Nesse processo, o/a professor/a possui um significativo papel de “condutor”, ou melhor, “mediador” do sistema de ensino/aprendizagem no ambiente escolar.

O propósito da Educação Histórica, segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2008), é a investigação do processo da construção da consciência histórica dos/as alunos/as no decorrer do desenvolvimento do seu processo de ensino/aprendizagem. Esse é um campo de pesquisa recente no Brasil, sendo perceptível uma considerável resistência da própria academia em relação a esse novo olhar, a novas interpretações em relação as práticas de ensino aprendizagem que até então eram pautadas na transmissão de acontecimentos históricos. Esse “novo” olhar retira o/a professor/a do espaço de detentor do saber, e possibilita ao/à aluno/a ser partícipe dessa construção de saberes. Essa nova visão histórica tem-se desenvolvido com mais afinco principalmente na Alemanha, com o estudioso Jörn Rüsen.

A nova perspectiva de pesquisa, o estudo do pensamento e da consciência história, proporciona outro olhar sobre as “verdades” históricas que sempre estiveram presentes nas narrativas (escritos e orais) de instituições acadêmicas, e em decorrência, também no cotidiano de nossas escolas. Essa nova experiência possibilita que a história, tradicionalmente trabalhada nas escolas e nos livros didáticos, possa se transformar, e assim, oportunizar uma outra perspectiva de aprendizagem, tanto para os/as educadores/as quanto para os/as alunos/as; bem como uma nova maneira de se pensar, compreender e apreender a história.

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen em suas pesquisas, questiona a utilidade que atribuímos para o ensino de história, como esse está sendo realizado em nossas escolas, e principalmente, se está acontecendo. Rüsen (2011) propõe uma relação entre a história como ciência e o ensino de história que ocorre na sala de aula; uma vez que ciência e ensino escolar permaneceram afastados durante muito tempo no ambiente de formação de nossas academias.

A didática da história atribui profunda relevância à construção do sujeito aluno/a, tendo como um dos principais objetivos a formação da consciência histórica dos/as estudantes; interpondo-se diretamente na formação desses sujeitos, ou seja, realiza a ligação entre a ciência e o ensino. Considerando a didática como o ponto inicial da transformação dos sujeitos, é oportuno que os/as professores/as (re)avaliem suas práticas em sala de aula e sejam capazes de perceber o significado que a história possui no movimento e nas mudanças sociais que são oportunizadas para a construção do sujeito aluno/a, e também para a (re)construção do sujeito educador/a.

Para essa transformação, além da didática da história é essencial atentar para o conceito de consciência histórica, correlacionando-o com questões da própria didática, da educação e do contexto social em que cada sujeito pertence. Os historiadores Wiliam Carlos Cipriani Barom e Luis Fernando Cerri, argumentam sobre a didática e a consciência histórica, realizando uma pertinente relação entre ambas, onde

o conceito de consciência histórica acaba por redimensionar a Didática da História, porque pressupõe que todo ser humano conhece história e pratica algum tipo de atribuição de sentido ao tempo, sendo a ciência da história um deles, não o único modo possível ou aceitável. Assim, ensinar história não pode ser transmitir algo da ciência para o vulgo, mas um diálogo entre focos de produção de sentidos. (BAROM; CERRI, 2012b).

Perceber o conceito de consciência histórica como parte da didática e, conseqüentemente, da história, sem um olhar de julgamento, mas de novas possibilidades, é de extrema relevância para a formação crítica e reflexiva de nossos/as alunos/as, e uma nova possibilidade de formação para os/as professores/as.

Cerri articula que a construção da consciência histórica acontece através da “posse do senso histórico”, sendo assim “possível ao indivíduo considerar o passado sem julgá-lo, tendo a nossa vida atual como parâmetro” (2011, p. 26). A reflexão do historiador nos apresenta uma possibilidade do ensino de história que pouco encontra-se presente no cotidiano da escola, desvelando para o/a aluno/a que ele/ela é o sujeito da história. Cerri ainda afirma que “Mobilizar a própria consciência histórica não é uma opção, mas uma necessidade de atribuição de significado a um fluxo sobre o qual não tenho controle: a transformação, através do presente, do que está por vir no que já foi vivido, continuamente” (2011, p. 28).

É significativo ressaltar, a partir dos estudos de Rüsen e Cerri, que consciência histórica não é uma construção igual para todos/as, mas uma interpretação individual, da experiência humana nos meios e no tempo - relacionando passado, presente e futuro. Essa consciência encontra-se em constante transformação, se permitido for, pois todos os sujeitos sofrem frequentes influências do meio social em que vivem. Todos os meios sociais em que vivemos nos influenciam, ou interferem, de alguma maneira na construção da nossa consciência histórica, e esses meios são os mais diversos que possam existir (família, escola, mídia, diversos grupos sociais etc). A escola é um desses meios, sendo utilizada como social e de aprendizagem, que possui extrema relevância nessa construção, um local de (trans)formação, onde o/a professor/a é um/a agente que atua nesse acontecimento.

Para Rüsen, a construção da consciência histórica possui quatro tipos de classificação: tradicional, exemplar, crítica e genética; conforme nos apresenta a tabela:

QUATRO TIPOS DE CONSCIÊNCIA DA HISTÓRIA				
	TRADICIONAL	EXEMPLAR	CRÍTICA	GENÉTICA
Experiência do tempo	Origem e repetição de um modelo cultural e de vida obrigatória	Variedade de casos representativos de regras gerais de conduta ou sistemas de valores	Desvios problematizadores dos modelos culturais e de vida atuais	Transformações dos modelos culturais e de vida alheios em outros propósitos e aceitáveis

Formas de significação histórica	Permanência dos modelos culturais e de vida na mudança temporal	Regras atemporais de vida social. Valores atemporais	Rupturas das totalidades temporais por negação de sua validade	Desenvolvimento nos quais os modelos culturais e de vida mudam para manter sua permanência
Orientação da vida exterior	Afirmção das ordens preestabelecidas por acordo ao redor de um modelo de vida comum e válido para todos	Relação de situações particulares com regularidades que se atêm ao passado e ao futuro	Delimitação do ponto de vista próprio frente às obrigações preestabelecidas	Aceitação de distintos pontos de vista em uma perspectiva abrangente do desenvolvimento comum
Orientação da vida interior	Sistematização dos modelos culturais e de vida por imitação – role-playing	Relação de conceitos próprios a regras e princípios gerais. Legitimação do papel por generalização	Autoconfiança na refutação de obrigações externas – role-playing	Mudança e transformação dos conceitos próprios como condições necessárias para a permanência e a autoconfiança. Equilíbrio de papéis
Relação com os valores morais	A moralidade é um conceito preestabelecido de ordens obrigatórias; a validade moral é inquestionável. Estabilidade por tradição	A moralidade é a generalidade da obrigação dos valores e dos sistemas de valores	Ruptura do poder moral dos valores pela negação de sua validade	Temporalização da moralidade. As possibilidades de um desenvolvimento posterior se convertem em uma condição de moralidade
Relação com o raciocínio moral	A razão subjacente aos valores é um suposto efetivo que permite o consenso sobre questões morais	Argumentação por generalização, referência a regularidade e princípios	Crítica dos valores e da ideologia como estratégia do discurso moral	A mudança temporal se converte em um elemento decisivo para a validade dos valores morais

Tabela 1: Quatro tipos de Consciência da História

Fonte: Rüsen, 2011, p. 63.

A tabela nos aponta os quatro tipos de consciência histórica, bem como os “espaços” em que os mesmos perpassam na formação do sujeito: experiência do tempo, formas de significação histórica, orientação da vida exterior, orientação da vida interior, relação com os valores morais, relação com o raciocínio moral. A presente explicação nos mostra que todos esses “espaços” auxiliam na formação do sujeito – subjetividade e objetividade.

Essa (trans)formação do sujeito no ambiente escolar, ou seja, a construção da consciência histórica, só é possível no momento em que o/a professor/a compreende como a mesma ocorre,

principalmente o significado que possui para o entendimento dos desafios que a história proporciona para a formação de um sujeito crítico-reflexivo; e se apropria desse conhecimento. Como Barom e Cerri afirmam, “o desafio que se apresenta ao ensino de história é o tornar consciente o passado enquanto tal, capaz de efetivamente orientar em direção ao agir futuro” (2012a, p.4).

Para que esse passado torne-se significativo para a vida prática do/a aluno/a, é significativo desconstruir tradições confinadas a (pré)conceitos naturalizados pela sociedade, ou seja, aquilo que até então era entendido como verdadeiro, único e inquestionável. A fim de um melhor entendimento sobre essa questão, é relevante compreender o que Rüsen (2001) orienta enquanto matriz da aprendizagem histórica, relacionando três competências da consciência histórica: experiência, interpretação e orientação.

Rüsen ainda descreve que a consciência histórica é algo “nato” do ser humano,

dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos (RÜSEN, 2001, p.78).

Todos os sujeitos possuem consciência histórica com base em sua experiência no tempo.

As primeiras formações dessa consciência ocorrem no meio em que esses indivíduos vivem, por intermédio da experiência com o outro – fatos marcantes, e com o meio. Com isso, o historiador reitera as competências já citadas – experiência, interpretação, orientação - interpretar as experiências do passado, estando no presente, e assim orientar-se para o futuro.

Em relação a esse debate, a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt disserta que

a aprendizagem de história é um processo de, conscientemente, localizar fatos entre dois pólos, caracterizado como um movimento duplo, ou seja, primeiramente é a aquisição de experiência no decorrer do tempo (formulado de maneira abstrata: é o subjetivismo do objeto); em segundo lugar é a possibilidade do sujeito para analisar (ou seja, o objetivismo do sujeito) (SCHMIDT, 2008, p.82).

Aprender história proporciona ao sujeito desenvolver sua competência em orientar-se, localizar-se no tempo, e assim construir e interpretar os fatos históricos do passado para o entendimento do presente. Como cita Schmidt (2008), é um movimento duplo: subjetivo e objetivo; mas para que os dois momentos ocorram, o sujeito deve se permitir a experiência da aprendizagem e da experimentação.

O objetivo das relações entre a ciência da história e a didática do ensino, é proporcionar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos fatos ocorridos tendo como base a experiência cotidiana. É a capacidade de relacionar o passado e o presente, para ser possível uma projeção para o futuro. A escola é um dos principais espaços para essa construção de conhecimentos, e para auxiliar o/a estudante a sentir-se pertencente a história como um sujeito participante nos/dos acontecimentos.

Conforme Rüsen, a consciência história ocorre ao longo de duas formas de experiências: pelo meio social e pela escola. No social as experiências são acumuladas com o tempo, no decorrer da convivência com a família, pessoas de seu cotidiano e suas experiências vividas, pois

Essas experiências emolduram as tradições, as memórias, os valores, as crenças, as opiniões, os hábitos que se acumulam e nos quais se formam, se forjam os agentes, desde pequeninos – a começar pela linguagem e pelo convívio familiar (RÜSEN, 2011, p. 9).

Analisando essa afirmação, a família e o meio social são compreendidos como a primeira “fase” da construção da consciência histórica de um/a sujeito.

A segunda forma de experiência, ou seja, a escola, contribui para essa formação através do seu meio (contexto e cultura escolar) e da socialização entre os/as discentes. Desta maneira, os/as alunos/as não chegam a escola como uma “folha em branco”, eles possuem uma “bagagem” de experiências, consciências e particularidades que necessitam ser consideradas.

Segundo Rüsen (2001, p. 78) a consciência histórica é algo universalmente humano, portanto, possuímos essa condição. O que difere um sujeito do outro é a sua capacidade de compreensão, de permitir desconstruir e reconstruir novas interpretações e aprendizagens das experiências vividas. Como menciona o historiador Estevão de Rezende Martins (2014), ninguém nasce em um mundo sem história, sendo assim, todos construímos e somos construídos pela história.

Prosseguindo sobre essa concepção de consciência histórica, Schmidt ventila que

a consciência histórica é o local em que o passado é levado a falar e este só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação na vida prática atual, diante das suas experiências no tempo. Trata-se de uma lembrança interpretativa que faz presente o passado, no aqui e agora. (SCHMIDT, 2008, p.85)

Essa citação de Schmidt esclarece, ainda mais, a relação que os sujeitos devem possuir com a experiência do e no tempo. Sem as carências do passado, analisadas no presente, a orientação para a vida prática permanece um tanto quanto comprometida em relação aos significados que essas conexões podem proporcionar.

O desenvolvimento da consciência ocorre através do processo de aprendizagem entre experiência, interpretação e orientação. Esse processo acontece por meio de: interferências externas, dos meios sociais e escolares, e das experiências subjetivas que construímos/escolhemos, para a formação da nossa identidade. Rüsen nos apresenta essa relação da seguinte maneira:

A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática. (RÜSEN, 2007, p. 110).

Este saber histórico deve orientar para a vida prática, fazer sentido e possibilitar significado, e não para a memorização de um fato que será cobrado em uma avaliação.



## Como descreve Schmidt e Cainelle

a história precisa ser conhecida e interpretada, tendo como base as evidências do passado e o desenvolvimento da ciência e de suas técnicas. Neste sentido, a Educação Histórica atribui uma utilidade e um sentido social ao conhecimento histórico, como por exemplo, a formação da consciência histórica (SCHMIDT, CAINELLE, 2012, p.513).

A citação afirma que é necessário que a história seja conhecida e interpretada, e não utilizada como uma simples informação transferida aos/às/ alunos/as. Nesse sentido, a Educação Histórica nos oferece o conhecimento histórico enquanto possibilidade de (trans)formação cognitiva e social, e auxilia na construção da consciência histórica.

O propósito da história, conforme Rüsen (2007), deve ser orientar para a vida prática, fazer com que os/as alunos/as a percebam como uma possibilidade norteadora de suas escolhas, entendimentos e ações. O autor defende que estudar a história do passado, no presente, deve ter um sentido, um significado para tornar-se uma experiência, uma “aquisição” do conhecimento.

Quando essa consciência histórica acontece podemos percebê-la através das narrativas realizadas pelos/as estudantes. Sobre narrativas, Schmidt aborda que

A narrativa, portanto, não é um fim por si só, mas a sua finalidade é contribuir para gerar compreensão sobre o passado, ativando o pensamento de quem aprende. Desta forma, ela precisa ser explorada em aulas de História, pois narrar significa contar e recontar histórias (SCHMIDT, 2008, p.87)

Ou seja, narrar é produzir sentido para o conhecimento adquirido, é demonstrar o entendimento do processo através da explicação. Através das narrativas estamos exercitando, e explorando, as conexões entre os conhecimentos prévios e os conhecimentos adquiridos, tendo como base o tempo.

A narrativa pode ser entendida como a “materialidade” da consciência histórica, através da qual o sujeito expressa o seu entendimento, ou não, do processo de ensino/aprendizagem. Sobre a relação entre narrativa e sala de aula, a historiadora Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd relata que

narrar histórias em aulas de História é uma forma de relatar o passado e, consequentemente, interpretar este passado e, por isso, as narrativas são um componente significativo do pensamento histórico e uma ferramenta central no ensino e na aprendizagem em história, podendo ser considerada como fundamental nessas aulas (GEVAERD, 2009, p.143).

O uso da narrativa nas aulas de história, colocada por Gevaerd, auxilia o/a aluno/a a demonstrar se o processo de aprendizagem ocorreu, bem como o/a professor/ra a perceber se a didática aplicada em sala de aula está de acordo com as necessidades, e carências, demonstradas pela turma.

O exercício de narrar algo nos permite demonstrar, expressar, o conhecimento apreendido sobre determinado fato. A história é estudada, e torna-se referência para seus sujeitos sociais a partir dessas narrativas, por tanto, como disserta a historiadora Marília Gago “O passado humano é expresso em

História, de forma narrativa. Por isto, é relevante que na aula de História se dê atenção aos usos da narrativa” (GAGO, 2009, p. 178). O uso de narrativas em aulas de história não é uma atividade muito comum, ainda são poucos/as docentes que utilizam o exercício do narrar, pelos/as discentes, como uma maneira de perceber se ocorreu aprendizagem, tal como de avaliar a sua ação enquanto formador de sujeitos.

Nesse sentido, abordar novas possibilidades para nossos/as alunos/as, orientando-os/as para outros “olhares” e “caminhos”, deve fazer parte da prática dos/as professores/as. Desse modo, o presente trabalho propõem integrar-se nessa “caminhada” de transformação, demonstrando a relevância do estudo/análise da (re)construção da consciência histórica dos/as educandos/as, e também dos/as educadores.

Alicerçado em conceitos da ciência da História, a disciplina de história que se construiu no ambiente escolar como um ensino conteudista, cronológico, estático e maçante, passa a ter uma nova (re)leitura. O questionamento mais frequente que um/a docente de história escuta no cotidiano da sala de aula é: “Estudar essa história vai ajudar o quê na minha vida? Isso já aconteceu há tanto tempo, não interessa mais para a nossa vida hoje”. Esses questionamentos deixam claro que, nesse contexto, estudar o passado não faz nenhum sentido para a experiência de vida desses/as alunos/as, tão pouco do/a professor/ra.

Atribuir sentido e significado para o estudo histórico, principalmente na educação básica e fundamental, é de grande relevância para a construção dos/as nossos/as alunos/as enquanto sujeitos. Para esse significado, atingir os/as discentes, é indispensável que o/a docente tenha consciência do sentido que os fatos históricos representam, para que assim seja possível proporcionar significado as experiências sociais do presente, e deste modo a construção da consciência histórica dos/as alunos/as.

Para compreender a relevância que a consciência histórica possui na formação do sujeito, é necessário perceber como a mesma acontece a partir dos princípios da ciência da história. Para Rüsen todos os sujeitos são possuidores de consciência histórica, alguns permitem o desenvolvimento da mesma e outros não; logo “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens” (RÜSEN, 2010, p. 78).

Rüsen descreve, de maneira muito clara, o processo pela qual essa construção acontece, ou seja, ela inicia pela “carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações do tempo” (RÜSEN, 2010, p. 30). Essa carência auxilia na constituição dos fundamentos da ciência da história. Esse interesse que os sujeitos possuem de “orientar-se no tempo, de assenhoriar-se do passado” (RÜSEN, 2010, p. 30), através do conhecimento no presente, é o ponto de partida do pensamento histórico. A partir dessas carências o passado aparecerá, e terá significado, enquanto história para os sujeitos, ou seja, ensinar história depende da percepção de quais carências de orientação os alunos/as necessitam.

A consciência histórica, como disserta Rüsen (2010, p.58) é a relação do sujeito com o seu tempo – experiência e intenção; relação entre experiência do tempo e intenção no tempo que ocorrem no processo da vida humana. No percurso desse desenvolvimento, a lembrança “é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa” (RÜSEN, 2010, p. 63). É essa narrativa que torna o passado presente, sendo que esse passado só se torna presente quando interpretado, narrado.

Rüsen e os demais estudiosos da Educação Histórica – Luís Fernando Cerri, Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão Martins, Marlene Cainelli, Marília Gago, entre outros - evidenciam a relevância desse estudo no cotidiano de nossas escolas, ao auxiliar no processo de desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos/as alunos/as em relação ao significado que os fatos históricos possuem em nosso cotidiano.

Para que essa (trans)formação aconteça, é substancial reavaliar, reorganizar, (des)construir uma formação, ainda tradicional, dos/as docentes pelas instituições acadêmicas. Cerri (1999) disserta, com muita propriedade, sobre essa questão quando coloca que

é necessário que nos detenhamos no papel reflexivo que deve ter a discussão sobre a prática de ensino: o que é ensinado, o que poderia e deveria ser ensinado? O resultado desse ver e desse avaliar constitui o papel normativo da prática de ensino, ou seja, o estabelecimento do que, perante o real e o ideal, efetivamente deve ser ensinado para que possamos alcançar a melhor relação possível entre a prática que forma a consciência histórica e os princípios para a ação na história que beneficiem a maioria da sociedade brasileira. (CERRI, 1999, p. 141, grifos do artigo).

Essa reflexão nos desafia a questionar de que maneira esse ensino está, ou não, acontecendo nas escolas, a partir do entendimento de cada professor/a de história sobre o desenvolvimento da consciência histórica em cada aluno/a.

Intervir nesse processo, despertando em nossos/as educandos/as os significados dos fatos históricos estudados, constituindo assim um pensamento, uma consciência sobre os mesmos, é de grande relevância para a formação de um cidadão mais crítico-reflexivo, construtor do seu próprio saber e de significar o passado no presente. Assim, possibilitar essa relação, entre passado e presente, pensando em uma projeção para o futuro, é essencial para a formação dos sujeitos sociais.

Como articula Cerri, o ensino de história possui como objetivo recompor o passado, formando assim

a consciência histórica de uma sociedade, determina-se a identidade comum, constitui-se o povo, sua maneira de encarar a si próprio e aos outros. Portanto, em última instância, a ação das pessoas no processo histórico, prática por excelência, é fortemente influenciada pela prática de ensino de história (CERRI, 1999, p. 140).

O espaço para essa (trans)formação, desconstrução e reconstrução é o contexto escolar. É por intermédio dele que o ensino de história, a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento da consciência histórica podem de fato existir.

### Considerações finais

Discutir ensino de história, didática da história, ensino, história e consciência história, são de imensa relevância no contexto escolar atual. É necessário “retirar” essas discussões das academias, e proporcionar aos/às professores/as de ensino básica, fundamental e médio, de escolas públicas e particulares, a possibilidade de contato e compreensão acerca desses “novos” olhares direcionados para o ensino, em uma perspectiva geral, e para o ensino de história.

A apropriação de novas discussões auxilia os/as docentes, em sua prática, no processo de ensino/aprendizagem, sendo significativo (re)pensar, (re)avaliar a sua atuação na formação de sujeitos constituídos de noções críticas e reflexivas. Ensinar história a partir de outros caminhos, outros “olhares”, requer resignificar, ou até mesmo, alterar o sentido e a maneira da prática, da didática em relação ao ensino proposto em sala de aula.

Como já fora citado, é necessário pensar que esses conteúdos programáticos fazem parte de currículos e livros didáticos, que são escolhidos e definidos por alguns espaços/organizações que possuem considerável poder em relação a seleção dos mesmos. Assim, definir o que a disciplina de história “deve” ensinar, principalmente em escolas públicas, onde em algumas realidades os manuais didáticos são as únicas ferramenatas de pesquisa, faz parte de um processo de escolha, seleção e significativo poder. Como argumenta Cainelli, “o que se ensina na disciplina de história caracteriza-se antes de tudo por disputas em torno da memória e constituição da nação e de seus sujeitos” (CAINELLI, 2012, p. 165).

Analisando essa discussão, os estudos referentes à educação histórica nos auxiliam a perceber o processo de escolha dos conteúdos com outro “olhar”, perspectivando outros caminhos e intenções. A educação histórica propõe o estudo de diversas fontes para que o conhecimento seja realizado e, conseqüentemente, a formação do pensamento e da consciência histórica possam, de fato, serem construídos nos/as educadores/as e nos/as alunos/as. Nesse “novo” caminho, o/a educando/a deve estar no “centro” da organização didática do/a docente.

A partir das análises do contexto nos espaços escolares, é significativo que os estudos de Rüsen possam ser compreendidos e colocados em prática. No que se refere a essa reflexão, Rüsen, afirma a relevância da História na formação dos indivíduos quando nos coloca que

História é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao futuro são unificadas na orientação do tempo presente (2010, p. 74).

Essa orientação do tempo presente, faz parte do que o estudioso chama de construção da consciência histórica dos sujeitos.

Consciência histórica para Rüsen, é a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (2010, p. 57). Essa consciência é algo universalmente humano, portanto, todos possuíamos essa condição, e como já foi citado, o que difere um sujeito do outro é a sua capacidade de compreensão e a sua própria permissão de manter o que possui, ou se permitir desconstruir e reconstruir novas interpretações e aprendizagens (RÜSEN, 2001).

Como referenciado na escrita, a educação histórica e a consciência histórica devem estar presentes no cotidiano do ambiente escolar, proporcionando para professores/as e alunas uma nova perspectiva acerca dos processos históricos. Esse “novo” olhar, é uma significativa possibilidade de (trans)formação dos sujeitos históricos, e aqui incluem docentes e discentes.

A (des)construção de antigos paradigmas educacionais pode ser a alternativa para a redução do distanciamento entre as discussões de ensino e história, bem como do diálogo, de um maior contato entre a academia e os espaços escolares. Assim, poderá ser possível compreender que o/a aluno/a é um sujeito participante do processo histórico, ou seja, um agente histórico

O debate e a compreensão dessas reflexões são indispensáveis para a formação do/a educador/a, para que seja possível um novo caminho, e novas práticas, para a formação de nossos/as alunos/as em relação aos conhecimentos históricos. É relevante, e poderia ser considerado como urgente, que nossos/as educadores/as percebessem esse “novo” caminho para a formação dos/as alunos/as enquanto sujeitos críticos e reflexivos. A “tradicional” aula de história, onde apenas o/a docente expõe o conteúdo e os/as discentes escutam, sem sentirem-se pertencentes ao processo histórico, não deveria mais fazer parte dos ambientes escolares. Refletir sobre essas novas possibilidades de aprendizagem possibilitam fazer com que nossos/as estudantes construam consciências históricas, que participem do seu próprio processo de ensino/aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projeto à avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

\_\_\_\_\_. **Educação Histórica: uma nova área de investigação**. Revista da Faculdade de Letras – História. Porto, III Série, vol. 2, 2001, p. 013-021.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luis Fernando. **O ensino da história a partir da teoria de Jörn Rüsen**. Maringá, PR. 2012a. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2011/pdf/1/006.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/006.pdf) - Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. A teoria da história de Jörn Rüsen entre a modernidade e a pós-modernidade: uma contribuição a didática da história. Educação e Realidade, v. 37, n. 3, Porto Alegre, set./dez.

2012b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362012000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000300015) - Acesso em: 20 nov. 2019.

CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de história no ensino fundamental. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 26, n. 51, p. 163-184, jan./jun. 2012.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Desafios teóricos e epistemológicos na pesquisa em educação histórica. **Revista Antítese**. v. 5, n. 10, p. 509-518, jul./dez. 2012.

CERRI, Luis Fernando. Os objetivos do Ensino de História. **História Ensino**, Londrina, v. 5, p. 137-146, out. 1999.

\_\_\_\_\_. **Ensino de história e consciência histórica – implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GAGO, Marília. “Uso(s)” e “utilidade(s)” da narrativa histórica na aula: Um olhar de professores acerca da aprendizagem dos estudantes. In: Aprender história: perspectivas da educação histórica. Org.: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 176-196. 2009.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. Narrar: uma maneira de aprender História na sala de aula. In: Org.: Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca. **Aprender história: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 139-174. 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da História**: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001

\_\_\_\_\_. **História Viva**. Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razão histórica**: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Orgs. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Perspectivas da Consciência Histórica e da Aprendizagem em Narrativas de Jovens Brasileiros. **Revista Tempos Históricos**. V.12, jan-jun, p. 81-96. 2008.

\_\_\_\_\_. **A construção do código disciplinar da história: professores produzindo manuais de didática e metodologia no ensino do Brasil (1960-1970)**. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/123.pdf>. Acessado em: 16 mar. 2016.

## IMAGENS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Profa. Patrícia Duarte Pinto<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende observar quais as imagens atribuídas ao conteúdo Escravidão e Abolição no Brasil foram encontradas em três livros didáticos de História publicados entre os anos 1889 e 1930. Procura-se também analisar se as obras apresentam ou não imagens acerca do negro escravizado, levando-se em conta que tal presença se relaciona com a mudança historiográfica ocorrida no âmbito da História da Escravidão e também com as questões políticas que envolveram, ao longo do tempo, a percepção da identidade negra do país.

O recorte temporal da pesquisa (1889-1930) se justifica pelo menos, por três razões: a primeira está relacionada a História do Ensino de História e aos estudos que tratam da construção da História como disciplina escolar. Conforme Schmidt até 1931 ocorreu a construção do código disciplinar da História no Brasil, que tem como marco a inserção do conteúdo de História no currículo do Colégio Dom Pedro II<sup>2</sup>, assim como a construção da História como disciplina escolar. A segunda questão corresponde a um período específico da História política do Brasil denominada República Velha, o qual teve início com a proclamação da República em 1889 e término em 1930 com o golpe de Estado de Getúlio Vargas. A terceira questão está relacionada com o período pós-abolicionista, que compreende o momento após a promulgação da Lei Áurea em 15 de maio de 1888, quando os escravizados foram libertos em termos da Lei.

Ao realizar o levantamento das fontes encontrou-se até o momento 34 livros didáticos publicados entre o período 1889-1930 que estão disponíveis para a pesquisa nos seguintes acervos: Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFPEL)<sup>3</sup>; Centro de Documentação de História da Educação da Faculdade de Educação (CEDOC/UFPEL); e o Centro de Memória e pesquisa Hisales<sup>4</sup> (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares). Assim como, o Laboratório de ensino e material

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, UFPel. E-mail: patriciadp11@hotmail.com

<sup>2</sup> O Colégio Dom Pedro II, antigo Colégio dos Órfãos de São Pedro, foi criado em 1837 por decreto do regente Pedro de Araújo Lima. (SCHMIDT, 2009, p.12)

<sup>3</sup> Site: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/>

<sup>4</sup> Site: <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

didático da USP (LEMAD), que disponibiliza livros didáticos de história digitalizados em seu site institucional<sup>5</sup>.

Ao analisar a iconografia disposta nas obras nota-se que apenas dez dessas obras apresentam alguma imagem referente aos conteúdos Escravidão e Abolição no Brasil. A seleção das obras fora realizada levando-se em conta a discussão proposta acerca da Escravidão e Abolição, a partir disto foram escolhidas apenas três destas obras para serem aqui discutidas: *História do Brasil* (1918) de Rocha Pombo, *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Frankenberg *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral.

### **LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: IMAGEM E REPRESENTAÇÃO**

Em geral no Brasil sempre houve uma atenção especial em relação a produção, circulação e uso dos livros didáticos por parte do Estado. Em um país em que até a segunda metade do século XX havia uma proporção maior de analfabetos em relação aos alfabetizados, e os índices de formação eram significativamente baixos, o livro didático consolidou-se como principal fonte de informação utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros.

Conforme Batista e Galvão (2009),

[...] o manual escolar desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura, das culturas do escrito brasileiras, do campo de nossa produção editorial e na criação dos próprios modos de organização das relações pedagógicas. Estudá-lo significa não apenas estar atento a seu papel na inculcação de uma cultura escolar e de um conjunto de valores, mas também ao papel que exerce nesse complexo quadro mais geral (p.19).

Assim, os livros didáticos parecem vir sendo, para parte significativa da população brasileira, o principal meio em torno do qual a sua escolarização e acesso à cultura escrita são organizados e constituídos (BATISTA e GALVÃO, 2009). Ou seja, se grande parcela da população brasileira teve acesso a cultura escrita apenas por meio de obras didáticas, esses foram as principais fontes de informação para essa sociedade.

Uma característica singular do livro didático que difere da produção cultural dos demais livros é que ele está vinculado ao Estado e aos seus interesses no que diz respeito a educação. Arelado a organização educacional que nasceu com o Império, os primeiros manuais escolares foram produzidos, não sem a interferência do Estado. Desde então, "o livro didático constitui-

---

<sup>5</sup>Site: <http://lemad.fflch.usp.br/>



se em instrumento privilegiado de controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares" (BITTENCOURT, 1993, p. 17-18).

Segundo Bittencourt (2015), o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas”, possuindo uma natureza complexa que tem despertado o interesse de diversos pesquisadores. Desta maneira, esse objeto levanta diversas questões que provocam encontros e debates acerca da cultura escolar e da História da Educação.

O livro didático também se constitui enquanto uma mercadoria, um produto que pertence à indústria editorial e segue as diretrizes das técnicas de fabricação e comercialização de acordo com as exigências do mercado. Como uma mercadoria, o livro didático acaba sofrendo variadas interferências em seu processo de fabricação e comercialização. Isso de certa forma atinge diretamente o uso das imagens, pois passam pelo seu custo e pela qualidade delas nas obras.

Em sua estrutura interferem vários agentes, começando pela figura do editor e dos ilustradores. Como objeto da indústria cultural o livro didático estabelece uma maneira de leitura organizada por diferentes profissionais e não exatamente pelo autor da obra. “façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (CHARTIER, 1990, p.126).

Ainda, conforme, Bittencourt (2009), o livro didático também é um “depositário dos conteúdos escolares”, base e estrutura privilegiados dos conteúdos dispostos pelas propostas curriculares; é por este meio que são passados os saberes e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinado tempo. No processo de explicitação curricular, realiza uma transposição dos conhecimentos acadêmicos, desenvolvido por meio de pesquisas, para o conhecimento escolar. Nesse procedimento, são criados padrões linguísticos e formas específicas de comunicação ao elaborar textos com fácil vocabulário, divididos entre capítulos, utilizando-se também de resumos e imagens.

E por fim, o livro didático, segundo Bittencourt (2009), é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas têm demonstrado como textos e ilustrações de obras didáticas apresentam estereótipos e valores de grupos dominantes, universalizando temas como família, etnia, de acordo com os princípios da sociedade branca e elitizada (Bittencourt, 2009). As investigações (SILVA, GRUPIONI) que buscam analisar como os indígenas e a população negra, tem sido representados nos diversos livros didáticos são exemplos destas pesquisas. Nesse sentido, o livro didático ultrapassa a

questão pedagógica, apresentando "implicações políticas, econômicas, ideológicas e teóricas" (CAIMI, 1999, p.28). Como alerta Caimi:

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há, pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade, não há como se desvencilhar totalmente desses condicionamentos (Idem, p.43).

Deste modo, entende-se o livro didático como um produto de grupos sociais que, intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir, suas identidades culturais e tradições. Choppin evidencia tal aspecto:

Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas. (CHOPPIN, 1992)

Outro aspecto a ser considerado, é que embora o livro didático possa estar em outros lugares de formação, é um objeto característico da escola, pois a sua existência e permanência só se justifica pela e na escola. O entendimento de que a escola carece de livros específicos se dá desde Comenius, que no século XVII, em *Didáctica Magna* (1985), afirma que a escola deveria ter um livro concebido especialmente para ela, para assim, "manter longe da juventude todas as ocasiões de corrupção, como são as más companhias, as conversas grosseiras, as leituras frívolas e fúteis" (cap. XIV, § 17 apud MUNAKATA, 2016, p.122).

Munakata, a partir dos estudos que vem realizando, aponta o livro didático como indício da cultura escolar, dispondo da possibilidade de se remeter a esta cultura utilizando o livro didático como fonte de investigação. De acordo com o autor, o conceito de cultura escolar refere-se não apenas a normas e regras, representações e símbolos, além dos conhecimentos dispostos, mas principalmente, às práticas, apropriações, atribuições de novos significados, resistências, o que produz configurações múltiplas e variadas, que só ocorrem geralmente na escola. Segundo Munakata (2016), "o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou o que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização". Assim, os livros didáticos constituem-se enquanto um importante veículo de consolidação, seguimento das disciplinas escolares, de mudanças e de divulgação universal do conhecimento.

Os livros didáticos também se constitui como produto de uma determinada época, contemplando diferentes interesses; particularidades essas que fazem dele um objeto privilegiado para compreender as mentalidades de um período histórico. Segundo Choppin, os livros didáticos participam do universo cultural e, portanto, se constituem como um testemunho

escrito, ou seja, "representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências" (2002, p.13).

De acordo com Circe Bittencourt (2013), os livros didáticos de História, já em meados do século XIX, "possuíam litogravuras de cenas históricas intercaladas aos textos escritos, além de mapas históricos" (p.69). A autora cita a contribuição de Jonathas Serrano ao ensino de história ao apontar filmes e imagens como um método pedagógico eficiente. Os alunos poderiam aprender História "pelos olhos e não enfadonhamente só pelos ouvidos, em massudas, monótonas e indigestas preleções" (SERRANO, p. 11 apud BITTENCOURT, 2013). Atualmente livros didáticos são repletos de ilustrações que acabam por disputar espaço com o texto escrito e há um acervo iconográfico rico e de fácil acesso, porém nem sempre foi assim.

A partir do levantamento das fontes realizado em quatro acervos: Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFPEL); Centro de Documentação de História da Educação da Faculdade de Educação (CEDOC/UFPEL); Centro de Memória e pesquisa Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares) e Laboratório de ensino e material didático da USP (LEMAD), constatou-se um número reduzido de ilustrações na produção didática anterior ao ano de 1930. Tal fato justificava-se principalmente aos empecilhos encontrados para a sua edição. A impressão dos livros didáticos possuía um alto valor financeiro e era realizada por editoras francesas, as imagens utilizadas vinham dos acervos europeus que correspondiam à demanda dos livros de História Geral, mas não possuíam muitas obras referentes à História do Brasil. Em vista disso, houve necessidade de se criar um acervo iconográfico brasileiro que contribuísse para a construção da identidade nacional e de sentimentos patrióticos (BITTENCOURT, 2004, p.69-70).

Os livros didáticos são objetos de estudo da História Cultural e constituem um dos meios principais de circulação de representações. Ao ler as narrativas didáticas, observa-se que, como sugere Chartier, as representações apresentam as "matrizes de discurso e de práticas diferenciadas que tem como objetivo a construção do mundo social" (1990, p.18), na constituição das identidades, em especial a dos indivíduos negros, no período escravocrata brasileiro e pós-abolição. Segundo o historiador, as representações podem ser construções determinadas e podem produzir maneiras diferenciadas de interpretação.

Ainda de acordo com o autor:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade

à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (1990, p. 17).

“A imagem não é a própria realidade, mas torna-se emblemática, um ícone, a partir do instante em que é escolhida para uma representação” (ANDRADE, 1990, p.2). Neste sentido, procura-se olhar as imagens e observar quais os seus possíveis significados, além de perceber a disputa das representações nos manuais didáticos, que é fundamental nesta investigação.

De acordo com Pastore (2015):

A influência que as representações contidas nos materiais didáticos exercem na mentalidade coletiva brasileira é significativa. Levando-se em conta que se trata de um país cuja população leitora é notoriamente baixa, o contato com a leitura no decorrer da vida de muitos se dá quase exclusivamente por meio dos manuais escolares (p. 111)

“A imagem é um registro histórico que vem sobrevivendo ao que representa” (RAHDE, M. B.F. p.19). Portanto, é significativa essa análise sobre as imagens e representações a respeito do conteúdo escravidão e abolição em livros didáticos de História para compreendermos quais foram as influências sobre o imaginário brasileiro no início do século XX sobre essa temática.

## **IMAGENS NOS LIVROS DIDÁTICOS: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO**

A primeira obra didática a ser analisada é *História do Brasil* (1918) do autor Rocha Pombo, produzida em São Paulo e publicada pela editora Weiszflog Irmãos, destinado ao ensino secundário. A obra caracteriza-se por conter mapas históricos e gravuras explicativas, o que para a época não era tão comum encontrar nas obras, pelo alto custo das impressões didáticas.

O livro didático é composto de 89 capítulos, são 317 páginas, com 205 gravuras, incluindo personagens ligados à vida político-administrativo do Brasil. O capítulo que aborda o conteúdo de escravidão é “Protesto da raça negra. Palmares”. Em relação aos escravizados negros o autor não traz nenhuma ilustração referente ao assunto, apenas o bandeirante Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu, um quadro de BENEDITO Calixto (Figura 1).

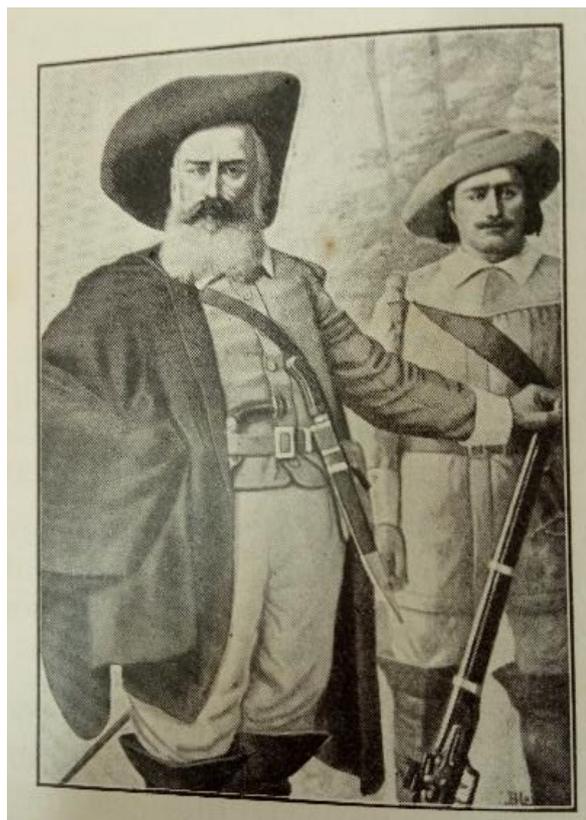


Figura 1: Domingos Jorge Velho e seu ajudante de campo Antonio Fernandes de Abreu. Quadro de B. Calixto. Fonte: POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.317p., il. p&b.

O pintor, professor, historiador e ensaísta Benedito Calixto, no começo do século XX, realizou diversos painéis de temas religiosos para igrejas na capital e interior do estado de São Paulo. Dedicou-se também a estudos históricos da região e à preservação de seu patrimônio, e publicou, entre outros, os livros *A Vila de Itanhaém* (1895), e *Capitanias Paulistas* (1924). Calixto dispunha de amplo conhecimento sobre o litoral paulista, atuou ainda como cartógrafo, realizando ensaios de mapas de Santos, e como historiador, escrevendo sobre as capitanias paulistas. Foi considerado um dos mais importantes pintores brasileiros do início do século XIX. Durante toda a sua carreira, Benedito Calixto produziu paisagens urbanas, rurais e marinhas, retratos e especialmente obras religiosas.

No capítulo “Protestos da raça negra” não há nenhuma ilustração de negros escravizados ou até mesmo referentes a algum aspecto de sua cultura. A ilustração de Domingos Jorge Velho, abaixo do texto, enaltece-o como um herói. No texto o autor fala sobre as numerosas expedições que se voltaram a combater e destruir os quilombos e como fora difícil esses atos devido aos negros impedirem os ataques. No entanto, Pombo ao final da sua narrativa nomeia como um grande herói aquele que finalmente destruiu o Quilombo dos Palmares, que segundo ele fora o bandeirante Domingos Jorge Velho. Nota-se também que em meio a tantas ilustrações

selecionadas para compor a obra didática, não há nenhuma sobre o negro. Em grande maioria são figuras políticas importantes para a História do Brasil e, sobretudo, brancas.

O segundo livro a ser analisado iconograficamente é *História do Brasil por perguntas e respostas* (1925) de João Von Franckenberg, sua primeira edição é do ano de 1916. A obra foi publicada em Porto Alegre pela Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia. Como o título já se refere, a obra diferencia-se das demais na estrutura do texto, pois ao abordar os conteúdos organiza-os com perguntas e respostas.

Ao abordar o tema abolicionismo, o autor faz os seguintes questionamentos: Porque foi que se conservou a escravidão tanto tempo? Que acontecimento contribuiu pra apressar o movimento abolicionista? Quais foram as leis promulgadas relativas à escravatura? Quando se deu o último golpe à odiosa instituição?

No texto, Frankenberg diz que a Guerra do Paraguai teria contribuído para apressar o movimento em prol da abolição dos escravizados pois segundo o autor a relação que tiveram os brasileiros com as Republicas espanholas, onde não existiam escravizados fez com que se pensasse no fim do regime escravista. Com o fim da guerra o Imperador Dom Pedro II teria concordado com o ministério presidido pelo Visconde de Rio Branco para preparar o Brasil para a Abolição. No entanto, sabemos que a Lei do Ventre Livre, também conhecida como "Lei Rio Branco" foi uma resposta aos movimentos abolicionistas que já aconteciam no Império e que estava tornando-se incontroláveis pelo Imperador, não havia por parte do Imperador uma tentativa de controlar o movimento abolicionista. A Lei do Ventre Livre (28/09/1871) considerava livre todos os filhos de mulher escravizadas nascidos a partir da data da lei, porém o escravizado ficava sob a responsabilidade de seu senhor até os 21 anos.

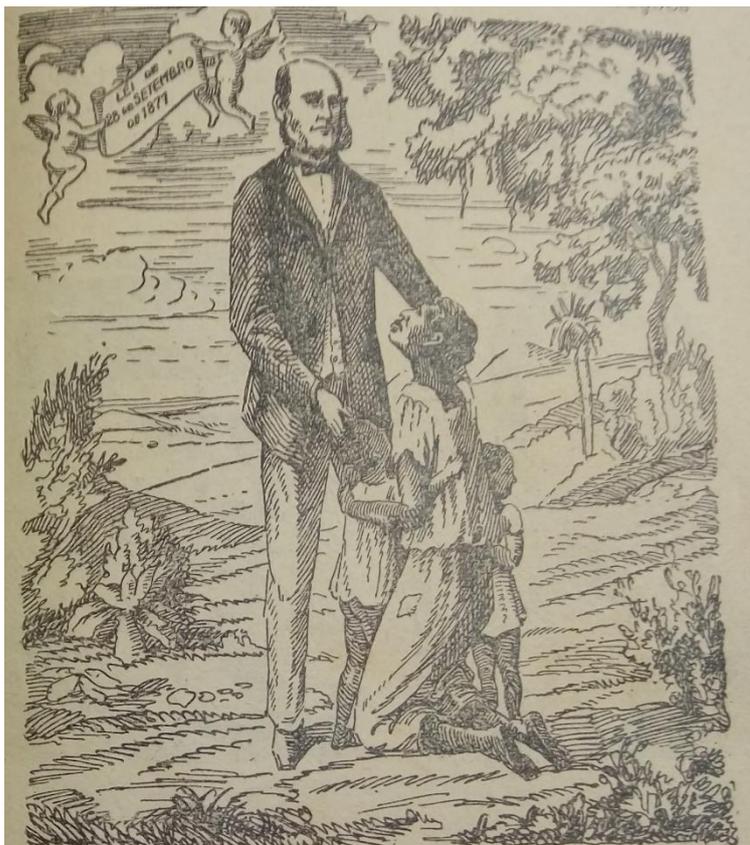


Figura 2: O Visconde de Rio Branco

Fonte: FRANKENBERG, João V. **História do Brasil por perguntas e respostas**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia, 1925.170p., il.p&b.

Na Figura 2, no canto superior esquerdo anjos seguram em um rolo de papel a Lei do Ventre Livre, ressaltando-a. Observa-se também no centro, em primeiro plano, um homem que representaria o Visconde de Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) e um negro ajoelhado à sua frente com duas crianças abraçadas ao seu redor. A ilustração tem como objetivo demonstrar uma certa gratidão, adoração dos escravizados ao Visconde do Rio Branco por ter levado a aprovação da Lei que libertava as crianças escravizadas.

No entanto, na imagem há uma exaltação ao homem branco (Visconde de Rio Branco), bondoso e generoso que teria promulgado a libertação das crianças escravizadas. Isso explicaria o Visconde de Rio Branco em primeiro plano, a lei em um rolo de papel no canto superior esquerdo e os anjos ao seu redor. O negro escravizado é representado na imagem, porém não aparece erguido como o homem branco e sim prostrado.

Em seguida Frankenberg elenca no texto as leis decretadas em relação à escravatura e são colocadas lado a lado as ilustrações de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. Esses estiverem engajados na propaganda abolicionista.



Figura 3: José do Patrocínio e Joaquim Nabuco

Fonte: FRANKENBERG, João V. **História do Brasil por perguntas e respostas**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia, 1925.170p., il.p&b.

Embora as imagens sejam em preto e branco e não possa diferenciar-se a cor ou etnia de José do Patrocínio e de Joaquim Nabuco, é importante pensarmos que neste momento um negro, José do Patrocínio, é ali representado como um dos principais colaboradores para que a Abolição de fato acontecesse. Isso poderia ser problematizado no texto, mas como a obra apresenta textos resumidos com o pressuposto de memorização, aspectos importantes como esse não foram abordados.

A terceira obra *Pequena História do Brasil* (1930) de Mario Veiga Cabral foi editada por Jacintho Ribeiro dos Santos em sua sétima edição no Rio de Janeiro e era destinada ao uso das escolas primárias. O autor fazia parte da Escola Normal. No capítulo XII "Guerra dos Palmares" o autor aborda aspectos históricos sobre a escravidão no Brasil de modo geral e salienta o Quilombo dos Palmares apresentando várias informações importantes, porém não há imagem.

No capítulo XXX "Libertação dos Escravos" é mencionado o processo lento e gradual da libertação dos escravizados no Brasil. O autor salienta as pressões da Inglaterra pela abolição dos escravizados e também as pressões internas que ocorriam no Império. Cabral cita as leis promulgadas durante o Império em favor da libertação dos negros e também destaca pessoas do âmbito da política, além da Princesa Isabel, que teriam contribuído para o fim do sistema escravocrata. Entre eles estão: José do Patrocínio, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, José Nabuco de Araujo, Benjamin Constant, entre outros.



O capítulo possui uma única ilustração que corresponde a uma fotografia da Princesa Isabel:



Figura 4: Princesa D. Isabel

Fonte: CABRAL, Mario da Veiga. **Pequena História do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1930.il.p&b.

Ao analisarmos a imagem que está na página 151 e ao lermos o texto que está posto ao lado, não conseguimos entender o porquê desta imagem. Mas ao prosseguirmos na leitura, encontramos na página 153 o seguinte excerto:

As três horas da tarde era o projeto convertido em lei com a assinatura da Princesa Regente D. Izabel, que foi nesse dia cognominada a Redentora.

"A lei foi firmada por Sua Alteza, com uma pena de ouro, adquirida por subscrição popular e mereceu desde logo a designação de lei Aurea. Ao terminar o ato, José do Patrocínio, o grande tribuno da abolição, exclamou: "Meu Deus! Já não há mais escravos em minha terra", e, alucinado, chorando, ajoelhando-se aos pés da Princesa, proferiu arrebatador discurso que arrancou, entre lágrimas, veementes aplausos da imensa multidão circunstante." (citação de Conde de Affonso Celso, p. 153)

Cabral ao colocar em seu texto uma citação de Conde Affonso Celso, que descreve a reação de José do Patrocínio ao presenciar o ato da assinatura da Lei Áurea, pretende afirmar que a Princesa Isabel fora muito importante para o fim da escravidão ou até mesmo a principal responsável por tal fato. Na exclamação de José do Patrocínio nos parece que há uma imensa gratidão à Princesa Isabel.

Não sabemos se o autor propositalmente escolheu a ilustração da Princesa Isabel para ser adicionada ao texto escrito ou se esta foi escolhida pelo ilustrador. Mas a ilustração representa o poder da Princesa Isabel em um fato importante para história brasileira que é o fim do regime servil. Assim como persiste a representação da Princesa como "Redentora" na Primeira República.

Segundo Robert Daibert Junior (2001), após a abolição da escravidão, a imagem da Princesa Isabel como "Redentora" dos escravizados permaneceu como representação oficial do fim do regime escravista, assim como o dia 13 de maio tornou-se um importante dia a ser lembrado. Desta maneira, ao consolidar a imagem da Princesa Isabel enquanto "Redentora" dos escravizados se atribui aos negros por muito tempo um papel secundário no processo que determinou o fim da escravidão. A imagem da princesa estaria relacionada a um discurso de um abolicionismo redentor, no caráter bondoso e generoso dos brancos.

## CONCLUSÃO

Ao tomar o livro didático de História como objeto e fonte de pesquisa, esse nos apresenta muitas informações a respeito do seu contexto de produção, das concepções do seu tempo, dos seus autores e da sociedade em que estava inserido. Nas três obras a relação texto-imagem não segue uma coerência, os personagens ilustrados não são necessariamente de quem se está falando em cada parte do texto e as imagens nem sempre contém descrições detalhadas.

Os “autores” (ou ilustradores) utilizam as imagens meramente para ilustrar o conteúdo, não apresentam nenhuma problematização quanto às imagens e também não há nenhuma atividade de reflexão ou interpretação, nem exercícios que a considerem como um documento passível de análise ou problematização.

Nos livros didáticos selecionados não há nenhuma referência na capa ou contra capa do ilustrador da obra, fazendo com que nos questionemos se as imagens escolhidas para compor a obra são de responsabilidade do autor da obra, do editor, do ilustrador ou de algum membro da indústria editorial.

Ao realizar a análise das imagens que os livros apresentavam acerca dos conteúdos escravidão e abolição, esse suporte ao longo do tempo nos diz muito sobre os embates e disputas em torno das representações que foram postas no ambiente escolar.

Levando-se em conta o fato de que na Primeira República (1889-1930) a História da educação no Brasil não sofreu grandes mudanças, a educação destinava-se à elite brasileira, por isso não havia uma preocupação por parte dos autores como João Von Franckenberg, Rocha

Pombo e Mario da Veiga Cabral em apresentar imagens que identificassem os negros. Havia um projeto maior por parte do Estado brasileiro, de esquecimento do negro e de seu passado e a tentativa de estabelecer um país branco.

Os atores responsáveis pela produção das obras didáticas não se preocuparam em selecionar alguma imagem a respeito do negro escravizado para que tivesse uma representação junto ao texto escrito. Do mesmo modo que em alguns textos didáticos deste período os negros não são considerados sujeitos históricos, as imagens a seu respeito são poucas e outras vezes inexistentes.

Não há, por exemplo, uma ilustração sobre Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares em nenhuma das obras analisadas, mas há representações acerca de figuras políticas importantes para a monarquia como a Princesa Isabel.

Segundo Bittencourt, a maioria das imagens provinha da Europa e não havia um acervo iconográfico a respeito da História do Brasil, as imagens também possuíam um alto custo. Mas isso não explica o porquê de serem utilizadas na maioria das vezes ilustrações de personagens ilustres da História do Brasil. Supondo que havia mesmo esta dificuldade em selecionar imagens para as obras didáticas neste período, a escolha das imagens seria realizado de forma muito mais criteriosa pelas editoras.

Entre os 34 livros didáticos analisados apenas 10 contém ilustrações, sendo que essas na maioria das vezes apresentam retratos de "personagens ilustres". A História do Brasil, até pelo menos a década de 1950 é contada a partir dos feitos dos "grandes homens", governantes e generais, os manuais escolares apresentavam biografias sobre essas pessoas. Isso justifica, a atribuição de adjetivos épicos e heroicos à personagens como Domingos Jorge Velho, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Visconde do Rio Branco e Princesa Isabel no texto e a contemplação dessas figuras com ilustrações.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

CABRAL, Mario da Veiga. **Pequena História do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1930.

FRANKENBERG, João V. **História do Brasil por perguntas e respostas**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R da Fonseca & Cia, 1925.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

### ACERVOS DE LIVROS DIDÁTICOS

Hisales. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

Laboratório de Ensino de História. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

Lemad: Laboratório de Ensino e Material Didático. Disponível em: <http://lemad.fffch.usp.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ana Maria Mauad. Sob o signo da imagem. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1990. Disponível em:<http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campina: Mercado de Letras, 2009.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1996, p.69-90.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set/dez. 2004.

CAIMI, Flávia E. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.25-109.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.14-28.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Online. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**. Porto Alegre, v.13, n.27, p.9-75, 2009.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas, v.6, n.11, abril 2002b, p.5-24.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte: In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set/dez. 2004.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora dos Escravos": um estudo das representações sobre a Princesa**. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.212 p. Disponível em:[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_1d6c952fc351a50d05bc1d48c5d8288d](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_1d6c952fc351a50d05bc1d48c5d8288d). Acesso em: 30 de ago. de 2019.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, Porto Alegre, v.20, n.50, p.119-138, set./dez. 2016.

PINTO, Patrícia Duarte. **Uma análise acerca da abordagem sobre escravidão em livros didáticos de História (1901-1950)**. Trabalho de Conclusão de Curso –Faculdade de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

RAHDE, Maria Beatriz Furtado. **Imagem- Estética Moderna & Pós-moderna**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 16, n.37, maio/ago.2012. p.73-91.

## Escravidão e Liberdade

Alisson Balhego<sup>1</sup>

Natália Pinto<sup>2</sup>

José Resende Jr<sup>3</sup>

O presente simpósio tem o propósito de analisar o protagonismo de mulheres e homens escravizados no Brasil Meridional e na região platina, pontuando suas experiências e vivências plurais. Nesse sentido, são bem-vindos trabalhos que abordem os mais variados aspectos desse campo historiográfico (tráfico de escravizados, quilombos, revoltas, produção da liberdade, reminiscências culturais africanas, relação com os poderes - político e econômico - instituídos, agência dos estratos subalternos, compadrio de cativos, relações de gênero, relações étnicas, família escrava, sociabilidades, religiosidades, manifestações culturais, africanidades, biografias individuais ou trajetórias coletivas, etc.), privilegiando-se aqueles que tratem seu objeto de estudo a partir dos pressupostos da história Social, da perspectiva de que a produção de laços sociais construídos por indivíduos pensando em um projeto coletivo, eram decisivos não apenas para suas vidas, mas para todo arcabouço social da época.

---

<sup>1</sup> Mestrando (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2016) e Letras/Português pela Universidade Federal de Pelotas (2012). E-mail: alissonbarcellos@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2012). Especialista em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Graduada em História Bacharelado pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007).

<sup>3</sup> Mestrando (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, Licenciado em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: jresendejr@hotmail.com

## **“O CASO DE ANDRÉ E LINO” AS CRIANÇAS NEGRAS E A CRIMINALIDADE (PELOTAS-RS, 1854)**

José Ricardo Marques Resende Júnior<sup>1</sup>

O corpo do pequeno Paulo foi encontrado em estado de decomposição, afogado de ponta-cabeça em uma cacimba próxima a casa do Padre Nicolau de Genova, que tinha sido arrombada dias antes. Paulo era protegido do padre e guardava sua casa há mais de um mês, enquanto o sacerdote viajava. Paulo, de apenas 12 anos, comentara com outros dois pretos menores: André e Lino, que haviam dias que o padre não voltava para casa e que a mesma guardava muitas riquezas. Na madrugada do dia 27 de março André e Lino esperaram Paulo sair para fora da casa, o capturaram e o afogaram em uma cacimba próxima a casa do Padre, de ponta-cabeça, escondendo os seus pés com um jarro de flor. Em seguida, com uma faca e um martelo arrombam as dobradiças da porta da casa do padre e roubam diversos objetos. O crime, segundo consta em documento no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, indica André como culpado, sentenciando-o a duzentos açoites e ao uso de ferro no pescoço pelo tempo de 4 anos e absolve Lino.

O processo citado é bastante elucidativo da ideia de criminalidade vivenciada pelas crianças escravizadas, dentro dos diversos âmbitos a que esta perspectiva possa referir-se, já que nos apresenta um processo que especificamente trata a criança negra tanto como réu, quanto como vítima. Esse texto é um fragmento de nossa dissertação, ainda em processo de escrita, que tem como objetivo pensar a experiência social das crianças escravizadas. A dissertação pretende abordar a temática das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande entre 1820 e 1870, todos os dados quantitativos – presentes nesse texto – foram construídos a partir desse recorte temporal, portanto. Este presente texto vai abordar um dos processos crimes que nos utilizamos como suporte para compreender as vivências e circularidades dessas crianças.

As fontes criminais nos permitem pensar, para além da criminalidade, uma amplitude que ilumina o cotidiano e as relações sociais deste mundo. Qual eram as experiências sociais das crianças escravizadas? Por quais lugares elas podiam circular? Qual a importância delas dentro deste contexto escravista?

---

<sup>1</sup> Mestrando PPGH-UFPEL

*Breves apontamentos sobre a historiografia da escravidão*

As possibilidades pensadas a partir de 1980, pelas novas correntes dos estudos sobre a escravidão no Brasil, pautada pelo paradigma da agência, nos permite produzir esta pesquisa alinhada a um novo uso das fontes seriais, cartoriais e criminais. Essa nova geração da historiografia brasileira se utiliza de um forte aparato teórico-metodológico da história social, muito influenciado pela obra de E.P. Thompson. A obra *Senhores e Caçadores*, em que o britânico analisa um episódio de desordem na região da Floresta Real de Windsor, que resultou na aplicação da pena de morte a – famosa lei negra – para mais de cinquenta novos crimes. O Thompson se utiliza desse pretexto, para analisar a reestruturação da sociedade inglesa a partir da ótica da lei e do crime. Inspirado na obra do historiador britânico, Chalhoub considera que “(...)Descobriu-se que ‘costumes em comum’, de fato, formatavam a experiência dos trabalhadores escravos e ajudavam a configurar a arena da luta de classes na escravidão brasileira”(CHALHOUB, 2009)

Pensar a lei como um campo de disputa, nesse momento, é uma atitude inovadora. Porque esse olhar remodelou a forma com que se vinha pensando e produzindo a história. Até então, a lei não era vista como um espaço onde as classes, ditas como subalternas, poderiam ocupar ou mesmo disputar benefícios. Todavia, Thompson prova que dentro desse espaço legal, pessoas comuns se destacavam, disputavam e negociavam por suas vidas.

À medida que se considera o crime enquanto produto orgânico da vida cotidiana de determinado grupo historicamente localizado, o enfoque proposto pela nova corrente da história social do crime afasta-se da tentativa de cotejar, através da análise da criminalidade, um padrão psicológico individual e grupal. Abordando-o como mediação legítima (quer dizer, não desviante), estabelecida intergrupos e classes sociais, que assim expressam a realidade básica de suas vidas, a resistência ao sistema de dominação que condiciona suas existências e as tensões das relações sociais. (SLENES, 1997)

Dentro da historiografia social da escravidão brasileira, existe uma variedade de trabalhos a respeito da criminalidade escrava. Uma das principais referências é a comunicação de Silvia Lara(1982) onde a autora aborda o cotidiano negro e as relações sócio-raciais de dominação. Pautando a autonomia negra, feita através de brechas legais, para posicionar-se contra os castigos dos senhores<sup>2</sup>. Tendo em vista, o recorte temporal da presente pesquisa, agregando as reflexões acerca das mudanças nas funções desempenhadas pelas crianças escravizadas depois da metade do século XIX, é imprescindível elencar o trabalho de Célia Azevedo (1987), em sua precisa análise que vai elucidar a forma que a recriminação e o racismo

---

<sup>2</sup> *Idem*, 1982, p.38



aumentam proporcionalmente as medidas emancipatórias que também ascendem, relatando através do discurso da imprensa, relatos de presidentes de província, as correspondências policiais, a construção do imaginário de medo senhorial em relação aos escravizados.

A criminalidade, nesta perspectiva, nos traduz um contexto sócio-racial muito amplo de medo, agência e conflito. O livro de Machado(1994) que dialoga com o de Azevedo, porém tenta compreender uma profundidade maior nos mecanismos de penetração do abolicionismo em estância rural, e vai analisar como o aparato institucional de repressão vai agir a medida que a liberdade vai se tornando um horizonte mais possível. Porém, é necessário colocar, que essa discussão teórica não circula apenas na ideia de violência e castigo, mas pensando a agência escravizada de forma muito mais ampla. Lara aborda a conexão entre a violência, controle social e reprodução da ordem escravista e constitui a ideia de uma relação de dominação cotidiana entre senhor e escravizado. O castigo não era a pauta, e não fora criticado em diversas instâncias sociais, em si, mas sim quando ocorria em excesso. Segundo Reis “Os senhores não exerciam seu poder apenas na ponta do chicote, mas também através do convencimento de que o mundo da escravidão oferecia ao escravo – e a uns mais que outros – segurança e mesmo um certo espaço de barganha”(REIS, 2003)

Percebemos com esta reflexão preliminar, que os processos-crime abrangem diversos contextos sociais e nos possibilita imergir em um mundo de interpretações. Sendo assim, a criminalidade não precisa estar atrelada apenas as relações de emancipação isoladamente, mas também servem para pensar o cotidiano. Wissenbach (1998) discute exatamente a forma com que a criminalidade pode ser usada para reconstituir as vidas escravas e forras em um município paulista, na segunda metade do século XIX. O presente trabalho, se utiliza da temática criminal aliada a esta concepção, que enxerga a negociação dentro da iniciativa legal, e que da mesma forma, os processos criminais, como trabalhou Challhoub, traduzem as vivências do cotidiano escravo. Entenderemos a criminalidade, guiado por esse arcabouço teórico, tentando dar voz as populações escravizadas e percebendo o crime como um espaço de disputa de poder, de negociação e das fontes criminais como um instrumento de auxílio à percepção do cotidiano.

A ideia de “cultura de resistência”(MELLO, 1994) expressa possibilidades entre a dicotomia de rebeldia e de servidão, encontra caminhos onde habitam a resistência, percebendoas também nas manifestações mais tenras e cotidianas contra a sistemática desumanizadora que foi a escravidão. A luz do cotidiano ilumina possibilidades, tanto no âmbito individual, quanto coletivas de concepção de resistência. Paulo Moreira(2006) em um trabalho realizado a partir de alguns processos crimes, reflete sobre o conceito de cultura de

resistência escrava. “Revolta e negociação cotidiana não eram antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos, num misto de adaptação e revolta(...) Se quisermos proceder, a uma aproximação esclarecedora com a cotidianidade do cativo, com isso, adquirir intimidade com a experiência desses seres humanos escravizados devemos nos sensibilizar com a dialética existente entre as várias formas assumidas pela resistência escrava, desde aquela direta e violenta (insurreições, justicamento de senhores) até as diversas formas de resistência cultural, como a manutenção de locais e indivíduos especializados nas religiões africanas, moradias que propiciassem familiaridade e intimidade, fugas temporárias, negociações tensas e delicadas com os senhores e autoridades responsáveis pela segurança pública”(MOREIRA, 2006)

O cotidiano é um conceito importante para pensar as relações domésticas de escravidão, não só através dos crimes passionais, mas também no âmbito do trabalho e nas relações sociais urbanas, espaço de circulação das crianças negras – essa presença fica mais nítida através dos processos crimes -. Agnes Heller (1995) vai entender a vida cotidiana como constituinte da vida inteira do homem, envolvendo todos os aspectos da individualidade. Abstraída de seus determinantes sociais, toda vida cotidiana é heterogênea e hierárquica (quanto ao conteúdo e à importância atribuída às atividades), espontânea (no sentido de que, nela, as ações se dão automática e irrefletidamente), econômica (uma vez que, nela, pensamento e ação manifestam-se e funcionam somente na medida em que são indispensáveis à continuação da cotidianidade portanto, as ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao nível da teoria, assim como a ação cotidiana não é práxis) baseia-se em juízos provisórios, é probabilística e recorre à ultrageneralização e à imitação (HELLER, 19972, p.153) Perceber o cotidiano é materializar os sujeitos escravizados como protagonistas da historiografia. Assim como trabalham Chalhoub e Fausto(2001) encontrando a cotidianidade das relações pessoais através da criminalidade e as tensões que surgem a medida que a mobilidade social vai se transformando, com as medidas abolicionistas na reta final do século XIX.

Para além da análise qualitativa dos processos, agora anunciando as estratégias para o futuro dessa pesquisa, que terá como base a metodologia quantitativa usada por Hebe Mattos em seu primeiro livro intitulado *Ao sul da história*. Mattos(1987) se utilizou dos processos crimes para compreender mais sobre a rede de relações sociais de figuras invisibilizadas como os lavradores pobres. O método será adaptado para os crimes cometidos e sofridos por crianças escravizadas, mas focando quantificar as testemunhas e analisar as suas qualidades dentro dos

processos. Para entender quais são as pessoas que estão próximas e a relação que desenvolvem com as crianças nos momentos dos crimes. Será utilizada uma outra forma de quantificar, compreender e analisar as estatísticas levantadas, o método denominado *Regressão Linear Múltipla*, usado pelo sociólogo Carlos Ribeiro na obra de 1995, denominada *Cor e Criminalidade*, em que o pesquisador analisa o caráter racista dos tribunais de júri do Rio de Janeiro, entre 1900 e 1930. Adaptaremos o método, para aplicar na conjuntura do século XIX, mais especificamente criando categorias de análise mais profundas, para entender qual a idade, gênero, cor e estrutura familiar das crianças que mais apareciam como réis, contra quem praticavam os crimes, quais delas eram absolvidas e quais condenadas e também, ao reverso, para as crianças vítimas dos crimes.

#### *A presença e distribuição das crianças escravizadas nas escravarias pelotenses*

Catalogamos 487 inventários *post-mortem* da cidade de Pelotas entre os anos de 1820-1870, apenas aqueles que possuíam escravizados, para tentar compreender a concentração dessas crianças e suas distribuições por tamanhos de escravarias. Uma análise mais densa estará presente no texto final da dissertação, relataremos alguns fragmentos do capítulo demográfico da dissertação afim de tentar detectar a presença dessas crianças nas escravarias pelotenses.

**Tabela 1. Distribuição de adultos e crianças nos plantéis pelotenses (Pelotas, 1820-1850)**

<b>Escravos inventários <i>post-mortem</i></b>	<b>1820-1830</b>	<b>1831-1840</b>	<b>1841-1850</b>
<b>Adultos</b>	1036 (76%)	512(79%)	908 (62%)
<b>Crianças</b>	272 (19%)	111 (17%)	256 (17%)
<b>Sem Informação de idade</b>	106 (7%)	18(3%)	291 (21)
<b>Nº total de inventários</b>	487		

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, inventários *post-mortem* <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

**Tabela 2. Distribuição de adultos e crianças nos plantéis pelotenses (1851-1870)**

<b>Escravos inventários <i>post-mortem</i></b>	<b>1851-1860</b>	<b>1861-1870</b>
<b>Adultos</b>	1362 (66%)	1243 (66%)
<b>Crianças</b>	417 (20%)	466 (25%)
<b>Sem informação de idade</b>	276 (14%)	173 (9%)
<b>Nº total de inventários</b>	487	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, inventários *post-mortem* <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Para os primeiros trinta anos do recorte temporal pensado, os escravizados adultos diminuiram em tamanho, valendo a ressalva que entre os anos 1835 e 1845 ocorre a guerra dos

farrapos, que prejudica imensamente o caráter analítico da pesquisa<sup>3</sup>. Ainda assim, se comparados os recortes da primeira (1820-1830) e terceira (1841-1850) década apresentada os números não se mantêm com tanto hiato, apesar de que os adultos perdem 14% percentuais. Quando analisadas as crianças escravizadas, na primeira e terceira década, elas parecem manter quase o mesmo padrão, o que parece ser fator crucial é o aumento de cativos que não tem sua idade divulgada.

Posteriormente o fim do tráfico atlântico, quando analisados os inventários que possuíam cativos, apesar da porcentagem cair se comparadas as primeiras décadas o número massivo de escravizados aumenta, chegando ao seu pico entre 1851 e 1860 e enquanto o número de adultos diminui para última década pesquisada (ainda que não percentualmente) o número de crianças ascende. Quando analisamos apenas o aumento dessas, para primeira década levantamos o número de 272 crianças, que tende através das décadas somente a crescer<sup>4</sup> até atingir o número de 466 indivíduos escravizados entre as idades de 0 a 14 anos<sup>5</sup>.

Esses resultados, ainda que entendamos o contexto escravista pelotense como um caso diferente se comparado a outras regiões escravistas do sul do Império que não estivessem ligadas à produção intensa e fabril com grandes escravarias, ao menos através dos dados levantados, com o crescimento percentual de crianças nos plantéis, pode-se sugerir que apesar da disparidade de gênero na concentração de cativos, é possível que em plantéis de pequeno ou médio porte os senhores incentivassem a constituição de família, tendo em vista o não abastecimento de escravizados com o fim do tráfico negreiro e que, em contraponto, essa constituição de famílias só aconteceria caso os escravizados estivessem dispostos a ganhassem benefícios sociais em razão disso. Da mesma forma é importante buscar compreender, sob o contexto das charqueadas, as diferenças de vivências e trabalho do que em outras formas do cativo.

---

<sup>3</sup> Durante o período retificado, em função da Guerra dos Farrapos para essa época Pelotas, como outras regiões possuem poucos inventários catalogados.

<sup>4</sup> Com ressalvas ao recorte correspondente a Guerra dos Farrapos

<sup>5</sup> O recorte de idade é pensado a partir do trabalho de Muaze, dividimos a infância em duas partes, as Crianças A (de 0 a 9 anos) e as Crianças B (de 9 a 14 anos)

No século XIX, as idades da vida eram compreendidas de forma distinta ao que concebemos hoje. Havia a primeira infância, do nascimento aos três anos, período em que a criança necessitava ser amamentada e cuidados específicos. A segunda infância começava desde então até por volta dos sete anos, quando havia a necessidade de cuidado, mas iniciava a preparação para a vida como os aprendizados possíveis. Entre os sete e os quatorze anos era a fase da puerícia, dos castigos e dos afastamentos. A juventude era reconhecida entre o final dessa fase aos vinte ou vinte cinco anos, conforme os sexos (MUAZE, 2008)

Alguns trabalhos<sup>6</sup> vão nos salientar o índice de morte prematura dessas crianças, em grande parte pela questão de insalubridade, pois como já descrito as charqueadas eram lugares prejudiciais à saúde de um escravizado adulto e possivelmente ainda mais para crianças. Outra opção possível, talvez seja o aumento da procura por essas crianças no tráfico interno, e por fim, é importante considerar o sequestro de jovens livres do outro lado da banda oriental através dos processos de escravização ilegal, muito comum nessa região. Dos 12 processos-crimes levantados para Pelotas que envolvesse as crianças como réus ou vítimas, 9 deles correspondem ao crime de escravização ilegal, o que pode demonstrar que Pelota estava no centro da rota desse tipo de crime.

Um dos trabalhos que mais inspiraram a presente pesquisa é tese de Heloísa Maria Teixeira(2007) que pensa a infância na região de Mariana, em uma parte dessa pesquisa brilhante a autora vai utilizar de inventários *post-mortem* para montar um quadro da presença das crianças nas posses escravistas de Mariana. Heloísa ressalta que:

A historiografia já nos revelou que, em áreas dedicadas à agricultura de subsistência, se encontrava maior proporção de crianças até 14 anos comparativamente às regiões agroexportadoras. Em áreas cujas atividades econômicas achavam-se voltadas ao comércio externo, a população escrava era predominantemente masculina e adulta. Nessas regiões, os senhores optavam preferencialmente pela reprodução de sua força de trabalho escrava através do tráfico. Essa forma de reprodução das escravarias não era, contudo, viável em áreas dedicadas à produção de gêneros de subsistência – sobretudo no período em questão, quando ocorre elevação substancial dos preços dos cativos –, pois estas eram, em geral, desprovidas de recursos suficientes para a compra de escravos. Para estas áreas, a criança escrava significava aumento da mão-de-obra. Entre as qualidades dessa categoria estavam a maior facilidade de subjugação, perspectiva de vida longa e preço mais baixo em relação ao escravo adulto.(TEIXEIRA, 2007)

Com as considerações feitas pelas palavras da autora, podemos compreender que Pelotas não se encaixa nesse perfil que a historiografia considerara que opta pela mão-de-obra infantil. Pensando o fim do tráfico negreiro, os dados apresentados por Teixeira para Mariana (1850-1888) são bastante expressivos. Nas palavras da própria autora:

Levantamos todos os inventários post-mortem que continham escravos lavrados no I Ofício do arquivo da Casa Setecentista de Mariana e obtivemos uma amostragem de 3795 escravos, sendo 1060 com menos de 15 anos de idade, o que representa 27,9% do total de escravos da amostragem. Nas três primeiras décadas, a participação das crianças era ainda maior, 29,3%, 30,3% e 28,4% respectivamente. Já para os anos 1880, a queda da participação do contingente infantil na escravaria é consequência direta da legislação abolicionista de 1871.(TEIXEIRA, 2007)

Ainda que Mariana, nesse recorte temporal, não seja o melhor exemplo para que comparemos a presença das crianças nos plantéis em relação à Pelotas, talvez o contraste seja um fator de relação interessante, quando pautamos os recortes temporais estudados nos dois

---

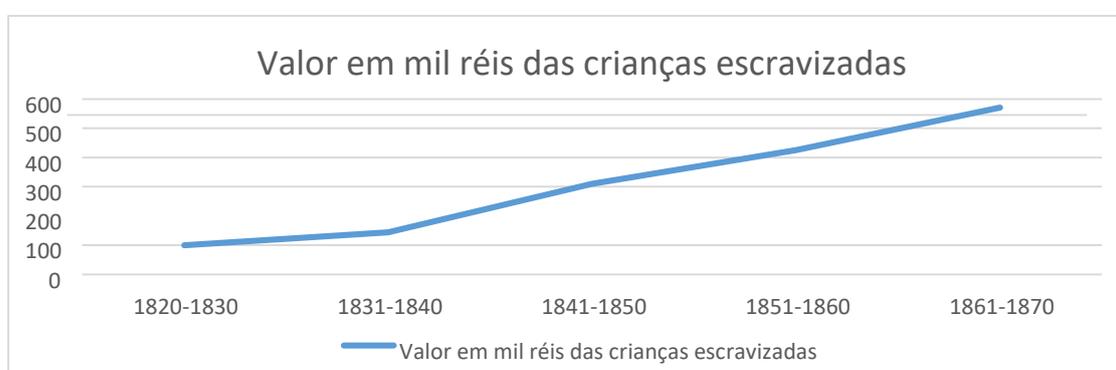
<sup>6</sup> Por exemplo abordam a enfermidade e morte dos escravizados de Pelotas (LONER; GILL, SCHEER, 2012) E mais especificamente, sobre a morte das crianças ingênuas (MOREIRA; PINTO,2016)

trabalhos, não notamos percentualmente uma diferença muito grande entre Mariana e Pelotas, ainda que nos números brutos, a cidade de Pelotas apresente um índice ainda mais elevado de escravizados, devido ao seu caráter massivo de escravidão.

Entretanto não podemos deixar de pensar que a escravidão em Pelotas também existia em médias e pequenas escravarias, a pesquisa de Pessi(2012) buscou analisar a evolução na participação das crianças na população cativa pelotense entre 1850 e 1884. Foram as menores escravarias, entretanto, que a presença de crianças era expressiva. Enquanto nos plantéis com mais de 50 cativos, os escravos com menos de 15 anos representavam 10,4% do total arrolado, nos plantéis pequenos eram 28,9% dos mesmos. Nos plantéis de tamanho médio a taxa de crianças era de 26,3% (PESSI, 2012, p.100)

A seguir vamos analisar a variação dos preços dessas crianças, a partir dos inventários.

### Gráfico 1. Variação do valor em mil réis das crianças escravizadas através dos inventários post-mortem (Pelotas 1820-1870)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, inventários *post-mortem* <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Antes de realizarmos uma análise mais profunda, não podemos deixar de considerar que os preços das crianças escravizadas são muito variáveis, relativizando a partir da sua condição física e do olhar dos avaliadores que compuseram os inventários, respeitando a fragilidade dessa fonte para que possamos ter uma ideia do valor monetário de mercado dessas crianças. Aliado a esta perspectiva, a padronização de preço por idade é bastante relativa. Para mesma década, por exemplo, na abertura do inventário do senhor Manuel Soares da Silva, encontramos, dentre outras pessoas escravizadas, a crioula Josefa com apenas 5 anos de idade e avaliada na quantia de 180\$000 mil réis. Para a mesma época, quando aberto o inventário do senhor Francisco de Guimarães, encontramos a figura da pardinha Januária, com a mesma idade de Josefa (5 anos), porém, avaliada na quantia de 500\$000 mil réis, quase o triplo do valor de Josefa. Fatores de diferenciação no preço dessas crianças quando inventariadas, além do olhar do avaliador, sua condição de saúde, mas uma tendência que parece sim estar presente e que é plausível, são as crianças avaliadas nos valores mais altos são aquelas que constam a profissão dentro do inventário.

Após essas breves ressalvas, é importante entendermos que após as primeiras décadas do século XIX as crianças escravizadas estiveram mais presentes no tráfico atlântico (FLORENTINO; VILLA, 2016), as beiras de sua extinção, chegando a compor até 30% dentro destes. Em relação ao comércio interno e a circulação desses escravizados, dos principais portos para a região sul, a tese já citada de Gabriel Berute apontou que grande parte dessas crianças também eram destinadas para Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Além disso, com a Lei Eusébio de Queiroz e o fim do tráfico atlântico, em comunhão à consolidação da abolicionista e jovem república da Banda Oriental, as crianças livres, do outro lado oriental da fronteira, passaram a ser sequestradas e escravizadas ilegalmente no sul do Império. Rafael Peter de Lima vai apontar que a *nefanda pirataria de carne humana* terá como principal alvos crianças e mulheres e vai indicar Pelotas como um dos principais locais em que se desenrolavam o desfecho desses crimes. (LIMA, 2010) Também com o fim do tráfico, apesar de que Pelotas não seja caracterizada demograficamente de forma semelhante as demais regiões do sul do Império, que teriam sua estrutura de posse mais aptas para formação de famílias e reprodução natural, os dados da Tabela 1 são suscetíveis para pensarmos num aumento das crianças nos plantéis que pode sim indicar uma maior constituição de famílias, tendo em vista os mesmos motivos que vão transformando a demografia da escravidão por todo Império. Neste sentido, o fim do tráfico negreiro pode ter modificado o lugar social dessas crianças as trazendo para uma maior centralização na sistemática escravagista.

Quando analisamos as mudanças nos preços das crianças dentro dos inventários *postmortem*, essa valorização torna-se mais nítida. Nas três primeiras décadas analisadas o preço das crianças triplica: se em 1820 o preço médio por criança aproximava-se de 100\$000 mil réis, nas vésperas da Eusébio de Queiroz elas atingem 310\$000. Esse aumento brusco pode ter sido incentivado pela ameaça do fim do tráfico que surge já na década de 30, mas que se estende até 1850. Ainda depois da metade do século os preços continuam aumentando consideravelmente, chegando ao ápice de 571\$000 mil réis na última década, quase seis vezes mais que a primeira. Não analisamos o valor dos adultos, mas seria plausível, pois outros estudos já apontam para uma valorização do preço desses escravos posterior a Lei Eusebio de Queiroz.<sup>7</sup> Pode ser que essa valorização das crianças apenas tenha acompanhado a flutuação de preços dos escravizados adultos, mas da década de 1820 até a de 1870, os valores aumentaram seis vezes, ou seja, maior que a média entre os adultos. Teixeira, em seu trabalho para as

---

<sup>7</sup> PESSI; VARGAS, por exemplo.

crianças cativas de Mariana vai compreender que por mais que o preço acompanhe a flutuação dos adultos, isso poderia significar sim a valorização das crianças escravizadas no mercado.

[...] o movimento dos preços das crianças escravas para o período 1850-1887, de modo geral, acompanhou o de homens e mulheres adultos em sua faixa etária mais valorizada – de 15 a 34 anos. Como podemos ver [...] os preços dos escravos do sexo masculino com idades entre 10 e 14 anos chegam mesmo a ultrapassar os dos escravos na faixa 15-34 anos no princípio da década de 1850 e no princípio da década de 1880. Entre as escravas com idades de 10 a 14 anos e aquelas na faixa de 15 a 34 anos, existe maior proximidade de valores[...] Já para os escravos mais novos (meninos e meninas com menos de 10 anos), a diferença de preços entre eles e os escravos com 15-34 anos é maior, mas segue o movimento dos valores atribuídos aos cativos mais produtivos. A tendência de acompanhamento dos preços entre adultos e crianças é outro indicador da valorização das crianças escravas (TEIXEIRA, 2004)

A forma com que a autora dividiu as crianças e os preços é diferente da nossa metodologia, pois a autora separou-as entre meninos e meninas. Ainda que somemos os valores dessas duas categorias em contraste aos preços em que essas crianças foram inventariadas em Pelotas, os preços da cidade sulista atingem praticamente o dobro em relação à Mariana, fazendo todas as ressalvas de diferenças produtivas entre as duas regiões.

**Tabela 3. Distribuição de crianças por tamanho de plantel (1820-1870)**

Tamanho do plantel	Número de Inventários	Número de escravizados/as	Número de Crianças	Crianças A	Crianças B	Ainda por batizar	Meninos	Meninas
Mais de 100	7	949	139 (14,6%)	93 (66%)	46 (34%)	3 (2,1%)	81 (58,2%)	55 (39,5%)
De 51 a 100	21	1428	132 (9,2%)	85 (64,3%)	47 (35,6%)	1 (0,7%)	63 (47,7%)	68 (51,5%)
De 26 a 50	36	1325	258 (19,4%)	154 (59,6%)	104 (40,3%)	4 (1,5%)	149 (57,7%)	105 (40,6%)
De 16 a 25	54	1046	274 (26,1%)	171 (62,4%)	103 (37,5%)	1 (0,3%)	114 (41,6%)	159 (58%)
De 6 a 15	16	1665	528 (31,7%)	356 (67,4%)	184 (34,8%)	11 (2%)	278 (52,6%)	239 (45,2%)
De 3 a 5	185	730	183 (25%)	111 (60,6%)	72 (39,3%)	4 (2,1%)	84 (51,3%)	95 (51,9%)
De 1 a 2	168	235	40 (17%)	20 (50%)	20 (50%)	2 (5%)	18 (45%)	20 (50%)

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, inventários post-mortem <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Para a distribuição dos escravizados nos plantéis pelotenses podemos perceber que os médios proprietários eram os que concentravam o maior número de escravizados e também de crianças. Quando comparamos os dois tipos de plantéis que mais tem escravizados (os de 51100) e os que guardam de 6 a 15 escravizados, temos números relativamente próximos de escravizados. No entanto, quando contrastamos esses números para as crianças, os médios plantéis concentram três vezes mais infantes. Pensando na realidade pelotense, já foi debatido



anteriormente que as charqueadas eram um espaço com uma escravaria mais adulta e masculina, com pequena presença de mulheres, o que não favorecia aos cativos constituírem famílias, ao contrário dos plantéis médios e pequenos, que conseqüentemente são onde mais aparecem crianças. Teixeira analisou décadas diferentes das que trabalhamos aqui, e para as primeiras décadas da pesquisa em Mariana a autora encontrou resultados um pouco diferentes para escravarias de pequeno porte, a conclusão da autora para tal foi de que:

Lançamos três possíveis razões para as porcentagens obtidas nessas pequenas posses: a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não ia além da unidade) e considerando a dificuldade de enlacs entre escravos de propriedades distintas, as pequenas escravarias eram menos propícias à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícias à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e venda das crianças (um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção)<sup>6</sup>; e c) cada criança nascida e mantida na pequena posse aumenta a possibilidade de que esta mesma posse passe de pequena a pequena-média escravaria (seis a dez escravos). Um bom exemplo desta última hipótese está no inventário do senhor Raimundo Dias da Silva, datado de 1865, que possuía sete escravos: duas escravas adultas, um escravo adulto e quatro crianças, sendo três descritas como filhas de uma habitante da propriedade. Considerando as três primeiras décadas, apenas nas posses de um a cinco escravos da década de 1850, a participação infantil foi inferior a 20%. Nas outras categorias, a participação das crianças passa dos 30% nos anos 1850 e 1860. Na década seguinte, as porcentagens relativas à participação das crianças crescem à medida que aumenta a posse escrava. (TEIXIRA, 2004)

Teixeira defende que em escravarias de pequeno porte eram mais difícil a constituição de família, mas segundo os dados de Pelotas as escravarias de 3 a 5 escravizados eram compostas por 25% de crianças. Uma análise mais aprofundada estará presente na dissertação, essa breve reflexão, porém, nos é útil no desafio de tentar enxergar a presença das crianças na escravidão pelotense do século XIX. A seguir entraremos nas tipologias de crimes que essas crianças cometiam e sofriam, nessa mesma época e lugar.

#### *Dos crimes cometidos pelas crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870)*

Dentro deste subcapítulo apresentaremos os tipos de crimes cometidos e sofridos pelas crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande entre 1820 e 1870 (recorte da pesquisa completa) para entendermos melhor que tipo de violências essas crianças cometiam e também sofriam.

**Tabela 4 – Tipologia dos crimes cometidos pelas crianças escravizadas, Pelotas e Rio Grande (1820-1870)**

Tipologia do crime	Quantidade de processos	Conclusões
Furto	2	2 Condenações
Homicídio	3	2 Condenações

		1 Improcedência
Ferimentos e outras ofensas físicas	1	1 Improcedência
Quantidade total de processos	6	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, processos-crimes <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

**Tabela 5 – Tipologia dos crimes sofridos pelas crianças escravizadas, Pelotas e Rio Grande (1820-1870)**

Tipologia do crime	Quantidade de Processos	Conclusões
Estupro e defloramento	3	2 Condenação
		1 Improcedência
Reduzir à escravidão pessoas livres	8	1 Condenação
		7 Improcedências
Homicídio	3	1 Condenação
		2 Improcedências
Ferimentos e outras ofensas físicas	2	2 Improcedências
Quantidade total de processos	16	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, processos-crimes <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Do intervalo de 50 anos entre 1820 e 1870 conseguimos encontrar, através do catálogo online do APERS, 22 processos que envolvessem as crianças como réis e vítimas nos processos crimes, que nos auxiliaram a compreender um pequeno pedaço desse universo da criminalidade, sob a perspectiva da infância. Ainda que nossa pesquisa (completa) se restrinja apenas as cidades de Pelotas e Rio Grande, um levantamento preliminar indicou para 156 processos crimes que envolvam crianças escravizadas como réis e vítimas, na escala que envolve todo Rio Grande do Sul durante o século XIX, ou seja, esses crimes representam cerca de 12% de outros tantos que aconteceram paralelamente no extremo sul do Império.

Na perspectiva da criança como ré foram encontrados 6 processos, destes, 3 são catalogados como crimes de homicídio, e destes 2 são contra senhores, enquanto 1 deles (será abordado no próximo subcapítulo) é entre crianças escravizadas. Ainda que o Código Criminal de 1830<sup>8</sup> apontasse que crianças menores de 14 anos não pudessem ser julgadas como

<sup>8</sup> CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL (1830) PARTE PRIMEIRA *Dos Crimes*, e das Penas CAPITULO I

criminosas, isso não impediu que elas aparecessem nesses processos, demonstrando os limites e precariedades da aplicação da justiça no Brasil escravista. Nas próximas tabelas conseguiremos compreender melhor quem são os praticantes desses crimes, as crianças também aparecem em demasia em crimes praticando violência, furto ou ferimentos, o que aponta que para além de estarem circulando da cidade ao campo, de dia e de noite, distribuídas entre todos tamanhos de plantéis, conquistando suas liberdades, o preço da liberdade também constituía estarem expostos e em alguns momentos até mesmo cometerem violências.

Na Tabela 5 encontramos as crianças como vítimas dos crimes, onde elas estão bem mais presentes, contabilizando 16 crimes. O que salta aos olhos em um primeiro momento são os crimes de reescravização ilegal, bastante abordado na historiografia do sul com Rafael Peter de Lima, Jonatas Caratti, e outros trabalhos já citados anteriormente. Assim como apontado na introdução desse trabalho, segundo Lima, as mulheres e crianças eram as principais vítimas desses tipos de crime na fronteira meridional e Pelotas reflete isso muito bem, quando botamos em ótica a criminalidade e a infância especificamente, dos 8 crimes de reduzir à escravidão pessoas livres, 7 são para Pelotas. Um dos processos trabalhados por Roger Costa (2014) em sua tese, que também fora catalogado entre os crimes listados, é o sequestro do menino Francisco.

“No ano de 1854, senhorinha Maria da Conceição, Pernambucana e residente havia três anos em Pelotas, encaminhou um requerimento à delegacia de polícia da cidade informando o paradeiro de seu filho Francisco José, que havia sido raptado em 1851 e reduzido ao cativo. O pardo livre Francisco, natural de Pernambuco, 11 anos de idade, fora sequestrado enquanto brincava perto da cadeia, por um homem chamado Máximo, eu o alçou à garupa de seu cavalo e o levou para a Capela da Buena. Depois de lá, foi vendido a um Mascate que o levou para Encruzilhada. Não obstante haver afirmado que não era escravo, Francisco José sofreu castigos sob o domínio de Daniel Mascate. O padecedor afirmou que”[ esteve muito tempo sob o domínio desse homem até que chegou ali um homem que levava um papel do delegado desta cidade, então aquele que era até ali seu senhor o entregou”. Depois de muito procurar seu filho e não obter nenhum resultado, foi avisada por Fermino ruiz da rocha, vindo do outro lado do Camaquã, que Francisco estava na casa de Daniel Mascate, morador da costa do Camaquã. De posse dessa informação, Maria da Conceição soube recorrer à justiça como forma de salvar seu filho do “monstruoso cativo” a que estava submetido. João Alvarez de Souza, a rogo de

---

DOS CRIMES, E DOS CRIMINOSOS “Art. 10. Também não se julgarão criminosos: 1º Os menores de quatorze anos” disponível < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm) > acesso em 09/09/2019

Senhorinha Maria da Conceição, invocou as autoridades de Pelotas para que Francisco lhe fosse entregue”<sup>9</sup>

Costa materializa através desse processo toda ideia de fragilidade e vulnerabilidade a que essas crianças, por circularem livremente pela cidade, estavam expostas. Um dos trabalhos mais sólidos sobre o crime de rapto e escravização é o de Lima, que explica os mecanismos de funcionamento e organização desse comércio ilegal, diretamente vinculado com o fim do tráfico negreiro. O autor ao analisar a reverberação desses crimes no judiciário sulista, aponta para um maior favorecimento à liberdade dos indivíduos arrebatados como escravizados. Porém, através do nosso pequeno recorte encontramos o contrário, para os 8 processos de reduzir à escravidão pessoas livres, 7 deles foram taxados como improcedentes. Para os crimes em que aparecem as crianças escravizadas como vítimas, que possuem maior condenação são os crimes de estupro ou defloramento, tais crimes serão melhores trabalhados nos próximos subcapítulos. A seguir listaremos algumas informações sobre as crianças que estão listadas nos processos.

**Tabela 6 – As crianças divididas por idade e origem nos crimes em Pelotas e Rio Grande (1820-1870)**

Nome	Idade	Origem	Crime
Nicácio de Sales (Livre)	14 anos	Crioulo	Homicídio (réu)
Engrácia	10 anos	Crioula	Estupro (vítima)
Francisco José dos Santos	7 anos	Pernambuco (Crioulo)	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
André (alfaiate)	13 anos	Piratini (Crioulo)	Homicídio (réu)
Paulino	14 anos	Crioulo	Homicídio (réu)
Paulo	12 anos	Crioulo	Homicídio (vítima)
Leopoldina	14 anos	Uruguai (Crioula)	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Policarpio (livre)	14 anos	Uruguai (Crioulo)	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Joaquim (livre)	14 anos	Uruguai (Crioulo)	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Baltazar (livre)	12 anos	Crioulo	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Firmino (livre)	12 anos	Crioulo	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)

<sup>9</sup> Processo número 414 no ano de 1854 cidade de Pelotas, disponível APERS. (COSTA, 2014, p198-1999)

Hilário (livre)	12 anos	Crioulo	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Saturnina	5 anos	Crioula	Defloramento (vítima)
Sem nome	Menor	-	Homicídio (vítima)
Francisca	1 ano	Crioula	Homicídio (vítima)
Amélia	“Ingênua”		Homicídio (vítima)
Antônio	5 anos	Crioulo	Ferimento e outras ofensas físicas (vítima)
Francisco (marinheiro)	14 anos	Crioulo	Roubo (réu)
Maria Bárbara	Menor	Crioula	Homicídio (vítima)
Manoel	10 anos	Crioulo	Homicídio (réu)
Pedro de Santa Bárbara (livre)	Menor	Crioulo	Ferimentos e outras ofensas físicas (vítima)
Anacleto (livre)	10 anos	Camaquã (Crioulo)	Reduzir à escravidão pessoas livres (vítima)
Madalena	10 anos	Arroio Grande	Estupro (vítima)
Josefa	14 anos	Crioula	Homicídio (ré)
Quirino	14 anos	Crioulo	Homicídio (vítima)

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grand do Sul, processos-crimes <disponível: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>>

Somando um total de 24 crianças envolvidas em 22 processos criminais, tanto como réus, como vítimas, os meninos parecem estar mais presentes nos processos, dentre as crianças que aparecem como réus, apenas Josefa é uma menina. Entretanto, se desconsiderarmos os crimes de escravização ilegal, as meninas são mais predominantes como vítimas dos crimes que envolvem as crianças escravizadas. Apenas 2 crianças aparecem com profissões nesses registros, André sendo alfaiate e Francisco como marinheiro, quanto ao recorte de liberdade parece ser uma categoria importante tendo em vista o número de crianças libertas a rondarem esse espectro da criminalidade. A partir dos 5 anos as crianças já começam a aparecer como vítimas de crimes, porém a predominância de idade é de 10 a 14 anos. Ainda que seja um levantamento preliminar, podemos ter uma ideia dos perfis das crianças envolvidas com a criminalidade em Pelotas e Rio Grande, tentaremos a partir dos inventários, batismos e alforrias localizar possíveis vínculos sociais dessas crianças, assim como analisar a proporção das escravarias onde elas aparecem, quem são seus senhores, se a família é presente durante os inquéritos e nos desenrolares judiciais, quem são as testemunhas nesses crimes, para que possamos penetrar na ótica da criminalidade a partir da infância. A ideia para esse capítulo é subdividi-lo em mais dois, que



Depois de dado relato das testemunhas, o promotor público intimou que os senhores levassem algum documento que provasse a idade das crianças, que para o mesmo durante todo o processo permanecesse “muito suspeita”. É nesse momento que a história dá um giro e passamos a entender a visão dos senhores em relação às crianças escravizadas. Enquanto o senhor de Lino, que era tutelado, relatou ao escrivão acompanhado do registro de batismo do mesmo, comprovando que ainda não teria completado 14 anos, acrescentou que Lino sempre fora um escravo fiel e que seria incapaz de cometer tais atrocidades, devido a sua idade, que provavelmente deve ter sido coagido pelo outro menor. Em contraponto, a senhora de André não conseguiu defendê-lo da mesma forma e além disso, ao apresentar os documentos referentes ao batismo de André, os escrivães perceberam que na verdade André possuía 16 anos e não 14. Após a intimação, os dois menores foram julgados, mas somente o mais velho foi condenado.

Durante todo processo da escravidão negra no Brasil, as crianças escravizadas desempenharam diversas funções. A partir dos oito anos começavam a aprender ofícios para praticar no futuro, serviam água para seus senhores e atendiam suas necessidades básicas, e quando mais novos, as crias de pé estavam sujeitas à ambiguidade senhorial. Por vezes podiam ser vistos participando das brincadeiras junto das crianças brancas, sendo paparicadas pelas senhoras, e por outras vezes, levando severos castigos. Todavia, se crê que as crianças escravizadas gozavam de liberdades maiores, em relação a esta mesma população na fase adulta. Circulavam quase que livremente pela cidade, brincando no cais, correndo entre vielas e campos, acompanhando outros escravos mais velhos em seus ofícios, juntando agulhas para costurar agasalhos, selando cavalos, pregando tábuas, cruzando a cidade para entregar recados ou até mesmo indo comprar mate. Nessas vivências estavam sujeitas a participar e cometer crimes, mas também expostas a sofrer todos os tipos de violência.

### **Referências Bibliográficas**

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para o porto do sul: características do tráfico negreiro de São Pedro do Rio Grande do Sul, c. 1790-c. 1825**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos do imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. **Cadernos Arquivo Edgard Lewenroth**. V.14, 2009, p.22

COSTA, Roger da. **Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas/RS (1845-1880)** Tese de doutoramento. PPGH-UFRGS. Porto Alegre 2014

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo**. EDUSP. 1ªed. 2001

FLORENTINO, Manolo; VILLA, Carlos. **Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850)**. 2016. *História (São Paulo)*. V.35 e 78, 2016.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra. João Pessoa. 1985

LARA, Silvia Hunold. **Processos crimes: o universo das relações pessoais**. In. V CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1982, Comunicação. Rio de Janeiro

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Brasiliense. Campinas. 1987

MOREIRA, Paulo S. **Justiçando o cativo: A cultura de resistência escrava**. In: *Império, Volume 2 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*. PICCOLO; PADOIN (org). 1ªed. 2006

PESSI, Bruno S. **Entre o fim do tráfico e a abolição: manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (c. 1850 - c. 1884)**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo – USP, São, 2012

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835**. Companhia das Letras. 2003, p.323

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e criminalidade; estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)** / Carlos Antonio Costa Ribeiro Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista in ALENCASTRO, Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. (1ª ed.). São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 236.

TEIXEIRA, Heloísa. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese(doutorado) PPHE. USP. 2007.

WISSENBACH, Maria Cristina dos santos. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: Hucitec, 1998



## **Gênero e História das Mulheres – Resistência, Trajetórias e Saberes**

Prof<sup>a</sup>. Sinara Veiga<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup>. Arantxa Sanches Silva da Silva<sup>2</sup>

Prof<sup>a</sup>. Sara Schneider de Bittencourt<sup>3</sup>

Prof. Me. Renata Barbosa Porcellis da Silva<sup>4</sup>

O Simpósio pretende fomentar o debate sobre gênero, história das mulheres e pesquisas com temas afins, relacionando perspectivas marcadas por diferentes experiências no tempo e no espaço, que abordem a memória, conflitos políticos e sociais, bem como a diversidade social e cultural que nos cerca. O objetivo é problematizar campos de estudos marcados por desigualdades, preconceitos e violências, visando contribuir criticamente para práticas de enfrentamento a tais questões, construindo, assim, novos saberes, especialmente tendo em vista que as dinâmicas contemporâneas exigem luta, empoderamento e reconhecimento de direitos para as minorias sociais, como aconteceu no decorrer de outros períodos históricos.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas e Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. e-mail: veigasinara@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: arantxasanches@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas e Bacharela em História pela Universidade Federal do Rio Grande. e-mail: sara.alais.sb@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Educação e Tecnologia pelo Instituto Federal Sul Rio-grandense e Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas. Líder do FORA DA CAIXA - Grupo de pesquisa em educação, gênero e sexualidade (IFSul).

## JESSICA JONES, UMA SUPER-HEROÍNA?: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA SÉRIE EM QUADRINHOS *ALIAS* (2001 – 2003)

Bacharela Arantxa Sanches Silva da Silva<sup>1</sup>

### Introdução

Neste artigo, analisaremos as representações da super-heroína Jessica Jones na série em quadrinhos *Alias*, lançada em 2001 pela Marvel Comics<sup>2</sup>, sendo a primeira série da empresa a receber o selo MAX<sup>3</sup>, que remete à presença de conteúdo adulto (drogas, nudez, linguagem vulgar, etc) explicitamente apresentado. O fato da protagonista destoar radicalmente dos modelos heroicos femininos que, com o passar das décadas, se tornaram hegemônicos neste suporte (por exemplo: Mulher Maravilha, RedSonja, Miss Marvel, entre outras.) chama minha atenção. Jessica Jones é representada realizando ações que seriam consideradas inadmissíveis para uma heroína típica – ela bebe, fuma, transa, não utiliza roupas sensuais, fala palavrões despuadoradamente.

Em certo sentido, Jessica é mais ‘humana’ do que a maioria das mulheres retratadas pela indústria cultural, por outro lado, pode ser considerada uma subversão de valores normativos. Ao longo das 28 edições de *Alias*, Brian Michael Bendis<sup>4</sup> (o criador da série) e Michael Gaydos (desenhista) tentaram criar uma personagem que, mesmo dotada de poderes sobre-humanos, como super força e capacidade de voar, é assolada por problemas que acometem praticamente todas as mulheres, como o assédio e a subestimação de seu profissionalismo como detetive. A protagonista também se diferencia no âmbito estético, pois não utiliza os típicos colantes e uniformes justíssimos característicos do universo MARVEL, trajando sempre roupas simples e casuais. Isto,

---

<sup>1</sup> Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas; mestrando em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES. arantxasanches@hotmail.com

<sup>2</sup> A *Marvel Comics*, ou *Marvel Worldwide Inc*, inicialmente *Marvel Publishing Inc/Marvel Comics Group* é uma linha editorial de histórias em quadrinhos da companhia *Marvel Entertainment*. Comprada pela Walt Disney em 2009, a produtora lançou-se no mercado editorial inicialmente como *Timely Comics*, mudando para *Atlas Comics* em meados dos anos 1950, adquirindo o alcunha “MARVEL” apenas em 1961, ano em que a companhia lançou *O Quarteto Fantástico* e outras histórias de Super Heróis criadas por Stan Lee, Jack Kirby e Steve Ditko. Informações retiradas da página: < <http://www.worldcollectorsnet.com/features/comics/marvel-comics/>>. Acessado em 29/02/2020.

<sup>3</sup> Selo este que ganhou maior notoriedade pelo ‘resgate’ de histórias antigas, como o pistoleiro Rawhide Kid que se tornaria, posteriormente, o primeiro personagem assumidamente gay a ter sua própria HQ. Fatos como esse fizeram com que o selo ganhasse mais destaque, propriamente, do que com séries novas. O Selo Max durou pouco tempo e só foi destaque em vendas com a série Justiceiro. Informações retiradas da página: < [https://en.wikipedia.org/wiki/Max\\_\(comics\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Max_(comics)) >. Acessado em 29/02/2020.

<sup>4</sup> Informações sobre o criador e o desenhista serão descritas no segundo capítulo

inclusive, faz com que em vários momentos ela não se identifique com a figura dos super heróis.

As edições das HQ's não são lançadas em ordem cronológica. Queremos com isso dizer que a narrativa da série não é construída de forma linear. Sendo assim, a série começa com Jessica já aposentada de seu trabalho como super heroína famosa e durante 23 edições a trama gira longe de seu passado<sup>5</sup>. Com Jessica já aposentada, a narrativa aborda situações que podem ser consideradas chatas, que, antes, como super heroína parte da família Avengers<sup>6</sup>, ela jamais teria de suportar, como burocracia, fofocas, dificuldades com a polícia, etc. Jessica também passa por uma série de coisas ruins como todos os heróis, mas que ganham maior evidência, em seu contexto de heroína de colante aposentada. Ademais, os próprios poderes de Jessica nunca são mostrados em seu potencial máximo. Ela nunca é vista levantando objetos extremamente pesados, como caminhões/ônibus, nem arrancando grades com as mãos. Jessica parece ter super força se comparada a um humano comum, mas não há nada que demonstre uma força igual a de Luke Cage<sup>7</sup>. Além da força, ela também pode voar, mas seu domínio sobre esta habilidade não é pleno, de forma que ela prefere evita-lo e costuma dizer que apenas realiza grandes saltos – em uma das ocasiões Jessica voa e cai no mar, sendo salva após quase se afogar por Thor.

### ***Fight like a girl, fight like Jessica Jones!:* A Representação do Feminino em *Alias* (2001 – 2003)**

Como dito anteriormente, Jessica Campbel Jones, mais conhecida como Jessica Jones, é o nome da heroína e principal personagem da série de quadrinhos denominada *Alias*, surgida em 2001 pela Marvel. *Alias*, estreou o selo Max que representava conteúdos

---

<sup>5</sup> Optamos por não analisar neste trabalho dois HQs, *A Origem Secreta de Jéssica Jones e Purple*, sendo eles a sétima e a oitava história da série *Alias*. Os arquivos que concernem as nossas fontes de análise foram adquiridos por download na rede mundial de computadores via *torrent*. Cruzamos nossa própria tradução com a versão em português, produzida pelo grupo de tradução “Os Impostores”, para, assim, obtermos maior acurácia quanto aos textos da obra. A versão não oficial em língua portuguesa pode ser acessada no link: <<https://lasqueihqonline.com/2017/02/22/alias-2001/>>. Nossa análise se foca do primeiro ao sexto HQ da série.

<sup>6</sup> *Avengers* (“*Vingadores*”) é um time Super Heróis composto por vários personagens das franquias Marvel. Nas narrativas da série *The Avengers*, vários heróis – dentre eles, Capitão América, Hulk, Thor, Homem de Ferro, Viúva Negra, entre outro(a)s – atuam juntos para salvar a terra de ameaças intergalácticas. A série tivera sua estreia em setembro de 1963, criado em uma parceria entre Stan Lee e Jack Kirby.

<sup>7</sup> Luke Cage é um dos personagens coadjuvantes de maior relevância na série *Alias*. Após voluntariar-se em uma experiência científica, adquirira super força e sua pele se tornara impenetrável, tornando-o resistente a cortes, disparos de armas de fogo e até a explosões. É considerado um herói “de-aluguel”, ou seja, que só atua de forma altruísta quando contratado. Fizera sua primeira aparição na série *Luke Cage, Hero for Hire #1*, em Junho de 1972, atuando como protagonista. Informações retiradas na página: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Luke\\_Cage](https://en.wikipedia.org/wiki/Luke_Cage)>. Acessada em 29/02/2020.

de cunho adulto, permitindo assim uma maior liberdade tanto para o desenhista Michael Gaydos, quanto para o idealizador e escritor Brian Michael Bendis. Bendis, além de escritor da série *Alias*, também produziu séries como *Daredevil* (conhecido popularmente no Brasil como Demolidor), *New Avengers Volume 1* (Novos Vingadores volume 1), entre outros.

A série a qual iremos nos aprofundar é constituída pelos desenhos de Michael Gaydos, que serviram muito bem ao propósito de uma narrativa mais séria voltada ao público maior de 18 anos devido ao seu conteúdo adulto. Ao longo das edições, Jessica protagoniza cenas nunca antes realizadas por heroínas, tais como cenas de sexo e cenas em que esta bêbada. .

*Alias* é formada por oito histórias em 28 edições que se passam após Jessica largar o uniforme e abandonar a vida de “Super Heroína”<sup>8</sup> depois de um caso em que ela evita comentar sobre do que se trata. Após largar o colante, Jessica passa a trabalhar como detetive particular em sua própria empresa denominada *Codinome Investigações*. É trabalhando neste emprego que Jessica acaba se envolvendo em quase todos os acontecimentos de suas histórias. Apesar de ter abandonado a vida de usar uniforme assim como seu codinome, Jessica ainda “salva o dia”, resolvendo seus casos.

A trama se mistura com sua vida pessoal conturbada que deixa um ar de curiosidade para os leitores, pois não se descobre de início o que aconteceu na vida da personagem para que ela tenha se transformado em uma pessoa, de certa forma, paranoica e um tanto desesperançosa. Jessica se destaca também por seu humor sarcástico e carregado de ironias. Comumente não demonstra sentimentos na frente das pessoas e é vista em muitas cenas com cara de tédio. Os enredos contam com participações de diversos personagens de outras séries, como Matt Murdock (O Demolidor), Capitão América, Homem Formiga (com quem ela chega, inclusive, a ter um caso amoroso), Mulher Aranha e também, em um episódio emblemático, a mutante Jean Grey. Estas oito histórias são denominadas como:

- Alias: “Dangerous liaisons” (Conexões Perigosas)
- Alias: “Level B” (Nível B)

---

<sup>8</sup> Utilizamos as aspas pois nos referimos ao período em que ela atuara como uma Super Heroína no modelo “padrão”, ou seja, utilizando uniforme colante, outra cor de cabelo e o codinome *Jewel* (“*Safira*”). Em outro momento, Jessica adotara o codinome *Knightress* (“*Paladina*”), mas, segundo a própria, este fora “[...] Só um nome que não pegou.”.

- Alias: J. Jonah Jameson
- Alias: “Rebecca, please, come home!” (Rebecca, por favor, volte para casa!)
- Alias: *It’s Raining Man* (Esta chovendo homem)
- Alias: “The underneath” (Intimidade)
- Alias: “The secret origin of Jessica Jones” (A origem secreta de Jessica Jones)
- Alias: *Purple* (Névoa Púrpura)

Iremos explicar de forma resumida as oito histórias, ressaltando e nos aprofundando em algumas cenas que transportam Jessica para mais perto dos acontecimentos comumente sofridos pelas mulheres no cotidiano. Outras cenas focam em como Jessica foge aos padrões esperados de uma mulher – que não beba, não fale palavrões, que vista-se como uma mulher “decente”, etc.

#### **“Dangerous liaisons” – Conexões Perigosas**

O primeiro HQ da série se inicia com Jessica jogando um homem pelo vidro da porta após a tentativa do mesmo de socar a personagem. Após chamar a polícia para esclarecer o acontecimento, Jessica é confrontada pelos policiais, que encontram uma foto sua em sua antiga “profissão” para saber por que a super heroína largou sua antiga vida. Em determinado momento, Jessica é afrontada por uma das autoridades que a chama de “Super mocinha”, falando também a seguinte frase: “*Você sabe que não está acima da lei, não é?*” A situação seria impensável caso o herói em questão fosse um homem; nas narrativas com protagonismo masculino, este é sempre visto como um aliado, ou até como um superior, pelas autoridades públicas. Mesmo heróis extremamente jovens dificilmente têm suas habilidades desacreditadas por policiais e/ou políticos, enquanto Jessica não só é advertida como também ameaçada de forma velada. Jessica engole sua raiva da situação e é vista fechando seu punho em sinal de ira, após isso a personagem é vista dormindo sob sua mesa com um cigarro em uma das mãos e acompanhada de um copo de bebida (VER FIGURA Nº 1, EM ANEXOS)

Contudo, o enredo desta história se inicia quando uma cliente misteriosa aparece em seu escritório para contratar seus serviços, no intuito de encontrar sua irmã desaparecida. Jessica mergulha fundo para encontrar a garota, mas acidentalmente descobre a identidade secreta do Capitão América. A trama vai ficando mais confusa na medida em que Jessica surta ao achar que não foi por acaso, ela teria sido mandada propositalmente para descobrir a identidade secreta do protetor nacional. Jessica se vê em

pânico achando que virão atrás dela, dando, desta forma, um prelúdio do que teria acontecido com a heroína em sua antiga vida. Jessica se pega realmente envolvida em um complô para desmascarar o Capitão América e derrubar a campanha de um dos candidatos a presidência dos EUA, no qual ela é apenas uma peça a ser usada. Contudo, contrariando suas expectativas pessimistas, Jessica é salva por seu amigo da SHIELD. Em seu encontro com o defensor patriota Steve Rogers (Capitão América), Steve agradece a Jessica por tê-lo salvo em um momento tão sombrio. Jones, por sua vez, confessa ter largado a vida de Super Heroína fantasiada, pois não se considerava um modelo que inspiraria as pessoas como ele. Por sua vez, Steve destaca todos seus atos durante o caso, demonstrando o contrário. Capitão América também aproveita para ressaltar que, embora Jessica não use mais uniforme, as pessoas que ainda usam permanecem a considerando uma deles.

### **“Level B” – Nível B**

A história se inicia quando Jessica é contratada por uma esposa desesperada atrás de seu marido, o famoso parceiro dos Super Heróis e também músico Rick Jones. A busca parece mais difícil do que de costume, mas, apesar da demora, Jessica encontra o músico em um bar noturno. Após o show, Jessica vai até os bastidores, mas o cantor foge e em meio a perseguição Jessica se vê emboscada por um Rick Jones paranoico. Durante sua perseguição ao cantor Jessica move seus contatos com os vingadores e acaba por descobrir que o aquele não é o verdadeiro Rick Jones, mas sim apenas mais um impostor.

### **J. Jonah Jamenson**

A narrativa desta história se inicia com Jessica sendo contratada por J. Jonah Jameson, dono do jornal *Clarim Diário*<sup>9</sup>, que almeja descobrir a identidade secreta do Homem Aranha. Jessica acata o caso sob a condição de receber todos os seus honorários e extras. Semanas se passam e Jameson percebe que fora vítima de um golpe da Super Heroína, que utilizara o dinheiro do *Clarim Diário* para financiar um sopão beneficente para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Durante a leitura da HQ, algumas falas dos personagens – especialmente de Jameson – chamaram nossa atenção vide seu teor sexista e de desdém para com as capacidades de Jessica. Atentemos algumas destas falas:

---

<sup>9</sup> Um jornal fictício presente em várias narrativas (Ex: Homem Aranha e Demolidor) do Universo Marvel.

Jamenson: “[...] Ela foi uma **tal de safira** por um tempo .**Nada muito digno de nota**...sem querer ofender, srtª Jones.” [...]; “Aí ela tentou de novo como **“Paladina”?**”[...] Vou ser franco contigo, Jones. Estou te oferecendo fama e fortuna. Do tipo que você **nunca** conseguiu por **conta própria**... nem quando usava uma das suas **“identidadezinhas” cretinas**. Com a fama que você vai conseguir nesse trabalho, todo mundo que pretende fuçar na vida de alguém vai querer te contratar. Então, pela última vez: está nessa ou não?” (Grifos nossos)

Claramente, é possível notar a falta de seriedade com que ela é tratada pelo dono do *Clarim Diário*, não é comum tamanho desrespeito com alguém que tenha tanta força quanto Jessica possui, mas evidentemente isso não o intimida.

Jameson: “E eu rezo... vou cair de joelhos e rezar pra que um dia você pise na bola, porque meu jornal vai estar tão na sua nuca que... que... que... aaaaaarghh! Eu te odeio!!!”

### **“Rebecca, Please, Come Home” – (Rebecca, por favor, volte para casa!)**

Nesta história Jessica é contratada para desvendar o desaparecimento de uma adolescente que supostamente é tida como mutante pelos colegas de escola. Os pais ditam um quadro infeliz da garota em relação ao seu relacionamento com eles e a mãe acusa o pai de pedofilia com a própria filha. Ao chegar na cidade Jessica conhece um policial local de quem acaba se aproximando e mantendo um relacionamento bem próximo. Em meio as investigações os dois saem juntos para um bar e Jessica é retratada bebendo em uma cena atípica para uma heroína, sem o menor constrangimento, como podemos ver no seguinte diálogo: “Policial: [...] *Cê é boa no copo hein?*; Jessica: *Todo mundo precisa de um Hobby*”

De repente, a cena é interrompida pelo pai da adolescente desaparecida que chama Jessica de “superputa” e a acusa de estragar sua vida. Fora de controle o pai da garota só é contido pelo policial enquanto Jessica, sem expressar qualquer reação, como se já estivesse acostumada a xingamentos machistas, não reage a nada e permanece sentada. Momentos após o pai da garota sair, Jessica pergunta ao policial: “*Você hã... disse que era solteiro né?*”. Na cena seguinte, Jessica é vista beijando-o sobre o capô do carro.

Jessica se envolve mais com o policial e os dois acabam transando por pedido dela. Neste sentido, é importante ressaltar uma reflexão a respeito da sexualidade feminina. Simone de Beauvoir afirma que

Na prova real da experiência erótica, as obsessões da infância e da adolescência vão enfim dissipar-se ou confirmar-se para sempre; muitas moças sofrem por ter pernas robustas demais, seios demasiados discretos ou pesados, ancas

magras, uma verruga; ou temem alguma deformação secreta (BEAUVOIR, 1975, p. 120)

Este é um dos motivos que fazem de Jessica Jones uma heroína excepcional. Reforçando o pensamento da filósofa francesa, "Aos tabus e às inibições provenientes de sua educação e da sociedade, superpõem-se repugnâncias, recusas que tem sua fonte na própria experiência erótica" (BEAUVOIR, 1975, p. 125). Jessica, pelo contrário, se relaciona livremente com vários personagens masculinos, demonstrando segurança sobre seu próprio corpo e sobre seus desejos sexuais.

Ela acorda no dia seguinte presa em uma cela da cadeia, o policial alega que não sabe com o que Jessica está acostumada mas a noite passada havia sido demais para ele suportar. Nota-se que a sexualidade explícita de uma mulher e a sua capacidade de fazer com seu corpo e seu desejo o que bem entende ainda é assustadora para a maioria dos homens.

Ao sair do banheiro encontra o policial com quem havia passado a noite e este se diz arrependido sobre tudo que disse a ela e alega ter ficado apavorado com tudo, o que apenas confirma o pensamento já dito sobre a sexualidade feminina ainda assustar e ser um tabu.

Jessica encontra a garota desaparecida declamando poesia em um bar local. Quando a heroína tenta levar a adolescente para casa é impedida pelo segurança que a ameaça convictamente por ser maior que Jones. Atentemos para o diálogo das duas personagens.

### **“It’s Raining Man” – Esta chovendo homem!**

A história tem apenas uma edição e a protagonista se encontra com Scott Lang, o homem formiga, após ter aceitado sair para jantar com o integrante dos vingadores. O enfoque total desta história se dá no desenvolvimento de um possível relacionamento entre Jones e Lang. Jessica e Scott mantêm uma conversa sobre suas carreiras, a vida de Scott como homem formiga e sua passagem pela prisão e a vida de Jessica depois dos vingadores.

### **“The Underneath” – Intimidade**

O arco se inicia de forma muito emblemática com Jessica olhando revistas voltadas ao público feminino e tecendo comentários sobre as mesmas. Os balões retangulares ilustram alguns dos pensamentos de Jéssica, que chega a se questionar: “Caralho... não é pra menos que eu me sinto uma merda o tempo todo!”. Ironicamente, a heroína salva a loja de uma tentativa de assalto, contradizendo os valores atribuídos ao



gênero feminino que ela acabara de ler. O ponto mais chocante se dá pela naturalidade das ações de Jéssica em salvar o dono da loja perante a ameaça iminente; a personagem imobiliza o meliante com extrema facilidade, entregando sua arma do bandido ao dono do estabelecimento.

Ao retornar ao seu apartamento, Jessica se depara com uma mulher utilizando uniforme idêntico ao do Homen-Aranha. Confusa, a protagonista questiona a invasora sobre sua identidade. A estranha mulher reconhece Jessica e indaga-se, “Eles mentiram pra mim. Os putos mentiram pra mim!”, lançando-se pela janela sem tecer mais comentários. Sem respostas para o estranho ocorrido, Jessica liga para Scott, que vai até sua casa. Temendo pela segurança de Jessica, ele convida-a para dormir em sua casa.

Nestes enquadramentos, é possível analisar uma clara inversão de valores entre Jessica Jones e Scott Lang (Homem Formiga). Após terem relações sexuais, Scott permanece na cama, adormecido, enquanto a heroína relaxa em outro cômodo. Ao contrário do que seria esperado nos ‘clichês’ midiáticos – em que o homem desfruta do cigarro após o ato sexual enquanto a parceira adormece enrolada nos lençóis – aqui é o elemento feminino que recebe maior atenção. A representação presente nesta sequência traz um discurso diferente sobre o corpo feminino, na medida em que a personagem demonstra conforto e domínio sobre ele, não sentindo a necessidade de manter-se no quarto após transar – como seria esperado de uma mulher “recatada”. Seu papel assertivo quanto ao próprio corpo e sexualidade merece destaque, pois, como afirma Beauvoir, “a mulher, sendo apenas um objeto, dela se dirá que é *quente* ou *fria*, isto é, que nunca poderá manifestar senão qualidades passivas” (BEAUVOIR, 1975, p. 114).

Enquanto Scott adormece, Jessica liga pra Clay, seu contato na SHIELD. O informante descobre que a misteriosa mulher-aranha é Mattie Franklin, a terceira mulher-aranha e sobrinha de J. J. Jameson. Jessica se encontra com este para tratar o assunto e é ameaçada pelo dono do *Clarim Diário*, que supõe que a heroína tenha sequestrado Mattie. Por fim, Jessica decide encontrar a garota por conta própria – um ato típico de um super-herói, que prefere não contar com a ajuda do poder público e que no caso de Jones a polícia representa mais uma ameaça do que um aliado, Jessica demonstra diversas vezes não confiar na polícia.

Jessica decide se encontrar com uma vidente para afim de retirar informações sobre Mattie, mas a informante lê sua mente e cita seu passado trágico, o que revolta Jessica e a faz sair de lá aos berros. Jessica então pede ajuda ao seu único fã, um garoto que vive invadindo seu escritório. A heroína pede que o garoto ache alguém que tenha

visto Mattie ultimamente e que saiba informações a seu respeito. Pouco depois, o garoto volta com uma menina que diz ter visto Mattie. Ela alega que Mattie Franklin esta ‘enrolada’ com seu irmão, que supostamente é traficante e frequenta a uma boate da cidade. A garota traça um quadro pouco amistoso de seu próprio irmão, o que deixa Jessica apreensiva, motivando-a mais ainda a investiga-lo. Com tais informações, Jessica decide ir a boate encontrar o tal traficante e achar Mattie. Ao chegar na porta da boate, ela é barrada por não estar “adequadamente vestida”. É importante salientar que, ao longo da série, Jessica é julgada inúmeras vezes por sua aparência. Sobre a questão da vestimenta feminina, Beauvoir afirma que

A própria sociedade pede à mulher que se faça objeto erótico. [...] O Objeto das modas, às quais está escravizada, não é revela-la como indivíduo autônomo, mas ao contrário priva-la de sua transcendência para oferecê-la como uma presa aos desejos masculinos (BEAUVOIR, 1975, p. 296)

Desta forma, a mulher moderna é condicionada a crer que “Cuidar de sua beleza, arranjar-se, é uma espécie de trabalho” (BEAUVOIR, 1975, p. 296).

Jessica sai da fila da boate pensando “Que Deus me perdoe pelo que eu vou fazer.” sugerindo que algo sério está para acontecer. As cenas seguintes mostram Jessica se maquiando e colocando roupas típicas para outras mulheres, mas atípicas para ela. A cena da heroína utilizando saia curta, botas de cano longo, blusa decotada e maquiagem produz um choque grande no leitor em termos de expectativa. Jessica se consagrara por ser uma heroína fora dos padrões habituais. Sua falta de preocupação com os padrões de beleza femininos constitui uma de suas características principais. Da mesma forma, a narrativa produz um efeito deveras irônico, pois gera estranheza pelo simples fato da personagem utilizar um vestuário que seria plenamente aceitável em outra personagem senão ela mesma. Isto ocorre em função da associação da feminilidade como algo intrinsecamente ligado à busca pela beleza estética. Para Beauvoir, “A ideia de feminilidade impõe-se de fora a toda mulher, precisamente por que se define artificialmente pelos costumes e pelas modas” (BEAUVOIR, 1975, p. 452). A questão se torna ainda mais delicada pois, como defende esta intelectual,

Hoje, graças às conquistas do feminismo, torna-se dia a dia mais normal encoraja-la a estudar, a praticar esporte; mas perdoam-lhe mais que ao menino o fato de malograr; tornam-lhe mais difícil o êxito, exigindo dela outro tipo de realização: querem, pelo menos, que ela seja *também* uma mulher, que não perca sua feminilidade. (BEAUVOIR, 1975, p. 23)

Arrumada para os padrões do estabelecimento, Jessica consegue entrar na boate e em seu humor típico critica a situação da sociedade atualmente. Lá dentro, Jessica pergunta por Denny, o suposto traficante namorado de Mattie, e é levada até ele nos fundos da festa. Ao chegar no recinto, dá de cara com Franklin deitada no colo do homem, aparentemente tão inconsciente que sequer a reconhece. Jessica interage, a fim de saber o que está acontecendo, fingindo ser apenas alguém atrás de diversão e do que mais estiver rolando ali. De repente, ao ser questionada se já havia usado certo tipo de droga, a qual ela desconhecia, vê Denny acordar Mattie, pedir que ela faça uma coisa por eles. Denny vira Mattie de costas e coleta sangue dela através de uma grande cavidade feita em suas costas. O sangue coletado é esquentado e (literalmente) fumado pelo namorado da garota. Ao ver tal cena, Jones resolve finalmente agir e parte para cima de Denny, que após ter usado a droga bate com uma força sobre humana em Jessica, deixando a heroína inconsciente. Jogada da boate para a rua, Jones é encontrada por Bem Urich, repórter do *Clarim diário*. Ben e Jessica conversam e ele a atualiza sobre o consumo de um tipo de droga feita a base de partes do corpo de mutantes e super-heróis. Após isto, Jones decide passar no hospital para ver se seu corpo está seguro. No retorno do hospital para sua casa, Jones, é atacada dentro de seu apartamento pela primeira mulher aranha, Jessica Drew, e também supõe que Jessica tenha feito algo com Mattie. Quando a protagonista consegue finalmente se explicar, Drew percebe que tudo não passou de um mal entendido, que Jones é quem havia ligado para ela pedindo informações para encontrar Mattie. Assim, agora as duas partem juntas na busca por Mattie. As heroínas encontram uma festa. Chegando lá, encontram também Speed Ball, um super herói “de segunda categoria” que esta trabalhando junto com a policia no intuito de prender os traficantes ali presentes. Quando o então namorado de Mattie se dá conta da armadilha, parte para cima de Jessica. Já entorpecido pela droga, Denny esta com super poderes temporários fornecidos pela droga e ataca Jones com muito mais força que um humano comum. Jessica Drew também se envolve na luta e usa seus superpoderes em Denny, que fica paralisado enquanto Jones lança uma TV sobre ele, encerrando, finalmente, a luta com Denny inconsciente no chão. Com Mattie desmaiada nos braços e não confiando na policia, Jones e Drew optam por fugir com a garota. Jessica então salta pela janela com Mattie, levando-a embora de todo aquele pesadelo. Algum tempo depois, Franklin, já recuperada, bate a porta de Jones para agradecer por ter salvo sua vida.

## CONCLUSÃO

Nossa análise sobre a série *Alias* trouxe uma gama de debates relevantes sobre as representações de super heroínas nas HQs ao longo dos anos. No que tange à relação entre a indústria dos quadrinhos e as representações do gênero feminino, é inegável a afirmação de que este mercado possui um histórico extremamente problemático no que diz respeito à difusão de estereótipos e modelos sexistas, situações estas em que o elemento masculino quase sempre se sobressai por sua audácia, coragem e força, enquanto o feminino – mesmo quando lhe atribuído certo empoderamento – permanece sexualizado e retratado como objeto de fetiche sexual. Várias são as estratégias metodológicas que estão à disposição do(a) pesquisador(a) e que permitem decifrar tais discursos, assim como os jogos de poder que permeiam essas imagens. Por isso, a discussão não pode ser tomada por encerrada com o trabalho aqui proposto; pelo contrário, esta discussão está cada vez mais fomentada por novos trabalhos, que se debruçam sobre as HQs como produtos de seu tempo, que representam momentos vividos na atualidade ou no passado que são transfigurados em produtos comerciais através dos textos de mídia. Neste sentido, é possível notar através de Jessica Jones que ela é uma mulher de seu tempo. *Alias* surge em 2001, com a proposta de uma super heroína que reflita os padrões atuais femininos, uma mulher que não mais fique apenas como coadjuvante até em sua própria história, esperando ser salva ou contando com ajuda masculina. Uma mulher que tenha uma profissão que não é estigmatizada pelo papel social do gênero. Uma mulher que tenha passado por sofrimentos que não são necessariamente amorosos. Jessica nos mostra não só que é possível ser super heroína sem uniforme, como é possível salvar o dia sem vestir um.

É importante que existam modelos mais próximos da vida real, que mesmo com super poderes sejam mais próximos e palpáveis para as pessoas comuns. É de grande importância que crianças, em especial meninas, possam ter diferentes super heroínas em quem possam se inspirar, além dos canônicos modelos das mulheres passivas, bondosas, maternais e complacentes. Jessica foge de todos estes estereótipos. O fato de ter sofrido por meses na mão de um vilão que a controlou em um relacionamento abusivo<sup>10</sup>, semelhante ao que ocorre na vida real, somado ao fato de que Jones, apesar das “cicatrizes” do passado, fora capaz de seguir em frente, nos mostra uma nova imagem para servir de exemplo.

---

<sup>10</sup> A história *Purple* que optamos não analisar aqui por recorte temporal e de leituras, retrata os acontecimentos anteriores que levaram Jessica a largar a vida de super heroína com uniforme, o

Como vimos até aqui, as mulheres sempre estiveram representadas em HQs, porem muitas vezes essa representação não fazia jus necessariamente as mulheres do período, mas sim aos estereótipos de mulheres que se julgavam “mulheres descentes”, ou no caso das vilãs, que juntavam tudo que era descabido para uma personalidade feminina. Estas personalidades, tanto de vilania como de super heroínas, e até mesmo de mulheres comuns representadas nas HQs, modificou-se com o passar dos anos. Como era de se esperar, as vilãs passaram a não ser mais necessariamente mulheres cujo amor lhes havia sido negado, mulheres cuja roupa era sempre ousada demais e, agora, também são representadas a partir de seus próprios dilemas sociais, assim como diversos vilões masculinos. As super heroínas refletem o seu tempo e também a exigência do publico. Sabe-se que com o publico feminino consumindo cada vez mais as mídias antes dominadas quase que somente por homens, resta aos produtores atender a demanda deste novo publico que exige representações melhores dos papeis femininos, que não mais aceita mulheres em trajes *seminus* e posições constrangedoras e impossíveis anatomicamente. E nesse sentido, surgem espaços para novas heroínas como Jessica, como a repaginada Super Girl, que agora sai das HQs para ser protagonista de uma serie de televisão, e a nova versão de Iron Man, que agora é uma garota negra. O fato de uma mulher tomar o lugar de Tony Stark também ressalta as novas possibilidades de profissões para mulheres, para além dos papeis clichês, como professora, enfermeira, dançarina, medica, cozinheira. A própria Jessica tem como profissão ser detetive particular e esta profissão é geralmente ocupada por homens. Thor também ganha sua versão feminina que agora terá uma revista lançada por mês. A super heroína, além de ter a vida “comum” de todo super herói, também faz sessões de quimioterapia contra o câncer.

Contudo, mesmo as mais novas representações da mulher moderna, ainda se distanciam de Jessica, que abre larga escala quando o quesito é se aproximar da vida real. Jones deixa de se considerar uma super heroína por não ser “certinha” como o Capitão América. Ela também não tem mais um uniforme e um codinome bonito para usar, mas ainda salva o dia como todos os super heróis, mas agora Jessica nesta versão de super heroína descaracterizada aparece se envolvendo em relacionamentos despreziosamente com mais de um parceiro, sem pressões sobre sua roupa, cabelo ou

---

relacionamento abusivo e a violência sofrida por Jones durante este arco temporal pretende ser analisada em outra ocasião onde haja maior disponibilidade de tempo e o momento mais propício. Da mesma forma, também retiramos de nossa análise o arco *The Secret Origin of Jessica Jones*, que trás a adolescência da heroína, a perda de seus pais e a forma como Jessica ganha seus super poderes.

corpo. Talvez o fato de Jessica não ceder às pressões sobre feminilidade a façam também não se considerar uma super heroína, mas mesmo representada em cenas fazendo coisas que seriam mais aceitáveis para homens, como beber, fumar, falar palavrões demais, mesmo com roupas largas e de aparência confortável, ao contrário das roupas apertadas que até hoje são utilizadas pelas mulheres em busca da tão falada ‘feminilidade’. Jessica não parece sequer almejar ser um homem. Pelo contrário, parece sentir-se confortável consigo mesma neste quesito e em paz com seu corpo, tanto que é retratada de lingerie confortavelmente fumando sentada em frente ao computador, que parece ser seu lugar predileto. Jessica nem sempre se reconhece como heroína por não se encaixar nos padrões que são esperados desta categoria. Mesmo assim, isto não impede-a de salvar o dia a sua própria maneira, assim como milhões de mulheres que dia-a-dia, pouco a pouco, transformam nossa sociedade, utilizando seus próprios super-poderes, vencendo seus próprios medos...lutando como Jessica Jones.

### **Referências Bibliográficas**

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Algés: Editora Difél, 2002.

COUTINHO, Laís Roxo. **GirlPower: A Representação do Feminino nos Quadrinho**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 115. 2018.

DE BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: A Experiência Viva**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1975.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. 7a edição. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 181-206.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: Identidade Política entre o Moderno e o Pós-Moderno**. Bauru: EDUSC, 2001

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11- 36, 2003.

MITCHELL, W, J, T. O que as Imagens realmente querem? *In*: ALLOA, Emmanuel. **Pensar a Imagem?**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. Representações Femininas nas Histórias em Quadrinhos: Da Ficção à Realidade. *IN*: Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder, nº

8, 2008. Florianópolis. **Anais do 8º Encontro Fazendo Gênero – Corpo, Violência e poder.** Florianópolis: \_\_\_\_\_, 2008, p. 1 – 7.

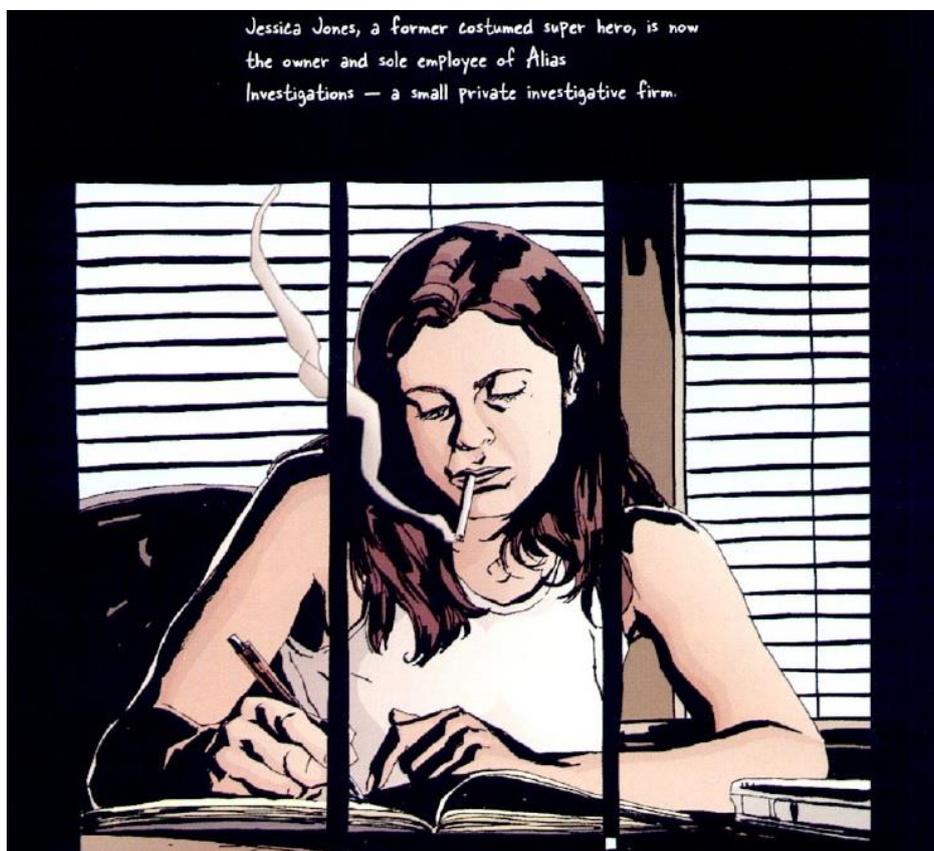
OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. **Mulher ao Quadrado: As Representações Femininas nos Quadrinhos Norte Americanos: Permanências e Ressonâncias.** Brasília: EDUNB, 2007 Perspectiva, 2015, p. 181-206.

VALIM, Alexandre. **Cap. XV História e cinema 282-299.** IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

### Anexos



(FIGURA 1: Jessica adormecida. BENDIS;GAYDOS, 2001, p.7)



(Figura 2: Jessica fumando enquanto trabalha em seu escritório. Enquadramento retirado de BENDIS; GAYDOS, 2002, p.2).



(Figura 3: Jessica bebendo e flertando com o policial. Enquadramentos retirados de BENDIS; GAYDOS, 2002, p. 9)



(Figura 4: Jessica beijando o policial sob o capô do carro. Enquadramento retirado de BENDIS; GAYDOS, 2002, p. 12)





(Figura 5: Jessica faz insinuações eróticas ao policial. Enquadramento retirado de BENDIS; GAYDOS,2002, p.13)



(Figura 6: Jessica se maquiando . Enquadramento retirado de BENDIS; GAYDOS, 2003, p. 15)



(Figura 7: Jessica vestida atipicamente. Enquadramento retirado de BENDIS; GAYDOS, 2003, p.

16)

## **FEMINICÍDIOS: UM ESTUDO SOBRE MORTES DE MULHERES OCORRIDAS EM PELOTAS-RS (2014-2019)**

Ma. Elisiane Medeiros Chaves<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho se relaciona a uma pesquisa que está sendo realizada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, na área de Ciências Humanas. Trata a respeito de um estudo sobre os crimes de feminicídios, ocorridos tanto na forma consumada quanto na tentada e que foram praticados, na maioria das vezes, pelos companheiros ou ex companheiros das vítimas.

Notícias constantes e, praticamente diárias, demonstram que a violência masculina ainda atinge de forma indiscriminada e expressiva a vida de muitas mulheres. A pesquisa em curso está na fase de coleta dos dados em processos judiciais cujas ações penais tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas, que é o órgão responsável pelo Tribunal do Júri, o qual julga os crimes dolosos contra a vida. O juiz responsável<sup>2</sup> autorizou previamente a pesquisa.

É possível inferir que casos de violência contra as mulheres eram aceitos, na maioria das sociedades, como uma forma de contê-las e para que o costume social de que o homem devia ser o comandante da família fosse mantido. Tratar esses atos violentos como crime é algo recente no Brasil. A lei 11.340 (lei Maria da Penha) é de agosto de 2006 e a lei que trata com mais rigor os assassinatos de mulheres é de março de 2015 (lei do feminicídio). Por essa razão, a pesquisa tem seu recorte temporal compreendido entre o ano de 2014, um ano antes da criação da nova lei, a fim de verificar como eram tratados os homicídios de mulheres e como eles passaram a ser resolvidos pelo Estado depois da mudança de regramento.

Como é feita a análise de processos judiciais ainda em andamento, o estudo é relacionado à História do Tempo Presente. Delgado e Ferreira (2013) entendem que o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização, que está inscrito nas experiências analisadas e que inclui diferentes dimensões, tais como,

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História e Bacharela em História e em Direito pela Universidade Federal de Pelotas. Email: elisianemchaves@hotmail.com.

<sup>2</sup> O juiz de Direito responsável pela 1ª Vara criminal e pelo Tribunal do Júri em Pelotas, é o senhor Régis Adriano Varzin.

um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo.

Para Motta (2012), a História do Tempo Presente foi objeto de desconfiança no seu nascimento, pois como era ancorada em testemunhos diretos, a chamada história oral, levava a pensar que escrever sobre o presente era fazer uma leitura subjetiva daquilo que o historiador observava e que, portanto, a história estaria contaminada por ele mesmo, com seus conceitos e preconceitos.

Ainda para Motta (2012), a História do Tempo Presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que é vivido e do que se consagra como memória, e em vista da sua cientificidade, erudição e criticidade, ela se firmou como um campo de conhecimento dos mais vigorosos. O historiador se torna coparticipante dos acontecimentos, ele vive e conta o que vive. E o distanciamento necessário em seu trabalho não é dado pelo tempo, mas pela ética, pelo manejo de suas posições políticas.

Conforme Padrós (2004), a História do Tempo Presente capta a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, e estabelece as conexões, as pontes, que a interligam com um passado histórico.

Rouso (2009), refere que a História do Tempo do Presente diz respeito a uma história inacabada, que não passa, ou seja, um passado que é sempre presente, existindo, no entanto, o reconhecimento de novos contextos. Nesta esteira de entendimento, a violência contra as mulheres é um fenômeno que vem se estendendo através dos períodos históricos e que permanece na atualidade, ainda que hoje os valores e hábitos sociais sejam diversos.

O objetivo geral do estudo é investigar os crimes violentos cometidos contra as vidas das mulheres pelotenses, entre 2014 e 2019, a fim de tentar compreender as dinâmicas envolvidas nesses crimes e observar a maneira como o Estado se posiciona nesses casos.

O estudo parte da hipótese de que, em todos os períodos históricos, muitos homens aprenderam que sua categoria social poderia dominar as mulheres, cabendo a elas obedecer aos seus comandos, sob pena de sofrerem violências masculinas. Essa forma de encarar as relações de gênero faz parte de uma construção social que foi naturalizada por diversas sociedades e, embora já não tenha mais a mesma força, ela persiste nos dias de hoje, razão pela qual muitos homens ainda matam mulheres, pois continuam valorando-as como seus objetos de dominação, não admitindo perder o controle que, historicamente, aprenderam que podem ter sobre elas.

A maioria das sociedades estabeleceu para as mulheres que o seu lugar era o interior das casas, enquanto o espaço público e as decisões políticas e econômicas ficavam nas mãos dos homens. Para Bauberót (2013), ocorre um trabalho profundo realizado pela sociedade para levar o menino, e depois o homem adulto, a se conformar segundo as características físicas e morais específicas para o seu estado viril. Desde a infância, a maioria dos meninos é ensinada sobre seu papel social de ser mais agressivo, corajoso, ser o comandante de uma relação. Parte de nossa atual sociedade ainda cobra o exercício desse papel masculino, bem como requer que as mulheres sejam subservientes e dóceis.

## **DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

As fontes da pesquisa consistem nos processos judiciais que tramitam na 1ª Vara criminal de Pelotas e na produção de narrativas que serão construídas através de entrevistas com vítimas sobreviventes de tentativas de feminicídio que se dispuserem, voluntariamente, a participar do estudo. O contato será feito no dia em que elas comparecerem no fórum para audiências, o que será verificado nos autos processuais pesquisados.

Por conta da análise realizada nos processos judiciais, uma das metodologias utilizadas é a análise documental. Para Calado e Ferreira (2005) esse método pressupõe um conjunto amplo e complexo de dados coletados para se chegar a elementos manipuláveis, que permitam estabelecer relações e obter conclusões, as quais costumam ser representadas pela categorização ou pela codificação.

Já para Silva et al (2009, p. 4557):

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo.

Em razão das entrevistas que se pretende realizar com vítimas sobreviventes de tentativas de feminicídios, será utilizada também a metodologia da História Oral Temática. Segundo Ferreira (2012), o historiador da história oral tem um trabalho desafiador, pois ele, além de ter uma participação interativa na geração do documento (entrevista), utiliza uma memória sensível, que não é a sua, e precisa definir os episódios sobre os quais irá refletir, a fim de, usando o terreno da memória, realizar um trabalho de escrita da história, crítico e ético.

Para Meihy e Holanda (2007), a História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e segue com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. No projeto deve estar previsto o planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível a publicação dos resultados.

Em relação às narrativas que serão produzidas, elas dirão respeito às lembranças, as memórias particulares das pessoas entrevistadas e, conforme Pollak (1992, p. 203): “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”.

Segundo Portelli (1996), as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, pois são subjetivas, mas nos oferecem um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. Ainda segundo Portelli (1997, p. 17): “Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados”.

Ao se discutir sobre o tema da pesquisa, cabe referir que a história do Ocidente demonstra que, na maioria das sociedades, existiam demarcações de gênero fortemente representadas por valores sociais que foram sendo naturalizados e passaram a ser entendidos como normais. Discursos médicos, biológicos e sociais trataram de construir verdades que se expressavam através de relações desiguais de gênero e que foram sendo absorvidas e se tornaram culturais, ao ponto de serem reproduzidas de geração em geração.

Nessas diversas sociedades, homens aprenderam comportamentos sobre serem superiores às mulheres e que elas deviam ser submissas às vontades deles. A identificação masculina com essas normas, entre outras, faz parte da construção das masculinidades. A esse respeito, de acordo com Bauberót (2013, p. 189):

[...] deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril.

Segundo Bourdieu (2005, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. A determinação

cultural de papéis a serem exercidos por ambas as categorias sociais, demonstra o estabelecimento de identidades de gênero que determinam estereótipos norteadores da vida em sociedade.

Ainda conforme Bourdieu (1989), existe um poder simbólico atuante nas estruturas sociais que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem estruturada, na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica, ainda que ela seja ignorada como tal. Nesse sentido, na maioria das sociedades, muitos homens e mulheres assimilaram, ao longo dos períodos históricos, a ideia de que são superiores, razão pela qual por muito tempo houve a conivência da sociedade com os crimes contra o feminino. O que não se pode dizer que deixou de acontecer na contemporaneidade.

As próprias mulheres se identificaram com o que foi estabelecido para elas. Para Lagarde (2005), o termo cativo é uma categoria de análise antropológica na qual, num mundo patriarcal, as mulheres são privadas de sua liberdade, autonomia e poder de decisão. Elas aprendem que são incapazes de se governar sozinhas e que precisam da força masculina para sobreviver.

Assim, o ideal feminino é o de que devem doar-se para os homens em troca da proteção que pensam que necessitam. Muitas mulheres ainda alimentam essa cultura porque acreditam nesse estereótipo, sem refletir que ele foi construído para que suas vidas pudessem ser controladas pelos homens. Para Lagarde (2005), é necessário desconstruir essa identidade feminina subalterna.

Com essa mesma perspectiva, segundo Perrot (1988), a pesquisa feminista, com o objetivo de superar o discurso miserabilista da opressão e de subverter o ponto de vista da dominação, procurou mostrar a presença e a ação das mulheres no mundo. A ideia é demonstrar que, apesar delas terem que se submeter aos homens e não poderem ocupar os espaços políticos, elas tinham uma atuação forte nos lugares que ocupavam na sociedade, fosse dentro da família ou nos seus postos de trabalho.

Esses estudos procuram reforçar a tese de que as mulheres sempre tiveram poderes nas sociedades. Segundo Perrot (1998), a antropóloga americana, Susan Rogers, estudou comunidades rurais francesas e, no nordeste francês, no século XIX, as mulheres tinham poderes informais e controlavam as artes mais importantes dos recursos e as decisões, sendo que o “mito” do poder masculino servia aos dois gêneros. A mesma autora também informa que Bonnie Smith, historiadora americana, estudando as mulheres burguesas do norte da França no século XIX, apresenta senhoras ociosas que, excluídas das decisões, tentaram construir um feminismo cristão doméstico, apoiado na casa e na religião. Não



eram passivas, tinham sua visão de mundo - se sacrificar pela família era uma virtude pregada por elas mesmas. Eram heroínas domésticas.

Na obra coletiva, *“História sem qualidade”*, Perrot (1979), substituiu a representação dominante da dona de casa insignificante, negligenciada e oprimida, pela “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, administradora do orçamento familiar e que ocupa o centro do espaço urbano. Nesses textos há uma inversão ou subversão dos polos. Há um mundo das mulheres, uma sociabilidade e uma cultura próprias. Se trata de uma história das mulheres reavaliada, que leva à descoberta do prazer do convívio feminino. Há um reforço da tese do poder social das mulheres, por elas mesmas.

Também segundo Perrot (1988, p. 212):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar.

Analisando as relações de gênero a partir da teoria do patriarcado, nesse sistema teria acontecido uma espécie de pacto entre os homens para garantir a opressão contra as mulheres, pois conforme Saffioti (2004, p.104): “As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres”.

A partir dessa ideia, é possível considerar que o patriarcado foi um sistema construído que se tornou predominante no meio social e que se utilizou até de violência contra a mulher para que ela aderisse a ele.

A Igreja Católica na Idade Média foi uma instituição que também contribuiu para o fortalecimento do sistema patriarcal, pois pregava a ideia de que a mulher era um ser inferior que necessitava ser amparada por um homem, e fazia interpretações dos textos bíblicos nesse sentido. Na lógica masculina e da Igreja, a mulher deveria se sentir agradecida por ter um protetor, mesmo que ele, muitas vezes, também fosse o seu algoz. E assim era garantida a superioridade masculina e a submissão feminina.

Uma das explicações da necessidade de se identificar mulheres e homens segundo esse entendimento, conforme Colling (2014), pautava-se nos mitos do Éden e do pecado original, os quais reafirmavam a ideia de que Eva ao comer a maçã proibida e ter levado Adão a comê-la também, teria feito Deus expulsar os dois do paraíso e,

consequentemente, a raça humana foi condenada ao sofrimento e a infortúnios, por culpa de uma mulher.

A inferioridade da mulher remontava o período bíblico, pois segundo Perrot (1988, p. 168): “Essas representações são numerosas e antigas, muitas vezes recorrentes. Elas molduram a aula inaugural do *Gênesis*, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva”.

Até o final do século XVIII, a ciência também discriminava a mulher através do modelo do sexo único. Segundo Priore (2011), era difundida a ideia de que ela era um homem, porém imperfeito e inferior por nascer com os órgãos genitais voltados para o interior do corpo, cuja causa era a falta de calor vital no momento de sua concepção. Somente quando houve a necessidade, por razões econômicas e políticas, de se admitir que, de fato existiam diferenças anatômicas e fisiológicas entre a mulher e o homem, é que, conforme Laqueur (2001), surgiu o modelo do dimorfismo sexual, o qual admitia que na natureza existiam dois sexos biologicamente diversos.

Porém, nem mesmo após o reconhecimento da existência de dois sexos a mulher passou a ter um papel social e político igual ao do homem na sociedade, uma vez que ela continuou sendo tratada da mesma forma que antes e por ser vista como um indivíduo frágil, especialmente porque era sujeita às vicissitudes femininas, como gravidez, maternidade e menstruação.

Segundo Pinski (2009), o termo sexo foi questionado por remeter ao determinismo biológico, anatômico. Por isso a palavra gênero passou a ser usada para referir os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais entre as mulheres e os homens, classificando-os socialmente, sendo, também, uma forma de afirmar comportamentos das identidades baseadas nessas diferenças, pois para Pinski (2009, p. 163):

[...] os significados de "ser homem", "ser mulher" ou de identidades e papéis [relacionados de algum modo a concepções que fazem referência a sexo] como “mãe”, “boa esposa”, “moça de família”, “chefe da casa” são entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo.

Para Sohiet e Pedro (2007) é o gênero que determina o caráter social e cultural das distinções baseadas no sexo e que demonstra claramente a assimetria e a hierarquia nas relações entre o feminino e o masculino, inclusive no que diz respeito às disposições de poder em diferentes sociedades e épocas.

É possível pensar que essas dinâmicas baseadas em conflitos nos quais o homem ainda tenta manter seu controle sobre a mulher, têm raízes profundas. Refletindo sobre a

situação das mulheres no Brasil, é importante considerar que desde que o país se tornou colônia de Portugal, aqui passaram a vigor as legislações portuguesas, denominadas Ordenações Filipinas<sup>3</sup>, as quais mantinham normas legais repressivas e punitivas voltadas para as mulheres, pois permitiam a violência contra elas e até mesmo seus assassinatos. Na referida lei, havia a previsão de que o marido ficava isento de pena quando castigasse sua mulher com pau ou pedra, conforme o Livro V, título XXXVI, parágrafo 1º da referida legislação:

E estas penas não haverão lugar no que tirar arma, ou ferir em defesa do seu corpo e vida, nem nos escravos cativos, que com pau ou pedra ferirem, nem na pessoa que for de menos idade de quinze anos [...] nem nas mulheres, que com pau ou pedra ferirem [...] nem em quem castigar criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu escravo [...] enquanto estiverem sob seu mandado.

Também havia a previsão legal de isenção de pena para o marido que matasse a esposa no caso do cometimento do crime de adultério, por parte dela. Até mesmo suspeitas e rumores bastavam para que o marido não fosse punido, conforme o Livro V, título XXXVIII:

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim ela como o adúltero. [...] § 1º E não somente poderá o marido matar sua mulher e o adúltero que achar com ela em adultério, mas ainda os pode lícitamente matar sendo certo que lhe cometerão adultério; e entendido assim provar, e provando depois o adultério por prova lícita e bastante conforme à Direito, será livre sem pena alguma.

Deste modo, os costumes portugueses tiveram uma forte influência não só na formação dos modelos de família dos brasileiros, mas também no estabelecimento dos papéis de cada membro dessa instituição, ou seja, o que cabia ao marido ou pai fazer (uso da violência) e o que cabia à esposa ou mãe fazer. E assim também eram estabelecidos os papéis das filhas e dos filhos. Segundo Souza et al (2009, p. 61):

[...] fatores que induzem a violência familiar, e especialmente à violência dos maridos contra suas esposas, não foram construídos em decorrência das dinâmicas internas da sociedade brasileira. Tais práticas entraram no Brasil, inicialmente legitimadas pelos ordenamentos jurídicos portugueses dos séculos XVI e XVII e, como diz Hobsbawm (2002), inventaram uma tradição.

---

<sup>3</sup> As Ordenações Filipinas resultaram de uma compilação jurídica feita após a reforma do código manuelino, por ordem do rei Filipe II de Espanha, em 1603. Ao fim da União Ibérica as Ordenações continuaram vigendo em Portugal por ordem de D. João IV, tendo vigência também no Brasil-Colônia. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em julho 2019.

Muito embora o processo de independência do Brasil tenha acontecido em 1822, as normas que autorizavam castigos às mulheres e a morte às adúlteras, perduraram até 1830, quando foi promulgado o primeiro Código Penal brasileiro, o qual deixou de aplicar esses tipos de punições. Mas os hábitos discriminatórios em relação às mulheres continuaram existindo, eles já estavam enraizados na sociedade brasileira, encontrando ampla identificação entre os homens, e também nas mulheres.

Foram os movimentos feministas que tentaram modificar esse viés de violência. A partir dos anos 1970, a segunda onda do movimento feminista, em diferentes partes do mundo, impulsionou a criação de políticas públicas para combater as desigualdades entre mulheres e homens. Grupos feministas exigiram e até tiveram participação na elaboração de reformas legais e na gestão das novas políticas direcionadas às mulheres, conforme Vianna e Lowenkron (2017).

Considerando os movimentos feministas, segundo Mattos (2012), os movimentos sociais e os processos de construção de suas identidades precisavam ser desvendados pela pesquisa histórica, a qual devia explorar a agência social dos homens e mulheres comuns. Para Mattos (2012), a explosão dos movimentos sociais aconteceu na década de 1960, nas classes médias dos países industrializados, como o movimento pelos direitos civis nos EUA, o movimento estudantil e o movimento feminista.

Na perspectiva de Mattos (2012), a respeito da teoria da mobilização, para o desenvolvimento de um movimento social, o fundamental era a capacidade de mobilização de recursos para encaminhar as reivindicações do grupo, muito mais do que as privações e os conflitos pelos quais passavam. Para a autora os militantes dos movimentos sociais devem possuir algum tipo de síntese entre identidades e interesses e nesse sentido.

É importante comentar que os movimentos sociais, não apenas os feministas, durante o processo de redemocratização do país, segundo Martins (2012), desenvolveram uma cultura política que atribuiu um novo significado às formas de sociabilidade ao contestar as rígidas hierarquias sociais de classe, raça e gênero, que impediam a maioria dos cidadãos de reivindicar seus direitos e, desta forma, os movimentos populares, heterossexuais, feministas, ambientalistas, foram instrumentos da construção de uma nova cidadania no país.

No Brasil, durante o contexto da ditadura militar, mulheres se mobilizaram fazendo surgir na sociedade um feminismo politizado, tendo em vista que muitas delas

faziam parte de partidos de esquerda e outras tantas também se engajaram nas lutas democráticas e sociais.

Segundo Soares (1992, p. 13): “O movimento das mulheres nos anos 70, trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades”.

Porém, em relação à violência, as mudanças ocorreram lentamente, pois somente no ano de 2006 foi promulgada a Lei 11.340 (lei Maria da Penha), a qual passou a tipificar como crimes as agressões contra as mulheres, elencando também punições aos seus agressores, o que não acontecia antes, pois os casos de violência contra as mulheres eram vistos como normais nas relações, por isso, muitas vezes, o Judiciário não penalizava os homens. Entretanto, os assassinatos de mulheres, em razão do grande número de ocorrências<sup>4</sup>, só começaram a ser tratados com mais rigor a partir da Lei 13.104 (lei do Femicídio), quando passaram a fazer parte do rol dos crimes hediondos os homicídios contra mulheres, praticados em razão do seu gênero, nos casos de violência doméstica e de menosprezo ou discriminação à condição feminina, aumentando a pena em 1/3, prescrevendo a mínima de 12 anos e máxima de 30, dependendo dos agravantes.

O feminicídio é o ato mais extremo da violência estrutural contra a mulher. O conceito, de acordo com Romio (2017), surgiu do movimento feminista nos anos 70, como uma forma de denominar as mortes levando em consideração a condição social de ser mulher, em oposição à neutralidade do termo homicídio, que não observava os assassinatos observando as diferenças de sexo e gênero.

Para Pasinato (2011, p. 237): “Um dos aspectos que chama a atenção no discurso que se produz em torno dos femicídios, é a persistência de uma abordagem centrada na ideia da opressão das mulheres pelos homens – paradigma do patriarcado”. Por ser desta

---

<sup>4</sup> Segundo o Atlas da violência de 2019, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no Brasil, em 2017 aconteceram cerca de 13 homicídios femininos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Foi verificado um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior. 66% das mulheres mortas em 2017 eram negras. No Rio Grande do Sul 302 mulheres foram mortas nesse ano e em São Paulo morreram 495, continuando este estado a concentrar o maior percentual de assassinatos femininos, como aconteceu em anos posteriores. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019\\_05jun\\_vers%C3%A3o-coletiva.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf)>. Acesso em julho de 2019.

No *site* da Secretaria da Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, é informado que de 2014 a 2018, ocorreram 14 feminicídios e 28 tentativas, em Pelotas. Dados referentes do ano de 2019 ainda não estão informados. Disponível em: <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em agosto 2019.

forma, a desigualdade histórica existente entre mulheres e homens pode ser uma das fortes razões para a violência ainda preponderante contra o sexo feminino na atualidade.

Conforme Minayo (s/d), a violência de gênero:

Constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e geralmente sofridas pelas mulheres. Esse tipo de violência se apresenta como forma de dominação e existe em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Sua expressão maior é o machismo naturalizado na socialização que é feita por homens e mulheres. A violência de gênero que vitima, sobretudo, as mulheres, é uma questão de saúde pública e uma violação explícita aos direitos humanos.

De acordo com Saffioti (1999), a violência de gênero pode acontecer numa relação envolvendo um homem contra outro, ou em uma relação de uma mulher contra outra. Porém, para a autora, a forma mais comum de violência de gênero (1999, p. 83): “caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura”.

E para Scott (1995), esse tipo de violência, na maior parte das vezes, acontecia em razão de ser conferida à mulher uma posição marginal em relação ao homem, no sentido de caber a ele a posição de dominador e a ela a exclusão das decisões mais importantes e o interior da casa.

No que diz respeito à pesquisa que está em curso, na fase de coleta de dados, portanto, ainda sem análises conclusivas, é possível pensar em relação à atuação do Estado nas situações que envolvem as relações de gênero, que essa instituição, segundo Vianna e Lowenkron (2017, p. 2):

[...] produz, afeta e confecciona relações, representações e performances de gênero, por exemplo, longe de ser apenas uma questão estritamente conceitual, é parte importante dos processos sociais que compõem e materializam o próprio Estado, concebido ora como institucionalidade complexa, ora como entidade capaz de encarnar a instância última de regulação social.

Utilizando o conceito de Estado, para além de uma unidade sociopolítica, com burocracias e fronteiras territoriais e geopolíticas, e pensando no seu papel de construtor e mantenedor da ordem social, ele tem o dever de responder ao que acontece às mulheres e ampará-las através da instituição de leis e da execução de políticas públicas, pois, segundo, Vianna e Lowenkron (2017, p.3): “[...] as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem “fora do Estado”, mas nele e por ele se tornam viáveis e compreensíveis”.

Porém, Vianna e Lowenkron (2017), pontuam que o Estado contemporâneo não difere muito da atuação machista que sempre teve em relação às mulheres, inclusive fazem uma crítica sobre as políticas voltadas para essa categoria social reiterarem e não transformarem, de fato, as condições simbólicas que garantem a subordinação feminina. Ou seja, o próprio Estado teria uma identidade masculina ao ter elementos que correspondem, conforme as autoras, à (2017, p. 11): “convenções de poder e de privilégio constitutivas do gênero dentro de uma ordem de dominação masculina”.

Nesse sentido, o Estado seria um instrumento problemático para fazer as mudanças necessárias para melhorar a vida das mulheres, especialmente porque atua como um ente regulador em quase todas as esferas que dizem respeito às suas vidas (condições de trabalho, creches, acesso à saúde pública, direito ao aborto, Delegacias de atendimento à mulher, Varas especializadas da violência doméstica, etc.).

As autoras fazem uma relação com um processo no qual as mulheres teriam saído das mãos de um homem “protetor” e teriam passado para as mãos do Estado, ainda machista. Conforme Vianna e Lowenkron (2017, p. 13) ele pode ser entendido como um:

[...] veículo importante da dominação masculina na modernidade tardia, na medida em que substituiu muitas das formas de dominação antes desempenhadas por homens individuais, sem abrir mão do caráter socialmente masculino – e branco, devemos acrescentar – das formas de poder exercidas pelos agentes e instituições estatais sobre a vida de mulheres por meio das políticas da proteção ou de regulação.

Há que se considerar que o Estado não necessariamente exerce seu poder de forma agressiva e repressiva em relação às mulheres, como os homens agiam e muitos ainda o fazem atualmente. Porém, é visível que no meio social há a permanência de situações de violência e discriminação que não são combatidas como deveriam ser<sup>5</sup>, por isso elas se mantêm. Nem mesmo a desigualdade salarial<sup>6</sup> entre mulheres e homens é enfrentada, sendo vergonhosamente mantidos os privilégios masculinos.

<sup>5</sup> O artigo 8º da Lei Maria da Penha prevê a instituição e a execução de políticas públicas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Essas ações devem ocorrer através dos meios de comunicação e da realização de campanhas educativas dirigidas tanto ao público escolar quanto à sociedade em geral. A realidade é essas práticas não acontecem, ou ocorrem minimamente, o que demonstra que o Estado não cumpre eficazmente seu papel institucional.

<sup>6</sup> Segundo o estudo de Estatísticas de Gênero, divulgado em março de 2019, pelo IBGE, mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, devendo ser considerados os trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Considerando que elas também têm um nível educacional mais alto, no entanto, ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>. Acesso em agosto de 2019.

Além disso, a realidade do cotidiano de inúmeras mulheres é uma dupla jornada, na qual elas se dividem entre o trabalho fora, para ganhar um salário, e ainda precisam dar conta dos cuidados com a casa e com os filhos, dificultando ainda mais suas vidas. Isso, geralmente, não acontece com a maioria dos homens por manterem os costumes de deixar o lar aos cuidados da companheira.

De outro lado, para Foucault (2002), as práticas jurídicas são importantes objetos de estudo, pois produzem verdades, saberes e subjetividades, uma vez que, sem cessar no decorrer da história, julgam as ações dos indivíduos em função dos seus erros e da necessidade de reparação ou de punição pelas suas ações.

Nesta esteira de análise foucaultiana, a observação das práticas utilizadas nos julgamentos dos autores das mortes de mulheres, é um instrumento capaz de revelar quais são as verdades e as subjetividades do Estado que estão em jogo no que diz respeito às relações de gênero, as quais, por sua vez, contribuem para a produção dos saberes que circulam no meio social.

Muitos homens, na contemporaneidade, ainda se identificam com costumes violentos em relação às mulheres, tendo em vista que este é um fenômeno que resulta de um processo cultural e histórico que perpassa nossas atuais estruturas sociais. Mas, se percebe que a intolerância a esses comportamentos e a punição aos agressores não têm sido instrumentos suficientes para cercear esses atos. Em razão disso, é fundamental que Estado e sociedade se articulem com a finalidade de modificar o viés discriminatório que ainda persiste sobre o feminino para tentar evitar que as próximas gerações continuem reproduzindo o modelo social atual de violência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dos hábitos e costumes do nosso país terem fortes raízes machistas e patriarcais, com o passar do tempo, as mulheres conseguiram modificar suas vidas e possuem, atualmente, uma maior participação na sociedade. Atuam em diversos espaços, o que difere bastante do que acontecia até algumas décadas atrás, quando a elas cabia o interior de suas casas e os cuidados da família, vez que eram excluídas, pelos homens, das decisões políticas e econômicas, as quais eles próprios decidiram que lhes cabia, como se elas fossem inerentes a sua categoria social.

Porém, nem mesmo todas as conquistas adquiridas pelas mulheres têm sido capazes de afastar das suas vidas os resquícios de uma tradição patriarcal que ainda resiste na sociedade atual e que as submete a situações de discriminação, tais como menores



salários, dupla jornada cansativa, dividida entre o trabalho fora e os cuidados da família, além da continuidade das agressões masculinas que ainda fazem parte da vida de muitas mulheres.

Em relação a essas violências masculinas, elas aconteceram em todos os períodos históricos, na maioria das sociedades ocidentais, em razão das mulheres serem tratadas como se fossem inferiores aos homens e como consequência de discursos que se tornaram verdades e que deram margem à construção de comportamentos estereotipados para as categorias sociais, os quais foram sendo reproduzidos de geração em geração, tanto pelos homens, quanto pelas próprias mulheres.

Em vista da colonização do Brasil por Portugal, nossa sociedade foi formada por costumes sociais e legislações que privilegiavam os homens. Somente há poucos anos atrás o Estado brasileiro, através da lei Maria da Penha de 2006 e da lei do Feminicídio de 2015, deu início a práticas mais combativas em relação aos casos de agressões contra as mulheres e aos seus assassinatos.

É possível pensar que se trata de um período temporal curto para enfrentar tanto tempo de convivência com a violência masculina e de valores machistas fortemente enraizados na sociedade. Entretanto, também tem fundamento a ideia de que ainda se tem um Estado com fortes características da cultura da dominação masculina em suas estruturas, o que pode fazer com que sua atuação para melhorar as condições de vida das mulheres não seja uma das suas maiores preocupações. Assim, sua forma de atuar acaba contribuindo para mantê-las sob o jugo masculino, como sempre foi.

Neste sentido, se existem leis para proteger as mulheres e punir seus agressores, porém, esses instrumentos legais não são aplicados em sua totalidade, conforme estão descritos em seus textos, isso leva a concluir que pode não haver um amplo interesse em que de fato as mulheres vivam suas vidas com ampla liberdade nas suas tomadas de decisões. Em um mundo ainda dominado pelos homens, essa possibilidade poderia ter implicações sérias para eles, por isso, tentam obstaculizar suas vontades.

A violência persistente sobre as vidas femininas pode ser decorrente do fato de muitos homens ainda pensarem que têm o direito de controlá-las, tal como há séculos atrás. E o aparente pouco interesse em modificar essa cultura, pode ser um fenômeno proposital, afinal, não foram eles que abriram uma brecha para as mulheres interferirem nas suas esferas exclusivas de atuação, pelo contrário, foram elas que lutaram para conquistar esses espaços e isso contrariou, e ainda parece contrariar, muitos deles.

É preciso mudar essa perspectiva. A parte da sociedade que tolera tais atitudes precisa ser reorientada e mudar seu foco para novas e equitativas relações de gênero. O Estado tem um papel fundamental nessa tarefa e precisa agir de forma mais contundente para auxiliar as mulheres a viverem livres de violência.

## REFERÊNCIAS

BAUBERÓT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In CORBIN, Alain. **História da virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX - XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **A análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Metodologia da Investigação. 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em agosto 2019.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. V. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FERREIRA, Marieta. História oral: velhas questões, novos desafios. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. São Paulo: Nau, 2002.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

MARTINS, Gelise Ponce. O estudo dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**. N. 132, p. 128-139. 2012.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**. S/d. Disponível em:

<[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitacao\\_rede%20/modulo\\_2/205631-conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf)>. Acesso em agosto 2019.

MOTTA, Márcia Menendes. História, memória e tempo presente. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v 11, n. 19/20, 2004, p.199-223.

PASINATO, Wânia. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. V. 34, 2011, p. 219-246.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINSKI, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**. V. 17(1): 296, 2009, p. 159-189.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração interpretação e significado, nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_, Alessandro. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Cultura e Representação. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 14, p.1-17, 1997.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

ROMIO, Jaqkeline Aparecida Ferreira. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor da saúde**. Tese de doutorado em Demografia. Campinas. UNICAMP. 2017.

ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rouso. Entrevista concedida à Silvia Arend e Fábio Macedo. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, junho, 2009, p. 201 – 216.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999, p. 82-91.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo; DAMACENO, Ana Daniella. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. 2009, p. 4554-4566.

SOARES, Vera. Movimentos Feministas. Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, 2º sem. 92.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007, p. 281- 302.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; BRITO, Daniel Chaves de; BARP, Wilson José. **Violência doméstica**: reflexos das Ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3wrWwd2>>. Acesso em agosto 2019.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** (51), 2017, p. 1-61.

## MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DE MULHERES DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR: AS DIFICULDADES DO TRABALHO COM MEMÓRIAS

Sinara Veiga Faustino<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A partir da memória, procuramos reconstruir a trajetória de mulheres que tiveram familiares presos ou perseguidos durante a ditadura civil-militar de 1964. Apesar de existirem diversas pesquisas voltadas para esse período, ainda são escassos os estudos que buscam debater a participação das mulheres não ligadas à militância política na resistência. São histórias de mães e filhas que tiveram suas vidas também atingidas pela violência, que foram também, de certo modo, torturadas. A partir da história oral, buscamos reconstruir essas trajetórias, pois acreditamos que “A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984” (ROVAI, 2013, p. 110).

É importante ressaltarmos a diferença entre biografia e trajetória de vida, inicialmente o termo trajetória de vida pode ter sido utilizado como uma alternativa à biografia, tanto pelo seu baixo prestígio na historiografia, ou pelo fato de que, normalmente, a biografia segue o indivíduo de seu nascimento até sua morte. O que, obviamente, é inviável em uma pesquisa com um curto espaço de tempo, assim, a trajetória de vida, como cita Karsburg (2005), não tem por obrigatoriedade examinar toda a vida do sujeito, ela recorta um período determinado e então o analisa.

No nosso caso, optamos por trabalhar com trajetórias, pois buscamos analisar um recorte específico das vidas de nossas entrevistadas, mas ao mesmo tempo buscando compreender como esse período ainda as marca, e como elas lidam com essas memórias, principalmente levando em conta o atual contexto político.

Procuramos compreender também como as mulheres construíram sua própria resistência, se de alguma maneira ajudaram umas as outras durante esse período, pois de acordo com Telles (2014, p. 31) “Sobreviventes, familiares e militantes constituíram redes de solidariedade aos presos e perseguidos políticos durante os anos de 1970 que foram cruciais para as lutas de resistência e para a democratização do país”.

Em um primeiro momento, essa pesquisa fundamenta-se devido ao escasso número de estudos historiográficos sobre a temática que aborde as mulheres dentro da

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas

resistência na Região Sul. Com essa pesquisa buscamos suprimir, pelo menos em parte, esta lacuna, sendo uma pesquisa de caráter inovador nesse aspecto. Em segundo lugar, buscamos reconhecer a trajetória de mulheres que de alguma maneira participaram da resistência, que foram também afetadas pela repressão, mas ainda não contaram com um espaço de fala.

A pesquisa ainda se encontra em andamento, mas já é possível observar certas dificuldades. A primeira é como o medo ainda se faz presente, visto que a tarefa mais complicada se mostrou convencer essas mulheres a darem seu testemunho. Nesse sentido, respeitamos a decisão do não compartilhamento dessas memórias, mas podemos perceber como o medo tem sido o grande responsável pelos “nãos”.

Outro ponto que merece ser citado, é que muitas vezes, essas mulheres não estão habituadas a falar sobre o período ou sobre suas experiências. Em alguns casos, elas não se enxergam como parte da resistência, não valorizam o papel que tiveram, pois por tantos anos viram seus companheiros sendo protagonistas, pelo discurso tradicional, acreditam que a resistência que realizaram não tem importância.

Alguns autores e autoras trabalham a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, porém não há um aprofundamento com os recortes da presente pesquisa. Principalmente, no que diz respeito ao recorte geográfico, que apesar de apresentar um grande número de estudos na temática ditadura, ainda não há um que discuta a participação feminina não militante.

Diversas autoras são importantes para pensarmos no espaço da mulher dentro da resistência, é importante citarmos *Memórias das mulheres do exílio*, a obra foi lançada em 1980, teve Albertina de Oliveira Costa como uma das colaboradoras. A autora entrevistou militantes presas, torturadas ou presas em exílio, trabalhou também com filhas de exilados que não possuíam uma militância organizada, mas que sentiram na pele as consequências do Golpe civil-militar de 1964.

A antropóloga Elizabeth F. Xavier Ferreira lançou em 1996, *Mulheres, militância e memória*, em seu livro, a autora faz uma análise da militância de mulheres a partir de seus depoimentos, como se deu essa participação na luta armada e suas prisões. Em 1997 Ana Maria Colling lançou *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* em 1997. Colling comenta em um de seus artigos a escassez de estudos na área, “Ainda hoje, excetuando-se monografias, dissertações e teses (no mundo acadêmico), pouco se escreveu sobre o tema. Apesar de termos uma presidenta da república mulher, a política continua sendo privilégio masculino” (2015, p. 372). De acordo com a autora, dentro da

oposição havia uma desconsideração pela mulher. Para a esquerda era: burguês e proletário. Diversidades dentro do movimento são encaradas como divisionistas da luta, o que acaba menosprezando e invisibilizando a mulher como sujeito político.

Apesar das autoras citadas não trabalharem especificamente com as mulheres não militantes, elas trazem reflexões necessárias acerca do debate, sobre a importância de discutirmos também a vivência feminina na repressão. Personagens importantes para a história da ditadura civil-militar, mas que ainda não possuem o mesmo espaço na historiografia, questões que vão ao encontro do projeto aqui apresentado.

Olivia Rangel Joffily defendeu sua tese em 2005, intitulada *Esperança equilibrada — resistência feminina à ditadura militar no Brasil*, por meio dela, a autora analisa a complexidade das relações nas organizações revolucionárias clandestinas, aborda a questão de gênero, e também, como as mulheres foram atingidas e como reagiram à repressão. A tese que se tornou um livro trata não só da presença feminina na militância armada, mas também de mães, filhas e esposas que de alguma forma participaram da resistência, mas por meio de ligações afetivas. Tal perspectiva vai ao encontro do que o presente estudo busca, pois muitas vezes as mulheres participavam da resistência por meio de um ativismo emocional, não menos válido que outras formas de resistência. Compreender como a repressão se manifestou na vida dessas mulheres auxilia na construção de uma narrativa mais democrática, não excluindo personagens que também foram vítimas, mas lhes dando ouvidos atentos e compreendo que a resistência pode se apresentar de diferentes maneiras.

Quando abordamos na historiografia mulheres na resistência, sem ligações com a militância, podemos citar os artigos de Ivonete Pereira, *Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)*, Lídia Maria Vianna Possas também se encontra nessa linha de pesquisa com seu artigo *Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos “anos de chumbo” (Brasil, 1970-1980)*. Marta Gouveia de Oliveira Rovai trabalha com a história oral e dialoga mais próxima da temática que partilhamos, ela analisa o relato e as memórias de mulheres que lutaram contra repressão em seu artigo *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984)*. A autora discute memórias de mulheres inseridas num contexto social tradicional, donas de casa e mães, que agiram independentes de ideologias partidárias. Outra contribuição importante é a da autora Janaína de Almeida Teles, que trabalha com a história das famílias em seu artigo *Os*

*testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*, um campo em expansão dentro da pesquisa acadêmica.

Há também a história de Renée France de Carvalho, que participou não só da militância durante a ditadura civil-militar no Brasil, mas também na Europa durante a ocupação nazista. Nascida na França, sua trajetória na resistência está descrita na obra *Renée France de Carvalho, uma vida de lutas*, um livro importante para compreender de forma mais próxima como era ser uma mulher dentro da resistência, apesar dela mesma não se colocar como militante.

No que diz respeito à estudos sobre as mulheres durante o período ditatorial na região sul do estado, percebe-se que a maior parte deles são centrados na trajetória de mulheres que participaram de movimentos sociais ou partidos políticos de oposição, especialmente o movimento estudantil. Dentre essas pesquisas podemos citar *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)*, da historiadora Luisiane da Silveira Gomes. Em sua pesquisa, utilizando a História Oral como metodologia, ela discute o fato de que mesmo em organizações estudantis as mulheres não conseguiram uma posição de destaque, deixando clara desigualdade existente, mesmo em movimentos de resistência. É importante citarmos também Débora Strieder Kreuz, que em sua dissertação de mestrado *“Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”*: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar, aborda a militância clandestina de mulheres em oposição à ditadura civil-militar, influenciando a formação do movimento feminista nacional.

## A HISTÓRIA ORAL E A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

Utilizando a história oral como metodologia, a pesquisa baseia-se em fonte orais, por meio de entrevistas com familiares de presos e perseguidos durante a ditadura civil-militar de 1964. A crítica e a análise por parte do historiador fazem parte da pesquisa, não se limitando apenas a entrevista. De acordo com Alberti (2004, p. 18) em seu Manual da História Oral, tal método busca “estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”.

Trabalhar com essa metodologia implica em lidar também com algumas dificuldades que podem acompanhá-la. Desafiemo-nos a seguir por este caminho, por entendermos que “A História Oral de mulheres tem destacado a urgência do “processo de



democratização da memória”, que é a condição básica para as democracias contemporâneas” (SALVATICI, 2005, p. 36).

A história oral nos permite contribuir para a construção de uma consciência histórica que auxilie as próximas gerações, como aponta Schwarzstein:

Una Historia Oral del trauma que siga las líneas y preocupaciones que hemos intentado plantear permitiría presentar elementos del pasado con capacidad de contribuir a la elaboración de una conciencia histórica que atravesase generaciones y culturas diferentes. De esta manera las “voces” de los protagonistas de los casos mas dramáticos de este siglo podrán validar sus memorias, contra los negadores de las torturas, de las desapariciones y de los genocidios. (SCHWARZSTEIN, 2001, p.82)

De acordo com Alberti (2011, p.165) “uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. As fontes orais possuem um papel extremamente importante no que tange à reconstrução da trajetória dessas mulheres, a memória feminina clandestina, ignorada ou proibida durante a ditadura civil-militar, hoje, busca espaço público e assume uma disputa com outras falas, que até então, trataram de desqualificá-la (ROVAI, 2013). No caso da pesquisa, as entrevistadas não constam em documentos oficiais, assim é por meio da história oral que reconstruímos suas trajetórias.

A partir disso, deixamos clara a escala de silêncio sobre essas mulheres, tendo em vista que elas passam não só por um apagamento por parte dos companheiros de militância, mas pelos próprios estudos que tratam da temática. Desde o início da pesquisa encontramos uma grande dificuldade em convencer as mulheres a compartilhar suas memórias. A seguir, vamos nos aprofundar na razão desses “nãos”, no momento, queremos ressaltar que muitas dessas mulheres ainda não se sentem a vontade para falar sobre suas experiências durante a repressão, mas também o fato de que ninguém havia se proposto a escutá-las, e, além de escutar, compreender o papel histórico que elas tiveram.

## O MEDO DE FALAR

Num primeiro momento, buscamos realizar entrevistas com esposas de militantes presos em Rio Grande. A partir do relato de Edith Teixeira Espíndola, companheira de Nailem Teixeira Espíndola, procuramos estabelecer contatos nos sindicatos locais. Com o auxílio de Edgar Ávila Gandra<sup>2</sup>, pesquisador da história do movimento operário na

---

<sup>2</sup>Atuava como orientador no ano de 2018

cidade de Rio Grande, foi possível contatar antigas lideranças sindicais. Porém, era necessário chegar aos homens para, então, contatar as mulheres. Estas primeiras incursões foram infrutíferas, não se sabe se as mulheres negavam-se a falar por medo ou se os companheiros, também por medo, nem ao menos chegavam a contatá-las.

Estávamos num período político conturbado, em meio as eleições de 2018, em pleno avanço da extrema-direita e do negacionismo no país. Trabalhar com História do Tempo Presente se mostra ser uma tarefa difícil, mas percebemos também que essa pesquisa pode refletir nas vidas das mulheres que entrevistamos. Ao se enxergarem como protagonistas de suas histórias e não mais coadjuvantes na trajetória do marido ou pai. Há uma diferença na valorização do papel do homem militante, da mulher militante e das esposas e filhas, tornado assim, um desafio histórico trazeremos as memórias e as vivências dessas mulheres para a História.

Desde o início do estudo foi necessário lidar com certas dificuldades na captação de entrevistas. Uma destas dificuldades, talvez a principal, diz respeito a presença do o medo entre possíveis colaboradoras. A tarefa mais complicada foi convencer essas mulheres a darem seu testemunho. Nestes casos, respeitamos a decisão do não compartilhamento das memórias, mas podemos perceber como o medo tem sido o grande responsável pelos “nãos”. Uma das mulheres procuradas se negou a dar entrevista, pois sentia medo de falar no atual contexto político do país. A influência de discursos que ainda tratam da ditadura civil-militar como “revolução” ou “defesa da família e do país perante a ameaça comunista” se mais forte ainda a partir da campanha e vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais em outubro de 2018. Alessandra Gasparotto (2018) discute sobre as dificuldades do trabalho com a história oral no atual contexto político. A autora coloca que ao conversar com colegas da área descobriu como a decisão, por parte de possíveis entrevistados, de não falar sobre o período se tornou frequente, tendo em vista o clima autoritário pelo qual passa o Brasil.

De acordo com Pollak (1989), para relatar um sofrimento, é preciso que a pessoa encontre, primeiramente, alguém que a escute, e as condições de escuta podem variar com o tempo e com o lugar. Para Schmidt:

(...) a memória, também nos ensinou Halbwachs, ancora-se em quadros sociais , em grupos que a suportam, deslegitimam ou fazem esquecer determinadas vivências: a família, os amigos, os companheiros de geração, a organização política, a nação. Cada vez mais fomos aprendendo que tais grupos não são estáveis, homogêneos e dados de antemão, mas sim eivados de disputas que os

constituem e estabelecem, a cada momento, os limites do “lebrável” e do “dizível”. (SCHMIDT, 2017, p. 24)

Gasparotto (2018) discute sobre essas “condições de escuta” no Brasil. De acordo com a autora, é necessário pensar sobre as temporalidades implicadas na escuta e na transmissão de memórias. A memória, sendo uma reconstrução do passado feita durante o presente, quando se trata da ditadura civil-militar se tornam memórias de um passado que não passa, como já apontou Caroline Silveira Bauer (2017).

As memórias da ditadura civil-militar ainda se encontram em um campo de disputa, mesmo vivendo em uma democracia, o passado se faz presente em discursos autoritários que querem nos fazer crer que o Golpe civil-militar de 1964 foi positivo para o país. Portelli (1996) comenta sobre como é necessário também analisarmos as memórias com cuidado, pois além de carregarem traumas carregam também ideologias.

É exatamente porque as experiências são incontáveis, mas devem ser contadas, que os narradores são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, da religião e da política. As narrativas resultantes – não a dor que elas descrevem, mas as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente (PORTELLI, 1996, pg. 108).

Como aponta Bauer e Conte (2018), após 1988, constantes negativas por parte do Estado em assumir a responsabilidade pelas mortes geradas pela ditadura reafirmavam o silenciamento como uma política de Estado. De acordo com as mesmas autoras foi a partir dos anos 2000 com a Comissão Nacional da Verdade e com a Clínica do Testemunho que surgiu um espaço para testemunhos do que foi vivido, mas ainda não era dito e conhecido. Porém, esses espaços não existem mais, a Comissão Nacional da Verdade, mesmo com seu relatório, não foi o suficiente para acabar com o negacionismo e o silenciamento que vem crescendo no país, principalmente quando ancorados em figuras políticas que não titubearam em deixar clara sua posição a favor do Golpe.

A figura do militar como uma espécie de salvador para a crise ressurgiu e ganhou muitos simpatizantes (além dos que sempre se mostraram nostálgicos em relação ao período ditatorial). Napolitano comenta sobre o retorno desse grupo para cenário político atual:

Dans la crise actuelle, les forces armées s'étaient cantonnées à un rôle discret et respectueux du cadre constitutionnel, en dehors de quelques manifestations ponctuelles d'officiers supérieurs hostiles à la gauche. Cette position a changé en avril 2018, à la veille du jugement par la Cour suprême brésilienne (Supremo Tribunal Federal - STF) de Luís Inácio Lula da Silva. Des généraux

d'active ont fait irruption sur la scène politique : ils ont exercé une pression sur les juges pour qu'ils refusent l'*habeas corpus* à l'ancien président, permettant son emprisonnement immédiat. Ce « nouvel » acteur dans l'actuelle crise politique ne fait qu'ajouter à la confusion, car c'est en réalité un vieux fantôme : celui qui a permis l'intervention militaire dans la vie politique. Il semble rouvrir une page sombre de l'histoire du Brésil que l'on croyait à jamais refermée. (NAPOLITANO, 2018, p. 2)

Pensando mais sobre essa questão, Bauer (2019) analisa os usos do passado ditatorial na política atual. A autora se baseia na ideia de que o presidente Jair Bolsonaro, como militar, faz parte de uma “comunidade de memórias” sobre a ditadura e, ela aponta a elaboração de uma espécie de história memorial que acabou ganhando estabilidade com o tempo. Uma das finalidades desse uso seria uma resposta para a crise econômica, social e política vivida no país, numa tentativa de recuperar uma identidade nacional (HARTOG; REVEL *apud* BAUER, 2019). A autora aponta que a memória também sofre alterações dependendo do contexto atual, e interage com as preocupações e interesses políticos:

Sabemos que la memoria social es un proceso de construcción que registra, recalca, incluye y excluye recuerdos y olvidos, organizándolos y seleccionándolos. Es necesario jerarquizar acontecimientos, fechas y personajes; y esta jerarquización sufre cambios a lo largo del tiempo, puesto que la memoria responde, en parte, al tiempo presente de la articulación, y se relaciona con los intereses políticos y personales de su momento. (BAUER, 2019, p. 38)

O processo de transição para a democracia não conseguiu alterar certos significados atribuídos ao passado e os relatos das Forças Armadas, mesmo com investigações, entrevistas e reportagens (BAUER, 2019). Dessa forma, essa história que tem coesão e estabilidade, faz das Forças Armadas uma “comunidade de memórias” “en cuyas representaciones del pasado los acontecimientos tienen menos importancia que las emociones que despiertan”(BAUER, 2019, p. 41). O principal argumento, de acordo com Bauer, repousa na tentativa de igualar a violência do Estado e a violência revolucionária, baseando-se no “estigma da cordialidade” (IOKOI, 2009 *apud* BAUER 2019), com o objetivo de neutralizar disputas através de representações conciliadoras do passado. Bolsonaro incorporou os valores das Forças Armadas, um “senso de pertencimento” foi alimentado, não só no caso do presidente, mas é algo que faz parte da formação de uma identidade militar.

De acordo com Bauer (2019), nesses últimos anos o passado ditatorial brasileiro tem ocupado mais espaço no debate público, em parte por conta dos efeitos residuais da ditadura, como a impunidade. A autora (2019) aponta como Bolsonaro nunca escondeu a sua nostalgia pela ditadura, o seu negacionismo, ao realizar apologia à ditadura, carrega junto um apressado pelas hierarquias, autoridades, práticas de controle e repressão, onde as minorias possuem um papel preestabelecido e imutável. Desse modo, ele convence seu eleitorado de que as minorias estariam roubando o espaço do verdadeiro “brasileiro”.

(...) defiende que hay que recuperar el sentimiento de unidad, continuidad y coherencia que se han “fragilizado” con el reconocimiento de la diversidad existente en Brasil. Por eso, el apelo al nacionalismo y AL patriotismo por medio de las Fuerzas Armadas y de Bolsonaro como figuras leales a la nación, utilizando el esencialismo para definir qué es ser brasileño. (BAUER, 2019, p. 48)

Essa onda revisionista liderada principalmente por Bolsonaro, desde quando era deputado, traz consigo simpatizantes da extrema direita. Com esses discursos sendo fortalecidos, acabamos percebendo duas respostas durante as pesquisas: o não e o sim. O não pelo medo e talvez pelo machismo – como trataremos a seguir – e o sim, muitas vezes, motivado pela luta contra o silenciamento e o negacionismo.

O autor Marcos Napolitano discute a existência de algumas vertentes da extrema direita que se utilizam desses discursos negacionistas:

a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (NAPOLITANO, 2015, p. 26)

Além do medo pelo atual contexto político, observamos também como os companheiros se colocam como porta-vozes das mulheres. No caso, tentamos entrevistar esposas de militantes presos em Rio Grande, a entrar em contato com eles recebemos as negativas. O questionamento que fica é se realmente as esposas desses militantes não estavam dispostas a dar entrevistas ou se eles mesmos tiraram o direito de escolha delas. Como descobrimos durante o início da pesquisa, muitas mulheres do interior se dirigiram até Porto Alegre para lutar pela libertação de seus companheiros, mas até então esse fato não era conhecido. Os militantes que saíram da prisão não comentaram sobre o ocorrido.

Por que? Acreditamos que, mesmo se tratando da resistência, ainda assim, as mulheres eram desqualificadas, não só as esposas de militantes, mas as mulheres que participavam de guerrilhas, que pegavam em armas, também não eram bem vistas pelos homens.

Para Rovai (2013), a memória feminina hoje busca espaço público e assume uma disputa com outros discursos, que até então, trataram de desqualificá-la. Há um silêncio sobre as mulheres que foram até a capital para conseguir a libertação de seus companheiros. Em muitos casos, as próprias mulheres acabam por desmerecer suas vivências e memórias. Isso ocorre, muitas vezes, por conta da hegemonia discurso masculino de que o lugar de poder no mundo político é dos homens (COLLING, 2004). Isso se torna um desafio: além buscar suas trajetórias fazê-las reverem sua própria história.

Colling aponta que:

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, assim como toda a história política, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país (COLLING, 2004, p.6).

Não se trata de compreendê-las como uma oposição aos homens, ou apenas como submissas, como aponta Rovai (2013), mas sim, abordar as memórias que as colocam, diversas vezes, lado a lado na luta. Uma de nossas categorias de análise envolve a discussão de gênero, nesse sentido, compartilhamos da compreensão de Scott (1995):

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. (SCOTT, 1995, p. 86).

Identificamos que em uma entrevista, com Edith Teixeira Espíndola, ela se coloca em segundo plano, por tanto tempo observando seu companheiro ser ouvido e procurado para testemunhar por conta da prisão, ela não reconhece em si também uma resistência. Segundo Rovai (2013), no caso das mulheres, os relatos orais se apresentam como uma maneira das mulheres entrarem na chamada “grande história”, onde geralmente estiveram ignoradas.

Elisabeth Jelin (2002) levanta uma discussão sobre as diferenças entre as memórias femininas e masculinas. Para a autora, existem evidências qualitativas que

indicam que as mulheres tendem a lembrar-se de acontecimentos com maior riqueza de detalhes, já os homens tendem a ser mais sintéticos em suas descrições (2002). A autora aponta que há uma característica especial na memória feminina no que se refere à repressão:

En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional del rol de mujer, la de «vivir para los otros». Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en atender y cuidar a otros cercanos, generalmente en el marco de relaciones familiares. La ambigüedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces manifestarse en un corrimiento de su propia identidad, queriendo «narrar al otro» (JELIN, 2002, p.108)

De acordo com a autora as mulheres costumam narrar sua história a partir de seu papel tradicional ligado diretamente às suas relações familiares. Ela continua, assinalando como mulheres e homens contam histórias de pontos de vista diferentes:

Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de «otras» experiencias además de las dominantes (en primer lugar masculinas y desde lugares de poder). Entran en circulación narrativas diversas: las centradas en la militancia política, en el sufrimiento de la represión, o las basadas en sentimientos y en subjetividades. Son los «otros» lados de la historia y de la memoria, lo no dicho que se empieza a contar. (JELIN, 2002. p. 111)

As vozes das mulheres são ouvidas de modo diferente e são recebidas de modo diferente também. É importante que novas perspectivas sejam discutidas, não apenas de quem sempre teve seu espaço de fala garantido.

Como aponta Dora Schwarzstein:

las mismas experiencias pueden tener efectos diferentes, distintos significados y relevancia en gente de distintas edades y de acuerdo a la estructura de la familia. Existen asimismo generaciones de memoria, es decir de gente que comparte una experiencia social que es históricamente distinta a otras. (SCHWARZSTEIN, 2011, p. 76)

Trata-se de um trabalho difícil, localizar possíveis entrevistadas e convencê-las a compartilhar suas memórias, ao mesmo tempo em que respeitamos seu direito ao silêncio, acreditamos que é importante que esse compartilhamento seja feito, pois são memórias que auxiliam não só na luta contra o esquecimento e o negacionismo, mas também contribuem para uma História mais plural. Nosso objetivo então, como já dito anteriormente, não se limita mais apenas a apresentar suas trajetórias, mas também em auxiliá-las na compreensão de sua importância no contexto. A repressão perseguiu, prendeu e assassinou, destruiu vidas, não só dos que se colocaram na linha de frente e

optaram pela militância, mas também dessas mulheres que viram marido e filhos serem presos e tentaram, da forma que podiam, auxiliá-los, muitas vezes os acompanharam no exílio, conviveram com o medo e a perseguição mesmo não tendo nenhuma participação direta na militância. Na dissertação pretendemos analisar mais profundamente essa questão, de como o gênero se apresentou em um de nossos “nãos”, pois se trata de uma discussão necessária, já que mesmo na esquerda ainda sim se reproduzem opressões de gênero.

## **RESULTADOS**

Até o presente momento, foram realizadas cinco entrevistas, com mães e filhas. Esperamos conseguir um número mínimo de dez testemunhos para a pesquisa. A partir delas já podemos realizar alguns apontamentos. É importante citar que o medo ainda se mostra como o grande responsável pela dificuldade em obter entrevistas, principalmente quando levamos em conta o atual contexto político. Assim, seguimos o raciocínio de Laborie e analisaremos as entrevistas levando em conta a relação com o atual contexto político, pois a “relação com o tempo, especialmente o presente, tem papel primordial, inclusive quando se trata de memória e de passado” (LABORIE, 2009, p.81). Ao analisarmos os relatos obtidos durante as entrevistas é possível identificar o medo vivenciado durante a ditadura civil-militar de 1964, as mulheres precisaram lidar não só com a perseguição aos seus companheiros, mas também com a estigmatização criada pela sociedade por serem companheiras de um preso político.

Outro ponto que podemos citar é como, em alguns casos, as entrevistadas não se colocam como protagonistas de sua história, assim, compartilhar memórias pode auxiliá-las a também se enxergarem como sujeitos históricos importantes, como aponta Rovai (2013, p. 127), “considerar suas experiências permite a elas também se olhar e se descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se deslocar para o centro da História”.

Até o momento, a pesquisa ainda necessita de mais fontes, as transcrições estão sendo realizadas e, posteriormente, as análises para a escrita da dissertação. Tratando-se das fontes já obtidas, é necessário ainda fazermos a transcrição e a análise posterior. Por fim, identificamos ser um estudo extremamente necessário visto que a história dessas mulheres levanta questões importantes para compreendermos como a resistência feminina atuou não somente para a pesquisa histórica, mas para que essas mulheres sejam reconhecidas também como parte da resistência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa discussão, esperamos também contribuir com esse campo da historiografia, a participação das mulheres na ditadura civil-militar ainda necessita de maiores reflexões, principalmente se tratando das mulheres que não participaram da militância, mas que por conta das circunstâncias se viram obrigadas a se envolver, de alguma forma, assumindo assim um papel significativo na resistência ao regime imposto.

Acreditamos na importância de conhecer, ouvir e dar espaço a novos discursos. São testemunhos que nos apresentam uma nova perspectiva, nos mostra como a repressão atingiu pessoas diferentes, mulheres diferentes, não só militantes, mas donas de casa, artistas, professoras, e, ao mesmo tempo em que são mulheres totalmente diferentes, são todas também vítimas da violência da ditadura.

Assim, esperamos deixar clara a relevância de tal recorte, mesmo contando com os desafios de se trabalhar com história oral e memórias traumáticas, pois a vivência assentada em tais memórias colabora com uma História cada vez mais democrática em um país que ainda não acertou as contas com o passado, num momento onde a luta contra o silenciamento precisa ser diária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de historia oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo, Contexto, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. (2019). La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, 28(57), 37-51. <https://doi.org/10.24215/23142766e070>

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2004, v. 10, p. 169-178. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

\_\_\_\_\_, Ana Maria. **Gênero e História: Um diálogo possível?** Contexto e Educação. Ijuí, Vol 19, N°71/72, p.29-43.

CLÍNICA DO TESTEMUNHO RS E SC. **Por quê uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. GASPAROTTO, Alessandra. **A História Oral e as**

**diferentes narrativas sobre a ditadura no Brasil:** falas, silêncios e possibilidades de escuta no tempo presente. In: *História Oral: democracia, direitos e diversidade*. Porto Alegre: ISCMPA, 2018.

FAUSTINO, Sinara Veiga; GANDRA, Edgar Avila. Emergindo do silêncio: a trajetória de vida de Edith Teixeira Espíndola. **DI@LOGUS**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 48-58, mai. 2019. ISSN 23164034. Disponível em: <<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Dialogus/article/view/8180>>. Acesso em: 31 Mai. 2020.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memória**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2002.

KARSBURG, Alexandre. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. Maíra Ines Vendrame, Alexandre Karsburg, Beatriz Weber e Luis Augusto Farinatti. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

NAPOLITANO, Marcos (2015). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

NAPOLITANO, Marcos (2018), « **La crise politique brésilienne : histoire et perspectives d'une 'terre en transe'** », Brésil(s) [En ligne], 1 | 2018, mis en ligne le 16 juillet 2018, consulté le 26 septembre 2019. URL : <http://journals.openedition.org/bresils/2687>

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2, No 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

Pollak, Michael (1992). “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana: mito, política, luto e senso comum. In: MORAES FERREIRA, M., AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996 (103-130).

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, nº 15. São Paulo, PUC, p. 13–33, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 -132.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n.1, p.29-42, jan./jun.2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flávio Koutzii**: biografia de um militante revolucionário (de 1943 a 1984). Porto Alegre: Libretos, 2017.

TELES, J. A.. As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros. Intersecções. **Revista de estudos interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 31-68, 2014.

## Mundos do Trabalho

Prof. Me. Elvis Silveira Simões<sup>1</sup>

Caroline Cardoso da Silva<sup>2</sup>

Luana Ledermann<sup>3</sup>

Thiago Cedrez da Silva<sup>4</sup>

O presente Simpósio Temático possui como proposta reunir pesquisadores(as) da área da História do Trabalho, afim de estimular e ampliar o debate sobre esta temática. Serão bem vindos para apresentação os estudos que discutam a história do trabalho e dos trabalhadore(as)s em suas diferentes dimensões (rural e urbano), bem como os que versem sob as diversas perspectivas temáticas, dentre as quais podemos citar: relações de trabalho, formas de organizações sindicais, movimentos sociais, estudos relativos a práticas cotidianas e à memória, etc. Tendo como prisma o objetivo de fomentar a interação entre pesquisadore(as)s e a circulação do conhecimento, destacamos também que serão aceitas propostas que se fundamentem em estudos empíricos, debates teóricos ou que visem realizar um balanço historiográfico da produção acadêmica.

---

<sup>1</sup> Doutorando (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, Mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elvis.simoes@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), graduanda em Bacharelado em História pela mesma instituição, e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>3</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em licenciatura em História pela UFPel.

<sup>4</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas e Pós-graduado em Psicologia e Coaching (Faculdade Metropolitana - SP)

## **O ESTADO BRASILEIRO FRENTE AO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO: DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LEGITIMAÇÃO**

Mariuza Toledo Pinheiro<sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Terceirização é uma transferência de atividades de uma empresa a outra, que por sua vez e através de trabalhadores a ela ligados, parcial ou integralmente, realizam as suas funções referentes à atividade- da empresa contratante. Essa relação de trabalho que se dá no âmbito das atividades não essenciais da empresa tomadora, não gera vínculo entre esta e os trabalhadores, uma vez que este será constituído com a empresa prestadora de serviços (OLIVEIRA, 2016, p. 70). No setor público é um instrumento extremamente utilizado na contratação de atividades meio da Administração Pública, ainda que recentemente tenhamos implementado no país uma legislação que garante a efetividade e a regularidade deste tipo de contratação também para atividades fim.

Com o crescente nível de competitividade entre as diversas empresas e setores, tornou-se necessária a busca por meios que aumentassem a produtividade das empresas, a qualidade da prestação de serviços e a redução de custos no processo produtivo. Neste ponto, a terceirização surgiu como forma de, através de parcerias, alcançar aqueles objetivos com a diminuição do número de funcionários e tendo a contrapartida do aumento da produção. Além disso, em razão do avanço do capitalismo, surgiu a necessidade de expansão das empresas nacionais e a explosão das multinacionais em todo o mundo. Diante destes fenômenos, e a fim de especializar as funções das grandes empresas, as pequenas e médias tomaram para si a função de suporte àquelas para que elas então pudessem desempenhar livremente seus objetivos. Com isso, foi preciso relativizar as relações empregatícias, haja vista a necessidade de corte de custos com pessoal para aplicação destes na produção.

No Brasil, este tipo de contratação teve início por volta dos anos 1950; porém foi a partir de 1970, e posteriormente, a década de 1990, que houve a efetivação desta prática. Também neste momento, é possível perceber uma elevada precarização das relações de trabalho com a ampliação do desemprego e a proliferação de contratos de trabalho precários (TOSTA, 2009, p. 141). Nesta subcontratação da mão-de-obra, a

---

<sup>1</sup> Mestranda PPGH- UFPel, Graduada em Direito. E-mail: mariuza.pinheiro@hotmail.com

gestão de pessoal passa a ser pontual, e as grandes empresas passam a contratar outras, agora pequenas, que intermedeiam as relações trabalhistas. Segundo Bezerra (2013, p.14), aqui o patrão não é mais empregador direto, mas mero locador da mão-de-obra.

Como forma de produção, a terceirização mostra-se bastante eficaz. Todavia, se mal utilizada, pode trazer certa instabilidade social (CARDOSO; GOULART, 2009, p. 147-176), especialmente quando as empresas se negam a adaptar a realidade dos trabalhadores aos seus anseios econômicos. É um erro não considerar o papel da atividade humana no processo de terceirização (ENRIQUEZ, 1997, p. 61). Para Antunes (2002, p. 202), o que se apresenta fora do ambiente empresarial, é um quadro de precarização das relações de trabalho, ainda que amparadas por leis que regulamentem e protejam as relações trabalhistas envolvidas no cenário.

A terceirização tem trazido, desde o seu surgimento e principalmente após a sua ampliação de uso no setor privado, crescente desvalorização e precarização das relações de trabalho, seja pela volatilidade dos sujeitos contratados (terceirizados), seja da própria responsabilidade assumida pelos contratantes. Logo, ocorre fragilização do elo entre empregado/empregador, vez que não deixa claro quais as responsabilidades do tomador de serviços frente ao empregado, e ao mesmo tempo, praticamente torna aquele tomador (que busca a empresa terceirizada), mero locador de produto.

Para a Administração Pública, o instituto da terceirização surgiu no final dos anos de 1960, através do Decreto-Lei 200/1967<sup>2</sup>, e teve motivação inicial a necessidade de realocação imediata de servidores públicos que estavam saindo dos quadros administrativos (por exemplo, por aposentadorias). Foi apenas no final da década de 80, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a administração pública passou a ser obrigada a contratar através de concursos públicos.

Em polêmica decisão do STF (que deu origem à Súmula 331 do TST), tornou-se possível a contratação terceirizada apenas de atividades-meio na Administração Pública, quais sejam segurança, conservação, limpeza e manutenção. E foi neste momento que a terceirização tomou corpo dentro do setor público brasileiro.

A problemática central estudada se dará em relação à questão: Com as mudanças nas relações trabalhistas, e as degradações decorrentes dos vários modelos de produção e

---

<sup>2</sup> BRASIL. **Decreto-Lei 200, de 1967**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

ascensão de políticas econômicas ao longo da história, a terceirização acentua ainda mais a precarização das relações trabalhistas dentro da máquina pública estatal?

O objetivo geral do trabalho será apresentar uma reconfiguração do mundo do trabalho, a partir da década de 80, que coincide com a ascensão do neoliberalismo e suas consequências através da política de terceirizações na administração pública brasileira, principalmente no que se refere ao Poder Executivo Federal.

Já no que diz respeito aos objetivos específicos, a ideia inicial será conhecer o surgimento da terceirização no contexto histórico brasileiro, com a determinação dos seus impactos no mercado de trabalho, e principalmente, o papel destes na degradação das relações trabalhistas, encerrando a análise com uma breve avaliação quanto a permissão legal deste tipo de contratação pela administração pública, tanto nas atividades-meio quanto nas atividade-fim do Estado.

## 1. O mundo do trabalho e o surgimento da terceirização

As observações acerca dos fatores de redefinição do mundo do trabalho iniciam através de estudos dos meios de produção do início do séc. XIX, e as mesmas se estenderão até os dias atuais, mais precisamente através de normas legais há pouco introduzidas no universo trabalhista brasileiro. Além disso, as análises de autores como Hobsbawm e Thompson, que são expoentes quando se trata do estudo das classes operárias, serão grandes fontes de pesquisas para o desenvolvimento do trabalho.

Desde muito tempo, grandes teóricos já discutiam o fato notório de que, nos conflitos de interesses entre os trabalhadores e empregadores, sempre os últimos levam vantagem sobre os primeiros. Os interesses de ambas as partes colidem, uma vez que os trabalhadores buscam maximizar os seus ganhos e os patrões, em contrapartida, querem diminuir seus custos e aumentar seus lucros.

O cenário a ser observado parte do toyotismo, iniciado no Sec. XIX, até o apogeu do neoliberalismo no Brasil, que se deu na década de 90. Para explicar os fenômenos ocorridos neste período, que acabaram propiciando o amplo desenvolvimento da terceirização no cenário trabalhista brasileiro, será preciso perpassar pela Escola da Regulação Francesa, que traz em si o conceito de regulação econômica. Esta escola foi concebida em meados da década de 70 do século passado, na França, e utiliza a idéia do regime de acumulação (organização produtiva adequada ao padrão de consumo). Para Braga e Hernandez (2010): “O neoliberalismo corresponderia ao processo de passivização [*sic*] no nível do aparelho e da formas estruturais da

intervenção estatal, assim como a reestruturação produtiva em curso encarnaria esse mesmo movimento no âmbito do sistema das forças produtivas”.

Sobre as relações do mundo do trabalho, Thompson (2016, p. 19), se debruça sua análise no século XVIII, onde os indivíduos entram em conflito com o surgimento de uma “cultura industrial capitalista”.

Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/ social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes.

No ano de 1914, Henry Ford desenvolveu um método de produção em massa em sua indústria automobilística denominado de fordismo – cujas características estavam ligadas à linha de produção, com especialização da atividade do trabalhador. Este método acabou se tornando não só um modelo de produção da Segunda Revolução Industrial, mas também de gestão, e perdurou até a década de 80. A ideia do fordismo era alcançar a massa consumidora, uma vez que conseguiu diminuir os custos de produção refletindo assim, no preço final do produto vendido. Harvey (2013, p.121), inferia que:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

No final da década de 60, ocorreu o declínio do modelo fordista de produção. A manutenção do crescimento salarial dos trabalhadores provocava a estagnação dos lucros, tudo isso aliada a outros fatores, como a crescente competição pelos mercados internacionais, refletiu nas políticas fiscais (aumento das taxas e impostos), e políticas sociais americanas (dispensa de trabalhadores). Veio assim, a grande crise do *welfare state*. Ricardo Antunes (2009, p.31) enumera algumas características marcantes deste fenômeno, quais sejam:



- a) Queda dos lucros pelo aumento do valor da força de trabalho;
- b) Esgotamento do modelo taylorista/fordista em razão da queda de consumo, que por sua vez, era uma resposta ao desemprego estrutural vivenciado naquele período;
- c) Autonomia da esfera financeira, que passava por um processo de desconcentração e internacionalização;
- d) Fusão de empresas, que causava grande concentração de capitais;
- e) Privatizações, desregulamentações e flexibilizações do processo produtivo do mercado, mas principalmente, da força de trabalho;
- f) Crise do Welfare State, o que provocou grande crise fiscal e financeira estatal, o que determinou a transferência dos custos para o setor privado;

A acumulação flexível deu espaço para o surgimento de novos sistemas de produção, incluindo nestes as subcontratações, sistema este que será tratado aqui através da figura da terceirização e suas consequências para a classe trabalhadora.

## **2. Terceirização: conceitos e efeitos primários**

As medidas econômicas e sociais que foram adotadas pelo Estado brasileiro entre os anos 1940 e 1980, estavam consoantes ao modelo de acumulação de capital do período, que também foi marcado pelo aprofundamento das políticas econômicas keynesianas adotadas por grande parte dos estados nacionais<sup>3</sup>. De acordo com Marx (2008), tais práticas que o Estado aplicou eram representações dos interesses das classes dominantes, pois ainda que em determinados momentos pudessem ser favoráveis de algum modo à classe trabalhadora, sempre tinham o acúmulo de capital como objetivo principal.

Este artigo não pretende elaborar um estudo apurado sobre todos os detalhes do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro desde a sua concepção mais moderna, entretanto, é preciso falar sobre o modelo de financiamento utilizado pelo

---

<sup>3</sup> Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de se ajustar as velas, em certos aspectos, para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho de mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso, mas, mesmo assim, firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 2003, p. 125).

governo para acelerar o crescimento, especialmente no que se refere ao período do governo de Juscelino Kubitschek (1955 - 1960) que se baseava em financiamentos externos. Importante ainda mencionar que tal modelo alterou o padrão industrial brasileiro, que passou da indústria pesada para indústria de materiais e bens de consumo voltada para as necessidades internacionais. Esta alteração significou a opção brasileira por financiamentos de capital estrangeiro com elevados endividamentos interno e externo, inflação elevada e dependência de capital do Estado e internacional, o que de toda forma, atendia aos interesses da burguesia empresarial brasileira conservadora e antipopular. Essas bases de financiamento advindas do governo de Juscelino se mantiveram durante todo período militar que o sucedeu, momentos aqueles que foram considerados bastante prodigiosos, sendo por muitos lembrando como período do “milagre econômico”<sup>4</sup>.

Em momento subsequente, já na década de 1990, o Brasil passou por uma verdadeira consolidação das políticas e reformas neoliberais, que só foram possíveis em razão do resultado da eleição de 1989. Havia, naquele momento, uma grave crise econômica interna, além de um elevado enfraquecimento do poder dos trabalhadores desde o final da década de 1970, em que se presenciou o colapso do modelo político desenvolvimentista e uma reversão de tendências de crescimento econômico. Importa destacar o papel do Estado naquele momento, uma vez que o modelo até então adotado possibilitou a intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho, possibilitando uma conjugação de forças produtivas.

Após essas ocorrências, o Estado começou a apresentar sinais de esgotamento do modelo desenvolvimentista. Esta situação, conjurada com o avanço da ideologia neoliberal, não significou, todavia, qualquer tipo de desamparo à classe empresarial. A elevação das taxas de juros da moeda americana acabou sendo muito conveniente aos setores mais conservadores da economia, pois estes começaram a pressionar o Estado para que ele deixasse de intervir na economia, o que forçaria a autorregulação desta pelo próprio mercado. E esta ação significaria a necessidade imperiosa de reformas estruturais do aparelho estatal em sua política econômica, ainda que naquele momento tais reformas se mostrassem ainda tímidas.

---

<sup>4</sup> “O *boom* iniciado em 1968 teve como causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após vários anos de recessões, com a baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido da mão-de-obra de pouca qualificação. A isto deve ser aduzido uma grande propensão a consumir das camadas de rendas elevadas. O crescimento bastante rápido que se verificou foi a resposta natural da economia a estas condições” (SINGER, 1996, p. 60)

A adesão ao modelo neoliberal pelo governo brasileiro, iniciado no governo Collor (1990-92), atingiu o ápice no governo que o sucedeu com Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), o que significou que toda a década de 1990 foi marcada pela introdução maciça de políticas neoliberais, e dentre elas, o modo de contratação terceirizado. É importante que se perceba que não estamos falando da terceirização na iniciativa privada, mas sim da adoção desta forma de contratação “dentro” do próprio Estado. Para o governo, a crise do Estado e a necessidade de reformá-lo, era tão essencial quanto achar uma saída para a crise econômica brasileira. Isto porque o entendimento era de que o Estado havia se afastado das suas funções essenciais para desempenhar papéis que não eram exclusivos dele, tais como inserção da sua presença em setores produtivos, conduta esta que teria comprometido a prestação de serviços públicos e agravado a crise econômica-fiscal (BRASIL, 1995).

Ao passo que as reformas começaram a ganhar força, duas acepções tomaram a frente no processo: eficiência e competitividade. Tais ideias passaram a ser tomadas como norteadoras da reforma estatal, e serviram como justificativas para a adoção das terceirizações. A prática seria então o carro chefe de um novo modelo de Estado, muito mais moderno e eficiente.

A ideia a partir de então seria a seguinte: daquele momento em diante, o Estado deveria abrir mão de tudo o que havia construído como patrimônio próprio, iniciando um processo de privatizações das empresas estatais para melhor gerenciamento dos bens que porventura, se mantivessem, assumindo assim um caráter extremamente empresarial; e ainda, deveria terceirizar a contratação de trabalhadores, desinchando o tamanho da máquina governamental (e principalmente, a folha salarial do Estado).

O modelo que estava sendo posto não era necessariamente novidade mesmo para o setor público brasileiro. Já nos idos de 1967, o segmento empresarial brasileiro já havia “tentado” introduzir a terceirização no serviço público através da adoção da descentralização das funções do Estado. Tal tentativa teve o apoio legislativo, já que foi editado o Decreto-Lei nº 200 de 1967 dispondo sobre a possibilidade da Administração Pública brasileira “dividir-se” em Administração Direta e Indireta. A primeira ficaria responsável pelos atos de governo propriamente ditos. A segunda seria responsável pela

prestação dos serviços públicos, que poderiam em certa medida, ser repassados à iniciativa privada<sup>5</sup>.

Entretanto, para que a terceirização pudesse efetivamente ser utilizada pela Administração Pública, foram necessários vários ajustes legislativos. Isto porque o Estado só pode realizar atos se estes estiverem expressamente previstos em Lei<sup>6</sup>, isto em cumprimento ao Princípio da Legalidade intrínseco à Administração Pública, o que apenas se concretizou nos anos 90.

No campo das leis, inúmeras medidas para a flexibilização das relações trabalhistas foram formalmente adotadas. Como consequência do discurso neoliberal de que o desemprego seria reflexo da rigidez legal, o governo acabou legalizando medidas extremamente prejudiciais ao trabalhador, tais como a substituição do pagamento das horas-extras pelo banco de horas; redução da jornada de trabalho inicialmente ajustada entre empregador e empregado, com redução proporcional do salário; suspensão do contrato de trabalho em situações de motivação econômica; surgimento das cooperativas de trabalhadores (que apesar de parecer positivo, traz de modo velado a possibilidade subcontratação pela não garantia de proteção de direitos do trabalho regular); dentre outros. Todas as modificações não teriam outro objetivo que não a retirada de direitos duramente conquistados, já que se mostraram altamente ineficientes ao intuito para o qual foram propostas de geração de novos empregos, sendo que o resultado real foi o agravamento do processo de desestruturação do mercado de trabalho e a ampliação da informalidade no país.

A partir daí, e amparado por todas as modificações legislativas havidas no período que regulamentaram e autorizaram a utilização da terceirização, a administração pública passou a utilizá-la para fins de “delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal, através de programas de privatização, terceirização, e “publicização”. (BRASIL, 1995, p. 18). Tal iniciativa ensejaria a diminuição da interferência do Estado na economia, o que daria a ele o papel de propulsor

---

<sup>5</sup> É o que disciplina o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967: “Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I - Planejamento. II - Coordenação. III - Descentralização. IV - Delegação de Competência. V - Controle.”

<sup>6</sup> Vale lembrar que a forma legislativa do decreto-lei, ainda que possua força de lei, é ato exclusivo do Presidente da República e precisa do aval do Congresso Nacional para surtir efeitos na forma de lei. O Decreto-Lei 200/1967 previa a possibilidade de contratação com a iniciativa privada, todavia, não trazia expressamente a possibilidade de terceirização de atividades. Assim, seria necessário, em razão da obrigatoriedade do cumprimento do princípio da legalidade, de uma lei que definisse de modo incontestado o conceito e a possibilidade da prática da terceirização.

de competitividade do país em nível internacional, deixando de lado o caráter protecionista e paternalista até então assumido.

A política neoliberal assumiu não só lugar de destaque no cenário do Estado brasileiro, como passou a ser a postura adotada por ele a partir de então, e as transformações trazidas por ela tiveram o escopo de alinhamento da ideologia de uma administração gerencial. Sendo assim, ao passo que os gestores públicos iniciaram a adoção de medidas que visavam a descentralização das atividades do Estado, especialmente no que diz respeito à adoção da terceirização como forma de garantir a redução do número de trabalhadores ligados diretamente ao Estado, estes trabalhadores foram transferidos para a iniciativa privada nas atividades em que era possível fazê-lo, garantindo a tão aclamada competitividade. A análise de Pochmann (2002) vem ao encontro desta conclusão:

É desse contexto que se expandem e emergem novas cadeias e formas diversas de subcontratação. A terceirização nas grandes empresas, organizada com base numa profusão de pequenas firmas, muitas delas funcionando em uma relação de exclusiva dependência de suas contratantes, constituiu-se numa das estratégias centrais de ajuste competitivo, focada, sobretudo, na redução dos custos do trabalho.

Inicialmente, a terceirização no serviço público valeria apenas para as atividades de suporte, ou “atividades-meio”. Entretanto, o aumento exponencial da terceirização no serviço público mostrou que esta limitação acabou esvaziada, à medida que pela reforma administrativa já mencionada, ocorreu uma reestruturação das carreiras, o que gerou extinção de cargos públicos. Tal situação acabou permitindo a ampliação da terceirização com a contratação de trabalhadores não estáveis para o lugar daqueles.

É sabido que a terceirização teve importância crucial no processo de desestruturação e precarização do mercado de trabalho brasileiro e portanto, o estudo deste modo de contratação é de extrema relevância para o trabalho ora proposto.

Como ponto de partida, o conceito de terceirização, ainda que formalmente inexistente quanto definição, traz como ideia principal o fato de tratar-se de um terceiro que participa de uma relação regularmente estabelecida. Ou seja, trata-se de uma relação tríplice, onde uma empresa (tomadora de mão-de-obra – “A”) contrata uma outra empresa (interposta – “B”), que assume as obrigações trabalhistas do contratado (prestador de serviço – “C”), e este executará as atividades para a empresa tomadora (“A”). Esta relação poderá ocorrer tanto para empresas privadas quanto para a Administração Pública.

Importa dizer aqui que, até o ano de 2017<sup>7</sup>, apenas atividades meio da empresa poderiam ser terceirizadas, orientação esta que foi afastada, permitindo agora a terceirização de quaisquer atividades da empresa, mesmo aquelas chamadas de atividades-fim (objeto da própria atividade empresarial).

A terceirização seria, portanto, uma forma de prestação indireta da atividade da empresa, antes desenvolvida por ela própria, porém de modo complementar à atividade final da empresa tomadora. Seria um processo de gestão empresarial. Na esfera pública, funciona como modo de descentralização da atividade estatal, onde o Estado passa o desenvolvimento da atividade para empresa contratada, e esta passará a ser responsável por executá-lo a partir de então.

Para o Ministro do Superior Tribunal Federal, Min. Celso Antonio Bandeira de Mello, o conceito de terceirização é bastante claro:

Terceirização significa, pura e simplesmente, passar para particulares tarefas que vinham sendo desempenhadas pelo Estado. Daí, que este rótulo abriga os mais distintos instrumentos jurídicos, já que se pode repassar a particulares atividades públicas por meio de concessão, permissão, delegação, contrato administrativo de obras, de prestação de serviços etc. Com isto, é bem de ver, falar em terceirização não transmite ao interlocutor a mínima ideia sobre aquilo que está de direito a ocorrer. Isto é, não se lhe faculta noção alguma sobre a única coisa que interessa a quem trata com o Direito: a identificação de um regime jurídico incidente sobre a espécie cogitada.

Não se pode negar que a terceirização traz consequências extremamente danosas à sociedade, como a precarização das relações de trabalho, passando a ser vista como sinônimo de rebaixamento das condições de trabalho e de salário de inúmeras categorias de trabalhadores. Mais que isso, ocorre paralela e concomitantemente, perda de identidade do trabalhador dentro deste processo, e tudo isto com o propósito principal de redução de custos de mão-de-obra.

Esta precarização trazida pela terceirização, se dá em algumas frentes bastante definíveis segundo Costa (2017), quais sejam elas:

Primeiramente, a precarização dos regimes de emprego, onde as empresas, seja de modo legal ou informal, poderão adotar estratégias de flexibilização e ajustes de demanda do mercado por meio de redução de salários e encargos trabalhistas. Seriam estas “medidas emergenciais”, o que no entanto, não condiz com a realidade pois é nítido

---

<sup>7</sup> A Lei 13.429, de 31 de março de 2017, com início de vigência na data de sua publicação, ocorrida no Diário Oficial da União de 31.03.2017, altera dispositivos da Lei 6.019/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário, e versa sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. A Lei não restringe a sua incidência à esfera privada, podendo dar margem ao entendimento de que as suas previsões sobre terceirização podem ser aplicadas, em tese, também à administração pública, desde que sejam observadas as disposições específicas a respeito, como a exigência de licitação na contratação de serviços.

que o que se pretende é a diminuição de direitos por pressão do meio empresarial, ou de outro modo, regulamentação de direitos em patamares inferiores aos vigentes.

Outra forma de precarização se dá quanto aos salários e a própria relação de trabalho. A redução dos custos de trabalho é tida como uma das principais motivações que levam as empresas a contratarem de forma terceirizada. Isto porque as empresas terceirizadas são empresas de pequeno e médio porte, que aceitam contratos precários como modo de aceleração do seu crescimento. Os salários ali são menores, além do que muitas vezes, nessas empresas não há pagamento ou garantia de benefícios aos seus colaboradores.

Precariza-se também, ainda que de modo indireto, os chamados trabalhadores estáveis, que são aqueles regular e diretamente contratados pela empresa tomadora. Isto porque, com a presença da possibilidade de contratação via terceirização, pois seus postos de trabalho são reduzidos, o que traz insegurança quanto a continuidade empregatícia existe. Aumenta também a pressão exercida pelo empregador por resultados e metas, e tudo isso, a diminuição da qualidade de vida destes trabalhadores.

Não bastassem as incertezas individuais, a terceirização também acarreta a perda do valor coletivo das negociações sindicais, que de sua parte, perdem a capacidade de barganha por melhores condições de trabalho dos seus representados. Esta última forma de precarização gera uma fragilização da ação política sindical que não consegue deter a expansão da terceirização e das outras formas de flexibilização do trabalho. Os trabalhadores perdem a identidade, pois o aumento da rotatividade de empregados dentro da empresa, ou mesmo de funções, acaba desestimulando a mobilização dos trabalhadores terceirizados, que não se veem mais representados por qualquer sindicato. E quando isso não ocorre, acabam filiados a sindicatos menores, com pouca representatividade ou força de negociação com as empresas contratantes.

No serviço público, a terceirização é instrumento de relação trabalhista bastante interessante, uma vez que tal forma de contratação tem o condão de tornar o serviço mais eficaz e com o custo mais baixo. Contudo, dentro da Administração Pública (mais uma vez salientando), as contratações devem ser feitas de forma lícita, o que descarta de antemão qualquer possibilidade de subcontratação não legalizada; e ainda, a própria terceirização deve ser utilizada de modo razoável, e não de forma desmedida ainda que o intuito seja o atendimento aos princípios da Eficiência<sup>8</sup>. A Administração deverá respeitar

---

<sup>8</sup> É preciso lembrar que mesmo que a Administração Pública brasileira deva atender os princípios da eficiência (celeridade e baixo custo), também deverá atender aquele princípio que obriga a contratação para

todos os demais princípios constitucionais, administrativos, de direito do Trabalho e as normas internacionais às quais o Brasil se tornou signatário. Isso implica dizer que o Estado é obrigado a respeitar a dignidade da pessoa humana<sup>9</sup>, o que muitas vezes vem de encontro à natureza da terceirização, que traz, intrinsecamente, a precarização das relações de trabalho.

O que se vê, entretanto, da terceirização no Brasil, é que o sentido original desta forma de contratação tem sido tangenciado. No setor público, especialmente, vê-se dissimulações nas contratações. Não há respeito à eficiência, mas mera busca pela “facilidade” de descarte dos trabalhadores envolvidos, o que se dá em razão da fragilidade da relação terceirizada.

O que se percebe é que alguns gestores tem-se valido deste tipo de contratação para dissimular relações de trabalho para contornar a obrigatoriedade de concurso público, politizando as relações de trabalho entre a Administração Pública e os trabalhadores contratados. Isso quer dizer que a eficiência almejada está servindo de justificativa para ilegalidades e arbitrariedades por parte da própria Administração, vez que a burla às normas constitucionais afeta não só o serviço prestado, mas também as pessoas envolvidas, que perdem garantias e proteções legalmente asseguradas.

A inexistência de legislações específicas para a utilização da terceirização na Administração Pública, com definições sobre o seu uso dentro do setor público, ou mesmo normas internacionais sobre o tema que pudessem ser utilizadas, fortalece a vulnerabilidade dos direitos e garantias atribuídos aos empregados terceirizados<sup>10</sup>, o que impõe urgência na elaboração das referidas normas.

---

o setor público através de realização de concurso público, o que coloca a possibilidade de terceirizar apenas como forma suplementar, e não permanente, ainda que atualmente não existam limitações com relação à quais as atividades poderão ser desenvolvidas para este tipo de contratação.

<sup>9</sup> O cenário econômico da atualidade revela uma questão que afeta as relações de emprego, vez que é composto por empresas, com âmbito de atuação a nível internacional, que busca o lucro a qualquer custo, ainda que para tanto seja necessário o sacrifício das condições dignas de trabalho. Dentro desse prisma, o Estado deverá reorganizar-se, compatibilizar as normas de Direito do Trabalho conforme os propósitos sociais trazidos pela globalização. Ressalta-se que, há uma conexão entre a ciência jurídica que tutela o trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista que o labor humano é um dos responsáveis pela sua concretização. É relevante acrescentar que o princípio subordina todas as pessoas, órgãos públicos e privados, impondo-lhes o dever de respeito e proteção. Completa-se que basta envolver um ser humano, independente de qualquer condição, para que se faça necessário atender aos valores abarcados pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que são aqueles que envolvem o respeito, na honra, os direitos fundamentais efetivados, entre tantos outros responsáveis pela existência decente das pessoas.

<sup>10</sup> Um exemplo dessa vulnerabilidade é a diferença de contrato de trabalho entre os servidores efetivos da Administração Pública e os trabalhadores terceirizados, ainda que em muitos casos ambos desempenhem as mesmas funções.



## 2. O Estado Brasileiro e a flexibilização das relações de Trabalho.

Este capítulo abordará a postura do estado frente à flexibilização das normas trabalhistas. A saber, o Estado contrata seus agentes através de regime administrativo próprio, inerente à Administração Pública. Espera-se, portanto, que as formas de contratações de seus agentes sejam aquelas que privilegiem formas em que se adotem posturas que não precarizem as relações de trabalho. Com as mudanças ocorridas no contexto histórico dentro do que já foi abordado no tópico anterior, a ideia agora será analisar a postura do Estado brasileiro que, a par da legislação trabalhista protetiva vigente adotou, a partir de determinadas legislações, uma postura mais flexível e precarizante, ainda que sem atentar contra a legalidade constitucional imposta.

Com a Lei nº 6.019/74 (Lei do Trabalho Temporário), tem-se o momento em que a terceirização foi oficialmente introduzida na legislação brasileira. Esta lei possibilitava que houvesse, por parte de uma empresa, a intermediação de mão-de-obra para atender à necessidade temporária, excepcional ou transitória de outras empresas, e ainda, situações relacionadas à necessidade de acréscimo de serviços. Esta relação deveria ser feita com a presença de uma empresa intermediadora da mão-de-obra (extravassando assim a relação bilateral empregado/empregador), e que por sua vez repassaria esta mão-de-obra a uma outra empresa (tomadora de serviço), sem qualquer vínculo desta com o empregado. De acordo com Cassar (2014), surgia ali uma relação tríplice, sem contudo nascer com ela, obrigações recíprocas entre as partes.

Para a Administração Pública, *a priori*, não seria possível a contratação através de empresas intermediadoras de mão-de-obra, pois o vínculo com o seu prestador de serviços, só poderia se dar através de concurso público. Todavia, apesar do impeditivo constitucional advindo da Constituição Federal de 1988, o Brasil já possui legislação permissiva à prática.

Inicialmente, o Decreto-Lei 200/1967<sup>11</sup> permite que a Administração contrate ou delegação atividades administrativas para melhor prestação do serviço público<sup>12</sup> através de contrato, não impondo qualquer óbice a espécie de contratado (se pública ou particular). Hoje, a Lei 9.784/1999<sup>13</sup> mantém tal possibilidade, lembrando que a própria Lei geral de Licitações (Lei 8.666/93), que regulamenta os contratos públicos com a iniciativa privada, corrobora o entendimento, desde que as atividades contratadas não se configurem como essenciais para o Estado.

Se antes, todavia, falava-se em tercerização apenas de atividades-meio do Estado, este tipo de contratação é tratado de modo totalmente legitimado para atividades, uma vez que no ano de 2018, o Governo Federal editou o Decreto 9.507/2018<sup>14</sup>, em que ocorre a possibilidade de contratação terceirizada de modo irrestrito. O que se vê assim, é uma característica liberal em sua essência, que veio com o intuito de retirar qualquer limitação antes imposta para terceirizar na Administração Pública Federal, onde então pode-se admitir qualquer forma de terceirização, seja para atividades acessórias ou principais, no âmbito da União.

## CONCLUSÃO

Com a breve análise das características e meios que levaram a Administração Pública brasileira à da contratação terceirizada, viu-se uma evidente precarização das

<sup>11</sup> O Decreto-lei 200/1967, em seu art.10,§7º, estabelecia a possibilidade de “ A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada: § 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. Naquele momento, não havia exigência constitucional de realização de concurso público para a contratação de servidores públicos, que poderiam ter seu vínculo com a Administração Pública constituído através de contrato celetista. A obrigatoriedade de realização de concurso só veio com a Constituição Federal de 1988, o que limitou a contratação apenas a algumas áreas de atuação específicas e posteriormente determinadas através de normas legais diversas.

<sup>12</sup> Em sentido amplo, serviço público pode ser entendido como qualquer atividade que o Estado exerce para cumprir os seus fins. Pode-se dizer que todas as atividades do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário são serviços públicos, levando ainda à reflexão de que o Estado, na esfera administrativa decide sobre seus próprios procedimentos, na legislativa planeja e busca a regulação e organização dos interesses da população, e no âmbito do jurisdicional efetua o gerenciamento dos procedimentos e conflitos que lhes são levados a conhecimento pelas partes. Além disso, característica importante e delimitadora de serviço público, é aquela que o coloca como atividade definida por lei, que depende economicamente do Estado e tem por objetivo o bem estar da coletividade.

<sup>13</sup> A Lei 9784/1999 regula os processos administrativos do setor público. Tais processos são aqueles atos da Administração que repercutem no mundo jurídico, e portanto, devem obedecer normas e princípios específicos

<sup>14</sup> Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

relações empregatícias e de trabalho envolvidas no processo. Percebeu-se que, em nome do atendimento ao Princípio da Eficiência constitucionalmente previsto (art. 37, caput da CF/1988), o Estado brasileiro adotou a terceirização irrestrita das atividades estatais a par do dever de garantia e proteção próprio do Estado. Deixou-se de lado, em vários momentos e principalmente na evolução legislativa do tema, a dignidade da pessoa humana em nome de políticas neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro como forma de “modernização da máquina administrativa”. O que se via inicialmente, apenas na iniciativa privada, acabou sendo amplamente utilizado pela Administração Pública e legitimado por esta através de ajustes legislativos, o que afasta a alegação de contrariedade aos princípios constitucionais intrínsecos.

Sendo assim, a necessidade do estudo do instrumento é extremamente relevante uma vez que reflete no próprio funcionamento da burocracia estatal. Levando-se em conta que os trabalhadores terceirizados não estão subordinados a um vínculo direto com o Poder Público, a prestação do serviço oferecido pela Administração torna-se elemento pertinente ao assunto.

#### **Referências Bibliográficas:**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo. São Paulo, 2009.

BEZERRA, Gustavo. **Trajetórias pós-salariais:** Versatilidade laboral e exploração em rede em duas experiências. Revista da ABET. Volume 12. Nº 2. 2014 Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/20205>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

BRAGA, Carlos Renato Araújo; HERNADES, Carlos Alberto Mamede. **Conteúdo mínimo de um termo de referência para contratação de serviços de TI.** Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília, v. 42, n. 117, p. 31-40, jan./abr. 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei 200, de 1967.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto 9.507 de 2018.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm)>.

BRASIL. **Lei 6.019 de 1974.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm)>.

BRASIL. **Lei 8.666 de 1993.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>.

BRASIL. **Lei 9.784 de 1999.** Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm)>.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do estado.** Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

CARDOSO, S. U.; GOULART, Í. B. **As relações de trabalho em equipes terceirizadas: um estudo das significações psicossociais para os trabalhadores e para as organizações. Gestão Contemporânea.** V. 6, n. 6, P. 147-176, 2009.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Método, 2014.

COSTA, Márcia da Silva. **Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente.** Cad. EBAPE.BR [online]. 2017, vol.15, n.1 [citado 2020-05-03], pp.115-131. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167939512017000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167939512017000100008&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1679-3951.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise.** Petrópolis: Vozes, 1997.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** - 24. ed. – São Paulo: Loyola, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OLIVEIRA, Cínthia Machado de; DORNELES, Leandro do Amaral Dorneles de. **Direito do Trabalho.** 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.

TOSTA, T. L. D. (2009). **Um novo perfil de precarização do trabalho?.** In Resumos de comunicações científicas do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

## **Entre Orientes” e “Ocidentes” da História Antiga**

Profa. Ma. Milena Rosa Araújo Ogawa<sup>1</sup>

Prof. João Gomes Braatz<sup>2</sup>

Este Simpósio pretende suscitar reflexões aos pesquisadores da Antiguidade para repensar a produção histórica tradicional que divide contextos antigos em Oriente e Ocidente. Compreendendo a importância de não considerar unilateralmente as fontes escritas para o estudo da antiguidade, convidamos os pesquisadores que abordem a cultura material para participar da discussão que propõe a reescrita e o repensar da História Antiga que produzimos, de forma a contribuir para os Estudos Clássicos, Médio Orientais e Extremo Orientais no país.

---

<sup>1</sup> Doutoranda (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, Mestra em História e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania e Licenciada em História pela Universidade Federal do Pampa. Membro discente do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA-UFPel) e do Grupo de Pesquisa CNPq Práticas Mortuárias no Mediterrâneo Antigo (TAPHOS-USP). E-mail: ogawa\_milena@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e membro discente do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga. E-mail: joao.braatz@hotmail.com

## REFLEXÕES SOBRE OS PAPÉIS DE GÊNERO NA ICONOGRAFIA DA CERÂMICA GREGA NO PERÍODO GEOMÉTRICO.

Profa. Dra. Camila Diogo de Souza<sup>1</sup>  
Ariane Regina Bueno da Cunha<sup>2</sup>

### **Cultura material, cultura visual e gênero: algumas considerações.**

As representações figuradas, enquanto conjunto de imagens que forma a cultura visual, configuram meios pelos quais uma sociedade expressa suas formas de pensar e suas visões e concepções socioculturais e históricas. Trata-se da síntese entre o que é produzido e consumido dentro de um recorte temporal, o “olho da época” que, ressignificado pelo próprio artista e indivíduo que visualiza e interage com a imagem em sua dimensão subjetiva, resultando numa série de interações entre sujeito-objeto. A imagem que chega ao observador, após sua produção e construção, é então percebida, avaliada e julgada a fim de promover “os modelos e modalidades do olhar (o olhar de relance, o olhar patriarcal, o olhar reificador, o olhar masculino, o olhar turístico, o olhar erótico, o olhar casto, o olhar reprimido ou condicionado etc.)” (MENESES, 2005, p. 2). A cultura visual, dessa forma, não constitui um mero vetor semiótico, mas enquanto cultura material, permite a construção de um conhecimento sobre a sociedade que a idealizou, produziu, consumiu e interagiu, enquanto agentes cujos efeitos com a interação humana indicam formas de pensar e agir (MARTINS, 2013, p. 200).

A produção visual encontrada na cerâmica grega, por meio das descobertas arqueológicas provenientes de diferentes contextos, sagrado, funerário, cotidiano, permite traçar pelo Mediterrâneo Antigo o trajeto dos vasos pertencentes às diferentes produções cerâmicas, conhecidas e mapeadas de acordo com elementos decorativos específicos. Mesmo que parcialmente, a iconografia se configurou em uma fonte de dados imprescindível sobre a produção e conhecimento das sociedades da Grécia Antiga, em seus diferentes recortes cronológicos e contextos históricos, fazendo com que os vasos de origem e tradição grega fossem amplamente pesquisados (SARIAN, 1996, *apud* SEGER; DIAS, 2017).

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Visitante / Pós-doutoranda Sênior – Universidade Federal Fluminense (UFF) / FAPERJ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) / coordenadora/pesquisadora associada Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – caumilasouza@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em História – membro discente Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – ariane\_buenocunha@hotmail.com

Dessa maneira, a iconografia presente na cerâmica grega revela muito mais do que aspectos artísticos e estilísticos, indo além de classificações estritamente tipológicas, cronológicas e da busca dos referentes e da identificação das cenas enquanto míticas, cotidianas, funerárias etc. A cerâmica decorada teve um papel primordial como mídia de difusão cultural, percorrendo os mais variados campos da dinâmica social grega, pois, além de sua larga produção e importação para muitas regiões do Mediterrâneo antigo, assumia diferentes papéis, usos e significados em diferentes contextos, muitas vezes, com caráter político, ideológico. Dessa forma:

com funções específicas dentro do cenário cotidiano e ritual da sociedade, esse material alcançava grande número de pessoas em lugares diferenciados, sendo consumido por todas as parcelas da sociedade e compondo enorme variedade de funções e temáticas de decoração (DUKELSKY, 2013, p. 102, *apud* SEGER; DIAS, 2017, p. 135).

Segundo Oakley (2009) ao longo dos séculos, houve mudanças no foco principal do estudo iconográfico dos vasos gregos e na ênfase de alguns aspectos que definiram o escopo teórico-metodológico da denominada Arqueologia da Imagem (ALDROVANDI, 2009, p. 39-61). Nesse sentido, apesar de, atualmente, ainda se observar muitos estudos relacionados à tipologia, atribuição, cronologia e estilo artístico, por exemplo, percebe-se um interesse crescente por aspectos ligados aos contextos, comercialização e circulação, consumo e abordagens teóricas na interpretação das imagens, sobretudo, àquelas ligadas a questões de “gênero” e/ou “a vida cotidiana”, por meio de uma abordagem de agência da cultura material em que os efeitos das imagens atuam de forma significativa no comportamento humano a partir de suas formas de interação. Nessa perspectiva, Lewis (2006) aponta que, apesar de muitas esculturas, trabalhos em metal e, sobretudo a cerâmica servirem de recursos para pesquisas sobre gênero, somente nos últimos dez anos a evidência visual ocupou um lugar primordial para esses estudos com relação ao mundo grego.

Em grande medida, essas abordagens mais recentes da Arqueologia da Imagem possuem correlações com surgimento e o desenvolvimento da Arqueologia de Gênero, com suas raízes nas perspectivas feministas e uma posição construcionista sobre a definição de *gênero* (GILCHRIST, 2009). Em outras palavras, o gênero é considerado social e culturalmente construído e distinto das categorias biológicas binárias fixas de sexo (WILSON, 1975). Embora o trabalho fundamental na Arqueologia de Gênero tenha pronunciado uma nítida distinção entre gênero enquanto categoria social e sexo enquanto

identificação biológica, tal oposição tem sido reavaliada mais recentemente. Tanto a Arqueologia quanto a Biologia e História da Medicina buscam novas pesquisas questionando as definições de sexo e gênero que promovam modelos binários como normas universais. Os avanços na pesquisa biológica resultaram na expansão das definições de sexo fisiológico e nova consideração de seu impacto no comportamento de gênero (HINES, 2004; ROGERS, 1999).

Discernir atitudes culturais de sociedades do passado em relação à diferença sexual oferece aos arqueólogos um grande desafio, e, simultaneamente, adverte contra a suposição e a sobreposição de modelos modernos e ocidentais aplicados de forma direta à compreensão dos conceitos das categorias sexuais, os gêneros. Mesmo na ausência de fontes textuais, a evidência da arqueologia de natureza funerária e da cultura visual mantém o potencial para análises do curso da vida de categorias de gênero. Em contextos documentados, pode expandir-se para incluir considerações sobre relacionamentos intergeracionais (WILKIE, 2003) e construções da idade que se cruzam com significados cosmológicos de tempo e espaço (GILCHRIST, 1999, p. 83-7; MESKELL 1999, p. 169-71). Maior atenção deve ser dada às mudanças diacrônicas, juntamente com a ênfase existente na especificidade histórica de gênero. Ainda é necessária uma avaliação comparativa da masculinidade e feminilidade. A Arqueologia mantém a responsabilidade de desafiar narrativas que apresentem o gênero como universal, atemporal e inevitável.

Neste sentido, as imagens e os elementos iconográficos que permitem identificações de sexo e, conseqüentemente, de gênero, também devem ser lidas com cautela, considerando a complexidade e a fluidez das categorias de gênero e seus papéis sociais. Devemos permanecer abertos a estruturas de gênero que possam ser inconsistentes com nossas classificações binárias modernas e ocidentais de homens e mulheres.

### **A natureza da iconografia da cerâmica grega do Período Geométrico e as representações de gênero.**

As artes do Período Geométrico, compreendido entre 900 e 700 a.C. aproximadamente, são fontes que possibilitam uma reconstrução de vivências sociais e valores culturais que transcendem a Grécia da Idade do Ferro Inicial (1100 e 700 a.C.) e as particularidades de suas diversidades e pluralidades regionais. Nesse sentido, as esculturas, pinturas de vasos e outras formas figurativas, apresentam evidências que corroboram com tal empreendimento; mas, ao mesmo tempo, defrontam interpretações



satisfatórias e consistentes, seja de cenas figurativas ou de esculturas independentes (LANGDON, 1998. p. 251).

A grande conotação estética vigente nas perspectivas de análise e classificação da “história da arte grega”, seja da cerâmica ática de figuras negras e vermelhas dos Períodos Arcaico e Clássico, seja da cerâmica micênica, “marca de maneira decisiva e incisiva os estudos da cerâmica do período que era identificado como um ‘fosso temporal’ lacunar, descontínuo e retrógrado, entre o final do Período Micênico e o início do Período Arcaico, isto é, em termos absolutos, porém aproximados, o intervalo correspondente entre os anos 1100 a 700 a.C.” (SOUZA, 2015a, p. 62-63).

Inicialmente, a estética da arte desse período imerge em abstração, uma vez que os pintores de vasos evocam ao natural, retratando linhas retas e formas precisas - unificando ornamento, objeto e figura e representando seu caráter essencial por meio de formas geométricas. Ao final do período, sobretudo durante o século VIII a.C., as formas animais e humanas tornam-se motivos centrais das composições iconográficas, o que pode demonstrar certa rejeição pelo senso direto a favor do mundo construído, interpretado e imaginado (LANGDON, 2008).

A gama de motivos figurativos expandiu-se bastante nas últimas duas ou três décadas do século VIII, à medida que caçadores, dançarinos, acrobatas e monstros se juntaram ao repertório. Em outras palavras, o estilo geométrico da fórmula não era uma rotina em que os artistas estavam presos, mas uma escolha que eles mantinham durante uma das maiores revoltas culturais da história grega, as consolidações sociais e políticas que deram origem à polis (LANGDON, 2008, p.10).

As leituras mais tradicionais da arte geométrica traçam suas imagens como resultado de um universo de referências épicas e míticas - sendo as primeiras pesquisas moldadas por estudiosos que privilegiavam o texto em detrimento da cultura material e colocavam a poesia homérica como o referente histórico da produção de imagens. Todavia, essa interpretação da arte geométrica como contrapartida visual da poesia épica, já não mais se sustenta. As falácias mais recorrentes, dizem respeito a utilização das imagens para datar determinados eventos épicos incertos.

Nesse contexto, segundo Langdon (2008) as cenas narrativas não advêm, necessariamente, de versões preservadas do épico homérico, e nem dependentes de outros épicos; mas podem ter alguma base nos contos populares e nas demandas sociais cotidianas. Pappi (2006) acrescenta que as representações figuradas do período geométrico possuem um caráter cotidiano e atemporal, em que a gama de temas é

retratada de maneira padronizada e convencionalizada, sem a preocupação com a identificação do particular e raramente fazendo referência a episódios míticos particulares.

Outros estudos mais recentes se debruçaram em discutir os aspectos sociais, muitas vezes, negligenciados. Alcançando certo êxito, as investigações que traçam um paralelo entre como os motivos decorativos e pictóricos da arte geométrica poderiam servir como estabelecadores e mantenedores de reivindicações de status nas comunidades gregas do Geométrico. Nesse contexto, são abordadas questões relacionadas à identidade de grupos sociais, por exemplo, por meio das representações dos papéis de gênero, com um novo ordenamento teórico; o que corrobora com uma forma de se compreender a arte geométrica como um sistema de representação possível por si só, importante para os cursos políticos e sociais de seu tempo (LANGDON, 2008).

Souza (2015a, p. 63) acrescenta que:

A partir do final da década de 1960, o entusiasmo pela compreensão dos significados das representações pictóricas geométricas e pelo seu desenvolvimento na História da Arte Grega marca uma série de estudos exaustivos sobre as produções cerâmicas desse período, resultando na sua própria denominação, Período Geométrico, e nos seus recortes cronológicos fundamentados em suas diversas fases: Proto-geométrico, Geométrico Antigo, Geométrico Médio e Geométrico Recente.

Nesse sentido, alguns autores como Ahlberg (1971) e Coldstream (1968) se debruçam na identificação dos referentes naturais e “reais” dos motivos geométricos. Nesse caso, losangos, triângulos e quadrados podem ser interpretados como representações de plantas e rochas; suásticas como reproduções de movimento ou do sol; zigue-zagues e linhas onduladas entendidas como representações de ambiente aquático: rio, lago, mar etc. Em relação aos motivos figurados, esses autores buscam delinear o sexo e a idade dos indivíduos por meio da identificação de elementos iconográficos ligados aos papéis e às funções sociais de gênero, como, por exemplo, figuras com ambos os braços levantados e com as mãos na cabeça, correspondendo a um gesto típico de uma prática social que marca o papel feminino nos rituais funerários: a lamentação.

Boardman (1964), Coldstream (1976), Snodgrass (1971, 1980, 1982, 1987), tentam buscar os referentes históricos, culturais ou sociais das composições e das cenas iconográficas, indicando que correspondem às cenas “típicas”, ou seja, que consistem em composições generalizadas e padronizadas das ações humanas, constituídas por elementos narrativos impessoais e atemporais. Para Coldstream a Arte Geométrica é uma

“Arte Representacional”, em que as imagens possuem uma linguagem “formular”, e representam ações gerais das ações humanas. Assim, cenas do geométrico de *próthesis* e *ekphorá*, que representam a morte, podem ser interpretadas como reproduções gerais dos rituais funerários (SOUZA, 2015a, 2015b). Boardman também faz uso do termo “Arte Representacional” para acentuar o caráter “típico” das composições iconográficas geométricas, representando uma narrativa geral, atemporal e que não apresenta indicações específicas de espaço.

Snodgrass acrescenta caracterizando a Arte Geométrica como uma “narrativa sinóptica” (“*synoptic narrative*”, SNODGRASS, 1987, p. 135-147). Entretanto, o autor defende que as imagens geométricas, além de representarem uma ação humana em geral, em poucos casos, podem compor cenas narrativas de episódios míticos específicos, como as composições de *próthesis* e *ekphorá* nos vasos áticos do Geométrico Recente, que podem ser interpretadas como representações dos funerais dos grandes personagens da *Ilíada* e da *Odisseia* (SNODGRASS, 1998, p. 12-66): os funerais de Pátroclo (Homero, *Ilíada*, XVIII), de Heitor (Homero, *Ilíada*, XXIV, v. 583-589; v. 775-804) e de Aquiles (Homero, *Odisseia*, XXIV, v. 35-74).

Nesse sentido, a Arte Geométrica consiste em uma forma de representar o mundo real, os elementos da natureza e “ações sociais e culturais humanas em sua essência, a partir do *minimal schema*” (GOMBRICH, 1977 *apud* SOUZA, 2015a, p. 65), ou seja, pelas formas geométricas estilizadas, básicas, simétricas e sistematizadas que aludem as ópticas universais da realidade. Dessa forma, há uma otimização da mensagem da linguagem visual e seus significados se tornam compreensíveis e instantaneamente assimilados e decodificados pelo observador contemporâneo. Portanto, o artista-artesão se preocupa em representar os elementos essenciais das ações humanas. Não havendo espaço para individualizações e particularizações na Arte Geométrica, sejam elas de ordem geográfica, temporal ou pessoal (WHITLEY, 1991, p. 51).

### **Discutindo os papéis de gênero na cerâmica ática e argiva do século VIII a.C.**

Conforme debatido nas páginas anteriores, segundo o caráter das representações iconográficas do Período Geométrico, os elementos iconográficos que permitem a identificação do sexo são caracterizados não por elementos individuais, mas que expressam representações das categorias sociais de gênero. Tais elementos aparecem no final do Período Geométrico, sobretudo na segunda metade do século VIII a.C., e evidenciam, dessa maneira, uma preocupação em diferenciar as atividades e os papéis

relativos aos gêneros sociais, masculino e feminino. Os motivos iconográficos que passam a marcar de forma evidente o sexo das figuras humanas nas cenas geométricas são encontrados nas cenas dos rituais fúnebres de *próthesis* (purificação, velório e lamentação do morto no *oikós*) e *ekphorá* (traslado do morto para o local de sepultamento) da produção cerâmica ática (VLACKOU, 2012; SOUZA, 2015b; SOUZA & DIAS, 2018) e nas cenas de dança e musicalidade da produção cerâmica argiva. A lamentação não é um ato exclusivo realizado por mulheres durante os rituais funerários, como é bem indicado nos funerais homéricos de Pátroclo, Heitor e Aquiles. A lamentação de Heitor é liderada por cantores e lamentadores profissionais, guerreiros, membros do mesmo grupo social heroico do morto (HOMERO, *Ilíada*, XXIV, v. 775-799). O próprio Aquiles é o principal lamentador na *próthesis* de Pátroclo (HOMERO, *Ilíada*, XVIII, v. 70-74).

Anteriormente ao Período Geométrico, cenas de *próthesis*, figuras femininas representadas com cabelos compridos e vestimentas longas em gesto de lamentação, com as duas mãos à cabeça, aparecem durante o Heládico Recente (entre 1550 a 1100 aproximadamente), na Grécia Continental, nos *lárnakes* micênicos de Tanagra, na região da Beócia, datado entre os séculos XIV e XIII a.C. (IMMERWAHR, 1995). No século VIII a.C., a composição torna-se recorrente, podendo aparecer na altura das alças das ânforas e, em alguns casos, em crateras com pedestais usadas, muitas vezes, como marcadores funerários. No início, durante a primeira metade do século VIII a.C., o nível de esquematização das cenas geométricas e a ausência de elementos iconográficos que marcam o sexo das figuras não possibilitam o reconhecimento de categorias de gênero. Exemplos com representação de cenas de *próthesis* feminina podem ser visualizados em vasos de grandes dimensões, usados como marcadores funerários, como a ânfora pertencente a coleção Museu Nacional de Atenas, Atenas NM 804, atribuída ao mestre Dipylon, c. 760-750 a.C. E cenas de *próthesis* masculina, podem ser vistas em uma cratera do Grupo Dipylon, pertencente a coleção do Museu do Louvre, Paris, A 517 (SOUZA, 2005, p. 25). Durante esse mesmo período, composições de *ekphorá* masculina podem ser visualizadas em uma cratera pertencente a coleção do Museu Nacional de Atenas, NM 990.

A discussão sobre o sexo do morto e os papéis de gênero dos participantes dos rituais nas representações pictóricas se dá por meio da associação entre a forma do vaso utilizado para conter os remanescentes carbonizados dos indivíduos, com a forma do vaso que marca a sepultura e, ainda, com o mobiliário funerário presente no interior do túmulo (MORRIS, 1987; WHITLEY, 1991; STRÖMBERG, 1993). A ânfora com alças verticais

no pescoço corresponde ao vaso usado como um recipiente dos remanescentes carbonizados de indivíduos masculinos e a ânfora com alças horizontais na pança para conter os remanescentes das cremações femininas (MORRIS, 1987; WHITLEY, 1991). Além disso, as ânforas com alças verticais no pescoço e crateras são utilizadas como marcadores funerários de cremações masculinas, enquanto as ânforas com alças horizontais na pança e enócoas são colocadas como marcadores de cremações femininas (WHITLEY, 1991). A partir de um exame sistemático do mobiliário funerário, fundamentado em alguns estudos osteológicos em que os atributos de faixa etária e sexo são assegurados biologicamente, Strömberg propõe definições de categorias de objetos relacionadas ao gênero, enquanto específicos de enterramentos femininos e de sepultamentos masculinos (STRÖMBERG, 1993). O mobiliário funerário constitui, portanto, um indicador de papéis sociais de gênero da sociedade ateniense do final do Período Geométrico, como uma forma de representação coletiva de poder e riqueza das famílias a que o morto pertencia e não como fruto de uma escolha pessoal (STRÖMBERG 1993, p. 109).

Todavia, em direção ao final do século VIII a.C., os indivíduos em lamentação passam a apresentar elementos iconográficos específicos distintivos e passíveis de identificação do sexo, como a presença de seios, cabelos compridos e vestimentas longas para figuras femininas, e a presença de espadas, escudos, elmos, lanças e ausência de vestimentas ou vestimentas curtas para figuras masculinas que permitem, dessa forma, discutir os papéis de gênero em determinadas práticas sociais, como por exemplo, nos rituais funerários e nas performances de dança e musicalidade (ANDROVANDI, 2006, p. 116; SOUZA & DIAS, 2018). As cenas funerárias aparecem em vasos com menores dimensões, geralmente no pescoço das ânforas associadas ao mobiliário funerário das sepulturas de adultos, tanto de indivíduos do sexo masculino, quanto feminino, como por exemplo a representação de *próthesis* presente na ânfora do Grupo do vaso Atenas 894, encontrada no santuário da Ártemis Braurônia, pertencente a coleção do Museu de Brauron, Grécia (SOUZA, 2005, p. 23).

O gesto característico de lamentação feminino é retratado por uma série de figuras com vestimentas e cabelos longos, com saias hachuradas ou ornamentadas com motivos geométricos, com os dois braços levantados e com as duas mãos na cabeça. Já no gesto característico de lamentação masculino, os indivíduos são representados de perfil, com as pernas entreabertas, com uma das mãos à cabeça e a outra na cintura, segurando uma espada, ou, às vezes, erguida em direção ao morto. Esse gesto típico das figuras

masculinas, muitas vezes, pode ser interpretado como uma forma dos membros da mesma esfera social, homenagear e/ou reverenciar o falecido (AHLBERG, 1971; SNODGRASS, 1980; SOURVINOU-INWOOD, 1983; SHAPIRO, 1991; CAVANAGH & MEE, 1995).

Segundo Snodgrass (1978) as demais cenas que aparecem nas faixas decorativas dos vasos com representações de *próthesis* e *ekphorá* também estão relacionadas aos rituais funerários e representam cenas de danças e procissões em carruagens executadas em homenagem ao morto como, por exemplo, a realização de banquetes e jogos fúnebres. Nesse sentido, embora a grande parte das representações visuais da *próthesis* e *ekphorá* durante todo o Período Geométrico não exiba imagens de instrumentos musicais, alguns indícios literários e iconográficos posteriores, do Período Arcaico e Clássico, sugerem que tais etapas dos rituais funerários, principalmente da lamentação, podiam ser acompanhados de performances musicais com instrumentos e execução de cantos, com o intuito de ampliar o exagero e a ostentação (Plutarco, Solón 21.1, 5-7).

A lamentação constitui uma prática realizada pelas mulheres e pelos homens por meio da representação gestual diferenciada, as duas mãos à cabeça para as mulheres, identificadas pela pintura branca na pele na técnica de figuras negras, e uma mão à cabeça e outra em direção ao morto como um gesto de reverência para os homens (SOUZA & DIAS, 2018). Associadas às evidências literárias do Período Clássico, verificamos que o papel das mulheres nos rituais está relacionado fundamentalmente ao cuidado com o corpo e à lamentação, muitas vezes, acompanhada por músicos pagos que tocavam flauta, harpa e lira (ARISTOTLE, *Athenian Constitution* 50), a fim de aumentar o exagero do lamento. As crianças aparecem ocasionalmente.

Em um *pínax* datado do século V a.C., localizado no Museu do Louvre (*ThesCRA* VI, pl. 49, 1), os membros da família são designados por inscrições. Geralmente as mulheres estão mais próximo da cabeça do morto, tocando ou abraçando o defunto, enquanto os homens estão em pé, próximos aos pés do falecido. A prática de vestir e fornecer os acessórios falecido, a escolha e colocação das ofertas dentro do túmulo também estão associados à atividade feminina nos rituais.

Um dos primeiros exemplos da utilização de elementos/motivos iconográficos utilizados para distinção entre os sexos e, conseqüentemente, dos papéis de gênero nas representações geométricas dos rituais funerários pode ser visualizado na cratera pertencente à coleção do Museu Metropolitano, 14.130.15 (AHLBERG, 1971, Fig. 22,

sobretudo, Fig. 22c)<sup>3</sup> e do Museu Arqueológico Nacional de Atenas, NM 806 (AHLBERG, 1971, Fig. 20, principalmente Fig. 20b) e na ânfora NM 18062 (AHLBERG, 1971, Fig. 24, especialmente Fig. 24b; SOUZA & DIAS, Fig. 3, p. 69) também do Museu Arqueológico Nacional de Atenas. As figuras masculinas são identificadas pela presença de uma espada longa na cintura e são representadas com apenas um braço levantado, enquanto as outras figuras em gesto de lamentação levam as duas mãos à cabeça e apresentam seios, traços dispostos em direções opostas, uma para o lado esquerdo e a outra para o lado direito do triângulo que representa o peito. Essa maneira estilística de representar os seios provavelmente está relacionada ao desejo do artista de desenhar as figuras em gesto de lamentação a partir de uma perspectiva frontal.

As distinções de gênero tornam-se cada vez mais evidentes em direção ao final do Período. Alguns exemplos das representações de gêneros masculino e feminino nos gestos de lamentação da *próthesis* podem ser visualizados e claramente identificados pelo acréscimo de motivos/elementos iconográficos que identificam o sexo nas figuras presentes nas cenas em um mesmo vaso. Na ânfora Ny Carlsberg Glyptotek 2680, em Copenhague, observamos figuras de lamentações com seios e túnicas longas (AHLBERG, 1971, Fig. 29). Os mesmos elementos iconográficos da distinção sexual podem ser observados na ânfora do Staaliche Museen 1963.13 em Berlim (AHLBERG, 1971, Fig. 31).

Ainda encontramos as distinções de sexo e gênero na ânfora pertencente à coleção do Ashmolean Museum, Inventário número 1916,55, em Oxford (AHLBERG, 1971, Fig. 33, especialmente Fig. 33c e 33d), no fragmento de uma enócoa da Universidade de Hobart (AHLBERG, 1971, Fig. 65b, desenho), na ânfora K 969 no Museu Folkwang, em Essen (AHLBERG, 1971, Fig. 41, especialmente Fig. 41d), na enócoa trilobada CA 3283, da coleção do Museu do Louvre Museum, Paris (vide desenho Y. Nakas em: SOUZA & DIAS, 2018, Fig. 4, p. 70; e ainda, AHLBERG, 1971, Fig. 47, especialmente Fig. 47c e 47d), na ânfora 1370 no Museu do Cerâmico, em Atenas (AHLBERG, 1971, Fig. 57d), na ânfora ática da coleção do Museu de Brauron, sem numeração (SOUZA, 2005) e na hídria D23 / 1982 da coleção da National Gallery de Victoria, em Melbourne<sup>4</sup>.

No contexto de produção cerâmica argiva, os motivos figurados com representações humanas e animais, aparecem, sobretudo, durante o Geométrico Médio e atingem seu ápice durante o Geométrico Recente. O repertório iconográfico é composto

<sup>3</sup> <http://metmuseum.org/collection/the-collection-online/search/248905>.

<sup>4</sup> <https://www.ngv.vic.gov.au/essay/a-new-greek-vase-of-c-700-b-c/>

fundamentalmente de composições pictóricas com cavalos, dupla de cavalos representados vis-à-vis, a dupla homem e cavalo ou homem entre dois cavalos, segurando seus arreios, aves, peixes, algumas raras representações de cabras e veados e fileiras de figuras humanas dançando, sobretudo, figuras femininas portando vestimentas longas, de mãos dadas, e segurando ramos vegetais (PAPPI, 2006; SOUZA, 2011, 2015c, 2018, 2019).

A representação do cavalo não ocorre somente na cerâmica, mas também em outras categorias de artefatos, como terracotas votivas e produções em metal, aparecendo regularmente a partir de meados do século VIII a.C. Embora não seja uma temática exclusivamente argiva, acaba predominando nas imagens dessa região (PAPPI, 2006, p. 230). Em composições, o cavalo pode aparecer sozinho ou acompanhado pela figura masculina que porta a corda do arreio na mão, denominado por Courbin (1966) de “senhor dos cavalos”.

A origem e o significado da representação do homem e do cavalo podem estar relacionadas no contexto agonístico, heroico e político da pólis argiva, associando as cenas aos Jogos Olímpicos, em decorrência da grande quantidade de representações de cavalos nas estatuetas presente nos trípedes de bronze, caldeirões votivos, encontrados em Olímpia, no Heraion Argivo e em outros santuários. Contudo, as representações pictóricas também podem indicar a criação dos cavalos como uma atividade desenvolvida na planície da Argólida por um determinado grupo social (PAPPI, 2006, p. 230; SOUZA, 2018, 2019). A equitação constitui uma atividade de prestígio da elite argiva, uma vez que criar, domar e guerrear com o animal e/ou dedicar objetos em bronze ou vasos cerâmica ricamente decorados nos santuários constituem atividades restritas a um determinado grupo.

Nesse sentido, o “senhor dos cavalos” aparenta ser uma personificação dos interesses sociais e políticos de uma camada da pólis em formação, legitimando a participação das honras fúnebres e, conseqüentemente, do poder por meio representação iconográfica de uma atividade de prestígio (SOUZA, 2018, 2019). Além disso, a reivindicação de descendência heroica da composição caracterizada pelo dom de domar cavalos como um qualificativo de Perseu, herói argivo por excelência, enquanto uma atividade dos indivíduos do sexo masculino da elite argiva, também legitima seus interesses políticos e inclusão nas exéquias formais (SOUZA, 2019).

As atividades femininas de prestígio dessa mesma elite argiva podem ser evidenciadas na outra composição iconográfica típica do repertório argivo por meio da



representação de dança e musicalidade com as cenas de figuras femininas de mãos dadas, segurando ramos vegetais e usando vestimentas longas com fitas na cintura. Os vasos mais antigos que apresentam essa composição foram atribuídos por Paul Coubir (1966) de « *Peintre de la Danse* » e “*The Dance Painter*” por John Nicolas Coldstream (1968). Tais cenas permitem refletir sobre as distinções de papéis de gênero nas performances de dança e musicalidade nos rituais religiosos e atividades cotidianas enquanto atividades de prestígio realizadas pela elite argiva durante o final do Período Geométrico.

As representações do “senhor dos cavalos” e das danças circulares femininas (SOUZA & CUNHA, no prelo) estão presentes em contextos arqueológicos de naturezas diferentes: em contextos funerários no próprio sítio em Argos, na região da “cidade baixa” (SOUZA, 2011, 2015c) e no Heraion argivo em Prosymna, templo destinado a deusa Hera, patrona da pólis (BILLOT, 1997; LANGDON, 2008; SOUZA, 2017). Segundo Souza (2011, 2015c, 2017, 2018, 2019), nas sepulturas datadas entre 750 e 700 a.C., as cenas aparecem em vasos de grandes dimensões, sobretudo crateras, colocados no interior de túmulos em cista contendo inumações múltiplas e sucessivas de indivíduos adultos do sexo feminino e masculino. Essas mesmas cenas aparecem também no Heraion argivo, em vasos associados às primeiras evidências arquitetônicas de instalação do santuário, correspondendo, respectivamente, aos primeiros indícios de atividades de culto à deusa Hera (DE POLIGNAC, 1996; BILLOT, 1997; LANGDON, 2008; SOUZA, 2015c, 2017, 2018, 2019).

De acordo com François De Polignac (1996) as cenas aludem à dança, integrando os rituais executados e atividades de culto em homenagem à Hera. Marie-Françoise Billot (1997) e Susan Langdon (2008) defendem que as cenas estão associadas à Hera, porém apresentam um caráter matrimonial. Já Kalliope Crystall-Votsi (1980) aponta que essas cenas não estão associadas a um ritual em específico, mas podem referir às danças que atualmente ainda são executadas em muitas comunidades na Grécia durante os períodos de colheita de grãos e, no caso argivo, possivelmente do trigo, por conta do ambiente favorável propiciado pela extensa planície.

Independentemente da natureza da dança e musicalidade das cenas, matrimonial, cotidiana ou religiosa, as danças “formais” agem explicitamente como símbolos de identidade e criam um sentimento de solidariedade em grupo, em que padrões de organização social, como as relações entre indivíduos em grupos e entre os grupos distintos são refletidos e o domínio dos códigos que compõem a dança pode expressar relações de poder. Essas cenas de dança expressam, assim, um sentimento de igualdade

entre os membros que estão envolvidos na dança. O aspecto ideológico das imagens fundamenta-se no desempenho da ação enquanto marca de um processo de identidade social de um determinado grupo e de exclusão de outros.

Embora as cenas apareçam em dois contextos arqueológicos diferentes, elas se inter-relacionam (SOUZA, 2017, 2019). Nos contextos funerários a iconografia está relacionada às atividades de prestígio efetuadas pela elite argiva, enterrada com os vasos. As danças circulares em homenagem à Hera constituem uma atividade reservada aos membros do sexo feminino da elite de Argos do final do período. A fundação do santuário, o Heraion de Prosymna, desempenha um papel crucial para essa elite argiva no processo de formação da pólis (DE POLIGNAC, 1996). Nesse contexto, a cerâmica e a iconografia presentes no âmbito religioso, adquirem um papel social e político de legitimidade da elite pelo controle das atividades rituais no templo, um edifício público dedicado à Hera, divindade políade por excelência (SOUZA, 2017).

Nesse sentido, Souza (2017, 2018, 2019) aponta que as cenas carregam um significado duplo. De um lado, são expressões das atividades da elite, que legitima seu status e poder político por meio das práticas mortuárias, e, de outro, são manifestações de religiosidade da pólis, aspecto fundamental na coesão da sociedade argiva e de seu domínio em relação às outras comunidades da planície no final do século VIII a.C. Dessa forma, a iconografia enquanto cultura visual projeta uma imagem estática de status, identidade coletiva e coesão social de uma sociedade que estava passando por processos de mudanças (PAPPI, 2006).

### **Considerações finais.**

A breve discussão sobre os exemplos apresentados permite levantar algumas reflexões sobre os papéis de gênero nas representações iconográficas do Período Geométrico enquanto cultura visual, isto é, sobre as relações entre imagem e sociedade. As cenas representam uma forma de expressão cultural com significados contextuais e históricos peculiares e permitem refletir sobre os papéis e funções das imagens na sociedade em diferentes contextos arqueológicos, porém conectados pelas características do contexto histórico em questão.

Tanto o caso ateniense quando os exemplos argivos permitem entender como as representações imagéticas dos rituais funerários, de dança e musicalidade, mesmo estilizadas e geometrizadas, configuram elementos distintivos dos papéis sociais de gênero de um determinado grupo. As imagens e os papéis sociais de gênero representados

pelas atividades sociais da elite estão engendrados em um mesmo processo de mudança histórica que, apesar das especificidades do caso ateniense e do caso argivo, justificam e legitimam o prestígio social e o poder político das suas respectivas elites no processo de formação da pólis.

### **Traduções e Edições de Fontes Antigas.**

ARISTOTLE, **Athenian Constitution. Eudemian Ethics. Virtues and Vices.** Translated by H. Rackham. Loeb Classical Library 285. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

HOMERO. **Ilíada.** Haroldo de Campos (trad.). Volumes I e II, São Paulo: Editora Arx, 2002.

HOMERO. **Odisséia.** Manuel Odorico Mendes (trad.). Texto & Arte, São Paulo: EDUSP, 1996, 2ª. edição.

### **Referências Bibliográficas.**

AHLBERG, Gudrun. **Prothesis and Ekphora in Greek Geometric Art.** SIMA 32. Göteborg: Paul Åströms Forlag, 1971.

ALDROVANDI, Cibele E. V. **As exéquias do Buda Sâkyamuni: morte, lamento e transcendência na iconografia indiano-budista de Gandhara.** 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.71.2006.tde-10012007-095712. Acesso em: 26 de maio de 2020.

ALDROVANDI, Cibele. E. V. A imagética pretérita: perspectivas teóricas sobre a Arqueologia da Imagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, 19: 39-61, 2009.

BILLOT, Marie-Françoise. Recherches archéologiques récentes à l'Héraion d'Argos. IN: DE LA GENIERE, J. (ed.). **Héra. Images, espaces, cultes : actes du Colloque International de Lille (1993).** Napoli, 1997, p. 11–56.

BOARDMAN, John. **Greek Art.** London, 1964.

CAVANAGH, William; MEE, Christopher. Mourning Before and After the Dak Age. In: **Klados: Essays in Honour of J. N. Coldstream.** BICS – Suppl. 63, 1995, p. 45-61.

COLDSTREAM, John N. **Geometric Gr Geometric Greece.** London: Methuen & Co. Ltd., 1976.

COLDSTREAM, John N. **Greek Geometric Pottery: a survey of ten local styles and their chronology.** London: Methuen & Co. Ltd, 1968.

COURBIN, Paul. **La céramique géométrique d'Argos.** Paris: De Boccard, 1966.

DE POLIGNAC, François. Entre les dieux et les morts. Statut individuel et rites collectifs dans la cité archaïque. IN: HÄGG, R. (ed.). **The Role of Religion in the Early Greek Polis**: Proceedings of the Third International Seminar on Ancient Greek Cult, organized by the Swedish Institute at Athens, 16-18 October 1992. Stockholm: Åströms, 1996, p. 31-40.

GILCHRIST, R. **Gender and Archaeology**: Contesting the Past. London: Routledge, 1999.

GILCHRIST, R. The Archaeology of sex and gender. In: B. Cunliffe; C. Gosden and R. Joyce (eds.). **The Oxford Handbook of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 1029-1047.

HINES, M. **Brain Gender**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

IMMERWAHR S. Death and the Tanagra Larnakes. In: CARTER, J. B. and MORRIS, S. (eds.). **The Ages of Homer**: A Tribute to Emily Townsend Vermeule. Austin: University of Texas Press, 1995, p. 109-121.

KRYSTALLI-VOTSI, Kalliope. Cratère Géométrique d'Argos. **Études Argiennes. BCH. Supplément VI**, Athènes. Paris, p. 85-92, 1980.

LANGDON, Susan. **Art and Identity in Dark Age Greece, 1100–700 B.C.E.** Cambridge, 2008.

LANGDON, Susan. Significant Others: The Male-Female Pair in Greek Geometric Art. **American Journal of Archaeology**, v. 102, No. 2, pp. 251-270, Apr., 1998.

LEWIS, S. Images and Gender Contributions to the Hermeneutics of Reading Ancient Art. IN: SCHROER, S (ed.). **Iconography and the Study of Gender**. Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich, 2006, p. 23-39.

MARTINS, C. M. A cerâmica grega e suas relações sociais, culturais e religiosas: um estudo dos vasos de tipo panatenaico entre 550 a.c. e 320 a.C. **Revista Memorare**. Portal de Periódicos Unisul, v. 1, n. 1, 2013.

MENESES, U. T. B. Rumo a uma “História Visual”. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MESKELL, L. **Archaeologies of Social Life**: Age, Sex, Class et. cetera in Ancient Egypt. Oxford: Blackwell. 1999.

MORRIS, I. **Burial and Ancient Society**: The rise of the Greek city-state. Cambridge: CUP, 1987.

OAKLEY, John H. Greek Vase Painting. **American Journal of Archaeology**, v. 113, No. 4 pp. 599-627, Oct., 2009.

PAPPI, Evanguelia. Argive Geometric Figured Style. The rule and the exception. Pictorial pursuits. Figurative painting on Mycenaean and Geometric pottery. **Papers from two seminars at the Swedish Institute at Athens in 1999 and 2001**. Ed. E. Rystedt and B. Wells, Stockholm, 2006.

ROGERS, L. **Brain Sex**. London: Weidenfeld and Nicholson, 1999.

SEGER, D. D; DIAS, C. K. B. A representação feminina nos vasos cerâmicos áticos: a análise do discurso iconográfico como método para novas reflexões. **Cadernos do LEPAARQ**. V. XIV | n°27 | 2017.

SHAPIRO, H. Alan. The Iconography of Mourning in Athenian Art. **American Journal of Archaeology** 95, p. 629-56, 1991.

SNODGRASS, Anthony. M. **Narration and Allusion in Archaic Greek Art**: Narration and Allusion in Archaic Greek Art: a Lecture Delivered at New College Oxford, on 29th May, 1981. London: Leopard's Head Press, 1982.

SNODGRASS, Anthony. M. **Archaeology of Greece**: the An Archaeology of Greece Present State and Future Scope of a Discipline. Berkeley: University of California Press, 1987.

SNODGRASS, Anthony. M. **Homer and the Artists**: Text and Picture in Early Greek Artists. Cambridge: CUP, 1998.

SNODGRASS, Anthony. M. **The Dark Age of Greece**: an Archaeological Survey of the eleventh to the Eighth Centuries BC. New York: Routledge, 1971.

SNODGRASS, Anthony. M. **Towards the Interpretation of the Geometric Figure-Scenes**. AM. n. 95, 1980, p. 51-58; tafeln 11-14.

SOURVINOU-INWOOD, Christiane. A Trauma in Flux: Death in the 8th century and after. In: HÄGG, Robin (ed.) **The Greek Renaissance of the Eight Century B. C.:** Tradition and Innovation. Proceedings of the Second International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 1-5 June 1981. Stockholm: Paul Åströms Forlag, 1983, p. 33-48.

SOUZA, Camila D. & CUNHA, Ariane R. B. (no prelo) *Dançando no escuro*: representações visuais de dança e musicalidade na Grécia do Período Geométrico. CERQUEIRA, Fábio V. (org.). **Melodias visuais, poesias musicais: Antiguidades sonoras / Melodías visuales, poesías musicales: Antigüedades sonoras / Visual melodies, musical poetry: musical antiquity**.

SOUZA, Camila D. & DIAS, Carolina K. B. The iconography of death: continuity and change in prothesis ritual through iconographical techniques, motifs, and gestures depicted in Greek pottery. **CLASSICA. Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 31, no. 1, p. 61-87, 2018.

SOUZA, Camila D. A Arte Geométrica grega: considerações sobre a análise dos motivos figurados do repertório iconográfico geométrico argivo (c. 900 a 700 a.C.). **Calíope: Presença Clássica** | Ano XXXII. Número 29, p. 61-95, 2015a.

SOUZA, Camila D. A morte lhe cai bem: reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social. *Arqueologia Funerária, Performance, Morte e Corpo*. Rio de Janeiro, **REVISTA M.**, Dossiê 6: v. 3, n. 6, jul. /dez. UNIRIO, p. 263-187, 2018.

SOUZA, Camila D. As Práticas Mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a.C. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, suplemento 13, São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

SOUZA, Camila D. As representações da morte na arte geométrica grega do século VIII a.C.: expressões de identidade coletiva ou individual. In: ORTEGA, A. M. & PELOGGIA, A. U. (orgs.). **Entre o Arcaico e o Contemporâneo: ensaios fluindo entre Arqueologia, Psicanálise, Antropologia e Geologia**. São Paulo: IGLU Editora, 2015b, p. 81-118.

SOUZA, Camila D. Aspectos da construção do espaço funerário no mundo Grego do Período Geométrico (entre 900 e 700 a.C.). / Aspects of the construction of the funerary space in the Greek world during the Geometric Period (from ca. 900 to 700 B.C.). In: FLORENZANO, M.B.B. (org.). **Khoríon - CWRION**. Cidade e Território na Grécia Antiga. São Paulo, FAPESP, Intermeios, 2019, p. 261-306.

SOUZA, Camila D. Cultuando os mortos e as divindades: expressões da religiosidade e a formação da polis grega no Período Geométrico (900 a 700 a.C.). IN: DIAS, C. K. B.; SILVA, S. C. & CAMPOS, C. E. da C. (org.). **Experiências Religiosas no Mundo Antigo**. Volume II. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 121-144.

SOUZA, Camila D. **Estruturas e artefatos: o culto heróico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/D.71.2005.tde-09102006-170801. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SOUZA, Camila D. Some considerations about burials and funerary practices in Geometric Argos, Greece (from ca. 900 to 700 B.C.E.). IN: ROCHA, L., BUENORAMIREZ, P. & BRANCO, G. (eds.). **Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials**. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology, 29th April – 1st May 2013. BAR International Series 2708, Oxford: Archaeopress, 2015c, pp. 307-318.

STRÖMBERG, A. **Male or Female? A methodological study of grave gifts as sex-indicators in Iron Age burials from Athens**. Jonsered: Paul Åströms Förlag, 1993.

VLACHOU, Vicky. Death and Burial in the Greek World. **ThesCRA VIII**. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, p. 363-384; pl. 39-40, 2012.

WHITLEY, James. **Style and Society in Dark Age Greece: the Changing Face of a Pre-literate Society** (New Studies in Archaeology). Cambridge: CUP, 1991.

WILKIE, L. A. **The Archaeology of Mothering: An African-American Midwife's Tale**. New York: Routledge, 2003.

WILSON, E. O. **Sociobiology: The New Synthesis**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1975.

## MEDEIA - RELAÇÕES DE PARENTESCO: REALIZAÇÃO DO GÊNERO

Darcylene Pereira Domingues<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Nossa perspectiva consiste em observarmos como as relações de parentesco, que atrelam os indivíduos a famílias, se dão mediante uma visão de gênero, já que esta questão é importante na manutenção da própria estrutura familiar de poder. As relações sociais de gênero se constituem como os primeiros elementos de diferença no interior de uma organização de poder nas relações de parentesco. Nesse sentido, discorremos a respeito da tragédia *Medeia* nos questionando: as mulheres (Coro e *Medeia*) possuem relevância e implicação diferentes nas relações de parentesco dentro da sociedade *políade*, pois as coríntias são mulheres consideradas legítimas diferentemente de *Medeia*, fato justificado na atitude de Jasão buscar uma nova união.

Pensar gênero é descobrir a fundação social vinculada a uma construção masculinizada. Dessa forma, é preciso observar como a sociedade se organiza, age e valoriza as atitudes a partir de um modelo androcêntrico. Ademais, esta forma social estipula formas de poder e de corpos<sup>2</sup> que interagem mediados por uma naturalidade constituída a partir de identidades de gênero claramente definidas. *Medeia* desborda os limites dessa sociedade, pois ela começa a constituir-se através dessa destruição de seu corpo. Para a sociedade masculina, *Medeia* é uma alteridade excessiva, descrita como descontrolada e rebelde.

Iremos utilizar o método de análise histórica juntamente com a categoria gênero para análise da tragédia *Medeia*, já que, não desejamos encontrar uma representação uniforme de homens e mulheres em todas as áreas e atividades de uma sociedade. Salienta-se que cada documento é único e dá acesso a um campo particular, uma vez que “partiremos do princípio de que os textos escritos e as imagens se constituem em discursos. Enquanto discursos, ambos são falas – textos – que oferecem indícios à construção historiográfica” (LESSA, 2004, p. 19) e, principalmente, estão submersos ao seu tempo de produção.

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: [darcylenedomingues@gmail.com](mailto:darcylenedomingues@gmail.com)

<sup>2</sup> Indicamos para leitura o texto *Corpo e cidadania na Atenas Clássica* do autor Fábio de Souza Lessa que se encontra nas referências.



A leitura de gênero é possível não pelos interesses autorais da obra que se lê, uma vez que, essa problemática se apresenta como um questionamento da sociedade contemporânea que vivemos. Mas inegavelmente todas as sociedades constituíram-se a partir de relações sociais de gêneros, independente da nomenclatura desse sistema. Assim, encontramos uma história constituída pela hierarquização da sociedade mediada por diferentes papéis distribuídos sobre o ser feminino e masculino.

Além disso, a sociedade grega apresenta uma mentalidade diferente da nossa, as identidades de gênero estavam ligadas ao sexo biológico e os papéis sexuais estavam determinados pelos papéis sociais que cada indivíduo exercia na sociedade. Assim, segundo Gonçalves:

A escolha não é livre criação de uma subjetividade, mas negociações que se constitui a partir de uma relação com os limites que a prática social impõe aos papéis sexuais. No caso ateniense, o que se vê pela documentação é a imposição de uma prática sexual, através de uma ação política. Essa ação política se articula à uma visão do humano no qual é patente os limites de escolha pessoal, particular, pois, este tem sua ação limitada por um exercício limitado de sua autonomia, isto é, sua escolha sexual, não é totalmente uma escolha individual. (GONÇALVES, 2015, p. 107)

Desta forma, os papéis sociais e sexuais para os gregos estavam intimamente ligados com a sua formação social e exerciam uma forte influência dentro da *pólis*. De tal modo, masculino e o feminino embora vistos como opostos, devido a função<sup>3</sup> exercida na sociedade grega, também eram comparsa desse sistema, já que ambos estavam implicados na manutenção de um modelo de convivência, isto é, a *pólis*.

No caso da sociedade grega, essas relações se apresentam mais evidentemente porque elas simbolizam, segundo Vernant (1992), a união de casas, ou seja, os interesses dos homens que realizam alianças por meio da instituição denominada casamento. Contemporaneamente, o envolvimento afetivo e sentimental se tornou algo fundamental para as relações matrimoniais e os acordos masculinos, realizados no período aqui analisado, foram gradativamente afastados da sociedade ocidental.

Levi-Strauss, ao escrever o livro *Antropologia Estrutural*, demonstra que é justamente esse sistema de parentesco, que possui diversas formas de expressão em diferentes sociedades, o principal meio de regular as relações individuais. Por isso, “o parentesco não é um fenômeno estático; existe apenas para perpetuar-se” (LÉVI-

---

<sup>3</sup> Desta forma, afirmamos que: “A realização de uma análise de gênero no conjunto das produções, tanto antigas como modernas, justifica-se pelo fato de que a maioria das sociedades organiza, primordialmente, uma divisão das atividades sociais baseadas na diferença sexual, ou seja, nas culturas em geral, a distribuição de atividades conforme o sexo dos indivíduos (masculino e feminino) ‘faz sentido’ – daí a pertinência de se falar de gênero” (SILVA, 2011, p. 65).

STRAUSS, 2017, p. 56). Assim, de acordo com o autor, a partir do momento que se concede uma mulher aquele que a recebe possui contraprestações, “até mesmo a mais elementar das estruturas de parentesco existe simultaneamente na ordem da sincronia e na da diacronia” (LÉVI-STRAUSS, 2017, p. 56). Esse assunto também é discutido na obra *As estruturas elementares do parentesco*<sup>4</sup> que se apresenta como um estudo realizado no século XX, o qual deseja compreender o casamento entre os seres humanos, concebendo a existência de uma imposição de um tipo de organização social. Complementando a teoria de Lévi-Strauss, a autora Gayle Rubin, a partir de uma leitura de gênero, afirma que os sistemas de parentesco são e fazem muitas coisas, assim “são compostos de formas concretas de sexualidade socialmente organizadas, além de reproduzi-las. Os sistemas de parentesco são formas observáveis e empíricas do sistema sexo/gênero” (RUBIN, 2017, p. 21). E é justamente nessa perspectiva que seguiremos a nossa escrita, observando as relações de parentesco mediante uma visão de gênero.

## DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Indubitavelmente, observamos que “Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A história transformou-se em um relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 300). Isto posto, conseqüentemente, as mulheres foram escondidas/esquecidas nesse silêncio do discurso dominante, que simplesmente as subjugou. Arguindo a afirmação anterior, acreditamos que a História deva se apropriar dessas concepções e discussões que o conceito de gênero pode proporcionar nas pesquisas acadêmicas. Corroborando nossa afirmação, Rago afirma que durante muito tempo fora reproduzido a ideia de que “as mulheres, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara Deus para se colocar em seu lugar” (RAGO, 1998, p. 91). E, contemporaneamente, sabemos que esse feminino participou ativamente dos processos históricos, entretanto não foram visibilizadas e “nossa forma de lidar com e discutir sobre sexo e gênero tem relação direta com os modos disciplinadores e interditos pelos quais esses temas têm sido vivenciados

---

<sup>4</sup> Judith Butler expressa uma crítica a respeito dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss sustentando que “No fim *As estruturas elementares do parentesco*, a troca de mulheres é considerada como tráfego de um signo, a moeda linguística que facilita um laço simbólico e comunicativo entre os homens. A troca de mulher é comparada à troca de palavras, e esse circuito linguístico particular torna-se a base para repensar o parentesco a partir das estruturas linguísticas, cuja totalidade é chamada de simbólico” (BUTLER, 2014, p. 52).

em nossa sociedade” (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013, p. 460) portanto, chegou o instante para essa discussão.

Afirmamos, desde o princípio, utilizar como método de análise a categoria de gênero, pois em primeiro lugar acreditamos que as concepções de feminino e masculino, as relações de parentesco, tanto em nossa sociedade quanto na grega, bem como o contexto histórico da fonte Medeia, são fundamentais para observar os processos sociais em que ambos estão envolvidos e dialogando. Além disso, nos questionamos a respeito dessa presença feminina, nas representações cênicas características do século V a.C. na cidade de Atenas, uma vez que, como nos afirma Loraux (1985), no seu livro *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher*, os cidadãos gregos viam esses personagens femininos, das tragédias, como uma maneira de observar a diferença entre os sexos e ao mesmo tempo reafirmando o lugar do feminino naquela sociedade.

O estudo histórico não pode separar o feminino do masculino para compreender uma sociedade, visto que, as relações sociais de ambos os sexos estão interligadas, como afirma Scott “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 3). Essa nova forma de observar a sociedade, e de fazer história, dependeria da forma que gênero seria desenvolvido como uma categoria de análise.

Historicamente, esses debates são inaugurados no final da década de 1940, com o livro de Simone de Beauvoir denominado *O Segundo Sexo*, obra aclamada e reconhecida pela frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 25), referindo-se aos processos formativos que, culturalmente, foram construídos por diversas sociedades. Portanto, a análise de Beauvoir instigava as relações entre o sexo biológico e a construção social da categoria mulher além de citar os estudos de Freud<sup>5</sup> e Levi-Strauss<sup>6</sup> a respeito do feminino. Nesse livro, a autora discute e demonstra que a mulher é silenciada na sociedade devido as suas diferenças biológicas, como por exemplo, menstruação e gestação. Logo, esses períodos, nos quais as mulheres eram mais reclusas das atividades junto aos homens, acabaram definindo as mulheres como frágeis e inferiores.

Nessa lógica, as constituições sociais foram determinadas historicamente para cada sexo, como nos demonstra Scott “identidades generificadas são substantivamente

---

<sup>5</sup> Beauvoir demonstra que o conceito de mulher mutilada empregado por Freud provém evidentemente do fato dele se fundamentar num modelo masculino ao construir suas interpretações. Assim, ocorrendo uma comparação e valorização do homem (BEAUVOIR, 2016, p. 70)

<sup>6</sup> Nesse momento a autora se dedica aprofundar as estruturas das relações de parentesco, através da autoridade, do casamento e do incesto, conceitos utilizados por Levi-Strauss. (BEAUVOIR, 2016, p. 104)

construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p. 88). Dessa forma, os ideais específicos, para cada gênero, são social e historicamente construídos por determinada sociedade num período. Durante diversos séculos, os termos gramaticais de forma figurada foram utilizados para evocar traços de caráter ou traços sexuais femininos ou masculinos. Porém, as pesquisadoras feministas americanas começaram a utilizar a palavra “gênero” como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos, e conforme nos demonstra Scott (1995), em seu artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, o conceito de “gênero” começou primeiro a ser utilizado para insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e, principalmente, “proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina.” (SCOTT, 1995, p. 3). Por consequência, gênero rejeitaria o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo. Assim, como evidência a autora:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 7)

O uso do conceito gênero<sup>7</sup> coloca em ênfase o sistema de relações que podem incluir o sexo, entretanto não seriam diretamente determinados por ele. O movimento feminista do final do século XX, utilizou muito o conceito de gênero para corroborar suas hipóteses e escritas, sobretudo impulsionando a História das Mulheres.

Quando nos destinamos, especificamente, a tratar da temática de gênero em História antiga, percebemos que as autoras primeiramente dedicaram-se a observar o feminino na sua individualidade, posto que historiograficamente as produções, em sua grande maioria, focavam na questão política, portanto marcadamente masculina. Por esse ângulo, essas historiadoras ao realizarem suas pesquisas ambicionavam enfatizar um novo olhar sobre a sociedade, assim podemos citar os clássicos<sup>8</sup>: Claude Mosse que emprega o conceito de “clube de homens” para se referir a *pólis*, Sarah Pomeroy que analisa detalhadamente as categorias que eram restritas ao feminino e Nicole Louraux que discutiu temáticas a respeito do feminino na tragédia, nas orações fúnebres e na

<sup>7</sup> Essas discussões iniciaram seu período de maturação na escrita do trabalho de conclusão de curso no ano de 2016, assim trechos desse trabalho foram incorporados na dissertação.

<sup>8</sup> As autoras aqui citadas encontram-se presente na bibliografia ao final do documento.

democracia ateniense. Num primeiro momento, essa produção historiográfica destinava-se a dar visibilidade a um feminino que era, muitas vezes, colocado como pertencente restritamente ao *gineuceu*, assim não participando da história. Pantel afirma que:

A etapa decisiva foi a vontade de escrever a história das mulheres, história até então esquecida e mesmo negada. Esse empreendimento apoiou-se na explosão do feminismo nos anos setenta e conjugou-se com o grande desenvolvimento da antropologia e da história das mentalidades (PANTEL, 1990, p. 52)

Esses escritos impulsionadas pelo movimento feminista e posteriormente pela categoria de gênero desenvolvida a partir das discussões de Joan Scott se ampliam e novas temáticas envolvendo sexualidade e o espaço privado emergem. Neste sentido, temáticas como os sentimentos e as relações de parentesco se tornam problemas de pesquisa no interior do *métier* das pesquisas em História antiga. Sendo assim, essa produção, evidentemente feminina, a respeito da temática, ganha um corpus teórico mais alargado, retirando a mulher do silêncio da historiografia. Contudo, ao realizarmos uma pesquisa de gênero, no período da antiguidade, devemos ter cuidado na construção da problemática para não cairmos no anacronismo.

O estatuto que o feminino exerceu na Grécia Antiga depende, primeiramente, do momento estudado, bem como, a sua relevância e implicação nas relações de parentesco são consequências dessa “posição social”. O período de valores honrosos e característico da presença dos palácios, que guardaram em seu interior um valor incalculável da vida cotidiana expressou, segundo Mosse (1990) a realidade das mulheres que foram classificadas em dois grupos socialmente diferenciados: as mulheres/filhas dos heróis e as servas. Somente as primeiras exerciam a tripla função de serem esposas, rainhas e senhoras da casa, de tal modo, que o matrimônio é uma realidade social sólida que visa a manutenção dessa linhagem heroica, e “a união do homem e da mulher não é pensada em termos de matrimonialidade, mas de consanguinidade” (LEDUC, 1990, p. 299). Além de ser um modo de manter e fortalecer as alianças econômicas e militares que sustentavam o status que esses indivíduos masculinos possuíam. Esse contexto é amplamente representado nas epopeias que demonstram uma rede de relações de parentesco que visam a manutenção do poder concentrado em certos heróis.

Contudo, com o surgimento do sistema *políade* fez-se necessário outorgar à mulher um lugar e uma função social específica, evidentemente vinculada a família e ao *oikos*, principalmente, limitando e mantendo a domesticidade feminina constantemente. Logo “a emergência das cidades, a partir do século VIII traduz-se por uma reestruturação

das casas e do casamento” (LEDUC, 1990, p. 299) por isso o historiador Vernant (1992) também afirma que o casamento está para rapariga assim como a guerra está para o rapaz, é necessário uma funcionalização de ambos os sexos. Esse modelo de enquadramento sociocultural androcêntrico empregado pelos gregos no sistema cívico, destinava-se segundo Pantel (1990) a reafirmar a domesticidade do feminino e a sua exclusão do público, relegando as mulheres o interior, o privado, o desconhecido. Indubitavelmente, “se o casamento é a última etapa da sua domesticação, é desde a idade dos sete anos que as rapariguinhas entram no processo que fará delas esposas perfeitas” (ZAIDMAN, 1990, p. 415). Sendo assim, sendo Gibert (2017) o crescimento da democracia ateniense foi acompanhado por um esforço crescente por parte dos cidadãos masculinos em regular a vida das mulheres, logo podemos observar que desde cedo as mulheres começam o seu processo de educação/submissão ao masculino no interior da *pólis* grega.

## RESULTADOS

Medeia demonstra, já no primeiro episódio, por meio de suas falas uma crítica a esse sistema marcadamente masculino que busca a domesticidade/controla e principalmente funcionalidade do feminino em todas as esferas da cidade. Logo, na nossa perspectiva os papéis sociais e a dinâmica das relações de gênero estão imbricadas na tragédia Medeia, pois a peça descreve o embate de uma mulher que percebe o enredo do androcentrismo na construção de sua vida e se expressa através de um processo deliberativo. Como já afirmado acima, nosso interesse não é compreender a intenção autoral do autor, uma vez que, encontramos-nos muito distante temporalmente da sociedade *políade* ateniense e principalmente porque utilizamos uma problemática da sociedade contemporânea para interpretação da tragédia. Deste modo, utilizamos a perspectiva da categoria de gênero como uma lente<sup>9</sup> específica para a leitura da fonte em questão, demonstrando através da escrita os pontos que desejamos evidenciar.

Lembramos que a personagem se encontra cenicamente posicionada na frente do *oikos* falando para Coro composto pelas mulheres moradoras da cidade de Corinto<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Nesse sentido, “a natureza doméstica do festival, por outras palavras, dá ao poeta mais ampla liberdade de manobra, já que, ao atacar o político proeminente perante um público local, só o indivíduo é ameaçado, não a imagem do estado, que se veria envolvida se tal ataque ocorresse perante uma assembleia de aliados, nas Dionísias” (SILVA, 1987, p. 22)

<sup>10</sup> Nesse sentido a tradução aqui utilizada comenta a respeito do Coro: “E o Coro? Como falaria o Coro? O que temos neste Coro de Eurípides? Ora, são mulheres e deviam se portar como mulheres (as que cuidam da cozinha, das notícias domésticas – e da casa real em litígio -, das dores femininas); são, pois, mulheres, mas mulheres de um porto, o porto de Corinto, ou seja, elas seriam aquelas que estavam disponíveis para

Essas mulheres compreendem a situação do feminino, posto que também estão implicadas nesse sistema cívico que lhes atribui uma função específica. Medeia ao entrar em cena já afirma:

Mas o homem, quando se irrita com os de casa,  
sai e fora faz cessar o fastio do coração  
[seja com um amigo, seja com um colega].  
**Já nós somos obrigadas a mirar uma só alma,  
E dizem que nós vivemos uma vida segura,  
em casa,** e eles guerreiam com suas lanças,  
Bobagem! Como queria junto do escudo  
três vezes lutar a parir uma só vez. (*MED* vv. 244-251)[grifo nosso]<sup>11</sup>

Nesse sentido, Medeia produz um discurso que reclama a funcionalidade do feminino, e principalmente o acantonamento social, sendo assim ela se apresenta como uma mulher que fala para mulheres e, principalmente, utilizando um discurso deliberativo que busca uma identidade entre elas. Ela deseja através de sua fala demonstrar que tem interesse em outras atividades, não somente em produzir filhos que serão incorporados pela cidade. Ela realiza uma crítica a respeito de uma certa liberdade que o masculino possui, liberdade de ir e vir, em comparação ao isolamento e funcionalidade do feminino recluso<sup>12</sup> ao *oikos* e destinada a reprodução, posto que Medeia afirma: “Se não tivesse filhos, era perdoável o desejo por tal cama” (vv. 490-491).

Com o surgimento do sistema *políade*<sup>13</sup> fez-se necessário outorgar à mulher um lugar e uma função social específica, evidentemente vinculada a família e ao *oikos*, principalmente, limitando e mantendo a domesticidade feminina constantemente, o que é justamente criticado pela personagem. Claude Calame afirma que é justamente essa formação que “introduziram-nos a uma forma social de orientação essencialmente masculina” (CALAME, 2013, p. 81). Logo “a emergência das cidades, a partir do século VIII traduz-se por uma reestruturação das casas e do casamento” (LEDUC, 1990, p. 299) por isso o historiador Vernant (1992) também afirma que o casamento está para rapariga assim como a guerra está para o rapaz, é necessário uma funcionalização de ambos os sexos. Mulheres funcionalizadas pela cidade, caseiras, operosas e fieis. Elas sempre estão nas costas da

---

os marinheiros recém-chegados, submetidas a eles, ávidas por notícias de outras terras” (TRUPERSA, 2013, p.29)

<sup>11</sup> Já sinalizamos que os trechos utilizados durante a escrita desse capítulo serão retirados da tradução realizada pelo grupo Trupersa presente nas referências do trabalho. Quando utilizado outra tradução será sinalizado no texto.

<sup>12</sup> Historiograficamente as obras do historiador Fábio de Souza Lessa, denominada *As mulheres de Atenas: Mélissa – do Gineceu à Ágora* (2010) e *O feminino em Atenas* (2004), já discutem que esse sistema de reclusão era flexível, posto que mulheres pobres trabalhavam fora do seu *oikos*. Dessa forma, as mulheres não poderiam ficar isolada completamente no gineceu.

pólis e principalmente dos homens, mulheres essas que olham, escutam, ora valente e ora covarde, mas sempre silenciosas. E é justamente isso que a presença de Medeia lhes proporciona, um momento de interrogação sobre si em um espaço além da cozinha.

Esse modelo de enquadramento sociocultural androcêntrico empregado pelos gregos no sistema cívico, destinava-se segundo Pantel (1990) a reafirmar a domesticidade do feminino e a sua exclusão do público, relegando as mulheres o interior, o privado, o desconhecido, algo repreendido pelo discurso da personagem Medeia. Indubitavelmente, “se o casamento é a última etapa da sua domesticação, é desde a idade dos sete anos que as rapariguinhas entram no processo que fará delas esposas perfeitas” (ZAIDMAN, 1990, p. 415). Sendo assim, sendo Gibert (2017) o crescimento da democracia ateniense foi acompanhado por um esforço crescente por parte dos cidadãos masculinos em regular a vida das mulheres, logo podemos observar que desde cedo as mulheres começam o seu processo de educação/submissão ao masculino no interior da *pólis* grega.

Por isso, Medeia se utiliza dos opostos para expressar os seus interesses, é como se construísse através de sua fala uma *paidéia* própria do feminino, pois ela dialoga com o Coro que vive uma realidade semelhante, a funcionalização de seus corpos. É através desse discurso feminino que Medeia demonstrará a realidade cotidiana das mulheres de Corinto e justamente em consequência disso receberá a aproximação do Coro. Nessa sociedade as mulheres são vistas como:

Pouco ousadas por natureza, por falta de audácia que as constitui tais como são, as mulheres receberão, desde a mais tenra idade, uma educação, uma verdadeira domesticação que, compensando o seu defeito inato, lhes permitirá prestações menos brilhantes e gloriosas que as dos andres (SISSA, 1990, p. 115, 116)

Nessa mesma ótica, Redfield (1994) define a cidade a partir do político como uma comunidade que possui uma pluralidade de pessoas, os cidadãos, e que se mantém estruturada através dos laços recíprocos de hospitalidade e casamento. Como também “esta manipulação do parentesco que constitui, creio eu, o acto fundador da cidade grega” (LEDUC, 1990, p. 302). Esse convívio, inaugurado pelos gregos, é também amplamente discutido por Claude Mosse em seu livro *A mulher na Grécia Clássica*, obra em que a historiadora define a cidade como um clube de homens, na qual o feminino é visto como uma “eterna menor” porque necessitava da figura de um tutor. É esse tutor<sup>14</sup> que se figura

---

<sup>14</sup> Esse tutor, denominado como *kyrios* será utilizado por diversos autores. Além Mosse, podemos citar Vrissimtzis (2002), Pantel (1990), Zaidman (1990), pois é evidente que o feminino necessita de uma representatividade no público e dessa forma o masculino permeia sua vida



no pai ou algum parente masculino mais próximo, responsável por manter a condição social do feminino, primeiramente como filha, posteriormente esposa e mãe. Nessa perspectiva, observamos que o feminino necessita do masculino para ter uma representação pública ou social, por isso “é o chefe da família quem assegura a ligação entre o *oikos* e a comunidade cívica, é ele que realiza os gestos decisivos de integração” (ZAIDMAN, 1990, p. 452).

E é justamente essa determinação social que condiciona o exercício da função de ambos os gêneros no interior das relações de parentesco, uma vez que, “os sistemas de parentesco determinam que a sexualidade de ambos os sexos seja esculpida de uma determinada forma” (RUBIN, 2017, p. 33). Deste modo, as atividades femininas são necessárias a cidade, já que elas desempenham funções fundamentais a existência biológica da mesma, fato marcado no discurso de Medeia. Neste campo elas são valorizadas e encontram um lugar de visibilidade no mundo cívico, fornecendo segundo Loraux (1994) cidadãos legítimos, à continuação da *pólis*.

Esse modelo binário<sup>15</sup>, especificamente grego, era constantemente reafirmado pela própria organização social da *pólis* que separava o espaço público do particular, bem como os papéis femininos e masculinos, portanto “na sociedade políade, as mulheres definiam-se, principalmente, pelo seu lugar e pelos seus deveres” (LESSA, 2004, p. 14). Claro que o cidadão masculino define o comum como o dele, o particular com o dela, contudo é ele que determina um grau de importância a esses espaços assim atribuindo maior valor para um em detrimento do outro. O feminino se encontra constituído por uma concepção de sociedade e mundo amplamente androcêntrica, como afirmado anteriormente, necessitando da figura masculina para sua representação em quase todas as instâncias. Logo, as mulheres não eram mais filhas dos heróis homéricos e sim filhas de cidadãos que participavam da cidade em uma função específica, mulheres representadas no Coro de coríntias. Posto isso, é nesse novo cenário, que o casamento é visto como um meio para fortalecer as relações de parentescos num princípio normativo e necessário para sobrevivência da *pólis* além de regulamentar o comportamento de ambos os gêneros. E é precisamente essa funcionalidade/regulamentação que Medeia critica perante o Coro que reconhece a situação cotidiana que vivenciam, elas conseguem observar que estão envolvidas a esse sistema, embora não produzam uma ruptura.

---

<sup>15</sup> Mueller (2017, p. 500) afirma que enquanto os poemas homéricos adotam uma visão de mundo misógina delineadas também pelos poemas de Hesíodo, a tragédia grega por outro lado desafia essa estrutura binária de relações de gênero representadas como normativas no período arcaico.

A prática da domesticidade é uma forma de construir um tipo específico de feminino imbricado em relações de parentesco claramente heterossexuais. Conseqüentemente, era considerado fundamental na vida de todo cidadão já que significava a continuação de sua descendência além do nome da família. Destarte, homens e mulheres<sup>16</sup> deveriam contribuir fornecendo cidadãos legítimos.

Nessa acepção, Medeia realiza entre os versos (214-266) uma *paideia* a respeito do lugar do feminino no interior da sociedade, colocando em evidencia qual o posicionamento das coríntias e principalmente dando destaque para a funcionalidade das mulheres no interior da sociedade *políade*. Nesse sentido, iremos nos utilizar de alguns versos no interior desse monólogo, expressivo do posicionamento da personagem.

Em seus argumentos perante o Coro feminino ela crítica esse sistema de troca demonstrando uma resistência a essa constituição social, na qual as mulheres são a peça chave nos matrimônios no interior da *pólis*.

Primeiro, a preço exorbitante, é preciso  
**comprar um marido**, um déspota de corpo  
tomar: da desgraceira a mais dolorosa desgraça. (MED vv. 233-235)[grifo  
nosso]

Lembramos que a personagem aqui analisada não realizou um casamento oficial na sua cidade de origem, dessa forma já observamos uma certa resistência a essa instituição consolidada no matrimônio. E como exposto anteriormente Medeia constrói uma argumentação próxima ao Coro feminino, o que poderíamos afirmar como uma *paidéia* do que é ser mulher no interior da *pólis*, quais os lugares e deveres dessas coríntias. Embora, sejam mulheres, Medeia e Coro, a princesa estrangeira não se assemelha a essas mulheres, ela pertence ao grupo mais sabe que sua posição não é igual, não somente pela sua condição de bárbara, mas principalmente porque ela não se condiciona ao julgo social. Assim, Medeia consegue observar a funcionalidade sobre o feminino e critica esse sistema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A personagem criada por Eurípides para compor sua principal obra teatral não se apresenta como uma mulher enquadrada no modelo *mélissa*, pelo contrário, ela busca

---

<sup>16</sup> Encontramos no livro *História das Mulheres* a definição dessa palavra para o pensamento grego: “Mulher = ser humano no feminino, sendo o feminino o contrário do masculino. As mulheres são simultaneamente uma parte do gênero humano e uma forma oposta à forma masculina. Parte de um todo, é certo, mas também parte contrária a uma outra parte” (SISSA, 1990, p. 92).

autonomia e reconhecimento, algo pertencente ao masculino. Medeia se utiliza da própria deliberação para construir ainda mais a sua situação de estrangeira, mulher abandonada e com filhos para arquitetar sua vingança e deixar uma marca em todos aqueles que não a reconheceram. Bem como nos demonstra Mueller (2008) afirmando que Eurípides estava dando a sua audiência mais do que uma simples questão a respeito de Medeia ser uma mãe e esposa “ruim” ou “boa”. A peça desafia os espectadores a repensar as fundações do raciocínio sobre a ética e o caráter tanto para o masculino quanto para o feminino.

Além disso, conforme Swift (2017) Medeia combina características que são estereotipadamente femininas com outras surpreendentemente masculinas. Assim sua capacidade de enganar teria sido considerada tipicamente feminina, pois em todas as cenas da peça vemos Medeia manipulando os personagens para alcançar seus objetivos. Medeia expressa as dificuldades de ser mulher, o seu discurso ajuda o expectador a entender porque a sua vingança é justificada, pois ela explica a relevância do casamento para a mulher nesse sistema androcêntrico de sociedade. Ela cumpriu com suas obrigações como esposa, permanecendo fiel e leal a Jasão e, o mais importante, fornecendo a ele dois filhos homens saudáveis, que ele Jasão reconheceu após o sétimo dia, por isso ela enfatiza a sua fertilidade não deixam espaço para os argumentos do masculino. Jasão não consegue dimensionar o peso da ação de Medeia pois não foi educado para isso, como de resto todos os homens a entender a exigência de reciprocidade no acordo que faz com ela. A relação assimétrica de gênero entre Jasão e Medeia colocando cada um em funções específicas em uma ordem androcêntrica. A estabilidade do casamento é de fato uma questão crucial para as mulheres por isso Medeia nos evidencia através de suas inúmeras falas essa relevância.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fonte:

EURÍPIDES. **Medeia**. Tradução de Trupersa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

### Bibliografia:

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016

BUTLER, Judith. **O clamor de Antiga**: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

COLLING, A.M; TEDESCHI, L.A. O Ensino de História e os estudos de gênero na historiografia brasileira. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, v. n. p. 295-314, jan./jun. 2015 Disponível em: <

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32777>> Acesso em: 05 de mai. 2017

GIBERT, John. Euripides and the Development of Greek Tragedy. In: MCCLURE, Laura K. **A Companion to Euripides**. Inglaterra: Willey Backweel, 2017. 42-58

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Papéis Sociais X Papéis Sexuais. In: VIANNA, Marcelo et al. (orgs) **O historiador e as novas tecnologias**: caderno de resumos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://iiephispucrs.files.wordpress.com/2015/05/caderno-de-resumosii-ephis-pucrs1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

LEDUC. Claudine. Como dá-la em casamento? A noiva no mundo grego. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1

LESSA, Fábio de Souza. **Mulheres de Atenas: Méliッサ – do Gineceu à Agorá**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2010.

\_\_\_\_\_. Corpo e cidadania em Atenas Clássica. In: THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; LESSA, Fábio de Souza. **Olhares do Corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 48-55.

\_\_\_\_\_. **O feminino em Atenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LÉVI-STRAUSS. Claude. As estruturas elementares de parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982

LORAUX, Nicole. **As mães de luto**. Tradução de Cristina Pimentel. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

\_\_\_\_\_. **Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MOSSE, Claude. **La mujer en la Grecia clásica**. Tradução de Celia María Sánchez. Madrid:NEREA, 1990.

MUELLER, Melissa. **The language of reciprocity in Euripides Medea**. The American Journal of Philology, vol 22, nº 4. The Johns Hopkins University Press, 2008

PANTEL, Pauline Schmitt. A história das mulheres na história da antiguidade, hoje. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, p. 71-99, 1995. Disponível em:

<[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAAnero-Joan%20Scott.pdf](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 7 fevereiro 2014.

SILVA, Luiz Carlos Mangia. **O masculino e o feminino no epigrama grego**: estudo dos livros 5 e 12 da Antologia palatina. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SWIFT, Laura. Medea. In: MCCLURE, Laura K. **A Companion to Euripides**. Inglaterra: Willey Backweel, 2017.80-91

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia antiga**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1992.

SISSA, Giulia. Filosofia go gênero: Platão, Aristóteles e a diferenças dos sexos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

ZAIDMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora - mulheres e rituais nas cidades. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

## IDENTIDADES POLÍTICAS E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS NO ESPAÇO GALO-ITÁLICO DO SÉCULO V EC A PARTIR *EPÍSTOLA 1.7* DE SIDÔNIO APOLINÁRIO: O JULGAMENTO DE ARVANDO

Prof. Me. Gabriel Freitas Reis<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A Gália, durante quase todo o século V EC, esteve num processo de conflitos e reelaborações político-territoriais (FRIGHETTO, 2012, p. 139-150). Dessa conjuntura, participou Sidônio Apolinário, um nobre romano gaulês que teve significativa influência política não somente na Gália, como também na Itália (ANDERSON, 1963, p. XXXVII-XLII). Ele produziu uma grande quantidade de literaturas: vinte e quatro poemas e cento e quarenta e sete epístolas artísticas, de uma das quais nos utilizamos para a realização deste trabalho: a *Epístola 1.7*.

Três objetivos básicos permeiam a nossa análise, aqui levada a cabo. O primeiro deles subdivide-se em dois outros: um que diz respeito a analisar o discurso sidoniano de forma a tentar compreender a situação histórica por trás dele; e outro que diz respeito a buscar entender o poder que a literatura epistolar artística tinha no sentido de concorrer para o bom sucesso dos interesses dos emissários de suas mensagens, mais precisamente, pretende-se saber que tipo de ações políticas Sidônio Apolinário queria induzir por meio de suas representações. O segundo objetivo é descobrir de que forma os outros personagens da *Epístola 1.7* percebiam e atuavam sobre o contexto no qual viviam. O terceiro objetivo concentra-se em observar o modo por meio do qual Sidônio Apolinário se utilizou do fenômeno das identidades políticas para elaborar sua retórica.

No que tange ao quadro teórico do trabalho, utilizamo-nos de dois conceitos básicos. O primeiro deles é o de *identidade*, conforme Stuart Hall (2002, p. 106) propõe-no. Esse historiador, analisando a forma como o nacionalismo pensou as identidades na Modernidade, critica a maneira estática na qual o fenômeno aparece nesse pensamento, como se fosse algo absoluto, que não se transforma. Para Hall (2002, p. 106), as identidades são um fenômeno dinâmico, que está em constante mutação, reelaboração e reinterpretação. O segundo conceito é o de *representação*, que corresponde a um fenômeno que entendemos de acordo com a proposta de Roger Chartier (1991, p. 177). Esse autor, que é um dos principais pilares da Nova História Cultural, entende

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). Bolsista CAPES/DS. E-mail para contato: greis0243@gmail.com

representação como um campo de luta entre demonstrações de visões de mundo, que apresentam a realidade em função de interesses e anseios de seus autores.

### **SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO ESTUDADO**

Sidônio Apolinário viveu e seguiu uma carreira política num período de significativas mudanças histórico-sociais no Império Romano e em seus arredores, sobre os quais tal Estado exercia, e dos quais sofria, influências nesse sentido. Foi nos dias de Sidônio Apolinário que ocorreu um dos maiores movimentos de entrada de povos estrangeiros, sobretudo aqueles enquadrados sob o epíteto de germânicos<sup>2</sup>, no Império Romano do Ocidente tardo-antigo (MINOR, 1976, p. 27-28; MATHISEN, 1993, p. 27-36; WARD-PERKINS, 2005, p. 11). Foi um período não só marcado pela chegada desses novos habitantes como também por uma gradual descentralização da República Romana sediada na Itália<sup>3</sup>, que encontrava cada vez mais dificuldades para governar suas províncias, que num processo historicamente lento, iam adquirindo diferentes níveis e formatos de independência (MATHISEN, 1993, p. 17-26).

Sobre essa descentralização, aqui importa tratarmos com mais especificidade do caso da Gália. Com efeito, e segundo Greg Woolf (1998, p. 21-22), a relação entre a Gália e a Itália, desde que a primeira foi conquistada pela última no século I AEC, nunca fora harmônica. Mas podemos dizer que especialmente no século V EC, desenvolvia conflitos grandiosos, com usurpações do título imperial por militares gauleses (FREITAS, 2008, p. 63-65).

Para além disso, no século V EC foram constituídos diversos reinos germânicos na parte europeia do Império Romano do Ocidente; foram manifestações estatais que se expandiram amplamente (MINOR, 1976, p. 7-76).

Ao final do século V EC, a Gália era um mosaico de reinos germânicos. Aqui, importa que falemos de forma mais detalhada da trajetória expansionista de dois deles,

---

<sup>2</sup> Não desconhecemos os discursos políticos nacionalistas que se apropriaram desse termo na Idade Moderna, e não concordamos com eles. Todavia, na falta de um epíteto mais adequado, e visando finalidades didáticas, falaremos no presente texto em “povos germânicos” porque Sidônio Apolinário por vezes chama-os assim.

<sup>3</sup> Utilizamos a terminologia Império Romano para tratar do que foi historicamente o mundo mediterrâneo conquistado por Roma, isso no que diz respeito às mudanças históricas ocorridas nas diversas regiões governadas pela Itália, num sentido que transcende o governo romano burocratizado. Contudo, utilizaremos o termo República para tratar do Estado romano propriamente dito, pois ainda que a historiografia tradicional considere que a República Romana tenha acabado em 29 AEC, essa ideia não estava presente no período por nós estudado, pois o nosso autor utiliza a palavra *republica*, mostrando que Império e República não eram conceitos mutuamente excludentes na época dele, sendo isso uma construção histórica conceitual moderna.

significativos para o desenvolvimento desse trabalho. Trata-se do Reino Gótico de Tolosa (atual Toulouse, França) e do Reino Burgúndio da Sapaudia.

O primeiro, como o nome sugestiona, foi governado pelos godos, e era sediado em Tolosa. A monarquia gótica de Tolosa, como as outras germânicas, seguia uma lógica de apoio a um monarca (*rex*) que fosse eficiente no que diz respeito a administrar a expansão das terras do reino por meios bélicos ou, preferencialmente, diplomáticos. Assim, obtiveram vitórias nesse sentido três dos principais reis que governaram o reino de Tolosa: Teodorico I (418-451), Teodorico II (453-466) e Eurico (466-484). Apesar das importantes vitórias do penúltimo, foi somente com o último que o Reino de Tolosa conquistou a maior parte das províncias romanas do Sudoeste gaulês, permanecendo com esses territórios pelo menos até o tempo da morte de Sidônio Apolinário, quando acaba o recorte que nos importa para esse trabalho (MATHISEN; SIVAN, 1999 p. 21-23; FREITAS, 2008, p. 70).

No que diz respeito ao Reino Burgúndio da Sapaudia, começamos dizendo que os burgúndios também foram um povo germânico que, ao final do primeiro quartel do século V EC, governava um reino ao Norte da Gália, com capital em Borbetômago (atual Worms, Alemanha). Como fatalmente ocorreria, eles tentaram expandir os limites desse Estado, o que se deu no ano de 430, quando enfrentaram e impuseram uma sangrenta e esmagadora derrota às tropas lideradas pelo general itálico Aécio. A revanche que sofreram, no entanto, quase dizimou os guerreiros burgúndios em 436, sendo que, seis anos depois do último evento, os remanescentes burgúndios receberam terras no Leste da Gália, num território chamado de Sapaudia, e que, grosso modo, compreende às fronteiras da atual Saboia (MINOR, 1976, p. 34-35; WOOD, 1994, p. 9; FREITAS, 2008, p. 55-56).

O Estado que, neste trabalho, chamaremos de Reino Burgúndio da Sapaudia, por diversas vezes tentou expandir-se e controlar territórios adjacentes no Sudeste gaulês. Durante tais investidas, os burgúndios enfrentaram sem sucesso as forças de imperadores como Ávito (455-456) e Majoriano (457-461). Posteriormente, no entanto, graças às atividades bélicas do rei Gundebaldo I (473-516), com o apoio do mestre de soldados itálico Ricímero e do imperador romano-ocidental Líbio Severo (461-465), o Reino da Sapaudia conseguiu controlar as terras das províncias de todo o Sudeste gaulês (MINOR, 1976, p. 53-67).

Ademais, também é necessário que expliquemos quem foram os bretões, habitantes da Bretanha: eles foram conquistados pelos romanos, submetendo-se ao poder



dos últimos; no século V EC, porém, a crise militar romano-imperial fez com que esse povo tivesse de usar suas próprias forças para lutar contra poderes bélicos rivais do Norte da Gália, o que acarretou a independência deles com relação aos romanos também (MERRILLS; MILES, 2010, p. 40).

Sabendo de elementos gerais em torno do contexto em que viveu Sidônio Apolinário, cabe agora tratar sobre aspectos de sua trajetória.

### **SOBRE O AUTOR DA OBRA ESTUDADA**

Sidônio Apolinário veio ao mundo em Lugduno (atual Lyon, França), na província da Gália Lugdunense Prima, ao que tudo indica, no ano de 432. Nasceu no seio da politicamente influente gente dos Apolinários: o avô paterno e o pai dele estiveram no cargo de prefeito do Pretório das Gálias (VAN WAARDEN, 2009, p. 10); a mãe dele era da gente arvernesa dos Ávitos, familiares com os quais ele passou a viver quando de seu casamento com Papiânia, filha de seu primo Epárquio Ávito, futuro imperador romano-ocidental (KINDLER, 2005, p. 21).

Da constituição intelectual de Sidônio Apolinário, temos informações a respeito de que o seu conhecimento religioso cristão foi obtido a partir de sua família, e de que ele estudou gramática em Lugduno e retórica em Arelate (atual Arles, França); e sabemos que ele se especializou nas diferentes ramificações da filosofia: aritmética, geometria, astronomia e música (KINDLER, 2005, p. 21-22).

Ao contrair matrimônio, em torno dos vinte anos de idade, Sidônio Apolinário ganhou como dote um latifúndio na Arvêrnia, denominado *Avitacum*, e passou a viver na região. Com essa mudança, ele encurtou seus laços com a corte gótica de Tolosa, a partir do que sua carreira política foi impulsionada, devido à recitação sua de um panegírico a seu sogro quando da efetivação do mesmo no posto de imperador romano-ocidental, em 456. A relação entre a ascensão de Sidônio e os godos de Tolosa deve-se ao fato de que Ávito foi levado ao trono romano-ocidental por esse povo.

Foi graças a um desentendimento resultante do antagonismo dos itálicos com relação aos godos, que Ávito foi tirado de seu posto (KINDLER, 2005, p. 22).

Esse foi um golpe que resultou em prejuízos à influência gaulesa na política do Império Romano do Ocidente. Não obstante, Sidônio Apolinário, em específico, permaneceu obtendo sucessos em sua carreira política, o que se deu sobretudo através da recitação por ele de outro panegírico, dessa vez a Majoriano, o imperador que substituíra Ávito (ANDERSON, 1963, p. XXXVII); tal atitude possibilitou ao nosso autor o

recebimento do título de conde (VAN WAARDEN, 2009, p. 11). Posteriormente, após a declamação de um terceiro panegírico, dessa vez ao imperador Antêmio (467-472), o nosso autor chegou a ser também patrício e senador. Era Antêmio que governava o Império Romano do Ocidente quando a *Epístola 1.7* foi escrita.

Após um longo período de ocupação de altos postos no centro do Império Romano do Ocidente, foi em 469 que Sidônio ascendeu ao cargo de bispo da Arvêrnia, e abandonou de vez suas ocupações itálicas.

Na Arvêrnia, ele comandou o enfrentamento por parte do ópido de Augustenêmeto (atual Clermont-Ferrand, França), onde se localizava a sua sé, a um cerco imposto a tal local pelos godos de Tolosa, comandados pelo rei Eurico (VAN WAARDEN, 2009, p. 16-24).

Devido à ajuda burgúndia aos arverneses, o cerco estendeu-se por quatro anos, de 471 a 475. Ao cabo da situação, no entanto, num acordo com a República intermediado pelos bispos Basílio de Águas Sextias (atual Ais de Provença, França), Fausto de Alébece dos Reios Apolinários (atual Riez, França), Leôncio de Arelate e Greco de Marselha, a Arvêrnia foi entregue ao Reino de Tolosa, em compensação pela devolução da Provença à República (VAN WAARDEN, 2009, p. 16-17).

Posteriormente, Sidônio Apolinário, preso por ordens do rei Eurico, esteve durante dois anos, de 475 a 477, na Fortaleza Lúvia, nas proximidades do ópido de Cárcaso (atual Carcassone, França); deixou a prisão por meio da ajuda de Leão, um amigo seu que tinha influência na corte de Tolosa. Até o final de sua vida, Sidônio morou em sua sé, como súdito do rei Eurico, todavia manteve o seu posto de bispo. Acredita-se que o seu falecimento se deu em 486 (VAN WAARDEN, 2009, p. 11).

A seguir, começaremos a análise do discurso da *Epístola 1.7*.

### **SOBRE BRETÕES, BURGÚNDIOS, GAULESES, ITÁLICOS, GODOS E ROMANO-ORIENTAIS ENVOLVIDOS NUMA MESMA CONSPIRAÇÃO: ARVANDO COMO RÉU EM ROMA**

Iniciamos agora a proposta da análise da *Epístola 1.7* de Sidônio Apolinário, que vem a ser uma narrativa do julgamento do nobre romano gaulês Arvando pelo Senado romano.

Segundo Hans Carel Teitler (1992, p. 310), além de em Sidônio Apolinário na epístola aqui tratada, Arvando também aparece, ainda que brevemente, em outras fontes tardo-antigas, desde que se considere que os nomes parecidos com “*Arvandus*” que são citados nessas outras fontes, referem-se à mesma pessoa. Trata-se do *Arabundus* da

*Chronica* de Cassiodoro e do *Servandus* da *História Romana* de Paulo, o Diácono. De acordo com Cassiodoro (*Chron.* 1287, apud TEITLER, 1992, p. 310), Arvando foi exilado por ordens do imperador Antêmio. Paulo, o Diácono (*História Romana*, 15.2, apud TEITLER, 1992, p. 310), fornece uma informação quase idêntica.

O primeiro trecho da epístola conta:

Angustia-me o caso de Arvando, e eu não dissimulo a minha angústia. De fato, aqui também a glória aumenta os laudos do imperador, visto que ele permite que se ame abertamente condenados na capital. Eu fui um *amicus* para o homem, superiormente ao que a inconstância e a vulgaridade dos modos dele permitem. Isso é testemunhado pelo fato de que, há pouco, o relato dele desfavoreceu-me, e eu, incauto, fui queimado em flamas (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.1*<sup>4</sup>, tradução nossa).

Como podemos ver, Sidônio Apolinário inicia a epístola declarando a sua angústia (*angat*) diante da situação na qual Arvando se encontra. A ênfase que o nosso autor dá nessa sua angústia, na mesma frase, dizendo que não a disfarça, mostra que essa declaração, se não perigosa, é ao menos digna de cuidado. Mais precisamente, acreditamos que o fato de Sidônio afirmar que não dissimulará a angústia é, para o emissor do discurso, uma forma de demonstrar que ele não desconhece que está entrando em um assunto que pode, de algum modo, despertar olhares desconfiados para a pessoa dele, mas que ainda assim assumirá o risco que corre.

Na frase seguinte, Sidônio Apolinário abrande, com um elogio ao imperador, o fato de estar iniciando a escrita de uma epístola cujo objetivo é defender um inimigo da ordem imperial romana. O nosso autor engrandece Antêmio, o *princeps* romano-ocidental no tempo da escrita da *Epístola 1.7*, por esse não se incomodar com o fato de que um condenado (*damnatos*) seja amado na capital (*capite*). Imaginamos que a causa desse enaltecimento a Antêmio por parte de Sidônio Apolinário deva-se ao fato de que, apesar de que o nosso ator não seria julgado como Arvando, ele devia uma explicação à nobreza romana por sua aliança<sup>5</sup> com o último; o nosso autor, com suas habilidades literárias, criou um discurso epistolar no qual explica que foi cúmplice de crimes políticos por amor ao mentor desses crimes, e não por rebeldia à ordem romano-imperial, reverenciada quando ele afirma a necessidade de permissão do imperador para amar um condenado na

<sup>4</sup> O primeiro número alude ao livro no qual a epístola se encontra; o segundo número alude à epístola propriamente dita, mostrando a posição que ela ocupa na ordem numérica na qual as epístolas aparecem dispostas dentro de cada livro; o terceiro número alude à passagem dentro da epístola.

<sup>5</sup> A sequência da *Epístola 1.7* mostra-nos que Sidônio Apolinário era cúmplice dos crimes políticos de Arvando.

capital. Na frase em questão, também podemos observar a familiaridade de Sidônio com a capital do Império quando ele fala do que lá ocorria. Conforme Teitler (1992, p. 316) e Kindler (2005, p. 25), nesta época de sua vida, Sidônio Apolinário ocupava o cargo de prefeito de Roma (*praefectus urbanus*), ou seja, era um nobre romano gaulês que conseguiu ocupar um cargo oficial itálico. Mathisen (1993, p. 50-57) diz-nos que esse tipo de carreira política era a grande ambição dos membros da nobreza romana gaulesa desde o século III EC. Fora devido a essa posição que Sidônio Apolinário foi poupado do julgamento.

Como forma de pedido de redenção, uma espécie de sentimento de culpa pela sua cumplicidade criminosa é mostrada no final da *Epístola 1.7.1*, quando Sidônio escreveu que o depoimento de Arvando o queimara em flamas. Observamos com isso que o nosso autor teve de saber escrever de modo que, ao mesmo tempo, não negasse a realidade já comprovada de sua cumplicidade com Arvando e nem deixasse de conseguir defender os seus interesses ligados à sua carreira política itálica, baseada no poder de nobres daquela península.

Na próxima frase, Sidônio Apolinário afirma que o nível de *amicitia* dele com Arvando ia além do que correspondia às possibilidades de se amar alguém com a personalidade do último, marcada por inconstância (*varietasque*) e por vulgaridade (*facilitas*). Parece-nos que, com essa afirmação, o nosso autor está, novamente, se redimindo por sua *amicitia* com Arvando, como se o reconhecimento do descabimento dessa relação pudesse desvincular a pessoa dele das “más” resoluções políticas de Arvando.

Sidônio termina a primeira passagem da *Epístola 1.7* culpando as características imorais da personalidade de Arvando pelos prejuízos que sofreu devido ao testemunho do último. Ou seja, a culpa de Sidônio Apolinário foi descoberta quando Arvando foi julgado, porque o testemunho do réu, de algum modo, mostrou que o nosso autor era cúmplice nas conspirações políticas dele. Assim, a última frase da *Epístola 1.7.1* vem para mostrar a decepção de Sidônio Apolinário com Arvando por conta da vinda à tona de sua culpa política no processo de julgamento do réu.

Em toda a *Epístola 1.7.1*, vemos o emissário do discurso, ao não conseguir renegar a sua relação com Arvando nas conspirações que o tornaram réu, insistir na sua própria submissão aos interesses de Roma ao reconhecer a culpa e a imoralidade de seu *amicus*, distanciando-se delas ao mesmo tempo em que afirma seu amor pelo último.

A sequência diz:

Mas insistir nessa *amicitia* era um dever que eu tinha para comigo mesmo. Por sua vez, em sua natureza, não havia o cuidado de perseverar; eu queixo-me dele sinceramente, mas não agressivamente, porque desprezando o conselho dos amigos fieis, ele foi, de todo, o juguete da Fortuna. Em seguida, eu não estou tão surpreso que ele tenha caído finalmente tanto quanto que ele tenha se mantido tão demoradamente. Oh, quantas vezes ele ficava glorificando a si próprio por ter suportado adversidades. Enquanto nós, com o mais profundo dos sentimentos por ele, lamentamos que sua temeridade devesse, algum dia, romper-se, considerando que um homem não é afortunado se ele é julgado ser assim somente frequentemente, não sempre! (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.2*, tradução nossa).

Se voltarmos o nosso olhar para a primeira frase da *Epístola 1.7.2*, “Mas insistir nessa *amicitia* era um dever que eu tinha para comigo mesmo.”, veremos o nosso autor demonstrando a identidade política romana gaulesa de sua época: Sidônio Apolinário, após ter demonstrado, na passagem anterior, a distância entre o comportamento de Arvando e o dele, agora afirma que a *amicitia* dele com relação a Arvando é uma obrigação; ou seja, o nosso autor está mostrando a rigidez dos laços político-identitários que unem os romanos gauleses, mais precisamente, ele demonstra que mesmo que ambos estejam em posições opostas com relação à obediência às leis republicanas, estão unidos por pertencerem à mesma territorialidade. Contudo, acreditamos que aqui, a mensagem do discurso sidoniano tenha mais de cálculo do que de crença, porque não foi realmente por amor a Arvando que Sidônio não renegou a amizade entre ambos, e sim porque já não haver mais como fazê-lo, uma vez que fora descoberta a cumplicidade criminosa entre os dois: Sidônio precisava, então, justificar sua atitude subversiva de uma forma que mostrasse que ele não tinha outra saída a não ser aquela, e fez isso dizendo que seu amor por Arvando o obrigara a tomar atitudes que ele, na verdade, não quisera.

Na segunda frase, percebemos a construção de um enredo no qual Sidônio Apolinário aparece como vítima de uma situação na qual a deusa Fortuna é a algoz e Arvando é o seu cúmplice: o emissário do discurso é levado a uma circunstância inconveniente por seu amor a alguém que não merece esse sentimento: Arvando, cujo caráter carece de perseverança, desprezou os conselhos de seus amigos e serviu como juguete para que Fortuna provocasse a desgraça de todos que se reuniam ao redor dele.

Na *Epístola 1.7.2*, Sidônio Apolinário continua se utilizando das possibilidades de representação da identidade política romana gaulesa para justificar sua associação com Arvando, ao passo que continua demonstrando o quanto a imoralidade do último o afasta da submissão que se espera de um nobre romano gaulês à ordem imperial. Não obstante, Sidônio Apolinário diz que Arvando se glorificava por suportar adversidades enquanto

os amigos do último sabiam que ele era temerário; isso mostra que o Arvando de Sidônio Apolinário era mais estúpido do que do mal, pecando mais por falta de perseverança do que por convicção; o nosso autor está dizendo que falta clareza de consciência em Arvando, isto é, que seus erros se deviam a uma grosseria, e não a uma crueldade premeditada.

A sequência diz:

Mas tu imploras-me que eu conte a história da sua condenação. Eu expor-te-ei a coisa brevemente, enquanto pago toda a reverência que é devida mesmo para um amigo quedado. Ele governou seu primeiro termo como prefeito com grande popularidade, e seu segundo com a maior depredação. Além disso, ele foi oprimido pelo fardo do débito, e temendo seus credores, sentiu ciúmes daqueles nobres que eram seus prováveis sucessores. Ele ridicularizou todos os que conversaram com ele. Professou admiração nas suas sugestões e ignorou os seus serviços; dos poucos que o abordaram, ele nutriu suspeita, dos muitos, desdém; até que, por fim, ele foi cercado por uma parede de antipatia geral, e foi carregado por guardas antes que fosse deposto de seu cargo. Ele foi arrastado e trazido em prisão para Roma, se exultando então por ter, lá, velejado safadamente a passagem da tempestuosa costa da Toscana, pensando que os elementos estavam, de algum modo, submissos a ele, reconhecendo a clareza de sua consciência (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.3*, tradução nossa).

Essa é a primeira vez, na epístola, que Sidônio Apolinário faz uma referência direta ao destinatário dela, Vincêncio, sobre quem não temos qualquer informação. A *Epístola 1.7.3*, contudo, mostra-nos que se tratava, provavelmente, de alguém que não teve uma participação ativa no processo de condenação de Arvando: alguém para quem fizesse sentido Sidônio Apolinário narrar a situação do começo ao fim. Lembremos, contudo, que a epístola era uma investida política mais do que uma informação a um *amicus*.

Como promete, o nosso autor conta brevemente a Vincêncio a história da condenação de Arvando, falando do processo de endividamento do último na ocasião de seu segundo mandato como prefeito do Pretório das Gálias. O nosso autor justifica essa brevidade narrativa a partir do respeito que tinha por seu amigo condenado, no entanto, suspeitamos que se trate de uma estratégia retórica que o permitiu não dar detalhes a respeito de acontecimentos que pudessem dificultar ainda mais a situação das partes envolvidas no processo: Arvando e ele próprio.

Talvez a afirmação de Sidônio Apolinário a respeito de que Arvando foi oprimido pelo fardo de dívidas, temendo seus credores e, em consequência de sua situação de fracasso, invejando seus prováveis sucessores, seja uma frase montada de forma

cuidadosa para que, ao mesmo tempo em que calunia Arvando por ele ser inimigo da ordem imperial, também o vitime ao afirmar sua infelicidade governamental. Podemos dizer isso a respeito da oração que mostra Arvando como um devedor porque ele tem, nesse caso, a culpa por ser um mal administrador financeiro, sendo, concomitantemente, infeliz e, justamente por isso, digno de piedade. Nossa constatação também é evidenciada quando Arvando aparece como aquele que inveja sucessores, o que é imoral, mas traz nas entrelinhas a ideia de que aquele que inveja é, também, incapaz de obter bons resultados.

Quando Sidônio Apolinário diz que, na gestão de seu cargo oficial, Arvando se endividou, temeu seus credores, invejou seus sucessores e hostilizou seus conselheiros, reagindo aos últimos com suspeita, desdém ou admiração, ele está novamente a demonstrar que Arvando estava sofrendo de insanidade de consciência. O autor reafirma isso ao ridicularizar o último homem citado dizendo que ele acreditava que conseguiu transpassar ileso a costa tempestuosa da Toscana porque os elementos da natureza reconheceram a clareza de sua consciência.

Em síntese, percebemos aqui que Sidônio Apolinário, na verdade, defende Arvando, porque uma pessoa insana e incapaz não deve ser julgado com a mesma severidade que outra que está em plenas posses de suas faculdades mentais.

A sequência diz:

Ele foi mantido sob guarda no Capitólio por seu amigo Flávio Asele, conde dos Tesouros Sagrados<sup>6</sup> (*comes sacrarum largitionum*), que respeitou o persistente aroma da dignidade de prefeito que tinha sido justamente arrancada dele. Enquanto isso, os delegados da província da Gália, Tonânncio Ferréolo, da ordem dos prefeitos, neto do cônsul Afrânio Siágrio através de sua filha, e Taumasto e Petrônio, homens possuídos de madura experiência, consumados de habilidade oratória e intitulados para a ordem entre os chefes gloriosos de nossa terra natal, seguiam em sua esteira, carregando as resoluções oficiais, apontados para acusá-lo ao lado da província (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.4*, tradução nossa).

Sidônio Apolinário começa a *Epístola 1.7.4* evocando a personagem de Flávio Asele, conde dos Tesouros Sagrados. Era um cargo oficial cujo ocupante, administrador dos Tesouros Sagrados do Império Romano do Ocidente, ficava em Roma. Como podemos ver, o nosso autor está exaltando o itálico por seus bons modos, observáveis pelo fato de que Asele não destratou Arvando ao não lhe negar a dignidade de prefeito do Pretório, o cargo do qual o último fora imediatamente deposto em decorrência de sua prisão política. Exaltar Flávio Asele ante Arvando é uma forma de demonstrar a

---

<sup>6</sup> Alto cargo oficial financeiro do Império Romano tardo-antigo.

inferioridade da Gália em relação à Itália, e, conseqüentemente, o reconhecimento da submissão devida. Mas mostrar a sensatez de Flávio Asele com Arvando é também uma forma metafórica de impelir os itálicos – o imperador e os juizes da República – a agirem desse modo com o último.

É fortemente significativa a representação da chegada em Roma dos três nobres romanos gauleses delegados para acusarem Arvando nessa cidade a mando do governo republicano. Sidônio exalta a nobreza dos três homens, glorificando Tonácio Ferréolo por sua descendência e Petrônio e de Taumasto por suas habilidades oratórias e pelos cargos oficiais por eles ocupados. Esses são justamente os três elementos apontados por Mathisen (1993, p. 9-16) como sendo alguns dos principais definidores da nobreza na Gália do século V EC. Evocá-los ante itálicos é uma forma de demonstrar a união entre a nobreza do Império Romano. Apontar que esses três homens traziam suas resoluções oficiais e estavam prontos para acusar Arvando é uma forma de dizer que a Gália, enquanto região onde se concentram diversas províncias romanas, não merece, de nenhum modo, ser castigada por causa das atitudes do prefeito do Pretório, que será julgado de acordo com a Lei justamente por seus conterrâneos.

A seqüência diz:

Entre as várias requisições que os provinciais os mandaram apreender, estava uma carta interceptada que o secretário de Arvando confirmou que fora seu mestre que ditara. Parecia ser uma mensagem endereçada para o rei dos godos, dissuadindo-o da paz com o imperador grego<sup>7</sup>, demonstrando que os bretões estabelecidos ao Norte do Loire deveriam ser impugnados e confirmando que as gentes gaulesas deveriam ser divididas com os burgúndios, um acordo do tipo mais insano, inferindo a ira de um rei feroz e a vergonha de um pacífico. Os juristas interpretaram que a epístola era um ardente crime (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.5*, tradução nossa).

Na passagem acima não aparece nenhuma informação a respeito de qualquer participação militar ativa de Arvando com relação ao que ele pretendia que os reis gótico burgúndio fizessem. Não sabemos quais as possibilidades de um homem como Arvando, que ocupava o cargo de prefeito do Pretório, desempenhando as funções de juiz de última instância, e estando desvinculado do imperador e sem atribuições militares, tinha de assumir um papel bélico ativo nas atividades que ele pretendia que fossem levadas a cabo por Eurico e pelo rei burgúndio Gundíoco.

---

<sup>7</sup> Não somos capazes de saber exatamente se Sidônio Apolinário aqui se refere ao imperador romano-oriental, Leão I (457-474), ou a Antêmio, o imperador romano-ocidental nascido em Constantinopla.



Os estudos de Marcus Baccega (2011, p. 109) a respeito do rei bretão Riotamo na obra do clérigo medieval galês Godofredo de Monmouth supõem que Riotamo teria feito uma aliança bélica com o imperador romano-oriental Leão I (457-474) a fim de destruir o Reino Gótico de Tolosa. Não entendemos o porquê do imperador Leão I ter interesses específicos no Reino Gótico de Tolosa, mas acreditamos que, se ele não pretendia, com isso, iniciar um processo de reconquista de todo o Império Romano, pretendia neutralizar o perigo iminente de um Estado que se expandia territorialmente e que, futuramente, poderia vir a ameaçar, inclusive, o Império Romano do Oriente. Teria sido o imperador Leão I, então, que teria conspirado para pôr Antêmio no trono romano-ocidental, justamente para que o último homem citado favorecesse os interesses dele e de Riotamo na Gália.

Na obra de Godofredo de Monmouth, consta que Riotamo se dirigiu para a Gália meridional com doze mil homens, travando batalhas contra os saxões no vale do Loire e ocupando Avárico (atual Bourges, França), e depois, marchou de Avárico em direção à Burgúndia; enquanto isso, Arvando, chamado de Morvando por Godofredo de Monmouth, assumia um papel ativo no exército de Eurico, comandando tropas juntamente com o rei gótico, o que o permitiu impor uma derrota definitiva a Riotamo.

É interessante notar que Antêmio, o imperador de origem grega que se associou com os bretões, Arvando, o romano gaulês aliado dos godos de Tolosa, Eurico, o rei gótico de Tolosa que se associou com o prefeito do Pretório das Gálias, Gundíoco, o rei da Burgúndia, que hesitava em avançar em direção às terras gaulesas as quais ele não tinha o direito legal de controlar, Riotamo, o rei dos bretões, que não se submetiam mais ao governo romano, mas que aliaram-se com o imperador romano-ocidental, e Sidônio Apolinário, o prefeito urbano que se justificou por meio de uma epístola, eram todos membros de elites que perseguiram interesses políticos em um contexto de rápidas transformações históricas, mas nenhum, exatamente, tentava destruir ou preservar o Império Romano, e, na verdade, não necessariamente considerava ou temia que o mundo no qual vivia pudesse estar se desfazendo: seus objetivos e os objetivos dos membros das identidades políticas às quais estavam vinculados eram, ao que tudo indica, poder, riqueza, terras e exploração de camponeses.

A sequência traz:

Esse trato não escapou de mim e de Auxânio, prestativíssimo homem, e nós pensamos que seria pérfido, bárbaro e ignavo negar nossas relações de *amicitia* com Arvando nesse tempo adverso. Assim, nós prontamente relatamos ao

desafortunado homem, que não tinha medo de qualquer coisa do tipo, todas as maquinações que seus ansiosos e ardentes inimigos estavam, bastante astuciosamente, planejando manter em segredo até o dia do julgamento, pois eles sabiam, claro, que seu adversário era incauto, que ele tinha repudiado os conselhos de seus amigos e era imprudentemente confiante em seus próprios poderes, e então eles esperavam envolvê-lo numa confissão através de alguma resposta precipitada. Nós contamos-lo, assim sendo, o que nós e seus amigos secretos pensamos ser o caminho seguro: nós sugerimos-lhe que ele não deveria fazer nenhuma admissão sobre os assuntos que eram uma questão trivial, mesmo se seus inimigos viessem a sugerir que eram trivialíssima; que aquele plano seria perigosíssimo para ele, que facilmente suscitariam nele um senso destrutivo de seguridade (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.6*, tradução nossa).

Nessa parte, Sidônio escancara sua associação com Arvando. Ele insiste que fora sua *amicitia* com Arvando que o impediu de posicionar-se contra o último, chegando a dizer que seria bárbaro agir assim: quando fala isso, o nosso autor está dizendo que trair um amigo é mais bárbaro do que agir contra os interesses de Roma, encontrando novas formas de justificar suas resoluções.

Na segunda frase da passagem, podemos perceber que mesmo depois que Arvando rejeitou os conselhos de seus amigos, Sidônio Apolinário e Auxânio não o abandonaram, mas, ao contrário, continuaram agindo como seus cúmplices, alertando-o de que seus inimigos políticos estavam planejando uma armadilha contra ele, armadilha essa que deveria mantê-lo ignorante de que estava sendo investigado até o momento em que ele fosse preso. Atentemo-nos para que Sidônio Apolinário e Auxânio insistiram para que Arvando mantivesse seu crime em segredo, ou seja, não queriam que a Lei agisse contra ele, o que era o mesmo que estar atuando contra os interesses de Roma e de Antêmio. Desse modo, o personagem que Sidônio Apolinário constrói a partir de si mesmo, associa-se a um criminoso por amor. Com isso, o nosso autor representa a si mesmo como um homem incapaz de abandonar um amigo, por mais perigosa que fosse a situação na qual esse estivesse envolvido. O discurso aqui trazido mostra que o seu emissário foi poupado do julgamento porque provara que agira mal por fidelidade a quem amava, ou seja, porque era filantropo e civilizado, como um bom nobre romano deveria ser.

O Arvando de Sidônio Apolinário, por sua vez, era incauto, não tendo capacidade de raciocinar bem sobre o que estava fazendo. Analisando esse engenho retórico, constatamos que o personagem construído a partir do Arvando histórico não agiu em plenitude imoral justamente por conta de sua falta de clareza racional. Esse discurso talvez tenha salvado a vida de Arvando.

A sequência diz:

Quando ele entendeu a nossa proposta, ele prorrompeu, subitamente, em convício: “Saí daqui degenerados”, disse, “indignos de vossos pais prefeitos, com vosso pânico desnecessário; deixai para mim, que sou inteligente como ninguém, cuidar dessa parte dos negócios; para Arvando sua consciência é suficiente; dificilmente eu dignar-me-ia a permitir que advogados me defendessem abaixo de exortação”. Nós partimos tristes, mas não magoados, por aquela injúria que nos deixou em luto; pelo que um médico se desesperaria quando um paciente irrecuperável tivesse um ataque de furor? (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.7*, tradução nossa).

Justamente por não estar em plena posse de suas capacidades de raciocínio, o Arvando sidoniano é incapaz de perceber o quanto é perigosa a situação na qual está. Acreditando-se o mais inteligente de todos os seres, rejeita os conselhos dos amigos que o amam, julgando-os degenerados e indignos de suas linhagens nobres. Como um paciente em crise de furor, que não aceita o tratamento que o médico deve lhe aplicar para que se cure, ou como um réu que não quer ser defendido por advogados, Arvando expulsa Sidônio Apolinário e Auxânio do lugar onde eles foram para o alertar a respeito da periculosidade dos negócios sobre os quais Arvando estava se debruçando. O personagem no qual Sidônio Apolinário autorrepresenta-se não se magoa com o Arvando da epístola exatamente pelo fato de que não é possível guardar rancor pelo comportamento de alguém conscientemente insano, mas somente se entristecer pelo fato.

A seguir, temos:

Enquanto isso, nosso amigo réu vivamente percorre a área capitolina em vestimentas festivas; agora ele regozija-se sob as várias saudações desonestas dadas a ele, agora ele escuta, prazerosamente, o estourar das bolhas da lisonja, agora ele mete-se em artigos de seda, joias e todos os ricos invólucros dos ourives, e como se ele pretendesse fazer uma compra, perscruta-os atentamente, arrebatando-os, depreciando-os e atirando-os de volta, e no meio de seus negócios faz frequentes críticas às leis, aos tempos, ao Senado, e ao imperador por não o vindicar antes da investigação de seu caso (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.8*, tradução nossa).

Na passagem acima, há um contraste implícito: a área capitolina simboliza a ordem harmônica do Cosmos manifestada na ordem imperial romana, enquanto as vestes espalhafatosas de um réu prestes a ser julgado, um disparate, que se agrava à medida que ele, sem considerar a situação na qual se encontra, veste-se de seda e enfeita-se com joias, além de regozijar-se por aclamações lisonjeiras. Como se não bastasse tal contrassenso, o Arvando sidoniano critica as leis, os tempos, o Senado e o imperador, ou seja, critica elementos importantes da ordem imperial romana. Essa situação torna evidente a insanidade mental dele.

### A sequência diz:

Uns poucos dias passaram, e então todo o Senado reuniu-se (assim mais tarde compreendi; pois parti no intervalo). Nosso homem fez seu caminho para a Cúria, tendo sido antes rapidamente barbeado e raspado, enquanto seus acusadores, em meio luto e significativamente escabelados, aguardavam a operação advinda de dez juízes, e a partir de sua intencional esqualidez, arrebatavam o réu de sua devida misericórdia (*miserationem*), valendo-se da indignação despertada pela visão das sordidezes. Convocadas e admitidas, as duas partes, como sempre, assumiram suas posições. Antes da proposição, é oferecido para os prefeitos o privilégio de se sentarem. Arvando, com sua infeliz impudência, precipita-se a tomar um lugar quase na sobreposição de seus juízes; de um lado, Ferréolo toma seu assento modesta e quietamente na parte mais baixa dos bancos com seus colegas estando do outro lado, mostrando que ele se lembrava que era um delegado tão bem quanto um senador, pelo que ele foi, posteriormente, elogiado e honrado (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.9*, tradução nossa).

Então, finalmente, chega o dia do julgamento de Arvando. Para julgá-lo, o Senado reúne-se na Cúria. A segunda frase da passagem acima mostra que Arvando está barbeado e com os cabelos cortados no momento do evento em questão, isto é, está embelezado; enquanto isso, os delegados gauleses que deveriam acusá-lo, os já citados Tonânncio Ferréolo, Petrônio e Taumasto, estão escabelados e de luto. O visual esculachado dos três últimos homens citados aparece aqui para mostrar que eles estavam com plena noção da situação triste na qual Arvando não conseguia se ver submerso. O réu em questão não percebia o que estava prestes a ocorrê-lo, e preparou-se para o evento como se esse não fosse a ocasião na qual seria julgado o seu direito de continuar vivo. Essa ininteligência de Arvando com relação à sua própria situação vital mostra que Sidônio continua enfatizando a falta de razão dele, sendo que, nessa passagem, o objetivo é contrastá-la com a sanidade do raciocínio dos outros nobres romanos gauleses presentes na ocasião. O nosso autor confirma-nos esse objetivo ao dizer que a visão da esqualidez dos romanos gauleses foi o fator responsável por ninguém ter olhado misericordiosamente para Arvando, vestido pomposamente. No entanto, se Arvando estivesse raciocinando bem, também estaria esqualido, para que fosse digno de piedade.

Comportamentos dessa natureza reafirmam-se no momento em que as pessoas presentes na Cúria se sentam para o assistir o julgamento: os três romanos gauleses que foram delegados para julgar Arvando assumem posições modestas nas partes mais baixas dos bancos, enquanto o réu senta-se quase acima deles. Isso quer dizer que os três nobres buscavam que o governo republicano se apiedasse da Gália em si, e por isso assumiam posturas humildes que demonstravam, concomitantemente, sua idoneidade política e sua

clareza de consciência perante à situação. Em contrapartida, dizer que Arvando carece desses dois últimos fatores é, concomitantemente, uma forma de desvinculá-lo dos gauleses em geral e, ao mesmo tempo, de insistir na afirmação de sua insanidade de consciência.

A epístola prossegue:

Enquanto isso, os mais altos começaram a chegar; as partes subiram em seus lugares e os delegados exibiram suas causas. Depois do mandado provincial, a epístola mencionada acima foi proferida; então, ia sendo vagarosamente lida quando Arvando, sem esperar ser questionado, proclamou que ele fora ele quem ditara. Os delegados responderam, de fato muito maliciosamente, que concordavam que fora ele quem ditara. Mas quando aquele desvairado (*furens*), não percebendo o seu erro, repetiu a confissão duas ou três vezes, os acusadores ergueram uma roda na qual os juízes ingressaram, declarando que o réu era culpado de alta traição por confissão própria. Além disso, milhares de *juris formais* foram proferidos e sancionados (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.10*, tradução nossa).

O julgamento procedia normalmente quando Arvando, sem perceber que estava provocando uma situação que lhe custaria a vida, disse que fora ele quem ditara a carta. Esse enredo também se utiliza de uma identidade política romana gaulesa baseada em *amicitiae*, pois os delegados, ironicamente, falaram que concordavam que Arvando ditara a carta, e isso numa intenção de ignorar a confissão que mudaria os rumos do julgamento e condenaria o réu à morte. Eles queriam fazer tudo o que pudessem para que a pena que recairia sobre Arvando fosse a mais branda possível. Mas, como podemos ver, a insanidade de consciência do romano gaulês julgado atrapalhou os planos dos outros, que tiveram que dar início ao processo jurídico de decisão de qual pena recairia sobre o réu cujos crimes, ele próprio confessara. Arvando foi, logicamente, condenado à morte.

Essa passagem deixa transparecer que, na realidade, os romanos gauleses fizeram o possível para salvar Arvando, que por furor, não colaborou com eles. Talvez o réu houvesse, de fato, tomado resoluções políticas que, no contexto, tornaram a sua situação difícil, mas não queria humilhar-se nem em seu julgamento final. Sidônio Apolinário, desse modo, talvez tenha transformado retoricamente o orgulho político de Arvando num despautério justamente para salvá-lo. Em seguida diz:

Então, tarde demais, é relatado que ele se arrependeu e se lamentou de seu falatório, compreendendo que um réu poderia ser culpado de alta traição mesmo que não houvesse almejado a púrpura. Dos privilégios relativos à dupla qualidade da Prefeitura, que ele recebera por repetidas gestões quinquenais, foi deposto, não sendo adicionado, mas restituído a uma família plebeia, e foi adjudicado ao cárcere público. Uma aflição amarguíssima, segundo narrou

quem viu, foi que, porque ele marchou para a presença de seus juízes elegantemente vestido e enfeitado, enquanto seus acusadores estavam em vestimentas negras, a situação miserável para a qual ele foi conduzido um pouco mais tarde, não foi digna de misericórdia. Assim ele foi arrastado para a prisão depois de sua condenação, mas quem se angustiará grandemente pelo estado de alguém que foi visto sendo carregado para as pedreiras ou para a condenação prisional pontualmente vestido e perfumado? (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.11*, tradução nossa).

Na primeira frase do trecho acima, e após todos os engenhos retóricos que, na epístola, Sidônio Apolinário elaborou para mostrar que Arvando estava sem clareza de consciência, ele cita o arrependimento do réu, como se, no último momento possível, o gaulês pleno de furor houvesse recuperado a sua plena capacidade de raciocínio. Com isso, temos uma abertura para que, adiante, no discurso epistolar, o nosso autor possa pedir pelo perdão da personagem histórica existente por trás do antagonista que cria em sua literatura. Logicamente, para enriquecer o cenário digno de misericórdia que o nosso autor elabora a partir do momento da sentença de Arvando, foi preciso que ele contasse da deposição do réu com relação ao cargo de prefeito do Pretório, bem como da restituição dele à família plebeia da qual se originara.

Por fim, temos:

Mas ele, fatalmente, depois de um adiamento da sentença por quinze dias, foi sentenciado à morte e lançado na prisão na ilha da serpente de Epidauro, onde ele foi arrancado de sua elegância a um ponto que angustia mesmo seus inimigos; tendo sido vomitado da sociedade da mesma forma que Fortuna o expeliu como se em um ataque de doença, sua sentença agora se arrasta por um período de trinta dias, como fixado por um antigo *senatus consultum* do imperador Tibério, estando durante horas com o gancho, as escadas e o nariz de um terrível carrasco. De nossa parte, disponibilizamo-nos e, ausentes ou presentes, fazemos votos, reiterando orações e súplicas, e implorando que a piedade augusta possa, mesmo a custo da confiscação de sua propriedade ou do exílio, perdoar esse semimorto e suspender o golpe da espada que agora o ameaça. Entretanto, agora, se espera pelo pior, se sofre, ele é mais infeliz do que ninguém se, após todas as ignomínias de humilhação, teme por algo mais do que pela vida. Adeus (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Epístola 1.7.12-13*, tradução nossa).

Mas a *Epístola 1.7* acaba com Sidônio Apolinário implorando a Antêmio para que Arvando seja perdoado. É claro que o nosso autor não discordava das resoluções políticas do condenado, mas usou da retórica literária para reafirmar a submissão política gaulesa à Itália, fazendo disso uma redenção e, ao mesmo tempo, usando de sua influência de prefeito urbano para induzir o juízes republicanos a pouparem a vida de Arvando, ainda que sob o custo do confisco de seus bens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura *Epístola 1.7* permite-nos refletir a respeito do papel da retórica nas defesas de todos os envolvidos no processo criminal de Arvando.

No que diz respeito ao nosso autor, principalmente quando ele demonstra que Antêmio não o pôde impedir de amar (*amari*) Arvando, ele mostra o fato do imperador não poder atentar contra ele ainda que ele tenha sido cúmplice em um crime contra a República Romana. Ao fim e ao cabo, acreditamos que isso se devia ao fato de que a Gália, enquanto potência bélica na época, não poderia ser desafiada pela Itália a partir do envio para julgamento de um dos mais importantes membros da nobreza daquela região, que além disso era prefeito de Roma. Talvez levar Arvando a julgamento já fosse algo suficientemente desafiador para os romanos gauleses, e Antêmio não estava em posição de ignorar os perigos que poderia trazê-lo a inimizade deles.

Deduzimos disso que a *Epístola 1.7*, em sua totalidade, dá-nos a constatar uma crise de poder político. Já não era mais possível, para um Estado com a força que a República Romana ainda tinha, condenar a morte e executar todos os conspiradores conchavados com Arvando, com o rei dos burgúndios e com o rei dos godos. Os romanos gauleses aceitaram que Arvando fosse julgado e condenado porque o último expusera-se demais ao perigo ao desafiar a República da forma como fizera. Entretanto, a nobreza gaulesa não deixaria seu temor chegar ao ponto de fazer com que ela permitisse que Sidônio Apolinário, por exemplo, fosse levado a julgamento.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

SIDONIUS. *Poems and Letters*. Tradução, introdução e notas de William Blair Anderson. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, W. B. Introduction. In: SIDONIUS. **Poems and Letters**. Tradução, introdução e notas de William Blair Anderson. 3 ed. Cambridge: Harvard University Press, 1963, p. IX-LXXIV.

BACCEGA, M. **Logos do sacramento, retórica do Santo Gral**. A sacramentalidade medieval do mundo e do homem na *Demanda do Santo Gral* de Heidelberg (século XIII). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

FREITAS, E. C. Entre a *Gallia* e a *Francia*. **Brathair**, v. 8, n. 1, p. 50-78, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KINDLER, A. L. Introducción General. In: SIDÔNIO APOLINAR. **Poemas**. Tradução, introdução e notas de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005, 7-71.

MATHISEN, R. W. **Roman aristocrats in barbarian Gaul**: strategies for survival in an age of transition. Austin: University of Texas Press: 1993.

\_\_\_\_\_; SIVAN, H. Forging a new identity: the Kingdom of Toulouse and the frontiers of Visigothic Aquitania (418-507). In: FERREIRO, A. (Org.). **The Visigoths**: Studies in Culture and Society. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999, p. 1-62.

MERRILLS, A. H.; MILES, R. **The Vandals**. Main; Oxford; Chichester: Blackwell Publishing, 2010.

MINOR, C. P. **The Gallic Aristocracy and the Roman Imperial government in the Fifth Century A.D.** 1976. Tese (Mestrado em Artes) - Graduate Faculty, Texas Tech University, Lubbock.

TEITLER, H. C. Un-Roman activities in late antique Gaul: the cases of Arvandus and Seronatus. In: DRINKWATER, J.; ELTON, H. (Orgs.). **Fifth-century Gaul**: a crisis of identity? Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 298-308, p. 310.

VAN WAARDEN, J. A. Writing to survive: A commentary on Sidonius Apollinaris, Letters Book 7. **The episcopal letters 1-11**, v. 1, p. 6-58, 2009.

WARD-PERKINS, B. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

WOOD, I. **The Merovingian Kingdoms, 450-751**. London; New York: Longman, 1994.

WOOLF, G. **Becoming Roman**: The origin of provincial Civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.



## A VIOLÊNCIA CONTRA BRUXAS NA LITERATURA LATINA A PARTIR DE UMA ANÁLISE COMPARADA

Prof. Me. Gabriel Paredes Teixeira<sup>1</sup>

### **Bruxaria e Violência: um fenômeno global**

Quando se propõe o tema “bruxaria” ou “caça às bruxas”, é provável que a maioria dos leitores evoque imagens de instrumentos e métodos de tortura medievais, ou das grandes fogueiras montadas em praça pública, nas quais mulheres eram queimadas vivas, enquanto autoridades eclesiásticas e inquisitoriais supervisionavam todo o processo. São imagens claramente associadas a um período específico da História europeia. Devido a essa associação, uma proposta de estudo que envolva crenças em bruxaria na sociedade romana talvez seja considerada anacrônica. Contudo, a imagem dos praticantes de bruxaria é comum a diversas culturas: indivíduos naturalmente traiçoeiros, sempre inclinados a prejudicar outras pessoas através de poderes ou técnicas sobrenaturais. O medo despertado por tais indivíduos e suas supostas perversidades leva, conseqüentemente, a um receio constante nas comunidades que creem em sua existência. Não é raro que nessas sociedades pessoas sejam acusadas de serem agentes da bruxaria e submetidas a mecanismos de punição previamente estabelecidos para este tipo de crime, ou até mesmo que sejam vítimas de violência indiscriminada. Sendo assim, a existência das crenças em bruxaria muitas vezes é acompanhada por um alto índice de violência, utilizada como forma de neutralizar seus supostos praticantes. Recentemente, no prefácio do seu livro *Witchcraft, Witches and Violence in Ghana*, originalmente publicado em 2015, o sociólogo Mensah Adinkrah foi categórico ao afirmar que:

Acusações de bruxaria e os conseqüentes maus tratos a supostos bruxos/as, ou caça às bruxas, constituem uma das formas mais graves e flagrantes de abusos aos direitos humanos ao redor do mundo. Em diversos países africanos muitas pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, que foram acusadas de serem bruxas são alvos de violência física, psicológica ou social.<sup>2</sup> (ADINKRAH, 2017, p. x)

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ). Bolsista de demanda social da CAPES. E-mail: gparedes.teixeira@gmail.com

<sup>2</sup> “*Witchcraft accusations and the attendant maltreatment of alleged witches, or witch hunts, constitute one of the gravest and most flagrant forms of human rights abuses around the world. In many African countries scores of persons, mostly women and children, who have been accused of being witches are targets of physical, psychological, or social abuse*”, no original.

Ao analisar o assunto, Adinkrah o faz a partir de uma perspectiva bastante especial. Ganês radicado nos Estados Unidos da América, onde obteve o título de doutor em sociologia, ele teve a experiência única de crescer em uma sociedade na qual pessoas são perseguidas devido à acusação de serem bruxos ou bruxas e, posteriormente, examiná-la como um cientista social. O próprio autor relata, em outro momento do texto, o trauma gerado pelo contato, durante a infância, com vítimas desse tipo de violência e seus relatos (ADINKRAH, 2017, p. *ix*).

Para muitos, a afirmativa do sociólogo pode soar como um exagero, consequência, talvez, da forte impressão causada por suas experiências de infância em Gana ou por tratar-se de seu objeto de estudo. Tal posição não seria surpreendente. Por serem crimes cometidos quase sempre contra sujeitos em posição de vulnerabilidade social e em países considerados periféricos, é raro que esse tipo de violência receba a devida atenção da mídia, órgãos internacionais e até mesmo de autoridades locais. Como não existem dados ou estimativas oficiais para o número total de vítimas de acusações e perseguições à bruxaria ao redor do mundo, somos forçados a tentar montar uma espécie de “quebra-cabeças” a partir de números dispersos, coletados em regiões diversas do mundo. Embora tal abordagem não forneça os números exatos relacionados à violência contra pessoas identificadas como bruxas, ao menos ela será suficiente para ilustrar a gravidade e a recorrência do fenômeno.

Sem dúvida, o maior acúmulo de casos de violência relacionados à bruxaria no mundo contemporâneo ocorre na África – embora esse esteja longe de ser um fenômeno exclusivo ao continente. Na sociedade ganesa, analisada por Adinkrah, as perseguições ganharam certa notoriedade internacional graças à presença dos chamados “campos de bruxas”. Espalhados pelo Norte do país, esses locais recebem mulheres que fogem de suas comunidades após serem acusadas de bruxaria. Estimativas apontam uma quantidade entre 5 e 8 mil mulheres – em sua maioria viúvas entre os 45 e 90 anos de idade – vivendo em condições precárias nesses campos (ADINKRAH, 2004, p. 328). Embora o número de vítimas nesses locais ultrapasse a casa dos milhares, Adinkrah observa que não há “campos de bruxas” no Sul de Gana – região que concentra a maior parte da população e, conseqüentemente, dos casos de violência contra bruxas. Sendo assim, a dimensão das acusações e perseguições no país deve ser ainda maior do que nos sugere a simples amostragem dos campos ao Norte (ADINKRAH, 2017, p. 17).

A situação não é menos dramática em outros países da África subsaariana. Um relatório da OMS calculou que uma média de 500 mulheres de idade avançada sejam

assassinadas de maneira violenta todos os anos na Tanzânia, por serem identificadas como bruxas (KRUG *et al.*, 2002). Na África do Sul, o número de linchamentos e outras formas de violência foi tão alto nas últimas décadas que o Ministério de Proteção e Segurança chegou a considerar os assassinatos relacionados à bruxaria como o problema social mais grave nas províncias do Norte do país (HUND, 2000, p. 367). Embora muitos governos africanos busquem formas de combater esse tipo de crime, há também casos em que autoridades locais se aproveitam das crenças em bruxaria para realizar perseguições políticas. Em 2009, o então presidente gambiano, Yahya Jammeh, pôs em ação uma verdadeira caça às bruxas, após a morte de sua tia – que o líder acreditava ter sido consequência de bruxaria. No decorrer de cinco dias, cerca de mil cidadãos – em sua maioria mulheres idosas – foram presos e submetidos a torturas físicas e psicológicas para que confessassem seus supostos crimes. Foram registradas pelo menos duas mortes decorrentes dos maus-tratos, enquanto centenas de pessoas se refugiaram em países vizinhos (RICE, 2009).

Além de mulheres idosas, outra parcela da população comumente vitimada pelas atitudes envolvendo crenças em bruxaria é a das crianças. Em diversas partes de Benin e de Togo, é comum que crianças identificadas como bruxas sejam expostas ou assassinadas já no início da vida. Tal identificação pode ser feita durante o nascimento ou nos primeiros anos de vida. Bebês prematuros ou que nasçam em posição pélvica ou transversal, assim como crianças cujos dentes superiores se desenvolvam antes dos inferiores, podem ser consideradas bruxas (SARGENT, 1988, p. 80). Apenas em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, a organização *Save the Children* estimou em 20 mil o número de crianças vivendo em abrigos após terem sido abandonadas ou expulsas de casa por suas famílias, sob a alegação de serem bruxas (DRUMMET, 2003). Em um relatório sobre o fenômeno, a ONG *Stepping Stones Nigeria* afirma ter tomado conhecimento de mais de 250 casos de crianças acusadas de bruxaria entre os anos de 2005 e 2010, apenas no estado de Akwa Ibom, localizado no sudeste da Nigéria (FOXCROT; SECKER, 2010, p. 3). Os dados sugerem um número muito maior de casos no país, se considerarmos todo o território nigeriano.

Como citado anteriormente, as acusações e perseguições relacionadas à bruxaria não são exclusividade do continente africano. Mesmo não produzindo ou fornecendo dados oficiais acerca do fenômeno, as autoridades da Papua Nova Guiné admitiram, em 2015, que o país vive uma “crise de refugiados” relacionada às acusações de bruxaria. No país melanésio, quantidades expressivas de pessoas têm fugido de suas regiões com medo

de serem mortas ou agredidas (ABC, 2015). O antropólogo canadense Dan Jorgensen (2014, p. 269), que vem acompanhando o fenômeno no país, aponta para o crescimento no número de casos nas últimas décadas e ressalta que as perseguições “são moldadas muito mais por circunstâncias modernas do que por hábitos tradicionais”<sup>3</sup>. A Arábia Saudita é outra sociedade na qual a modernização tem sido acompanhada do aumento da violência relacionada à bruxaria, para a surpresa daqueles que pensam que essas crenças são próprias a sociedades ainda pouco desenvolvidas. Grande parte das vítimas das acusações e perseguições no país é estrangeira. Em 2009, uma unidade de polícia especial foi criada para receber denúncias e apurar supostos casos de bruxaria (JACOBS, 2013). Enquanto as autoridades sauditas têm se esforçado para expandir a perseguição a bruxos e bruxas no país, na Índia – onde mais de duas mil pessoas acusadas de bruxaria foram assassinadas no curso das duas últimas décadas –, a pressão de ativistas tem feito com que os governos locais criem leis para combater essa forma de violência (YASMIN, 2018). Contudo, em diversas partes do país agressões contra bruxas ainda são permitidas.

Através deste brevíssimo panorama, fica claro que as crenças em bruxaria e os atos violentos que delas normalmente se sucedem não são exclusividade de uma ou outra cultura. Pelo contrário, elas constituem um fenômeno bastante recorrente em diversas partes do mundo. Considerando apenas as sociedades utilizadas como exemplo neste texto, é possível inferir a existência de dezenas de milhares de vítimas dessa forma de violência ao longo dos últimos anos.

### **Identificando bruxos e bruxas**

As crenças acerca da obtenção e uso dos poderes de bruxos ou bruxas variam de uma cultura para outra. Os azande, do Sudão, e os bagawa, em Camarões, acreditam que filhos de bruxos herdam tal condição dos pais (EVANS-PRITCHARD, 1976, p.2; BRAIN, 210, p. 164). Outros povos creem que a bruxaria seja adquirida no decorrer da vida – seja por contaminação, possessão ou iniciação (HUTTON, 2018, p. 16-18). Em meados do século XV entre as autoridades europeias passou a vigorar a crença de que a bruxaria fosse o resultado de um pacto com o Diabo (KRAMER; SPRENGER, 2017, p. 45). Enquanto no continente africano é amplamente disseminada a crença de que a bruxaria seja exercida a partir de fatores internos, seja através de substâncias produzidas nos órgãos ou pela ação de espíritos malignos que habitam a alma, na Arábia Saudita se

---

<sup>3</sup> “(...) contemporary witch-killing is shaped more by modern circumstances than by traditional habits”, no original.

acredita que ela seja praticada exclusivamente por meio de ações rituais (JACOBS, 2013). Um dos pioneiros no estudo comparado da bruxaria, o historiador e antropólogo inglês Alan Macfarlane denominou o conjunto de características variantes que a envolvem como “ideologia da bruxaria” (MACFARLANE, 1999, p. 211). Sendo uma categoria composta por elementos subjetivos, é comum que ela varie de acordo com os sistemas de pensamentos na qual se manifesta.

Mas, se as representações dos agentes da bruxaria são tão diversas em diferentes culturas, de que maneira é possível afirmar tratar-se de um fenômeno único – a despeito de suas variações? Nas últimas décadas, muitos estudiosos recorreram à definição de bruxo ou bruxa simplesmente como o sujeito considerado capaz de causar mal a outras pessoas por meios sobrenaturais. Indiscutivelmente, essa parece ser a característica essencial para que alguém seja considerado como tal dentro de qualquer cultura. Na década passada, contudo, Ronald Hutton apresentou os resultados de uma gigantesca análise comparativa entre as características encontradas por antropólogos nas representações de bruxos em inúmeras sociedades distintas. Em seu artigo *Anthropological and Historical Approaches to Witchcraft: Potential for a New Collaboration?* (2004), Hutton apontou um total cinco atributos essenciais recorrentemente associados a bruxos em um total de 148 sociedades descritas na literatura. As características apontadas pelo estudo ajudam a compreender a predisposição do uso de violência contra tais indivíduos.

De acordo com Hutton, além de ser capaz de causar danos a outras pessoas, acredita-se que a pessoa identificada como bruxa o faça em proveito próprio, devido à sua natureza perversa. Também é universal a tais culturas a crença de que bruxos ou bruxas direcionem seus poderes contra pessoas próximas – parentes ou vizinhos –, o que os leva a ser considerados como uma ameaça interna à própria comunidade. Como a bruxaria deve, por via de regra, ser herdada, aprendida ou obtida de outros bruxos, uma acusação de bruxaria acarreta suspeitas da existência de uma organização ou coletivo de bruxos (HUTTON, 2004, p. 421-423). Por fim, embora não seja obrigatoriamente verificada em todas as culturas, é bastante recorrente a ideia de que os efeitos da bruxaria possam ser anulados ou revertidos, caso o responsável por ela confesse seus crimes, seja punido ou morto (HUTTON, 2018, p. 25-27).

Quando nos atentamos para esse conjunto de características – inerentes às crenças em bruxaria – se torna menos difícil compreender os episódios de violência a ela relacionados. Uma vez que são percebidos como pessoas malignas e predispostas a

prejudicar as pessoas à sua volta sem justificativas aceitáveis, sujeitos identificados como bruxos sofrem forte reprovação social, capaz de despertar o rancor daqueles que acreditem ter sido por eles prejudicados. Dentro desse sistema de pensamento, a violência – seja ela psicológica ou física – é considerada uma alternativa justificável para lidar com tais indivíduos, sobretudo quando há convicção de que tais ações possam desfazer o mal por eles causado. Em diversas sociedades, retaliações contra pessoas acusadas de bruxaria não apenas são toleradas, como também consideradas legítimas e até desejáveis, muitas vezes tomando a forma de execuções públicas praticadas por grande parte dos membros de uma comunidade. Adinkrah (2017, p. 12) apresenta um caso ocorrido em Uganda, no ano de 2005, no qual uma mulher foi apedrejada até a morte por uma multidão com a permissão de autoridades locais, logo após ser julgada e considerada culpada de bruxaria. Esse episódio ilustra como a violência relacionada à bruxaria pode ser considerada uma prerrogativa social aceitável. Finalmente, a ideia da ação conjunta de bruxos, em grupos ou seitas, explica os rompantes de violência e a observação de casos de perseguição em sequências curtas de tempo. Esse fenômeno é recorrente, e por muito tempo foi denominado pelos estudiosos da bruxaria europeia como *witch-crazes*. Uma vez que um bruxo não pode atuar de maneira completamente isolada, uma única acusação dentro de uma comunidade aumenta as desconfianças com relação à presença de outros bruxos e, conseqüentemente, as probabilidades de novos episódios de violência.

Até aqui, buscou-se demonstrar como as crenças em bruxaria e a violência que elas acarretam constituem um fenômeno de escala global, não sendo circunscrito a períodos históricos particulares ou sociedades com desenvolvimento material específico. Representações de bruxaria, seguindo o mesmo conjunto de regras básicas observadas na Europa do século XV, são encontradas em sociedades contemporâneas espalhadas pelo mundo – elas tribais, predominantemente agrárias ou com alto índice de urbanização. A partir das conclusões apresentadas até aqui, passaremos à análise de algumas passagens literárias produzidas na Antiguidade romana, nas quais a violência é apresentada como uma alternativa contra sujeitos capazes de causar danos sobrenaturais a outras pessoas.

### **Envenenamento ou bruxaria? O *ueneficium* segundo os autores latinos**

No oitavo livro da obra *Ab Urbe Condita*, o historiador romano Tito Lívio nos apresenta um curioso episódio supostamente ocorrido no ano 331 a.C. e que culminou com a condenação de mais de um centena e meia de mulheres (Liv. 8.18). De acordo com

o autor, em meio à peste que assolava a cidade de Roma naquele ano, uma denúncia feita por uma escrava ao senado atribuiu o grande número mortes a “delitos típicos de mulher” (*fraus muliebris*). Segundo a testemunha, matronas romanas estariam propagando a doença através de venenos (*uenena*). Após o depoimento, a escrava conduziu as autoridades até um grupo de mulheres, flagradas no momento que produziam as drogas (*medicamenta*) com as quais supostamente estariam espalhando a doença. Levadas ao fórum, o grupo de vinte mulheres foi obrigado a ingerir a substância, o que resultou na morte de todas elas. Convencidos da conspiração, os senadores iniciaram uma investigação que resultou na condenação de, ao menos, 170 mulheres. Segundo Lívio, esse foi o primeiro julgamento de *ueneficium* ocorrido na história romana (Liv. 8.18.11).

Diversos tradutores e acadêmicos consideraram que tal passagem apresenta o relato de um caso de envenenamento ordinário. Nesse caso, porém, somos levados inevitavelmente a questionar se seria possível que Tito Lívio realmente acreditasse tratar-se do primeiro julgamento envolvendo este tipo de crime em Roma. É quase impossível acreditar que os quatro séculos da história romana que antecederam o evento narrado tenham sido completamente livres de quaisquer processos envolvendo crimes de envenenamento. Também é difícil acreditar que Lívio, que apresenta diversos episódios posteriores de envenenamentos com motivações políticas, estivesse convencido da falta de julgamentos envolvendo o uso de quaisquer tipos de venenos anteriormente a tal episódio. Este cenário se altera se levarmos em consideração que os termos latinos *uenenum* e *ueneficium*, utilizados pelo historiador, não são, necessariamente, sinônimos de “veneno” ou “envenenamento”, conforme os utilizamos na língua portuguesa.

David Kaufman aponta para a hipótese de que a palavra *uenenum* tenha sua origem etimológica ligada à Vênus e possuísse o significado original de “poção do amor”. Mesmo que tal associação seja hipotética, é indiscutível que o termo possuía uma série de utilizações possíveis na língua latina. *Venena* poderiam ser, além de substâncias que causassem danos a um organismo, medicamentos capazes de curar, drogas mágicas ou, simplesmente, feitiçaria de maneira ampla e abrangente (KAUFMAN, 1932, p. 156). Entre as fontes jurídicas da antiguidade romana, a *Lex Cornelia de Sicariis et Veneficiis* é a mais antiga a tratar especificamente de crimes envolvendo a utilização de venenos sobre a qual temos conhecimento. Votada por Sula em 81 a.C., a lei se ocupa de crimes contra a vida de cidadãos – fossem eles cometidos por meio de armas (*sicae*) ou venenos (*uenena*). Curiosamente, o documento reconhece a existência de *uenena* medicinais ou

para fins amorosos, cuja utilização não era condenada, conforme observado por Fritz Graf (2001, p. 46-47).

O termo *ueneficium* e seus derivados foram utilizados com claras sugestões a práticas sobrenaturais por autores de diferentes períodos da história de Roma. Na comédia de Plauto, Anfítrio acusa o deus Júpiter de ser um *ueneficus* tessálio, por haver perturbado a mente de seus escravos (Pl. *Amph.* 1043). Plínio, que detinha uma posição notadamente cética com relação à magia (Plin. *HN.* 30.1; 30.17), não deixa de atribuir poder a essa prática sobrenatural. Isso fica claro, por exemplo, quando o autor afirma ser considerado um crime de *ueneficium* cruzar as pernas ou manter os dedos cruzados diante de uma mulher em trabalho de parto, pois isso dificultaria o nascimento do bebê (Plin. *HN.* 28.17). No epodo 5 de Horácio, um menino sequestrado pelas *ueneficae* alerta suas raptoras de que elas não se livrariam da culpa de seus crimes nem por meio de seus “grandes venenos” (*magna uenena*), fazendo clara alusão à bruxaria por elas praticadas.

Considerando o conteúdo dessas passagens literárias e da *Lex Cornelia*, não resta dúvidas de que *ueneficium* poderia denotar um método não-físico de prejudicar outras pessoas antes, durante e depois do período de produção de Tito Lívio. Certamente a *Lex Cornelia* ainda vigorava no momento em que o historiador redigiu o relato do caso que culminara na condenação das 170 mulheres séculos antes. A associação do termo com práticas mágicas é tão forte que o *Oxford Latin Dictionary* apresenta “o uso de artes mágicas; feitiçaria”<sup>4</sup> como seu significado primário, enquanto “o ato de envenenar”<sup>5</sup> aparece apenas como o segundo significado possível da palavra *ueneficium* (GLARE, 2016, p. 2234).

Com todas essas informações, podemos novamente analisar o relato de Tito Lívio a partir de outra perspectiva. Parece plausível que, ao afirmar tratar-se do primeiro julgamento de *ueneficium* em Roma, o autor estivesse se referindo a um processo contra o uso de feitiçaria, e não de quaisquer substâncias venenosas. Isso ajudaria a explicar a posição relutante de Lívio ao iniciar a narrativa do episódio. Após revelar seu desejo de que os relatos fossem falsos, o autor aponta que alguns historiadores não apresentam tais fatos em suas crônicas (Liv. 8.18.2-3). Novamente temos um ponto curioso. Que muitos cronistas tenham omitido um julgamento de tamanha proporção e relevância de suas obras parece estar de acordo com a tendência à subnotificação envolvendo crimes ou atitudes legais contra a bruxaria. Como demonstrado nas sessões anteriores deste trabalho, é

<sup>4</sup> “The use of magical arts; sorcery”, no original.

<sup>5</sup> “The act of poisoning”, no original.



bastante comum que as perseguições a sujeitos identificados como bruxos não sejam mencionadas em documentos oficiais – sobretudo por vitimarem quase sempre pessoas com pouco prestígio social.

Considerando que as mulheres condenadas na ocasião possam ter sido identificadas como bruxas – e não apenas envenenadoras de qualquer ordem – é possível encontrar semelhanças notáveis entre a maneira como elas foram tratadas e descritas por Lívio e mulheres associadas à bruxaria em outras sociedades. Adinkrah relata que em 1997, uma epidemia de meningite no norte de Gana motivou uma onda de violência contra bruxas, resultando na agressão e linchamento de centenas de mulheres em um período de algumas semanas. A razão por trás da violência era a desconfiança de que as bruxas fossem as responsáveis pelo alastramento da doença entre a população (ADINKRAH, 2017, p. 4). Ashforth observou que em regiões da África do Sul muitas vezes as mortes decorrentes do HIV foram consideradas obras de bruxas durante a década de 1990. Tais crenças se propagaram, sobretudo, pelo fato de grande parte das vítimas serem homens adultos e saudáveis até a contração da doença e porque os sintomas apresentados (febre, vômitos, diarreias) equivaliam aos males geralmente associados à bruxaria (ASHFORTH, 2005, p. 9). Já na Europa, entre os séculos XIV e XV, a propagação da peste negra fez com que as autoridades do continente culpassem seitas de bruxas e feiticeiros pelo ocorrido, alegando precisamente que eles fossem responsáveis pelo envenenamento da população. A violência resultante de tal hipótese é amplamente conhecida, com o julgamento e condenação de centenas de milhares de pessoas nos séculos que se seguiram (GINZBURG, 2012, p. 90).

Nos casos citados, indivíduos identificados como bruxos foram considerados os causadores das epidemias e posteriormente punidos – seja por vias legais ou através da violência popular. Além da responsabilização pela deflagração de uma doença, tanto nesses episódios quanto naquele contido na obra de Tito Lívio, existe uma forte tendência de acusação a mulheres – que são consideradas bruxas com muito mais frequência do que os homens em diferentes sociedades. Tal constatação nos leva a repensar a definição de “delitos femininos”, apresentada pelo historiador romano. O adjetivo “*muliebris*”, empregado por Lívio, é utilizado para definir qualquer coisa que seja “própria às mulheres”. Isso nos leva a questionar se a escrava informante e os senadores a quem ela fez a denúncia tivessem algum conhecimento prévio sobre tais “delitos femininos”. Como veremos adiante, na literatura ficcional entre os séculos I a.C. e II d.C. a bruxaria sempre foi associada às mulheres. Um dos termos empregados pelos autores para denomina-las

era *ueneficae*, o que claramente as aproxima das mulheres supostamente condenadas pelo crime de *ueneficium* em 331 a.C.

Outro relato de perseguição em massa contra praticantes de *ueneficium* é encontrado em outro momento dos escritos de Lívio. Ao tratar do intervalo entre os anos 184 e 180 a.C., o historiador menciona uma investigação empreendida pelo pretor Caio Manius no período em que fora designado como governador da Sardenia. Segundo Lívio, Manius teria afirmado em carta já haver condenado três mil pessoas pelo crime de *ueneficium*, e que o número total de criminosos seria ainda muito maior de acordo com as evidências que possuía. Na carta, provavelmente endereçada ao senado, o pretor teria revelado sua intenção de encerrar a investigação ou abandonar o governo da província (Liv. 40.43).

Como se trata de um evento anterior à promulgação da *Lex Cornelia*, não é possível saber quais as definições exatas para o crime investigado. Contudo, parece mais uma vez improvável tratar-se do crime de envenenamento conforme nossas definições contemporâneas. É difícil acreditar que em apenas uma colônia milhares de pessoas tivessem se envolvido em envenenamentos simultaneamente, e mais ainda que uma carta fosse a única evidência de um crime de tamanhas proporções. Também parece muito pouco plausível que o governador da província sugerisse abandonar uma investigação de envenenamento caso envolvesse milhares de assassinatos. Novamente, tudo indica para um uso mais abrangente do termo *ueneficium*. Podemos imaginar que práticas locais tenham sido interpretadas por Manius como atividades análogas à bruxaria. O que mais chama atenção neste caso é, sem dúvidas, sua magnitude. Não encontramos processos ou perseguições nessa escala em sociedades contemporâneas ou até mesmo no período marcado pelos “*witch-crazes*” europeus.

### **Um terrível “espetáculo”: a violência contra bruxas na literatura de ficção**

Enquanto os relatos dos historiadores exige uma série de investigações e conjecturas para que consigamos associar o crime de *ueneficium* à bruxaria, o mesmo não se aplica à literatura ficcional produzida entre os séculos I a.C. e II. d.C. Em diferentes gêneros literários de ficção, as bruxas aparecem representadas de maneira explícita, com todo o conjunto de características próprio a esse tipo de representação e praticando seus crimes de maneira muito clara<sup>6</sup>. A forma como elas são denominadas pelos autores pode

---

<sup>6</sup> A classificação de tais personagens como bruxas foi feita a partir das características propostas por Ronald Hutton. Cada um dos cinco atributos necessários para a identificação de bruxos ou bruxas propostas pelo

variarem de acordo com as suas ações nos textos. Horácio (*Ep.* 5.71) e Ovídio (*Am.* 3.7.79) se referem a elas como *ueneficae*, cuja ligação com o *ueneficium* é evidente. Petrônio (*Sat.* 63) utiliza o termo *striga*, que destaca a capacidade dessas mulheres de transformarem-se na coruja *strix*. Lucano as apresenta como *Thessalae* (Luc. 6.438) ou *Haemoniae*<sup>7</sup> (Luc. 6.442), aproveitando-se da fama das mulheres da Tessália para inserir um longo episódio envolvendo a bruxa Ericto em seu poema épico *Farsália*. Já na elegia erótica, as *lenae* – cafetinas gananciosas populares na tradição literária latina – são representadas com poderes de bruxa (Tib. 1.5; Prop. 4.5; Ov. *Am.* 1.8).

Entre os crimes mais comuns cometidos por essas personagens na literatura de ficção estão a profanação de túmulos e depredação de cadáveres para a coleta de ingredientes e o sequestro e assassinato ritual de crianças. Essas velhas são comumente retratadas pela habilidade de causar paixão, invocar fantasmas e pela capacidade de controlar os elementos da natureza e do clima. Todos esses poderes são utilizados por elas para a obtenção de vantagens de maneiras ilícitas, e não é difícil imaginar que essas mulheres fossem encaradas pelos romanos com o desprezo habitual despertado por indivíduos identificados como bruxos ou bruxas. Por essa razão, muitas vezes a violência aparece como forma de retaliação às ações de tais personagens. Em alguns textos, as maldições e ameaças direcionadas contra elas nos apresentam descrições bastante explícitas de violência. Veremos a partir de agora algumas dessas passagens.

A primeira delas se encontra no oitavo poema do primeiro livro dos *Amores*, de Ovídio. A obra, composta por elegias eróticas, foi concluída por volta do ano 15 a.C. O poema em questão nos apresenta ao tema da alcoviteira (*lena*) que tenta convencer a jovem amada pelo poeta a abandoná-lo. Trata-se de um lugar-comum da poesia elegíaca, e já havia sido utilizado por Tibulo e Propércio anteriormente. Ovídio representa a *lena* Dipsas como uma velha alcoólatra e ambiciosa, capaz de transformar-se em ave, abrir o chão e invocar fantasmas através de seus cantos, retirar as estrelas do céu, entre outras proezas. A maior parte do poema é composto pelo discurso da velha, que instrui a *puella* amada a abandonar o poeta pobre para poder enriquecer vendendo seu afeto aos amantes ricos. Após a longa argumentação de Dipsas, entra em cena o poeta, que ouvira tudo escondido por atrás de uma porta. Enfurecido com os conselhos da velha, ele afirma:

---

autor foram verificadas nas personagens da tradição literária latina. Tal investigação pode ser encontrada no artigo *Representações da Bruxaria na Literatura Romana entre os Séculos I a.C. e II d.C.: Uma abordagem histórica e antropológica* (GAIA; TEIXEIRA, 2019).

<sup>7</sup> Haemônia é uma forma poética utilizada pelos autores para se referirem à Tessália (GLARE, 2016, p. 861).

Sua voz ainda ressoava quando minha sombra me entregou.  
Com dificuldade minhas mãos se contiveram  
de arrancar-lhe os cabelos grisalhos e ralos, e mais os olhos lacrimejantes  
de vinho e de rasgar-lhe a cara enrugada.  
Que os deuses não te ofereçam morada alguma, e te deem uma velhice  
miserável,  
longos invernos e sede perpetua!<sup>8</sup> (Ov. *Am.* 1.8.109-114)

O trecho nos apresenta uma descrição especialmente explícita. A despeito da imensa violência, o desejo do poeta de arrancar os cabelos e os olhos e rasgar a pele do rosto de Dipsas é expresso sem qualquer constrangimento. Pelo contrário, ele vem acompanhado de uma prece aos deuses para que auxiliem na desgraça da velha. Isso pode sugerir legitimidade à atitude, pois o poeta dificilmente recorrerá às divindades caso não considerasse lícito o seu pedido.

Outra passagem contendo uma descrição bastante explícita de violência contra bruxas pode ser encontrada no quinto epodo de Horácio. No poema, um grupo de velhas prepara o assassinato ritual de um menino com o objetivo de utilizar seus órgãos para a confecção de uma poção do amor. A princípio, a criança implora para ser poupada, mas, após perceber a futilidade de seus pedidos, ela muda o tom e amaldiçoa as sequestradoras da seguinte maneira:

Terrivelmente irei persegui-las. Vítima alguma  
expiará minha terrível maldição.  
Além disso, quando eu perecer, tendo sido forçado a dar meu último suspiro,  
eu as perseguirei pela noite como uma Fúria,  
e meu fantasma atacará seus rostos com garras curvadas –  
que este é o poder divino dos mortos.  
E, sentado sobre seus peitos, inquietarei  
seus sonos por meio do pavor.  
Daqui e dali a multidão as atacará pelas ruas com pedras,  
e vocês serão esmagadas, suas velhacas safadas.  
Depois, os lobos e as aves do Esquilino espalharão  
seus membros insepultos.  
E meus pais, que infelizmente sobreviverão a mim,  
não deverão perder este espetáculo<sup>9</sup> (Hor. *Ep.* 5.89-102)

---

<sup>8</sup> “*Vox erat in cursu, cum me mea prodidit umbra / at nostrae uix se continuere manus / quin albam raramque comam lacrimosaque uino / lumina rugosas distraherentque genas / di tibi dent nullosque lares inopemque senectam / et longas hiemes perpetuamque sitim*”

<sup>9</sup> “*diris agam uos: dira detestatio / nulla expiatur uictima / quin, ubi perire iussus exspirauero / nocturnus occurram Furor / petamque uoltus umbra curvis unguibus/ quae uis deorum est Manium / et inquietis adsidens praecordiis / pauore somnos auferam / uos turba vicitim hinc et hinc saxis petens / contundet obscaenas anus / post insepulta membra different lupi / et Esquilinae alites / neque hoc parentes, heu mihi superstites / effugerit spectaculum*”.

É possível encontrar algumas semelhanças entre as palavras do poeta em Ovídio e a maldição proferida pelo menino no poema de Horácio. A ameaça de rasgar a pele do rosto das velhas é a mais evidente delas. A impreciação do menino também se aproxima das ações normalmente associadas às *ueneficae*. A mutilação dos corpos de suas vítimas é uma das formas utilizadas por essas mulheres para obter os materiais necessários para seus feitiços e poções. A depredação do rosto por bruxas é descrita especificamente por Lucano (6.538-639) e Apuleio (*Met.* 2.21.7). A inquietação do fantasma vingativo sugere uma consequência natural ao costume das bruxas em invocar e importunar os espíritos. Já a privação do sono e a pressão sobre o peito causada pelo fantasma estão de acordo com os sintomas descritos em outro poema de Horácio, no qual o poeta afirma ser vítima de uma maldição de Canídia, a líder do sacrifício ao menino (*Hor. Ep.* 17.21-29). O fato das bruxas serem ameaçadas a partir dos mesmos tipos de danos aos quais elas são associadas pode conferir alguma legitimidade à punição, gerando uma situação na qual “o feitiço volta-se contra as feiticeiras”.

Contudo, o que mais surpreende nas palavras do menino é a parte final da maldição, quando ele anuncia o fim das mulheres. Não há dúvidas de que se trata da descrição de um linchamento. A imagem das velhas perseguidas e apedrejadas pela multidão lembra, sem dúvida, os relatos de linchamentos praticados nas últimas décadas contra supostos bruxos ou bruxas em diferentes partes do globo. Mulheres velhas, como as personagens do poema de Horácio, as vítimas mais recorrentes desse tipo de crime e o apedrejamento é uma das formas mais comuns de praticá-lo (ADINKRAH, 2017, p. 1-19). O ódio com relação às velhas é tanto que o menino deseja a elas um sofrimento estendido mesmo após a morte, com o ataque dos cães e das aves a seus cadáveres expostos. É sintomático que a cena terrível seja definida pelo garoto como um “espetáculo” (*spectaculum*) para seus pais, o que indica que a ação deveria ser feita em público e pode sugerir que ela fosse, em alguma medida, uma fonte de satisfação para os observadores.

O poema de Horácio não é o único texto a descrever um apedrejamento como forma de retaliação a bruxas. Na obra em prosa *Metamorfoses*, escrita no século II d.C. por Apuleio de Madaura, temos uma indicação de que o apedrejamento também possa ter sido praticado neste período. No texto, os habitantes de uma cidade da região da Tessália decidem apedrejar Méroe (uma mulher identificada como bruxa) após uma série de crimes que ela supostamente teria cometido contra seus concidadãos. Na tradução de Delfim Leão (2018), encontramos a seguinte passagem: “E porque a estas vítimas muitas

outras se seguiram, cresceu a indignação pública e foi decidido que, no dia seguinte, a feiticeira (*eam*) sofreria a punição extrema, por apedrejamento”<sup>10</sup> (Ap. *Met.* 1.10.1).

Na narrativa, a velha prende em suas casas todos os que haviam planejado puni-la, exigindo um juramento de lealdade como condição para que fossem libertados. Outro trecho literário no qual as bruxas são capazes de evitar punições físicas graças a seus poderes extraordinários é encontrado no *Satyricon*, de Petrônio. A passagem está inserida na famosa cena do banquete de Trimalquião. Nela, o anfitrião narra um episódio ocorrido durante sua juventude. Enquanto participava do velório de um menino, Trimalquião e os demais presentes começaram a ouvir de repente o som das bruxas, que supostamente rodeavam o local. Na tradução de Sandra Braga Bianchet (2004), a passagem afirma:

Então, quando sua pobre mãezinha chorava por ele e muitos de nós também compartilhavam de sua tristeza, subitamente, bruxas começaram a fazer um barulho estridente; a gente podia pensar que era um cachorro perseguindo uma lebre. Naquela época, nós tínhamos um homem da Capadócia, alto, muito corajoso e que era forte: conseguia carregar um touro bravo. Ele corajosamente avançou para fora, espada em punho, com a mão esquerda cuidadosamente protegida, e atravessou uma daquelas mulheres bem no meio, como se fosse neste lugar – que o meu que eu estou mostrando esteja a salvo! Nós ouvimos um gemido, mas – é claro que eu não vou mentir – ver as bruxas nós não vimos.<sup>11</sup> (Petr. *Sat.* 63.4-6)

Na narrativa de Trimalquião, a violência física se apresenta como o primeiro recurso empregado diante da suspeita da presença das bruxas. Mas no relato, é o escravo encarregado de lidar com elas quem leva a pior. Segundo Trimalquião, após retornar o ao interior da casa, o homem tinha o corpo repleto de marcas, como se tivesse sido flagelado. As bruxas executam seu plano de furtar o cadáver do menino velado e o escravo capadócio morre alguns dias depois, devido ao contato com o “toque funesto” (*mala manus*) das bruxas.

Nas duas últimas passagens, as bruxas são capazes de se livrar de suas sentenças graças a seus poderes sobre-humanos. No caso da narrativa de Apuleio, Méroe escapa do apedrejamento ao qual fora condenada. Já na obra de Petrônio, as bruxas se livram dos golpes do guarda. Sabemos, porém, que a realidade é muito mais dramática do que a ficção. As suspeitas e acusações de bruxaria diversas vezes levam a práticas muito

<sup>10</sup> “*Quae cum subinde ac multi nocerentur, publicitus indignatio percerebuit statutumque ut in eam die altera severissime saxorum iaculationibus vindicaretur.*”

<sup>11</sup> “*Cum ergo illum mater misella plangeret et nos tum plures in tristimonio essemus, subito <stridere> strigae coeperunt; putares canem leporem persequi. Habebamus tunc hominem Cappadocem, longum, ualde audaculum et qui ualebat: poterat bouem iratum tollere. Hic audacter stricto gladio extra ostium procucurrit, inuoluta sinistra manu curiose, et mulierem tanquam hoc loco – saluum sit, quod tango! – mediam traiecit. Audimus gemitum, et – plane non mentiar – ipsas non uidimus.*”

semelhantes às descritas pelos autores latinos: agressões, torturas e linchamentos. Fora das narrativas, onde os acusados não possuem poderes sobrenaturais com os quais possam reverter suas situações, os resultados são bem mais perversos. Se os romanos realmente praticaram o que eles descrevem com tamanha espontaneidade em sua literatura de ficção, então a consequência natural terá sido agressões e mortes violentas de muitas mulheres identificadas como bruxas em Roma.

### **Considerações finais**

Nas sociedades onde violência envolvendo acusações de bruxaria foi verificada, uma das características mais evidentes e recorrentes é a sua tendência a ser direcionada contra indivíduos vulneráveis. Mulheres (sobretudo idosas) e crianças constituem dois dos grupos mais propensos a se tornarem vítimas desse tipo de violência nas sociedades contemporâneas. Contudo, a completa falta de prestígio social das vítimas causa uma notável subnotificação desses crimes, que muitas vezes não aparecem em documentações ou estatísticas oficiais. Considerando a recorrente ausência de registros desse fenômeno em fontes documentais, sua análise a partir de um ponto de vista comparado se mostrou proveitosa para o caso de seu estudo na sociedade romana. Por revelar regras e tendências próprias a ações desse tipo, essa abordagem nos oferece ferramentas à partir das quais podemos direcionar o olhar para tentar preencher lacunas e silêncios dos documentos legados pelos romanos acerca do tratamento de indivíduos supostamente acusados de bruxaria.

Quando consideramos o termo latino *ueneficium* como uma prática capaz de causar danos de maneira não-física – conforme apresentado na *Lex Cornelia*, de 81 a.C., e por autores de períodos distintos –, encontramos alguns relatos surpreendentes na obra de Tito Lívio. De acordo com a narrativa do historiador, ondas de perseguições jurídicas envolvendo crimes dessa natureza ocorreram em séculos distintos e condenaram em diferentes ocasiões centenas ou até mesmo milhares de indivíduos. Isso nos leva a repensar nosso conhecimento sobre a possibilidade de perseguições e caça às bruxas na sociedade romana.

É na literatura de caráter ficcional, no entanto, que encontramos as descrições mais explícitas do uso da violência contra as bruxas em Roma. Personagens apresentadas pelos autores latinos se encaixam no estereótipo da bruxa observado em diferentes culturas, atendendo todos os pré-requisitos necessários para uma representação desse tipo. As descrições das atitudes violentas efetuadas contra elas também se encaixam nos padrões

de violência praticados contra bruxos e bruxas em diferentes partes do mundo. Entre tais descrições, podemos destacar a morte por apedrejamento, citado nas obras de Horácio e Apuleio, autores separados por dois séculos – o que sugere uma possível longa sobrevivência da prática na Roma antiga.

#### **Lista de abreviações**

Ap. *Met.* – Apuleio, *Metamorfoses*  
Hor. *Sat.* – Horácio, *Sátiras*  
Hor. *Ep.* – Horácio, *Epodos*  
Liv. – Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*  
Luc. – Lucano, *Farsália*  
Ov. *Am.* – Ovídio, *Amores*  
Petr. *Sat.* – Petrônio, *Satyricon*  
Pl. *Amph.* – Plauto, *Anfitrião*  
Plin. *HN.* – Plínio, *História Natural*  
Prop. – Propércio, *Elegias*  
Tib. – Tibulo, *Elegias*

#### **Fontes Documentais**

APULEIO. **O Burro de Ouro**. Tradução e introdução de Delfim Leão. Lisboa: Livros Cotovia, 2018.

APULEIUS. **Metamorphoses** (2 vols). Editado e traduzido por Arthur Hanson. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HORACE. **Odes and Epodes**. Editado e traduzido por Niall Rudd. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Satires – Epistles – Art of Poetry**. Editado por Jeffrey Henderson e traduzido por Rushton Fairclough. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

LUCAN. **The Civil War** (Pharsalia). Traduzido por J. D. Duff. Cambridge: Harvard University Press, 1928.

OVID. **Heroides – Amores**. Traduzido por Grant Showerman. Cambridge: Harvard University, 1914.

PETRÔNIO. **Satyricon**. Tradução: Sandra Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PLINY. **Natural History**: Books 28 – 32. Editado por Jeffrey Henderson e traduzido por W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

PROPÉRCIO. **Elegias de Sexto Propércio**. Organizado e traduzido por Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TIBULUS. **Catullus, Tibullus and Pervigilium Veneris**. Traduzido por F. W. Cornish. Cambridge: Harvard University Press, 1921.



### Referências Bibliográficas

ABC (Australian Broadcasting Corporation). **Witchcraft allegations are creating a refugee crisis in PNG, a government officials says.** ABC News, Sydney, 5 jan. 2015. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2015-01-05/witchcraft-allegations-creating-refugee-crisis-official-says/6001230>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ADINKRAH, Mensah. Witchcraft Accusations and Female Homicide Victimization in Contemporary Ghana. In: **Violence Against Women**. v. 10, n. 4, 2004, p. 325 – 356

\_\_\_\_\_. **Witchcraft, Witches and Violence in Ghana.** New York: Berghahn Books, 2017.

ASHFORTH, Adam. **Witchcraft, Violence, and Democracy in South Africa.** Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

DRUMMETT, Mark. DR Congo's unhappy child witches. **BBC News**, 2003. Disponível em:

<[http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/2660757.stm?fbclid=IwAR2MOX3HQywdTgLHp7mkRpHvRiJKsnfmaZhs4GX00Qt0e43pk\\_klJE98WM](http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/2660757.stm?fbclid=IwAR2MOX3HQywdTgLHp7mkRpHvRiJKsnfmaZhs4GX00Qt0e43pk_klJE98WM)>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRAIN, Robert. Child-witches. In: DOUGLAS, Mary (org.). **Witchcraft Confessions And Accusations.** London and New York: Routledge, 2010. p. 161-179.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande:** Abridged and with an Introduction by Eva Gillies. London: Oxford Clarendon Press, 1976.

FOXCROT, Gary; SECKER, Emilie. **Report on Accusations of Witchcraft Against Children in Akwa Ibom State, Nigeria.** Manchester: Stepping Stones Nigeria 2010.

GAIA, D. V.; TEIXEIRA, G. P. Representações da Bruxaria na Literatura Romana entre os Séculos I a.C. e II d.C.: Uma abordagem histórica e antropológica. **Phoînix**, v. 25, 2019, p. 120-140.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GLARE, P. G. W. **Oxford Latin Disctionary.** 2 Vol. 2ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GRAF, Fritz. **Magic in the Ancient World.** Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HUND, John. Witchcraft and Accusations of Witchcraft in South Africa: Ontological Denial and the Suppression of African Justice. **The Comparative and International Law Journal of Southern Africa**, v. 33, n. 3, 2000, p. 366–389.

HUTTON. Anthropological and Historical Approaches to Witchcraft: Potential for a New Collaboration? In: **The Historical Journal.** Cambridge University Press, v. 47, n. 2, 2004, p. 413-434.

\_\_\_\_\_. **The Witch: A History of Fear, from Ancient Times to the Present.** New Haven: Yale University Press, 2018.

JACOBS, Ryan. Saudi Arabia's War on Witchcraft. **The Atlantic**, 2013. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/08/saudi-arabias-war-on-witchcraft/278701/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

JORGENSEN, Dan. **Preying on those close to home: witchcraft violence in a Papua New Guinea Village.** In: *The Australian Journal of Anthropology*, v. 25, n. 3, 2014, p. 267 – 286.

KAUFMAN, David. Poisons and Poisoning among the Romans. **Classical Philology.** The University of Chicago Press, v. 27, n. 2, 1932, p. 156-167.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras.** Tradução de Paulo Fróes. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

KRUG, Etienne G. *et al.* Abuse of the elderly. In: \_\_\_\_\_. **World Report on Violence and Health.** Geneva: World Health Organization, 2002. p.123-146.

MACFARLANE, Alan. **Witchcraft in Tudor and Stuart England: A regional and comparative study.** London and New York: Routledge, 1999.

RICE, Xan. Gambian state kidnaps 1,000 villagers in mass purge of 'witchcraft'. **The Guardian**, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/mar/19/gambia-witchcraft-hallucinogenics?fbclid=IwAR1rDK4bC27khHWkZQEWaTvV23TWckdPWq6ZEMGYC7pkqI0O9ClMii7yz9o>. Acesso em 18 abr. 2020.

SARGENT, Carolyn F. **Born to Die: Witchcraft and Infanticide in Bariba Culture.** In: *Ethnology*, v. 17, n. 1, 1988, p. 79-95.

YASMIN, Seema. Witch Hunts today: Abuse of Women, Superstition and Murder Collide in India. **Scientific American**, 2018. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/witch-hunts-today-abuse-of-women-superstition-and-murder-collide-in-india/>. Acesso em 20 abr. 2020.

## O MITO DE PIRRO – CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE A TRAGÉDIA E A ICONOGRAFIA VASCULAR ÁTICA (FINAL DO SÉC. VI – INÍCIO DO SÉC. IV A.C.)<sup>1</sup>

Luís Giovani Adamoli Castro<sup>2</sup>  
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira<sup>3</sup>

### Introdução

Em nossa pesquisa de mestrado estudamos uma forma de dança em armas, denominada Pírrica (ver Fig. 1), mencionada em diversos testemunhos literários da Antiguidade, quer em textos de filosofia, poesia trágica e comédia, quer em outros gêneros literários. Também na iconografia vascular ática do período tardo-arcaico e clássico encontram-se abundantes representações desta dança.

A dança pírrica é uma dança de guerra da Antiguidade grega, descrita por filósofos, tragediógrafos e oradores, presente na epigrafia e outras fontes escritas, alguns destes autores do período clássico, como Platão (*Leis*) e Xenofonte (*Anábasis*), e do período imperial, como Ateneu (*O Banquete dos Sofistas*) e Luciano (*Sobre a Dança*). Aparece também na iconografia de vasos áticos de figuras negras e de figuras vermelhas. Realizada com os mais diversos objetivos, o mais evidente era a preparação dos jovens para a guerra. Mas também era apreciada como modalidade de competição nos festivais em homenagem a diferentes divindades, em Atenas sendo praticada em jogos dedicados a Atena e a Artemis. Além disso, era considerado um exercício físico eficiente, para rapazes e moças.

---

<sup>1</sup> Sub-capítulo de dissertação de mestrado em História pela UFPEL, turma 2018 (em andamento).

<sup>2</sup> Professor licenciado em História pela UFPEL (2004), especialista em Filosofia pela UFPEL (2007), especialista em Gestão de Segurança em Sociedades Democráticas pela ULBRA-Canoas (2009) e mestrando do PPGH da UFPEL. *E-mail* para contato: giovanicastro38@gmail.com.

<sup>3</sup> Historiador, licenciado pela UFRGS (1989), doutor em Antropologia Social pela USP (1998). Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Orientador da dissertação de Castro, e co-autor desta publicação. *E-mail*: fabiovergara@uol.com.br.



**Figura 1 - Dança pírrica acompanhada por um *auletes*.<sup>4</sup> Kylix ática de figuras vermelhas. (Proveniência: Vulci). Pintor de Eucharides. 490 – 480 a.C. Paris, Louvre, G 136. ARV 231/78. Referências: Lissarrague, 1984: 37. Poursat, 1968: 567; Beazley ARV2.**

Entre as diferentes explicações para o seu nome e sua origem, encontradas nos autores antigos, uma delas associa ao herói Pirro, também conhecido como Neoptólemo, filho de Aquiles, que teria inventado a dança durante sua participação na tomada de Troia. Assim, ao incluir a possibilidade desta associação no campo de significação da dança pírrica, decidimos observar com mais atenção como os atenienses – que tinham a dança pírrica em alta estima, estando presente em vários aspectos de sua vida social e cultural – viam esse herói, por meio de representações literárias e iconográficas.

### **A participação de Neoptólemo na tomada de Troia**

Procuramos assim compreender um pouco mais da representação do mito de Pirro, cujo codinome seria alusivo à sua cor de cabelo (“ruivo”), uma dentre as muitas características herdadas do pai. Personagem mitológico envolvido nas tramas homéricas, nasceu do amor entre Aquiles e Deidameia, quando o eácida fora escondido por sua mãe, a ninfa Tétis, na ilha de Esquiro, onde permaneceu disfarçado de mulher (e como “Pirra”/”Ruiva” o chamavam), convivendo no gineceu, com as moças da família do rei

---

<sup>4</sup> As figuras utilizadas neste trabalho são elaboradas pelo autor Castro, com a técnica de decalque à mão.

Licomedes. Após a morte de seu pai, Pirro/Neoptólemo foi chamado para a Guerra de Troia, com a idade de dezoito anos, tomando parte no último ano da guerra.

Pirro faz parte do grupo que entra em Tróia dentro do cavalo de madeira, junto com Ulisses e Filoctetes (detentor do arco e demais armas de Hércules, e personagem-título de uma tragédia de Sófocles, que se utiliza para discutir questões morais atenienses ligadas a Neoptólemo, pungentes à época da Guerra do Peloponeso). A presença dos dois heróis era necessária para a tomada da cidadela de Troia, como cumprimento de uma profecia (argumento central da peça sofocliana *Filoctetes*, escrita em 409 a.C.). Após a invasão da cidadela, Pirro é incumbido de matar Príamo, cuja execução não concede tratamento diferenciado relativo a sua idade nem a sua condição de nobre. Em seguida, Pirro também é encarregado de sacrificar Polixena (filha de Príamo, por exigência do fantasma do pai) e de matar o bebê Astíanax (fig. 2 e 3), filho de Heitor e Andrômaca. Mas a tragédia *Filoctetes* para na restauração da saúde e do poder combativo do personagem-título, não indo além na parte das execuções. Outra tragédia, *Andrômaca*, essa de Eurípidés, narra o romance entre Neoptólemo e a personagem-título, tomada inicialmente como escrava e depois como esposa. Considerando que na mesma Atenas em que a Pírrica se tornou uma dança muito prestigiosa o personagem Pirro inspirou narrativas iconográficas e dramatúrgicas, vejamos como se deram essas representações.

### Neoptólemo na pintura de vasos: violência

As imagens utilizadas como fonte para a discussão da iconografia foram escolhidas após pesquisa, acessadas através de bancos de dados *on line*. A pesquisa realizada constitui-se em consultas ao Beazley Archive <sup>5</sup>, em que nos interessaram as imagens referentes à cerâmica antiga (*Pottery Database*: <http://www.beazley.ox.ac.uk/pottery/default.htm>), com representação de Neoptólemo/Pirro. A forma de prospecção foi selecionar-se a opção “*Subject*”; abrindo então um campo onde havia outras opções, definiu-se “*Heroes and Myth*”, que disponibilizou a opção “*Trojan War*”, e, dentro dessa, “*Ilioupersis*”, que apresentou 113 resultados. Destes, 73 disponibilizam imagem. Em sequência, dentro de tais incidências, procurou-se diretamente por “*Neoptolemos*”<sup>6</sup>, obtendo-se 56 resultados, dos quais 14 não exibem imagem. Entre os 42 resultados restantes, optou-se por apresentar e discutir aqui

<sup>5</sup><<http://www.beazley.ox.ac.uk/XDB/ASP/default.asp>>

<sup>6</sup><<http://www.beazley.ox.ac.uk/xdb/ASP/testSearch.asp?searchBy=Subject&txtValue=NEOPTOLEMOS&exact=true>>

apenas duas destas imagens (Fig. 2 e 3), pela sua exemplaridade quanto à temática em tela, visto haver repetições em larga escala do modelo, e pela temporalidade, por serem os exemplares extremos da série.



**Figura 2 - Píxide ática de figuras negras, sem atribuição de autoria. Datada entre 560 e 540 a.C. Berlim, Antikensammlung, F 3988.**

As imagens, incluindo Neoptólemo, que se analisa de forma quantitativa neste trabalho, são provenientes de vasos áticos produzidos entre o final do século VI (fase de uso da técnica de figuras negras) e início do IV (figuras vermelhas) a.C. A píxide ática (Fig. 2) mostra a imagem mais antiga, elaborada na técnica de figuras negras. Nela identifica-se Neoptólemo por estar matando o personagem central, o rei Príamo. Na outra mão, este personagem segura um bebê pela perna. Pelo conhecimento das passagens homéricas, identifica-se este bebê como Astíanax, e sabe-se que será executado, jogado da muralha de Tróia.

Por sua vez, a cratera ática de Spina (Fig. 3) mostra uma cena mais completa. Um guerreiro imberbe com escudo e elmo (Neoptólemo) atinge com a espada a cabeça de um ancião ricamente vestido (Príamo). A morte de Príamo, em um templo e sobre um altar, se dá de forma sacrílega, e diante da imagem de culto de Atena, representada como cultuada em Atenas, como Atena Promachos. No outro lado, um guerreiro igualmente equipado, porém com barba (identificado por Beazley como Ájax), segura uma mulher pelos cabelos, e aponta-lhe também uma espada para a cabeça. No plano inferior, sentada entre o altar e a imagem de culto de Atena, uma mulher com um bebê, que se supõe sejam Andrômaca e Astíanax.



Figura 3 – Cratera com volutas ática de figuras vermelhas. Sem atribuição. Datada entre 400 e 390 a.C. Ferrara, Museo Nazionale di Spina, inv. 5042 e 5081.

Esta é a imagem mais tardia dentre as que se encontrou, datada no período clássico. Existe uma outra incidência iconográfica, que foge um pouco da repetição predominante, presente no lécito ático de figuras negras Atenas, Museu Nacional 15004, datado aproximadamente entre 500 e 480 a.C.<sup>7</sup>. A cena mostra Neoptólemo, com escudo e *chitoniskos*, que se identificam, muito embora a parte superior de seu corpo esteja bastante danificada. Ele atacou Príamo, tendo na mão oposta uma cabeça decepada (Polixena?).

Até aqui, podemos equacionar que a série de imagens analisada mostra o personagem Neoptólemo como um carrasco. Alguém que cumpre a tarefa de execução dos vencidos. Para resumir de uma forma simples: violento.

### Neoptólemo na tragédia: ética

Quanto à análise de Neoptólemo enquanto personagem da tragédia sofocliana, realizamos com o apoio das reflexões propostas por Matheus Barros Silva (2016), em sua dissertação de mestrado, onde considera que a postura deste personagem é demonstrativa da *paideia* (educação) e da *physis* (natureza humana) atenienses. E utilizamos também a dissertação de Lidiane Carolina Carderaro Santos (2015), para analogia de método na reprodução das imagens e na discussão de intencionalidade na utilização de mitos.

A tragédia *Filoctetes* (409 a.C.), de Sófocles, apresenta Neoptólemo como personagem central, junto com Ulisses e o personagem-título, Filoctetes. A trama gira em torno de convencer

<sup>7</sup> Consultada no Arquivo Beazley, disponível também no *site* <http://ark.dasch.swiss/ark:/72163/080e-7457da19e90fd-7>.

Filoctetes a participar da tomada de Troia. Exímio arqueiro, magoado e doente, abandonado na ilha de Melos e vivendo em isolamento, possuía porém as armas que Hércules lhe deixara. Sua presença seria necessária e indispensável para cumprir uma profecia, segundo a qual ambos (Pirro e Filoctetes) deveriam estar aliados para que a tomada se efetivasse. Entretanto, para este convencimento, Ulisses lhe exige uma série de ardis que, por constituírem desonestidade, deflagram uma crise de consciência ética em Neoptólemo. Numa descrição sumária, Ulisses é o anti-herói da trama, que tenta a qualquer preço convencer Neoptólemo a mentir para Filoctetes, ou simplesmente apropriar-se das suas armas, o que não resolveria, pois a profecia exigia a participação do arqueiro, e não somente o uso das armas. Neoptólemo evita mentir, e trata Filoctetes com dignidade, enquanto tenta também não desobedecer diretamente às ordens de Ulisses, que vê como seu superior. A trama é concluída de forma surpreendente, com a intervenção *ex machina* de Hércules, com a restauração da saúde, da dignidade e do poder combativo de Filoctetes, Neoptólemo consagrando-se como modelo de honestidade.

### **Discussão Teórico-Metodológica**

A abordagem que se pretendeu exigiu o uso de referenciais específicos para análise literária e iconográfica. O conceito de “representação”, tomado de Chartier (2009), pode ser aplicado tanto às fontes literárias quanto às iconográficas. Utiliza-se White (2014) para outros conceitos de conteúdo literário (como “metáfora”, “tropo” e “metonímia”), assim como para se contraporem posturas de rejeição de fontes literárias para uso histórico. Para a análise e interpretação de fontes iconográficas utilizam-se Poursat (1968) e Boardman (1989), que analisam especificamente o período (figuras negras e figuras vermelhas), e pesquisadores que trazem os conceitos sobre os temas específicos, como Ceccarelli (2004), Lissarrague (1984) e Cerqueira (2004), lembrando que as imagens pintadas em vasos também não tinham intuito filosófico e sim decorativo (Camporeale, 1987: 31).

A abordagem de temas mitológicos e históricos em obras do teatro antigo, tragédias ou comédias, requer também um tipo de análise relativizada, uma vez que, diferente das obras dos filósofos e historiadores, não se propõem a manter fidelidade ou coerência de narrativas. Obedecem a critérios próprios de apresentação e construção, como a presença ou não de coro, uso de máscaras, e outras características que não se encontram diretamente no texto da obra. As análises técnicas e estruturais das tragédias



podem ser instruídas, por exemplo, com a leitura de Mota (2019), Ferreira (1997 e 1972), entre outros.

Sobre estudarmos os mitos para pensarmos a sociedade em que são reatualizados, quer na literatura, quer na arte, Carderaro Santos (2015: 81) traz uma reflexão importante: “Os mitos, em suas mais diversas formas de representação, se moldam e reconfiguram a partir da época em que são retratados, cumprindo seu papel social de dar sentido ou explicar aspectos da vida humana.”

### **Digressões**

A oposição entre o grego e o bárbaro, como seu Outro, sedimenta-se nos séculos VI e V a. C, quando a “grecidade” era passível de ser adquirida por meio de aprendizado (Hartog, 2004: 95). Nesse período, inicia uma importante série iconográfica retratando Neoptólemo, a qual se estende de meados do século VI até o século IV a.C.. A píxide de Atenas (Fig. 02) seria uma das ocorrências mais recuadas, datando entre 560 e 540 a.C. Um dos exemplares mais tardios, na técnica ática de figuras vermelhas, seria a cratera com volutas Ferrara 5042, datada do séc. IV a.C (Fig. 3).

A guerra do Peloponeso (431- 404 a.C.), que opôs Atenas e Esparta, foi outro momento de estabelecimento desta identidade por oposição (gregos x bárbaros), em que os atenienses se utilizavam de muitas estratégias para se inserirem nesta forma de pertencimento. Aqui se evidencia a produção de dramas trágicos envolvendo a temática da destruição de Tróia, o cumprimento de referida profecia, o destino de mulheres remanescentes do núcleo troiano e sua miscigenação com heróis aqueus, como ocorre entre Neoptólemo e Andrômaca, além dos desfechos trágicos decorrentes de derrota. Esses aspectos corroboram a afirmação de Ferreira (1972: 453), de que estas tragédias, produzidas durante a Guerra do Peloponeso, advertiam ao público ateniense das consequências dessa, ao concentrarem seu enredo no período do conflito troiano: a saber, tragédias de Eurípides, *Andrômaca* (426 a.C.), *Hécuba* (424 a.C.) e *Troianas* (415 a.C.), e de Sófocles, *Filoctetes* (409 a.C.).

### **Considerações Finais**

Após a comparação e análise das representações de Neoptólemo/Pirro nas imagens de vasos áticos de figuras negras e vermelhas, as quais apresentam elementos semelhantes, com a conduta atribuída ao mesmo personagem nas tragédias de Eurípides e Sófocles, conclui-se que se trata de um herói que personifica questões pungentes à época

da Guerra do Peloponeso (Ferreira, 1997: 28-30). Sua conduta honesta e franca o faz simpático, exemplar e sábio dentro da inexperiência. Já o resultado do cumprimento da profecia, a destruição de Tróia, com conseqüentes mortes de nobres troianos, confere-lhe um caráter de eficiência militar. A violência a ele associada na iconografia é modo de representar essa eficiência, mas de certo modo questiona o quanto essa eficiência não se torna uma *hybris*. A representação de Neoptólemo, quanto a princípios éticos desejáveis (na tragédia) ou características violentas (na iconografia) auxilia a compreender as percepções críticas que os atenienses tinham de si próprios, e de um modo ainda mais intenso durante a Guerra do Peloponeso (Ceccarelli, 2004: 117-118).

Neste âmbito, há que se considerar sua vinculação onomástica à origem da dança pírrica, tão em voga em Atenas desde o século VI, em contextos bastante variados (masculinos ou femininos, educativos, militares, agonísticos ou eróticos), ao ponto de ser representativa da cultura ateniense da época, nada obstante sua alegada origem cretense ou espartana. Acreditamos que neste ponto ocorra uma convergência de sentido. Pírrica e Pirro/Neoptólemo ganham lugar na identidade ateniense: a dança, em um espectro cronológico mais amplo, que vai de fins do séc. VI a início do séc. IV; Pirro, mesmo que presente na iconografia dos vasos de figuras negras desde meados do séc. VI, é no último quartel do séc. IV que será integrado de forma mais visceral às concepções dos atenienses sobre si, por meio de sua representação no drama trágico, que o reabilita como um personagem ético, regido pela *sophrosyne* (comedimento), em oposição ao herói comandado pela *hybris* (desmedida) e pela *bia* (violência).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

ATHAENAEUS. **The Learned Banqueters**. Book 13.594b-14; Traduzido e editado por S. Douglas Olson. Massachusetts/Londres: Harvard/Loeb, 2011. (Edição bilíngue). 408 p. Beazley Archive, imagens referidas consultadas no *site* <https://www.beazley.ox.ac.uk/index.htm>, acessado diariamente desde 07/06/2019.

SÓFOCLES. **Filoctetes**. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 (3ª Edição). 130 p.

### Gerais

BERQUÓ, Thirzá Amaral. **Entre as Heroínas e o Silêncio: A Condição Feminina na Atenas Clássica**. Oficina do Historiador, I EPHIS/PUCRS. Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial - ISSN 21783738 - 27 a 29.05.2014, p.1984-2005.

BOARDMAN, John. **Athenian Red Figure Vases Classical Period**. New York: Thames & Hudson, 1989 (1ª Ed). 254 Pág.

CARDERARO SANTOS, Lidiane Carolina. **Do Encanto à Hybris - Representações de seres mitológicos com atributo musical na pintura de vasos gregos**. Dissertação de Mestrado em Estudos Clássicos. Universidade de Coimbra. 2015.

CAMPOREALE, Giovannangelo. La danza armata in Etruria. **Mélanges de l'Ecole française de Rome**. *Antiquité*. 99, 1, p.11-42, 1987.

CECCARELLI, Paola. Dancing the Pyrrhichē in Athens. *In Music and the Muses. The Culture of musive Classical Athenian in the City*, Oxford 2004, pp. 91-117.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. “O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga.”, *História em Revista* 10. (2004) Disponível em: <[www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia\\_em\\_revista\\_10\\_fabio\\_cerqueira.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_fabio_cerqueira.pdf)>. Acessado em: 27/07/19.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 82 p.

FERREIRA, J. Ribeiro. **Introdução in SÓFOCLES**. Filoctetes. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 (3ª Edição). pp. 11 – 30.

FERREIRA, J. Ribeiro. **A Figura de Andrômaca em Eurípedes**, Comunicação apresentada em sessão da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, em 24-4-1972. acessado em 17/06/19, às 23h09, no *site* [https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas23-24/05\\_JRF.pdf](https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas23-24/05_JRF.pdf)

HARTOG, François. **Invenção do bárbaro e inventário do mundo**. Cap. III in \_\_\_\_\_. Memória de Ulisses – Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004. pp. 93 – 123.

JOCKEY, Philippe. **Le mythe de la Grèce Blanche Histoire d'un rêve occidental**. Paris: Belin, 2015 (segunda edição). 317 p.

LISSARRAGUE, François. Autour du guerrier (Cap. III) in NATHAN, Fernand. **La Cité des Images – Religion et Société em Grèce Antique**. Lausanne/Paris: Bron, 1984.

MOTA, Marcus. As suplicantes, de Ésquilo: as ambivalências do mito. **Dramaturgia em foco**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 01-27, 2019. capturado em 04/07/19, às 17H45 do *site* <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/dramaturgiaemfoco/article/view/498/337>.

POURSAT, Jean-Claude. **Les représentations de danse armée dans la céramique attique**. *In: Bulletin de correspondance hellénique*. Volume 92, livraison 2, 1968. pp. 550-615; *doi:* <https://doi.org/10.3406/bch.1968.4916>

[https://www.persee.fr/doc/bch\\_0007-4217\\_1968\\_num\\_92\\_2\\_4916](https://www.persee.fr/doc/bch_0007-4217_1968_num_92_2_4916). Fichier pdf généré le 19/04/2018. Pág. 550 a 615.

SILVA, Matheus Barros. **Entre a Natureza e a Educação: Uma leitura do Filoctetes de Sófocles**. Pelotas, UFPEL, 2016 – Dissertação de mestrado em História.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. 2ª. Edição. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2014.

## “SUBJUGARAM MAIS POVOS QUE ALEXANDRE, ESPECIALMENTE MENANDRO”: A CONSTRUÇÃO GUERREIRA DO REI MENANDRO I (160-130 AEC)

Mestrando João Gomes Braatz<sup>1</sup>

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Menandro I é, dentre todos os reis gregos da Bactria e da Índia, um dos que mais possui exemplares de moedas possíveis de serem acessadas nos bancos de dados utilizados para realizar esta pesquisa<sup>2</sup>. Além disso, Menandro é citado em fontes escritas tanto gregas quanto indianas, o que não ocorre com a grande maioria dos outros reis indo-gregos, sendo inclusive o último destes reis a ser citado em fontes escritas. Baseando-se na quantidade de fontes disponíveis que tratam a seu respeito, é possível afirmar que Menandro I foi um dos reis mais influentes e importantes do período de presença grega na Bactria e no noroeste da Índia. Outro aspecto que contribui para um entendimento da importância deste rei nas regiões em que reinou foi o relato de sua morte, registrada por Plutarco. Além da causa de sua morte, o autor grego ainda trata de alguns acontecimentos posteriores ao seu falecimento, relacionados a homenagens nas regiões do reino:

Quando um certo Menandro, após um bom reinado na Bactria, morreu em campanha, as cidades celebraram seu funeral em comum, mas entraram em uma disputa por seus restos mortais e com dificuldade conseguiram chegar a um acordo de repartirem suas cinzas em partes iguais, de forma que em todas elas se ergueu uma tumba para ele (Tradução livre<sup>3</sup>. *Consejos políticos*. 28, 6).

Plutarco coloca a morte de Menandro como tendo ocorrido em uma campanha militar. Segundo Narain (1957, p. 97), Menandro “planejou reconquistar a Bactria, e ele provavelmente ajudou o selêucida Demétrius II, em sua campanha contra a Parthia, mas ele morreu em marcha para o oeste”. O texto demonstra a comoção com a morte do rei, com uma disputa entre as regiões para ficarem com seu corpo, e a solução encontrada de repartir as cinzas para que cada cidade realizasse a sua homenagem. De fragmentos de sua

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – joao.braatz@hotmail.com

<sup>2</sup> As moedas aqui apresentadas foram acessadas a partir dos bancos de dados *online Coin India* (<<http://coinindia.com/archive.html>>), *Wild Winds* (<<http://www.wildwinds.com/coins/greece/bactria/i.html>>) e *Coin Archives* (<<https://www.coinarchives.com>>).

<sup>3</sup> Trecho original da tradução em espanhol: Cuando cierto Menandro, tras un benigno reinado en Bactria, murió en campaña, las ciudades celebraron su funeral en común, pero se enzarzaron en una disputa por sus restos y a duras penas consiguieron llegar al acuerdo de marcharse tras repartirse sus cenizas a partes iguales, de forma que en todas ellas se erigiera un sepulcro suyo.

vida até sua morte em uma campanha militar, as fontes disponíveis para o estudo de Menandro I estão quase sempre ligadas à guerra.

Para compreender este contexto do reinado de Menandro I, é necessário observar o contexto a partir da independência da Bactria em relação ao império Selêucida, em meados de 245 AEC, por meio de Diódoto I, o primeiro rei greco-bactriano. Deu-se início, assim, a um período de mais de um século de dinastias e confrontos pelo poder desta região, até o reino ser extinto devido principalmente às invasões de povos nômades da Ásia central, como os Citas<sup>4</sup>. Anterior ao fim do reino, graças às campanhas de expansão no Noroeste da Índia<sup>5</sup> e do atual Paquistão, outro reino foi constituído nas regiões dominadas, conhecido como reino indo-grego. Foi neste reino, que só teria seu fim no século I AEC devido às invasões de tribos nômades do norte como os Yüeh-Chih<sup>6</sup> (ALDROVANDI, 2009, p. 43), que Menandro teve seu reinado.

Além de seu papel como rei, também as campanhas de expansão citadas anteriormente são descritas por Estrabão (Livro XI, Geografia) como encabeçadas principalmente por Menandro e Demétrio. Trata-se, portanto, de um rei reconhecidamente vitorioso militarmente. A partir de suas representações nas fontes escritas e materiais, o que se pretende é refletir a respeito da construção deste símbolo de um rei de grande habilidade militar, abarcando também discussões sobre a violência como um signo de sua masculinidade, da afirmação de seu poder como rei.

## DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como já antecipado, utiliza-se nesta pesquisa fontes escritas e materiais, e, portanto, a metodologia se adequa às especificidades de nossas fontes. No caso das fontes escritas, são selecionados trechos das obras de autores antigos (gregos e indianos) que fazem menção à Menandro I, e que contribuem para esta reflexão de sua construção como figura guerreira. A respeito das evidências materiais, considera-se para este estudo as moedas do período de reinado de Menandro I, acessadas pelos bancos de dados já citados.

Com isso, um ponto importante a ser destacado é a impossibilidade de manusear o material numismático e o quanto a perspectiva se altera ao enxergar o objeto completo se comparando a observar apenas por uma foto. Em uma foto, há que se considerar o

---

<sup>4</sup> JUSTINO. Epítome de las historias, Prólogo do capítulo 41: “después, bajo su reinado (Diódoto), pueblos de la Escitia, saraucas y asianos, se apoderaron de Bactra y del país de los sogdianos.”.

<sup>5</sup> Campanhas encabeçadas principalmente por Demétrio e Menandro, descritas por Estrabão (Livro XI, Geografia)

<sup>6</sup> Segundo Aldrovandi (2009, p. 43), os Yüeh-Chih foram os fundadores do império Kushan, que controlou regiões da Ásia Central e do subcontinente indiano até meados do século IV.

direcionamento dado por quem produziu a imagem, considerar se a foto foi tirada considerando o lado correto de anverso e reverso da moeda, enquanto que com o objeto em mãos é possível não só observá-lo por completo, como senti-lo. A sensação de tocar um objeto é de grande importância para a análise do material, pois possibilita que o pesquisador perceba melhor aspectos como seu tamanho, peso (apesar da informação geralmente constar no banco de dados, não é possível pesar), sua coloração, entre outros detalhes não aparentes ou distorcidos em fotografias e desenhos. Considerando estas dificuldades, adotamos o devido criticismo conforme os preceitos da análise numismática de análise do material, tentando responder questionamentos fundamentais apontados por Claudio Carlan e Pedro Funari (2012, p. 69): Como era produzida e que grupos tinham direito de cunhar as peças monetárias? Qual a importância política, econômica, social e religiosa de tal objeto? Que metodologia podemos utilizar para análise da iconografia dos aversos e reversos monetários? Qual a nomenclatura científica adequada para descrição da peça monetária? Qual seria o contexto arqueológico da moeda, onde costumam ser encontradas e em que condições?

Para responder estes questionamentos, baseamo-nos na bibliografia disponível a respeito do tema que inclui, além das obras já citadas como base bibliográfica dos bancos de dados acessados, as obras clássicas de W. Tarn, *The Greeks in Bactria and India* (1951), e de A. Narain, *The Indo-Greeks* (1957). Em estudos mais recentes, *The Greek Kingdoms of Central Asia*”, de P. Bernard (2012), as diversas produções de Osmund Boppearachchi (1989, 1990 e 1994) e da arqueóloga brasileira Cibele Aldrovandi (2006, 2009, 2010, 2011), além da tese de doutorado de Simon Glenn, *Royal coinage in Hellenistic Bactria* (2015) em que foram incluídas novas discussões e refinações das teorias propostas nas publicações mais antigas. A partir destas análises das fontes disponíveis para o estudo do reinado de Menandro que pretende-se promover um diálogo com produções que refletem a respeito da construção da masculinidade e do poder.

As moedas apresentadas nesta pesquisa diferem em tamanho, material e valor. A moeda de maior valor a ser apresentada é uma tetradracma de prata, com valor múltiplo de 4 em relação ao dracma. Segundo Coimbra (1957, p. 228), a tetradracma foi a única moeda investida de representação internacional. Após Atenas libertar as cidades gregas do domínio persa na costa da Ásia em meados de 449 AEC, os gregos impuseram sua moedagem, e tetradracmas foram cunhados em abundância. Estas moedas aparecem no conjunto sempre em formato arredondado, em um padrão ático. Após a tetradracma e a dracma, há as unidades denominadas pela sigla AE, são divididas por alguns autores em

unidades simples e múltiplas - dupla, quádrupla, sêxtupla, óctupla. Segundo Glenn (2015, p. 43), não necessariamente uma unidade dupla tem o dobro do peso e valor de uma unidade simples, e essas nomenclaturas foram mantidas mais como uma maneira de diferenciar estas unidades da denominação de chalkous<sup>7</sup>, a moeda de bronze que correspondia a mais ou menos 1/8 de valor do óbulo em Atenas (COIMBRA, 1957, p. 223). O diâmetro das moedas de bronze ou cobre do reino greco-bactriano não é tão evidente para sua denominação quanto em outras regiões do mundo helenístico (GLENN, 2015, p. 43).

## RESULTADOS

Como já antecipado, foi possível ter acesso a uma quantidade satisfatória de fontes para o estudo do reinado de Menandro I. Encontrou-se uma boa quantidade de moedas de seu período, se comparado com a quantidade de outros reis indo-gregos. Segundo Narain (1957, p. 99), o alto número de moedas cunhadas no período de reinado de Menandro demonstra “tanto o grande tamanho de seu reino quanto o comércio próspero”. Além disso, Menandro é citado em fontes escritas tanto gregas quanto indianas, o que não ocorre com a grande maioria dos outros reis indo-gregos, sendo inclusive o último destes reis a ser citado em fontes escritas. Baseando-nos nesta superioridade de Menandro em quantidade de moedas em relação aos outros reis indo-gregos, as citações a seu respeito nas obras de Estrabão e Plutarco e seu protagonismo no Milinda Paña, as quais serão discutidas mais profundamente mais adiante, é possível afirmar que Menandro I foi um dos reis mais influentes e importantes deste período de presença grega na Bactria e no noroeste da Índia.

No décimo primeiro capítulo do livro XI, Estrabão trata a respeito da Bactria e da região de Sogdiana, que pertencia ao Império Aquemênida e, após a conquista de Alexandre Magno, se une à Bactria formando uma só região. Logo no início do capítulo, Estrabão trata da fertilidade das terras da Bactria e dos gregos que conquistaram a região, citando Menandro como um dos principais responsáveis pela expansão deste reino: “os gregos que se sublevaram se fizeram tão poderosos graças a fertilidade de sua terra, que segundo afirma Apolodoro de Artémida, dominaram a Ariane e a Índia, e sublevaram mais povos que Alexandre, especialmente Menandro” (Tradução nossa. Livro XI, Capítulo XI, Parte

---

<sup>7</sup> Algumas moedas nos bancos de dados constam como “chalkous”, segundo Glenn (2015, p. 43), estas diferentes denominações podem causar confusão em publicações mais antigas, porém o termo “unidade AE” é o mais utilizado.



I)<sup>8</sup>. Menandro foi um rei ligado fortemente à guerra, e teve muito êxito neste quesito, o que levou Estrabão a afirmar exageradamente<sup>9</sup> que Menandro subjuguou mais povos que Alexandre, o Grande.

Centrando-se nas fontes indianas, utilizamos a obra “Milinda Paña”, um livro escrito originalmente em Pali<sup>10</sup>, na forma de diálogo entre o rei e um sábio budista chamado “Nagasena” (*Nāgasena*). Neste diálogo, o rei questiona o sábio a respeito de diversos pontos do budismo (o que seria a “alma”, reencarnação, memória). Além disso, o rei também responde alguns questionamentos, que permitem depreender aspectos relevantes a respeito de sua trajetória e do reino. O trecho a seguir retrata mais um exemplo da construção feita das habilidades em guerra do rei: (tradução livre):

(Nagasena): “Isso já ocorreu com você, ó rei, que outros reis levantaram-se contra você como inimigos e oponentes?”

(Menandro): “Sim, certamente.”

(Nagasena): “Então você inicia seu trabalho, eu suponho, de ter fossos escavados e muralhas erguidas, e torres de observação erguidas, e fortalezas construídas, e estoques de alimentos coletados?”

(Menandro): “De modo algum. Tudo isto já haveria sido preparado de antemão.”

(Nagasena): “Você iria treinar o manejo dos elefantes de guerra, e a lida com os cavalos, e o uso de carros de guerra, o arco e fleche e as espadas?”

(Menandro): “De modo algum. Eu aprendi tudo isto antes.”

(Nagasena) “Mas por que?”

(Menandro): “Com o objetivo de afastar o perigo futuro.” (Milinda Paña, L III, Cap VII)

É interessante perceber que mesmo em um diálogo que trata em sua maior parte sobre questões da vida, fé e morte entre o rei e o sábio, também há um momento em que é abordado o tema da guerra. No diálogo, o sábio questiona Menandro a respeito de sua preparação para a guerra, mas a surpreendente resposta do rei lhe coloca como alguém sempre preparado para defender o reino, antecipando-se às ameaças. Defender o território era uma das – se não a principal – tarefa de um rei, e portanto esta exaltação de suas habilidades em batalha se torna de grande importância para a manutenção de seu poder.

<sup>8</sup> Trecho original da tradução em espanhol: “Los griegos que la sublevaron se hicieron tan poderosos gracias a la fertilidad de su tierra que, según afirma Apolodoro de Artémida, dominaron la Ariane y la India, y subyugaron más pueblos que Alejandro, especialmente Menandro” (Livro XI, Capítulo XI, Parte I)

<sup>9</sup> O império de Alexandre Magno incluiu a Grécia, o Egito, a Ásia Menor e a Ásia, dominando um império que se estendia do Adriático ao Indo, do Danúbio às cataratas do Nilo (SALES, 2017, p. 130). Diodoro Sículo, um dos autores antigos que tratou de suas campanhas, registrou a extensão máxima de seu reino em sua obra “Biblioteca histórica”: “Alexandre da Macedônia, depois de dominar toda a Ásia, só deixou de lutar contra Gandhara: quando chegou ao rio Ganges com todas suas forças e, apesar de ter vencido os demais indianos, quando soube que Gandhara teria quatro mil elefantes equipados belicamente, desistiu da campanha contra eles.” (DIODORO, L II, Cap XXXVII). Segundo notas de Francisco Parreu Alasà na tradução de “Biblioteca histórica”, o rio a qual Diodoto se refere como “Ganges”, se trata do rio Sutlej, afluente do rio Indo (Biblioteca histórica, 2001, p. 386).

<sup>10</sup> O idioma Pali é uma língua prácrita, com similaridades ao sânscrito.

A associação do rei com a guerra também pode ser conferida nas moedas cunhadas em seu período de reinado, por meio de símbolos e principalmente da presença da representação da divindade Atena, de epíteto Alkidemos, que significa “Defensora do povo”, cuja representação é a deusa em postura de combate (BRETT, 1950, p. 55). O estudo arqueológico desta região permite ir além das fontes escritas, tanto que durante o início dos estudos sobre a região bacto-gandhariana, os pesquisadores chegaram a considerar a possibilidade da existência de um helenismo bactriano uma “miragem”<sup>11</sup>. Foi somente após as descobertas arqueológicas nas ruínas gregas de Ai-Khanum na margem afegã do rio Oxus, em 1964, que a teoria de presença grega na região foi efetivamente comprovada (ALDROVANDI, 2009, p. 44). As moedas possibilitam observar aspectos tanto materiais em sua composição e forma, quanto iconográficos como as legendas bilíngues, os epítetos e imagem dos reis, além dos símbolos e divindades escolhidas pelos reis para serem cunhadas nas moedas. A cunhagem de Atena Alkidemos representa a divindade utilizando capacete, portando uma égide e um raio em cada uma das mãos, em uma postura de ataque. Suas pernas aparecem separadas, com uma perna a frente da outra como se estivesse avançando. Esta cunhagem somente retornaria durante o reinado de Agathokleia (135-125 AEC), rainha que governou a região enquanto seu filho, Strato (sucessor de Menandro), não atingia a maioridade (BOPEARACHCHI, 1990, p. 66).



Figura 01. Dracma de prata de Menandro I. MIG 221b, Bop 6A. Disponível em: <<http://coinindia.com/MIG221b-42.1.jpg>>. Acesso em: 26 abr. 2020

<sup>11</sup> Os debates sobre o conceito de “miragem” são mais presentes nos estudos sobre Esparta. Segundo Bernardo (2016, p. 25), chama-se de “miragem” a distorção que determinadas fontes provocam em nossa percepção sobre um tema. Sobre a teoria de uma “miragem” sobre cidades helenizadas na Bactria, pode-se citar principalmente os escritos de Foucher em “Memoires de la Délégation Française em Afghanistan” (1942-7), Foucher, sendo o próprio diretor da Delegação Arqueológica Francesa no Afeganistão, considerou esta possibilidade do helenismo bactriano ser uma “miragem” (ALDROVANDI, 2009, p. 44). Dentre a bibliografia que debateu este tema, há o livro de Holt, “Hellenistic Bactria: Beyond the mirage” (1987), além de considerações na dissertação de mestrado de Jassar “The interactions of Greek and non-greek populations in Bactria-Sogdiana during the Hellenistic Period” (1997, p. 23 e 98).

Na imagem, uma dracma de prata do período de reinado de Menandro I (160-130 AEC). À esquerda, em seu anverso, a moeda apresenta uma efígie do rei Menandro I, usando diadema e portando uma lança (o que simboliza sua associação como um rei com grandes habilidades em batalha). A inscrição em grego traz os dizeres *ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΣΩΤΗΡΟΣ ΜΕΝΑΝΔΡΟΥ* (leia-se: Basileos Soteris Menandrou), que se traduz como “Rei Menandro Salvador”. Em seu reverso (à direita na imagem), podemos observar a representação da deusa Atena, uma deusa grega relacionada com a sabedoria e estratégia militar. Nota-se que a deusa porta em sua mão esquerda uma égide (escudo), e em sua mão direita um raio, em uma postura de combate. As inscrições em karosthi dizem *Maharajasa tratarasa Menamdrasa*, que possui o mesmo significado do grego: “Rei Menandro Salvador”. Há um monograma à esquerda da divindade. Diversas informações podem ser apontadas a partir desta evidência material: como já antecipado, os elementos guerreiros são presentes tanto na representação do rei quanto na sua associação com a divindade. O epíteto “salvador”, presente em grande parte das moedas de Menandro I é recorrente nas moedas de diversos outros reis, como Diomedes, Nikias e Hermaios. Porém, este epíteto diferencia as moedas de Menandro I das de Menandro II, que teve seu reinado no período de 90-85 AEC, Menandro II adotou em suas moedas o epíteto “justo”. Há também a característica de trazer na moeda a mesma inscrição em duas escritas diferentes (Grego e karosthi), chamadas de “moedas bilíngues”, o que demonstra a convivência entre diferentes culturas no reino.

Desta forma, considerando o monopólio do reino (“estado”) sobre a produção de suas moedas na Ásia (FLORENZANO, 2001, p. 208), podemos considerar este material como um símbolo do sistema estatal e do rei em exercício de determinada região, bem como a imagem que o reino busca transmitir por meio de suas representações monetárias. O historiador e numismata Cláudio Carlan, ainda que se considere as diferenças de contexto e cronologia<sup>12</sup>, apresenta contribuições de grande importância na área metodológica para uma reflexão sobre estes signos de poder presentes nas moedas na antiguidade. O autor considera que as moedas tinham também por objetivo

Demonstrar a segurança do seu governo divulgando a construção de muralhas ou campos militares, representar a sua vitória – a vitória de Roma – sobre um determinado inimigo. As moedas configuravam significados e mensagens do emissor (imperador, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. CARLAN (2013, p. 172)

<sup>12</sup> Em sua tese de doutorado, publicada posteriormente em livro (CARLAN, 2013), o autor tratou a respeito da moeda e poder em Roma.

Como já dito, a variação da deusa Atena denominada “Atena Alkidemos” é recorrentemente encontrada nas moedas de Menandro I, estando presente em 12 moedas de um total de 21 possíveis de serem acessadas pelos bancos de dados. Esta representação da divindade iniciou na Macedônia, sendo Ptolomeu I (323-283 AEC), general de Alexandre Magno, o primeiro rei a introduzir esta figura em suas moedas (BRETT, 1950, p. 60). Mais de um século depois, Menandro I adotou esta representação de Atena em seus principais tipos de moedas, sendo em maior parte encontrada em tetradracmas, como se pode observar na próxima moeda analisada abaixo (figura 02). A Atena Alkidemos também pode ser observada em dracmas de membros da família de Menandro que reinaram após sua morte, o rei Strato I e a rainha Agathokleia. Além destes, posteriormente a Menandro também cunharam em suas moedas esta representação de Atena os reis Epander e Apollodotus II.



Figura 02. Tetradracma de prata de Menandro I. MIG 226A. Disponível em: <<http://coinindia.com/MIG226a-559.2.jpg>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Em seu anverso, esta tetradracma apresenta uma efígie do rei Menandro I, virado para esquerda, usando capacete e diadema, portando uma lança. A inscrição em grego traz os dizeres: *ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΣΩΤΗΡΟΣ ΜΕΝΑΝΔΡΟΥ*, que se traduz “Rei Menandro Salvador”. Em seu reverso, observamos a representação da deusa Atena virada para esquerda (uma mudança em relação à dracma anterior). Nota-se que a deusa porta em sua mão esquerda uma égide, e em sua mão esquerda está prestes a arremessar um raio, em uma postura de combate. As inscrições em karosthi, dizem *Maharajasa tratarasa Menamdrasa*, com o mesmo significado da inscrição em grego, “Rei Menandro Salvador”. Monograma à direita da divindade. Outro aspecto formal entre esta moeda e a anterior, que demonstra uma diferença entre marcas de cunhagem, é a posição da égide entre as duas representações da divindade. Enquanto na dracma a égide está por baixo de seu braço, na tetradracma está por cima do braço, além da diferença entre os monogramas.

Assim, estas evidências tanto escritas quanto materiais abrem espaço para discussões e hipóteses sobre as razões desta repetida associação de Menandro I com a

guerra. Além da perspectiva de afirmação do rei como chefe militar e protetor do território, também é possível pensar estas representações como uma forma de sua afirmação como liderança masculina do reino. Segundo Natanael Silva (2015, p. 14), recorrentemente, a masculinidade é confundida e naturalizada com a expressão da violência. Por ser considerado um dos signos inerentes da condição masculina, a violência é naturalizada e estimulada como expressão de virilidade. “Guerras, esportes, extorsões, mortes, [...] a violência é onipresente nas nossas sociedades [...] é antes de mais nada, e principalmente, masculina.” Considerando a violência como um signo de masculinidade, esta poderia ser outra perspectiva como justificativa de seu poder no reino: a de ser o homem mais competente no que é preciso para ser um rei.

Até o momento, deu-se um destaque para duas moedas de prata: uma dracma e uma tetradracma, onde é mais comum observar as representações de Atena Alkidemos. Mas no conjunto de Menandro I também é possível observar moedas compostas de bronze, e com um formato distinto das apresentadas anteriormente, em que ainda assim podemos notar a permanência das representações do rei e da divindade:



Figura 03. Unidade quádrupla de bronze – Menandro I. MIG 237B. Disponível em: <<http://coinindia.com/MIG237b-136.33.jpg>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Com a mesma descrição da primeira moeda apresentada (Figura 01, MIG 221B), destaca-se novamente a representação da divindade, desta vez em uma unidade quádrupla de bronze, com formato quadrado. Segundo Shalini Aggarwal (2015, p. 182), o formato quadrado ou por vezes retangular deste tipo de moeda remete ao formato típico indiano, diferenciando-se do padrão grego observado nas duas moedas anteriores. Neste exemplar, Menandro não consta com capacete militar, mas permanece portando lança em postura de ataque. Além deste exemplar, destaca-se também a moeda abaixo:



Figura 04. Unidade simples de bronze, período de Menandro I. MIG 240. Disponível em: <<http://coinindia.com/MIG240dv-Menander-638.14.jpg>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Nesta unidade simples de bronze podemos observar, no averso, uma cabeça de elefante virada para direita. O elefante é um animal recorrente em moedas indianas e também entre moedas no reino indo-grego, trata-se de um animal característico da região e que impressionou Alexandre Magno pela utilização destes animais em guerra<sup>13</sup>. A inscrição, em grego, traz os dizeres: *ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΣΩΤΗΡΟΣ ΜΕΝΑΝΔΡΟΥ*, que se traduz: Rei Menandro Salvador. No reverso, podemos observar uma clava. As inscrições encontram-se em karosthi, em que consta: *Maharajasa tratarasa Menandra*, com o mesmo significado do grego: Rei Menandro Salvador. Monograma à direita da clava. A clava é uma arma geralmente associada ao semideus Herakles, um de seus atributos na iconografia. Herakles também aparece em outra moeda de Menandro – em uma unidade quádrupla de bronze<sup>14</sup>. Enquanto Atena Alkidemos foi soberana nas moedas de Menandro I, seu sucessor Zoilus I adotou Herakles<sup>15</sup>, assim como Euthydemus I, Demetrius I e Euthydemus II, o que pode sugerir que Zoilus descendia destes reis e que seria um opositor de Menandro, e não sucessor natural de Menandro I (BOPEARACHCHI, 1990, p. 71).

Como se pode perceber neste estudo, diversos elementos podem ser conferidos nas moedas como forma de passar uma mensagem ao receptor: os símbolos, as divindades

<sup>13</sup> *Em Descrição da Grécia*, Pausânias descreve o “pioneirismo” de Alexandre, O Grande entre os europeus ao utilizar uma nova tática após ter enfrentado um exército indiano: “o primeiro dos habitantes da Europa a utilizar elefantes em guerra foi Alexandre, o Grande após derrotar justamente o exército indiano de Poro” (Pausânias, II).

<sup>14</sup> Referência: MIG 248.

<sup>15</sup> A iconografia de Herakles em vasos do século VI AEC, período da tirania de Psístrato em Atenas, foi tema de discussão de John Boardman em “Herakles, Peisistratos and Sons” (1972), em que o autor relacionou a popularidade da representação de Herakles com a identificação do tirano com o herói semideus. Apesar das diferenças de cronologia e suporte em relação às moedas dos reinos gregos na Bactria e na Índia, este é um bom exemplo de análise sobre o possível uso político da iconografia.

sendo associadas ao rei, o epíteto que o rei se denomina. A repetida associação de Menandro com símbolos relacionados à guerra, como seu busto portando lança, utilizando capacete militar e a representação de Athena Alkidemos presentes nas moedas tem por objetivo lhe colocar como um rei de grande habilidade em batalha. Estas moedas podem significar uma mensagem do quanto Menandro seria apto para realizar uma das principais tarefas de um rei: defender o território.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa, ainda em estágio inicial, partiu de uma inquietação em relação às repetidas relações e representações do rei Menandro I com o tema da guerra nas fontes disponíveis do período de seu reinado. Foi a partir da leitura da bibliografia disponível, dos autores antigos e da análise da cultura material que estas reflexões foram formuladas. Assim, consideramos que, além de uma demonstração de que seria apto para cumprir as funções de um rei como “aquele que conquista e que mantém a ordem” (AUBOYER, 2002, p. 60), a sua representação como um homem de grande habilidade em guerra poderia ser também um signo de masculinidade, para justificar o seu poder sobre os outros homens do reino.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **FONTES**

ESTRABÃO. **Geografía**. Madrid: Editorial Gredos, 2008.

HERÓDOTO. **Historia**. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

JUSTINO. **Epítome de las “historias filipicas” de Pompeyo Trogo**. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

PAUSÂNIAS. **Descripción de Grécia**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

MILINDA PAÑA. Traduzido para o português por Raul Xavier. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1972.

THE QUESTIONS OF KING MILINDA. Traduzido por Rhys Davids. Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/bud/milinda.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

THE YUGA PURANA. Traduzido por John Mitchiner. Calcuta: The Asiatic Society, 1986.

### Referências Bibliográficas

AGGARWAL, S. **Arts and crafts in India**. Tese de doutorado de filosofia em história. 1998.

AUBOYER, J. **A vida quotidiana na Índia Antiga**. Rio de Janeiro: Editora Shu, 2002.

ALDROVANDI, C. **As exéquias do Buda Shakyamuni: morte, lamento e transcendência na iconografia indianobudista de Gandhara**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. A fronteira oriental do mundo helenístico: as fontes escritas sobre o ambiente construído e a sociedade nas cidades gregas da região bactro-gandhariana. **Revista Archai**: As origens do pensamento Ocidental. 2009. p. 41-51.

\_\_\_\_\_. A morfogênese espacial da antiga Bactria: interações e paradigmas em uma paisagem fractal. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Vol. 20. 2010. p. 163-196

\_\_\_\_\_. A ocupação espacial da Bactria Oriental: sobre a viabilidade de uma abordagem da Arqueologia Fractal. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2011. p. 125-140.

BERNARDO, G. Heródoto e a Miragem Espartana: um estudo sobre a caracterização dos reis de Esparta nas Histórias. **Revista Phaine**. n 2, v 1. 2016. p. 24-41.

BHAGAVAD GITA. **Canção do venerável**. Tradução do sânscrito, prefácio e notas de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Globo, 2009.

BOARDMAN, J. Herakles, Peisistratos and Sons. **Révue Archéologique**, 1972. p. 57-72

BOPEARACHCHI, O. Récentes découvertes de trésors de monnaies pré-sassanides trouvés en Afghanistan et au Pakistan. **Bulletin de la Société d'Études Numismatiques et Archéologiques**. 1994. p. 7-14.

\_\_\_\_\_. Ménandre Sôter, um roi Indo-Grec. Observations chronologiques et géographiques. **Revista Studia Iranica**. 19ed. 1990.

\_\_\_\_\_. **Monnaies indo-grecques surfrappées**, RN, XXXI. 1989. p. 49-79.

BRETT, A. *Athena* Alkidemos of Pella. **American Numismatic Society, Museum Notes**. p. 55-72. 1950.

CARLAN, C. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**, São Paulo: Annablume, 2013.

\_\_\_\_\_. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**, São Paulo: Annablume, 2013.



CARLAN, C; FUNARI, P. **Moedas: A numismática e o estudo da história**. São Paulo: Annablume, 2012.

COIMBRA, A. Noções de numismática. **Revista de História**. Vol 19, nº 39. 1959.

DAS, D. History of punch-marked coin in Indian subcontinent. **Universal Review (Scientific Information and Technological Board of Sadhana)**. Vol 10. 2019. p. 226-235.

FLORENZANO, M. Cunhagens e circulação monetária na Antiguidade Clássica: O testemunho dos tesouros monetários. **Revista Dédalo**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia. Vol 26. 1988. p. 139-147.

\_\_\_\_\_. Fontes para a origem da moeda: Apresentação crítica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 2011. p. 201-211.

HOLT, F. **Thundering Zeus: the Making of Hellenistic Bactria**. Berkeley: University of California Press, 1999.

FOUCHER, A. La Vieille Route de l'Inde de Bactres à Taxila. **Memoires de la Délégation Française em Afghanistan**. Paris: Les Éditions d'Art et d'Histoire, 1942-7.

GARCÍA, C. Análisis iconográfico de las monedas de Alejandro Magno y los Diádocos. **Revista Numismática Hécate**. Vol. 2. 2015. p. 1-52.

GLENN, S. **Royal coinage in Hellenistic Bactria**. Tese de doutorado em filosofia. 2015.  
JAKOBSEN, J. Some additions to “Indo-Greek Chronology”. **Journal of the Oriental Numismatic Society**. 2009.

GUARINELLO, N. Arqueologia e cultura material: um pequeno ensaio. In: BRUNO, M; CERQUEIRA, F; FUNARI, P. (Orgs.). **Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian**. Campo Grande: Life, 2011.

HALL, J. **Ethnic identity in Greek antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HOLT, F. **Thundering Zeus: the Making of Hellenistic Bactria**. Berkeley: University of California Press, 1999.

JAKOBSEN, J. Some additions to “Indo-Greek Chronology”. **Journal of the Oriental Numismatic Society**. 2009.

LÓPEZ, M. Encuentros entre la India y Occidente em el mundo antiguo. **Revista Espacio, tempo y forma**. Vol. 12. 1999. p. 71-85.

MENESES, U. Cultura Material no Estudo das Sociedades Antigas. **Revista de História**, Vol. 115. 1983, p. 103-117.

MITCHINER, M. **Indo-Greek and Indo-Scythian Coinage**. London: Hawkins Publications, 1975.

NARAIN, A. **The Indo-Greeks**. Oxford: University of Oxford, 1957.

PIEPER, W. **Ancient Indian Coins Revisited**, Lancaster: Classical Numismatic Group, 2013.

PORTO, V. Numismática e Iconografia: a Judeia-Palestina Romana. **Novas questões sobre a imagem: de objeto de pesquisa à pesquisa do objeto**. São Paulo: Lumen. 2015. p. 165-202.

\_\_\_\_\_. A iconografia judaica e as moedas da Judeia. **Revista Lumen**. Vol 4, nº 8. 2013.

RABELLO, I. **O futuro no passado: Estudo sobre os oráculos na obra de Heródoto**. Tese de doutorado em Letras Clássicas, 2013.

RENOU, L. **Hinduísmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SALES, J. De “garoto inofensivo” a Basileus Alexandros. Sobre as etapas de construção do império de Alexandre. **Revista Héléade**. v. 3, n. 2. 2017.

SELDESLACHTS, E. The end of the road for the Indo-Greeks? **Iranica Antiqua**. Vol 39. 2004. p. 250-296.

SIAPKAS, J. Classical Others. **Anthropologies of antiquity**. Lychnos, 2012. p. 183-203.

SILVA, B. Introdução aos estudos sobre a Geografia, de Estrabão. **Revista Mare Nostrum**. v. 1. 2010. p. 71-83.

SILVA, Natanael F. Historicizando as masculinidades: considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. **História, Histórias**. Brasília, vol. 1, n. 5, 2015, p. 7-22.

TARN, W. **The Greeks in Bactria & India**. Cambridge: Cambridge University Press, 1951.

## NÃO NOS ESQUEÇAMOS: SOMOS APENAS MULHERES

Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves<sup>1</sup>

A frase que serve de título a este resumo, faz parte dos versos 49-68 da peça *Antígona* de Sofocles. Nestes versos Ismene de um jeito doce, diz, revela, mostra a Antígona os motivos pelos quais ela não vai acompanhá-la na rebelião pessoal, em defesa da família, contra Creon, rei de Tebas. A fala de Ismena nos revela o lugar, ou melhor o mundo no qual se situava o feminino na época, isto é, primeira metade do século V a. c. Este mundo com suas falas, com suas práticas, com seus valores e lógicas convivia de uma forma paralela com o outro mundo, o mundo masculino. Este paralelismo, podemos dizer, compunha uma teia na qual, embora os dois se tocassem, estivessem próximos, convivendo sob o mesmo teto, existiam setores da vida social que não estavam ao alcance da mulher, não havia possibilidade de convivência.

A tragédia tem sido motivo de estudos que buscaram situar a mulher no contexto tanto da arte trágica como, a partir das pistas que estes dramas nos oferecem entendê-la no contexto da cidade. Nosso objetivo neste texto é ressaltar a importância da análise dessas obras a partir da categoria de Gênero. Temos notado em função de pesquisas que desenvolvemos que este tema tem nas tragédias um campo em expansão já que, elas oferecem situações, contextos nos quais as relações sociais de gênero podem ser apreendidas e dessa forma criando uma nova leitura das tragédias. Ricas em personagens femininos fortes, as tragédias revelam no, entanto, um domínio masculino sobre todos os aspectos da vida, no qual as mulheres atuam de forma a tornaram-se culpadas, de realizarem ações que prejudicam o mundo masculino. Cltemnestra, Medéia, Helena, Alcmena, entre outras nos instigam a pensar o território masculino sustentado por uma divisão sexual que ordena em diferentes posições a mulher e o homem.

Trata-se de pensar esta figura emblemática na tradição ocidental, Medéia, a partir de uma análise de Gênero. Este estudo desenvolvido em nosso grupo de pesquisa de Cultura e Política no Mundo Antigo visa articular novas formas de explicar as relações políticas que se concretizaram na Pólis isonômica de Atenas no século V a. C. Em nossa investigação buscamos revelar, a luta que Medéia trava para romper com os modelos “masculinistas” de constituição do feminino. A peça nos conta como Medeia reage ao ser

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande E-mail [jussweiss@hotmail.com](mailto:jussweiss@hotmail.com)

preterida pelo marido e como este ato, masculino, é transformado em um movimento de criação de si por parte da personagem.

### *Introdução*

Este artigo está dividido em três partes: na primeira, eu esboço brevemente minha visão do teatro e da tragédia grega, a partir de uma polinização total entre tragédia e cidade, entre teatro e política. Na segunda eu apresento algumas formas de tratamento através da categoria de gênero nos estudos sobre tragédia das décadas recentes. Na terceira parte eu abordo a peça Medeia de forma mais detalhada e contextualizo suas representações de identidades sexuais, e suas tendências inesperadamente modernas para teorizar gênero.

A invenção do teatro ou a transformação da festa dionisíaca em teatro, ou melhor, a inspiração dionisíaca, a possibilidade da construção de um mundo fora da realidade. O sair de si, para a criação de outra “festa crítica”, se dá no contexto de lutas entre a aristocracia, facções da aristocracia e camponeses, no último quartel século VI. O teatro é contemporâneo da formação da isonomia. O TEATRO se efetiva em um momento de intensa crise paradigmática. Enquanto que a inspiração educativa da aristocracia situa-se no passado, em uma sistemática de hierárquica que cultiva saberes especiais e secretos, a teatro se instituiu como um espaço a partir do qual as relações entre saberes e poderes, gêneros e autoridade, pais e filhos são escrutinadas a partir de uma encenação que revela a todos, espaços de experiências em choque. Teatro e isonomia estabelecem uma relação de fundamental importância. Em meio à crise que o governo do tirano Pisístrato institucionaliza, o teatro assume os contornos de uma festa popular (EUBEN, 1986), na qual a cidade participa ativamente. Como uma forma de participação popular o teatro catalisa os atenienses na discussão de seus problemas cotidianos. A crise que permanece durante o governo do tirano, permite por uma característica própria a tirania, isto é, efetivar propostas populares contrárias aos interesses da aristocracia, já que o tirano realiza uma política de embate com as elites, o crescimento de ações que favoreçam a criação de um espaço de ação popular.

A tragédia problematiza, ela não é um dado. A tragédia não discute teoria política ou filosófica, sua preocupação é com a demarcação de um tipo de vivência na cidade, isto é, ela realiza uma reflexão sobre o vivido, mistura tempos, articula práticas diferentes sempre buscando criar com o espectador cidadão uma profunda sintonia que o próprio

texto revela nas formas em que os personagens se voltam a plateia quase elaborando um diálogo com o espectador. (Villacèque,2013, p.108-132)

Como podemos notar as tragédias nos mostram cenas violentas entre famílias, mortes assassinatos, traições povoam o universo trágico de uma forma que nos leva a perguntar por que os autores aguçaram seu olhar sobre esta parte da vida dos gregos nesta época. O que se quer é ressaltar que a constituição da Pólis democrática se constitui a partir de uma luta entre duas formas de organizar a vivência dos sujeitos. A cena trágica nos mostra em um contexto específico uma oposição antropológica, isto é, duas formas de se compreender do humano, que revelam os embates nos quais a cidade de Atenas estava envolvida, na medida em que, se aprofundava o processo isonômico. A radicalização da isonomia em Atenas, produz certamente, como atestam os textos da época, e como a tragédia mostra um descontentamento radical que torna urgente a discussão das relações entre família e política, isto é, entre uma forma patriarcal, hierárquica, de organizar toda a experiência humana e, outra, que se constitui na exata medida em que se desprende das relações de parentesco. Relação de parentesco é uma linguagem, uma estrutura elementar que se repete ou que se desenvolve mediante a integração de novos elementos. A relação de parentesco para a sua existência exige a presença de três elementos: uma relação de consanguinidade, uma relação de alianças, e uma relação de filiação. Ela é uma linguagem, como diz Lévi-Strauss (2017, p. 58), que constitui uma experiência social, de poder, de gênero, um tipo de autoridade.

São dois espaços de experiência que se chocam no espaço cênico trágico, e que buscam desencadear um processo de crítica, isto é, reflexivo sobre a nova vivência que se constituía naquele momento. Essa crise de proporções imensas torna-se trágica, pois ela define um outro tipo de humanidade sustentada a partir de uma outra construção de inserção social, tendo como referência uma nova dimensão da compreensão da ação humana. Que tipo de humano a constituição isonômica necessita? Que tipo de saberes são necessários à construção dessa nova humanidade? E quais são as concepções de autoridade, de justiça que essa nova convivência precisa? O que, do passado, deve ser mantido ou rejeitado na elaboração dessa nova vida social. Édipo e sua reconhecida sabedoria que choca Tirésias (Weiss, 2016) revela o quanto essa vida isonômica tinha que apreender com o passado. Até onde a nova autoridade sustentada nos logos, pode esquecer totalmente a divindade na elaboração de uma nova moral. Na peça Agamêmnon a primeira da trilogia Orestéia, de Ésquilo a cidade aparece como cansada. Cansada das guerras aristocráticas, que a esvaziam de homens jovens. Uma cidade fatigada dessa

experiência patriarcal que compromete o futuro de todos em brigas familiares. Uma cidade de velhos, cansados como a própria cidade, enfrenta uma rainha que busca vingança. Não, uma cidade não pode ficar à mercê desse tipo de autoridade. É preciso superar a experiência construídas a partir das relações de parentesco, a partir da construção de novas formas de entender o humano e sua inserção social. Na Medeia, vemos uma cidade na qual os homens não respeitam acordos, levando a destruição do sistema políade, esta é a crise da qual trata a tragédia. Estas performances tem a capacidade de investigar as fraquezas da comunidade, cobrar seus líderes, dessacralizar seus valores e suas crenças, retratar conflitos característicos, sugerir reparação para ele e, no geral, refletir sobre a situação atual no mundo conhecido.

Esta crise é histórica, não é uma invenção TEATRAL, ficção. Ela se estabelece como atesta vários autores e fontes desde o século VIII e se rearticula no século V quando novos suportes intelectuais são utilizados neste embate. O que está em jogo é uma forma de convívio social capaz de romper a prática da violência e da dominação dos aristocratas sobre o restante da população como podemos observar na constituição dos atenienses de Aristóteles como ele explica a luta entre pobres e ricos a partir do século VII que é acompanhada pela presença de um novo tipo de organização mental que vai legitimar a presença de Sólon em meio a crise. Romper a divisão constante que leva a destruição do convívio. Os tiranos no século VI e, por fim, as reformas de Clístenes, que na explicação de Christian Meier (1995) foram o criador da presença cívica. O teatro como forma a partir da qual se estabelece um novo conteúdo para interlocução, a tragédia, entre passado e presente. Entre uma nova identidade em formação, identidade políade e a outra baseada nas relações de parentesco. A construção dessa nova experiência passa pela criação de outras formas de intervenção social, de aprendizado, de controle de gênero, da compreensão do humano e do pensamento. É disto que a tragédia trata. Da instituição em meio a um mundo em constante elaboração, crivado por crises, erros e desenganos o possível, o viável. O século V vai estabelecer um nível de oposição entre a isonomia radical e a solução aristocrática com tanta força que as comedia de Aristófanes por um lado e a morte de Sócrates podem representar dois pontos opostos.

Homens e mulheres eram duas espécies diferentes para os gregos antigos. No poema cosmogônico de Hesíodo, a *Teogonia*, a origem do homem permanece sem ser contada, criando a impressão de que os homens estavam lá desde o começo. Em contrapartida, a origem da mulher é relatada duas vezes, uma vez na *Teogonia* (507-616) e novamente em *Trabalhos e Dias* (42-105); em cada caso, a origem é ligada a mitos

relacionados às origens do sacrifício e da agricultura. Na *Teogonia*, por exemplo, Zeus cria as “espécies e tribos de mulheres” (*genos kai phula gunaikôn*, 591) como uma maldição inescapável sobre os homens no seu caminho para a aquisição do fogo prometeico. Desde então, como implica a(s) narrativa(s) de Hesíodo, os homens tiveram que arar a terra para se sustentarem, fazer sacrifícios para os deuses e tomar esposas para gerar prole. Essa tríade de casamento, sacrifício e agricultura define a condição humana para Hesíodo e também para alguns dos primeiros poetas gregos. A entrada da mulher em cena marca a queda do homem de uma existência da época dourada, quase divina.

Enquanto os épicos de Homero adotam em massa a visão de um mundo misógino descrito pelos poemas de Hesíodo, a tragédia grega desafia a estrutura binária das relações de gênero representadas como normativas no épico arcaico. Isso não quer dizer que não haviam personagens femininas interessantes e sutilmente formadas na *Ilíada e Odisseia* de Homero. Penélope certamente com a *mêtis* (“inteligência astuta”) excepcional de seu marido enquanto ameaça tomar o controle da narrativa nos livros finais da *Odisseia*. Mas o mundo evocado pelos épicos de Homero é uma cultura guerreira, uma sociedade onde homens conquistam suas maiores honras e fazem seus nomes no campo de batalha (ou retornando dele para casa), enquanto mulheres são capturadas como espólio de guerra. Como esposas, as mulheres em Homero – Penélope mais do que as outras – exercitam uma marca particular de agência feminina dentro da esfera doméstica.

A íntima associação das mulheres com o reino interior do *oikos* (“família”) é dada como certa na tragédia, porém suas ações ainda têm consequências políticas. A Antígona de Sófocles, por exemplo, é conhecida por defender as leis não escritas sobre os direitos de sepultamento dos mortos em face a proibição tirânica de Creonte, enquanto em Eurípedes, virgens voluntariamente se sacrificam para que suas cidades possam ser salvas

As condições para o estudo de gênero em Eurípedes são diferentes (do que, digamos, em Ésquilo ou Sófocles) na medida em que as próprias atitudes do poeta em relação às mulheres estiveram várias vezes no centro do debate. Eurípedes era um misógino, como a antiga tradição biográfica sugere? Ele era um feminista antes do tempo? Nenhum outro autor grego dividiu a opinião crítica tão bruscamente. Mas como William aponta:

“Para formular nossa investigação em termos de misoginia e feminismo envolve borrar a forma e o impacto dos textos ao vê-los através de um conjunto estranhamente moderno de preocupações, enquanto isso também pressupõe

uma correspondência errônea entre as visões adotadas por personagens ficcionais e aquelas adotadas pelo autor.” (ALLAN, 2000, P.163)

A expressão "mulheres más" capturam (e simplificam) a caracterização complexa de heroínas afetadas pela luxúria; infelizmente, a expressão ganhou vida própria e passou a ser usada livremente entre todas as mulheres na tragédia, criando a impressão de que misoginia foi de alguma forma construída no tecido do gênero, tanto no aspecto da criação e da recepção. Christiane Sourvinon-Inwood (1989, p.140) afirma, por exemplo, que "a audiência ateniense teria visto Antígona como uma mulher fora do seu devido lugar agindo contra o que era considerado o comportamento adequado de uma mulher, como uma "mulher má". E Barbara Goff (1990: 94) salienta na "insistência em um realismo feio e sua fascinação com mulheres más" de Eurípedes. Estudiosos usam a frase para focar a resposta de espectadores antigos, mas nem todos os espectadores devem ser imaginados como tendo uma visão tão profundamente negativa sobre as mulheres em Eurípedes.

Os estudiosos clássicos, diferentemente dos antropólogos, não recorrem ao testemunho em primeira pessoa dos informantes. Não podemos simplesmente perguntar aos membros da plateia de Sófocles se Antígona era, na opinião deles, uma "mulher má". Portanto, foi necessário teorizar as respostas da plateia reconstruindo o sistema de gênero sexual da Atenas clássica. O sistema nos é revelado, aos poucos e indiretamente, por fontes literárias e arqueológicas. Naturalmente, os estudiosos discordam sobre como interpretar essas fontes. A análise de Michael Shaw (1975) do "intruso feminino" foi influente. Para Shaw, a "intrusa feminina" é qualquer mulher na tragédia que entra na esfera pública. Forçada, tipicamente, a agir por causa de uma transgressão masculina, ela continua a cometer um crime mais hediondo do que aquele dirigido contra sua família, validando assim a lógica cultural por trás de sua reclusão: as mulheres assustadoramente articuladas e assassinas do teatro trágico reafirma ideologias patriarcais, demonstrando sua necessidade.

Outros questionaram se as mulheres atenienses realmente viveram suas vidas em silêncio e isolamento, se a mera aparição de uma mulher fora de sua casa (especialmente no palco) teria sido motivo de preocupação. David Cohen (1989), por exemplo, argumentou que, mesmo que o ideal cultural era uma mulher que não fosse vista pelos olhos do público, não quer dizer que as mulheres atenienses estavam realmente escondidas. Cohen cita a experiência de um antropólogo social que trabalha em uma vila grega. Tendo "lido sobre mulheres submissas impotentes que se consideravam



moralmente inferiores aos homens”, ele ficou surpreso ao descobrir “mulheres fisicamente e socialmente fortes que tinham muito a dizer sobre o que aconteceu na aldeia” ((Cohen 1989, p. 4), citando M. Clark (1983, p.122) Os estudiosos clássicos, argumenta Cohen (1989, p. 4), “foram vítimas da mesma armadilha, falhando em distinguir entre ideologia e ideais normativos (às vezes conflitantes) por um lado, e a vida da sociedade, por outro. ”

Helene Foley é outra estudiosa que rompe com a ideia de “mulher má”. Em seu importante ensaio, Foley (1981a) evita o discurso moralizante de “bom” e “ruim” e, em vez disso, contextualiza as decisões tomadas por mulheres trágicas à luz das expectativas sociais (e genéricas) que governam suas escolhas. Foley admite que, culturalmente, as mulheres foram excluídas da vida pública, enquanto os homens se alinharam às instituições culturais e políticas. Mas ela resiste à “equação simples feminina: *oikos* como homem: polis”, argumentando que “não se sustenta no palco grego ((1981<sup>a</sup>, p. 161).” Em um argumento muito expandido, Foley (2001) sugere que as mulheres em tragédia são essencialmente “forasteiros”, tanto em seus casamentos quanto no polis. A estrutura do casamento grego é tal que uma noiva é tirada da casa de seu pai e estabelecida na casa de seu marido, onde (idealmente) ela dará à luz seus filhos, que seguirão o nome de sua família. Mas os laços afetivos nem sempre são tão facilmente transferidos. Frequentemente, as mulheres permaneciam divididas entre obrigações conflitantes com suas famílias natais e conjugais. O exemplo de Hermione em *Andrômaca*, de Eurípides, é, a esse respeito, instrutivo. Ironicamente, como Foley ((2001, p. 87-105) argumenta, a verdadeira estrangeira, *Andrômaca*, está em uma posição mais forte do que Hermione para reivindicar a afeição de seu marido. Mesmo como uma concubina, *Andrômaca* é mais bem integrado do que sua esposa grega no *oikos* de Neoptolemus, tendo recentemente lhe dado um filho. Isso apesar do fato de o próprio Neoptolemus ser o filho do homem que matou o ex-marido de *Andrômaca*, Hector. O que torna mais fácil, por assim dizer, para *Andrômaca* é que sua casa natal foi abolida; suas lealdades são assim puxadas em apenas uma direção.

Lévi-Strauss ((2017, p. 115) descreve o casamento como uma transação não "entre um homem e uma mulher, mas entre dois grupos de homens". A transferência da noiva do pai para o marido cria um novo vínculo social entre os homens. As próprias mulheres são simplesmente os objetos da troca.(Rubin, 2017, p. 9-61). Essa concepção do papel passivo da mulher, sem dúvida, ressoou em certos setores da polis ateniense e ela (ou ideias como ela) pode ser discernida por trás do grito proto-feminista de uma personagem

como Medéia, que desafiadoramente afirma que as mulheres “compram” maridos com seus dotes (*Medéia* 231–3). Além disso, as abordagens psicanalítica e antropológica foram frutuosamente refinadas e reunidas no trabalho de estudiosos como Nancy Rabinowitz (1993) e Victoria Wohl (1998). Observando, por exemplo, que a intimidade entre as mulheres é “visivelmente ausente” no discurso do drama ateniense, Rabinowitz ((1993, p.19-20) argumenta que atos de auto sacrifício aparentemente livremente escolhidos (como, por exemplo, em *Ifigênia em Aulis* de Eurípides) fazem parte de uma estratégia narrativa que é cúmplice em manter as mulheres em circulação como objetos. Mesmo aquelas situações em que personagens femininas trágicas podem ser vistas como envolvidas em atos que levariam a sua fama póstuma que Rabinowitz trata como fetichizações masculinas. Wohl (1998) também está interessado nas funções ideológicas inscritas nas representações do feminino. Combinando a teoria de Lévi-Strauss da troca de mulheres com um modelo lacaniano de desenvolvimento psicosssexual masculino, Wohl ((1998, p. xxvi) argumenta que a mulher trágica é menos um retrato da experiência feminina vivida do que “uma fantasia - ficção e investimento ideológico - através do qual o sujeito masculino pensa sobre si mesmo e seu lugar no mundo”. Esse movimento crítico foi antecipado em certo sentido por Froma Zeitlin, cujo modelo de “representar o outro” postula que a realização do feminino permitiu que homens, como atores e cidadãos da polis ateniense, sustentassem sua masculinidade.

Na tragédia, Zeitlin (1996, p.346) afirma: “o eu que está realmente em jogo deve ser identificado com o homem, enquanto a mulher recebe o papel do outro radical”. O feminino existe não por si só, mas como uma sexualidade alternativa a ser experimentada pelo sujeito masculino (visualizando ou agindo). Zeitlin considera a cena de roubo de Pentheus em *Bacchae*, de Eurípides, como emblemática da teatralidade dionisíaca, com sua dependência de modos femininos de persuasão e representação. Pois é somente quando ele está vestido de mulher - “visualmente feminizado” - que Pentheus começa a sentir o poder de Dionísio e a ver o deus como ele é. Este é um sinal, de acordo com Zeitlin ((1996, p.363), de que ele alcançou a “dupla consciência” que os homens só podem alcançar se vestindo e interpretando papéis femininos. É esse acesso às perspectivas masculina e feminina através do “brincar do outro” que a tragédia coloca à disposição dos homens. E isso explica o paradoxo, como Zeitlin coloca ardentemente, que “o teatro usa o feminino com a finalidade de imaginar um modelo mais completo para o eu masculino” (Zeitlin,1996, p.363).

Uma estratégia crítica diferente foi focar nas "vozes das mulheres" na tragédia grega. Laura McClure (1999) e Judith Mossman (2001) estiveram na vanguarda desse esforço para identificar os padrões distintivos de fala de personagens e coros femininos. Seu estudo não pretende abordar o discurso de mulheres atenienses reais, mas a maneira como as mulheres eram representadas como falando em textos de autoria masculina (e de atuação masculina). No entanto, essas representações fornecem informações úteis sobre as diferentes comunidades de fala existentes na Atenas clássica e o papel da linguagem na constituição de identidades de gênero. As fontes literárias gregas, por exemplo, representam as mulheres falando em um estilo quando estão em um grupo exclusivamente feminino, e outra quando estão em companhia mista, ou se dirigindo a um interlocutor masculino. Como Mossman (2001, p.378) comenta sobre Electra de Eurípides, quando na presença de homens, "Electra [fala] seu discurso em termos particularmente cuidadosos" porque ela acha desejável "sublinhar sua conformidade com o pensamento moral geralmente aceito usando banalidades." Como sua mãe, e como quase todas as mulheres em tragédia, Electra está profundamente consciente da opinião pública e do efeito potencialmente devastador das fofocas em sua reputação. O estudo de McClure de 1999 toma o conteúdo e o estilo do discurso feminino em tragédia como ponto de partida para observações mais gerais sobre a construção da sexualidade antiga. O discurso descontrolado, McClure argumenta, foi interpretado como um sinal de sexualidade descontrolada, enquanto o silêncio sugeria contenção, verbal e sexual.

Essas duas metodologias críticas - uma focada nas vozes das mulheres e outra na construção do sujeito masculino - não são mutuamente exclusivas. O primeiro privilegia a estética das performances verbais de gênero no palco trágico; o último examina a contribuição mais ampla da tragédia para a criação de egos de gênero (principalmente seres masculinos) na sociedade ateniense. Juntos, os dois tipos de estudo ilustram a variedade de abordagens, provenientes de campos tão diversos quanto a sociolinguística, a antropologia, a sociologia e a psicanálise, os estudiosos têm usado para explorar o gênero trágico. Mas, como mesmo essa breve pesquisa deixa claro, a maré crítica se desviou da interpretação das representações das mulheres no drama grego como reflexos das realidades históricas da vida das mulheres. Uma preocupação muito maior agora é como avaliar o efeito do feminino no espectador masculino (e talvez até feminino). Essa mudança de foco, da realidade para a performance e a performativa, segue a tendência dos estudos feministas.

O feminismo e os estudos feministas das décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para destacar os estudos femininos. Porém, durante as décadas de 1980 e 1990, as energias críticas que foram direcionadas para recuperar, criticar e repensar o papel das mulheres na história e na sociedade deram lugar a um desconforto com o termo “mulher” como categoria de análise. Mesmo para postular a existência de "mulher" como indivíduo, para não mencionar "mulheres" como coletivo, foi - argumentou-se - para atribuir uma identidade fixa e estável (isto é, feminilidade) a um status que foi de fato chamado pelos mesmos termos de análise que pretendiam descrevê-lo. Uma pessoa se tornou uma “mulher” ao ser obrigada a se identificar com o termo. O influente problema de gênero de Judith Butler (2015) foi fundamental para efetivar o realinhamento disciplinar de "Estudos da Mulher" para "Estudos de Gênero". Com sua atenção voltada para o poder performativo da linguagem e ao viés implicitamente heterossexual de muitos estudos feministas, o trabalho de Butler ajudou a reformular o caminho em que o estudo acadêmico de gênero foi praticado.

“A realidade de gênero é performativa”, escreve Butler ((1990a, p. 270), “o que significa, simplesmente, que é real apenas na medida em que é realizada. ” A tragédia grega oferece um conjunto particularmente rico de textos para análises performativas de gênero, dado que as “mulheres” nessas peças eram todas interpretadas por homens. O que é feminino nessas mulheres encenadas é puramente resultado da mimese teatral, do desempenho. O público teria percebido os atores como femininos (ou pelo menos interpretando mulheres) através de gestos estilizados e atos verbais. Como esses atores, nós também “interpretamos” o gênero. Gênero não é algo com o qual nossos corpos são "passivamente roteirizados"(Butler.1990b, p.277). Nem é um conjunto de atos completamente improvisado. Pelo contrário, como Butler ((1990b, p.277) o expressa, "o corpo de gênero atua em um espaço corporal culturalmente restrito" e "dentro dos limites das diretrizes já existentes". A metáfora teatral de Butler será útil para se ter em mente, ao examinarmos algumas das performances mais memoráveis de gênero no cenário euripídiano.

Medéia<sup>2</sup>: Quem é essa Mulher?

---

<sup>2</sup> Medéia foi encenada em 431 a. C. Esta tragédia tem como enredo o embate entre Medéia e seu marido Jasão. Esta luta entre os dois surge após Jasão tornar-se noivo da filha de Creon, rei de Corinto, cidade que hospeda Medéia e seus filhos. Medéia não aceita sua condição de mulher que deve ceder aos interesses do marido, que estaria cuidando do futuro da família.

Dentre os personagens femininos da tragédia é, talvez, Medeia aquela que mais passou por um processo de revisão. Desde a antiguidade e, chegando aos nossos dias quando esta mulher a partir de visões literárias sofre variações em sua construção que vão desde a destruidora de lares até a representante de uma mulher apaixonada. Todas essas construções foram produzidas em contextos nos quais a figura do feminino ocupava um lugar fundamentalmente determinado pelo masculino, por isto sua definição como bruxa, feiticeira, mulher apaixonada. Dentre as mulheres trágicas que ousam agir, isto é, assumir a construção de seu destino é Medéia a única que escapa da morte. Clitemnestra, mulher de Agamênon é morta por seu filho Orestes, que justifica seu ato dizendo “não podemos deixar viva uma mulher que assassina homens”. Já Antígona escolhe morrer a ter que viver um mundo no qual a estrutura familiar não seja também a estrutura legítima de poder. Medéia sobrevive ao seu próprio drama pois na criação que faz Eurípedes, ela percebe com exatidão o limite da convivência com o masculino em uma sociedade marcadamente androcêntrica. Ela vence a morte não apenas física, mas moral, ou seja, ela dá continuidade à sua proposta ética ao enfrentar Jasão de igual para igual no mesmo terreno argumentativo. Ela percebe que o acordo que os homens fazem com as mulheres não tem força de contrato, não tem peso moral, podendo ser desfeito sem prejuízo. Ela percebe o lugar que ocupa naquela Oikos, ao lado das outras mulheres fazendo com que se rebelde contra sua condição de mulher antes que sua condição social. As vozes das mulheres perdem-se pelas paredes de seus aposentos, como falas sem sentidos para os ouvidos masculinos. Elas não são mudas, elas falam, mas sua voz é mediata por um conjunto de regras que as tornam subordinadas, presas ao mundo doméstico.

Na tragédia, como na epopeia, as ações de uma mulher individual, seja boa ou ruim, refletem sobre a espécie como um todo - suas ações são tratadas como representativas de seu sexo. Assim, da nobreza de Alceste, todas as mulheres ganham boa reputação. Mas os homens, e o marido de Alceste em particular, sofrerão uma perda correspondente em honra. A dinâmica entre glória e vergonha individual e coletiva é apresentada de maneira um pouco diferente para os homens. Tanto na tragédia quanto na epopeia, quando um indivíduo ganha a glória, ele se destaca de seus colegas: sua glória não afeta os homens como um coletivo. Da mesma forma, o homem que se comporta como um covarde compromete apenas sua própria masculinidade; ele não envergonha a raça masculina. “Olhe para o homem, vergonhosamente vivo, que não ousou morrer, mas como um covarde deu a esposa e escapou da morte. *Você o chama de homem?*”

Medéia, no entanto, pretende fazer seu nome vingando a traição de seu marido ao casamento. (Jasão se casou recentemente com a filha do rei de Corinto, apesar de ter filhos com Medéia.) O apoio do Coro é crucial para a estratégia de vingança de Medéia. Sendo estrangeira, Medéia busca um terreno comum com essas mulheres coríntias, aludindo ao seu sofrimento compartilhado nas mãos dos homens. O Coro expressa sua simpatia por Medéia em seu primeiro stasimon, onde cantam os rios que correm para trás. Aqui eles se aventuram a esperar que as mulheres não sejam mais alvo da "fama que parece má" (420). Mas é claro que sua profecia otimista não foi cumprida até o final da peça. Esse medo e o desejo de punir o marido a impulsionam para um crime que faz o Coro estremecer; Jasão a denuncia como "um monstro, não uma mulher" (1342). ela é simplesmente o monstro que Jasão faz parecer culpado de um crime que, nas palavras de seu marido, nenhuma mulher grega poderia ter cometido? A identidade de Medéia como mulher e seu status de vítima e vingadora a tornam profundamente compreensiva, mas ao mesmo tempo aterrorizante.

Em seu retrato comovente de mães vingativas, Eurípidés torna impossível obter avaliações morais claras de suas ações. Medéia e Hécuba (em peças de mesmo nome) estão envolvidas no assassinato de crianças pequenas. No entanto, cada personagem é apresentado a nós como vítima da transgressão masculina. O marido de Medéia a abandonou em uma cidade estrangeira.

Modelos mais antigos e tradicionais de gênero e personagem ainda estavam em jogo nas instituições culturais democráticas atenienses, como mostra a oração fúnebre (*epitaphios logos*). A morte em batalha foi um evento a ser comemorado pela cidade. Mas há algo desconcertante, até grotesco, em uma jovem ou um velho assumindo a bandeira heroica. Por meio de tais aplicações "não naturais" do código heroico, Eurípidés põe em questão tanto a ética do auto sacrifício cívico quanto os papéis de gênero nos quais se baseia. O desempenho de papéis desviantes de gênero em Eurípidés tem um efeito cumulativo e desfamiliarizado. O gênero é um componente importante dessa conversa, entre cidade e drama com a tragédias reforçando, mas às vezes também questionando, ideias heteronormativas de "masculino" e "feminino".

Enquadrar a questão do caráter de Medéia em termos de "bom" versus "ruim" é ignorar a maneira pela qual a peça em si questiona os valores pelos quais seus personagens pedem para serem julgados.. A peça desafia seu público a repensar os fundamentos de seu raciocínio sobre a ética do caráter - tanto para homens quanto para mulheres. Por um lado, Medéia mostra seu soberbo domínio retórico dos provérbios misóginos que

descrevem as mulheres como criaturas irracionais da paixão; por outro lado, ela não refuta esses provérbios com suas próprias ações. Tendo usado sua habilidade retórica para reconquistar a confiança de seu marido, e só então brutalmente matar seus filhos, Medéia no final exemplifica alguns dos clichês com os quais Jasão havia anteriormente denunciado ela e o sexo feminino.

Em seu primeiro intercâmbio verbal prolongado com Medéia, Jasão proclama que “você mulheres entraram em tal estado de espírito que, se sua vida noturna é boa, você acha que tem tudo; mas, se nesse trimestre as coisas derem errado, você considerará os seus melhores e mais verdadeiros interesses os mais odiosos ” (569–73). Podemos ouvir isso como um esforço infundado de descartar as alegações cuidadosamente formuladas pela Medéia sobre os benefícios recíprocos do casamento. Mas o diálogo final deles lança as palavras anteriores de Jasão sob uma luz diferente. Medéia acaba de mencionar a arrogância do novo casamento de Jasão. Em resposta, Jasão pergunta incrédulo, em relação aos filhos mortos: "E apenas por isso você escolheu matá-los?" (1367). Medéia responde zombeteiramente: “O amor é tão pequeno para uma mulher? ” (1368) como podemos avaliar o tom de Medea aqui? Ela está zombando de Jason por suas trivialidades misóginas? Suas palavras são ditas com ironia? Ou com raiva e desprezo? O personagem de Medéia é cheio de contradições: ela explora estereótipos misóginos sobre as mulheres para manipular os homens ao seu redor. Ao mesmo tempo, ela se esforça para ser levada a sério pelo ex-marido. As representações de papéis de gênero e o papel de gênero em Eurípidés são tópicos desafiadores e multifacetados que iludem a soma pura. Os leitores de hoje, no entanto, geralmente são menos rápidos em julgar ou aplicar rótulos do que nos anos anteriores. Em vez de denunciar Medéia como uma mulher "ruim" ou celebrar Eurípidés como uma profeminista, podemos estar mais inclinados a apreciar a complexidade e a diversidade de personagens que povoam seu palco, e a apreciar que o manejo muitas vezes sofisticado e sempre sofisticado de suas identidades de gênero são uma característica distintiva e provocativa da arte euripídiana.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, W. **The Andromache and Euripidean Tragedy**, Oxford, 2000.

BUTTLER, J. **Problemas de Gêneros: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro, 2015

\_\_\_\_\_. **Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in phenomenology and Feminist theory**, In Case, S.E. **Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre**, Baltimore, 1990.

COHEN, David. **Seclusion, Separation, and the Status of Women in Classical Athens, Greece and Rome**: 36, 1989 p. 3-15.

CLARK, M. H. **Variations on themes of male and Female**: Reflections on Gender Bias in Fieldwork in Rural Greece, *Women's study*10:117-33, 1983

EUBEN, P. J. **Greek Tragedy and Political Theory**. Los Angeles: University of California Press, 1986.

ESQUILO. **Agamêmnon. Estudo e tradução Jaa Torrano**. São Paulo, iluminuras, 2004.

EURÍPEDES. Alceste. **Tradução, introdução e notas de Clara L. Crepaldi**, São Paulo, Martin Claret. 2017

\_\_\_\_\_. **Duas Tragédias gregas: Hecuba e troiana: tradução e introdução de Christian Werner**, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Medéia**; direção e coordenação geral Tereza Virginia Ribeiro. São Paulo, Atelier editorial, 2

FOLEY, H. P. **Reflection of Women in Antiquity**. New York and London, 1981

\_\_\_\_\_. **Female Acts in Greek Tragedy**. Princeton, Princeton University Press, 2001

GOFF, B. E. **The noose of Words**: Readings of Desire, Violence, and Language in Euripedes' HIPPOLYTOS. Cambridge, 1990.

HESÍODO. Teogonia. **Estudo e Tradução de Jaa Torrano**. São Paulo, Iluminuras, 1991  
Lévi-Strauss, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo, Ubu, 2017

MCCLURE, Laura. **Spoken Like a Woman**: Speech and Gender in Athenian Drama. Princeton, Princeton University Press, 1999

MEIER, Christian. **La Naissance du Politique**. Paris: Gallimard, 1995

MOSSMAN, J. M. **Women's Speech in Greek Tragedy**. *Classical Quarterly* 51: 374-84, 2001

RABINOWITZ, N. **Anxiety Veiled**: Euripedes and Traffic in Women. Ithaca, 1993

RUBIN, Gale. **Tráfico de mulheres**. São Paulo: Ubu, 2017.

SHAW, Michel. **The female Intruder**: Women in Fifth-Century Drama. *Classical Philology* 52:255-66, 1975

SOURVINOU-INWOOD, C. **Assumptions and the Creation of Meaning: Reading Sophocles**. *Journal of Hellenic Study* 109:134-48, 1989.



TURNER, Victor. **Do Ritual ao Teatro**: A seriedade humana de brincar. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ; 2015

VILLACÈQUE, Noémie. **Spectateur de Parole**. Rennes, Press Universitaires de Rennes, 2013

WEISS, Jussemar. **Pólis e Autoridade**: o mal não vê. Artigo apresentado no VII Seminário de Pesquisa Histórica, PUCRS, 2016

WOHL, V. **Intimate Commerce**: Exchange, gender, and Subjectivity in Greek Tragedy. Austin, 1998.

ZEITLIN, Froma. **Playing the order**: Gender and Society in Classical Greek Literature. Chicago, 1996

## PENSAR A TRAGÉDIA GREGA COMO ARTE POLÍTICA E ESPAÇO FORMATIVO<sup>1</sup>

Mestre Matheus Barros da Silva<sup>2</sup>

Este capítulo busca tratar tragédia grega a partir de um ponto de vista que considera sua posição na pólis clássica, em verdade na Atenas do século V a. C. No título apresento o conceito “arte política”. Antes de explicitá-lo se quer problematizar o que aqui se entende por política. Observo que a criação da pólis pressupõe uma realocação dos conceitos de autoridade – ἀρχή – e poder – κρατός. Uma realocação que subtraiu aos *gene* aristocráticos o domínio da justiça, que doravante em uma imagem mental é vista como despersonalizada. Este espaço, talvez, se possa dizer impessoal, é o espaço da política. Mas qual sua natureza?

Um primeiro dado, a política é invenção grega. Para José Antonio Dabdab Trabulsi (2001, p. 81), Aristóteles quando menciona em *A Política*, livro I, parágrafos 1 a 9, que o humano é animal político destinado a viver na pólis mediando sua existência pela política, nada mais faz que, reverberar um pensamento geral grego. Assim, a partir de um ponto de vista grego, a política é o que marca a posição singular humana entre deuses e animais<sup>3</sup>.

A partir de categorias de análise elaboradas pelo filósofo Cornelius Castoriadis (2002, p. 185). Aponta-se dois tipos de constituição descritiva do campo do social. Há as sociedades heteronômicas e sociedades onde o projeto de autonomia começa a emergir – que na visão de Castoriadis é a Grécia clássica e a Europa Moderna.

Nas sociedades heteronômicas, a lei e instituições, por exemplo, são instituídas por elementos extra sociais, “(...) *a criação dessa instituição é imputada a uma instância extra social, ou, de qualquer modo, que escapa ao poder e ao agir dos seres humanos*

---

<sup>1</sup> O texto é uma adaptação derivada de uma passagem da dissertação de mestrado produzida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas entre os anos de 2014-2016. Parte da discussão apresentada aqui foi material de debate no IV Encontro Discente: Imagens Trajetória e Poder, do Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas (2019).

<sup>2</sup> Doutorando em História Social (concentração em História Antiga e linha de pesquisa em Cultura e Representações), no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista-pesquisador CAPES. E-mail de contato: matheusbarros.dasilva@gmail.com.

<sup>3</sup> É evidente que ao tomar-se a política como a prática de regulação de discussão de campos como poder e autoridade, não estou igualmente afirmando que apenas os gregos empreendem tal tipo de reflexão. A historiografia mostra que outras sociedades, contemporâneas ou não aos gregos antigos, estabeleciam bases pra a manutenção daquilo que viam como ordem social. A singularidade grega reside em que este espaço de pensamento – a política – foi pela primeira vez percebido pelos humanos como passível de ser movimentado somente pelo intelecto humano, levando a uma determinada dessacralização e à concepção de participação direta mediada pela criação da figura do cidadão.

*vivente*”s (CASTORIADIS, 2002, p. 185). Nesta realidade, aspectos como justiça ou lei não podem passar por processos de reexame, pois se ligam ao plano supra-humano, para além da compreensão do homem. Sejam estes planos, os deuses, Deus, heróis fundadores, ou os ancestrais (CASTORIADIS, 2002, p. 186).

Para Castoriadis, a Grécia antiga constitui uma primeira ruptura com o exposto. Encontra-se por determinada altura algum nível de percepção e reconhecimento de que a sociedade é quem exerce a função do que podemos chamar fonte de suas leis. Isto acaba por implicar na, “(...) *abertura da possibilidade de pôr em causa e em questão a instituição existente da sociedade, que já não é sagrada, ou, pelo menos, não da forma como era antes*” (2002, p. 186). Sobre esta ruptura Castoriadis afirma ser uma ruptura com o fechamento da significação.

Em uma sociedade onde há o fechamento da significação qualquer questão que venha a ser colocada neste sistema, neste magma de significações, encontra resposta neste mesmo magma. A Lei dos Ancestrais tem resposta para tudo, assim como a Tora e o Alcorão (2002, p. 186).

A superação do fechamento da significação para Castoriadis leva à criação da política, “*instituição explícita global da sociedade*” (2002, p. 187). De que forma podemos encontrar este movimento de instituição da sociedade na Grécia antiga?

Ressalte-se que a política que reflito aqui, é aquela da ideia de participação popular<sup>4</sup>. “*A participação política era sentida como um dos bens mais desejáveis que existem*” (TRABULSI, 2001, p. 83). O helenista alemão Christian Meier chega a falar em *revolução política* (1987, p. 9). O conceito é usado pelo autor para apontar que a criação da política pelos gregos é uma invenção em um sentido radical, ou seja, não há um precedente ou mesmo um modelo em que os antigos helenos tenham se apoiado (MEIER, 1987, p. 10).

De forma análoga a Castoriadis, Meier (1987, p. 12) segue um pensamento que percebe na política concebida pelos gregos, o fundamento da participação direta dos cidadãos. Com efeito, os cidadãos são como instrumentos ativos na prática política, “(...)

---

<sup>4</sup> O conceito de popular pode oferecer uma ambiguidade. A tradição do pensamento inaugurado com a Modernidade, fundamentalmente com os horizontes que a Revolução Francesa faz irromper, desenvolve o conceito de popular em um movimento de abarcar a camada populacional em estado de desamparo na realidade do Antigo Regime. Doravante desenvolvendo um papel social e uma série de direitos que são do campo do chamado popular. Aqui, ao falar da política como criação grega e ser caracterizada como uma prática da participação popular, o termo em questão – popular – serve para designar o conjunto daqueles que compunham a pólis mediante a detenção do estatuto de cidadão, ou seja, não há uma clivagem social, diríamos, a fim de caracterizar o popular.

*o ponto de vista que prevalece em uma concepção desta ordem não era nem o dos governantes, nem dos governados: era o da totalidade da comunidade”* (MEIER, 1987, p. 14). Algo que segundo o autor, nasce de uma concepção que considera os cidadãos como responsáveis pela cidade.

Christian Meier diz,

A política era, para a grande massa de cidadãos, a única parte de suas vidas que superava ao mundo concreto das relações domésticas, de parentesco ou de vizinhança, assim como das pequenas comunidades de culto. Era a única esfera que não atuavam somente como pessoas privadas, o único domínio onde tomavam parte em uma forma de vida pública (1987, p. 17)<sup>5</sup>.

A partir deste ponto de vista, Christian Meier (1990, p. 1-2) coloca que os gregos criaram uma imagem da política e do viver politicamente. Em outras palavras, o cidadão vivia e convivia no espaço público mediante sua própria condição de cidadão. Neste sentido, este viver politicamente assume posição central na vida cívica. Sem dúvidas, a política também pode ser entendida como coloca Meier, envolvendo

(...) uma específica forma de identidade social, um particular modo de experienciar o tempo, uma especial relação entre estabilidade e mudança, um singular modo de experienciar, perceber e compreender as potencialidades humanas, história e sociedade (...) (1990, p. 2)<sup>6</sup>.

A política aparece como sinônimo de espaço comum, um campo concernente a todos, sendo este campo a filiação central dos cidadãos (MEIER, 1990, p. 13). Para Jean-Pierre Vernant, os cidadãos enquanto iguais elaboraram um espaço político e público que seria

(...) não apropriável, público, aberto aos olhos de todos, socialmente controlado, em que a opinião de cada um livremente expressa pela palavra no decorrer de um debate geral, é posta à disposição de todos (2009, p. 151).

Falar do espaço público, nestes termos, é refletir acerca do poder e autoridade doravante dessacralizados, constituindo assim, elementos de reflexão e debates públicos.

---

<sup>5</sup> No texto original: “La política era, para la gran massa de ciudadanos, la única parte de su vida que superaba al mundo concreto de las relaciones domésticas, de parentesco o de vecinidad, así como al de las pequeñas comunidades de culto. Era la única esfera en la que no actuaban solamente como personas privadas, el único dominio donde tomaban parte en una forma de vida pública”.

<sup>6</sup> No texto original: “A specific form of social identity, a particular way of experiencing time, a special relationship between stability and change, a particular mode of experiencing, perceiving, and understanding human potentialities, history, society”.

De fato, isto é o que constitui a invenção da política.

No universo da política situa-se a tragédia grega. Como explicitado anteriormente, chamo a tragédia de arte política. Discorro acerca desta nomenclatura, a fim de sustentar seu uso como ferramenta interpretativa. A tragédia grega é um evento cívico-religioso, com sensível peso na vida social dos atenienses (MARSHALL, 2000, 18). O trágico como manifestação simbólica e cultural faz circular no tecido social emoções, ideais, valores e mesmo sensibilidades de seu momento.

Na época de sua ascensão e declínio, o século V a. C, a tragédia não se apresentava apenas como palavra ou obra literária, mas especialmente como ação, pois era um espetáculo dramático de muito impacto (MARSHALL, 2000, p. 19).

A tragédia é posicionada como um núcleo difusor de significados e imagens a serem compartilhados no interior da comunidade cívica, fazendo com que aquele conteúdo veiculado passasse a circular junto a um grande público e integrando um complexo cultural simbólico e comunicativo a ser partilhado entre poeta e cidadãos (MARSHALL, 2000, p. 19).

A partir deste modelo de compreensão do fenômeno trágico foi que o movimento conhecido por Escola de Paris desenvolveu suas reflexões. Percorrendo as interpretações desta corrente intelectual fundamentalmente de dois proeminentes nomes, Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal - Naquet –, Marshall (2000, p. 33) explica que o referido movimento visa à compreensão do texto trágico mediante um olhar para com o universo histórico, social e mental da Atenas clássica. Em outras palavras, é perceber que autores como Vernant e aqueles que em certa medida se filiam às suas proposições, reconhecem a especificidade da tragédia em sua íntima reciprocidade para com o momento histórico que lhe é atual.

Momento histórico, diz-se. Mas também momento psicológico. Nesta perspectiva, me alinho às noções de Vernant e Vidal-Naquet, que segundo Marshall “*alargaram o âmbito significativo do texto trágico o máximo possível*” (2000, p. 33). Observar a tragédia grega como arte política é perceber que entre a tragédia e a “*dinâmica da pólis clássica*”, como coloca Marshall (2000, p. 34), há relação verdadeiramente orgânica. Assim,

Referência cardinal nesta linha de interpretação, a *política*, e com ela a realidade histórica original e específica da democracia ateniense, no século V a. C., aparecerá doravante como um tema de análise privilegiado para a compreensão da arte trágica (MARSHALL, 2000, p. 35).

É nesta via que segue o trabalho do helenista alemão Christian Meier, precursor do conceito de arte política como categoria analítica ao estudo da tragédia grega, autor que se pode situar em uma corrente marcada por uma antropologia política da Grécia antiga. Ele expõe sobre a tragédia e seu papel de

(...) recolocar sem parar, o novo dentro do antigo, de pensar o novo em união ao antigo e, desta forma, mantendo vivos os antigos questionamentos, os panos sombrios da realidade, fazendo-os entrar, sob uma nova forma, no mundo novo; logo, de prover a formação deste saber ao qual o ser humano costuma se referir, dito de outra forma, de prover a base mental do político: a tragédia revivendo, regenerando e desenvolvendo o fundamento ético da política (1991, p. 57)<sup>7</sup>.

Esta tensão entre o novo e antigo que Meier procura evidenciar é resultado de transformações e experimentações ocorridas na pólis clássica. A tragédia, sendo criada paralelamente à fundação da Atenas como grande centro cultural, econômico e político do Mediterrâneo, faz ecoar no teatro estas mesmas realizações. Sobre isto, Marshall nos diz,

O poderio conquistado por Atenas após as Guerras Médicas, e a consagração da soberania coletiva após as reformas de Clístenes e o declínio do Areópago, instauraram uma situação de perplexidade, devida às novas atribuições e responsabilidades da comunidade. A reformulação dos antigos cânones da vida política ocupa então a reflexão da cidade e seus expoentes, notadamente os tragedistas (2000, p. 34).

A tragédia, para Vernant e Vidal-Naquet, se posiciona no seio da cidade clássica como “(...) *uma espécie de assembleia ou tribunal popular*”, debatendo e pondo sob uma franca reflexão “*o pensamento social próprio da cidade no século V a.c.*” (2011, p. 45). É a partir desta tradição interpretativa, que autores, como o já citado Christian Meier, classificam a tragédia como arte política, pois seria do âmbito da tragédia problematizar e empreender uma nova organização do campo das experiências sociais. Quer dizer, a tragédia pensa a realidade sócio-política da pólis, representando através de uma linguagem literária os problemas que a vida comunitária engendra (MARSHALL, 2000,

---

<sup>7</sup> No texto original: “Repousser sans cesse le nouveau dans l’ancien, de penser le nouveau em l’unissant à l’ancien et, par là, de garder vivaces les vieilles interrelations, les pans sombres de la réalité, de les faire, sous une forme nouvelle, dans le monde nouveau, donc de pouvoir à la formation de ce savoir auquel l’être humain a coutume de se référer, autrement dit, de pourvoir à l’assise mentale du politique: la tragédie revivifiant, régénérant et développant le fondement étique de la politique”.

p. 35).

Tal representação é mediada pelo fato mítico. Ou seja, o mito na cena trágica realiza-se como um olhar distanciador que permite ao poeta trágico elaborar um debate “*acerca de temas políticos e morais*”, próprio do universo políade (SEGAL, 1994, p. 194). Michael Zelenak afirma que, “*através da tragédia, a cidade reescreve os mitos do tempo heroico, os situando em serviço da ideologia democrática*” (1998, p. 11)<sup>8</sup>.

Penso ser possível afirmar que Christian Meier (1991, p. 270) partilha de uma visão análoga, pois, para este autor, a tragédia desempenhou uma função histórico-social tão relevante e necessária na pólis democrática – Atenas –, quanto o Conselho dos Quinhentos, ou a Assembleia soberana do povo, por exemplo. A tragédia como arte política faz-se sentir ao observar que a partir da instauração da *ισονομία* (igualdade política-jurídica) uma nova antropologia emergiu, ou seja, um novo modo de perceber a existência humana. Este estado de coisas acarretou transformações na visão do humano sobre o próprio humano, bem como um novo olhar sobre o convívio comunitário:

A arte trágica, naturalmente, responde a esta carência de sentido do mundo vivido, com uma estética dirigida à reflexão sobre a medida e a ação, assim como à transformação dos temas políticos e sociais para uma linguagem plástica (do mito) e sensível (da arte dramática) em uma ocasião central da vida da cidade (a festa a Dioniso), capaz, portanto, de congregar, envolver e promover simbolicamente a coletividade e os indivíduos (MEIER Apud MARSHALL, 2000, p. 36).

Ao tratar a tragédia grega a partir de um arcabouço conceitual que lhe atribua o epíteto de arte política, se aceita que tal forma de expressão, para além de considerações meramente literárias, recupere e trabalhe com referências à vida política da comunidade cívica. Assim, a forma trágica enuncia um modo de pensamento singular, uma forma de organização do pensamento que tem como ponto referencial o fundo mítico grego, já mencionado. Pensar a tragédia em relação ao mito é perceber como ela se situa a partir de uma reflexão sobre o momento histórico-psicológico do homem grego.

As tragédias não são mitos. A tragédia teria vida quando o mito não mais dá conta de organizar o convívio humano na realidade política da cidade (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. XXI). No século V a.C. o mito é percebido como forma narrativa de um passado já transcorrido, mas que em alguma instância ainda faz-se sentir no plano da consciência do homem grego. Por outro lado, a cidade clássica quando emerge, institui

---

<sup>8</sup> No texto original: “Through tragedy, the city rewrote the myths of the heroic age and enlisted them into the service of the democratic ideology”.

noções, valores e ideias que entram em tensão com a referência mítica (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. XXI).

O que permite esta inflexão que se evidencia na tragédia grega? Do ponto de vista do pensamento, a construção dilacerada e tensa do homem trágico pode ser percebida em relação e mediante os processos de construção de um pensamento social e jurídico em estado de formação no tempo da tragédia.

Apoiando-se nas lições de Louis Gernet, Vernant e Vidal-Naquet colocam que “*a matéria da tragédia é o pensamento social próprio da cidade, especialmente jurídico em pleno trabalho de elaboração*” (2011, p. 3). Os autores ainda expõem que,

A presença de um vocabulário técnico de direito na obra dos trágicos sublinha as afinidades entre os temas prediletos da tragédia e certos casos sujeitos à competência dos tribunais, tribunais esses cuja instituição é bastante recente para que seja ainda profundamente sentida a novidade dos valores que comandaram sua fundação e regulam seu funcionamento (2011, p. 3).

Um vocabulário ambíguo, e incerto. Esta ausência de precisão é o espaço onde atuam os poetas trágicos, reverberando os impasses e tensões entre tradições religiosas arcaicas e a construção de um pensamento jurídico que ao mesmo tempo distancia-se da tradição mítica, mas lhe é devedor:

Desse ponto de vista, a própria *Dike* pode parecer opaca e incompreensível: comporta, para os humanos, um elemento irracional de força. Nas *Suplicantes* também se vê a noção de *kratos* oscilar entre duas acepções contrárias: ora designa a autoridade legítima, um domínio fundado juridicamente, ora a força bruta no seu aspecto de violência mais oposto ao direito e à justiça. Da mesma forma, na *Antígona*, a palavra *nómos* pode ser invocada pelos diferentes protagonistas com valores exatamente inversos. O que a tragédia mostra é um *dike* em luta com uma outra *dike*, um direito que não está fixado, que se desloca e se transforma em seu contrário (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 4).

O espetáculo trágico não é um julgamento ou debate jurídico. Apropria-se de seus elementos referenciais para situar o humano e seus conflitos morais e éticos em um universo fragmentado, tenso. Tal representação, para Vernant e Vidal-Naquet, traduz uma ruptura no pensamento grego que se faz sentir duplamente. No plano social grego do século V a.C. há uma distância sensível entre aspectos míticos religiosos do passado arcaico e a experiência inaugurada pelas práticas isonômicas da cidade clássica. Mas, em todo caso, aquela distância não é profunda o suficiente, fazendo, assim, “*(...) que os conflitos de valor sejam ainda dolorosamente sentidos e para que o confronto não deixe de efetuar-se*” (2011, p. 4).

Este aspecto de tensão tem correspondência em uma visão problemática acerca de



uma consciência da responsabilidade humana. Esta consciência pode ser chamada de trágica na medida em que se identifica nela uma concepção do plano humano marcadamente distinto do plano das deidades. Mas tal distinção não significa afirmar que aqueles âmbitos eram percebidos como inseparáveis. Com efeito, a responsabilidade humana é vista como aspecto trágico, pois na tragédia é um objeto de reflexão e debate, “*mas ainda não adquiriu um estatuto tão autônomo que baste a si mesmo*” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 4),

O domínio próprio da tragédia situa-se nessa zona fronteira onde os atos humanos vêm articular-se com as potências, onde revelam seu verdadeiro sentido, ignorado até por aqueles que os praticam e por eles são responsáveis, inserindo-se numa ordem que ultrapassa o homem e a ele escapa (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 5).

São condições sociais e psicológicas que a tragédia expressa. Assim, tem o próprio espaço humano como a base do debate. No sentido de problematização do convívio coletivo,

A tragédia não é apenas uma forma de arte, é uma instituição social que, pela fundação dos concursos trágicos, a cidade coloca ao lado de seus órgãos políticos e jurídicos instaurando sob a autoridade do arconte epônimo, no mesmo espalho urbano e segundo as mesmas normas institucionais que regem as assembleias ou os tribunais populares, um espetáculo aberto a todos os cidadãos (...) (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 10).

Para Vernant o vínculo estreito entre tragédia e realidade social não implica que o trágico seja visto como espelho a refletir aquela realidade. O autor afirma que a tragédia é um movimento problematizador das categorias mentais que a cercam. Isto se alinha ao que diz Pierre Vidal-Naquet (2002, p. 182-183) sobre a tragédia grega. Para este último autor, a expressão trágica funciona como um espelho, de fato, mas um espelho quebrado. Com esta figura de linguagem Vidal-Naquet procura caracterizar a tragédia como uma instituição social que representa, no teatro, a cidade em suas tensões e ambiguidades do plano social, político, religioso e jurídico, por exemplo. O pensamento trágico, enquanto um “espelho quebrado” explicita, por uma imagem refletida, as fraturas inerentes ao convívio comunitário, indicando a existência das diferentes vozes que habitam o espaço público.

Este reflexo problemático, creio atuar em dois níveis. Em um primeiro plano a lenda do herói e seu mundo, “*esse mundo lendário, para a cidade, constitui o seu*

*passado*” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 10). Este passado é posto, na tragédia, sob as exigências da cidade democrática, tornando-se um problema insolúvel (SEGAL, 1994, p. 195). A tensão entre os mitos apresentados na tragédia e a exigência que o convívio isonômico coloca, advém da questão que lembrava Walter Nestle, ou seja, o mito passa a ser visto através dos olhos do cidadão. O mito perde sua consistência de organizador do cosmos (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 12). Em segundo lugar, a apresentação de uma narrativa mítica completamente problemática e fragmentada em seus valores, ideias e noções, na visão de Vernant e Vidal-Naquet serve ao propósito de na tragédia se debater e problematizar a própria cidade e seus valores (2011, p. 10-11).

A esta posição central na vida social grega – ateniense – a tragédia corresponderia uma função formativa de uma subjetividade do cidadão, tendo em vista o problema da ação, pois o homem trágico é desenhado segundo aqueles valores que constituem o ideal homérico de herói. Doravante, no século V a.C. com o modelo da vida na pólis democrática, o herói e suas condutas parecem insuficientes em tudo que diz respeito ao concerto do convívio humano. Por ser tributário de um passado marcado por outra forma de conduta – mítico-arcaica –, na tragédia os heróis perdem-se, e o complexo do pensamento isonômico parece triunfar (VORSATZ, 2013, p. 26-27).

Podemos dizer que a tragédia, apresentando sempre o herói diante de uma escolha (VORSATZ, 2013, p. 29), acaba por problematizar o tema da ação humana em uma realidade da participação como era a pólis clássica:

A tragédia ática constitui o modo pelo qual a civilização grega do século V a. C., pela primeira vez, interroga o sentido da ação humana – perspectiva ética por excelência. A poesia épica, que lhe é imediatamente anterior, caracteriza-se pelo canto em louvor do herói e seus feitos inigualáveis (...). A tragédia ática apresenta a interrogação ética através da relação singular do herói com seu ato (...) (VORSATZ, 2013, p. 29).

A tragédia leva os cidadãos a refletirem sobre a condição humana, em um sentido do constante chamado à ação e deliberação sobre seu próprio estatuto.

Enquanto a cidade permaneceu viva, a atividade poética continuou a exercer esse papel de espelho que devolvia ao grupo humano, permitindo- lhe apreender-se em sua dependência em relação ao sagrado, definir-se ante os imortais, compreender-se naquilo que assegura a uma comunidade de seres percíveis sua coesão, sua duração sua permanência através do fluxo das gerações sucessivas (VORSATZ, 2013, p. 34).

Ao demonstrar no teatro antigos mitos heroicos que devem romper com o *ethos*

aristocrático e agirem mediante o pensamento isonômico, a tragédia atua como uma forma de expressão a instituir o laço social da pólis. Aquele laço que deve superar as solidariedades que permeiam entre os *gene* aristocráticos (VORSATZ, 2013, p. 34).

Na tragédia, expõe Vorsatz (2013, p. 42), a colocação de um fim e sua realização, a existência de intensos debates entre personagens, e personagens com o coro, apresentaria a função de discutir a ação humana em sua interação com a coletividade. Seguindo Vorsatz (2013, p. 45), a tragédia seria como uma proposta de reflexão sobre o próprio funcionamento da cidade. Discutindo a pólis, diante dos cidadãos, pela relação entre humano e ação, a tragédia procura acessar a dimensão ética da existência do homem.

A tragédia não é o mito. Sua palavra – *λόγος* – de fato é dessacralizada. A sacralidade do aedo arcaico que, regulado por um saber divino expressava sentenças eficazes para além de qualquer questionamento, não é encontrada no poeta trágico, bem como é igualmente negativo em suas criações poéticas. Mas, por sua vez, tragediógrafo e tragédia ocupam uma posição central na vida social da pólis (REDFIELD, 1992, p. 42). Para Marshall (2000, p. 44), o poeta resguarda uma autoridade, sem dúvidas, mas esta doravante encontra-se secularizada. O poeta trágico “(...) *perdeu a posição de profeta e adquiriu a posição de professor*” (REDFIELD, 1992, p. 42).

Marshall pontua que o poeta trágico é

Menos sagrado do que o aedo homérico, mas mais considerado do que os restantes mortais seus contemporâneos. Ou seja, um mestre cujas palavras e sentenças poderiam impor-se também como modelo sobre o tempo, em que se realizavam, assumindo valor não apenas comunicativo, mas também e principalmente, formativo (2000, p. 45).

Nesta perspectiva, observo a tragédia como espaço formativo. Busco uma referência no que diz Cornelius Castoriadis (2002, p. 316). Para o filósofo franco-heleno, a tragédia em sua função educacional – termo sem dúvida moderno – surge como instituição de autolimitação. Ou seja, o trágico por uma visão problemática do mito expõe seus personagens às situações limites que interrogam o humano naquilo que se pode esperar do próprio humano quando colocado sob a chancela da decisão e ação (GAZOLLA, 2011, p. 233). Charles Segal apresenta o olhar da tragédia sobre o mito,

Na tragédia, a organização do material narrativo dos mitos através de um texto escrito torna possível uma nova e vigorosa narração visual; voz e visão estabelecem entre si relações complexas de um novo tipo. Com essa maior insistência em aspectos e conteúdos inovadores, o espectáculo ou o teatro tornam-se metáforas para descrever a experiência humana em geral (1994, p.

187).

Para o pesquisador Mateus Dagios (2012, p. 25), a partir desta citação, percebe-se que, por um distanciamento em relação ao mito se encontra na obra trágica novas sensibilidades que conformavam o universo do homem grego. Roland Barthes (2007, p. 28) afirma que a tragédia é veiculação de uma emoção política. Para Barthes, a tragédia é teatro social, que “*através dos mitos divinos, o que cada vez estava em causa era o devir da Cidade (...)*” (2007, p. 35). Ainda, para este autor, as ações humanas postas na cena trágica não são problemáticas em si, mas são, sobretudo, problemas na medida em que há uma reverberação no espaço coletivo (BARTHES, 2007, p. 36).

Desta forma, penso que são os valores do espaço coletivo isonômico que servem como referência na construção de uma cena trágica como espaço formativo do cidadão,

No conflito trágico, o herói, o rei e o tirano ainda parecem bem presos à tradição heroica e mítica, mas a solução do drama escapa a eles: jamais é dada pelo herói solitário e traduz sempre o triunfo dos valores coletivos impostos pela nova cidade democrática (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. XXI).

Ao problematizar a ação humana mediante o convívio isonômico, a tragédia marca um momento de reflexão acerca do próprio humano enquanto sujeito que percebe a si mesmo como responsável em seus atos (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 2). É evidente que isto que chamo de responsabilidade não se dá em um espaço totalmente livre de qualquer mediação que ultrapassa o humano, pois, sem dúvidas, a autonomia humana é relativa no pensamento grego. Onde o humano constrói seu espaço no mundo regulando sua posição entre deuses e animais.

O homem trágico é um objeto de debate, está no centro de intensas discussões que são postas em cena diante de uma plateia de cidadãos. Este ser é interrogado, “*no novo quadro do jogo trágico, portanto, o herói deixou de ser um modelo; tornou-se, para si e mesmo para os outros um problema*” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 2011, p. 2).

Diego Lanza coloca que “*o teatro ateniense se situa no espaço político da cidade e sua linguagem é linguagem política*” (1997, p. 30). Espaço político e linguagem política. Que não se caia em uma reflexão que tome a tragédia tão somente como alguma espécie de decalque da vida política grega – ateniense. A política da tragédia aparece como uma reflexão sobre aquele tipo de convívio inaugurado pelos gregos que assume o nome de política, ou seja, uma forma de perceber a existência humana e comunitária em suas potencialidades de auto instituição. Mario Vegetti ao comentar a proposição de Lanza,

afirma que a tragédia,

(...) representa a cidade diante de si mesma, no seu saber partilhado, nas suas exigências morais, nas suas crises e contradições. Desse modo, o teatro possui dupla ação simultânea: interpreta a cidade e ao mesmo tempo educa e forma o cidadão militante, põe-no em condição de pensar, compreender, controlar os problemas que a prática social e seu horizonte ideológico lhe põem cada dia no momento da decisão e da reflexão (2014, p. 71).

Os helenistas Vernant e Vidal-Naquet (2011, p. 219) mantendo linha análoga explicam a tragédia como expressão que propõe uma infinita interrogação sobre a condição humana, seus limites em uma finitude da existência que sempre se impõe.

Em suma, articulo uma reflexão sobre a tragédia inserida na pólis clássica – Atenas – de maneira a ser considerada uma instituição social da cidade. Desta forma, atribuo à tragédia a característica de falar ao cidadão, regulada pelas problemáticas e exigências que a própria cidade e o convívio público colocavam.

Não se trata de pensar o teatro como análogo a um espaço escolar, nem mesmo a tragédia é como alguma forma panfletária de manifestação. Ao contrário, constitui-se como a expressão de uma nascente consciência do humano sobre sua responsabilidade ética e moral diante do que venha a deliberar. O espetáculo põe sob reflexão as ideias e valores que a prática isonômica inaugura, como pensar a natureza da autoridade, do poder, os limites da ação humana, bem como a natureza do convívio humano e qualificação do espaço público.

A tragédia não é mero teatro de entretenimento, sua posição central na pólis clássica a coloca como um eixo irradiador de pensamento e sensibilidades aos cidadãos que compõem o público teatral, demonstrando aspectos da existência humana fundantes do convívio isonômico. Com efeito, penso que a tragédia é espaço de formação, ou formativo ao irradiar através de uma linguagem abstrata e simbólica, todo um arcabouço intelectual necessário às estruturas funcionais da cidade.

#### **Referências bibliográficas:**

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Mário Gama Kury. Brasília: EDUNB, 1997.

BARTHES, Roland. Poderes da Tragédia Grega. In. Roland Barthes. **Escritos sobre teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do labirinto: a ascensão da ignorância. Vol. IV**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGIOS, Mateus. **Neoptólemo entre a cicatriz e a chaga: lógos sofisticado, peithó e areté na tragédia Filoctetes de Sófocles**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LANZA, Diego. **Le Tyran et son Public**. Torino: Einaudi, 1997.

GAZOLLA, Rachel. **Pensar mítico e filosófico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARSHALL, Francisco. **Édipo Tirano: a tragédia do saber**. Brasília: EDUNB, 2000.

MEIER, Christian. **The greek Greek discover of politics**. Harvard: Harvard Press, 1990.

MEIER, Christian. **De la Tragédie Grecque comme Art Politique**. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

MEIER, Christian. **Introducción a La Antropología Política de La Antigüedad Clásica**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura, 1987.

REDFIELD, James. **La tragédia de Hector: Naturaleza y cultura em la Iliada**. Barcelona: Ediciones Destino, 1992.

SEGAL, Charles. O ouvinte e o espectador. In. VERNANT, Jean-Pierre (Org.). **O homem grego**. Lisboa: Presença, 1994.

TRABULSI, Jose Antonio Dabdab. **Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

VEGETTI, Mario. **A Ética dos antigos**. São Paulo: Paulus, 2014.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores e a democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VORSATZ, Ingrid. **Antígona e a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZELENAK, Michael. **Gender and politics in greek tragedy**. New York: Peter Lang, 1998.

## A ORATÓRIA NO SISTEMA DE ENSINO ROMANO<sup>1</sup>

Milena Rosa Araújo Ogawa<sup>2</sup>

Para depreender o sistema de ensino, é fundamental nos atentarmos ao papel da *familia*, pois esse ambiente seria a primeira instância de instrução para os romanos. Segundo Quintiliano (*Inst.* I, 2), esse espaço é propício, o “meio natural” para a condução do ensino<sup>3</sup>. Assim, o *pater familias*<sup>4</sup> era consciente de seu papel, sendo o responsável por desempenhar a autoridade maior no seio familiar. A mãe era o alicerce dessa educação e, caso não conseguisse proceder nessa função, uma parenta em idade madura o faria (Tac. *Dial.* XXVIII). Para os romanos, “o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida” (MARROU, 1990, p. 365).

Sabe-se que a sociedade romana antiga possuía modelos de ensino, já que as famílias aristocráticas seguiam um processo predeterminado<sup>5</sup> para que seus descendentes ingressassem na carreira senatorial. Tal processo, naturalizado socialmente, contava com as seguintes etapas: após os primeiros ensinamentos da mãe/parenta, haveria o deslocamento da criança, aos sete anos de idade, para os cuidados do pai, que era considerado perante a sociedade o profícuo educador (Quint., *Inst.*, II, 2, 4). O menino passava, nessa idade, a utilizar uma toga púrpura (*praetextatus*) que o tornava apto a frequentar ambientes festivos adultos, o que já representava um diferencial social. Aos dezesseis anos, a educação familiar findava-se, e instituíam-se uma nova fase<sup>6</sup>: esse

<sup>1</sup> O capítulo é parte da dissertação de mestrado produzida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas entre os anos de 2015-2017.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsistas Capes. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: ogawa\_milena@hotmail.com.br.

<sup>3</sup> Quintiliano (*Inst.*, I, 1, 4-9) conduz o leitor a uma proposição de formação da criança desde sua mais tenra idade, quando os pais e os servos domésticos propiciariam sua alfabetização, para que, posteriormente, fossem conduzidas a mestres especializados.

<sup>4</sup> Sobre modelos de *pater familias* ver: Plutarco (*Paulo Emílio*, 6), Cícero (*Cartas a Ático*, VIII, 4, 1), Suetônio (*Vida de Augusto*, 64,5) e Tácito (*Ann.*, VI, 21). O *pater familias* era a autoridade sobre a casa, e a lei romana dividia seus poderes de três maneiras: *potestas* ou poder sobre os filhos, incluindo adotados, e os filhos dos filhos e escravos; *manus*, poder sobre a mulher e as mulheres de seus filhos; e *dominium*, poder sobre os bens (FINLEY, 1980, p. 7)

<sup>5</sup> “O orgulho indomável dos Cláudios, a rigidez do caráter dos Júnios, a austeridade dos Élios Tuberones ou dos Quintios; esperava-se na política que um Cássio se voltasse para os populares, um Mânlio para a aristocracia” (MARROU, 1990, p. 367).

<sup>6</sup> Marrou (1990, p. 362) aponta as etapas da formação do orador e os três estágios das escolas: entre os 7-10 anos frequentaria a escola primária, dos 11-12 anos passaria para o gramático e, aos 15, receberia a toga viril, podendo continuar sua formação com o *retor* com o qual completaria, por volta dos 20 anos, sua formação, estando preparado para a carreira pública.

adolescente era conduzido a um amigo político influente da família, que o guiaria no aprendizado da vida pública (*tirocinium fori*). O rito de passagem, simbolizado principalmente pelo uso da toga viril, constituía-se como fundamental para que o aprendiz se concretizasse na vida política. Geralmente, esse processo educacional era efetuado, o mais tardar, em um ano, para que em seguida tivesse início a carreira militar (MARROU, 1973, p. 362- 365).

Então, entre os nossos maiores, o jovem que se preparava para o foro e para a eloquência, já imbuído da disciplina doméstica e sustentado por estudos sérios, era levado pelo pai ou pelos parentes ao orador que ocupava na cidade o primeiro lugar. Acostumava-se a acompanhá-lo, a segui-lo, a assistir a todos os seus discursos, quer nos tribunais, quer nas assembleias, e de tal modo que também assistia a debates e discussões e, por assim dizer, aprendia a combater na própria luta (Tac., *Dial.* XXXIV).

*Ergo apud maiores nostros iuvenis ille, qui foro et eloquentiae parabatur imbutus iam domestica disciplina, refertus honestis studiis deducebatur a patre vel a propinquis ad eum oratorem, qui principem in civitate locum obtinebat. hunc sectari, hunc prosequi, huius omnibus dictionibus interesse sive in iudiciis sive in contionibus adsuescebat, ita ut altercationes quoque exciperet et iurgiis interesset utque* (Tac., *Dial.* XXXIV).

Alguns jovens optavam por continuar seus estudos, e, para tal, dirigiam-se à Grécia (MARROU, 1990, p. 383). Convém ressaltar que o sistema grego de ensino tinha uma influência inegável. Isso se devia tanto ao fato de o idioma grego, principalmente na República, ser internacionalmente reconhecido como língua diplomática, a ser usado na comunicação com adversários e com súditos, como também pela força que possuía o modelo ateniense sofista do século V a.C., cujos efeitos nos tribunais eram altamente persuasivos<sup>7</sup>, e especialmente úteis para os casos de reivindicação de terras, que exigiam argumentação baseada em testemunhos, indícios e documentos. A civilização helênica iniciou os estudos da retórica com suas técnicas (ensinamentos) e desenvolveu a sua teoria (reflexão) (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. 2-3). A instrução do jovem tinha como intuito uma educação geral para defesa de uma causa. A importância da civilização helênica foi tão reconhecida que até mesmo após dominar os gregos, os romanos optaram por confiar o ensino de suas crianças aos criados responsáveis pela introdução da língua grega (Tac., *Dial.*, XXIX). Alguns desses professores alcançavam a liberdade, como Lívio Andrônico, que, após preceptorar os filhos de seu senhor, foi alforriado e iniciou o ensino público

<sup>7</sup> “Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciais. Numa época em que não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua causa. Certo Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e o seu próprio discípulo, Tísias, publicaram então uma ‘arte oratória’ (*tekne rhetorikē*), coletânea de preceitos práticos que continha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça; Ademais, Córax dá a primeira definição da retórica: ela é ‘criadora de persuasão’” (REBOUL, 2004, orig., 1925, p. 2).



grego (Jer., *Chron.*, 187 a.). Contudo, as fontes demonstram que o exercício docente desses profissionais constituía-se como razoável meio de lucro (Plut, *Cat. Mai.*, 20; Plin., H.N., VII, 128).

Os romanos sedimentaram a oratória não somente como defesa de uma acusação, mas como meio de poder, de condução das massas e de ação política, que respaldava todo o sistema social, pois interligava-se com as relações que envolviam até a coerção e a coação (Cic., *De or.* 1. 4. 14). Dessa maneira, podemos observar que a oratória se amalgamava com a política, e que um aspirante às magistraturas deveria se dedicar a esse estudo, pois seu exercício profissional seria calcado nas técnicas de convencimento. Ou seja, “um reflexo do processo natural de mudança cultural e política como é uma expressão de seu desenvolvimento teórico e prático” (DOMINIK, 2012, p. 95), como podemos observar a seguir:

Uma vez que queremos obter uma audiência disposta, amigável e atenta, indicarei como cada um desses objetivos pode ser alcançados. Podemos obter o interesse dos ouvintes resumindo brevemente os pontos essenciais da causa e assim chamamos a atenção deles, porque aqueles que querem ouvir com atenção já estarão interessados. Obteremos a sua atenção se prometermos que falaremos de questões importantes, novas ou extraordinárias, sobre questões que se referem ao Estado, aos próprios ouvintes ou ao culto dos deuses imortais, ou se pedimos que eles escutem atentamente, assim, iremos listar os pontos que vamos tratar a favor de nossos ouvintes, dessa maneira, poderemos alcançá-lo de quatro maneiras: falar sobre nós mesmos, nossos adversários, os ouvintes ou os próprios fatos (*Ret Her.* I, 7-8).

*Quoniam igitur docilem, benivolum, adtentum auditorem habere volumus, quo modo quidque effici possit aperiemus. Dociles auditores habere poterimus, si summam causae breviter exponemus et si adtentos eos faciemus; nam docilis est qui adtente vult audire. Adtentos habebimus, si pollicebimur nos de rebus magnis, novis, inusitatis verba facturos, aut de iis quae ad rem publicam pertineant, aut ad eos ipsos qui audient, aut ad deorum immortalium religionem; et si rogabimus ut adtente audiant; et si numero exponemus res quibus de rebus dicturi sumus. Benivolos auditores facere quattuor modis possumus: ab nostra, ab adversariorum nostrorum, ab auditorum persona, et ab rebus (*Ret Her.* I, 7-8).*

Os aristocratas, a exemplo de Paulo Emílio<sup>8</sup> (Plut., *Vit. Aem.*, 6), ofereciam a seus filhos uma formação multiáreas, que compreendia o estudo da língua grega e da gramática e para a qual contava-se ainda com o auxílio de sofistas, retóricos, pintores, escultores, montadores e músicos, bem como aulas de canto e dança (CLARKE, 1967). Sobre o

---

<sup>8</sup> Paulo Emílio é um aristocrata que viveu no período da 2ª Guerra Púnica (216 a. C.), momento em que existia uma migração de intelectuais gregos coloniais, isto é, os gregos que viviam na pólis são incorporados nesse período em Roma havendo grande influência deles na Cidade.

sistema de ensino, Tácito ao falar da educação no passado, aborda que ela deveria compor parte do discurso teórico de um orador

Por isso dominavam os velhos oradores o direito civil e se imbuíam de gramática, de música e de geometria. Aparecem realmente causas, e são elas as mais numerosas e praticamente todas, em que é necessário o conhecimento do direito, e muitas outras em que se requer uma das outras ciências (Tac. *Dial.* XXXI).

*ideoque et iuris civilis scientiam veteres oratores comprehendebant, et grammatica musica geometria imbuebantur. incidunt enim causae, plurimae quidem ac paene omnes, quibus iuris notitia desideratur, pleraeque autem, in quibus haec quoque scientia requiritur* (Tac. *Dial.* XXXI)

A respeito da filosofia, durante a República, existiam leis restritivas, como o *senatus consulto*, de 154 a.C., que previa o banimento de filósofos. Como exemplo, em 173 a.C., os epicuristas Álcio e Filisco foram exilados (Ath, *Banquete dos Sofistas*, XII, 547 A.) e, em 161 a.C., foi decretada a expulsão de todos os filósofos e retóricos (SUET., *Gramáticos e Retóricos*, 25, 1). Contudo, ao longo da República, a oratória tornou-se a arte do embate para construção da *res publica*. Para Cícero (*Brutus*, 96), o primeiro grande eloquente romano teria sido M. Emílio Porcina, cônsul em 137 a.C. que, por seu grande talento, poderia ser comparado aos oradores áticos do século V a.C.

Torna-se perceptível nas fontes (Cic., *Cat.*, II,23; Sen., *Controv.* I, pr. 8) a predileção dos romanos às artes da gramática e da oratória, áreas de prestígio em Roma, sendo as mais frequentadas. Estas exigiam testes de progresso e mantinham os estudantes em um espírito de competição, para que se tornassem oradores cuidadosos e atentos às suas escolhas lexicais, às estruturas frasais adotadas e ao uso de metáforas.

O *gramaticus*, mestre encarregado do ensino da língua literária e das expressões linguísticas, dissecava a semântica e a morfologia. Tinha como função trabalhar com seus alunos pronúncia, gesticulação, desenvolvimento de habilidades de inferência e relação de dados (Quint., *Inst.*, I). Dessa maneira, quando encaminhados aos gramáticos, estes deveriam ensinar a classificação das primeiras letras (vogais, consoantes e semivogais), mostrar as combinações silábicas, proporcionar a leitura em voz alta para a pronúncia correta (boa linguagem). No seguimento da grafia, ensinavam-lhes os processos de formação e flexão de palavras, as partes do discurso e as origens das palavras<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Os gregos dividiam as palavras em oito classes: nome, verbo, particípio, pronome, preposição, artigo, conjunção e advérbio. Os romanos, por sua vez, mantinham sete das oito categorias citadas, pois o artigo, no latim, inexistia, já que seu papel era desempenhado em outras classes; contudo, possuíam a interjeição em seu escopo, o que manteria as 8 categorias de palavras dos gramáticos antigos.

Neste sentido, o estudo da gramática torna-se preponderante, pois não analisa apenas a língua enquanto sistema, mas como interpretação dos textos que possuem um sistema metódico de correção ortográfica e linguística. A erudição caminhava com a gramática e, concomitantemente, com o poder, visto que estes estabeleciam as fronteiras entre os não letrados e os cultos, considerados “guardiões da língua por carregarem a tarefa de protegê-la da corrupção” (PEREIRA, 2002).

Sobre a retórica e o papel de seu instrutor, a metodologia empregada primava pelo ensino da edificação de um discurso dentro de um conjunto de regras que envolvia a concatenação das ideias, a construção de uma realidade evidente por meio da fala. Em sua alocação, o orador materializa-se no discurso de seu cliente, tornando-se “advogado”, posicionando-se em nome de outro, sendo veículo de uma defesa. Quintiliano (*Inst.*, II) mostra sua descontente visão sobre a construção do orador perfeito<sup>10</sup> – *uir bonus* (bom orador, sujeito íntegro, que possui uma bagagem cultural ampla, de conduta moral reconhecida e homem público respeitado entre seus pares), pois os exercícios declamatórios já não mais formavam o orador, sendo constituídos de treinos de casos fictícios, pois não envolviam questões práticas acerca da vida política – “os próprios exercícios são, na maior parte, contraproducentes – *ipsae vero exercitationes magna ex parte contrariae*”. (Tac. *Dial.* XXXV). Quintiliano visava um ensino que capacitasse o orador tanto para as atividades públicas (*res publica* – atividade forense) quanto para as privadas (“advogados” de causas particulares).

O ensino oratório envolvia três tipos de discurso e (era dirigido a) três públicos (*Ret. Her.* I, 2), a saber: a) o jurídico, que versava sobre um fato já transcorrido e flutuava entre “justo” e “injusto”, no qual o juiz (de forma individual) pronunciaria uma decisão; b) o deliberativo, que se concentrava em uma ação futura sobre temáticas úteis e nocivas em que uma assembleia referendava um dos dois vereditos; e c) o epidítico/demonstrativo, que incidia sobre ações no presente e poderia constituir-se tanto de elogios como de censuras, com as quais a comunidade determinaria sentenças (REZENDE, 2009, p. 23; SILVA, 2015, p. 49).

---

<sup>10</sup> Na diegese de sua obra, Quintiliano propõe um método de ensino, visto seu desagrado quanto a condução deste à época, que já não abarcava uma formação combativa, de debates acirrados nas assembleias, e que não permeava questões concernentes a *res publica*. “O aprendiz era aí submetido ao exagerado exercício da fórmula, das regras, das técnicas de linguagem, sem o respectivo aprofundamento do conteúdo a ser transmitido. Era, enfim, o combate à escola do normativismo estéril” (REZENDE, 2009, p. 60).

Assim, para compreendermos o sistema de educação romano, é necessário ter nítida a diferenciação entre retórica, oratória e eloquência. A retórica era a área dedicada ao ensino da linguagem escrita e falada baseada em princípios teóricos e metodologias para proporcionar um discurso que obtivesse o convencimento de seu ouvinte. A oratória era a concretização do ensino da retórica com suas normatizações, configurando, assim, o ato de proferir um discurso. A eloquência constituía-se enquanto maior gabarito de uma fala, a *firma faciitas* – inabalável eficiência - (Quint., *Inst.* X, 1, 1), a qual seria uma espécie de aplicação de todos os conhecimentos dos oradores. Dessa forma, “não há oratória sem retórica, a eloquência por sua vez nem preexiste à oratória, nem é uma instância independente do discurso” (REZENDE, 2009, p. 17).

Diversos são os recursos que um orador deveria estudar para melhor alcançar a empatia de seu público. O humor seria uma dessas ferramentas, que acabaria por aproximar duas artes (oratória e poesia), pois o riso, aplicado da maneira eficaz, configura-se como um artifício de homens cultos, tanto nos jogos de palavras como no enfraquecimento do adversário e/ou no desvanecimento das acusações desagradáveis. O interlocutor poderia, por exemplo, partir de suas próprias características, dos outros ou das coisas cotidianas, isto é, despertar algo evidente, fosse uma deformidade, um elemento da aparência, a narração de um evento, fosse a tolice dos outros, transferências das acusações ou insinuações, entre outros (Quint., *Inst.*, VI, 71-100).

Assim, o orador deveria ter maturidade, haja vista ser necessário saber organizar, definir e exemplificar seus argumentos de forma contundente para que seu objetivo – provocar sentimentos – não fosse reverso. Ou seja, ele deveria se atentar para a reação dos jurados – *dispositio* – assim como ser capaz de perceber quais os recursos necessários para obter um veredito favorável ao cliente.

Pregava-se ainda a utilização de outros artifícios retóricos por parte dos oradores. Um exemplo é a antimetábole, que consiste em mudar a ordem das palavras em duas orações, fazendo uma delas assumir um sentido oposto, como em “puseram em desordem a paz pelo amor à guerra, abandonariam a guerra por amor à paz – *moderationem reor ut qui pacem belli amore turbaverant, bellum pacis caritate deponerent*” (Tac., *Hist.* II, XXXVII). Outro mecanismo oratório é o uso da digressão. Munido desta, o eloquente pode amplificar seu discurso, esclarecer questionamentos e contribuir para o sentido interno de sua mensagem. Contudo, esse artifício não deveria ser utilizado de forma indiscriminada. Tácito é um exemplo eficaz do uso das digressões, tendo êxito em sua aproximação com o leitor e direcionando o pensamento deste para sua perspectiva.

Exemplos de digressões são os paralelos, as descrições geográficas e/ou políticas, eventos ainda não citados, ou seja, informações adicionais para esclarecer algo já narrado ou que ainda será descrito, ou, então, para sugerir determinada reflexão (SILVA, 2015, p. 59).

Uma questão intrínseca à vida educacional romana é a influência religiosa, *pietas*, que, em tese, não permitia ações imorais: “para a salvação da pátria, tudo é devido, mas nem tudo é permitido: é preciso respeitar as leis da justiça, da moral e do direito” (MARROU, 1990, p. 368). Tal postura confirma-se na citação dos antigos, “É mostrando-te submisso aos deuses, ó romano, que alcanças o império – *Dis te minorem quod geris imperas*” (Hor., *Carm.*, III, 6, 5).

Sobre a forma de ensino, Quintiliano evidencia a necessidade de estabelecer cânones à formação do bom orador, pois não os considerava apenas regras, mas preceitos importantes:

Nesse ponto, devo começar a tratar daquela parte da retórica pela qual normalmente começam os escritores que omitiram os estágios anteriores. Posso ver, contudo, que alguns bloquearão meu caminho logo na partida, por acreditarem que a eloquência não precisa de regra deste gênero. Contudo com suas próprias habilidades e com os exercícios normais das escolas, chegam até a rir-se de meus esforços; com isso, seguem o exemplo de alguns professores prestigiosos, um dos quais, segundo creio, interrogado sobre o que queria dizer *schema* e *noema*, disse que não sabia, mas que, se fossem relevantes, estariam presentes em suas declamações (Quint. *Inst.* II, 11,2)

*iam hinc ergo nobis inchoanda est ea pars artis, ex qua capere initium solent, qui priora omiserunt; quanquam video quosdam in ipso statim limine obstaturos mihi, qui nihil egere huiusmodi praeceptis eloquentiam putent, sed natura sua et vulgari modo et scholarum exercitatione contenti rideant etiam diligentiam nostram exemplo magni quoque nominis professorum, quorum aliquis, ut opinor, interrogatus, quid esset σχῆμα et νόημα, nescire se quidem sed, si ad rem pertineret, esse in sua declamatione respondit.* (Quint. *Inst.* II, 11,2).

Assim, a oratória era exercida por parte dos homens públicos e significava o maior grau de civilidade e intelectualidade que um cidadão poderia ter<sup>11</sup> (REZENDE, 2009). O

<sup>11</sup> “Depois, o próprio saber de muitas matérias nos dá brilho, mesmo quando tratamos de outras coisas, e, quando menos se pensa, aparece e sobressai. E isto, não só o nota o ouvinte sabedor e inteligente, mas também o vulgo, e logo de tal modo o louva que todos confessam que estudou como devia, que foi transpondo todos os graus de eloquência, que finalmente, é um orador; torno a afirmar que não pode existir, nem existiu jamais, de uma forma diferente e senão como aquele que, assim como alguém se apresenta para o combate equipado com todas as armas, sai no foro armado de todos os conhecimentos - “*deinde ipsa multarum artium scientia etiam aliud agentis nos ornat, atque ubi minime credas, eminet et excellit. idque non doctus modo et prudens auditor, sed etiam populus intellegit ac statim ita laude prosequitur, ut legitime studuisse, ut per omnis eloquentiae numeros isse, ut denique oratorem esse fateatur; quem non posse aliter existere nec extitisse umquam confirmo, nisi eum qui, tamquam in aciem omnibus armis instructus, sic in forum omnibus artibus armatus exierit*”(Tac., *Dial.* XXXII).

orador deveria “alimentar o espírito com as disciplinas em que se discute do bem e do mal, do honesto e do vergonhoso, do justo e do injusto; efetivamente, é desta matéria que o orador disporá para falar “*sed ut iis artibus pectus implerent, in quibus de bonis et malis, de honesto et turpi, de iusto et iniusto disputatur; haec enim alius percontanti*” (Tac. Dial. XXXI).

Nas obras de Salústio, tais como *Jugurta* (41) e *Catilina* (10-11), é notório o discurso sobre uma possível “decadência” do ensino oratório durante a República. Tácito, nos *Diálogos*, vivendo no Principado, ilustra que o período antecessor seria mais combativo no que tange a construção da res publica - como veremos a seguir. Quintiliano, na *Institutio*, também durante o Principado, possuía um discurso sobre a concentração do poder jurídico nas mãos do imperador, tendo em vista que o Senado já não desempenhava o papel das decisões políticas, sendo a oratória apenas um meio de ornamentação “da causa sem causa”, cujos temas eram o elogio a eles próprios (oradores) ou a personalidades ligadas ao Governo.

Porém, devemos observar que os autores estão inseridos em um processo cultural amplo, para além, devemos ter cautela ao examinar o discurso sobre essa possível transformação da oratória e como correlacioná-la em um “modelo” de ensino. Devemos ter consciência do *topos* historiográfico de um passado idealizado e do presente corrompido para os dois momentos. Os autores da República apontavam uma deterioração do ensino, os imperiais exaltam o período anterior, em que o ensino nos fóruns era utilizado para observância dos oradores brilhantes e no período em que viviam, a oratória era empregada como “recreação” de alguns abastados romanos em escolas sendo refugiada em salas de declamação, com causas fictícias e/ou de ocorrência improvável (CLARKE, 1953, p. 85).

A partir dessa visão, devemos considerar as motivações pelas quais os autores descrevem seus períodos como decadentes. São indícios pessoais, políticos e/ou ideológicos? Os historiadores eram políticos influentes na República, mas, durante o Principado, os senadores sofreram uma reconfiguração de poder. Os oradores, no segundo momento histórico, deveriam adaptar suas narrativas. Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com uma das ideias centrais da teoria discursiva de Dominique Maingueneau (1989). Segundo esse autor, os sujeitos, enquanto enunciadores, estão inscritos conforme seus respectivos lugares de fala em discursos que são anteriores a eles, nos quais tomam parte e aos quais reproduzem como condição mesma de seu pertencimento a esse lugar de fala. Pode-se entender por “lugar de fala”, grosso modo, a consciência que o indivíduo

tendo do papel que cada sujeito desempenha na sociedade, seu pertencimento de classe, de gênero, de status social, seu contexto cultural etc. Dessa forma, os atos de fala são em boa medida reiterações desses discursos anteriores, reiterações de lugares de fala, e não a expressão de valores subjetivos, inéditos e individuais. Nessa linha de interpretação, os oradores, por meio de suas narrativas, ocupavam o lugar de representantes das “verdades” que proferiam, pois eram portadores de virtudes morais, podendo criticar as relações sociais e políticas do público e do privado, servindo como meio de reflexão da *res publica*.

Como exemplo, elencamos algumas problemáticas recorrentes na obra taciteana: a) a oratória acima da poética (Tac., Dial. II); b) quem seriam os “melhores” oradores: os antigos *versus* os modernos (Tac., Dial. XV) e c) quais seriam as causas das transformações da educação (Tac., Dial. XXVII). Na primeira indagação, observamos o orador Marcos Apro a discutir com o escritor/poeta Júlio Segundo sobre a suposta posição da oratória enquanto superior à poesia. Apro observa que Segundo teria nascido para a eloquência/carreira política e, com esse ofício, poderia “conservar amizades, criar laços de dependência e chamar a si províncias, [...] ser reconhecido de todo Império e de todos os povos” – “*qua parere simul et tueri amicitias, adsciscere necessitudines, complecti provincias [...] ad urbis famam pulchrius vel ad totius imperii atque omnium gentium notitiam inlustrius excogitari potest*” (Tac., Dial., V). Ou seja, Segundo era capacitado para angariar benefícios pessoais e públicos tendo uma função social diferenciada, pois seria útil aos amigos e à cidade, podendo “oferecer proteção aos amigos, auxílio aos alheios, salvação aos que estão em perigo e, ainda por cima, medo e terror aos invejosos e aos inimigos, ficando o próprio seguro” (Tac., Dial., V). Contudo, Tácito adverte sobre a necessária aproximação com a poesia, já que esta auxiliaria no convencimento<sup>12</sup>.

Sobre a segunda discussão, Apro posiciona-se em defesa dos seus contemporâneos. O debate não se restringe somente ao estilo dos antigos, mas abrange a representatividade que o orador possui ou não durante o Principado. Para Apro, havia causas bem delimitadas para a transformação educacional, e elas eram: a) corrupção dos costumes em virtude do contato cultural advindos da expansão territorial, (Tac., Dial. XII); b) o descaso da juventude; c) a negligência dos pais (Tac., Dial. XXIX); d) a ignorância dos mestres (Tac., Dial. XXVIII); e) a mudança da postura de entrega educacional a criados gregos” (Tac., Dial. XXIX), f) retores mais capacitados (TAC., Dial. XXX).

<sup>12</sup> “Até se exige agora do orador certo ornamento poético, não manchado pelas velharias de Ácio ou de Pacúvio, mas retirado do santuário de Horácio, de Virgílio e de Lucano” (Tac., Dial. XX).

Outro exemplo é a *Institutio* de Quintiliano, que propõe um método de ensino, pois seu discurso demonstra um desagrado com a forma de condução do ensino da época. Para o autor, o ensino já não abarcava uma lógica combativa, de debates acirrados nas assembleias, e não permeava questões concernentes a *res publica*. “O aprendiz era aí submetido ao exagerado exercício da fórmula, das regras, das técnicas de linguagem, sem o respectivo aprofundamento do conteúdo a ser transmitido. Era, enfim, o combate à escola do normativismo estéril” (REZENDE, 2009, p. 60).

As assembleias públicas ofereciam aos cidadãos adultos do sexo masculino a oportunidade de aprimorar suas habilidades de retórica para fins legislativos e eleitorais em um ambiente por vezes violento. Mas o auge da retórica romana parece ter sido alcançado no Senado, ainda que suas regras prescritas e tradicionais, sua hierarquia social e as alianças políticas tenham predeterminado, se não limitado, a sua prática por profissionais altamente qualificados (DOMINIK, 2012, p. 96).

Assim, a obra de Quintiliano deixa claro o abrangente arcabouço de conhecimentos que o orador deveria possuir e o imperativo de que este se aperfeiçoasse em exercícios. Também é perceptível o debate sobre o “declínio” do ofício mediante a situação política, que não favorecia a combatividade. Tal perspectiva reflete-se na passagem de Histórias em que Tácito compara o Império romano a um adoentado que necessita de vida<sup>13</sup>, e afirma que, de igual maneira, a oratória necessitava de combatentes.

### Lista de abreviações

Cic., Cat. - Cícero, *Catilina*  
 Cic., De or. - Cícero, *O orador*  
 Jer., Chron. - São Jerônimo, *Crônicas*  
 Hor. Carm. - Horácio, *Odes*  
 Plut., Cat. Mai. - Plutarco, *Catão o Censor*  
 Plut. Vit. Aem. - Plutarco, *Vida de Paulo Emílio*  
 Plin., H.N - Plínio, o Velho, *História Natural*  
 Quint. Inst. - Quintiliano, *Institutio oratoria*  
 Sen. Controv. - Sêneca, *Controvérsias*  
 Suet. Aug. Suetônio, *Vida de Augusto*  
 Tac. Ann. - Tácito, *Anais*  
 Tac. Dial. - Tácito, *Diálogo dos Oradores*  
 Tac. Hist. - Tácito, *Histórias*.

<sup>13</sup> “Mas antes que eu reúna os fatos propostos, parece ser necessário repetir qual a situação da cidade, qual o ânimo dos exércitos, qual o estado das províncias, aquilo que era saudável em todo o orbe das terras e o que tenha estado doente, para que não só os acontecimentos e as consequências das situações, que geralmente são fortuitos, mas ainda a natureza e a causa sejam conhecidas” – “*Ceterum antequam destinata componam, repetendum videtur qualis status urbis, quae mens exercituum, quis habitus provinciarum, quid in toto terrarum orbe validum, quid aegrum fuerit, ut non modo casus eventusque rerum, qui plerumque fortuiti sunt, sed ratio etiam causaeque noscantur*” (Tac., *Hist.* I, IV).



## Referências

### 1 Fontes

PLINY THE ELDER. **Naturalis Historia**. [S.l.]: Karl Friedrich Theodor Mayhoff; Lipsiae; Teubner. 1906.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. Tradução Antônio Martinez. Rezende. In: REZENDE, A. M. Rompendo o Silêncio: A Construção do Discurso Oratório em Quintiliano. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

**RETÓRICA a Herenio**. Tradução Salvador Núñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997

SUETÔNIO. **A Vida dos Doze Césares**. 5. ed. São Paulo: Atena Editora, 1956

TÁCITO. **Anais**. Tradução Freire de Carvalho. São Paulo: Clássicos Jackson, 1970

\_\_\_\_\_. **Diálogo dos Oradores**. Tradução e notas Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

\_\_\_\_\_. **Histórias**. Tradução Frederico de Sousa Silva. In: SILVA, Frederico de Souza. *Historiae in Libri. Estudo e tradução*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

### 2. Referências Bibliográficas

CLARKE, Martin Lower. Quintilian: A Biographical Sketch. Greece & Rome: New Surveys in the Classics, v. 14, n. 1, p. 24-37, abr.1967.

\_\_\_\_\_. **Rhetoric at Rome**. A Historical Survey. London: Cohen & West, 1953.

DOMINIK, Willian J. **Roman eloquence: Rhetoric in society and literature**. London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. As origens e o desenvolvimento da retórica romana. In: AMARANTE, J. L. L. (Org.). **Mosaico Clássico: Variações acerca do mundo antigo**. Salvador: UFBA, 2012, p. 95-109.

FINLEY, Moses I. **A economia antiga**. Lisboa: Afrontamento, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Ponte; Editora da Unicamp, 1989.

MARROU, Henri Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução Mário Leônidas Casanova. São Paulo: Epu, 1990.

PEREIRA, Marcos Aurélio. **O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão**: Algumas questões. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedette. São Paulo: Martins Fontes, 2004, orig. 1925.

REZENDE, Antônio Martinez de. **Rompendo o Silêncio**: A construção do discurso oratório em Quintiliano. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

SILVA, Frederico de Sousa. **Historiaevm Libri**. Estudo e tradução. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015

## MITO, GÊNERO E TRANSCULTURALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DA HEROÍNA ATALANTA NA HÍDRIA CAERETANA COPENHAGEN 13567

Ma. Thirzá Amaral Berquó<sup>1</sup>

### AS HÍDRIAS CAERETANAS

A cidade de Caere, ou Caisra, na Etrúria, hoje Cerveteri, deu o seu nome a uma série de vasos pintados produzidos no século VI A. E. C. Esses vasos caeretanos seguem o estilo grego de figuras negras, com a produção das imagens pela aplicação da coloração diretamente sobre o corpo do vaso, e se destacam pelo uso de cores vívidas e pela rica decoração, formada por ornamentação e cenas figurativas. As cenas estão restritas somente aos corpos de hídrias.

As hídrias caeretanas são vasos grandes, com altura entre 40 e 45cm (HEMELRIJK, 1984; COOK; DUPONT, 1998). Possuem um pé baixo e largo, em formato de cálice, um pescoço largo e alto, com uma boca larga e um lábio grosso, duas alças laterais horizontais, posicionadas na parte mais ampla da circunferência ou logo acima, e uma alça vertical que sobe a partir do ombro do vaso, curva-se em 90° e se liga à beira do lábio do vaso (HEMELRIJK, 1984).

Em relação à técnica de produção cerâmica, são consideradas “cruas e abaixo dos padrões da maioria das figuras negras gregas” (HEMELRIJK, 1984, p. 63), pois a modelagem tende a ser irregular, com lugares mais finos do que outros, e há problemas no manejo das queimas, de modo que “os corpos [dos vasos] vergam ou estão marcados e com frequência o processo de queima é ruim” (COOK; DUPONT, 1998, p. 111-112).

O uso dos ornamentos é diferente dos outros tipos de cerâmica de tradição grega. Segundo Hemelrijk, “Alguns são extremamente naturalistas; todos são incomumente coloridos: preto, branco e vermelho são distribuídos igualmente sobre a maior parte da superfície. [...] Parte dos ornamentos foi planejada com o uso de modelos e réguas, o que parece ser único em cerâmica grega [...]” (1984, p. 64). Os ornamentos consistem em pétalas ou línguas, meandros, cruces em espiral, flores de lótus e estrelas-rosetas, guirlandas de folhas e frutos de hera, palmetas de lótus e, na base, raios.

Apesar das dificuldades na parte de olaria, as hídrias caeretanas tornaram-se especiais por causa do “excelente desenho dos pintores” (HEMELRIJK, 1984, p. 66). As cenas figuradas aparecem em frisos no corpo das hídrias, tanto na parte frontal quanto na posterior. Nisso, diferem da tradição ática, na qual as hídrias possuem cenas apenas na parte frontal (ombro e corpo).

O estilo da pintura é considerado grego oriental (*East Greek*)<sup>2</sup>. Isso não se deve a alguma semelhança formal com as outras produções gregas orientais, mas sim pela similitude com o estilo

<sup>1</sup> Mestra em Artes Visuais pela UFRGS. E-mail para contato: thirza.berquo@gmail.com

<sup>2</sup> A cerâmica grega oriental (*East Greek pottery*) é aquela feita nas colônias gregas da costa ocidental do que hoje é a Turquia, tanto na parte continental quanto nas ilhas próximas. Ela agrega produções entre os séculos XI e V A. E. C., não em razão de semelhanças estilísticas ou de fabricação, mas sim pela região em foram encontradas. São exemplos os vasos de Quios, os vasos de Clazômenas, os vasos de Fikellura e os vasos do *Wild Goat Style*.





Mapa 3: posições relativas de Caere e da Jônia

Analisando os detalhes das cenas, Hemelrijk atribui as hídrias caeretanas a dois pintores, que trabalhavam juntos em uma única oficina: o *Eagle Painter* e o *Busiris Painter*. Ambos eram oleiros-pintores, trabalhando tanto na modelagem quanto na pintura dos vasos. Assim,

Esses dois mestres pintores determinaram o estilo grego da oficina: os estilos de desenho deles têm a admirável consistência que é própria dos melhores oleiros-pintores gregos. Como consequência, suas mãos são claramente reconhecíveis. O estilo é indubitavelmente grego. [...] A diferença entre os estilos dos dois pintores é muito marcada: o *Eagle Painter* tem uma mão caligráfica para desenhar (linhas tensas que correm num belo caminho cursivo) e o *Busiris Painter* tem uma mão pictórica (quase como a mão de rascunho de um pintor de tela). (HEMELRIJK, 1984, p. 67)

Na maioria dos exemplares disponíveis, a cena figurada é obra do *Eagle Painter*. Os dois pintores trabalhavam em colaboração, com um deles pintando os ornamentos e o outro as cenas, de forma que há vasos com cenas do *Eagle Painter* e ornamentos do *Busiris Painter* e vice-versa (HEMELRIJK, 1984).

Os temas de muitas das cenas figuradas referem-se a versões de mitos gregos. A presença deles em vasos feitos e vendidos na Etrúria pode ser explicada de diversas formas. Por exemplo, pode ter sido por meio de contatos culturais decorrentes do comércio mediterrânico, que era especialmente frutífero nas trocas com as *poleis* gregas do período arcaico, bem como pela origem imigrante dos pintores de vasos caeretanos.

O presente capítulo examina a transculturalidade do mito na representação da heroína Atalanta e da Caçada do Javali Calidônio na hídria caeretana Copenhagen 13567 (figuras 1 e 2), atualmente parte do acervo do Museu Nacional de Copenhagen.



Figura 1: Copenhagen 13567, parte frontal

Fonte: Nationalmuseet, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0



Figura 2: Copenhagen 13567, parte posterior

Fonte: Nationalmuseet, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0

## ***KULTURWISSENSCHAFT* TRANSCULTURALIDADE E GÊNERO**

## **WARBURGUIANA, MITO,**

Parte-se da perspectiva da *Kulturwissenschaft* (Ciência da Cultura) do historiador da arte Aby Warburg (1866–1929), segundo a qual a arte é inseparável dos demais aspectos da cultura, de modo que só pode ser compreendida por meio da análise de suas conexões com os outros âmbitos socioculturais (religião, mito, política, entre outros). Em consequência, a obra de arte seria uma cristalização da visão de mundo e do ambiente sociocultural do artista em uma determinada época.

Trata-se de uma inovação em relação ao pensamento tradicional da História da Arte, o qual, durante o século XIX e o começo do século XX, centrava-se apenas no âmbito estilístico e formal das obras de arte, separando a arte da cultura. Em contraste, na *Kulturwissenschaft* warburguiana, a cultura é totalizante, englobando a arte e exercendo forte influência sobre ela. Como explicita Edgar Wind, em seu célebre estudo sobre Warburg:

O conceito de visão artística pura, que Wölfflin ideou em reação a Burckhardt, Warburg contrasta com o conceito de cultura como uma totalidade, no interior da qual a visão artística preenche uma função necessária. Contudo, para entender essa função – assim prossegue o argumento – cumpre não dissociá-la de sua conexão com as funções de outros elementos daquela cultura. Deve-se antes formular a dupla pergunta: o que essas funções culturais (religião e poesia, mito e ciência, sociedade e Estado) significam para a imaginação

pictórica; e o que a imagem significa para essas outras funções? (WIND, 1997, p. 78)

Sobre a interrelação entre arte, imagem e cultura, assim sintetiza Georges Didi-Huberman: “Para Warburg, de fato, a imagem constituía um ‘fenômeno antropológico total’, uma cristalização, uma condensação particularmente significativa do que é uma ‘cultura’ (*Kultur*) em um dado momento de sua história” (2009, p. 43). Ou seja, dentro dessa perspectiva, como a obra de arte é um produto das condições sociais e culturais de uma determinada época e lugar, o pesquisador pode fazer uma espécie de engenharia reversa: examinar a obra de arte e, a partir dela, encontrar a concepção de mundo na qual ela foi originada.

Quando se estuda a cerâmica pintada de tradição grega, os mitos constituem uma das temáticas principais das cenas figuradas que decoram os vasos. Segundo Mircea Eliade:

O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo, *ab initio*. Mas contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois os personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores. [...] “Dizer” um mito é proclamar o que se passou *ab origine*. Uma vez “dito”, quer dizer, revelado, o mito torna-se verdade apodítica: funda a verdade absoluta. [...] O mito proclama a aparição de uma nova “situação” cósmica ou de um acontecimento primordial. Portanto, é sempre a narração de uma “criação”: conta-se como qualquer coisa foi efetuada, começou a *ser*. (ELIADE, 2010, p. 84-85, grifos no original)

Ainda conforme Eliade, “A função mais importante do mito é, pois, “fixar” os modelos de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc.” (2010, p. 87). Outras funções míticas são as narrativas, políticas, históricas, dogmáticas, religiosas. Logo, o mito é um elemento central e estruturante de uma cultura e possui uma relação especial com as figuras heroicas, as quais constituem os protagonistas dos mitos.

Embora originados num determinado lugar e numa determinada época, os mitos podem chegar a outros espaços e sofrer ressignificações. Para isso, é importante o conceito de transculturalidade, consoante o qual um mesmo tema deve ser analisado em culturas diferentes, a fim de identificar semelhanças e diferenças em relação às culturas estudadas. No caso ora examinado, ele permite verificar como os contatos culturais criam variantes do mito e como elas se expressam materialmente por meio dos objetos.

Como assinala Knapp (2012), esses contatos culturais propiciam interação e negociação, por meio das quais se forma uma cultura híbrida, com novas realidades sociais e materiais e novas identidades. Esses fenômenos e “os efeitos das relações

interculturais devem ser investigados localmente, o que significa concentrar-se no fenômeno da apropriação e estudar como formas culturais estrangeiras foram recontextualizadas por meio de sua integração em práticas e discursos sociais” (MARAN; STOCKHAMMER, 2012, p. 2). Nos processos interculturais, “os reinos do social e do material estão entretecidos de forma muito próxima e as práticas e os discursos sociais constituem a interface entre eles.” (MARAN; STOCKHAMMER, 2012, p. 2).

Ou seja, contatos culturais deixam vestígios materiais, frutos de uma produção cultural híbrida que podem ser analisados pela ótica da transculturalidade. Em se tratando de locais em que houve colonização grega na bacia mediterrânea, segundo Fábio Vergara Cerqueira, esse tipo de abordagem “nos permite refletir sobre as múltiplas influências que deram forma à cultura regional, marcada pela miscigenação entre gregos e nativos e pelo nascimento de uma nova cultura” (2014a, p. 51).

Especificamente em relação aos mitos, Beate Dignas e Lucy Audrey-Miller frisam que eles “estavam sujeitos a uma contínua redefinição para se adequarem a novos contextos e este processo podia levar à sua adoção e indigenização muito longe de contextos gregos” (2018, p. VII, nota 1). Assim, “não é verdadeiro que mitos possam criar raízes apenas dentro de estruturas sociais similares àquelas nas quais eles se originaram. Mitos das *poleis* gregas foram pegos e adaptados nas bem diversas estruturas sociais da antiga Roma e da Etrúria” (FOX, 2018, p. XXXIV).

Esses contatos culturais foram muito facilitados pela existência do Mediterrâneo. Robin Lane Fox (2018) aponta que a transmissão dos mitos podia ocorrer através de comércio, conquista, colonização e até mesmo por meio de relacionamentos amorosos entre pessoas de diferentes culturas. A sua ressignificação podia se dar em razão de um “mal-entendido criativo” (*creative misunderstanding*), quando “objetos sem legenda foram mal-interpretados por estarem fora de seu contexto ou palavras e línguas se perderam na tradução” (FOX, 2018, p. XXXV) ou quando “mitos se mudaram e se tornaram localmente ressonantes em locais diversos de modos diferentes” (DIGNAS; AUDREY-MILLER, 2018, p. VII).

Por fim, utiliza-se o conceito de gênero para abordar as especificidades da representação artística da figura feminina. Parte-se do conceito de Joan Scott, segundo o qual “(...) gênero é a organização social da diferença sexual. (...) gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo (...)” (1994, p. 13). Em seu caráter dúplice de saber e de maneira de organização social sobre a diferença sexual, ele está



intrinsecamente ligado às relações de poder e aos contextos discursivos de uma dada sociedade em certo período histórico, dentro os quais está a produção artística.

O exame da produção artística sob a ótica de gênero permite analisar os significados atribuídos à figura feminina, imbuídos na maneira como a sua representação foi construída. Isso é especialmente relevante quando se trata da cerâmica pintada de tradição grega antiga, a qual, conforme as evidências hoje disponíveis, é de autoria majoritariamente masculina<sup>3</sup>.

Nesse contexto, a hídria caeretana Copenhagen 13567 oportuniza o exame de como um mito e uma heroína gregos são ressignificados dentro da cultura etrusca da cidade de Caere e cristalizados em uma obra de arte que decora um objeto etrusco, confeccionado por artistas imigrantes.

### **A ATALANTA ETRUSCA DA HÍDRIA COPENHAGEN 13567**

A hídria caeretana Copenhagen 13567<sup>4</sup>, datada do século VI A. E. C. e atribuída ao *Eagle Painter*, integra o acervo Museu Nacional de Copenhagen. Ela não tem sua proveniência esclarecida e foi adquirida na Itália em 1956 pelo Fundo Ny Carlsberg (HEMELRIJK, 1984, p. 29), passando ao acervo do referido museu. Apesar da procedência desconhecida, suas características formais, como o uso vívido de cores e as cenas que se espalham pelos dois lados do vaso a identificam como pertencente ao *corpus* das hídrias produzidas em Caere.

Essa hídria possui em seu corpo duas cenas figuradas. Na parte frontal (figura 3, abaixo), o extremo esquerdo possui um altar na cor branca, com um pedimento na parte inferior, com a parte superior na cor negra, com uma chama vermelha no topo. Ao lado do altar, há uma coluna de cor negra de estilo jônico, com um *dinos*<sup>5</sup> em cima, de cor vermelha. Um touro na cor negra, com a cabeça abaixada, está parado na frente do altar. Ao seu lado está uma figura masculina, de cor negra, vestindo uma túnica curta, na cor branca. Esta figura está brandindo um machado de gume duplo com ambas as mãos, próximo da cabeça do touro (o topo da figura humana está danificado – apenas os braços e as pernas da figura estão visíveis). O touro avança da direita para a esquerda, com a

<sup>3</sup> Os nomes de pintores e oleiros da Grécia antiga são, em sua maioria, masculinos. Há escassa evidência apontando para uma participação feminina, como, por exemplo, na representação de uma mulher pintora na *Caputi Hydria*, e algumas inscrições epigráficas. Vide VENIT, 1988.

<sup>4</sup> Nº 15 no catálogo de Hemelrijk (1984). Sem inserção no *Beazley Archive Pottery Database*.

<sup>5</sup> *Dinos*, também chamado *lebes*, é um vaso cerâmico baixo e globular, sem alças e sem pé. Era usado como uma espécie de caldeirão, para realizar misturas.

cabeça abaixada, ao lado da figura masculina que brande o machado. A seguir, uma figura masculina, vestindo uma túnica curta branca, avança, com ambos os braços erguidos, carregando um *dinos* e uma faca (a parte superior da cabeça da figura humana e o topo do *dinos* não estão visíveis em razão do dano no vaso). Uma figura feminina, com a pele na cor branca, vestida com uma túnica longa negra e com um manto vermelho que cobre a cabeça, avança, com ambos os braços erguidos acima da cabeça, carregando uma cesta. Uma figura feminina, com a pele na cor branca, vestida com uma túnica longa negra e com um manto vermelho nas costas, com cabelos longos, está tocando *aulos*<sup>6</sup>.



Figura 3: Copenhagen 13567, parte frontal  
Fonte: *Nationalmuseet*, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0

Na parte posterior (figura 4, abaixo), um javali avança da esquerda para a direita, com a cabeça abaixada, contra uma figura feminina, com a pele na cor branca e vestida com uma túnica curta negra, que avança em direção ao javali, portando um escudo no

<sup>6</sup> *Aulos* é uma flauta dupla, utilizada na Grécia antiga.

braço direito, que está à frente do corpo, e uma espada no braço esquerdo, que está um pouco para trás, no movimento de se preparar para golpear.



Figura 4: Copenhagen 13567, parte posterior  
 Fonte: *Nationalmuseet*, Dinamarca, fotógrafo John Lee, CC-BY-SA 2.0

A primeira cena, na parte frontal da hídria, constitui a representação de um sacrifício aos deuses. As colunas e a fogueira indicam a estrutura do templo. O machado de gume duplo portado pela primeira figura masculina denota o sacrifício que será realizado, com a oferta do touro. O animal já se encontra com a cabeça abaixada, pronto para ser golpeado. A segunda figura masculina porta o restante dos implementos necessários ao rito (faca e *dinos*).

Nas hídrias caeretanas parece não haver uma correlação necessária entre a cor do corpo das figuras humanas e o gênero. Segundo Hemelrijk, “A pele dos homens é preta ou branca e, nos nºs 1, 12 e 34, também vermelha. Mulheres são sempre brancas, exceto

Leto e Ártemis no nº 12 (que são vermelhas)” (1984, p. 65)<sup>7</sup>. Na cena frontal da hídria 13567, as duas primeiras figuras humanas são indubitavelmente masculinas, em razão de sua posição de destaque no rito do sacrifício sangrento, que costuma ser uma exclusividade masculina. As duas figuras humanas seguintes são femininas, o que pode ser discernido principalmente por sua indumentária, composta por túnicas longas e mantos que recobrem as suas cabeças. Ambas têm a pele representada na cor branca.

A primeira figura feminina carrega uma cesta sobre a cabeça, o que a coloca numa posição de canéfora, ou seja, aquela que carrega o cesto com implementos para os ritos sacrificiais. Na tradição ateniense, esse papel era atribuído às jovens em idade de casar (POMEROY, 1995). A segunda figura feminina fecha o cortejo, tocando um *aulos*. Conforme Fábio Vergara Cerqueira, o *aulos* era um instrumento musical que comumente aparece nas cenas de cortejo sacrificial, tanto na tradição ateniense quanto na cerâmica pintada produzida na Magna Grécia (CERQUEIRA, 2014a). Nesse tipo de cena, o *aulos* tinha muitas funções:

Durante as procissões sacrificiais, o *aulos* era o instrumento que ao mesmo tempo dava o ritmo e o acompanhamento melódico do cortejo que leva a vítima para o santuário e, depois disso, para o altar, onde ela seria imolada e oferecida para o deus. Nesse caso, a função do *aulos* está ligada a uma intermediação – uma intermediação entre os oficiantes do culto e o deus homenageado, entre os oficiantes e o público e entre o culto e a vítima. (CERQUEIRA, 2014b, p. 9).

A segunda cena, na parte posterior da hídria, traz o conflito iminente entre um javali enfurecido e uma figura feminina, vestida e armada como um guerreiro, com escudo e espada. O gênero da figura é determinado pela interpretação integrada entre as cenas de ambas as faces do vaso, a qual denota que, nesse exemplar, o gênero masculino foi associado à cor negra e o feminino à cor branca: na cena da parte frontal, as figuras femininas têm a pele pintada na cor branca e vestem túnicas negras, em oposição às figuras masculinas, que têm a pele negra e vestem túnicas brancas. Discorda-se de Hemelrijk (1984, p. 30), para o qual a figura humana neste lado do vaso é masculina. O argumento de Hemelrijk é de que se trata de uma caçada corriqueira ao javali (1984, p. 29) de modo que a figura seria masculina, o que desconsidera não só as informações que emergem da leitura integrada das cenas do vaso, mas também o fato de que o armamento representado não é o utilizado por caçadores de javali, tais como lanças e arcos.

---

<sup>7</sup> Os números se referem à numeração da hídria no catálogo de Hemelrijk.

Como a cena da parte posterior traz uma figura feminina enfrentando um javali, ela pode ser identificada como a heroína Atalanta. No mesmo sentido, as opiniões de Judith Barringer (2003) e Karl Schefold (1992).

Portanto, as duas cenas da hídria Copenhagen 13567 podem ser lidas em conjunto como o malfadado sacrifício em Cálidon que atraiu a fúria da deusa Ártemis (cena da parte frontal) e a sua consequência, com Atalanta caçando o javali (cena da parte posterior). O mito sobre o sacrifício e a luta contra o javali é relatado, por exemplo, na *Biblioteca*, de Pseudo-Apolodoro:

Eneu, enquanto reinava sobre Cálidon, foi o primeiro a receber de Dioniso a videira. [...] Tendo surgido os frutos anuais no campo, Eneu sacrificava as primícias a todos os deuses, mas se esquecera apenas de Ártemis. Ela irou-se e mandou um javali excepcional em força e tamanho, que deixou a terra sem arar, destruiu os rebanhos e quem quer que encontrasse. Contra este javali [Eneu] convocou os melhores de toda a Hélade; ao matador da fera prometeu que daria a pele como prêmio de valor. Sabe-se que os que se reuniram contra o javali feroz foram: Meléagro, filho de Eneu, [...] Atalanta, filha de Esqueneu, da Arcádia; [...] Quando eles cercaram o javali, Hileu e Anceu foram mortos pela fera e Peleu sem querer atingiu Eurítion com sua lança. Atalanta foi a primeira a flechar as costas do javali, seguida por Anfiarau, que o feriu no olho; Meléagro matou-o com um golpe no flanco e, quando pegou a pele, deu-a para Atalanta. [...] (PSEUDO-APOLODORO, *Biblioteca*, 1.8.1-3, tradução minha)<sup>8</sup>

As fontes literárias antigas narrem o episódio da caçada do Javali Calidônio como uma caçada em grupo, envolvendo muitos heróis do ciclo pré-troiano, como Meléagro, Peleu e Télamon. A heroína Atalanta, única mulher presente, teria sido a primeira a ferir o javali, possuindo, portanto, um papel de destaque neste feito heroico.

Em Atenas, a caçada do Javali Calidônio com a presença da heroína Atalanta é tema de 11 vasos<sup>9</sup>. Desses, a maioria do período arcaico, tendo sido produzidos entre 600–500 A. E. C. Na tradição iconográfica ática, costuma-se representar a caçada do Javali Calidônio como um feito em grupo, com o uso de lanças ou do arco, de modo mais próximo às fontes literárias. Ambas são armas de uso à distância, que resguardam o caçador perante o animal selvagem. Outra diferença é que não se encontra a combinação entre a cena da procissão sacrificial e a cena da caçada ao javali.

Por exemplo, no Vaso François (figura 5), a heroína Atalanta participa da caçada do javali portando uma aljava nas costas e com uma lança na posição de golpear. Nesse

<sup>8</sup> Outras fontes são Pausânias, *Descrição da Grécia*, 8.45.4, e Calímaco, *Hino à Ártemis*, v. 204-224.

<sup>9</sup> São eles: Munich 8600, Hermitage B4528, Florence 3830, Florence 4209, Manisa P60.599, Vatican 306, Salonica 546, Athens P334, Boston 34.212, Blatter 673 e Rhodes A1934.

exemplar da iconografia ática, a heroína participa de um grande grupo de caça, mas se destaca tanto pela cor branca de sua pele, quanto, principalmente, pela coroa de louros que repousa em seus cabelos.

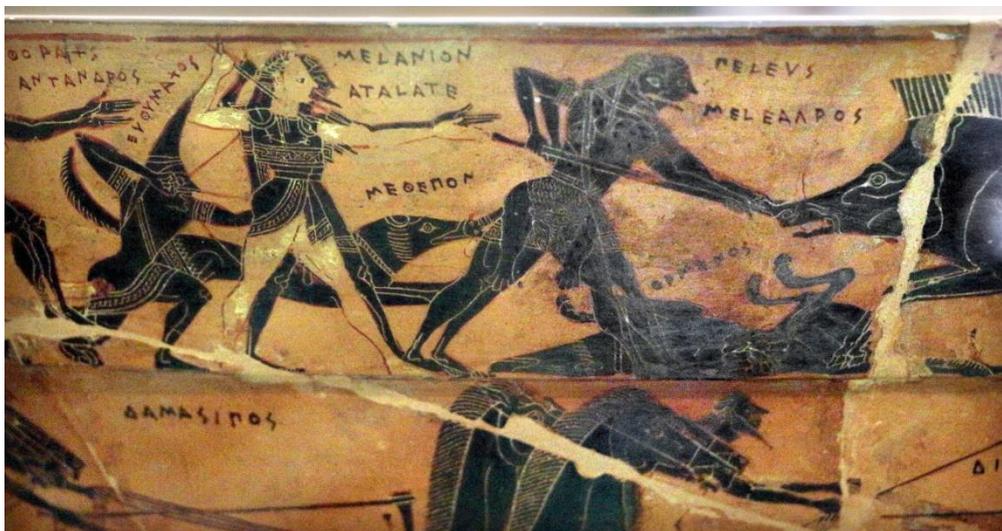


Figura 5: Vaso François, trecho da Caçada do Javali Calidônio  
 Fonte: *Wikimedia Commons*

Por outro lado, na hídria Copenhagen 13567, a heroína Atalanta é representada sozinha enfrentando o Javali Calidônio, portando apenas espada e escudo. O uso dessas armas, típicas do guerreiro hoplita e voltadas para o combate corpo a corpo, ao invés da lança e do arco, que permitem o combate à distância, acentua o caráter heroico de Atalanta. Ainda, o posicionamento das figuras dentro da cena, com o javali e Atalanta em cantos opostos, encarando-se, denota a iminência do conflito e seu caráter agonístico.

Por conseguinte, no vaso Copenhagen 13567 vê-se a exaltação do grande feito de Atalanta, a caçada do javali de Cálidon. O *Eagle Painter*, embora usualmente beba na tradição ática, dá muito mais destaque à heroína, ao fazê-la se bater sozinha com a fera.

Isso mostra, em primeiro lugar, uma apropriação etrusca do mito da Caçada do Javali Calidônio, dentro de um processo de contato cultural. Um pintor de origem grega oriental, produzindo em uma cidade etrusca, criou uma cena na qual uma heroína grega foi representada de um modo diferente daquele consagrado tanto na literatura grega antiga quanto na tradição iconográfica ateniense, a qual era a principal em termos de produção de cerâmica pintada.

Em segundo lugar, essa versão etrusca da figura de Atalanta parece refletir na figura heroica feminina uma extrapolação a partir das concepções de gênero da sociedade etrusca arcaica, na qual as mulheres tinham uma posição social mais igualitária. Como referem Gilda Bartoloni e Federica Pitzalis:

O estudo da prosopografia das cidades etruscas e das fórmulas onomásticas, que proveem o uso generalizado do *praenomen* e a difusão do matronímico (uso do nome da mãe), sugerem, ao lado de outras indicações ligadas à cultura material, que, em comparação com as mulheres gregas e romanas, as mulheres etruscas exerciam maior influência na sociedade em geral e no processo de sucessão e herança. Uma mulher etrusca, em contraste com uma romana, possuía uma autonomia legal que continuava a existir mesmo depois do casamento (Sordi 1995), momento em que sua vida parece não ter sido inteiramente circunscrita à esfera doméstica. A iconografia oferece, de fato, numerosos exemplos da presença de mulheres em contextos de interação social, com frequência retratando essas mulheres no ato de participar em banquetes [...] (BARTOLONI; PITZALIS, 2016, p. 810-811)

Portanto, a análise da hídria caeretana Copenhagen 13567 mostra de forma concreta como o artista é influenciado pela cultura que o circunda e na qual ele vive, de maneira que um mesmo mito, trabalhado a partir de uma outra cultura, resulta em uma obra de arte diferente. No exemplar em estudo, a diferença nas relações de gênero, com uma posição feminina mais igualitária na Etrúria, parece ter sido crucial para o resultado observado, com o artista imigrante adaptando-se ao ambiente local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, foram examinadas as cenas figuradas que compõem a decoração da hídria caeretana Copenhagen 13567, produzida no século VI A. E. C. em Caere, na Etrúria, e atribuída ao *Eagle Painter*, atualmente parte do acervo do Museu Nacional de Copenhagen, Dinamarca. Trata-se de um vaso criado em uma oficina na qual trabalhavam dois oleiros-pintores, o *Eagle Painter* e o *Busiris Painter*, considerados como artistas que imigraram das colônias gregas orientais, em especial da região da Jônia.

A hídria caeretana Copenhagen 13567 possui uma cena na sua parte frontal, na qual há um cortejo sacrificial conduzindo um touro ao altar, e uma cena na parte posterior, em que a uma figura feminina enfrenta um javali. As cenas retratam os episódios do malfadado sacrifício em Cálidon que preteriu a deusa Ártemis (parte frontal) e a heroína Atalanta na caçada do Javali Calidônio, monstro enviado pela deusa para destruir a cidade (parte posterior).

Esse exemplar é singular porque nele a heroína Atalanta tem o seu caráter heroico acentuado ao enfrentar sozinha o javali, usando apenas espada e escudo. Trata-se de uma apropriação etrusca do mito grego, resultando em uma obra de arte que difere da tradição iconográfica ática, a principal da Grécia antiga. Essa diferença pode ser atribuída à extrapolação feita a partir da posição social mais igualitária das mulheres etruscas, que

parece ter influenciado o artista. A pesquisa avançará com o exame de outros exemplares caeretanos que tratam da Caçada do Javali Calidônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLLODORUS. **Library**. Transl. Sir George James Frazer. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1921. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.01.0021%3atext%3dLibrary>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. Preface. In: AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. (ed.). **Wandering Myths: Transcultural Uses of Myth in the Ancient World**. Berlin and Boston: DeGruyter, 2018, p. VII-XXXI.

BARRINGER, J. **The Hunt in Ancient Greece**. Baltimore and London: John Hopkins University Press, 2003.

BARTOLONI, G.; PITZALIS, F. Etruscan Marriage. In: BUDIN, S. L.; TURFA, Jean MacIntosh. **Women in Antiquity: Real women across the ancient world**, Routledge: London and New York: 2016.

CERQUEIRA, F. V. Iconographical representations of musical instruments in Apulian vase-painting as ethnical signs: intercultural Greek-Indigenous relations in Magna Graecia (5<sup>th</sup> and 4<sup>th</sup> centuries B.C.), **Greek and Roman Musical Studies**, 2, 2014a, p. 50-67.

CERQUEIRA, F. V. The presence of music in Greek worship: an iconographical approach, **Chaos e Kosmos**, 2014b, p. 1-40.

DE GRUMMOND, N. T. From Mezntie to Mezentius? The Stratigraphy of Myth in Etruria and Rome. In: AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. (ed.). **Wandering Myths: Transcultural Uses of Myth in the Ancient World**. Berlin and Boston: DeGruyter, 2018, p. 95-123.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **La imagen superviviente: historia del arte y tiempo de los fantasmas según Aby Warburg**. Madrid: Abada Editores, 2009.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FOX, R. L. Introduction: Traveling myths, traveling heroes. In: AUDREY-MILLER, L.; DIGNAS, B. (ed.). **Wandering Myths: Transcultural Uses of Myth in the Ancient World**. Berlin and Boston: DeGruyter, 2018, p. XXXIII-LIV.

HELMERIJK, J. **Caeretan Hydriae – Text**. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1984.

HELMERIJK, J. **Caeretan Hydriae – Plates**. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, 1984.



KNAPP, A. B. Matter of fact: transcultural contacts in the Late Bronze Age Eastern Mediterranean. In: MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. (ed.) **Materiality and Social Practice: Transformative Capacities of Intercultural Encounters**. Oxford and Oakville: Oxbow Books, 2012, p. 32-50.

MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. Introduction. In: MARAN, J.; STOCKHAMMER, P. W. (ed.) **Materiality and Social Practice: Transformative Capacities of Intercultural Encounters**. Oxford and Oakville: Oxbow Books, 2012, p. 1-3.

POMEROY, S. B. **Godesses, Whores, Wives and Slaves**. New York: Schocken Books, 1995.

SCHEFOLD, K. **Gods and Heroes in Late Archaic Greek Art**. Cambridge. Cambridge University Press, 1992.

SCOTT, J. Prefácio a *Gender and Politics of History*, **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n° 3, 1994, p. 11–27.

VENIT, M. S. The Caputi Hydria and Working Women in Classical Athens, **The Classical World**, vol. 81, n° 4, mar./abr. 1988, p. 265-272, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4350194>. Acesso em: 20 out. 2019.

WARBURG, A. **A Renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WIND, E. O conceito de Warburg de *Kulturwissenschaft* e sua significação para a estética. In: WIND, Edgar. **A Eloquência dos Símbolos: estudos sobre Arte Humanista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 73–90.

## **Idade Média(s) e Medievalismo(s)**

Prof. Me Mauricio da Cunha Albuquerque<sup>1</sup>

Lucas Marques Vilhena Motta<sup>2</sup>

Leó Lacerda<sup>3</sup>

Com a simples frase “A Idade Média está na moda, entre sombras e luz” (Le Goff, 2009, p. 26), Jacques Le Goff fala sobre os novos rumos dos estudos medievais e o gosto renovado pela Idade Média no século XXI. Nas universidades brasileiras, assim como no cinema, nas séries de TV, nos jogos eletrônicos, no Heavy Metal, ou em eventos temáticos, o medievo tem sido alvo de constantes releituras, ora voltadas à produção de um saber sério e criterioso do período, ora voltadas ao entretenimento de massa. Este Simpósio tem por objetivo reunir pesquisadore(a)s do tema e criar uma interface de diálogo entre diferentes propostas que lidem, direta ou indiretamente, com o passado medieval – englobando os estudos de recepção e os usos do passado.

---

<sup>1</sup> Doutorando (bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História, Mestre em História e Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mauricioalbuquerq@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lucasmarquesmotta@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História e Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas.

## “SABIENDO LAS MANERAS DE VENÇER”: ASPECTOS DA “IGLESIA MILITANT” NO SETENÁRIO DE ALFONSO X.

Léo Araújo Lacerda<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O *Setenário* possivelmente planejado pelo pai de Alfonso X, o Sábio, foi redigido de forma semelhante aos posteriores dispositivos legais em Castela e Leão, quer dizer, a partir da língua romance castelhana: 1) *Fuero Real*, direcionado aos nobres e as cidades controlados pela monarquia castelhana; e 2) *Siete Partidas*, 1256-1265, cuja concepção visava a aplicação nos domínios do Sacro Império Romano, porém devido a perda na disputa ao trono, seu uso só se efetivou em momentos posteriores. O uso da língua romance também está em consonância com esse empreendimento de unificação, já que “[...] a Espanha do século XIII não possuía uma linguagem escrita, prática e eficiente, porque não existia unidade de língua escrita e falada: se escrevia latim, se falava castelhana”, sendo o castelhana derivado do analfabetismo secular (OLIVER *apud* FLORES ARROYUELO; CARMONA, 1985).

O intercâmbio/entrelaçamento cultural experimentado pela sociedade castelhana no século XIII traduz-se, por exemplo, no sepulcro do pai de Alfonso X, Fernando III, na catedral de Sevilha, em que conta com epígrafes em quadro idiomas: latim, castelhana, hebraico e árabe (SILVEIRA, 2013). O fracasso político do rei Alfonso X em seguir o curso da expansão territorial acelerada com os ganhos do pai, e a perda a eleição à coroa Sacro Império Romano contrastam com suas produções e traduções literárias, científicas e, sobretudo, sua codificação jurídica. Os objetivos estão esclarecidos em “[...] E nos rei dom Alfonso, que este livro fizemos compor porque entendemos que a vontade de nosso pai era nesta crença que em outra coisa, e entendendo outrossim que é isto verdade e direito, que outra lei não há nem pode ser verdade senão esta” (SETENÁRIO, Lei XXXVII, p. 68-69, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Conforme o filólogo Rafael Lapesa (1980) observou há um desconforto à primeira vista ao pesquisador que se interesse pelo manuscrito do *Setenário* tendo em conta a aparente ausência de uma lógica estruturante visto que tratam de uma multiplicidade de temas e questões muito distintos:

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), bolsista CAPES. E-mail: leoaraujolacerda@gmail.com.

<sup>2</sup> Original: “[...] E nos rrey don Alfonso, que este libro fezimnos conponer porque entendimos que la voluntad de nuestro padre era en esta creencia que en otra cosa, e entendiendo otrosy que es esto verdad e derecho, que otra ley non ha nin puede ser verdad synon esto”.

[...] A falta dos primeiros fólhos, uma importante lacuna ao final da lei XI e terminado, ao que parece, inacabado fazem que seja difícil reconhecer-lhe um plano. Há aparente desconexão entre as partes conservadas: os prolegômenos se ocupam dos nomes de Deus, incluem um panegírico de Fernando III e terminam com um elogio a Sevilha; entrando já em matéria, encontramos considerações sobre o entendimento e a natureza, as idades dos homens, a sabedoria e as artes liberais, os metais e sua elaboração, as diversas formas de religiosidade, o paganismo e a fé verdadeira, os artigos do Credo e finalmente, com maior extensão, os sacramentos (LAPESA, 1980, p. 247, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Um considerável número de historiadores especializados como os documentos do período alfonsino (1252-1284) procuraram estabelecer a natureza deste documento objetivando determinar as motivações que impulsionaram sua composição. Dessa maneira, entre as mais recorrentes interpretações para o seu possível significado, Pope (1947), em sua resenha sobre a obra de Vanderford, apontou: “[...] Foi descrito de várias formas como uma enciclopédia, uma obra filosófica, um tratado sobre as sete artes liberais, como primariamente um elogio do pai do rei, Fernando III, e como um prólogo do Siete Partidas” (POPE, 1947, p. 85, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Os três manuscritos existentes do Setenário que serviram de base para a compilação paleográfica de Kenneth H. Vanderford (1945):

Quadro 1. Manuscritos utilizados na edição paleográfica moderna do *Setenário*

DESCRIÇÃO	ARQUIVO	N. DE FÓLIOS	DATAÇÃO
Manuscrito de Toledo (T)	Biblioteca capitular da catedral de Toledo	77 folios	c. 1300
Manuscrito do Escorial (E)	Biblioteca Real do Escorial	105 folios	c. 1400
Manuscrito de Madri (M)	Biblioteca Nacional de Madrid	199 folios	1299

<sup>3</sup> Original: “[...] La falta de los primeros folios, una importante laguna al final de la ley XI y el haber quedado, al parecer, inacabado hacen que sea difícil reconocerle un plan. Hay aparente desconexión entre las partes conservadas: los prolegómenos se ocupan de los nombres de Dios, incluyen un panegírico de Fernando III y terminan con una alabanza de Sevilla; entrando ya en materia, encontramos consideraciones sobre el entendimiento y la naturaleza, las edades del hombre, la sabiduría y las artes liberales, los metales y su elaboración, las diversas formas de religiosidad, el paganismo y la fe verdadera, los artículos del Credo y finalmente, con mayor extensión, los sacramentos”.

<sup>4</sup> Original: “[...] It has been variously described as an encyclopedic, a philosophical work, a treatise on the seven liberal arts, as primarily a eulogy of the king's father, Ferdinand III, and as a prologue to the Siete Partidas”.

## DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A versão adotada para escopo da seguinte investigação é a edição crítica de Kenneth H. Vandeford (1945)<sup>5</sup> na qual se considerou o Setenário o primeiro rascunho das *Siete Partidas*, apoiando a tendência que para ele é a mais “acertada”: a de perceber as conexões/correspondências entre os dois códigos. Trata-se do resultado inicial, incompleto, de um longo processo de constituição de uma unidade jurídica para a monarquia castelhana que pode ser observada na elaboração do *Fuero Real* (1256) e as *Siete Partidas* (1256-1265). A unidade jurídica encontrada no período visigótico, isto é, pré-muçulmano, no *Forum Judicum*, contudo, é desconhecida em momentos posteriores, pelo menos em Castela e Leão, conforme destaca José Luís sobre o *Fuero Juzgo*: “[...] tinha vigência somente no Reino de Leão e, em parte, no Reino de Toledo, como resíduo dos moçárabes. Em Castela a Velha e na ampla zona da Estremadura até o Tejo, a dispersão normativa era total” (PÉREZ LÓPEZ, 109)<sup>6</sup>.

Fernando III, o santo, pai de Alfonso X, a quem se atribui a unificação dos reinos de Leão e Castela e a retomada da cidade de Sevilha, em 1248, arrastando as fronteiras do reino, deixando ao filho o dever de continuidade ao avanço da Reconquista. De tal como observado por Salvador Martinez (2010):

[...] A dívida de Alfonso com o pai em todas as áreas era incalculável e permeava todos os aspectos de sua vida pessoal, bem como todas as suas atividades como rei e homem de letras. Fernando III, como se pode ver claramente no elogio que seu filho fez dele no Setenário, foi o modelo que Alfonso tentou imitar durante toda a sua vida (SALVADOR MARTÍNEZ, 2010, p. 3, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Contudo, os aspectos jurídicos não se encontram diretamente veiculados à produção desse corpus de leis. Antes de tudo, verifica-se a necessidade de se formalizar os “fundamentos da religião cristã” (FLORES ARROYUELO, 2009, p. 332), bem como sobrevoando uma variedade de outros tópicos desde conteúdos filosóficos até astrológicos.

<sup>5</sup> Para mais informações, veja: **Vandeford, el doble de Hemingway**. Notícias de Navarra, S/1, 23 set. 2018. Acessado em 18 set. 2019. Online. Disponível em: <https://www.noticiasdenavarra.com/2018/09/23/vecinos/pamplona/vandeford-el-doble-de-hemingway>.

<sup>6</sup> Original: “[...] tenía vigência sólo en el reino de León y, en parte, en el reino de Toledo, como residuo del derecho de los mozárabes. En Castilla la Vieja y en la amplia zona de Extremadura hasta el Tajo, la dispersión normativa era total”.

<sup>7</sup> Original: “[...] Alfonso’s debt to his father in all areas was incalculable and permeated all aspects of his personal life as well as all his activities as king and man of letters. Fernando III, as can be clearly gleaned from the eulogy that his son made of him in the Setenario, was the model that Alfonso attempted to emulate during his entire life”.

Dizer que é obra do tipo “filosófico” significa pouco mais que dizer que é de propósito didático, como é óbvio. Chamá-lo de obra enciclopédica não é tampouco adiantar muito, porque coisa semelhante pode ser dita de tantas outras obras da época sem por isso defini-las em particular. O *Setenário* não é, certamente, obra histórica nem mero panegírico de São Fernando [pai de Alfonso X], posto que o elogio abarca menos de dez de suas cento e oito leis. Nem é tampouco um tratado sobre as artes liberais, porque somente trata delas na lei XI, ainda que seja esta a mais longa de todas. Em certo sentido o *Setenário* é todas estas coisas, mas também é algo mais. (VANDERFORD, 2009, p. 25, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Por vezes considerado um código impreciso, é no *Setenário* que notamos a tentativa de afirmação das bases da religiosidade cristã no cenário ibérico e de categoricamente definir os inimigos que efetivamente devem ser combatidos por essa igreja militante. O impulso a uma futura política persecutória contrasta com a atribuição da suposta tolerância a sociedade e a monarquia de Castela e Leão no século XIII. Segundo as observações de Navarro (2009) o crescimento dos conflitos inter-religiosos deveu-se “[...] a existência de 'micro sociedades' em Castela do século XIII que não eram compatíveis com as pretensões de Alfonso de um cristão homogêneo e sociedade coesa” (NAVARRO, 2009, p. 296, tradução nossa)<sup>9</sup>.

O documento a ser analisado encontra-se estruturado a partir da seguinte forma:

Quadro 2. Estrutura do *Setenário* - Adaptação do esquema de Vanderford (1945, p. 27)

DESCRIÇÃO	LEIS	PÁGINAS
1. Introdução/ “elogio”	I-XI	1-9
2. Seitas idólotras da Antiguidade	XII-XXXIX	10-36
3. Artigos de fé	XL-XLII	36-45
4. Justificação de seitas idólotras	XLIII-LXIX	
5. Sacramentos	LXX-LXXVI	45-52
6. Batismo	LXXVII-LXXXVII	52-77

<sup>8</sup> Original: “Decir que es obra de tipo « filosófico » significa poco más que decir que es de propósito didáctico, como es obvio. Llamarlo obra enciclopédica no'es tampoco adelantar mucho, porque igual cosa cabe decir de tantas otras obras de la época sin por eso definir las en particular. El *Setenario* no es, ciertamente, obra histórica ni mero panegírico de San Fernando, puesto que el a elogio » abarca menos de diez de sus ciento ocho leyes. Ni es tampoco un tratado sobre las artes liberales, porque sólo trata de ellas en la ley XI, aunque sea ésta la más larga de todas. En cierto sentido el *Setenario* es todas estas cosas, pero también es algo más.”

<sup>9</sup> Original: “[...] the existence of ‘micro-societies’ in thirteenth-century Castile which were not compatible with Alfonso’s pretensions of a Christian homogenous and cohesive society”.

7. Crisma	LXXXVIII-XCV	77-110
8. Confirmação	XCVI	110-115
9. Penitência	XCVII-CIII	115-170
10. Comunhão	CIV-CVIII	170-187

Assim como nas *Siete Partidas*, o sete é particularmente relevante no Setenário “[...] sete nomes de Deus dos sete dons do Espírito Santo de sete virtudes do rei don Fernando; de sete perfeições da cidade de Sevilha; das sete artes liberais; dos sete planetas; e outras dessa naturezas” (SETENÁRIO, Lei XI, p. 26, tradução nossa)<sup>10</sup>. Desse modo, justifica Alfonso X “[...] pusemos nome a este livro porque todas as coisas que nele estão, vão ordenadas por conta de [do número] sete. E isso foi porque é mais nobre que todos os outros” (SETENÁRIO, Lei XI, p. 25, tradução nossa)<sup>11</sup>. A classificação proposta no Setenário de Alfonso X dialoga, portanto, com a tipologia das sete virtudes, ainda que ao longo da Idade Média as virtudes sejam “múltiplas e variáveis” (BASCHET, 2006).

As fronteiras territoriais estavam transformavam-se intensamente, no curso da Reconquista peninsular, e as relações entre as três comunidades religiosas tendiam a se expressar em conflitos que buscavam a eliminação do Outro – muçulmano ou judeu - devido, sobretudo, a sua filiação religiosa<sup>12</sup>.

Como topos desse relacionamento, há uma estranha e confusa associação do rei, como se este não pertencesse a sua própria historicidade, devido apresentar uma suposta “tolerância” incomum com as minorias religiosas, podendo servir, inclusive, de modelo a seguido pelos homens e mulheres do período moderno. Obviamente, trata-se de um “mito historiográfico” que propõe uma convivência harmônica entre os grupos religiosos peninsulares que não pode ser sustentável empiricamente. Neste sentido, Ian Pittaway é bastante explícito “[...] Não é que a moralidade de Alfonso tenha sido pior para um público moderno do que qualquer outro monarca medieval, apenas que ele era um homem

<sup>10</sup> Ver original: “[...] siete nombres de Dios; de los siete dones del Espíritu Santo; de siete virtudes del rey don Fernando; de siete perfecciones de la ciudad de Sevilla ; de las siete artes liberales ; de los siete planetas; y otras de esta naturaliza”.

<sup>11</sup> Original: “[...] pusiemos nonbre a este libro porque todas as cosas que en él sson van ordenadas por cuento de siete. Et esto ffué porque es más noble que todos los otros”.

<sup>12</sup> Os judeus constituem um frequente desafio de localização já que “[...] não participaram das batalhas da época nem formularam teorias de ‘guerra justa’ ou cruzada Como resultado, eles são frequentemente apresentados como figuras marginais ou vítimas infelizes da guerra, caos político e perseguição” (RAY, 2014, s.p., tradução nossa).

de seu próprio meio, e não uma exceção a esse respeito” (PITTAWAY, 2018, s.p., tradução nossa)<sup>13</sup>.

A intimidade com o divino permitiu a Alfonso X atribuir-se ou constatar que ele possuía os sete dons do espírito santo, dentro os quais, a sabedoria sobressaia, de tal forma como soaria presunçoso, este rei em uma das suas afirmações, considerar que se estivesse junto a Deus durante a Criação não o teria deixado cometer tamanhos erros.

## RELIGIOSIDADE E CONFIGURAÇÃO DE UM CENÁRIO

No *Setenário* além da série de recomendações doutrinárias aos cristãos, laicos e eclesiásticos, existem igualmente dispositivos que falam sobre os inimigos da cristandade e da necessidade de se colocar contra tais agentes e crenças.

No entanto, as práticas heréticas apresentadas no *Setenário* são compreendidas como crenças que decorrem da ignorância de seus praticantes, evidenciando, assim, a necessidade mesma do *Setenário*: tornar compreensível os conteúdos da fé cristã, permitindo-se a todos que viviam nos domínios castelhano-leoneses conhecer o “verdadeiro caminho” da salvação: “[...] aqui era grande o seu desentendimento, e vendo os céus e as outras coisas tão maravilhosas e estranhas que não podia outro fazer senão Deus, que deixaram de crer no fazedor e acreditaram nas coisas feitas por ele” (SETENÁRIO, Lei XXXV, p. 66, tradução nossa)<sup>14</sup>. A partir deste fragmento observamos a crítica aos sacrifícios de animais e crenças em signos zodiacais, por exemplo, os quais o rei Alfonso X, o Sábio, reserva demasiada atenção para detalhá-las: “[...] adorava cada um a seu signo. Os que adoravam a Áries faziam sacrifícios de carneiros e de ovelhas. E os que adoravam a Touro faziam sacrifícios de touros e vacas [...]” (SETENÁRIO, Lei XXXIV, p. 64, tradução nossa)<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Original: “[...] It is not that Alfonso’s morality was any worse to a modern audience than any other medieval monarch, just that he was a man of his own milieu, and not an exception in this respect.”, in: PITTAWAY, Ian. “Infidels”, “traitors” and “that ugly bearded crew”: fear and loathing in the Cantigas de Santa Maria (CSM article 5/6). Disponível em <https://earlymusicmuse.com/infidels-cantigas/>. Acessado em 28 abr. 2020.

<sup>14</sup> Original: “[...] Ca tanto era grande el su desentendimento, e veyendo los cielos e las otras cosas tan maravillosas e estrannas que non podíe otrofazer synon Dios, que dexaron de creer en el fazedor e creyen en las fechuras”.

<sup>15</sup> Original: “[...] oraua cada vno a ssu ssigno. Los que aorauan a Aries ffazían ssacriffiçios de carneros e de oueias. Et los que orauan a Tauro ffazían ssacriffiçios de toros e de vacas. Los que orauan a Gémeni ffazían ssacrífEçios de ximios e de maymones e de las animalias que nasçen dos en vno, quier ffuessen omnes, quier otra cosa. Los que orauan a Cancro ffazían ssacriffiçios de cangreios e de todas las conchas que sson en la mar. Et los que orauan a León ffazían ssacriffiçios del mismo ssi lo pudiesen auer; ssi non, de las bestias brauas que muerden e rrascan”.



Desse modo, “[...] pretende unificar sob a fé cristã os elementos de crenças alheias a mesma e as reintegra no cristianismo, realizando um inteligente trabalho sincrético porque não rejeita de modo taxativo, não condena nem despreza os elementos alheios a sua fé, mas que na maioria das ocasiões os justifica pela ignorância (LÓPEZ RODRÍGUEZ; REDONDO REYES, 2009, p. 147, tradução nossa)<sup>16</sup>. Tratou-se de “[...] reafirmar a verdade do cristianismo diante do paganismo e a superioridade de sua fé num momento de turbulência religiosa na península ibérica. Daí a associação da fé não-cristã ao erro, recorrente em grande parte do texto” (FONTES, 2014, p. 4).

Sendo assim, não há neste compêndio jurídico impreciso, a princípio vocacionado para costurar uma reflexão moral sobre a cristandade, uma rejeição sistemática, mas, pelo contrário, um olhar que procura entender os fundamentos das crenças dos adoradores. Neste sentido, sustenta-se

[...] Por isso se tomaram a crer que os céus eram Deus pela grandeza e pela claridade e pela formosura que neles o habitam. E acreditando neles, adorava-os fazendo-lhes sacrifício de coisas que queimavam e cheiravam bem, crendo que aquele fumo que e que o recebiam aqueles espíritos que estavam nos céus (SETENÁRIO, Lei XXIV, p. 56-57, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Desta maneira, após tentar observar que o Deus do qual Jesus Cristo é filho não pode ser conhecido pela execução de práticas e rituais em consonância a tais crenças já que elas “[...] fazem os homens errar, e não sabem conhecer a Deus nem creem nele como devem” (SETENÁRIO, Lei XXXV, p. 66, tradução nossa)<sup>18</sup>.

No século XIII há uma luta demarcada entre vícios e virtudes, sendo a Igreja a mediadora da relação entre humanos e Deus, protagonista indispensável da salvação de homens e mulheres, que desde o nascimento sofrem da mácula do pecado original. Para que a salvação aconteça uma série de sacramentos devem ser administrados implicando o uso de formas variadas de objetos e ritos, dentro os quais, a utilização de relíquias sagradas, água benta, crucifixos e orações. Assim, a consagração dos sacramentos é concebida como um modo de reparar o erro cometido e o pecado do qual os humanos são frutos e, em última instância, a forma adequada para alcançar a salvação da alma:

<sup>16</sup> Original: “[...] pretende unificar bajo la fe cristiana los elementos de creencias ajenas a la misma y las reintegra en el cristianismo, llevando a cabo una inteligente labor sincrética porque no rechaza de modo taxativo, no condena ni desprecia los elementos ajenos a su fe, sino que en la mayoría de las ocasiones los justifica por la ignorancia”.

<sup>17</sup> Original: “[...] Por esso sse tornaron a creer que los cielos eran Dios por la grandeza e por la claridad e por la ffermosura que en ellos o veyen. E creyendo en ellos, adoráuanloseffazienles ssacriffiçios de cosas que quemauan e olyen bien, creyendo que aquel ffumo que ssubya allá e que lo recibían aquellos spíritus [19v] que estauan en los cielos”.

<sup>18</sup> Original: “[...] fazien a los omnes errar, e non sabien conosçer a Dios nin creyen en él comno deuén”.

[...] Porque do pecado de Adão nasceu dois males que causou dano não tão somente a quem errou, mas a todos os que descenderam de sua linhagem, que não ouvisses errado; que tão grande foi o seu erro que Deu lançou sobre ele a sua maldição e sobre todos os de sua linhagem. E isto aconteceu porque o pecado foi de traição contra senhorio, porque hão de ter pena não tão somente os que os fazem ou aconselham ou ajudam a isso, mas os outros que descendem de sua linhagem, e nunca podem ser perdoados daquela culpa nem ser herdados nem se casal de outros até que os perdõe (SETENÁRIO, Lei LXX, p. 121, tradução nossa)<sup>19</sup>.

O primeiro dos sacramentos apresentados é o batismo que se caracteriza pelo perdão dos pecados cometidos antes da prática de ingresso na fé cristã, bem como a liberação do pecado edênico herdado. Desde Agostinho de Hipona (354-430), na Antiguidade Tardia, o batismo teve reconhecido seu caráter indispensável (BASCHET, 2006, p.376). Contudo, Hugo de São Victor (1096-1141) e Pedro Lombardo (1096-1160) criticaram a definição ampla de “sacramentos” fornecida por Santo Agostinho. Segundo Hugo de São Vitor os sacramentos poderiam ser definidos a partir de quatro elementos: 1) aspecto material/físico; 2) eram essenciais; 3) foram estabelecidos por Jesus Cristo e, por fim, 4) conferir à graça divina (JANKIEWICZ, 2004). Esses elementos estruturantes podem ser encontrados em obras posteriores, como no esboço inicial de uma obra legislativa a exemplo do Setenário de Alfonso X, o Sábio, em meados do século XIII.

Dessa forma, o catecismo que se manifesta em sete coisas: “[...] por pergunta; por sopro; pelo signo da cruz; pela conjuração de sal; pela oração; pelo [tannimiento] de mão; pela troca de saliva” (SETENÁRIO, Lei LXXXIV, p. 138, tradução nossa)<sup>20</sup>. Através do sacramento do batismo administra-se uma série de ritos cujo objetivo encontra-se o ensino da teoria Santa Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo).

A seguir, a rejeição ao mal que consiste nas seguintes perguntas “[...] há de perguntar três vezes a ele ou aos padrinhos se renega de si o diabo Satanás e a todas as suas obras e todas suas ofensas. E ele ou eles devem responder que sim. E então devem ao prelado fazer uma cruz com óleo nos peitos e outra nas costas, dizendo que unta com aquele óleo de “saudação” pelo Nosso Senhor Jesus Cristo para que torne sua vida

<sup>19</sup> Original: “[...] Porque del peccado de Adam nascieron dos males de que rreçibió danno non tan ssolamente el que erró, mas todos los que descendieron del ssu linage, maguer que non ouyessen errado ; que tan grande ffué el ssu yerro que Dios echó ssobre él la ssu maldición et ssobre todos los otros del ssu linaje. Et esto es porque el peccado ffué traición contra ssennorío, por que han de auer pena non tan ssolamente los que lo ffazen o lo consseian o ayudan a ello, mas los otros que desçenden de ssu linaje, e nunca pueden sser perdonados de aquella culpa nin sser heredados nin sser par de otros ffasta que los perdone aquel contra quien ffizieron el yerro”.

<sup>20</sup> por pergunta; por sopro ; por signo de -f ; por conjuración de sal ; por oración ; por tannimiento de mano; por ponimiento de saliua”.

perdurável”(SETENÁRIO, Lei LXXXIV, p. 149, tradução nossa)<sup>21</sup>. A remissão dos pecados acontece a partir da negação dos pecados e do demônio e do uso de velas e um pano de linho que denotam o estado de pureza do batizado: “[...] o sacerdote deve por um pano de linho na cabeça ao que for batizado, dizendo-lhe que tome aquela vestidura que é branca e sem mazelas” (SETENÁRIO, Lei LXXXVI, p. 150, tradução)<sup>22</sup>, assim o clérigo deve colocar uma vela na mão direita do batizado.

Na sociedade medieval a constituição do pseudoparentesco também é essencial visto que a estrutura de parentesco subordinava-se a esta outra (GUERREAU, 1982, p. 232). Assim, os padrinhos assumem, além do papel de testemunhas no batizado, a função de proteger seus afilhados no caso de morte dos pais legítimos, como se estes fossem seus filhos.

O segundo sacramento é a crisma ou Confirmação que segundo a definição do Setenário consiste na “[...] untura santa que estabeleceram os santos pais na igreja de Deus para sagrar o batismo” (SETENÁRIO, Lei LXXXIX, p. 154, tradução nossa). Desta unção, os óleos utilizados podem ser de dois tipos – de bálsamo e de oliva de sete formas são semelhantes. Tal sacramento deveria ser executado nas quintas-feiras, porque neste dia Jesus Cristo ceou com seus apóstolos, consagrando o pão e o vinho que eram sua carne e sangue. Sendo assim, o Setenário oferece recomendações aos clérigos quanto à realização da confirmação:

[...] devem colocar os óleo e as ampolas nas quartas-feiras pela noite, [...] devem primeiramente colocar os óleos de bálsamo e das olivas em boas ampolas de cristal ou de vidro ou de outra coisa mais nobre e mais limpa que puder haver. E estas ampolas devem quatro: a primeira, para o bálsamo; a outra, para o óleo das olivas que irão preencher com ele, que chamam crismal; a outra, separadamente para os enfermos; a outra para os catecúmenos que quer dizer tanto em grego os que são catequisados na porta da Igreja, segundo é dito, e para os neófitos, que se entende que sejam os de outra lei e se voltam para a fé de Jesus Cristo. E a ampola em que está o bálsamo deve ser coberta de pano de seda branco o mais formoso que houver. (SETENÁRIO, Lei XCII, p. 162, tradução nossa)<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Original: “[...] ha de preguntar tres uezes a él o a los padrinos ssi reniega o parte de ssí al diablo Ssatanás e a todas ssus obrase a todas ssus oñianías. E él o ellos deuen rresponder que ssí. Et entonce déuel el preste ñazer vna cruz con olio en los pechos e otra en las espallas, diziendo quel vnta con aquel olio de salut por Nuestro Ssenor Ihesu Cristo por que aya la ssu vida perdurable”.

<sup>22</sup> Original: “[...] el ssaçerdote deue poner vn panno de lino en la cabeça al que ffuere baptizado, diziéndol que tome aquella uesticlura que es blanca e ssin manziella”.

<sup>23</sup> Original: “[...] Que deuen apareiar los olios e las anpollas sse entiende que el miércoles por noche, sseguit de suso es dicho, deuen primeraio miente apareiar los olios de bálssamo e de las oliuas en buenas anpollas de cristal o de vidrio o de otra cosa la más noble e más linpia que pudieren auer. Et estas anpollas deuen sser quatro: la vna, para el bálssamo; la otra, para el olio de las oliuas que an a boluer con él, que llaman crismal; la otra, apartadamente para los emffermos ; la otra, para los catecúminos, que quier tanto clezir en griego com m o los que sson cathezizados a la puerta de la elesia, sseguit de ssuso es dicho, o para neóffitos, que se entiende por los que sson de otra ley e sse tornan a la fie de Ihesu Cristo. Et la anpolla en que esta el bálssamo cleue sser cubierta de pauna de ssirgo blanco el más fermoso que pudiere auer”.

Como este ritual é realizado na prática “Conjurando o exorcismo e bendito sendo o óleo para untar os enfermos, deve o bispo voltar ao altar e dizer sua missa até que acabe, e depois começar o ordenamento da crisma” (SETENÁRIO, Lei XCIII, p. 167, tradução nossa)<sup>24</sup>, este ordenamento se estrutura, novamente, em sete partes (ordenamento; testemunho; recebimento; bênção; enxanellar; conjuração e oração).

A Penitência é o terceiro sacramento. Antes de declarar os modos de realizar os procedimentais, destaca a natureza do pecado. No Setenário Alfonso X, o Sábio distingue sete tipos de pecados, categorizando-os de acordo com o grau do mal proporcionado a dificuldade de serem perdoados, respectivamente: 1) venais; 2) criminais e 3) morais:

[...] Pecados fazem os homens de muitas naturas, segundo a vontade lhes dá e os feitos se os guiam, mas todos tornam em três maneiras: a primeira, venial; a outra, criminal; a outra, mortal. E de cada uma diremos em seu lugar ordenamentos porque assim há nome e em quantas maneiras se podem fazer e por quais emendas que os homens façam e serão perdoados. Mas porque os primeiros são menores que os outros e podem mais ligeiramente os que fizerem obter, convém que se diga primeiramente dos venais, e depois os criminais, e depois os morais (SETENÁRIO, Lei XCVIII, p. 184, tradução nossa)<sup>25</sup>.

A Comunhão ou Eucaristia consiste no quarto sacramento que implica o uso do altar, do cálice, da hóstia e do lavamento das mãos: “[...] Depois que o sacerdote ofereceu o cálice e a hóstia sobre o altar, lava as mãos, segundo a autoridade do Salmista, que diz: Lavarei entre os não culpados minhas mãos e aproximarei ao teu altar, Senhor” (SETENÁRIO, Lei CVI, p. 248, tradução nossa)<sup>26</sup>. Além disso, as vestimentas dos prelados menores classificados como “clérigos de missa” abrangem itens como a sobrepeliz, que deve ser de linho e branca, a luva, a cinta e estola. Também aponta para um código vestimentário destinado aos prelados maiores como o papa, como calças de seda, sandálias, luvas (linho ou seda), anel, mitra e o pálio. O pálio deve ser de lã toda branca que seja de ovelha e cordeiro e constitui-se um privilégio a determinados sujeitos

<sup>24</sup> Original: “[...] Conjurando el exorcismo e bendicho sseyendo el olio para vntar los enffermos, ssegunt de suso es dicho, deue el obispo, después 10 que esto ouyere dicho, tornarse al altar e clezir ssu misa ffasta que ssea acabada, et después començar el ordenamiento de la crisma”.

<sup>25</sup> Original: “[...] Peccados ffazen los omnes de muchas naturas, segunt la uoluntad les da e los ffechos sse los i5 guisan, pero todos tornan en tres maneras: la vna, venial; la otra, criminal; la otra, mortal. Et de cada vna diremos en ssu logar ordenadamente por qué assí ha nombre e en cuántas maneras se pueden ffazer e por cuáles emiendas que los omnes ffgan sserán perdonados. Mas porque los primeros sson menores que los otros et pueden más ligeramiente los que los fízieren auer perdón, conuyene que sse diga primeramente de los veniales, e desí los criminales, et después de los mortales”.

<sup>26</sup> Original: “[...] Después que el ssacerdote ha offreçido el cáliz e la hostia ssobrel altar, laua las manos, ssegunt la auctoridad del Ssalmista, que dize: Lauaré entre los non culpados mis manos e cercaré el tu altar, Ssennor”.

“[...] mas não todos [os prelados], que não é dado a outro que não traga senão ao papa e ao arcebispo. E isso pela honra que há neles” (SETENÁRIO, Lei CVII, p. 258, tradução nossa)<sup>27</sup>.

## RESULTADOS

Em determinada passagem pelo Setenário Alfonso X, o Sábio, refere-se à Igreja Militante e à responsabilidade que a cabe, isto é, definir as regras do combate e levá-lo à risca contra sete tipos de inimigos, ainda que nenhum claramente definido a uma comunidade religiosa particular: “[...] E porque sempre está em guerra, [...] porque sempre está guerreando contra aquelas coisas e ordenando como se guerreie” (SETENÁRIO, Lei XXXIX, p. 69-70, tradução nossa)<sup>28</sup>.

A partir da investigação desde o Setenário é possível depreender o entrelaçamento da religião e da monarquia na busca de sedimentar o cristianismo na Península Ibérica, contribuindo para promoção da expansão territorial e religiosa atestada com mais eloquência em outras fontes, tais como as *Cantigas de Santa Maria*, o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*. O Setenário, por vezes, associado a um *Specula*, foi utilizado como um instrumento que possibilitaria legitimar o poder real (SILVEIRA; ANDRADE, 2018).

O rei convida ao arrependimento os sujeitos de outras crenças, implicitamente mudéjares e sefarditas, estendendo através da Igreja e da lei o perdão àqueles que decidirem pelo abandono da fé, veja-se:

[...] e entendendo igualmente que é isto verdade e direito, que outra lei não há nem poder ser verdade senão esta, rogamos e aconselhamos e mandamos, mas a todos os outros que nos quiserem crer, que esta lei tenham e obedeçam, e não outra. E isso mesmo dizemos aos outros que as outras crenças creem [mudéjares e sefarditas]; entendemos que por aqui serão isentados do pecado e ganharão amor de Deus. Aqui sei certamente que se bem se arrependerem-se, serão perdoados do erro que fizeram. (SETENÁRIO, Lei XXXVII, p. 68-69, tradução nossa)<sup>29</sup>.

O combate diário dos cristãos, fundamentado no “Credo in Deum”, e as sete armas contra os sete inimigos deste e da *ecclesia* parecem indicar que a tolerância do rei se

<sup>27</sup> Original: “[...] pero non todos, que non es dado a otre que lo traya sinon al papa o al mimado o l arçobispo. Et esto por onrra que han en ellos”.

<sup>28</sup> Original: “[...] E porque sienpre está en guerra, llámanla Iglesia Militant, que quiere dezir lidiador; porque sienpre está guerreando contra aquellas cosas e hordenando cómmo guerree”.

<sup>29</sup> Original “[...] e entendiendo otrosy que es esto verdad e derecho, que otra ley non ha nin puede ser verdad synon esto, rogamos e conseiamos e mandamos, non tan solamente a los de nuestro sennorío, mas a todos los otros que nos quisieren creer, que esta ley tengan e obedescan, e non otra. E eso mesmo dezimos a los otros que las otras creencias creen ; ca entendemos que por 5 aquí serán quitos de pecado e ganarán amor de Dios. Ga sé ciertamente que sy bien se arrepentieren, serán perdonados del yerro quel fezieron.”

baseia em conceder a estes outros o perdão e a possibilidade de um espaço de aceitação no Reino, enquanto condena em seu julgamento prévio todos os outros que não compartilham suas convicções religiosas, que são, inevitavelmente, as concepções teológicas que devem governar o universo cultural de Castela e Leão no século XIII.

Em Castela não havia unção régia, rituais ou quaisquer fórmulas religiosas com o intuito de fornecer sustentação ao poder monárquico (NIETO SORIA, 1986). No entanto, a religião ainda assim continha um papel importante na legitimação do projeto de Reconquista tornando necessária a definição de uma unidade doutrinal e a defesa do cristianismo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pluralismo religioso da sociedade ibero-castelhana no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284) e o frequente intercâmbio cultural estabelecido não frearam as intenções políticas do monarca, já que este pretendia fornecer uma unidade religiosa a seus domínios que fundamentaria, por sua vez, a unidade política de seu Reino.

O *Setenário* apesar de não se referir diretamente aos judeus e muçulmanos, atendo-se as conotações do cristianismo ibérico, é bastante rico em fornecer elementos para entender a Igreja e o papel que esta viria a desempenhar no contexto da Reconquista.

Assim, procuramos deter nossa atenção a um pequeno aspecto, o da definição do lugar de fala destes cristãos, da formalização dos seus ritos/sacramentos, dentro de um universo mais complexo que engloba as formulações acerca do “Outro”, isto é, das representações/estereótipos concernentes às categorias minoritárias, cujo estudo mais detalhado, que engloba os conflitos religiosos e a convivência vem sendo desenvolvido na dissertação de mestrado (PPGH-UFPEL).

### **FONTES**

**SETENARIO.** Alfonso El Sabio. Edição e introdução de Kenneth H. Vanderford. Buenos Aires: Instituto de Filología, 1945.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. La política eclesiástica de Alfonso X. El rey y sus bispos. **IX Semana de Estudios Alfonsíes.** Alcanate: p. 41-105, 2014-2015.

BARROS, C. **Versões portuguesas da legislação de Alfonso X:** estudo linguístico-discursivo. Porto: Universidade do Porto, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BURNS, Robert I. Jews and Moors in the Siete Partidas of Alfonso X the Learned: a Background Perspective. In: COLLINS, Roger e GOODMAN, Anthony (eds.). **Medieval Spain: Culture, Conflict, and Coexistence**. S/I: Palgrave Macmillan, 2002, p. 46-62.

FLORES ARROYUELO, F. J. El “Setenario”. Una primera versión de los capítulos introductorios de “Las Siete Partidas”. In: Id. **Del caballero y otros mitos**. Murcia: Universidad de Murcia, 2009.

FLORES ARROYUELO, F. J. e CARMONA, F. **La lengua y la literatura en tiempos de Alfonso X**. Actas del Congreso Internacional (Murcia, 5-10 mai. 1984). Murcia: Universidade de Murcia, 1985.

FONTES, Leonardo Augusto Silva. A retórica medieval no Setenário de Afonso X: os saberes entre a Antiguidade clássica e a cristandade. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro: Editora Anpuh-Rio, 2014, p. 1-10.

GUERREAU, Alain. Para uma teoria do Feudalismo. In: Id. **O Feudalismo**. Um horizonte teórico. Lisboa: Edições 70, 1982, p. 213-257.

JANKIEWICZ, Darius. Sacramental Theology and Ecclesiastical Authority. **Andrews University Seminary Studies**: v. 42, n. 2, p. 361-382.

LAPESA, Rafael. Símbolos y palabras en el Setenario de Alfonso X. **Nueva Revista de Filología hispánica**: v. 29, 1980, p. 247-261.

NAVARRO, David D. SCARBOROUGH, Connie L. A Holy Alliance: Alfonso X’s Political Use of Marian Poetry. Newark: Juan de la Cuesta, 2009. 208p. In: **Cincinnati Romance Review**: v. 38, 2014, p. 294-297.

NIETO SORIA, J. M. Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII. Madrid. **En la España Medieval**: v. 5, 1986, p. 709-729.

RAY, Jonathan. The Reconquista and the Jews: 1212 from the perspective of Jewish history. **Journal of Medieval History**: v. 40, n. 2, 2014, p. 159-175.

SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, the Learned**. A Bibliography. Leiden/Boston: Brill, 2010.

SILVEIRA, A. D. Fronteiras da tolerância e Identidades na Castela de Alfonso X. In: FERNANDES, F. R. **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 127-149.

\_\_\_\_\_. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas Cantigas de Santa Maria. In: PEREIRA, N. M.; ALMEIDA, C. C. e TEIXEIRA, I. S. (Orgs). **Reflexões sobre o Medieval**. GT Estudos Medievais/ANPUH-RS. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.39-59.

PÉREZ LÓPEZ, J. L. Los prólogos del Libro de las Leyes y el Fragmento llamado Setenario en la obra jurídica Alfonsí. **Revista de Literatura Medieval (RLM)**. Alcalá de Henares: v. 14, s/ed., p. 109-143, 2002.

POPE, I. Setenario. Alfonso el Sabio. **Speculum**: v. 22, n.1, 1947, p.85-87.

SILVEIRA, Aline Dias da; ANDRADE, Rodrigo Prates de. O nome do Rei: sacralização, presentificação e legitimação do poder nos nomes de Alfonso X e Jaime I. **Revista Diálogos Mediterrânicos**: n. 14, jun. 2018, p. 280-296.

SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo. In: Gladis Massini-Cagliari; Márcio Ricardo Coelho Muniz; Paulo Roberto Sodré. (Org.). **Série Estudos Medievais 2**: Fontes. 1ed.Araraquara: Anpoll, 2009, v. 2, p. 151-167.



## **Políticas, Estados e Poderes**

Prof. Dr. Marcelo França de Oliveira<sup>1</sup>  
Prof. Me. Dário Milech Neto<sup>2</sup>  
Francisca Jesus<sup>3</sup>

Este Simpósio Temático pretende reunir trabalhos dedicados ao estudo da História Política em seus múltiplos enfoques, com vistas à discussão acerca de abordagens históricas sobre as relações de poderes políticos-institucionais que permeiam as sociedades e os Estados em suas amplas dimensões. São contemplados estudos direcionados a origem, fundação e consolidação de Estados, regimes políticos, relações internacionais, guerras, revoluções, sistemas ou agremiações partidárias, formação de quadros dirigentes e de militância, suas propagandas, práticas discursivas e motivações. Procura abordar também as formas de dominação e resistência política dentro dos Estados.

---

<sup>1</sup> Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutorando do Programa de Pós-Graduação (bolsista CAPES) em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestre em História e Bacharel em História pela FURG. E-mail: oliveira.marcelo@live.com

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL, Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: milechnet@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas.

## JUVÊNIO PEREIRA: UM BANDIDO SANTIFICADO (1852 – 1886)

Prof. Me. Dário Milech Neto<sup>1</sup>

### Um bandido

O presente trabalho tem como objetivo analisar historicamente a atuação e a representação acerca do líder de uma quadrilha de salteadores na fronteira sul do Brasil, chamado Juvêncio Rodrigues Pereira (1852 – 1886). O bando de Juvêncio operou nas últimas décadas do século XIX realizando saques, assassinatos e fugas nas regiões em que atualmente se localizam os municípios de Pelotas, Canguçu, Morro Redondo, Piratini, Pinheiro Machado, Bagé, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande, Herval e Jaguarão.

Juvêncio foi capturado e morto no local denominado de Palma (subdistrito de Arroio Grande). Sua sepultura é até hoje visitada por alguns moradores para realizarem pedidos de cunho religioso. Aqui pretendo demonstrar a trajetória do “bandido” e como esse culto é feito. Utilizo a noção teórica de Banditismo Social cunhada por Hobsbawm (2015) e metodologicamente usei a História Oral para coletar os depoimentos dessas pessoas que vão até o túmulo de Juvêncio. Também referencio trabalhos de autores que lidaram com a questão dos cultos a bandidos na região platina, como Chumbita (2011) e Dornelles (1991).

### Sobre banditismo

Em “*Primitive Rebels*”, de 1959, Eric Hobsbawm estudou os modos arcaicos de protesto social no sul da Itália. Ele apresentou o conceito de “banditismo social” no primeiro capítulo, mas foi somente dez anos depois, com o livro “*Bandidos*”, que o pesquisador se debruçou mais sobre o termo, exaltando a peculiaridade e o alcance de tal definição:

O banditismo social é um dos fenômenos sociais mais universais da história, e um daqueles que apresentam mais espantosa uniformidade. Ademais, essa uniformidade não decorre de uma difusão cultural, mas constitui reflexos de situações semelhantes nas sociedades camponesas, ocorram elas na China, no Peru, na Sicília, na Ucrânia ou na Indonésia. Geograficamente, o banditismo social é encontrado nas Américas, na Europa, no mundo islâmico, na Ásia meridional e oriental, e até na Austrália. Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se situam entre a fase evolucionária de organização tribal e familiar de um lado e a sociedade capitalista e industrial moderna de outro, mas incluindo as fases de desintegração da sociedade familiar e a transição para o capitalismo agrário (HOBSBAWM, 2015, p. 37).

O autor citou que, dentro do banditismo geral, há uma categoria importante a ser analisada: a dos chamados “bandidos sociais”. Seriam proscritos, pertencentes ao mundo rural, categorizados como criminosos pelos senhores e pelo Estado mas que eram, ao

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas – milechnet@gmail.com

mesmo tempo, admirados e sustentados pela sociedade camponesa. Além do mais, eles se distinguiriam de outros dois tipos de criminalidade rural, como a de grupos do “submundo” profissional (ou “ladrões comuns”) e de comunidades onde a prática de pilhagem é vista com normalidade. Nesses últimos exemplos, ladrões e camponeses são estranhos uns dos outros, sendo os primeiros vistos como simples criminosos pelos segundos (HOBSBAWM, 2015, p. 36).

Assim como Hobsbawm categoriza diversos tipos e subtipos de bandidos ao redor do mundo (BAKER, 2015, p. 12), falando um pouco de bandidos como Billy the Kid, Jesse James, Pancho Villa, Lampião etc. Os criminosos são os mais diversos. Para não me alongar e chegar até o meu objeto, vou escrever, acerca do lugar em que ele atuou – além de citar alguns outros proscritos que ficaram conhecidos nesse mesmo lugar.

O rebelde que estudei agia no que hoje é a parte meridional do Rio Grande do Sul. Como bem explicitou Thompson Flores (2012), não é possível conceber esse lugar (o Rio Grande do Sul) e sua história senão como um componente do espaço platino<sup>2</sup>:

Nesse sentido, sempre me foi muito evidente que a condição fronteira do Rio Grande do Sul era um elemento fundamental para sua compreensão histórica. Percorrendo a historiografia, percebe-se facilmente o protagonismo da Fronteira nessa história, e comumente encontramos historiadores fazendo essa afirmação. [...] Mais da metade do perímetro total da fronteira rio-grandense é constituída por limites internacionais [...] (THOMPSON FLORES, 2012, p. 15).

Complementando, eu diria que para compreender esse lugar é necessário nos determos na questão da disputa entre duas soberanias principais do período colonial: Portugal e Espanha. Mudando o foco e recuando no tempo, do século XIX para o XVIII, podemos perceber as rivalidades que este espaço dividido suscitava entre seus habitantes.

Um exemplo que, a meu ver, demonstra muito bem isso foi o longo processo de inúmeras tentativas de demarcação dessa fronteira através de iniciativas das coroas ibéricas, com as partidas demarcatórias. Os desentendimentos e impasses entre os funcionários que tinham que fazer a demarcação in loco eram constantes: militares espanhóis culpavam os militares portugueses pela demora e vice-versa. A questão da alteridade entre essas pessoas era permeada em grande parte pela hostilidade<sup>3</sup>.

O século XIX, por sua vez, já iniciou com uma guerra entre essas soberanias: a Guerra das Laranjas (1801)<sup>4</sup>. Com o processo de independência dos vice-reinos espanhóis, tivemos conflitos que envolveram de alguma forma os hispano-americanos e

<sup>2</sup> O espaço platino aqui entendido é o território abrangido pela bacia do rio da Prata, no qual o Rio Grande do Sul está inserido, bem como as regiões dos países da Argentina, Uruguai e Paraguai.

<sup>3</sup> Acerca desse tema, ver Milech Neto (2015).

<sup>4</sup> Ver Camargo (2001).

luso-brasileiros, como a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828). O Rio Grande do Sul em seguida protagonizou a Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e depois a Federalista (1893 – 1895), além do envolvimento na Guerra do Paraguai (1864 – 1870).

Essas constantes disputas demonstram bem o território como um lugar de violência por excelência. Além dessa questão bélica, creio que devo atentar para uma figura que foi comum no território platino: o gaúcho. Um tipo social, muitas vezes representado como homem livre, sem vínculos e que só contraía trabalhos temporários em estâncias, isso quando não estava cometendo algum tipo de crime. Esses “pastores” já eram considerados um problema, como nos mostra a visão de um dos demarcadores de limites, o aragonês Félix de Azara (1742 -1821), ao relatar como via os campesinos: *Los pastores de estos países son los menos civilizados de todos sus habitantes, y que este género de vida ha reducido a los españoles casi al estado de salvajes, es verosímil que la vida pastoral no sea compatible con la civilización* (AZARA, 1850, p. 278).

Segundo Thompson Flores (2012), não podemos cair na visão romantizada do gaúcho como um indivíduo totalmente livre, mas sim como alguém que tinha laços de acordo com seus interesses. Conforme a autora, é esse conjunto da figura do gaúcho com o histórico de conflitos bélicos que caracterizaram e fizeram desse território um lugar de inerente violência. As possibilidades abertas pela fronteira também são vistas como um detalhe de potencialização da violência, com os costumeiros crimes de contrabando e assassinatos. Através das fugas para o “outro lado”, por exemplo, os criminosos estavam sob tutela de uma outra autoridade, ainda mais que, segundo a legislação brasileira, um criminoso só podia ser julgado por um delito no lugar em que este fora cometido. Além disso, tínhamos a movimentação constante do gado pela fronteira para a realização de negócios que os estancieiros achavam mais vantajosos (THOMPSON FLORES, 2012, p. 21).

Para finalizar a linha de raciocínio de Thompson Flores (2012), acho imprescindível o modo como ela percebeu a fronteira, apresentando o conceito de “fronteira manejada” em seu trabalho. Em linhas gerais, a autora mostrou a fronteira como um espaço dinâmico e manejado pelos indivíduos e grupos conforme seus interesses, posições e recursos, que poderiam mudar nas mais diversas condições em que se encontravam.

Esse conceito amplo e complexo de fronteira pressupõe alguns pontos, segundo a autora: a redução da escala de análise para focar ações individuais sem perder o foco do macro; a ambiguidade da fronteira como ponto de separação e contato; há um centro de

poder que faz a manutenção desse espaço; o limite é reconhecido pelos fronteiriços; a noção inerente de ser estrangeiro ou do outro estrangeiro; a noção de limite é um obstáculo para as relações que atravessam o espaço; a fronteira não é um dado fixo, mas que está sujeito à modificações de significados; as relações coerentes podem se tornar logo incoerentes em outro momento; essas relações devem ser compreendidas para além das relações duais (Estado – Estado, por exemplo); os sujeitos fronteiriços não são homogêneos, com diversos tipos sociais, logo com a fronteira se colocando de maneira diferente a essas pessoas; e, por fim, que esse manejo representa uma ação consciente do indivíduo, embora essa racionalidade não seja plena e as possibilidades não sejam muitas (THOMPSON FLORES, 2012, p. 71 e 72).

Vendo a fronteira dessa forma, como um espaço manejado muitas vezes em função de crimes e como um local de violência inerente, ainda mais com a figura presente do gaúcho, não seria muito difícil de concluir que a região do Prata foi cenário dos mais diversos bandidos. Tanto do lado de cá quanto do lado de lá abundaram as mais diferentes figuras que, de uma forma ou de outra, foram consideradas como “fora-da-lei”.

Do lado de lá, temos um dos mais reconhecidos trabalhos acerca do banditismo, *“Jinetes Rebeldes: Historia del bandolerismo social en la Argentina”* (2011), do historiador argentino Hugo Chumbita. Nesse estudo, Chumbita vai ao encontro da tese de Hobsbawm, mostrando que o modelo de bandido social apresentado pelo historiador britânico existe de fato tanto no mito quanto na realidade do espaço platino. Ele ainda salientou que deveríamos ir além dos documentos oficiais e ver os bandidos através do folclore e da oralidade que são construídas em seus espaços de atuação.

No livro o autor perpassou a história da América Platina desde a época colonial até meados do século XX. Logo de cara, após um capítulo de caráter introdutório, Chumbita abordou a figura de José Gervásio Artigas (1764 – 1850). Em sua análise, Artigas seria o exemplo por excelência do bandido social. As autoridades de Buenos Aires o chamavam de bandido, anarquista, contrabandista etc. enquanto os camponeses da Banda Oriental o consideravam uma liderança.

Igual que los “buenos bandidos” de todos los tiempos, Artigas procuraba lo necesario para su grupo y también para repartir con los paisanos. [...] Changadores, tribus indias, agricultores y criadores pequeños y medianos, peones y esclavos de las estancias, todo aquel conjunto de gente rechazaba la autoridad. Todos ellos adherían o admiraban el estilo de vida libre, alegre y bravío de los gaúchos. Su máximo exponente, el bandolero Artigas, con su aureola de rebelde indomable, justiciero y amigo de los pobres, encarnaba los valores compartidos por los habitantes de la frontera (CHUMBITA, 2011, p. 44 e 45).

Artigas ainda teria como outro traço geral do bandido social a questão de ter servido como soldado, no caso no corpo de blandengues, que vigiava a fronteira com o Brasil e perseguia contrabandistas. Chumbita (2011) considerou o alistamento como uma forma de a autoridade se aliar ao bandido já que não poderia vencê-lo. Após o trabalho como soldado, Artigas desertou em 1814, quando já tinha começado a fase de insurreição na campanha, passando então a ser difamado pelo governo portenho.

As experiências do chamado êxodo oriental em 1812 (quando uma grande parte da população o acompanhou na travessia do rio Uruguai) e do repartimento de terras de 1815 (em que ele dava preferência aos mais pobres como negros livres e índios) mostravam o quanto Artigas tinha uma preocupação com esse povo da campanha.

Chumbita (2011) demonstrou em seu texto que os saques que teriam sido cometidos pelos homens de Artigas eram uma prática que o próprio exército regular aplicava. O autor ainda chamou a atenção de que o “Protetor dos Povos Livres” não seria um mero delinquente vulgar, mas um rebelde que defendia os seus paisanos dentro dos valores tradicionais da cultura rural da fronteira. Mesmo assim, há os que teriam esquecido da juventude de bandoleiro de Artigas, hoje reivindicado como herói nacional da República Oriental do Uruguai.

O escritor argentino reproduziu a ideia de que o militar trocou diversas informações e aprendeu muito com o olhar do já citado naturalista Félix de Azara. De fato, os dois se encontraram quando Azara estava comandando o povoamento da vila de Batoví, embora saibamos hoje que o ilustrado espanhol menosprezava não só o corpo de blandengues, como a própria capacidade de liderança de Artigas frente aos seus.

Tal fato mencionado acima é secundário à ideia que realmente Chumbita (2011) quis explicitar: José Artigas foi um bandido social efetivamente em vida e não um mero rebelde que acabou sendo transformado em um bandido nobre (bom) apenas após a sua morte. A relação próxima com as pessoas menos favorecidas de sua época, assim como com as nações de indígenas, congregando um bom número dessa gente ao seu redor perpassa a imagem de um líder carismático. Hoje, em praticamente todas as cidades e pequenas localidades do Uruguai há um busto dele, isso sem falar em outros países do mundo.

Essas lideranças carismáticas ligadas aos setores tradicionais da sociedade estiveram presentes nos arranjos dos processos de independências, sobretudo da Argentina. Um dos maiores exemplos desses comandantes foi Juan Manuel de Rosas (1793 – 1877) que, assim como Artigas, foi chamado de caudilho. O caudilhismo

enquanto sistema político desse período teve como uma de suas armas a prática das *montoneras*, que seriam organizações militares irregulares que tinham fins políticos, sobretudo na disputa entre as ideias de organização do Estado (federalismo e centralismo). Chumbita (2011) as chama de “guerrilhas gaúchas” que tomavam determinados lugares (realizando saqueios) e eram comandadas por um chefe local ligado a algum caudilho junto a seus peões e quem mais quisesse participar. Nesse tema, não posso deixar de *citar* “*La historia de una montonera: bandoleirismo y caudillismo em Buenos Aires, 1826*” (2006), em que Raúl O. Fradkin se debruçou não apenas na ação do líder e seu grupo mas em problematizar o conceito de *montonera*. Tal obra demonstrou que abordar coletivamente o bandoleirismo não significa deixar de lado as práticas individuais.

Foram os *montoneros* do noroeste argentino que o escritor (e presidente da Argentina) Domingo Faustino Sarmiento (1811 – 1888) se ocupou em criticar em parte de seu famoso livro *Facundo o civilización y barbárie en las pampas argentinas* (1845). Ele considerava o tipo social do gaúcho como um dos males a serem combatidos na região, pois representava a barbárie que desencadeou em figuras de caudilhos como Juan Facundo Quiroga (1788 – 1835), o “*Tigre de los Llanos*”, partidário do federalismo. Ao contrário dos federais, para Sarmiento os unitários e as cidades representavam a civilização. Ainda outro caudilho famoso foi abordado pelo autor: Ángel Vicente Peñaloza (1798 – 1863), ou Chacho Peñaloza, também um inimigo do centralismo de Buenos Aires e que foi sucessor de Quiroga.

Com essas disputas entre unitários e federais na Argentina, com grande protagonismo das *montoneras*, vamos adentrando já a segunda metade do século XIX, que é o período que trato em meu trabalho. Novamente na literatura o bandido foi abordado, dessa vez em *Martín Fierro* (1872), de José Hernández (1834 – 1886). Ao contrário de *Facundo*, a obra de Hernández enaltece a figura do gaúcho, mostrando esse tipo como um herói.

Temos os matreiros, gaúchos errantes, solitários, mas que também poderiam andar em bandos, que Chumbita (2011) tratou após falar de Artigas e dos montoneiros. Sejanos Dornelles, em “Os Últimos Bandoleiros a Cavallo” (1991) também abordou esses matreiros platinos. Mesmo sendo uma obra de forte caráter regionalista/tradicionalista, ela é importante na medida em que demonstrou quão imprescindíveis são os relatos orais para contrastá-los com outros tipos de fontes. Dornelles exemplificou como na prática um bandido pode ser considerado “bom”, ou seja, fazer parte do tipo “social” mesmo tendo relações com a elite rural local.

Seguindo as novelas gauchescas, outro destaque foram as narrações biográficas dos matreiros que fazia Eduardo Gutiérrez (1851 – 1889). O escritor argentino seria apaixonado por contar essas histórias de vida nos folhetins, inclusive buscando testemunhas orais, segundo lembrou o próprio Chumbita (2011), que destacou o fato de os poemas dele serem menosprezados como literatura menor pela elite daquela época.

Desses gaúchos historiados e relatados por Gutiérrez, dois matreiros tiveram um espaço (subcapítulo) dedicado tanto no livro de Chumbita (2011) quanto no de Dornelles (1991). O primeiro foi o “Formiga Negra” (El Hormiga Negra), Guillermo Hoyos (1837 – 1918). Agiu nos limites de Santa Fé e Buenos Aires, montando um cavalo negro e vestindo-se com roupas pretas (por isso o seu apelido). Hoyos causou diversos problemas para a polícia da localidade, como confusões em bailes e inclusive brigas que acabaram em assassinatos. Ele teria ido tirar satisfação em um circo que estava em San Nicolás e que apresentaria um espetáculo do “Formiga Negra”. Ele inclusive assistiu depois à peça.

Já o segundo foi o “Pastor Luna” ou “Luna, El Entrerriano” (1846 – 1872), sobre o qual não temos tantas informações como no caso de Hoyos. Luna seria de Tuyú, com destacado fenótipo indígena e foi criado por um rico estancieiro, José Maria Areco. Teria se envolvido em uma disputa de carteados quando matou um homem, sendo condenado a prestar serviço no sul. Desertou do corpo militar e cometeu mais crimes de morte até ser pego e, por fim, executado. Dornelles (1991) destacou a destreza do bandido em lutar juntamente com seu cavalo, treinado para que não deixasse ninguém encostar em seu dono.

Posso citar também os matreiros que foram referenciados por Chumbita (2011) mas que não apareceram na obra de Dornelles (1991). Um desses tipos tinha por nome Juan de la Cruz Cuello (1830 – 1851), homem considerado como o “bandido romântico”, namorador, tanto pelo seu modo de vida como também por ter ganhado a preferência de uma mulher que estaria prometida ao seu comandante. Cuello ingressou forçadamente em um regimento militar como pena de ter matado dois homens. Ele logo desertou e acabou fugindo com a moça, de nome Margarita Oliden.

Após meter-se em outros episódios de confronto com as autoridades, Cuello teria tentado tomar como esposa a irmã de um cacique, chamada Manuela Díaz. Um policial ofereceu uma recompensa para que ela entregasse o bandido e, assim, a mulher procedeu, embebedando-o. Depois de um incidente em que um dos índios da tribo roubou a recompensa de Manuela e depois a matou, Cuello foi enviado para Buenos Aires e fuzilado a mando de Rosas.



Ainda segundo Chumbita (2011), outro matreiro famoso foi Juan Moreira (1829 – 1874). Sua vida como fora da lei iniciara quando o dono de um estabelecimento comercial (que lhe devia dinheiro) queria anular a dívida através de um pedido ao juiz de paz da região de La Matanza. Moreira matou o dono da venda e também o juiz de paz.

Fugindo da lei, acabou ficando na região de Navarro, onde foi nomeado como sargento de polícia, algo que Chumbita (2011) percebeu como um claro exemplo de quando as autoridades convertem em guardião o “bandido mau”, uma prática comum quando as autoridades já não conseguem lidar com ele como um inimigo. Essa nomeação se deu no contexto de proteção à Moreira, cuja rede de relações caracterizava outro traço do bandido clássico, segundo Hobsbawm (2015): sua invisibilidade ou invulnerabilidade.

Em Navarro, Moreira teria perturbado as eleições de deputados, causando ainda mais desprezo das autoridades por sua figura. Se envolveu em outros crimes e peleias com a polícia e acabou sendo traído por um antigo companheiro, conhecido como “Cuerudo”, que delatou ao comandante da Guarda Nacional, Francisco Bosh, sua localização em um prostíbulo chamado “La Estrella”, na localidade de Lobos. A partida de vinte e cinco homens liderados por Bosh então agiu, a mando do governador da província de Buenos Aires, Mariano Acosta. Chumbita (2011) narrou, baseado em um documento oficial, o derradeiro fim do matreiro, no dia 30 de abril de 1874, quando, surpreendido pelos opositores, tentou pular um muro e levou um golpe de baioneta do sargento Andrés Chirino:

Antes de caer, Moreira alcanzó a dispararle un tiro en el pómulo, aplicarle un hachazo en la cabeza y cortarle cuatro dedos de la mano izquierda a Chirino, y continuó lanzando tremendas puñaladas a los otros que lo rodeaban, hasta que se le doblaron las rodillas, vomitando sangre y, ya agonizante, sus atacantes “lo carnearon en el suelo”. Las heridas que presentaba su cuerpo eran tan numerosas que el médico que practicó el reconocimiento se excusó de describirlas (CHUMBITA, 2011, p. 144).

A história de Juan Moreira, baseada nos escritos de Eduardo Gutiérrez, virou filme em 1948, em preto e branco. Ganhou uma segunda versão em 1973, que foi premiada e é considerado um dos longas-metragens clássicos da Argentina.

Por sua vez, Dornelles (1991) abordou a vida de Martín Aquino (1889 – 1917)<sup>5</sup>, conhecido como “o último grande matreiro oriental”. O autor tradicionalista o chamou de “matreiro fronteiriço”, pela sua constante prática de cruzar a fronteira entre o Uruguai e o Estado do Rio Grande do Sul, ocupando-se das atividades de contrabando de gado.

---

<sup>5</sup> Há diversas obras que tratam apenas sobre a vida de Martín Aquino. Infelizmente não consegui ler nenhuma delas por completo (apenas partes e resenhas disponíveis online), mesmo sabendo que são livros de fácil acesso na República Oriental. O estudo mais recente seria dos autores Walter Serrano Abella e Javier Vaz, “*Martín Aquino: El Matrero*”, da editora uruguaia Fin de Siglo, de 2009.

Era natural da cidade de Tala, embora Dornelles (1991) tenha citado erroneamente que o matreiro havia nascido na cidade vizinha, Fray Marcos. Martin Aquino quando jovem teria se alistado nas forças provisórias do governo e, como todo bandido social conhecido de sua época, em seguida desertou, indo refugiar-se entre Santa Vitória do Palmar e Chuí.

Lá tinha como patrão André Ferreira, o qual saiu com ele para fazer o trabalho de levar algumas reses para um saladeiro na localidade de Minas, em julho de 1909. Por causa de um desentendimento no pagamento do serviço e por humilhação feita pelo chefe durante a viagem de volta, Ferreira e Aquino brigaram, tendo o matreiro decidido seguir seu próprio caminho. Ferreira, enfurecido, teria atirado contra seu empregado, que não foi atingido. Aquino então deu meia-volta e disparou três tiros contra o patrão, que caiu de seu cavalo e, mesmo tendo sido socorrido, logo morreu.

Desde então Martin passou a ser perseguido pelas autoridades, escapando de lugar em lugar da polícia, andando na maioria das vezes sozinho. A mando de um comissário, segundo Dornelles (1991), os irmãos João Ojeda e Mencio Ojeda firmaram um trato para capturar Aquino. Uma luta corporal terminou com um tiro mortal dado pelo matreiro em João. Seu irmão Mencio pediu que poupasse sua vida, o que foi feito por Aquino.

Depois de ficar um ano preso no Rio de Janeiro e fugir, no final de agosto de 1914, Martin e um companheiro seu de contrabando, Gregorio Pinela, tiveram um encontro inesperado no Uruguai com uma patrulha (de três membros) do chefe político do Departamento de Florida na época, o coronel João Cardozo. Depois do inevitável enfrentamento entre eles, o coronel e um comissário morreram, restando apenas um dos inimigos. Aquino mesmo ferido em seguida se restabeleceu. Contudo, agora ele era mais procurado que nunca, sobretudo pelos colegas de profissão do coronel.

Seguindo a história escrita pelo tradicionalista, o fim do matreiro ocorreu em 5 de março de 1917, em uma casa na localidade de Fraile Muerto, no Departamento de Cerro Largo. Um comissário, de nome Pedro Gonzáles, teria elaborado um plano infiltrando um homem chamado Nicomedes Oliveira entre os amigos de Aquino. O matreiro e mais três companheiros (entre eles Nicomedes) foram até um rancho que seria de um cunhado de um deles. O infiltrado denunciou então a localização de Aquino.

No meio da noite, o bando foi surpreendido. O matreiro teria saído da casa e tentado acertar os soldados de Gonzáles, porém foi recebido por tiros, retornando. Saiu novamente para o pátio com o colega Martínez, tendo logo que recuar para dentro de casa.

Vendo que estava totalmente cercado, Aquino teria se matado com um tiro na testa, para não ser capturado vivo pela polícia. Seu corpo foi fotografado e exibido nas ruas de Melo.

Interessante notar que em toda a narrativa de Dornelles (1991) o matreiro foi retratado como alguém que somente matava para se defender: ele não teria outra opção, senão matar para não morrer. A população, ainda segundo o autor, não tomava Martin Aquino como um bandido. Inclusive, fazendeiros e amigos de infância o ajudavam, empregando-o em suas estâncias ou dando algum dinheiro quando necessitava. Daí resultou sua invulnerabilidade frente às autoridades, embora Aquino fosse ainda jovem quando foi morto: tinha vinte e seis anos. Sua vida também virou filme, “*Martin Aquino, el último matrero*” (1996), feito pelo produtor e diretor argentino Ricardo Romero.

Os matreiros que aqui citei brevemente para dar uma noção dos que foram um dia chamados de bandidos pelas autoridades argentinas e orientais, sobretudo entre o final do século XIX e início do XX, dão bons exemplos para que se visualize o embate entre aquilo que Sarmiento um dia chamou a seu modo de civilização versus barbárie. Claro que esse dualismo seria simplista, passando por cima das complexas redes que esses indivíduos, em suas épocas, estabeleciam a seu favor.

### **O bandido na memória**

O caso que estudei foi o de um bandido, que teria o nome de Juvêncio. Segundo os moradores locais da região da Palma (3º subdistrito do município de Arroio Grande), Juvêncio foi morto por seus companheiros e enterrado em um local às margens do arroio Parapó, onde até hoje permanece uma cruz de ferro, demarcando sua sepultura. As histórias sobre a figura desse bandido me eram contadas por diversos indivíduos.

Dito isso, acreditei que seria importante fazer entrevistas com pelo menos três pessoas para utilizar aqui, a fim de evitar o erro de simplesmente pescar histórias aleatórias que me foram contadas sem ter uma preocupação acadêmica de registrar os “causos”. A metodologia que segui foi a explanada por Verena Alberti (2010), que assim define o trabalho com essa ferramenta:

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2010, p. 155).

Mas se levarmos ao pé da letra essa definição, a metodologia da história oral não seria aplicável para os meus entrevistados, os que contaram o “causo”. Eles não participaram do evento e muito menos o testemunharam: ele teria ocorrido, como veremos adiante, há mais de cem anos. Contudo, Michael Pollak (1992) enfatizou a importância da memória herdada, de acontecimentos que não foram vividos pelos indivíduos que dele se lembram:

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo (POLLAK, 1992, p. 2).

Ficou demarcada então a relevância para a memória individual e coletiva de fatos que uma pessoa ou seu grupo não viram com seus próprios olhos, mas souberam através do tempo: é uma memória herdada. Classificaria meus entrevistados como herdeiros de uma memória que foi transmitida de geração em geração. Obviamente, como não poderia deixar de ser, esse tipo de memória implicaria maiores cuidados ainda quando é trabalhada em um estudo, pois os detalhes do fato vão desaparecendo com o decorrer dos anos e o que ficou até hoje certamente é uma sombra confusa. Pollak (1992, p. 4) evidenciou outra característica: a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.

Dos três entrevistados por mim escolhidos, dois são da família Teixeira de Almeida: o próprio Fernando Agendes de Almeida e Orlando de Almeida. O terceiro foi Alzir Canielas, que mora também na região, mas que não é descendente da mesma família, caso dos outros dois. O escolhi justamente porque gostaria de exemplificar que a história de Juvêncio não ficou isolada apenas em um único grupo familiar ao longo dos anos.

Um dos maiores expoentes do entendimento da memória enquanto um conceito social, Maurice Halbwachs (2013), em seu livro *“A memória coletiva”*, refletiu sobre o laço entre crianças e seus avós no mundo rural, inclusive referenciando uma passagem de uma obra do historiador Marc Bloch (1925) em que este citou o ato comum de os pais, ao saírem para o trabalho, deixarem as crianças aos cuidados dos mais velhos. Notei nas entrevistas que as pessoas mais velhas são citadas na história (Fernando fala em seu avô, Orlando na sua bisavó e Alzir em um conhecido, o “velho”). Creio que justamente essa

configuração familiar dos camponeses ajudou no compartilhamento de “causos” como os de Juvêncio.

Em certo momento da entrevista, Orlando revelou que faz pedidos para Juvêncio: *“Tem uma coisa. Eu acredito muito. Faço uma promessa para ele e ele sempre me atendeu. Ele era bandido nas outras épocas, na geração que eu nem era nascido. A geração foi outra né? [...] Acendo uma vela para ele. Um pacote de vela. Sempre quando eu acendo é um pacote”*.

É interessante notar esse culto ao Juvêncio na busca de ter um pedido atendido. Foi Hugo Chumbita (2011) quem escreveu acerca do fenômeno social dos “bandoleiros santificados” que ocorreria na América Latina, mais fortemente na região do Prata. Esse fenômeno chamou inclusive a atenção de Hobsbawm, que citou:

Com efeito, o bom bandido pode, depois de morto, adquirir uma elevadíssima estatura moral, a de seres intermediários entre homens e a divindade. É notável o número de cultos que se formaram em torno de túmulos de gauchos valentões na Argentina, na maioria ex-combatentes nas guerras civis políticas do século XIX que se transformaram em bandidos, e suas sepulturas, onde as pessoas rezam por milagres, muitas ostentam a cor do partido (HOBSBAWM, 2015, p. 75).

Chumbita (2011) formulou que essa exaltação religiosa de bandidos gaúchos seria feita pelas classes mais humildes, realizando essa sacralização popular, e que teriam construído seu próprio “santoral criollo”. E ainda exemplifica quem seriam esses homens que foram santificados:

Son personas reales que merecieron admiración como “justos”, de los que se cree que robaban a los ricos para ayudar a los pobres, y que murieron de manera trágica a manos de la autoridad. La consagración está fuertemente ligada al lugar y las circunstancias crueles o injustas en que los mataron. Se expresa en la tumba del difunto y en el sitio donde murió, aunque también a veces en otros puntos en los que se establece una señal, capilla o santuario (CHUMBITA, 2011, p. 162).

Fernando citou por sua vez saber que outras pessoas faziam pedidos para Juvêncio, mas que ele próprio não fazia isso, apenas rezava pela alma do bandido. No caso de Alzir, não foi referenciado nada relacionado à religiosidade, embora ela tenha dito que foi até a cruz para arrumar com um pedaço de arame uma parte que estava caindo, em sinal de respeito.

Dos diversos indivíduos que se tornaram em figuras de santos e que são citados por Chumbita, posso referir um dos mais significativos casos: o *gauchito* Gil. Na Argentina há um grande número de pessoas que são fiéis à sua representação. Ele teria sido contemporâneo de Juvêncio (viveu em meados da segunda metade do século XIX). Seu nome completo era Antonio Memerto Gil Núñez. Participou da Guerra do Paraguai

além das peleias entre federalistas e unitários em seu país. Desertou e passou a ser então um homem procurado.

O autor argentino escreveu que Gil foi morto degolado pelos seus inimigos em 08 de janeiro de 1874, perto de Mercedes. Uma cruz foi colocada no lugar em que enterraram seu corpo. A essa cruz atribuem os mais diversos milagres. Ainda segundo Chumbita (2011), os vários santuários espalhados dedicados ao *gauchito* Gil são adornados por itens vermelhos, que são relacionados ao sangue derramado quando ele morreu, mas também ao fato de se saber que ele pertencia ao partido colorado em seu país.

No Rio Grande do Sul temos um outro exemplo de túmulo que é local de pedidos religiosos: é o de Talco Cardoso (1916 – 1955). No livro de Sejanos Dornelles (1991) tem inclusive duas fotos da sepultura, sendo que na primeira delas o autor colocou na legenda que “mesmo que Talco fosse abigeatário, sua morte foi lamentada”, além de “neste túmulo, muitos fazem promessas”.

### **Algumas considerações**

Não me foi relatado pelos entrevistados se os familiares mais antigos tinham também alguma relação de fé com o local onde Juvêncio está enterrado. Além disso, apenas pelas memórias e pelo mero julgamento de valores, não dá para saber, por enquanto, se o consideravam um bandido bom ou mau. Mas uma coisa é clara: a população daquela localidade da Palma convivia com Juvêncio aparentemente sem muitos problemas. Seus algozes, inclusive, reservaram um lugar para sepultá-lo e alguém demarcou o local.

Também devo salientar que embora seja uma memória coletiva dos que moram lá, não há um grupo coeso, como é exemplificado nos textos de Halbwachs (2013), que se reúne para relembrar e trocar informações acerca do evento que seus antepassados vivenciaram. A campanha tem cada vez menos pessoas morando: muitas delas acabam indo para as cidades, pois pequenos agricultores e pecuaristas terminam por vender os seus campos para médios ou grandes empresários que dominam cada vez mais o local.

Com isso, corre-se o risco de que relatos orais, como este sobre o qual aqui nos debruçamos, percam cada vez mais fôlego, até desaparecerem. Cabe à história (e aos historiadores) a salvaguarda dessas narrativas que são contadas e recontadas nos núcleos familiares ou em determinados grupos como fatos que já quase se perderam e/ou que adquirem uma certa aura mais de “lendas” do que de acontecimentos reais.

Não poderia deixar de citar a questão da identidade, tão atrelada à memória como Halbwachs (2006) e Pollak (1992) salientaram. O bandido reforçaria a ideia do imaginário do gaúcho valente, forte, que não se entregou até o último minuto de sua vida. Já sabemos que é uma identidade criada e reforçada pelos meios de comunicação e determinados grupos que cuidam da questão tradicionalista no Rio Grande do Sul.

Vimos que a história de Juvêncio Pereira não é um caso isolado: na região platina os cultos a determinados “bandidos” é um fenômeno presente nos dias atuais, em alguns locais com maior força, como o exemplo do *gauchito* Gil, na Argentina. Esses sujeitos não viveram atuando como meros criminosos, pois foram auxiliados pelas sociedades camponesas na época e hoje ainda são referenciados, alcançando inclusive *status* de santos, figuras religiosas que atendem aos mais variados pedidos que fazem essa população. Dito isso, tais indivíduos se encaixam na concepção elaborada por Hobsbawm (2015): foram (e ainda de certa forma são) bandidos sociais.

### Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.
- AZARA, Félix de. **Viajes por la América del Sur**. Bernardino Rivadavia, prólogo de Florencio Varela. Biblioteca del Comercio del Plata, 2 tomos, Montevideo, 1850.
- BAKER, Pascale. **Revolutionaries, Rebels and Robbers: The Golden Age of Banditry in Mexico, Latin America and the Chicano American Southwest, 1850-1950**. University of Wales Press, 2015.
- CAMARGO, Fernando da Silva. **O Malón de 1801: A guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Editora Clio, 2001.
- CHUMBITA, Hugo. **Jinetes Rebeldes: Historia del Bandolerismo Social en la Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2011.
- DORNELLES, Sejanos. **Os últimos bandoleiros a cavalo**. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOBSBAWM, Eric J. **Rebeldes Primitivos: Estudios sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales em los siglos XIX y XX**. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.
- JOSEPH, Gilbert M. On the trail of Latin American Bandits: A reexamination of Peasant Resistance. In: **Latin American Research Review**. New Mexico: University of New Mexico, v. XXV, n. 3, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. 544 p.

MILECH NETO, Dário. “**Um dos mais perigosos e audazes bandidos de que há notícia**”: a trajetória de **Juvêncio Pereira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. 80 f

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Dissertação de Mestrado – PPGHIST/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.



## O PODER E A HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ VECCHIO

Leonardo Silva Amaral<sup>1</sup>

Ao longo dos anos a historiografia trabalha com as formas com que o significado do poder se materializa nas mais diversas esferas da sociedade. Em muitas oportunidades o seu significado foi ligado a questões políticas, sendo visto a partir disso como um agente para a investigação historiográfica, há de se apontar a possibilidade de analisar conceitos de poder e política de forma a perceber suas complexidades. Visto isso, é relevante apontar que a presente análise tem por objetivo abordar pontos sobre possibilidades do conceito de poder, tendo como base o período a partir de 1930 onde grandes transformações políticas e sociais ocorreram. Contando, com esse recorte temporal o artigo traçara de maneira breve a trajetória de José Vecchio, e as possibilidades de trabalhar o conceito de poder nessas movimentações do período.

### Contexto e Trajetória

Em um primeiro momento é importante evidenciar aspectos que tornam a história desse indivíduo importante para dialogar com as questões de poder. José Vecchio foi militante sindicalista e político, foi Deputado Estadual (1959-1963) e vereador de Porto Alegre (1970), vivenciou períodos de grande ebulição política pré e pós Estado Novo. O período abordado pelo presente trabalho se dará em torno de suas vivências em períodos de grandes mudanças estruturais e políticas na sociedade, sendo a importância desse trabalho a de reconstruir o convívio político e social, através da sua trajetória sindical e política.

Vecchio foi um importante personagem no cenário histórico tanto a nível estadual como nacional, presente em momentos que os direitos do trabalho eram ineficazes, sendo as lutas e embates mais frequentes, durante esses momentos se manteve ligado a militância sindical. A relevância do trabalho se dá por transitar em um contexto extremamente importante da história, em linhas gerais:

O desafio está justamente em reconstruir e interpretar os conflitos sociais também em épocas de ‘aparente aquiescência social’ além de compreender que classe não pode ser definida somente a partir de identidade políticas, mas também pela fissura social e cultural que estabelece a percepção da diferença entre nós e eles (COSTA; SILVA, 2001, p.218)

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – amaralleonardo10@gmail.com

Em meio ao governo Vargas, Vecchio se mantém ligado ao sindicalismo onde acaba se tornando um dos principais organizadores da ala trabalhista no PSD (Partido Social Democrático), em um momento da sua trajetória começa a perceber ideias conservadoras se instalando na sigla. A criação de um novo partido faz com que Vecchio veja uma nova oportunidade de manter ativo os ideais trabalhistas de fato, esse novo partido é o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), então logo após sua saída do PSD em 1945, ele em conjunto com outros nomes cria a sigla petebista no estado do Rio Grande do Sul (RS). Seguindo um pensamento oposto ao de inercia, José Vecchio embora apoiador das reformulações varguista, se mantém ativo e contrário a ideias de possível regresso.

É importante destacar que as mudanças estruturais políticas e sociais estiveram presentes na vida de Vecchio durante toda sua trajetória, e por ter vivenciado esses momentos, se torna tão fundamental o desenvolvimento da pesquisa acerca de sua vida, tanto para entender seu papel de destaque, como para a partir de um outro ângulo e visões retratar momentos importantes da sociedade em que ele esteve inserido. Ele foi o principal protagonista nesse período, contribuindo para o desenvolvimento do partido no sul do país, em um dos pontos da sua entrevista para o CPDOC em 1986 ele demonstra com entusiasmo a possibilidade da construção da agremiação no sul do país, como visto em uma passagem, onde ele fala a um secretário: “Tu vais ter que ir ao Rio... Vais ter que ir lá com calma... conversa com esse cidadão, vê se ele tem autenticidade de trabalhador, seja ele intelectual, seja o que for, se é trabalhador não tem problema”<sup>2</sup>.

A partir da criação da sigla estadual em 1945, a organização foi se mostrando diferente da maioria de demais localidades, já em um primeiro momento, começou a se discutir quem viria assumir a liderança do país após Getúlio Vargas ter sido deposto, logo o PTB estadual se mostrou contrário a indicação do General Eurico Gaspar Dutra visto que na concepção deles, o mesmo teria sido um dos principais agentes da destituição de Vargas do poder, aos poucos a sigla e a liderança de José Vecchio ia se mostrando contrário a certas indicações da sigla a nível nacional, mesmo mostrando apoio a Vargas pelas mudanças que melhoraram a situação trabalhista, e somente por essa razão aceitaram a decisão pelo apoio a Dutra. Em contrapartida, se mostravam contrários a indicações de alguns políticos a cargos, sobretudo no Estado, enquanto a sigla estadual apoiava Alberto Pasqualini para governo do Estado no ano de 1947, outras partes

---

<sup>2</sup> José Vecchio (depoimento), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1986, p. 50-51.

buscavam a indicação era que Walter Jobim do PSD, esse fato mostra o quão divergente eram as ideias dentro da sigla, da mesma forma que é nítido as grandes convergências internas no partido.

É possível perceber o quão alinhado a perspectiva de ampliação e debate dos direitos sociais pós revolução de 1930, esse grupo liderado por Vecchio estava, já que considerava uma mudança não petebista na administração do país algo poderia destruir direitos já conquistados. No momento em que Vargas é deposto há um aumento no conflito interno dentro do partido, a aproximação do PSD dentro da organização do PTB gaúcho se deu a partir de alguns nomes com aval de Getúlio, como Cruz (2010, p.107) apontou “... a eles agregar-se-ia, ao longo de 1946, um conjunto de “políticos profissionais” também originários do PSD, que atendiam diretamente às orientações de Vargas. Entre os últimos, destacam-se Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha.”.

As movimentações seguiram ao longo dos dois anos seguintes até a eleição de 1947, Vecchio e a ala sindicalista fundadora do PTB no Rio Grande do Sul se mostrava cada dia mais insatisfeita com desdobramentos e influências pessedistas nas decisões políticas. De forma direta, durante o ano da eleição para o governo do Estado o PSD começa a se distanciar por não concordar com decisões vindas de Vargas, definições essas que de certa forma apoiavam a sigla petebista, nesse momento Vecchio tornou-se presidente da sigla até o ano de 1949, e em 1950 em pleno período eleitoral para a presidência ele acaba saindo do PTB por problemas internos como já vinha acontecendo, sem contar nos seus contatos com grandes nomes como João Goulart, Brizola, esse último foi com quem mais teve divergência ao longo dos anos. E mesmo com essa decisão ele segue apoiando Getúlio, mantendo assim seu apoio aos ideais e mudanças desenvolvidas pelo governo varguista, apoio este que se seguiu como sindicalista e ao longo do período em que esteve na organização da sigla estadual.

Ao longo de sua vida sempre esteve presente nas lutas trabalhistas desde seu período como sindicalista e no decorrer de seu momento como principal personagem da criação do PTB gaúcho, sempre à frente das decisões que corriam internamente, constantemente buscando a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas conquistados. Entender uma sociedade a partir de um indivíduo pode mostrar de forma detalhista momentos que ainda são desconhecidos, ou entendidos de formas gerais, o período histórico a ser abordado neste trabalho ainda que bastante difundido pela historiografia

recente ainda requer uma atenção para entender os pequenos detalhes e relações individuais que são agentes dos desdobramentos da sociedade.

Alguns pontos ainda da sua trajetória até a chegada ao sindicato dos transportes públicos de Porto Alegre, bem como após sua saída do PTB em 1950 são interrogações que tendem a ser respondidas nos próximos passos desse estudo. Como apontado até o momento esse trabalho sobre José Vecchio, ele traz consigo um grande volume de percepções sobre relações, decisões importantes que reconfiguraram a sociedade daquela época. Assim como BORGES (2005, p.215) expõe “A razão mais evidente para se ler uma biografia é saber sobre uma pessoa, mas também sobre a época, sobre a sociedade em que ela viveu. ”, mostrando assim que a biografia vai muito além do que simplesmente falar sobre alguém.

A trajetória de Vecchio perpassa por momentos marcantes na sociedade gaúcha e brasileira, sua participação nas principais decisões políticas externas e internas do PTB, além de sua atuação sindical ativa, assim Bodea (1992, p.22) relatou “... foi líder da dura greve-geral dos transportes de Porto Alegre em 1929 e, pela sua militância sindical, chegou a ser preso três vezes durante o Estado Novo.”. Esse pequeno fragmento, mostra o quanto sua liderança se destacava em meio a outras lideranças nas lutas sociais. No momento em que deixa a ala trabalhista do PSD por perceber a forte influência conservadora no partido, demonstra o quão era ligado a suas convicções políticas voltadas ao trabalhismo, em sua passagem ao PTB gaúcho sempre mostrou suas insatisfações e buscou nortear as decisões políticas preservando os direitos já conquistados pelos trabalhadores.

Sua contribuição para historiografia é ampla, sua participação em períodos como Estado Novo, redemocratização, chegando ao período da Ditadura Militar no país, até mesmo se tornando vereador na década 70 em meio a grandes mudanças e repressões. Entender a trajetória de José Vecchio ajudará a entender não só sua importância como agente dentro da sociedade, mas estreitar lacunas sobre o corpo social como um todo.

É possível, ver tanto em relatos dele próprio como em passagem de alguns autores, Vecchio buscava sempre manter suas posições bem definidas, sobretudo em defesa das legislações desenvolvidas no governo de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo que ao contrário do que parte da historiografia afirma, que o sindicalismo se desenvolveu no período varguista fosse de grande maioria reboquista, Vecchio se mostrou distinto, ainda que defendesse boa parte das mudanças sociais criadas por Vargas, não deixava de bater de frente a decisões políticas internas, se mostrando um personagem singular.

A partir dessas situações é que entram os questionamentos, entender como se dá o cruzamento dessas duas posições, há um posicionamento se sobrepondo ao outro, ou seja, se o Vecchio militante sindical se sobrepõe ao Vecchio político? É importante destacar que durante o governo varguista as legislações sindicais foram mudadas de forma significativa, importante também entender como se dá essas relações ao longo dos anos mesmo após sua saída da sigla petebista, já que manteve sua vida dentro da política sendo eleito em duas ocasiões, sendo a problemática central.

É importante destacar de forma pontual, a grande abordagem dentro da historiografia sobre o contexto em que a trajetória Vecchio se desenvolve. Autores como Angela de Castro Gomes, Maria Celina D'Araujo, Marcelo Matos Badaró, contribuem para uma visualização das relações existentes entre as variadas instituições que o período abarca. Um aspecto importante a se extrair do trabalho de Angela de Castro Gomes, em *Invenção do Trabalhismo*<sup>3</sup>, se dá pelo desenvolvimento de uma visão onde as relações entre trabalhadores e o Estado não se postam de maneira ao governo impondo e o operariado e demais classes aceitando tais condições de maneira inerte, mas sim um jogo de relações onde ambos lados mantem diferentes estratégias para buscar seus objetivos. Em outro momento é importante a obras de Maria Celina e Marcelo Matos que em seus trabalhos *Sindicatos, Carisma e Poder: O PTB de 1946-65*<sup>4</sup> e *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*<sup>5</sup>, respectivamente, que destacam as correspondências entre instituições durante e depois do Estado Novo, sobretudo, a partir de sindicatos e partidos, dos quais Jose Vecchio se mantem em constante relação, além de mostrar os desdobramentos de várias mudanças que ocorreram em com essas organizações, eles apontam personagens e descontroem o que se tinha de apontado como grupos recebiam ordens de alas mais altas e aceitavam, porém Vecchio já demonstra que a situação não é dessa forma como era apontado.

O destaque nesse sentido é apresentar alguns autores como exemplo dessas novas formas, já que o número de pesquisadores sobre a temática é extensa e a partir deles perceber a relações diversas que podem surgir nas mais variadas camadas sociais da sociedade brasileira do período. A partir disso é extremamente importante ter um

---

<sup>3</sup> Ver mais em GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

<sup>4</sup> Ver mais em D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>5</sup> Ver mais em MATOS, Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

panorama das discussões sobre o conceito de poder ao longo da historiografia e dando enfoque em dois autores de extrema importância nesse sentido para visualizar as formas e condições que o poder pode se manifestar nesse contexto aqui abordado.

Ainda é interessante apontar alguns aspectos da Micro-história que demonstram a importância do conceito que amplia o debate sobre percepções aproximada de eventos antes não percebidos pela historiografia de um modo geral, além de perceber as condições do conceito de poder nessa análise.

A Micro-História se tornou um importante método analítico de pesquisa dentro da historiografia, contribuindo assim para um olhar mais atento as variáveis dentro da sociedade, em outras palavras,

*Microstorie* não é, então, necessariamente a história dos excluídos, dos pequenos, dos que estão nas margens ou além delas. Antes de tudo, pretender ser a reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem. (LEVI, 2016, p.23)

O autor Giovanni Levi, elenca em poucas palavras os pontos em geral do que uma análise minuciosa pode abarcar. Os apontamentos de alguns estudiosos da metodologia, não excluem o contexto geral para os estudos do micro, os estudos voltados pra esse método apenas aproximam como uma lupa de um grupo, de um indivíduo ou de uma localidade, buscando assim levantar as possibilidades que aquele “pedaço” pode significar ao meio como um todo.

É importante ter como ponto de partida o contexto dos primeiros diálogos sobre essa forma de debate. Sua origem se dá dentro de uma estrutura social dentro da Itália, é preciso destacar que a historiografia dentro do país se desponta ao final da 2ª Guerra Mundial, mas foi entre os anos de 1950 e 1960 que a historiografia começa a se internacionalizar com um aumento de um intercâmbio entre países como franceses, ingleses. O pesquisador Henrique Espada Lima (2012), em um artigo aponta que esse surgimento se deu não só por um, mas por vários pontos de partida, e que eles se conectaram para construir o debate que conhecemos.

O momento de grande desenvolvimento se deu em 1970 com alguns autores importantes nesse primeiro momento como Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Carlo Poni, a partir da *Quaderni Storici*, uma importante revista criada anos antes que ampliou o debate da história social dentro da sociedade italiana. A partir de Grendi, que tem em sua metodologia aspectos da história social e da antropologia,

focando suas pesquisas em grupos sociais que vão servir como base para a construção de uma etnografia de uma sociedade.<sup>6</sup>

Em seguida os nomes de Ginzburg e Poni começam a se destacar, ampliando o debate que já vinha se desdobrando desde o início da década de 70. Ambos autores apontam a relação e a importância entre a historiografia francesa e italiana, porém o grupo dos Annales contestavam o modo próximo como a Micro-História usava da antropologia para as pesquisas na área, na intenção de analisar pontos negligenciados pela historiografia em vigor naquele momento.

A partir de 1980 a microanálise ganha contornos importantes, ampliando seus alvos de pesquisa, tornando-os diversificados e heterogêneos dentro das temáticas a que se dispõem. Nesse momento surge o importante trabalho de Giovanni Levi, chamado *Herança Imaterial*<sup>7</sup>, onde o autor apresenta a história de um padre exorcista de Piemonte que contribui apresentando uma estrutura camponesa em clara transformação para uma estrutura absolutista dentro da Itália dentro do século XVII.

Sua análise sobre a trajetória de um indivíduo ligado diretamente a uma estrutura de transição de um sistema feudal para um absolutismo contribui para tanto visualizar suas relações com esse contexto como perceber as exceções presentes como desenvolvimento dessa comunidade, contribuindo para a fuga de uma generalização e vislumbrar movimentos de grupos e indivíduos que antes passavam despercebidos pela historiografia.

Como Henrique Espada (2012) comenta em seus apontamentos, a Micro-história se abre a duas importantes vertentes, a primeira de daria no âmbito histórico-cultural e a outra voltada ao social, a partir de uma rede de relações sociais. A sua expansão para fora da Itália fora extremamente importante, esse intercâmbio de relações contribuiu para o seu grande desenvolvimento na França a partir de Jacques Revel, auxiliando para uma renovação das metodologias dentro da microanálise. O jogo de escalas, além de ultrapassar a barreira do micro e macro, mas também colaborando para que essa questão da escala fosse problematizada, evitando a visão estruturada da historiografia geral.

Ainda nesse sentido, como bem descreve REVEL (1998, p.20):

---

<sup>6</sup> LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: CARDOSO, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p 213.

<sup>7</sup> LEVI, Giovanni . **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2000.

O recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro”. Nesse sentido, ele permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica.

As observações feitas pelo autor servem como complemento das principais ideias que estão no cerne do que a microanálise buscava modificar dentro dos estudos historiográficos. O contexto nesse sentido estava situando em um posto de recuso pois havia o receio de que acontecer uma inversão da análise como a busca do entendimento das ações e comportamentos a partir de uma visão mais global. Nesta direção o grande debate atual se coloca entre a análise global e a microanálise, dentro da perspectiva de muitos pesquisadores alinhados a Micro-História, o indivíduo estaria relacionado ao contexto em vários níveis, desde o local até o global e que essa análise seria uma versão diferente do macro e não uma apresentação parcial.

Quanto a chamada História Global, busca em seus princípios a uma análise entre conexões transnacionais a partir de componentes econômicos, sociais e culturais. É importante frisar que essa conceituação é apenas uma apresentação totalmente simples sobre todos os desdobramentos que essa análise possa trazer, porém a intenção é colocar alguns pontos que podem contribuir para essa pesquisa em questão.

Algumas críticas que esse método sofre são ligadas a uma possível ligação a sua globalização e do capitalismo, bem como o modo como se comporta muitas vezes estrutural o que acaba deixando escondido as variáveis existentes dentro do sistema. Como assinala a crítica:

Me parece que, se vamos aceitar o “desafio” da história global, é importante redobrar a atenção para o risco intrínseco de manter essa narrativa do global dentro de uma matriz de produção e circulação do conhecimento que confirma mais uma vez o papel de liderança e protagonismo desses centros, e nosso papel periférico de consumidores de modelos interpretativos e conceitos históricos produzidos e cunhados alhure. (LIMA, 2018, p.67)

O ponto positivo que muitos autores principalmente da área da microanálise levantam sobre a história global, se dá sobre a possibilidade da criação de uma rede de pesquisadores e debates e uma probabilidade de pensar pontos convergentes, como pensar aspectos do micro e macro e as possíveis relações pensando a história social, base da Micro-história. As observações elencadas até o presente momento com o respaldo de bibliografia dos principais autores do debate colocam o desenvolvimento da microanálise ainda em desenvolvimento e ampliando as pluralidades em que a Micro-história pode ainda se inserir.



## Aspectos do Poder

A historiografia foi mudando ao longo dos anos, desde construção de ideias até mesmo de mudanças de estruturas já estabilizadas. Nesse sentido o conceito de poder foi se adaptando e sendo discutido a partir de diversas visões, principalmente sendo inserido como parte do meio político. O autor Francisco Falcon<sup>8</sup> aborda em seu artigo como se deu a ideia a construção do debate do poder e da política dentro da historiografia ocidental, sendo por muito tempo considerado uma história política tradicional por muitos anos, até sua desconstrução por parte de outras abordagens e debates voltados para outras áreas do conhecimento.

Ao longo dos primeiros anos de estudo esse conceito de poder foi sempre centralizado na figura do Estado, como institucionalizada em grupos políticos. A partir da historiografia renascentista já se constitui uma crítica aos documentos, como frisa Falcon (1997, p.100):

A historiografia humanista e renascentista não introduziu modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, mas iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação de lendas, milagres, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis.

Na sequência dos demais séculos pouco se deu em questões sobre mudanças estruturais na historiografia sobre os conceitos políticos e do poder. Durante o século XVIII, o Romantismo e a Ilustração, mantêm os estudos voltados para o político de forma ainda descritiva sem muito debate e crítica a essas questões, nesse mesmo momento surgem ideias filosóficas que criticam esse direcionamento raso e apontam a possibilidade de um trabalho apresentando questões como cultura e civilização e liberdade, como aponta Falcon em seu trabalho.

Dando andamento ao longo do século XIX, o foco é colocar o poder como significado de Estado e todas as questões seguintes e periféricas como eventos políticos, nesse momento se constituem divisões desses dois aspectos. A historiografia metódica busca se desvencilhar de possíveis formas literárias de estudo e escrita, apontando que a historiografia deveria ser centrada diretamente na ciência.

O autor Falcon (1997, p.105), deixa exposto que “ao longo das três décadas do século XX manteve-se quase inalterada a hegemonia da escola metódica ou positivista.”.

---

<sup>8</sup> FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

Somente a partir de 1930 que as ideias de história política que entram em declínio, com as discussões da *Escola do Annales* buscando aspectos mais sociais, trazendo aspectos psicológicos buscando entender as ações humanas, expressões, tendo como a ideia que os diversos personagens dentro da história, percebendo que as pessoas tem suas nuances e partilham de visões de mundo diferentes nos quais a relação de poder podem variar.

A partir do pós segunda Guerra Mundial, uma nova corrente de estudos, que tinha como ponto de partida obras de Karl Marx, busca retomar em um primeiro plano as questões de poder e o político dentro da historiografia, porém a historiografia debate que esse marxismo chamado de estruturalista contribuiu para um aumento do descrédito que já se mantia frente a história política. Foi somente a Terceira Geração dos Annales e as novas correntes vindas do marxismo britânico em meados de 1970 é que a concepção a esses estudos começa a tomar outros contornos, uma ascensão de debates interdisciplinares que agregam e ampliam as discussões sobre o político e o poder ultrapassando o sentido tradicional.

Outras percepções sobre esse tema debatem, a partir dos anos 70 e 80, colocar o poder como efeito sobre demais pessoas, ou situações, e menos em fazer o ato de poder em si. No artigo de Ciro Flamarion Cardoso<sup>9</sup> ele aponta diversos autores que discutiam as possibilidades que o poder e a política se apresentava nas diversas camadas da sociedade, como ideia de Hannah Arendt que via o poder como ligada as pessoas, onde ele se daria na relação uma com as outras. Como Peter Wilson que contrariava Arendt e via que ao agir em grupo essa formação se torna uma fonte de poder. De uma maneira geral, Bazkco (1985, p.297) destaca:

Se nos virarmos para as ciências humanas, é fácil verificar que a imaginação, acompanhada pelos adjectivos “social” ou “colectiva”, ganhou também terreno no respectivo campo discursivo e que o estudo dos imaginários sociais se tornou um tema na moda. As ciências humanas mostravam porém que, contrariamente aos slogans que pediam “a imaginação no poder”, esta sempre tinha estado no poder. (...) Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.

---

<sup>9</sup> Ver mais em CARDOSO, Ciro Flamarion. História do Poder, História Política. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho, 1997.

Era necessário inserir os desdobramentos dos debates sobre política e poder para entender como esses estudos se desenvolveram até os estudos recentes. Para visualizar a importância do debate para a pesquisa em questão é relevante destacar o livro *Poder Simbólico* do autor Pierre Bourdieu que apresenta variadas ideias sobre a relação de poder dentro dessas relações políticas, para ele é necessário compreender que, para entender a posição política, os programas, as intervenções, os discursos eleitorais etc., é importante não apenas conhecer as pressões da base, mas também todo o universo de tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo.

Com base nesse ponto é possível destacar que suas percepções contribuem para um diálogo com a fonte disponíveis, visto que, na sua visão os partidos são os nesse campo os principais agentes, que buscam mobilizar de maneira duradoura, o maior número possível de cidadãos e conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus tributários, porém essas classes também tendiam a agir por outros modos para conquistarem objetivos.

Outro pesquisador importante nesse meio que vem a acrescentar para uma análise é o trabalho de Michael Foucault. Ele pensa nessa questão a partir de relações de poder, e não como poder apenas isolado, para ele teria as relações de dominação, as relações estratégicas e relações de governo, dessa forma:

[...] há esquemas prontos: quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Em seus discursos o Foucault, aponta que as leis em si não seriam uma regra normativa, mas sim a própria guerra das estratégias dentro de uma relação de forças, apontamentos esses que se inserem na temática dessa pesquisa pois como apontado anteriormente o anos que correspondem a 1930 a 1960 se destacam por mudanças estruturais de cunho social e político e que estão intimamente ligadas a forças vindas do Estado, mas também do demais grupos, bem como ele afirma também que essas questões sobre o poder não se destacam a partir do plano teórico mas sim das experiências vividas.

Ainda em ideias ligadas a importância do poder em meio as relações, é relevante apresentar os debates do autor Byung-Chul Han (2019), que discorre as influências desse conceito. Como indicado anteriormente o poder pode agir em várias frentes e esferas, Han levanta em suas primeiras ponderações que quanto mais forte ele se estrutura, mais silencioso ele se mantém, e com isso fica claro a dificuldade para percebê-lo dentro de

uma estrutura, o pesquisador ainda ressalta que quando o mesmo precisa se mostrar significa que ele já está enfraquecido.

Uma importante reflexão que o pesquisador levanta é de que em muitos autores consideram o conceito do poder, como algo ligado diretamente a algo negativo de modo geral. Porém é interessante frisar que ele pode se mostrar como algo violento e de repressão, mas não como um todo. Partindo de uma ideia de Bourdieu, Byung-Chul observa as simbologias em meio a uma sociedade, já que para ele o poder se estabeleceria pelo hábito, usando signos e estruturas, desse modo,

É preciso estabelecer uma determinada visão de mundo ou um determinado sistema de valor que legitime o domínio de um grupo. Os que estão submetidos ao poder se adicionam nesse sistema como se fosse uma ordem natural. Aqui, o poder opera ao formar o horizonte de sentido e de compreensão dos dominados. (HAN, 2019, p. 82)

Essas condições relatadas pelo autor com base em discussões já apresentadas por Bourdieu, levam a uma percepção onde o poder se instala, não de modo agressivo, mas criando bases que naturalizam o cotidiano, levando os indivíduos a absorverem aquela estrutura. O ponto a ser dialogado com o presente objeto de estudo, se encontra na percepção aproximada de certas movimentações, como mencionado anteriormente Vecchio e demais operários ainda que absorvessem aquelas estruturas criadas durante o período de Vargas, usavam das mesmas condições para ascenderem politicamente também, não apenas para a manutenção dos direitos trabalhistas.

Com essa situação é perceptível que o poder constitui na sociedade em diferentes áreas e pode estar de modo estratégico como um hábito natural. Porém é importante perceber que as formas de poder ainda que possam surgir como repressivas, como no período do regime estado-novista, muitos trabalhadores agiam e construíam uma consciência de classe, desconstruindo a visão de trabalhadores dependentes do sistema, assim como em meio a uma escala grande de poder, leva a construção de simbolismos entre indivíduos, assim como a estruturação de relações de poder entre esses grupos.

Outro fator que incide sobre as pessoas dentro da sociedade é o nacionalismo que cria simbolismos e formas para uma abrangência maior, fugindo de fragmentações, seguindo pela ideia de *massificação*. Como o autor mesmo pontua:

O poder não se inscreve no hábito. A nacionalização de uma massa ou a formação de uma cultura nacional, que ocorrem por símbolos ou narrativas, produz uma continuidade de sentido das quais o poder se utiliza. O estabelecimento de uma estrutura nacional homogênea de sentido garante

lealdade da massa e, com isso o domínio. Assim, a semântica cotidiana do poder também tem nisso sua validade. (HAN, 2019, 83)

Esses fatores ficam próximos a uma ideia de que a fatores agressivos criados em períodos de regimes ditatoriais, acabam não sendo tão fortes como aqueles que se situam dentro de uma estrutura se passando por algo habitual do dia a dia. Demonstrando assim que o poder em sua forma ampla dentro de uma percepção macro se mantêm com muita mais força por muito tempo. Um importante ideia é visualizar as questões do poder a partir de classes, entre aqueles que tem o domínio das estruturas na sociedade e os grupos excluídos, Han descreve como se dá essa questão, para ele,

Um poder pobre ou sem mediação desenvolve uma estrutura de coerção que leva a opressão do outro. Com isso, se aproxima da violência. Do lado do poderoso, contudo, pode ocorrer uma sensação de liberdade. Aquele que detém o poder impõe sua decisão, sua escolha contra a vontade do outro. O sujeito subordinado faz aquilo que o poderoso quiser. (HAN, 2019, p.97)

É interessante apontar que a intenção de apresentar o pesquisador Byung Chul com destaque nas colocações sobre o poder, condiz com as percepções sobre o panorama dos debates acerca do tema que o autor salienta. Vale ainda ressaltar que vários autores citados anteriormente são colocados em destaque por Han, que busca dialogar com essas variadas noções sobre o conceito de poder, a partir de um debate contemporâneo do tema.

Nesse momento é importante explicitar considerações que podem ajudar a polir essas ideias e pontuar as diferenciações nesse meio a fim de fugir de possíveis percepções generalizantes. Como apontado anteriormente as relações entre indivíduos elas podem causar colocações de poder, porém é preciso ter um outro olhar sobre isso, já que nem sempre esse fato leva a questões de violência, usando como norte a pesquisa aqui em questão é perceptível essas particularidades.

Em relação ao conceito imposto pelos poderosos fica mais claro pois em grande parte o poder silencioso já sinalizado antes se constitui a partir desses grupos que constroem muitas das bases do que o autor considera habito cotidiano, já que não usaria de formas repressivas para se manter, porém em diversos momentos da história é possível ver esses modos opressivos, ainda que por período menores do período considerado *normal*.

## **Conclusão**

Dessa forma, a partir dos pontos relatados aqui é perceptível as mudanças historiográficas sobre a política e o poder dentro da sociedade. A partir dos anos 70 com

as novas mudanças dentro da temática contribuíram para uma ampliação da percepção da política e poder nas mais diversas áreas, a interdisciplinaridade advinda dos estudos dos Annales ajudou para que a partir de várias áreas do conhecimento um mesmo objeto fosse analisado.

Tendo como base a pesquisa de um personagem atuante em um período de grandes transformações, e que por muito tempo foi analisado pela historiografia como um poder estatal dominante e uma classe totalmente incapaz de se mobilizar, seguindo a linha dos novos debates esse discurso muda, demonstrando que esses grupos agiam de diferentes formas, o apontamentos de alguns autores citados contribuem para visualizar que muitas das relações de poder podem estar presentes dentro das experiências, sendo assim o presente artigo buscou apresentar aqui de maneira geral as mudanças de uso dos conceitos e relacionar o que vem sendo debatido com uma pesquisa ainda em andamento, onde todos esses discursos o circundam.

### **Fontes Escritas**

VECCHIO, José. **Depoimento**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.

### **Bibliografia**

BAZCKO, B. Imaginação social. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi – Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 297.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História do Poder, História Política. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho, 1997.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1879/JoaoCruzHistoria.pdf>. Acesso em: 05 de Set. 2019

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: Uma Biografia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2019.

LEVI, Giovanni . **A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, v.10, n.19, Edição especial de 2018, p.59-70.

\_\_\_\_\_. Micro-História. In: CARDOSO, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MATOS, Marcelo. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.15-38.

SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

## **A IMPRENSA DO SÉCULO XIX COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

Marcelo França de Oliveira<sup>1</sup>

### **Primeiras palavras: a imprensa e a cidade do Rio Grande**

A cidade do Rio Grande teve suas origens ligadas ao projeto expansionista português na região platina. Seu marco inicial, a fundação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro, “longe de ser um ato isolado e apenas de interesse militar, vincula-se amplamente ao contexto geopolítico platino gerado ao longo dos séculos XVI e XVII”, somado, “em seus fundamentos, o contexto socioeconômico, que se desenvolveu no centro-sul do Brasil no alvorecer do século XVIII” (QUEIROZ, 1987, p. 29). Foi o primeiro núcleo administrativo do Rio Grande do Sul, condição sustentada até 1763, quando tropas espanholas invadiram a localidade, só reconquistada pelos portugueses em 1776, já perdidas suas funções administrativas para Viamão, e, depois, Porto Alegre. Somente no século seguinte a localidade portuária recobriria sua importância e atingindo um desenvolvimento considerável. Elevada à categoria de cidade em 1835, por ocasião da Revolução Farroupilha foi sede do governo provincial legalista quando Porto Alegre foi tomada pelos revolucionários. Durante todo o século XIX, a cidade atingiu significativa importância político-administrativa no contexto sul-rio-grandense. Em 1860, quando a província foi dividida em dois distritos eleitorais, um coube a Porto Alegre e, o outro, a Rio Grande.

Do ponto de vista econômico, o progresso rio-grandino ao longo do século XIX deveu-se à estratégica posição de escoadouro à produção derivada da atividade pecuária que se desenvolveu de modo crescente no rio Grande do Sul. Seu porto, segundo a crônica da época, era a “principal porta da província” (ISABELLE, 1983, p.77), onde se realizava importante comércio de importação de produtos europeus, em sua maioria ingleses, bem como ali se estabeleciam negócios com a região platina e “o comércio interior, de além das fronteiras, o mais lucrativo de que São Pedro gozava” e que “se achava em franco progresso”. A proximidade com o oceano também favorecia a residência ou permanência de agentes “principais negociantes”, de modo que a cidade poderia ser considerada “o maior mercado do Brasil meridional” (LUCCOCK, 1975, pp. 116-117 e 122).

---

<sup>1</sup> Doutor em História da Literatura (FURG). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: oliveira.marcelo@live.com



O avanço econômico trouxe consigo um crescimento urbano e demográfico, e isso teve reflexos no incremento da cultura, com destaque para a fundação da Biblioteca Rio-Grandense em 1846, que viria a tornar-se uma das mais importantes instituições culturais gaúchas na propagação da leitura<sup>2</sup>. Nesse esteio, o desenvolvimento da imprensa foi uma de suas mais destacadas manifestações culturais da época, tendo a cidade notável tradição na lide jornalística, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, no contexto sul-rio-grandense. Desse modo, além de ter sido uma das primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, Rio Grande teve algumas das mais perenes folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas. Nesse sentido, o jornalismo praticado na cidade portuária acompanhou de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX. Através dos catálogos ou levantamentos estatísticos formulados por João José Cezar (1884, pp. 188-200), João de Oliveira (1896, pp. 231-239), Alfredo Ferreira Rodrigues (1902, pp. 221-225) e Walter Spalding (1995), permitem a comparação, mesmo que sob a forma de amostragem, do desenvolvimento da imprensa em diferentes cidades sul-rio-grandenses durante o século XIX. Tais dados situam a imprensa de Rio Grande (possuidora de 16,49%, do número total de jornais do Rio Grande do Sul, tendo por base a média dos 4 autores) somente superada pela de Porto Alegre (34,86% do total), e, ainda que acompanhada de perto pela imprensa de Pelotas (11,36%), mantinha uma grande distância em relação a outras localidades gaúchas<sup>3</sup>.

Essa imprensa, em especial a de caráter diário de fins do século XIX (mas também percebido na chamada “pequena imprensa”, a dos pasquins e jornais caricatos) tinha forte influência ideológica e política, refletindo as forças em disputas pelo poder. Assim, o discurso jornalístico de cunho político-partidário esteve presente nas origens da imprensa rio-grandina, bem como a da gaúcha e brasileira. Através de pronunciamentos ricos em concitações públicas, algumas vezes mais direcionados ao sentimento e à paixão do que ao raciocínio e à reflexão foi entabulada, ao lado da luta armada, uma verdadeira batalha político-ideológica por meio das palavras, num processo de construção/desconstrução discursiva entre revolucionários e legalistas. Neste período, a imprensa exerceu importante papel, contribuindo em alta escala para a formação de uma tradição de disputas políticas entre grupos rivais, moldando vocabulários,

---

<sup>2</sup> E que existe ainda hoje, como depositária de relevante acervo bibliográfico e documental do estado, além da tradicional coleção de periódicos que atrai pesquisadores de todas as partes do país e mesmo do exterior.

<sup>3</sup> Jaguarão, por exemplo, a 4ª colocada, possuía 5,48% dos jornais do Rio Grande do Sul, no mesmo período.

pronunciamentos e formas de tratamento entre as partes em confronto. Formavam-se, desse modo, alguns dos dispositivos de manipulação da opinião pública por meio da imprensa, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do "nosso" e do "outro", do "partidário" e do "adversário", do "aliado" e do "inimigo", num conflito discursivo que iria marcar o comportamento do jornalismo ao longo dos diversos embates políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense, à época da transição Monarquia-República, em especial durante a Revolução Federalista, objeto deste projeto de pesquisa.

### **A Revolução Federalista**

O início da Revolução Federalista, formalmente, ocorre em fevereiro de 1893, quando tropas organizadas no Uruguai invadiram o Brasil e chegaram a Bagé. Porém, o surgimento das hostilidades que dariam origem a guerra é difícil de ser precisado. Os fatos políticos de 1891, contudo, devem ser levados em consideração como uma possível gênese nesse contexto. Afinal, a 5 de maio de 1891 realizaram-se as primeiras eleições no Rio Grande do Sul, que se caracterizaram, segundo Moacyr Flores, como uma “verdadeira farsa montada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com os resultados já acertados antes da contagem dos votos” (FLORES, 1997, p. 150). No mesmo ano, a Constituição estadual castilhista fora aprovada pelos deputados republicanos sem discussão, em 14 de julho, para coincidir com o aniversário da queda da Bastilha, transformando o estado em “uma pequena pátria positivista”, onde as leis e decretos passaram à competência do presidente do estado. A assembleia estadual reunia-se duas vezes por ano, apenas para discutir e aprovar o orçamento, sem atribuições legisladoras. Assim, Júlio de Castilhos foi eleito por essa assembleia por unanimidade e tomou posse em 15 de julho, permanecendo na presidência do estado por apenas quatro meses, até sua queda em 8 de novembro de 1891<sup>4</sup> (FLORES, 1997, p. 151).

Tal situação agravaria ainda mais as tensões no Rio Grande do Sul, que já estava em grande instabilidade política e administrativa desde sua recém instaurada República. Em três anos (de 15 de novembro de 1889 até 25 de janeiro de 1893) 16 presidentes se alternaram na presidência do estado (FRANCO, 1996, pp. 59-131), o que evidencia tal instabilidade e o período fértil para análise dos embates discursivos através da imprensa

---

<sup>4</sup> Castilhos apoiou o golpe militar de Deodoro da Fonseca, ocorrido em 3 de novembro de 1891, e tal apoio resultou no movimento que causaria sua própria destituição do cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

da época. A saída de Júlio de Castilhos propiciou, pela primeira vez após o fim da Monarquia, a oposição assumir o governo do estado, sem, contudo, agir de forma coesa e organizada, tendo a efêmera duração de sete meses e sendo apelidado pelo próprio Castilhos de “governicho”<sup>5</sup>, em violentos ataques em *A Federação*, depois de apeado do poder (termo pelo qual é referenciado ainda hoje pela historiografia). Com o fracasso do governicho e a volta de Castilhos em 17 de junho de 1892, ocorreu no Rio Grande do Sul efetivamente “a institucionalização republicana”. O período é marcado pela construção do sistema que Gunter Axt denomina “edifício jurídico” de sustentação do governo instaurado por Castilhos e o PRR e também pela neutralização da oposição e pela formatação do modelo institucional autoritário que culminaria na hegemonia castilhista, de 1893 até 1903 (AXT, 2007, p. 97). Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a política estadual e as situações municipais (FRANCO, 1996, pp. 59-131).

As oposições ao castilhismo organizam-se de forma mais efetiva e consistente a partir do retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, no ano de 1892. Ainda liderança de prestígio e influência no estado, sobretudo na região da Campanha gaúcha, Silveira Martins pretendia fundar um partido independente e forte, articulado para defesa dos princípios liberais (FRANCO, 2007, p. 134). À presença do antigo tribuno, somaram-se lideranças locais de diversas matizes<sup>6</sup>, para fundar, finalmente em 31 de março daquele mesmo ano na cidade de Bagé, o Partido Federalista, agremiação que teria destaque na cena política gaúcha pelas próximas três décadas. O historiador brasileiro Joseph Love defende que a escolha do município da Campanha não foi de balde:

O município de Bagé, na Campanha, foi o local escolhido para a convenção organizatória do novo partido e continuaria a ser o centro do poder federalista. Município rico, embora de população altamente estratificada e baseada no latifúndio, Bagé não era só a terra de Silveira Martins mas também da poderosa família Tavares; antigos dirigentes monarquistas e tradicionais rivais políticos haviam sido compelidos a dar-se definitivamente as mãos, devido a Castilhos

<sup>5</sup> Castilhos fora substituído, inicialmente após o 8 de Novembro, pelo triunvirato composto pelo general e deputado federal Manoel Luís Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil, de 12 a 17 de novembro. Com o pretexto de uniformizar o governo, a tríade foi substituída pelo general Domingos Barreto Leite, tendo por vice-governador Barros Cassal, de 17/11/1891 a 8/03/1892, governando este último sozinho de 8/03/1892 a 19/04/1892. Neste ínterim, é fundado o Partido Federalista em Bagé, em 31 de março de 1892. Barros Cassal não conseguiu o apoio dessa jovem, porém poderosa agremiação, e sofrendo contundentes críticas dos republicanos, devolveu o cargo ao general Barreto Leite de 19/04/1892 a 8/06/1892. Finalmente, de 8 a 17 de junho de 1892, o Marechal Câmara (Visconde de Pelotas) atua como vice-governador provisório até tropas castilhistas (com o apoio de Floriano Peixoto) porem fim ao governicho (resumo a partir de FLORES, 1997, pp. 153-154 e FRANCO, 1993, pp. 33-34).

<sup>6</sup> As oposições reunidas no Partido Federalista eram compostas por ex-liberais e ex-conservadores, além de dissidentes republicanos descontentes ou expurgados pelo castilhismo.

(LOVE, 1975, p. 53-55).

Além de Bagé e outras cidades importantes da fronteira, como Sant'Ana do Livramento, havia representantes de peso de outros municípios do Estado, o que possibilitava uma forte base de sustentação do novo partido, entre as quais Porto Alegre, Passo Fundo, Caçapava do Sul, São Gabriel e Pelotas (FRANCO, 2007, p. 135). O regresso de Silveira Martins impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança, ganhando mais coesão e unidade de propósito. Os alijados do poder político, ao lado dos dissidentes castilhistas, agora aglutinados militarmente sob a égide de federalistas,<sup>7</sup> deram início à reação armada. A guerra eclodiu em 5 de fevereiro de 1893, quando o general-em-chefe dos federalistas, João Nunes da Silva Tavares, fez divulgar um manifesto que conclamava os cidadãos às armas (ESCOBAR, 1983, 95). No mesmo dia desta proclamação, a primeira partida de rebeldes, a mando de Gumerindo Saraiva, ultrapassava a fronteira do município de Bagé, oriunda da república vizinha do Uruguai, onde as forças insurretas estavam sendo organizadas. Em 11 de fevereiro, já no Brasil, acontecia o primeiro embate entre os federalistas e as forças legais (FRANCO, 1996, p. 133).

A Revolução Federalista foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados ocorridos na história do Brasil, contabilizando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. A Revolução não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades arrefecidas a partir da instauração da República no Brasil (e o seguinte apeamento dos antigos mandatários liberais do poder local), bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. Ainda que o conflito armado seja normalmente estudado sob os enfoques econômico e social, sobretudo o fator *violência*<sup>8</sup>, que majoritariamente é destacado quando se trata de Revolução Federalista, é o aspecto político que merece nosso olhar mais atento. O confronto militar representou o ápice da bipolarização político-partidária que dominara o

---

<sup>7</sup> A relação direta entre os fundadores do Partido Federalista e os signatários do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Santana do Livramento em 15 de março de 1893, é estabelecida por Sérgio Franco, que identificou nada menos que 17 fundadores do partido, em comum nas duas atas, conforme FRANCO (2007, p. 136).

<sup>8</sup> Sobre esse aspecto, três obras fundamentais sobre o tema são *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*, de Elio Chaves Flores; *O vandalismo no Rio Grande do Sul*, de Euclides B. de Moura e *Voluntários do martírio*, de Ângelo Dourado, todas referenciadas na bibliografia deste projeto.

cenário gaúcho desde a Proclamação da República. A visão e os projetos políticos de cada um dos grupos em conflito eram incompatíveis entre si. A guerra movida contra os castilhistas tornar-se-ia também um combate ao Marechal Floriano que sustentava a situação gaúcha, de modo que as atividades bélicas ultrapassaram as fronteiras sul-riograndenses, chegando às terras catarinenses e paranaenses.

A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que os federalistas revoltosos desejavam, primeiramente, era a extinção da Constituição castilhista de 14 de julho, o que, atingida a meta, conseqüentemente provocaria a queda de Floriano Peixoto, então protetor de Castilhos. Uma aspiração mais ampla dos revoltosos era a substituição do sistema presidencial, estabelecido na Constituição Federal, por um regime parlamentar, enquanto alguns mais exaltados, “ousadamente”, segundo Love (1975, p. 65), professavam a volta à Monarquia. Nessa guerra preponderava o elemento civil, rural, sobretudo no lado federalista. Eram, basicamente, “estancieiros à frente de peões armados” (FRANCO, 1993, 47), em uma força que alcançava a marca de 80% do total de combatentes revolucionários (MOREIRA, 1993, 21).

Esse conflito armado é um daqueles episódios da história brasileira e sul-riograndense que recebe tratamento desigual ao longo do tempo. Relegada durante décadas ao esquecimento histórico, deliberado, sob a alegação de que manchava a tradição sulina de guerra justa, acusação principalmente devida à prática da degola, método de execução preferido pelos combatentes em ambos os lados, conheceu em períodos específicos um “renascimento” de interesse, onde aumenta a produção sobre ela, resgatada do cárcere do esquecimento pela mão dos historiadores. Ainda assim, a comparação com outros momentos-chave da história do Rio Grande do Sul é desigual: ela é muito menos estudada ou divulgada do que sua irmã mais nobre, a Revolução Farroupilha (1835-45), alçada ao Olimpo dos movimentos identitários e culturais do Rio Grande do Sul. Do que se sabe da Federalista, hoje, a grande maioria vem dos meios acadêmicos (na televisão, nos periódicos e na Literatura sua presença é nula ou tímida, em comparativo simples com a Guerra dos Farrapos). O epicentro do interesse historiográfico se deu durante o período próximo de seu centenário (ocorrido em 1993), onde a produção qualitativa e quantitativa atingiu seu ápice. É dessa época que surgem eventos e estudos fundamentais para o entendimento e aprofundamento da Federalista, destacando como exemplos o *Seminário Fontes para a história da Revolução de 1893* (em suas três edições promovidas pelo Museu D. Diogo de Souza e pelas Faculdades Unidas de Bagé, depois Universidade da

Região da Campanha, nos anos de 1983, 1990 e 1993) e, mais expressivamente, o *Seminário Internacional Pensar a Revolução Federalista*, organizado pela atual Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 1993, e que deu origem ao livro homônimo, onde colaboraram com palestras e artigos os mais proeminentes pesquisadores da história e literatura sulinas, tanto nacionais quanto estrangeiros<sup>9</sup>.

Não que a produção tenha zerado no pós-centenário. Ela ainda resiste através da persistência de competentes autores e pesquisadores que entendem que o conhecimento histórico está acima de modismos temáticos, e que para o verdadeiro historiador nunca se esgota plenamente seu trabalho, ou objeto. Um outro olhar, um novo ângulo, novas perspectivas e – principalmente – a descoberta de novos documentos (a base do ofício) pode propor novas e melhoradas escritas, análises mais apuradas. Atualmente, grande parte do que resta da produção se dá em estudos pontuais nas universidades, em trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado em História, que permanecem distantes do grande público em sua maioria. Livros inéditos escasseiam, sem desaparecer completamente devido a iniciativa pessoal de pesquisadores, caso de Décio Freitas e seu *O homem que inventou a ditadura no Brasil*<sup>10</sup> e, é claro, a abordagem na coleção *História Geral do Rio Grande do Sul* (especialmente no volume 3, tomo I)<sup>11</sup>, e os livros *Diários da Revolução de 1893* (tomos I e II, publicados em 2004)<sup>12</sup>, estes últimos diários de guerra apresentados na íntegra, mais veículos de memória do que livros analíticos. Mas os encontros específicos, congressos, simpósios, seminários, rarearam a ponto de parecer que o tema se tornou irrelevante.

Desse modo, persiste uma espécie de névoa sobre o conflito, decorrente de um certo “preconceito historiográfico” em relação àquela guerra civil que dividiu maragatos e pica-paus e criou antagonismos dualísticos difíceis de serem superados no porvir daqueles tempos – muitas vezes ainda perceptíveis atualmente –, mesmo decorridos 125

---

<sup>9</sup> Dentre eles, destacamos Joseph Love, Sérgio da Costa Franco, Earle D. Macarthy Moreira, Edgard Carone, Francisco das Neves Alves, Helga Piccolo, Luiz Henrique Torres, Carlos Alexandre Baumgarten, Moacyr Flores, Benito Bisso Schmidt, René Gertz, Maria Eunice Moreira, Tarcísio Taborda e Loiva Otero Félix.

<sup>10</sup> Ainda que não seja uma obra sobre a Revolução Federalista em si, ela aparece de forma contínua na apresentação semibiográfica da figura de Júlio de Castilhos, através dos registros diários do jornalista norte-americano A. Bierce, fonte majoritária do livro de Freitas.

<sup>11</sup> Merecem destaque os capítulos “1893: a revolução além fronteira”, de Ana Luiza Setti Reckziegel, “O coronelismo indomável: o sistema de relações de poder”, de Gunter Axt, e “O partido Federalista”, de Sérgio da Costa Franco, publicados no referido volume da coleção.

<sup>12</sup> Uma análise dos diários de guerra como veículos de memória e a historicização daqueles foi feita por nós no livro “A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos de quem viveu o conflito” (OLIVEIRA, 2017)

anos desde o seu início. Mas o fenômeno também pode ser percebido na própria academia, onde a História Política da Federalista pode ser considerada “ultrapassada”, ou de pouca relevância histórica. Aceitamos a primeira argumentação como parte de um contexto histórico definido, com feridas não-cicatrizadas e paixões político-partidárias ainda em ebulição, mas rejeitamos a segunda hipótese, aplicada aos dias atuais, sobretudo se levarmos em consideração a crescente bipolarização do cenário político contemporâneo sulista, em especial, e brasileiro, em geral, cujas origens parecem-nos ter alguma relação com a “tradição” dual da política sul-rio-grandense.

### **A imprensa em sua origem no Brasil e principais características no período revolucionário sul-rio-grandense**

Durante todo o período colonial, a imprensa era proibida no Brasil, ao contrário dos vizinhos de colonização espanhola. Foi só a partir da vinda da Corte portuguesa para este lado do Atlântico que se deu a criação da Imprensa Régia, em 1808, quando passou a ser impresso aqui o jornal oficial – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – e outras publicações como pequenas brochuras, folhetos, sermões, opúsculos, prospectos, obras científicas e literárias, traduções, óperas, oratória sacra, enfim, tudo aquilo cujo conteúdo não contrariasse “o governo, a religião e os bons costumes”. Seu nome sofreu alterações acompanhando as mudanças no processo político brasileiro. Com efeito, de Imprensa Régia, passou a se chamar Régia Oficina Tipográfica em 1815, ano da elevação do Brasil a Reino Unido; e Tipografia Real, quando o príncipe regente João foi aclamado Rei de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818, como João VI. No período de sua implantação até a independência, foram ao todo 720 títulos publicados.<sup>13</sup>

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal do país, publicado inicialmente duas vezes por semana. Sua implantação servia para a propagação de toda a gama documental produzida pelo Estado: legislações, papéis diplomáticos, nomeações, enfim, todos os atos burocráticos de caráter oficial tinham lugar no bi-hebdomadário.

Do mesmo período era o *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa Pereira Furtado. Foi lançado três meses antes da *Gazeta* e circulava clandestinamente pelas capitais brasileiras. Escrito em forte tom oposicionista à monarquia reinante, cumpriria – ao lado de outros periódicos como o *Reverbero*

---

<sup>13</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In SILVA, Alberto da Costa (coord). **Crise colonial e independência** (Coleção História do Brasil Nação – 1808-2010, Vol. 1), Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 214.

*Constitucional Fluminense*, (publicado no Rio de Janeiro a partir de setembro de 1821, após o retorno da família real a Portugal e a suspensão da censura prévia no Brasil – papel de grande importância na circulação de ideias fomentadoras do debate político de então.

Nesse sentido, Ilka Cohen afirma que “uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia raízes políticas da atividade jornalística”, com as folhas formadas sempre a partir de grupos de interesse que se utilizavam da imprensa como meio de propagação de ideias e aspirações, causando uma relação de *causa e efeito*, isto é, cada grupo político que formava um jornal político, em geral da situação, causava nas oposições o mesmo fenômeno, com os mesmos fins, tendo tal prática se repetido Brasil afora tanto nas grandes e pequenas cidades, como nas capitais provinciais e depois estados e mesmo na capital do país, “lançados fundamentalmente como instrumento de luta política (COHEN, 2012, p. 104). Desse modo, a instauração do regime republicano em 1889 não alterou drasticamente o desenvolvimento da imprensa no Brasil, ou suas características político-partidárias. Os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, obviamente, mas com mais combatividade os antigos monarquistas, ou ao menos os dissidentes daqueles. Segundo Nelson Sodré, não surgiram de imediato jornais novos, somente em 1891 apareceria o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro (SODRÉ, 1999, p. 251), coincidentemente o mesmo ano do surgimento do *Rio Grande do Sul* em terras sulinas. No caso sul-rio-grandense, em mesma época, também se praticava um jornalismo calcado no elemento político, de caráter eminentemente opinativo, com interesses vinculados aos partidos que disputavam o poder ao propagarem, através dos jornais que controlavam ou financiavam, em uma espécie de “militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização” (FÉLIX, 1993, p. 51).

Na cidade do Rio Grande, “a bipolarização política entre o castilhismo e seus opositores foi amplamente traduzida e fermentada através da imprensa. Nessa fase da imprensa rio-grandina, circularam diversas folhas de natureza político-partidária” (ALVES, 2002, p. 141). Servindo os jornais como veículo de difusão dos ideários em debate, numa verdadeira batalha por meio das palavras, a cidade do Rio Grande destacou-se, no contexto jornalístico rio-grandense, como uma das mais tradicionais praças, seja pela qualidade, pela quantidade e até pela longevidade de suas folhas, o que possibilita um largo campo de atuação aos historiadores. Nessa cidade desenvolveram-se todos os gêneros de jornais comuns à época, desde os de periodicidade indefinida e periódicos (mensais, quinzenais, hebdomadários e diários), além de “pasquins, caricatos e



noticiosos; políticos, literários, comerciais, religiosos e “dos trabalhadores”, entre outros, cada qual traduzindo, à sua maneira, o *modus vivendi* da comunidade rio-grandina, em diferentes tempos” (ALVES, 1995, p. 150).

O jornal *Eco do Sul* esteve inserido no conjunto da imprensa citadina como um dos maiores de seus representantes ao longo do tempo, constituiu-se, em uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. Além disso, as ideias e propostas expressas pelo jornal durante este largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, sobretudo na zona sul da Província/Estado, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, como afirmamos anteriormente, o *Eco* teve nos primórdios de sua existência, algumas características de pasquinagem – atividade jornalística na qual seu fundador e principal redator estreara no jornalismo –, evoluindo, gradativamente, até apresentar-se como uma publicação de natureza “política, literária e comercial” relevante na imprensa sul-rio-grandense, tendo sido, ao menos em duas ocasiões, citado por A Federação ora com reverência,<sup>14</sup> ora com zombaria,<sup>15</sup> mas não pela importância do veículo, neste último caso, mas pelo suposto funcionamento asilado em Montevideu por ocasião da interrupção de sua circulação ao final da Revolução Federalista, voltando a circular em 1895<sup>16</sup>. Terminada a guerra, o *Eco* aparentemente manteve-se no combate que já desempenhava antes ao castilhismo e alinhado ao pensamento federalista-gasparista, o que explica a presença de cronistas de destaque como Ângelo Dourado, Silva Tavares, Silveira Martins, Oliveira Salgado, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Wenceslau Escobar e Antão de Faria. O jornal, assim, parecia manter acesa a flama da discussão político-partidária, sustentando o conflito discursivo federalistas *versus* castilhistas, sugerindo uma continuidade do embate partidário e ideológico no período pós-revolucionário. Por tudo isso, o *Eco do Sul* foi um dos mais ferrenhos adversários do regime castilhista-borgista no contexto sul-rio-grandense.

O *Rio Grande do Sul*, cuja disponibilização é recente, não permite uma análise mais do que superficial, uma vez que nosso contato com a referida fonte se deu de forma preliminar para a construção do presente projeto de pesquisa para a tese. O que se sabe, e

<sup>14</sup> A FEDERAÇÃO, 13/06/1903 p. 2.

<sup>15</sup> A FEDERAÇÃO, 28/07/1900, p. 2.

<sup>16</sup> Especificamente, a suspensão da publicação, alegando perseguições castilhistas, em 6 de abril de 1894 (ECO DO SUL, 6/04/1894, p. 1), retornando em 1º de setembro de 1895 (ECO DO SUL, 1/09/1895, p. 1).

através do próprio jornal, está presente nos seus programas apresentados anteriormente neste trabalho, além do editorial veiculado na ocasião de seu segundo aniversário, que fornece indícios de seu alcance e despesas operacionais de 30 contos de réis somente em 1892, e onde também festejava o aumento considerável de sua circulação e que fazia frente às despesas, além da presença de “um grande número de subscritores”, nas cidades de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Bagé, Cachoeira, Santa Maria, São Jerônimo, Herval e até mesmo São Leopoldo e Porto Alegre e outras localidades do estado, “como se evidencia pelas remessas diárias que fazemos pela repartição dos Correio, tornando-se por isto de grande importância para os Sr.s anunciantes”.<sup>17</sup> Encontramos também, n’A *Federação*, principal órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e do castilhismo no Rio Grande do Sul, uma menção sobre a passagem de mais um aniversário, então no ano de 1895, saudando especialmente “o intrépido jornal republicano *Rio Grande do Sul*, da cidade de mesmo nome”<sup>18</sup>. Importante destacar que, tanto Rüdiger (1990, pp. 26-35), Alves (2002, pp.141-142) quanto Hohlfeldt (2007, pp. 313-327), estudiosos que se debruçaram sobre os jornais federalistas e castilhistas em circulação no período revolucionário, não mencionam o *Rio Grande do Sul*, talvez por não terem acesso ou desconhecerem a coleção do diário republicano ora localizada na Biblioteca Rio-Grandense, o que revela tanto a lacuna histórica a ser preenchida.

Mas, no tocante aos dois jornais, questões fundamentais se apresentam: há comparação possível entre os dois veículos da imprensa rio-grandina no tocante à Revolução Federalista? Os eventos ocorridos nos campos de batalha apenas reverberavam em suas páginas ou eram motes para a defesa do seu lado, e o ataque ao adversário? Havia elementos que podemos considerar, sob os atuais significados conceituais, uma intertextualidade que dialogasse (direta ou indiretamente) com as opiniões e artigos publicados em ambos os jornais, citando-os nominalmente ou através de termos específicos, que sugerisse algum tipo de rivalidade ostensiva? Partimos do pressuposto de que são folhas antagônicas, isto é, se encontram cada qual defendendo um ideário político em franca oposição, perceptíveis através de suas próprias definições e princípios defendidos nos seus programas que, modernamente, conceituamos de “editoriais”, ou seja, a mensagem de cunho oficial do veículo aos seus leitores, traduzindo sua filosofia e postura editorial pretendida, de forma a compreendermos sua natureza e orientação ideológica.

---

<sup>17</sup> RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893, p.1.

<sup>18</sup> A FEDERAÇÃO, 10/06/1895, p. 2.

O *Rio Grande do Sul*, em sua edição inaugural, referenciava como propriedade de Reis, Bastos & C., trazia uma “saudação à imprensa”, onde afirmava ter sido criado para “trabalhar pelo progresso material e moral do nosso estado”, declarando-se órgão “livre, porque não tem passado prendendo-lhe as ideias” e também livre porque seria desvinculado “da política e de seus partidos”.<sup>19</sup> Essa propalada liberdade seria de fato um norte editorial ou se configuraria em apenas recurso discursivo de legitimar uma posição junto ao eleitorado conferindo algum *status* de legitimidade distintiva? No programa veiculado na edição comemorativa ao seu primeiro aniversário, julga sua atividade, ao longo do ano anterior, como “neutra em política”, o que, segundo afirmava, não deveria ser confundida com “passivismo de um órgão de publicidade que conhece os seus mais comezinhos deveres”.<sup>20</sup> A inclinação política, porém, é perceptível no mesmo editorial, quando cita o 8 de Novembro<sup>21</sup> e a “queda da ditadura implantada no país pelo ato do general Deodoro” e o próprio jornal como “o primeiro órgão de publicidade que deu no estado o grito de alarme, concitando os brios rio-grandenses para restabelecer-se a legalidade, por meio das armas, se tanto fosse mister”, passando de imediato a defender Júlio de Castilhos: “o *Rio Grande do Sul* não podia aplaudir a deposição da primeira autoridade estadual, que não era responsável pelos atos do governo do centro, quando ela governava com prestígio, dedicação e patriotismo”, prometendo para breve um “material totalmente novo, procurando corresponder à confiança que lhe é dispensada pelos seus subscritores e pelo público em geral”.<sup>22</sup> Essa “guinada” sugeriria um alinhamento mais definitivo aos ideais republicanos de matriz positivista, uma adesão ao castilhismo? Índícios surgem no ano seguinte, em 1893, na coluna intitulada “nosso aniversário”, onde reafirma-se como “folha republicana”, envidando “todos os esforços para a consolidação republicana”, defendendo as instituições “com critério e honestidade, com energia, dedicação e prudência”, ressaltando que “não o faz visando remunerações de qualquer espécie e que sempre agiu independentemente, não sendo sugestionado por paixões partidárias”, jactando-se de não ter ateadado a “chama que os inimigos da República

<sup>19</sup> RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1981 p. 1.

<sup>20</sup> RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892, p. 1.

<sup>21</sup> O movimento em protesto ao golpe presidencial de Deodoro da Fonseca a 3 de novembro de 1891, quando este dissolveu o Congresso Nacional, teve repercussão no Rio Grande do Sul com a chamada Revolução de 8 de Novembro (do mesmo ano), cujo desdobramento no Rio Grande do Sul foi a derrubada de Júlio de Castilhos da presidência do estado. Os revoltosos que apearam Castilhos argumentavam estar promovendo um embate contra o autoritarismo ditatorial do presidente Deodoro, e também, direta e indiretamente, contra o autoritário modelo castilhista. Júlio de Castilhos e seus seguidores voltariam rapidamente ao governo, apoiados, inclusive, pelo novo presidente, Floriano Peixoto, tão ou mais autoritário que seu antecessor.

<sup>22</sup> RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892, p. 1

acenderam”<sup>23</sup>, em referência aos revoltosos federalistas. No programa da edição de aniversário de 1895, em seu frontispício, logo abaixo do nome do jornal, aparece em destaque “órgão do Partido Republicano”, e a substituição da identificação de propriedade de Reis, Bastos & C., para “uma associação”<sup>24</sup>. Com a vinculação oficial ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já se assume como “folha política, representante de uma ideia generosa”, reiterando seu compromisso com o que julga ser o progresso do estado, mas que esse “devotamento tem acarretado por um lado inimizades políticas, provenientes de paixões partidárias”, finalizando o programa com agradecimentos ao corpo comercial citadino e felicitações aos “correligionários políticos”.<sup>25</sup>

O *Eco do Sul*, por sua vez, tem uma história mais antiga e caracterizada por mudanças de orientações político-ideológicas. Surgiu na cidade de Jaguarão (as datas de fundação divergem entre 1856 e 1857), tendo sua transferência para a cidade do Rio Grande ocorrida em 1858. Nas primeiras décadas de existência, teve sua atuação política marcada pela indefinição, assumindo nas décadas seguintes uma vinculação mais explícita antiliberal: durante a inversão partidária de 1868, com a ascensão dos conservadores ao poder, o jornal atribuía aos liberais “a situação desgraçada do Império” e ansiava por uma “mudança radical que acabasse com as cenas escandalizadoras do bom senso político”.<sup>26</sup> No tocante ao *corpus* da pesquisa, interessa-nos, sobretudo, a atuação durante nosso recorte espaço-temporal. Instaurada a República, a folha abandona o dístico “órgão do Partido Conservador” e declara sua aceitação da nova forma de governo, ainda que ressalte sua “admiração pelo passado [monárquico]”.<sup>27</sup> Com a compra da empresa por Alfredo Rodrigues de Oliveira, a partir do final de janeiro de 1890 desencadeia-se uma gradativa postura editorial, dando início ao processo de ruptura com os governantes republicanos, quando a folha sugere uma “deturpação” do regime. Declara-se, pois “republicanos pela pátria, e pela pátria estamos em oposição à ditadura. Combatemos com as armas da opinião esse governo que ressuscitou o extinto poder pessoal”<sup>28</sup>. No 8 de Novembro, a posição contrária àquela defendida pelo *Rio Grande do Sul* já se fazia perceber, ao afirmar que o objetivo da revolução era derrubar o “ditador central” (Deodoro), e lançava ao questionamento provocativamente se os sul-rio-grandenses

<sup>23</sup> RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893, p. 1.

<sup>24</sup> RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895, p. 1.

<sup>25</sup> RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895, p. 1.

<sup>26</sup> ECO DO SUL, 25/07/1868, p. 1.

<sup>27</sup> ECO DO SUL, 21/11/1889, p. 1.

<sup>28</sup> ECO DO SUL, 16/03/1890, p. 1.

seriam “dignos” ou “covardes”, que não “enxotassem do poder um dos maiores traidores da República – o bacharel Júlio Prates de Castilhos”, pelo *Eco* denominado “instrumento torpíssimo da ditadura”, e que prestara apoio “à ilegalidade, ao arbítrio e a tirania”, não restando aos sul-rio-grandenses outra alternativa a não ser “expulsá-lo, se não preferisse aviltar-se para sempre”<sup>29</sup>.

Com a fundação do Partido Federalista em 31 de março de 1892, o diário rio-grandino não poupou críticas, qualificando o congresso realizado em Bagé como “retrocesso e anarquia”, seus componentes de “perturbadores” e portadores de atitudes “impatrióticas”.<sup>30</sup> Sua principal crítica repousava pela opção programática da nova agremiação, com a opção pela forma de governo parlamentar, o que “feria os princípios básicos da República brasileira”, segundo o jornal, desferindo críticas severas também à liderança de Gaspar Silveira Martins<sup>31</sup>. A deflagração da Revolução Federalista, porém, iria alterar a postura do diário rio-grandino e configurar em definitivo seu anticastilhismo. Em edição de 1893, o jornal responsabilizava pessoalmente a guerra civil nas figuras de Castilhos e Floriano Peixoto: “O Sr. Vice-Presidente da República, frio, impassível, não só contraria a vontade dos rio-grandenses, impondo-lhes esse omisso este despótico governo, como manda o glorioso Exército [...] bater-se por ele, por ele travar luta fratricida, terrível e destruidora”, sugerindo duas alternativas consideradas as mais “justas”, a retirada das tropas a serviço de Castilhos ou a deposição deste através de uma intervenção federal<sup>32</sup>.

Com a guerra se desenrolando majoritariamente no espaço rural (afinal os combatentes eram oriundos desse meio)<sup>33</sup>, chegando às cidades de maneira episódica (os casos mais notáveis foram os chamados cercos, sendo os mais famosos os de Bagé, no Rio Grande do Sul, entre 1893 a 1894, e da Lapa, no Paraná, em 1894, ambas as cidades sitiadas pelas forças federalistas) a população urbana sul-rio-grandense tomava conhecimento dos avanços e acontecimentos nos campos de batalha através da imprensa,

<sup>29</sup> ECO DO SUL, 8/11/1891, p. 1.

<sup>30</sup> ECO DO SUL, 2/04/1892, p. 1.

<sup>31</sup> ECO DO SUL, 3/04/1892, p. 1.

<sup>32</sup> ECO DO SUL, 25/03/1893, p. 1.

<sup>33</sup> Segundo Pesavento, tanto federalistas quanto legalistas obtinham parte de seus efetivos entre “mercenários” uruguaiois. Do lado brasileiro, sobretudo entre os maragatos, o elemento mais constante era constituído de “peões de estância, ‘crias’ de fazenda, agregados dos senhores de terra, marginais do campo, despossuídos: foi toda uma massa coagida a lutar por interesses completamente alheios”, acostumados que estavam a obedecer, a viver na dependência de coronéis, sem opção de vida e não dispoendo de recursos outros, “não havia alternativa à população anônima dos campos que executou atos cruéis e habituou-se ao crime” (PESAVENTO, 1983, p. 91).

que mantinham seus papéis de veículos de informações e formações de pensamentos/posicionamentos de acordo com sua orientação político-partidária

### **Considerações finais: a imprensa e a política como objeto**

O recorte temporal tem seu início a partir da fundação do *Rio Grande do Sul* (1º/06/1891), por dois motivos: o primeiro, e mais óbvio, é a afirmação do programa editorial do diário, e, igualmente importante, sua proximidade com a data da queda de Júlio de Castilhos do poder estadual em 12 de novembro de 1891, perpassando por episódios importantes de 1892 como o retorno dos castilhistas em 17 de junho desse ano, períodos férteis para percebermos os embates de ambas as folhas sobre tão relevantes eventos<sup>34</sup>. O ponto final se dará na pacificação, em agosto de 1895<sup>35</sup>. As edições do *Eco do Sul* cobrirão igual período, à exceção do interregno sofrido a partir da coerção governamental.

A História Política, durante muito tempo, foi confundida com história factual, tendo sido relegada a segundo plano pelos trabalhos de cunho histórico por parte das primeiras gerações dos *Annales*, notadamente Lucien Febvre e Marc Bloch, e depois, Braudel, (BURKE, 1997, p. 100) que refutaram o político e privilegiaram o econômico e o social justamente por defenderem a superação da História Política tradicional, segundo eles episódica e atrelada aos acontecimentos relativos ao Estado e aos heróis de guerras e batalhas. Depois da ausência na cena acadêmica, sofreu uma reformulação nas últimas décadas, principalmente através dos estudos produzidos na “escola francesa” e representada por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jacques Julliard, entre outros, a partir dos anos 1970/80. A História Política renovada ampliou os horizontes metodológicos e lançou novos olhares sobre os objetos da política, dando origem a novas abordagens e conceitos. Esta renovação é resultado do contato com outras ciências, num processo de “multidisciplinaridade”, pelo qual a História Política “assimilou”, de certa forma, à algumas disciplinas, técnicas de pesquisa ou de tratamento, e a outras, conceitos, vocabulário próprio, e, às vezes, pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma

---

<sup>34</sup> Em especial, o 17 de Junho, reflexo dos desdobramentos do 8 de Novembro, é tido o começo “informal” da Revolução Federalista, apesar de seu início considerado historicamente consensual fora a invasão de fevereiro de 1893, desde a recondução de Castilhos e a organização de uma nova eleição para novembro de 1892, as hostilidades, o “conflito aberto e sem disfarces, com violências pessoais e materiais de parte a parte” fora a dinâmica imperante do período” (FRANCO, 1993, pp. 37-38).

<sup>35</sup> Quando foi assinada, em 23 de agosto de 1895, a ata de pacificação por parte dos federalistas e emissários do governo federal, dando termo ao conflito armado.

forma de abordagem intelectual (RÉMOND, 2003, pp. 21-29). Desse modo, surge uma renovada História Política, “pelo diálogo com as Ciências Sociais, com novos paradigmas”, e procurando um “discurso global da sociedade sem a pretensão de ser a chave da explicação do sentido da História” (DOSSE, 1995, p. 12).

Desse modo, a reformulação passa a ser mais do que puramente conceitual, mas principalmente instrumental e metodológica, neste intercâmbio e empréstimos de outras disciplinas sociais, com a necessária intermediação do pesquisador ou professor de história, que realiza sua construção tomando por base o lugar do político. Este, para Rémond (2003, p. 447), “é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício”, em uma dinâmica de relações entre influenciado/influenciador, cujo objetivo principal é o poder. É no âmbito da política que se dão as relações com vistas a obtenção deste, “sendo o ponto para onde conflui a maioria das atividades que recapitula os outros componentes do conjunto social” (RÉMOND, 2003, p. 447). De fato, a maioria dos historiadores que tratam o político fazem referência ao poder, como atesta o próprio Rémond (2003, p. 444): “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, [e] a prática do poder.” Este princípio é reforçado por Barros, que confirma a noção central de poder enquanto objeto, mas identifica outras modalidades que se inserem no âmbito da investigação da nova História Política, como, por exemplo, “os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações [...] e até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder” (BARROS, 2004, pp. 107-109), seja ele o formal, representado pelo Estado (ou grupo dominante), ou de suas eventuais forças opositoras ou de resistência.

Já sobre os jornais, os métodos mais comuns de se produzir conhecimento histórico por meio destes periódicos são história *da* imprensa e *por meio* da imprensa, ou seja, historicizar o(s) veículo(s) em si ou construir uma história baseada nas informações contidas e veiculadas nas páginas das folhas, respectivamente. Mas, a partir da década de 1970, o próprio jornal tornou-se um objeto da pesquisa histórica (LUCA, 2006, p. 118). No mesmo sentido, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado chamavam a atenção para que os estudos históricos no Brasil davam pouca importância à imprensa como objeto de investigação, “utilizando-se dela como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação”, mas, no entanto, reconhecem as autoras que a imprensa age “fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 19). De lá para cá, houve um expressivo

aumento dos usos da imprensa como fonte, especialmente em trabalhos de origem acadêmica, “seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos” ou de problemáticas relativas à vida social, influência do Estado e o estudo do cotidiano, por exemplo (BORGES, 1999, p. 163).

Se é verdade que os meios de comunicação em geral, e os jornais em específico, não são *a priori* realidades propriamente políticas, também é verdade que estes podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação (RÉMOND, 2003, p. 441). Desse modo, o campo do político não tem fronteiras fixas, suas definições são mais abstratas, mas uma constante pode ser observada com segurança quando se entende a natureza política relacionada aos jornais, por exemplo: sua referência ao poder. Assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder (RÉMOND, 2003, pp. 443-444). Podemos estender o conceito aos jornais objetos deste projeto de pesquisa: são políticos não somente pelo seu engajamento ideológico, mas porque representavam grupos cujos interesses, ou motivação maior, era chegar (no caso dos federalistas vinculados ao *Eco*) ou permanecer (no caso dos castilhistas do *Rio Grande do Sul*) ao poder.

Nesse período, no Brasil, a prática mais comum é o que Luca (2012, p. 149) denomina de “jornal-tribuna”, ou seja, o jornal que serve de plataforma para difusão de ideias, críticas e posicionamentos, tomando o lugar de um virtual “palanque discursivo”. No Rio Grande do Sul, em particular, no mesmo sentido e na mesma época, praticava-se um jornalismo predominantemente opinativo, expressando os jornais em suas páginas os interesses e vínculos com grupos políticos, atividade decorrente da militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização político-partidária. Segundo Hohlfeldt (2007, p. 323), “os jornais do final do século XIX expressaram fundamentalmente o pensamento das elites-sul-rio-grandenses, fossem estas conservadoras ou não”, e eram justamente essas elites que entravam em choque, durante a Revolução Federalista pelas vias bélicas e também (antes e depois) pelo embate através da imprensa.

Para Sodré (1999, p. 263) “a exaltação da política da época está integralmente na imprensa”, constituindo-se esta como indispensável fonte para a construção de conhecimento histórico do período. No entanto, Rüdiger (1990, p. 23), reconhece que os historiadores têm utilizado largamente a imprensa-documento, de onde tiram conclusões imputadas ao político-social, mas a imprensa enquanto objeto na Revolução Federalista, interventora na sociedade de sua época, produzindo e reproduzindo os acontecimentos



históricos daquele tempo, carece de estudos mais aprofundados. Aspectos como o seu desenrolar narrativo e o cenário de enfrentamento das forças em choque discursivo como o observado nos embates do *Rio Grande do Sul* e o *Eco*, parece-nos um caminho promissor de pesquisa.

A imprensa como fonte para a escrita da história da Revolução Federalista oferece possibilidades sem nenhum sinal de esgotamento, seja pela “descoberta” de Jornais ainda não catalogados, a digitalização dos acervos de coleções de outras cidades, estados e países fornecem muito material ainda para ser analisado.

Além disso, mesmo com os jornais já tradicionalmente utilizados, outras abordagens, perspectivas, interpretações, reinterpretações ou novas narrativas sempre podem surgir da análise do pesquisador, fazendo novas perguntas para velhas fontes, velhas perguntas para novas fontes ou tudo isso junto e misturado.

As fontes, os documentos, são nossas provas, mas são folha morta. A História é escrita – e ganha vida - pela mão humana do historiador e da historiadora.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES IMPRESSAS

A FEDERAÇÃO, 10/06/1895  
 A FEDERAÇÃO, 28/07/1900  
 A FEDERAÇÃO, 13/06/1903  
 ECO DO SUL, 25/07/1868  
 ECO DO SUL, 2/04/1982  
 ECO DO SUL, 3/04/1982  
 ECO DO SUL, 21/11/1889  
 ECO DO SUL, 16/03/1890  
 ECO DO SUL, 8/11/1891  
 ECO DO SUL, 25/03/1893  
 ECO DO SUL, 6/04/1894  
 ECO DO SUL, 1/09/1895  
 RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1981  
 RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892  
 RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1892  
 RIO GRANDE DO SUL, 2/01/1893  
 RIO GRANDE DO SUL, 2/06/1893  
 RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895  
 RIO GRANDE DO SUL, 1/06/1895

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. **O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. **Uma introdução à história da imprensa rio-grandina**. Rio Grande: FURG, 1995.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In **República Velha (1889-1930)** / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul Passo Fundo: Méritos, 2007

BARTHES, R. Verbetes “Texte”. **Encyclopaedia Universalis**, 1974.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. *Revue de Synthèse Historique*. 6:15-50, 1928.

BORGES, Vavy Pacheco. A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994). In FERREIRA, Antônio Celso (org.) **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo**. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999.

BURKE, Peter. **A Escola dos Anales (1929-1989) – a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: editora da Unesp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. Acesso através do Google Books, disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=gboxAAAIAAJ&focus=searchwithinvolume&q=os+estudos>> Acesso em: 18 nov 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CEZAR, João José. Notas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. In: **Anuário da Província para o ano de 1885**. Porto Alegre: Ed. Gunlach & Cia. Livreiro. 1884.

COHEN, Ilka. Diversificação e segmentação dos impressos. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTROT, Aline. Religião e política. In RÉMOND, René. (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DOSSE, François. **A mania da fragmentação**. Artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, ed. 6 ago. 1995

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893**. Ed. fac-similada de 1896 / Apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. Pica-paus e maragatos no discurso da imprensa castilhista. In. POSSAMAI, Zita (org.) **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

FLORES, Elio Chaves. **No tempo das degolas: revoluções imperfeitas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6ª. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 21ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In **República Velha (1889-1930)** / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. **Cadernos da FUCAMP**. v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In História Geral do Rio Grande do Sul – **República Velha (1889-1930)** / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; diretores de volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – v.3 t.2 – coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KOCH, Infedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2016.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla B. (Org). **Fontes Históricas**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MOURA, Euclides B. de. **O Vandalismo no Rio Grande do Sul** – antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

OLIVEIRA, João de. Estatística dos jornais que se têm publicado no Rio Grande do Sul. In: **Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1897**. Pelotas: Echenique, Irmão & Cia. - Livraria Universal, 1896.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **A memória na Revolução Federalista: diários de guerra e apontamentos publicados de quem viveu o conflito**. Lisboa: Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. Rio Grande: FURG, 1987.

RÉMOND, René. Do político. In RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, René. Uma história presente. In RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Catálogo dos jornais publicados no Rio Grande do Sul (1827-1864) In: **Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1903**, Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia - Livraria Universal, 1902.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPALDING, Walter. **Exposição do centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935)**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1995.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 2008.

## O ITAMARATY E A CRIAÇÃO DA DIPLOMACIA FEDERATIVA NA DÉCADA DE 1990

Nairana Karkow Bones<sup>1</sup>

### Introdução

Na história das relações internacionais, desde a Paz de Vestfália<sup>2</sup> em 1648 o Estado era considerado o único ator do espaço internacional (MARTINS, 2012). Sua soberania, seja política ou jurídica, era prioridade no campo de estudo e no Sistema Internacional, assim como também a segurança estatal.

Porém, essa situação se altera na segunda metade do século XX, momento em que as relações internacionais passaram a englobar, além de temas relacionados à segurança estatal. Como assuntos relacionados a “cooperação política, instauração e prevenção da paz, prevenção e resolução de conflitos armados, integração regional, comércio bi e multilateral, organismos internacionais, desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, solidariedade humanitária, comunicação e informação e análogos” (MARTINS, 2012, p. 74).

Além disso, o Estado começa a perder seu espaço de ser o único no Sistema Internacional e outros atores começam a ter relevância e a interagir neste meio. Há a emergência de entes subnacionais e não-estatais, empresas transnacionais e organizações internacionais. Entretanto, a intensificação e a importância desses atores ocorre com o fim da Guerra Fria em 1991.

Destes novos atores, o foco deste trabalho é os entes subnacionais, como é o caso de estados, cidades, províncias, municípios e outras unidades que sejam consideradas de poder público que compõem a estrutura do Estado nacional. Os quais na década de 1990 passaram a ter uma maior importância e a terem uma manifestação considerável de ações globais.

Assim, no pós-Guerra Fria, além da intensificação de novos atores no cenário internacional, também houve um impulso do fenômeno da globalização, o qual incentiva um novo ordenamento das relações entre território e espaço socioeconômico e político, e desafia o Estado principalmente em estabelecer mecanismos de controle para os efeitos sobre as sociedades e economias (MARIANO, 2007).

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: nairanabones@gmail.com

<sup>2</sup> Quando é estabelecido os princípios clássicos do Estado, como soberania e autonomia dentro de um determinado território (PECEQUILO, 2012).

Esse novo cenário internacional atrelado a uma recente redemocratização<sup>3</sup> interna no Brasil em 1985, fez com que houvesse mudanças nas diretrizes da política externa brasileira na década de 1990. Importante mencionar que o Itamaraty<sup>4</sup> é conhecido por ser o órgão do poder Executivo brasileiro com monopólio da formulação da política externa e na execução desta.

Entretanto, na década de 1990 há uma atuação considerável de agentes subnacionais no plano internacional (MALLMANN; CLEMENTE, 2016), e isso faz com que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tenha que começar a remodelar-se, enfrentar esses novos desafios impostos, e dar um tratamento ao fenômeno da paradiplomacia no Brasil. No que tange ao conceito, Junqueira (2018) define paradiplomacia como a inserção internacional de atores subnacionais ou a ação direta no internacional que complementam e/ou desafiam as políticas centrais do Estado; são inseridos em um ente político de maior grandeza, qual seja o próprio Estado-nação.

Perante este cenário, com reflexões e debates, em 1995 resultou na criação da diplomacia federativa, uma política de Estado proveniente do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Política que tinha como configuração aproximar a chancelaria brasileira de governos estaduais e municipais e permitir a coordenação da atuação internacional de unidades subnacionais do país (MIKLOS, 2011).

Diante do exposto, quais foram os fatores domésticos e externos que motivaram o surgimento da diplomacia federativa?

Na literatura há um certo consenso de que o MRE foi influenciado tanto pela percepção do cenário internacional quanto pelos fatores domésticos da década de 1990. No cenário internacional tem-se a emergência do neoliberalismo e a intensificação da globalização; já nos fatores domésticos tem-se fatores relacionados a redemocratização, o próprio movimento dos entes federados em busca da internacionalização e o papel da liderança do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar influências internas e externas que motivaram a criação do conceito de diplomacia federativa, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). A abordagem metodológica utilizada é um estudo de

---

<sup>3</sup> Após 21 anos do período de regime militar que perdurou durante os anos de 1964 a 1985, o país iniciou seu processo de redemocratização no dia 15 de Março de 1985, com o final do governo de João Figueiredo.

<sup>4</sup> Termo usado como sinônimo de Ministério das Relações Exteriores.

caso no âmbito da política externa brasileira durante este governo, de caráter qualitativo, por meio de análise de conteúdo e revisão bibliográfica.

O período do estudo é recente, para isso, será utilizado neste trabalho a História do Tempo Presente, a qual tem um lugar privilegiado para fazer análises entre memória e história. Ou seja, várias das questões para aprofundar teoricamente vem da história do tempo presente, por ser de realidades em aberto, realidades que podem mudar com o passar do tempo. A História do Tempo Presente é o lugar autorizado que permite a construção de uma narrativa científica acerca do que vivemos, da maneira como vivemos, o que temos como memória e até mesmo o que está sendo esquecido; com essa finalidade, é preciso pôr de lado opiniões pessoais, preconceitos, posições ideológicas e políticas em um trabalho científico (MOTTA, 2012).

Outra contribuição que será relevante no trabalho é a História Global pode ser considerada uma resposta historiográfica as mudanças que aconteceram no contexto internacional na década de 1990, em que é ampla, diversificada, que ainda está em discussão e buscando por questionamentos e respostas (SOCHACZEWSKI; SANTOS, 2017). Em que pode-se entender que pelos países estarem inseridos em um sistema, é muito difícil não serem influenciados por este, em que a economia capitalista é um fenômeno mundial, e não nacional.

No campo das Relações Internacionais, a teoria a ser utilizada é a Teoria dos Jogos de Dois Níveis, de Robert Putnam (2010), que enfatiza o papel do negociador internacional em que deve considerar pressões domésticas e compatibilizá-las com o espaço do cenário internacional ao mesmo tempo, como também, nenhum dos dois níveis podem ser ignorados. Assim, a teoria tem como aplicabilidade neste trabalho, mostrar que o debate entorno da criação do conceito de diplomacia federativa foi influenciado tanto por questões externas, quanto internas.

O presente artigo está organizado de modo em que na primeira seção será realizada uma análise dos fatores externos que desafiaram o padrão histórico de centralidade do Itamaraty nas ações externas, já na segunda, os domésticos.

### **1. Insulamento histórico do Itamaraty e as influências externas**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o Itamaraty passou a ser uma agência estatal progressivamente insulada, com uma corporação profissional especializada (FARIA, 2012). Vale ressaltar, que mesmo nos primeiros anos de república no Brasil, a política exterior nas mãos de Rio Branco (1902-1912), considerado o patrono

da diplomacia brasileira, teve uma condução que deve ser atribuída quase unicamente à ele; o qual desde sua posse, desfrutou de um lugar à parte no Poder Executivo (CERVO; BUENO, 2015).

Mesmo anos depois, a Constituição Federal (CF) de 1988, no quesito de representação externa, preserva e reitera os princípios trazidos pela constituição de 1891. Como pode-se ver por meio do artigo 21 em que diz que compete a União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais; do artigo 49 em que prevê competência exclusiva do Congresso Nacional sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem o patrimônio nacional; além do artigo 84 em que diz que compete ao Presidente da República manter relações com outros Estados, e também celebrar convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (BRASIL, 1988). Entretanto, na Constituição de 1988 é apontado algumas novidades em relação a ótica federativa, que serão vistos na seção 2.

Sendo assim, o Itamaraty historicamente representa o ente governamental monopolizador das decisões no plano internacional. Em que “as relações internacionais, em geral, e a política externa, em particular, são possivelmente o espaço de atuação estatal e de formulação de políticas públicas em que o Estado-nação mais zela por exercer monopólio, coerência e controle” (RODRIGUES, 2008, p. 1015).

Esse insulamento burocrático tenderia para o Itamaraty uma autonomia tanto em relação ao sistema social como segmentos particulares deste sistema e do próprio Estado (CHEIBUB, 1985), o que o MRE poderia justificar essa posição como favorável para a qualificação e credibilidade do Brasil no meio diplomático, pois há imparcialidade com a política doméstica.

Além disso, o Itamaraty quer com o insulamento evitar que entes subnacionais comecem a promover negociações no internacional, onde possam “fugir” do controle e até mesmo atuarem de maneira contrária às diretrizes da política externa brasileira; a qual é considerada contínua, linear e com tendências ao longo da história (CERVO; BUENO, 2015).

Monopólio este, que torna menos democrático e transparente diante da sociedade civil, opinião pública, acadêmicos da área debate político doméstico e entre entes subnacionais que fazem parte da União. Há, no entanto, no final do século XX o surgimento de fatores que desafiaram esse papel hegemônico do Itamaraty na atuação estatal no plano externo.



A nova ordem mundial, pós-Guerra Fria, trouxe uma nova agenda e uma série de novos fenômenos em que desafiaram os Estados, além de temas que já vinham sendo debatidos na comunidade internacional, surgem outros que devem ser inseridos nas discussões de encontros e que passam a ser recorrentes nas relações internacionais. Como por exemplo, a proteção ao meio ambiente, direitos humanos, desequilíbrios regionais e sociais, epidemias devastadoras, instabilidade financeira e terrorismo, são alguns exemplos que por poder transcender fronteiras, passando a ser considerados problemas globais (SARAIVA, 2007).

Os entes subnacionais na década de 1990 passaram a ter uma maior importância e a terem uma manifestação considerável de ações globais. Houve nessa época, Conferências promovidas pelas Nações Unidas, como as Conferências Rio-1992 e a Habitat-1996 foram fundamentais a essa projeção, pois em seus documentos políticos, respectivamente a Agenda 21 e a Agenda Habitat, garantiriam a atuação do poder local nos processos decisórios globais (RODRIGUES, 2004), em que concediam poder principalmente para as cidades e davam mais visibilidade do ponto de vista internacional.

Neste contexto, com uma intensificação da globalização e um aumento de fluxos de transações, fomentou fenômenos como a paradiplomacia, no qual entes subnacionais passaram a buscar no cenário internacional objetivos, como também ter uma certa influência nele. Em que o fenômeno da paradiplomacia começa a surgir na literatura científica nos anos 1980 para descrever ações dos Estados federados canadenses e americanos no internacional (RIBEIRO, 2009).

Assim, as pesquisas acerca da atuação internacional de entes subnacionais é relativamente recente, surgido especialmente em decorrência do debate, na década de 1980, na literatura norte-americana. Mesmo no campo das Relações Internacionais, autores neoliberais como Keohane e Nye também vão valorizar já na década de 1970 a importância dos entes subnacionais, em que consideram a existência de outros atores exercendo influência no Sistema Internacional além do Estado (PECEQUILO, 2012).

Houve uma crescente produção acadêmica e debates conceituais sobre o fenômeno da paradiplomacia, sua influência nas relações internacionais, na política internacional, regional e no ambiente doméstico. Além disso, há uma maior importância dada as cidades e entes subnacionais devido ao fenômeno. Deste modo, o Estado e o seu papel na ação internacional passaram a ser desafiados.

Ademais, um exemplo em que a globalização influenciou e auxiliou diretamente, foi no estado brasileiro do Amapá, em que no governo de João Capiberibe (1995-1998),

foi criado um programa de desenvolvimento sustentável por meio de parcerias internacionais diretas, principalmente com a Guiana Francesa, em que várias decisões passaram a ser de interesses comuns (RODRIGUES, 2004). Assim, o Amapá, buscou projetar sua imagem no exterior de ser um estado que busca um desenvolvimento sustentável da Amazônia, para também, através disso, atrair turismo, investimentos e apoio de membros internacionais.

Outros casos que influenciaram na nova realidade dos agentes subnacionais no internacional no Brasil foram a reforma Constitucional da Argentina em 1994 e a crise de Chiapas no México em 1995 (RODRIGUES, 2004).

Regionalmente, portanto, tem-se o caso argentino, em que influenciou de maneira incisiva o Estado brasileiro, que foi a Constituição da Argentina de 1994, é possível ver um reconhecimento de ações dos entes subnacionais no cenário internacional, desde que cumpram medidas compatíveis com a política externa do Estado; mais claramente no artigo 124:

Las provincias podrán crear regiones para el desarrollo económico y social y establecer órganos con facultades para el cumplimiento de sus fines y podrán también celebrar convenios internacionales en tanto no sean incompatibles con la política exterior de la Nación y no afecten las facultades delegadas al Gobierno federal o el crédito público de la Nación; con conocimiento del Congreso Nacional. La ciudad de Buenos Aires tendrá el régimen que se establezca a tal efecto. Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales existentes en su territorio (ARGENTINA, 1994).

Como também, o Movimento subnacional no estado de Chiapas no México, em que essa ação foi imprevista pelo Estado, e a crise teve repercussão e implicações no cenário internacional, reivindicavam principalmente defesa dos direitos dos povos indígenas e da população mais pobre.

Ademais, na década de 1990, países começaram a dar um maior destaque para a integração regional em suas políticas externas. O Tratado de Assunção, assinado em 1991, em que definia metas e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi um reflexo da ascensão do liberalismo na América Latina e da política de promoção do regionalismo aberto<sup>5</sup>.

O Mercosul teve como protagonistas diretos no processo negociador do Mercosul os governos nacionais e os grupos empresariais (VAZ, 2002). Se deu todo basicamente

---

<sup>5</sup> O qual segundo Cepal é “un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región” (CEPAL, 1994).

em nível do Executivo, sem envolver os outros entes, e poderia ter sido um espaço que entes subnacionais teriam a oportunidade de ter promovido a sua inserção enquanto atores nessa negociação, porque esse acordo tem um impacto regional direto e de diferentes maneiras em cada localização.

Por meio do Mercosul, surge a Rede Mercocidades em 1995, formada por entes subnacionais, em que Rodrigues (2004) afirma que teve tanto êxito em suas atividades, que sua credibilidade e dinamismo não foram afetados com a crise que o bloco econômico passou no fim da década de 1990. O que o torna um pouco mais independente da burocracia do próprio Mercosul.

A Rede Mercocidades é uma organização de cooperação descentralizada, formada pelos governos locais da região sul-americana que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de ações e projetos de interesse intermunicipal que se relacionem ao processo de integração (GOMES, 2016). Assim, trata-se de exemplo do fenômeno da paradiplomacia na integração regional sul-americana.

Ademais, o processo de liberalização fez com que houvesse um crescimento da importância da política doméstica na definição da política externa, o que possibilita uma progressiva diminuição da autonomia do MRE na definição (OLIVEIRA, 2005). Sendo assim, Lima (2000) afirma que

[...] a principal consequência da liberalização política e da abertura econômica foi ter modificado a natureza da política externa que, além de representar interesses coletivos no plano mundial, passou a ter que negociar interesses setoriais, inserindo-se diretamente no conflito distributivo interno. Idealmente, nessa nova situação, a ratificação tende a adquirir uma dinâmica própria, cabendo ao chefe de governo o papel de compatibilizar os dois níveis, tal como ocorre nas poliarquias contemporâneas (LIMA, 2000, p. 295).

Por meio desses fatores, pode-se inferir que houve influências externas diretas e indiretas nas tomadas de decisões por parte de política externa e que desafiaram o papel centralizador do Itamaraty. Próxima seção refere-se às influências internas que desafiaram o papel centralizador do MRE no que se refere a ações no internacional.

## **2. Influências domésticas**

No Brasil pós-Guerra Fria houve uma grande repercussão das transformações da nova ordem mundial internamente, e o fenômeno da globalização com forças suficientes para operar de maneira rápida e provavelmente irreversível. Dessa maneira, o tema

da inserção internacional de governos subnacionais é recentemente novo na agenda nos círculos acadêmicos brasileiros, como pode-se ver que nessa época era:

Cada vez mais importante atividade externa de governos subnacionais (locais, provinciais, estaduais etc.) em todo o mundo vem despertando um crescente interesse acadêmico. [...] O meio acadêmico brasileiro não é exceção. Existe, neste momento, um acervo bastante respeitável de artigos, livros, monografias, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado dedicado à análise da atividade externa de entidades subnacionais em geral, bem como dos governos estaduais e municipais brasileiros que mais atuam nessa área (NUNES; SALOMÓN, 2007, p. 99-100).

Como em outros países, entes subnacionais brasileiros também começaram a ter uma maior relevância e buscaram seus objetivos no meio internacional, e essa atuação já era verificada no cenário brasileiro desde o início da década de 1980. Tal fato pode ser ilustrado pela criação da primeira assessoria estadual de relações internacionais que foi no estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola (1983-1986) (RODRIGUES, 2008). Desta maneira, o Estado brasileiro teve desafios e assim, teve que se adaptar algumas de suas instâncias decisórias a esta nova realidade.

Assim, as próprias unidades subnacionais brasileiras estavam engajadas em buscar seus objetivos e desenvolvimento no plano internacional, seja no âmbito cultural, econômico, social, político; antes mesmo das primeiras manifestações em normatizar o fenômeno da paradiplomacia no país, por parte da União. Outro exemplo além do estado do Amapá e da criação de uma assessoria especial do estado do Rio de Janeiro, foi a criação da Secretaria Especial de Assuntos Internacionais (SEAI) estabelecida em 1987 durante o governo de Pedro Simón (1987-1990) vinculado ao governo do Rio Grande do Sul, no fim da década de 1980, e teria funções como: assessorar o governador nas relações com outros países e com organismos internacionais; supervisionar e orientar os órgãos de governo em ações externas; captar recursos e investimentos; e apoiar o setor privado em projetos com participação externa (SALOMÓN; NUNES, 2007).

O Brasil na década de 1990 estava passando no plano doméstico por uma série de transformações internas, e que pressionaram também, de certa maneira, o Itamaraty a superar o modelo insular da produção da política externa. O motivo doméstico mais explícito, provavelmente, seja a recente redemocratização que o Brasil estava passando após um longo período de regime militar (1964-1985), em que a partir de Março de 1985 tem-se como o início de uma redemocratização.

Com a redemocratização e levando em consideração a CF de 1988, o Brasil passa a ser considerado uma Federação trina, o qual é formada por três entes federados – a

União, os estados e os municípios. Ou seja, municípios tornaram-se entes federados, assemelhando-se à União e aos estados com competências próprias e comuns aos outros entes; ademais, segundo o autor, na América Latina, apenas o Brasil é uma Federação trina (RODRIGUES, 2008). Dessa maneira, nessa nova distribuição de poderes, foi permitido às cidades terem um maior grau de autonomia política e administrativa, além de oferecer melhores condições de buscarem seus objetivos no cenário internacional.

Também a respeito à atuação de entes subnacionais na esfera internacional, há uma menção no artigo 52, em que garante a possibilidade de que estados e municípios possam recorrer às instâncias econômicas internacionais, desde que com o aval do Senado Federal (BRASIL, 1988). Isso demonstra as negociações diretas que vários entes subnacionais brasileiros vêm mantendo desde os anos 1990 com organismos econômicos internacionais, e que tem-se como exemplo o caso do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (RODRIGUES, 2008).

Além disso, mesmo sem uma previsão constitucional, a paradiplomacia tem sido praticada diariamente, sem necessariamente afrontar o Estado, pois há uma atuação estadual e municipal no âmbito do artigo 23 da CF em que aponta temas como saúde, patrimônio histórico, cultura, educação e ciência, meio ambiente e entre outros, como de âmbito de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (RODRIGUES, 2008). Sendo assim, este autor ainda afirma que:

É crescente a quantidade de convênios de cooperação técnica entre municípios e Estados federados brasileiros e contrapartes estatais estrangeiras para implementar políticas públicas de proteção ambiental tendo por base tratados ou documentos internacionais (RODRIGUES, 2008 p. 1020).

Durante o governo de Itamar Franco, no ano de 1993, há um documento do Itamaraty, o qual tem o título “Reflexões sobre a Política Externa Brasileira”, em que consta a intenção de abrir espaços de representação do MRE nos estados brasileiros (MIKLOS, 2010). Importante mencionar que neste governo, o Itamaraty era comandado pelo chanceler Fernando Henrique Cardoso, o próximo presidente da República, que demonstra já aqui um interesse em expandir a arena decisória no internacional.

Para tanto, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) é de extrema relevância, pois em virtude dos desafios e fatores impostos ao MRE, este governo realizará uma espécie de “resposta”. Em meio a este cenário, debates e discussões, “a

percepção da necessidade de incorporar a dimensão subnacional à formulação e execução da política externa brasileira apareceu, pela primeira vez, como elemento determinante de uma política de Estado” (MIKLOS, 2010, p. 44).

Ademais, vale evidenciar, que o pronunciamento do então chanceler Luiz Felipe Lampreia em 1995, dando as diretrizes que o governo iria tomar nas questões externas, coloca Cardoso numa posição de um líder fundamental e de extrema importância, pois, como já visto, no período em que foi chanceler do governo de Itamar Franco, houve debates e seminários, que teve presente a questão dos entes subnacionais no processo decisório da política externa brasileira. Portanto, diplomacia federativa, conceito que passou a ser uma política estatal no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), mencionado no discurso de Lampreia:

É também diretriz do Presidente Fernando Henrique que a essa vertente da diplomacia pública, da diplomacia de interação, se some outra vertente igualmente fundamental em função do nosso sistema político, que é a **diplomacia federativa. Os Estados e mesmo os municípios têm crescentemente uma agenda internacional que se soma à agenda externa da União, responsável em primeira instância pelas relações exteriores do país.** Essa nova e dinâmica dimensão da nossa diplomacia requer um **esforço permanente de diálogo, de troca de informação e de consultas entre o Executivo federal e as Regiões, Estados e Municípios**, de forma que haja a **maior coordenação e a maior harmonia** possível nos diversos níveis do relacionamento internacional do Brasil. Governadores e prefeitos, membros do Congresso Nacional em representação de um Estado ou uma região, associações e sindicatos, a imprensa e os meios de comunicação locais têm procurado com intensidade cada vez maior o Itamaraty para tratar de assuntos internacionais de seu interesse imediato. O Itamaraty, por sua vez, tem procurado, dentro dos limites dos seus recursos escassos, **criar canais diretos de contato com os estados**, inclusive mediante a criação de formas de presença permanente em algumas capitais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1995, p. 115-116, grifo da autora).

Além disso, Faria (2012) aponta que o crescente adensamento das relações internacionais do país, a politização da política externa brasileira e a própria expansão e consolidação do campo dos estudos de Relações Internacionais no Brasil influenciaram também na ampliação do escopo da arena decisória da produção da política externa.

Até aquele momento antes dos anos 1990, esta produção era pouco transparente e de difícil acesso pela sociedade civil. Pode-se notar através das palavras de Pecequillo (2012), que:

A grande expansão de cursos de graduação, pós graduação e especialização na área de Relações Internacionais no Brasil foi data dos anos de 1980 e início dos anos 1990 quando pressionada por fatores externos a sociedade nacional passou a buscar respostas a seus dilemas, deparando-se com uma ausência de

profissionais qualificados. Até então, protegido do meio internacional, o país possuía atividades extremamente limitadas no setor, restringindo-se basicamente à diplomacia. Mesmo as empresas contratavam consultorias no exterior, e suas atividades de exportação/importação estavam estrategicamente orientadas pelo governo. Em termos acadêmicos, poucos eram os especialistas e os centros de excelência (PECEQUILO, 2012, p. 25).

Sendo assim, as análises de autores e estudiosos de Relações Internacionais renomados (FARIA, 2012; RODRIGUES, 2004, 2008) sugerem que o Itamaraty tem mudado seu relacionamento com os entes subnacionais, há um processo de “desmonopolização” da tomada de decisão da política externa brasileira a partir da década de 1990, onde demandaram principalmente uma maior representatividade e democratização. Faria (2012) aponta que pode ter sido:

Por iniciativa própria ou constringido por uma diversidade de atores e circunstâncias extracorporativas, o MRE tem, nos últimos anos, em paralelo ao adensamento de sua atuação internacional, multiplicado os seus esforços de coordenação intragovernamental, de articulação intergovernamental, no plano federativo, e de busca de cooperação intersetorial (FARIA, 2012, p. 320).

A formulação e a criação da diplomacia federativa pode ser uma resposta a um constringimento ou pode ser uma iniciativa própria em que já tinham vontade algum tempo. A resposta não se sabe. Entretanto, este trabalho sugere que os fatos evidenciam que foi uma atitude mais reativa aos acontecimentos internacionais e domésticos no Brasil em que desafiavam o papel centralizador do Itamaraty.

### **Conclusão**

Diversos fatores foram fundamentais e predominantes para pressionar de alguma maneira o MRE a se posicionar no que tange em uma definição de um conceito para a atividade dos entes subnacionais no meio internacional, especialmente a criação de uma política estatal em coordenação mais o Itamaraty com os entes subnacionais, a diplomacia federativa.

Por meio de uma categorização explicativa com os fatores mais incisivos, pode-se entender que no meio internacional as cidades foram incentivadas não só pelo fenômeno da globalização em si que criou oportunidades, mas também pelos próprios organismos internacionais que passam a reconhecer a importância, como também o comprometimento das agências internacionais incluírem as cidades nas discussões; na esfera econômica, se tem uma maior influência de liberalização da economia, maior

integração regional, e também com esse ambiente internacional mais “integrado”, é o que muitas vezes leva os entes subnacionais a se internacionalizarem.

Já no âmbito doméstico, na área política, tem-se as ações unilaterais de alguns estados da federação que promoveram essa internacionalização, como foi o caso do Rio de Janeiro, em 1983 e do Rio Grande do Sul, 1987, juntamente em meados da década de 1990, o estado do Amapá; na esfera normativa a CF de 1988 traz alguma autonomia para os entes federados; na área acadêmica, abertura de cursos e especializações em Relações Internacionais no Brasil.

Ademais, liderança de figuras políticas como o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e o chanceler Luiz Felipe Lampreia em que tiveram um papel fundamental para a criação da diplomacia federativa. Vale ressaltar, que desde o governo de Itamar Franco e em que tinha o Fernando Henrique Cardoso como chanceler, ele já demonstrava uma vontade em “abrir” a arena decisória do Itamaraty e de política externa.

Além disso, é interessante observar que para o caso brasileiro e sua posição geográfica, a dimensão regional também tem um papel muito importante, como foi o caso da Argentina, país “vizinho” e que estava dando um passo à frente nesse sentido de institucionalização da paradiplomacia.

### **Referências bibliográficas**

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina**. 1994. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/images/stories/constitucion-nacional-argentina.pdf>>. Acesso em: outubro/2019.

BRASIL. **Constituição da República Dos Estados Unidos Do Brasil de 1891**. 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: setembro/2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: setembro/2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: 4ª Ed. UnB, 2015.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: Cepal, 1994.

CHEIBUB, ZAIRO. *Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica*. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro vol. I, 1985, p. 113-131.



FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 34, n. 1, janeiro/junho, p. 311-355, 2012. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292012000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100009)>. Acesso em: setembro/2019.

GOMES, Joséli Fiorin. A contribuição da Rede Mercocidades para o desenvolvimento da integração fronteiriça junto ao MERCOSUL: o papel da paradiplomacia municipal sul-americana na concretização da integração regional em zonas de fronteira. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016.** Disponível: <[https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Joseli\\_Gomes\\_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Joseli_Gomes_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf)>. Acesso em: setembro/2019.

JUNQUEIRA, Cairo G. B. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. **BIB, São Paulo, n. 83**, 1º semestre de 2017, pp. 43-68. Disponível: <<http://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-83/11093-paradiplomacia-a-transformacao-do-conceito-nas-relacoes-internacionais-e-no-brasil/file>>. Acesso em: setembro/2019.

LIMA, Maria Regina S. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2. 2000. Disponível: <[http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima\\_vol22n2.pdf](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf)>. Acesso em: setembro/2019.

MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. **Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional.** 2016.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. *Lua Nova, São Paulo*, 71: 123-168, 2007 Disponível: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>>. Acesso em: agosto/2019.

MARTINS, Estevão. R. História das relações internacionais pp. 73-94 In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

MIKLOS, Manoela Salem. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado nacional: A experiência brasileira.** Dissertação de mestrado. São Paulo: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em Brasília, em 5 de abril de 1995. In: **Resenha De Política Exterior Do Brasil**, número 76, ano 21, p. 113-132. 1995.

MOTTA, Marcia. Cap. I História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 20-35.

OLIVEIRA, Henrique A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PUTNAM, Robert d. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **A ação internacional das entidades subnacionais**. 2009. Disponível: <<http://books.scielo.org/id/zxnbn/pdf/ribeiro-9788523212018-03.pdf>>. Acesso em: agosto/2019.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Política Externa Federativa: análise de ações internacionais de Estados e Municípios Brasileiros**. Tese. PUC-SP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relações internacionais federativas no Brasil**. 2008. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582008000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400007)>. Acesso em: agosto/2019.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos**. 2007. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a04v29n1.pdf>>. Acesso em: setembro/2019.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **História das Relações Internacionais Contemporâneas - Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Editora Saraiva, 2ª edição, 2007.

SOCHACZEWSKI, Monique; SANTOS JR., João Júlio G. História Global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, v. 23, n. 3, set./dez., p. 483-502.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.

## Identidades, memórias e patrimônios

Prof. Me. Daniel Barbier Leal<sup>1</sup>

Juan Neitzke<sup>2</sup>

A emergência dos estudos relacionados à História do Tempo Presente, especialmente após o quarto final do século XX, tem promovido um amplo diálogo entre a História com os distintos conhecimentos ligados às Ciências Sociais e Humanas. Entre eles, tem se destacado os que envolvem memória e identidade. As pesquisas envolvendo aspectos das histórias das mulheres, dos indígenas, dos africanos e seus descendentes, das LGBT, dos migrantes e imigrantes, dos diversos grupos de minorias em relação a direitos, do campo e da cidade, entre outros, perpassam, em alguma dimensão, análises envolvendo essas categorias, da mesma forma que os estudos voltados aos contextos traumáticos, às heranças dolorosas, às “memórias difíceis”. Contudo, memória e identidade não podem ser descoladas, em certa medida, de suas relações com o campo patrimonial, especialmente no caso brasileiro, muito ligado à dilatação da memória histórica, subsidiária de uma política pública de preservação das tradições, com fins de conservação do status quo social e do establishment político e econômico. Assim, propomos, nesse Simpósio Temático, reunir trabalhos que dialoguem com essas dimensões de análise, promovendo a construção de um espaço de diálogo acadêmico interdisciplinar.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural e Licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: barbier.daniel@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

## MEMÓRIAS SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DO PROFESSOR PAROQUIAL

Prof. Me. Elias Kruger Albrecht<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Falar sobre o período de escolarização é sempre um momento de recordações das práticas escolares, das relações interpessoais com os colegas e professores (as), de lembrar do espaço físico e temporal, que de algum modo marcaram a vida do sujeito. Isto é, “[...] acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista de sua identidade” (CANDAU, 2014, p. 101). Assim, este estudo tem como base memórias de sujeitos escolarizados, entre 1933 e 1948, em escolas vinculadas às instituições religiosas luteranas<sup>2</sup>. Propõe-se trazer uma discussão sobre a prática docente do professor paroquial e as suas diferentes esferas de atuação dentro das comunidades alemãs e pomeranas<sup>3</sup> na região meridional do Rio Grande do Sul.

Tais professores, segundo Kreutz (1991) e Weiduschadt (2007), eram considerados como uma extensão do corpo da igreja, uma vez que ficavam investidos de atribuições culturais e religiosas junto às comunidades teuto-brasileiras. Segundo Teichmann (1996), nem todos possuíam formação teológica, porém, na ausência do pastor, cabia a eles officiar os cultos, acompanhar os doentes e até realizar batismos, caso necessário. Além disso, era também função do professor paroquial zelar pelos bens da comunidade, mediar desentendimentos, representar a comunidade junto às instâncias políticas e civis e ser o promotor da cultura (KREUTZ, 1991). Com todas estas prerrogativas, uma das primeiras condições para permanecer no ofício dependia da sua integridade moral. Era considerado o guardião da ordem e dos valores, “[...] cabia ao professor paroquial assegurá-lo não apenas pelo ensino, mas, especialmente, pelo seu exemplo de vida e pela sua incansável atuação no campo religioso e social” (KREUTZ, 1991, p. 87). Cada professor deveria merecer a confiança dos pais em decorrência das suas funções e responsabilidades. Para tanto, “[...] deveria evitar atitudes e locais considerados vulgares, assim como a frequência aos bares e bebidas. Deveria ser um grande exemplo de vida cristã na igreja,

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – UFPel. email: eliask.albrecht@gmail.com

<sup>2</sup> No contexto atuaram três tipos de Luteranismo.

\* Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Para aprofundar o assunto, ver Rehfeldt (2003) e Weiduschadt (2007).

\* Sínodo Rio-Grandense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para aprofundar o assunto, ver Dreher (1984).

\* Igrejas independentes, instituições religiosas que atuam de forma autônoma sem vinculação a nem um sínodo. Para aprofundar o assunto, ver Teichmann (1996) e Osvald (2014)

<sup>3</sup> Pomerano é o nome dado aos imigrantes que vieram ao Brasil da antiga Pomerânia, região situada nas costas do mar Báltico, território atualmente incorporado pela Alemanha e Polônia. Hoje, sua cultura praticamente está extinta naquela região, mantendo-se viva entre algumas comunidades no Brasil que ainda preservam a língua e algumas práticas culturais e religiosas. Ver: Schaffer (2012). A cultura pomerana foi, muitas vezes, silenciada em detrimento da cultura alemã. Para saber mais do silenciamento dos pomeranos ver: Thum, (2010).

na família e na sociedade” (KREUTZ, 1991, p. 101). Assim, ele obteria credibilidade junto aos alunos e a toda comunidade que iriam reconhecer nele um exemplo a ser seguido.

Como as instituições religiosas mantenedoras dessas escolas primavam por uma escolarização secular e doutrinária, investiam fortemente na formação de tais professores (WEIDUSCHADT, 2007). Assim, o magistério exigia, também, fidelidade aos princípios institucionais uma vez que “[...] a escola deveria ser prioritariamente uma agência de educação religiosa e de formação do caráter, estando em segundo plano a transmissão de conhecimento” (KREUTZ, 1991, p. 94). Portanto, é importante que se visualize “[...] as trocas e transferências culturais que se operam através da escola” (JULIA, 2001, p. 10). É preciso observar os conteúdos operados em conjunto como o contexto histórico e social inserido e a relação educacional adequada ao público afim, pois, segundo Magalhães (1999, p 68), “a instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo, deste modo, a relação e a razão fundamental para a manutenção e desenvolvimento de seu projeto educativo”. Desta maneira, é possível observar que a cultura escolar excede a sala de aula e encontra-se, também, presente nas instituições de sociabilidade.

## **DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Este estudo faz uso da história oral como meio de aproximação à memória de sujeitos escolarizados em escolas étnicas/religiosas e ligadas a sínodos luteranos, cujo objetivo é o de compreender como se dava a circulação do saber nessas instituições a partir do olhar do aluno. Nesse sentido, a pesquisa abarcou os diferentes aspectos que envolvem o cotidiano escolar, entre eles, a prática docente e a relação professor aluno sob a qual versa este estudo. Assim, a memória destes sujeitos apresenta-se como fonte histórica do presente trabalho, enquanto a história oral corresponde como a principal referência metodológica à elaboração, sistematização e análise das fontes orais. Portanto, cabe salientar que, como as demais metodologias de pesquisa, a história oral estabelece e ordena os procedimentos de um trabalho, o qual irá resultar em um texto/documento (AMADO; FERREIRA, 2006). As autoras ressaltam ainda que, “na história oral, a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e o objeto de estudo” (AMADO; FERREIRA, 2006, p. xiv).

Por conseguinte, cabe ressaltar que as informações obtidas durante a entrevista são as memórias dos entrevistados. Quando se fala de memória é preciso lembrar que ela pertence à atualidade e, conforme Rousso (2002, p. 94), ela é “[...] uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. Com isso, quer-se destacar que a memória sofre com a ação do tempo cronológico, político-social, entre outras influências que fazem com que o indivíduo repense as suas memórias. Em suma, a

memória não é estática, pelo contrário, está permanentemente em atualização, ou conforme Candau (2014), em um processo contínuo de reconstrução, cuja a narrativa do indivíduo está apoiada e inserida no grupo social onde o mesmo vive. É nesse sentido que Halbwachs (2003) ressalta que muitas das nossas memórias pertencem à comunidade onde estamos inseridos e que, inconscientemente, são usadas para reafirmar relações sociais do grupo. Halbwachs (2003) destaca, assim, a necessidade de o pesquisador relativizar entre o que é um ponto de vista do grupo e a memória do sujeito propriamente dito.

Ademais, ancorado pela metodologia de história oral, foram realizadas 12 entrevistas com nove sujeitos escolarizados em escolas sinodais luteranas. Os procedimentos da pesquisa se deram em dois momentos distintos. O primeiro contato foi para falar sobre a intenção da pesquisa com os sujeitos selecionados por indicação das comunidades de vivência. Após esse primeiro momento, retornou-se a casa dos entrevistados no dia marcado para a realização de uma entrevista gravada em língua pomerana, conforme comum acordo pesquisador/entrevistado e, posteriormente, transcritos para a língua portuguesa.

Logo após refletir sobre os teóricos que transitam pelo campo da história oral e da memória, busca-se trazer algumas informações sobre o perfil dos entrevistados da pesquisa<sup>4</sup>.

**Quadro 1** - Relação dos entrevistados da pesquisa com suas respectivas idades, período de escolarização, instituição religiosa que a escola era ligada.

Nome <sup>5</sup>	Idade <sup>6</sup>	Data da escolarização	Instituição religiosa <sup>7</sup>
Adolfina k. Neitzke	90	1933-1938	Sínodo de Missouri
Eurico Wolter	91	1932-1936	Independente
Herta M. Tessmann	91	1934 -1937	Sínodo de Missouri
Ilma B. Reichow	89	1936-1941	Sínodo de Missouri
Ilsa K. Neuenfeldt	83	1943-1948	Sínodo de Missouri
Leopoldina S. Albrecht	88	1940-1944	Sínodo de Missouri
Martim V. Wille	89	1935-1940	Sínodo de Missouri
Otto Schellin	82	1942-1944	Independente
<i>Renilda U. Schellin</i>	<i>83</i>	<i>1939-1943</i>	<i>Sínodo de Missouri</i>

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelos entrevistados.

<sup>4</sup> As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2016 e 2018. Portanto, os dados referentes à idade dos entrevistados presentes no quadro correspondem a tal período.

<sup>5</sup> As assinaturas das mulheres entrevistadas correspondem ao sobrenome contraído pelas núpcias.

<sup>6</sup> A idade corresponde ao momento da última entrevista.

<sup>7</sup> As instituições religiosas indicadas no quadro são aquelas onde ocorreu a escolarização, não sendo mais a instituição atuante de alguns entrevistados. Apesar de todos se manterem atuantes em sínodos luteranos, alguns, por questões de mudança, casamento, entre outros, migraram de uma denominação religiosa para outra. Para saber mais sobre, ver Albrecht (2019).

É oportuno destacar que todos os sujeitos entrevistados são da etnia pomerana e ainda mantêm o uso dessa linguagem como principal meio de comunicação, além de preservarem algumas práticas culturais e religiosas, mantendo práticas de leituras e de cantos religiosos e folclóricos. Em relação a isso, pode-se caracterizar a existência de uma cultura escolar representativa, ancorada na religião e acentuada nas falas e memórias dos narradores.

Por conseguinte, seguindo as observações de Alberti (2005), destaca-se que a entrevista é uma fonte de pesquisa e não a história propriamente dita, sendo que a mesma necessita de interpretação, análise, e reflexão sobre o conteúdo da narrativa. Assim sendo, para produzir o conhecimento histórico realizou-se uma análise contextualizada contrapondo o período histórico com a memória, que nada mais é do que uma representação seletiva do passado (CANDAU, 2014).

#### **A ATUAÇÃO DO PROFESSOR PAROQUIAL SOB A PRESPECTIVA DO OLHAR DO ALUNO**

Ao considerar que a cultura escolar vai além dos conteúdos formais passados durante o período da escolarização, torna-se importante salientar as práticas e os modos de educar, enfatizados nas narrativas a respeito do papel do professor paroquial que, geralmente, era também o pastor da comunidade. Eles exerciam dupla função: tinham a tarefa de ensinar e também de ser o guia espiritual. Eram pessoas respeitadas e temidas pelos alunos, sendo que muitas vezes utilizavam de castigos físicos para punir o mau comportamento e a falta de atenção do aluno em aula. Apesar de o professor ser considerado severo em suas ações educativas, ele era admirado e justificado pelos seus atos.

Segundo o entrevistado Eurico Wollter (2016) “[...] tomar uns puxões de orelha e alguns tapas de vez em quando era necessário porque isso gerava respeito”. Kreutz (1991) realça que apesar de se tratar de uma concepção autoritária de educação, suas práticas eram reconhecidas pelos pais, uma vez que ele era o seu representante junto ao filho na sala de aula. Assim, segundo Leopoldina S. Albrecht (2018), além de punir o mau comportamento em sala de aula, se as crianças contassem aos pais o castigo sofrido poderiam, ainda, ser castigados pelos progenitores. Destaca-se, dessa forma, a credibilidade do professor, que estava investido da autoridade dos pais, os quais confiavam a ele a educação dos seus filhos.

O professor era tido como referência pela comunidade. Martim V. Wille (2016) lembra que, como filho de professor, tinha que ser exemplo para os outros alunos, pois era sua obrigação se esforçar. Recorda, ainda, que muitas vezes foi repreendido e castigado em aula junto com os colegas. Esta fala reforça que as atitudes enérgicas acarretavam em credibilidade e

respeitabilidade diante dos alunos e de seus pais. Segundo Otto Schellin (2016) nada passava despercebido aos olhos e ouvidos do professor. “Ele não podia ficar sabendo que tinha passado por alguém sem tirar o chapéu e cumprimentar a pessoa. Isso desmoralizava o trabalho do professor”. Da mesma forma, é notória na narrativa a importância da questão comportamental e moral, bastante cobrada pelas escolas de cunho religioso. Nesse sentido, Weiduschadt (2007) afirma que tais preceitos eram considerados importantes no sentido de preparar as crianças para serem bons cidadãos e cristãos educados.

Nos relatos, o professor é descrito não só por suas atitudes determinadas, mas é lembrado também por suas expressões e vestimentas. Conforme recorda Otto Schellin (2016), seu professor era uma pessoa muito atarefada, pois era, também, o pastor da comunidade. Logo, segundo ele, o estresse provocado pela dupla jornada de trabalho refletia na sua forma de agir e de vestir. Em suas memórias, Otto Schellin ressalta que “já sabia quando ele vinha com o chapeuzinho ‘marrom’ é porque ele andava meio nervoso, principalmente nas segundas-feiras. Quando vinha com chapéu listrado, ele estava ‘de boas’”. Apesar da metáfora alusiva à vestimenta do professor parecer um pouco fantasiosa, o contexto da narrativa evidencia que o trabalho do professor paroquial excedia a sala de aula, sendo ele o responsável pelo campo eclesial, social e escolar da comunidade onde atuava.

É possível perceber nos relatos como a exteriorização, o vocábulo e os modos de vestir estão presentes na memória dos entrevistados. Ilsa K. Neunfeldt (2016) lembra que seu professor era muito bravo e usava suspensório, então “[...], nós já ‘sabíamos’ quando ele se incomodava no fim de semana, daí na segunda-feira, quando a gente entrava na igreja<sup>8</sup>, e ele estava olhando por cima dos óculos, não poderíamos incomodá-lo”. Nesse sentido, Nunes (2003) reforça que nas escolas, o modo de se vestir funcionava como um distintivo que qualificava quem o usava. Assim sendo, a figura do professor é representada nas narrativas por sua personalidade simbolicamente lembrada no modo de se expressar, agir e vestir.

Para Adolfin K. Neitzke (2016), o professor paroquial trabalhava bastante com o suporte da cartilha, uma vez que essa era a única maneira dele conseguir atender uma sala multisseriada, com crianças em estágios diferentes de aprendizado. A esse respeito, Herta M. Tessmann (2018) complementa que o professor organizava a turma por ano de entrada, sendo que “para uma turma ela dava uma lição da cartilha, para a outra ele desenvolvia uma atividade de escrita ou de cálculo na lousa, ao mesmo tempo que ele tomava a leitura de um terceiro grupo e assim ele ia alternando as atividades”. Somado a tudo isso, era, ainda, papel do professor desenvolver atividades de canto, que eram bastante valorizadas pela comunidade. Segundo Ilma B. Reichow (2018), “[...] o professor observava tudo no canto, a postura e a entonação da voz”. Essas narrativas descrevem

---

<sup>8</sup> Na forma comunitária de organização das comunidades alemãs e pomeranas as instituições “igreja e escola” contemplavam um mesmo espaço. Ou seja, era um único prédio. Para aprofundar o assunto, ver Teichmann (1996) e Wille (2011).



as estratégias e práticas de ensino adotados pelo professor para poder dar conta da escolarização das crianças da comunidade. Reforçam também as afirmativas de Albrecht (2019) ao ressaltar que o hábito da leitura e do canto eram estimulados pelos sínodos luteranos. Por seu turno, tais instituições religiosas tinham pretensões “em formar pessoas aptas a atuarem dentro da igreja através do canto e da leitura e como lideranças leigas. E o saber escrever de forma correta, uniforme e legível tornava-se um facilitador para o treinamento dessas atividades” (ALBRECHT, 2019, p. 145).

Os entrevistados recordam que a ardósia<sup>9</sup> fazia parte do seu cotidiano. Segundo afirma Ilma B. Reichow (2016), a lousa era seu único meio para realizar as tarefas de escrita e o único recurso que se tinha para guardar a lição era memorizar. Então, segundo Adolfin K. Neitzke (2016), isso obrigava o sujeito a criar estratégias para associar conteúdo ensinado, “porque depois tinha que explicar para o professor o que se tinha entendido”. Desta maneira, Renilda U. Schellin (2016) recorda a ênfase dada as técnicas de memorização, pois como não havia caderno para revisar o conteúdo, decorava-se as lições e fazia-se algumas associações para rememorar o que tinha aprendido na hora da prova, que era feita de forma oral, pela qual o professor avaliava individualmente cada aluno.

Ainda sobre a avaliação, Otto Schellin (2016), em suas memórias, destaca que além das provas orais que aconteciam todos os meses, ao final de cada ano havia uma prova geral para saber se o aluno avançava. “Estas provas eram feitas na igreja na presença da comunidade, onde ele (professor) chamava um por um para fazer a prova na frente, [...] perguntava sobre tudo o que a gente tinha estudado durante o ano”. A avaliação de final de ano era, também, uma forma do professor prestar contas à comunidade pelos serviços prestados, cujo mal desempenho dos alunos poderia acarretar na demissão do professor. A esse respeito, pode-se observar em Kreutz (1991), que a contratação ou a permanência do professor paroquial na comunidade eram avaliadas tanto pelas suas ações sociais, quanto pelas do exercício do magistério. Esta prática era recorrente, segundo Weiduschadt (2007), entre as comunidades independentes.

Pode-se perceber nas narrativas dos sujeitos, as práticas, as dinâmicas e os diferentes momentos em que eles usavam os livros didáticos, visto que seu uso está sempre relacionado à figura do professor, mesmo quando a leitura ocorria em casa. Conforme Eurico Wolter (2016), a prática da leitura não se restringia à sala de aula. Ele lembra que “quando chegava em casa pegava o meu livro e estudava para poder saber no outro dia quando o professor tomava a lição”. Portanto, ela era feita para ser apresentada ao professor. De maneira semelhante, Herta M. Tessmann (2018) recorda que “[...] no dia anterior, o professor escolhia a leitura que a gente tinha que apresentar para ele no dia seguinte, daí em casa a gente ia lendo e treinando o texto. Então, a gente estudava

---

<sup>9</sup> Lousa ou quadro-negro em tamanho compactado para uso escolar. Para saber mais sobre a lousa e o uso escolar, ver Barra (2013).

muito em casa para poder chegar no outro dia e saber apresentar a leitura corretamente”. Ambos recordam que era necessário estudar em casa para ter a lição decorada no dia seguinte e, assim, poder recitá-la ao professor.

Sobre apresentar leituras previamente agendadas pelo professor, Adolfina K. Neitzke (2016) relata que “cada aluno tinha seus livros e o professor chamava um a um para tomar a leitura e também era preciso recitar a tabuada de forma oral”. Outrossim, Ilsa K. Neunfeldt (2018), a partir de suas memórias, evoca que não se tratava de uma simples leitura, pois existia todo um ritual envolvido,

[...] quando o professor tomava a leitura, você tinha que pegar o seu livro na mão e se colocar de pé, e, com uma postura ereta e em voz alta, ler para que ele e seus colegas compreendessem a leitura. Aí, durante a leitura, ele ia circulando entre as classes e apontado, fulano! Lê! Agora tu! E assim ele ia indo e cada um que ele chamava tinha que se colocar de pé. (ILSA K. NEUFELDT, 2018).

Esta prática era necessária, segundo Martim V. Wille (2018), “para o professor saber se a criança realmente estava aprendendo” e era também o momento em que ele podia trabalhar a projeção do corpo para a leitura. Essa narrativa contempla os estudos de Bittencourt (2008) ao afirmar que o livro escolar funcionava, ademais, como uma espécie de prótese do esquema corporal utilizado para trabalhar as posturas dos alunos.

Outra destacada cobrança feita pelo professor paroquial, segundo Leopoldina S. Albrecht (2018), era a boa escrita, pois esta era muito valorizada pela comunidade: “a letra tinha que ser tudo igualzinha. Não podia passar a linha para baixo, não podia passar a linha para cima, tinha que ser tudo uniformizado”. Corroborando tal afirmação, Martim V. Wille (2018) enfatiza que “a prática da caligrafia era importante, fazia parte do currículo e a criança tinha que aprender a escrever com capricho”. Pode-se perceber diante destas narrativas que ambas convergem para uma relevância dada às habilidades da escrita, mostrando que o exercício da escrita mobilizava o sujeito a ter uma boa redação.

Já os estudos de Dominique Júlia (2001) salientam que a cultura escolar não se restringe à sala de aula, posto que comporta todo espaço educativo formal e informal contemporâneo a ela. Em relação a isso, as memórias dos entrevistados permitiram refletir sobre a representatividade que professor possuía na organização do espaço escolar, haja vista que sua atuação podia ser percebida, também, nas escolhas das brincadeiras as quais ocorriam durante o intervalo das aulas.

O entrevistado Eurico Wolter (2016) recorda que assim como acontece na atualidade, naquele tempo também se tinha o intervalo para lanchar, conversar e brincar, porém, segundo ele, na maioria das vezes era o próprio professor que indicava do que deveriam brincar no recreio. Otto Schellin (2016) ressalta que o professor, muitas vezes, organizava brincadeiras separadas para meninos e meninas. Além de indicar do que deveriam brincar, Adolfina K. Neitzke (2016)

afirma que o professor supervisionava as brincadeiras durante o intervalo, principalmente durante os primeiros anos da nacionalização para evitar que os alunos conversassem em alemão ou em pomerano.

Por um lado, é notório que os momentos de recreação eram aproveitados por alguns professores como um instrumento de “disciplinamento”. Por outro lado, percebe-se que a vigília do docente era uma estratégia de se auto preservar frente aos agentes fiscalizadores da nacionalização, uma vez que se as crianças fossem pegadas falando em outra língua que não fosse o português, a punição recaía sobre o professor. Sobre isto, Adolfina K. Neitzke (2016) enfatiza que o professor cuidava e repreendia quem falava alemão, pois, caso fosse denunciado, ele responderia perante às autoridades.

Estas autoridades, segundo Ilsa K. Neunfeldt (2018), vinham eventualmente sem marcar dia nem horário a fim de observar o professor e os alunos. Além disso, “[...] faziam algumas perguntas para as crianças sobre como aprendiam, o que aprendiam, vistoriavam os escritos dos alunos e os livros utilizados pelo professor para ver se não encontravam literatura ou qualquer outra escrita alemã”. As memórias dos entrevistados deixam transparecer que as atitudes, muitas vezes, enérgicas do professor, refletiam o que Seyferth (1997) chamou de consequência do radicalismo das práticas de nacionalização, as quais não admitiam qualquer resíduo de outras culturas.

Como o professor era prestigiado dentro da comunidade onde atuava, Ilsa K. Neunfeldt (2018) recorda que, mesmo de maneira indireta, o docente tinha um certo controle sobre as atitudes dos seus alunos fora da sala de aula e isso se intensificou durante o período da nacionalização do ensino.

As vezes nós tínhamos que chegar na venda que ficava no caminho da escola para pegar mantimentos que o pai e a mãe pediam, e daí tinham algumas coisas que a gente não sabia como pedir aquilo em português, só em alemão ou em pomerano. Aí mal a gente chegava em casa, o dono da venda já tinha ido até o professor para avisá-lo que tínhamos falado em alemão em seu estabelecimento. Daí no dia seguinte já éramos repreendidos pelo professor (ILSA K. NEUNFELDT, 2018)

Otto Schellin (2016) ressalta que naquela época o medo da repressão fazia com que o professor se tornasse mais rígido e com pouca tolerância ao uso de outra língua que não fosse o português. Recorda, também, o esforço que o professor fazia para ensinar um currículo em língua portuguesa para uma classe de alunos teuto-brasileiros que se comunicavam somente em pomerano ou em alemão. Então, segundo ele, foi preciso criar estratégias como o uso da oralidade para explicar o significado das palavras, para que os alunos compreendessem a língua através da verbalização dos objetos. Além disso, enfrentava, ainda, segundo Martin V. Wille (2016), a resistência de muitos alunos que se negavam em se comunicar em português.

Com efeito, Martim V. Wille (2016) lembra com entusiasmo da presença do interventor de apresentações cívicas da semana da pátria. Rememora a fiscalização do governo por intermédio dos interventores encarregados por fazer cumprir a ordem vigente. Era preciso que o professor incutisse nas crianças a consciência da nacionalidade brasileira, isto porque “agora nós éramos brasileiros e tínhamos que agir como brasileiros” (ADOLFINA K. NEITZKE, 2016). Como principal liderança das comunidades escolar, religiosa e comunitária, é possível inferir que, indiretamente, o professor paroquial foi forçado a tornar-se um agente da nacionalização, uma vez que ele era o alvo principal da fiscalização do governo. Apesar de outros espaços serem fiscalizados, a escola era um dos principais mecanismos para legitimar a construção dessa nacionalidade brasileira (SEYFERTH, 1997).

Conforme destacado no início deste artigo, o professor era a principal liderança da comunidade. Segundo Martin V. Wille (2016), como o pastor/professor era geralmente o sujeito mais “esclarecido” da comunidade, as pessoas recorriam a ele para auxiliar ou representar os anseios do corpo social a qual ele atendia frente às autoridades civis e governamentais. Além disto, Martin V. Wille ressalta que o professor/pastor era, ao mesmo tempo, o sujeito mais cobrado e fiscalizado pela comunidade, ou seja, “tanto ele como a sua família deveriam apresentar uma conduta moral exemplar, sendo o espelho para a comunidade”. Lembra também que, como filho do professor, sentia essa cobrança nas suas ações cotidianas. Suas memórias reafirmam, portanto, as observações de Kreutz, (1991), para quem a conduta do professor/pastor e de seus familiares refletia na sua permanência ou substituição na comunidade onde atuava.

Como já mencionado anteriormente, a atuação do professor paroquial estendia-se para outras esferas da congregação. Em suas memórias, Herta M. Tessmann (2018) recorda que o professor era responsável pela encomenda dos livros didáticos, entre outros materiais junto à editora, e que eram adquiridos em nome da comunidade. Segundo ela, “o professor encomendava um número “x” de livros, cartilhas e outros materiais da editora e os pais, por sua vez, adquiriam esses materiais com o professor”. Martim V. Wille (2018) reforça que essa comercialização do material didático, intermediado pelo professor, era uma prática comum naquele período. Lembra que “as cartilhas vinham da editora por intermédio da igreja, o professor encomendava lá e nós fazíamos o pagamento para ele e ele revertia para a editora”. Essa atuação do professor paroquial na comercialização de materiais didáticos e religiosos é destacada no escritos de Warth (1979), que trata a cerca de um inventário sobre os primeiros 75 anos de atuação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), onde ele traz algumas ponderações a respeito da atuação dos professores na aquisição e distribuição das revistas e livros cristãos e didáticos produzidos pela Casa Publicadora Concórdia<sup>10</sup> ligada a referida instituição religiosa. Destaca ainda, que os

---

<sup>10</sup> Fundada em Porto Alegre em 1923 por um grupo de professores, de pastores e de leigos, nasceu da união entre a pequena tipografia que funcionava junto ao Seminário Concórdia com a agência de livros que, desde

professores repassavam o valor das vendas livresiras à editora durante convenções<sup>11</sup> gerais da igreja que ocorriam a cada dois anos e reunia o corpo eclesiásticos, docente e administrativo da referida instituição religiosa.

Em suas memórias, Leopoldina S. Albrecht (2018) lembra “que a igreja sempre comprava um excedente para quando alguém precisasse de algum livro”. Tal excedente servia também “[...] para emprestar para as crianças que não tinham condições de comprá-los”. Segundo Martin V. Wille (2018), cabia ao professor paroquial identificar as famílias menos abastadas, bem como realizar o empréstimo das cartilhas escolares que eram recolhidas por ele ao final de cada ano para serem repassados a outras crianças. As memórias dos entrevistados realçam, portanto, a atuação do professor paroquial como liderança da comunidade, sendo ele o principal articulador da circulação dos materiais didáticos, religiosos e seculares.

Segundo Ilma B. Reichow (2016), o professor paroquial era também o responsável por preparar as crianças para as apresentações natalinas e pascais. Segundo ela, o professor organizava peças teatrais, cânticos e outras liturgias e os ensaiava com as crianças para, nas noites festivas, apresentar à comunidade que se fazia amplamente presente a fim de prestigiar as apresentações.

As narrativas indicam que muitos desses professores/pastores, quando apresentavam boa índole, enraizavam-se em determinadas comunidades e ficavam prestando serviço por muitos anos. Sobre isto, Herta M. Tessmann (2018) relata que um mesmo sujeito de nome Reinaldo Albrecht foi o seu professor, tanto na escola secular, como no ensino confirmatório<sup>12</sup> e, anos mais tarde, celebrou o seu casamento. Martin V. Wille (2016) complementa que “[...] nas escolas paroquiais todos os dias tinha aula de religião; um dia catecismo e no outro de história bíblica. Nesse sentido, como era um professor/pastor, ele ensinava a parte religiosa e a de conhecimentos básicos”. Suas memórias evidenciam que o estímulo às práticas escolares enfatizava métodos que possibilitavam a inserção no contexto social e garantiam uma aproximação entre a igreja e escolarização.

Ao longo desta reflexão ficou destacado que as narrativas sobre a representatividade do professor paroquial estão eivadas por “lembranças e esquecimentos” (CANDAUI, 2014, p.105) e por acontecimentos que, de algum modo, marcaram a vida do sujeito, pois são considerados importantes de serem lembrados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

1906, atendia as comunidades do Sínodo de Missouri no Brasil. Atualmente atende pelo nome de Editora Concórdia e dedica-se a produzir literatura de cunho religioso. Para saber mais sobre ver Albrecht (2019).

<sup>11</sup> As convenções eram os conclaves da igreja onde todos os distritos que integravam o Sínodo se faziam representar por seus pastores e delegados leigos para discutir sobre assuntos institucionais, doutrinários, missionários entre outros assuntos e tinha duração uma semana. Para saber mais sobre ver: Warth (1979)

<sup>12</sup> Confirmação é um ritual praticado pelos luteranos equivalente a crisma católica, em que o sujeito, após um período de estudos das doutrinas cristãs, é submetido a um exame de aptidão para fazer a primeira comunhão.

Com base no que foi analisado, é possível fazer algumas considerações sobre a atuação do professor paroquial, figura que mais marcou a memória escolar desses sujeitos. Nas lembranças dos entrevistados, ele é apresentado como uma figura emblemática de personalidade forte e controlador do espaço escolar. Porém, é preciso relativizar tal perspectiva, uma vez que as lembranças de infância, ao mesmo tempo em que são mais latentes, tendem a ser também mais dimensionadas, além de estarem ressignificadas pelo convívio social (BOSI, 2016).

As narrativas permitiram não somente compreender a relação professor aluno, mas contextualizar o funcionamento interno das instituições escolares, bem como compreender como o corpo social se envolvia nesse processo de ensino e aprendizagem.

As memórias evidenciam o reconhecimento da liderança que o professor exercia dentro da comunidade. Assim, torna-se notório que sua atuação excedia a sala de aula, pois era ele o responsável pelo campo escolar, eclesial e social. Dessa forma, em uma atuação mútua entre igreja e escola, tais sujeitos tornaram-se um dos principais agentes propagadores das fronteiras étnicas. Porém, tiveram significativa atuação no processo de nacionalização do ensino, comprometendo-se com as exigências das políticas nacionalistas do espírito de brasilidade a serem inculcadas nas crianças.

Por fim, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que todos recordam da atuação do professor em sala de aula e os diferentes espaços onde atuava, pouco se lembram do conteúdo estudado. Desta maneira, pode-se inferir que a figura do professor e os espaços de uso dos livros escolares são mais presentes nas memórias dos entrevistados do que os conteúdos estudados. Isto se deve muito, segundo Bosi (2016), pela convivência no período da infância, em que as recordações ficam mais marcadas na formação do sujeito e, também, pela materialidade dos objetos utilizados que perpassam o período da escolarização, tornando-se, segundo Candau (2014), importantes dispositivos “sociotransmissores” e ativadores de memória.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBRECHT, Elias Kruger. **Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sínodos Luteranos no Rio Grande do Sul: usos e memórias (1923-1945)**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019

ALBRECHT, Leopoldina. S. Entrevista [jun.2018]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2018, Canguçu -RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 278 p.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n49/a08n49.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810- 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 239 p.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 484 p.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014. 219 p.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1984. 287 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n.1, p. 9-45, 2001. Disponível online em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>>. Acessado 24 jan. 2020.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. 167 p.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: José Luis, SAVIANI, Dermeval e LOMBARDI, José Claudinei. **História da educação**. Campinas, 1999. p. 67-72.

NEITZKE, Adolfina. K. entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

NEUENFELDT, Ilsa. K. entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2016, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

\_\_\_\_\_. Entrevista [jul. 2018]. Entrevistador: Elias k. Albrecht, 2018, Canguçu. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

NUNES, Clarice. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. **História e memória da Escola Nova**. São Paulo: Edições Loyola. 2003. p. 9-26.

OSVALD, Tamara. **As igrejas Evangélicas Livres e independentes em São Lourenço do Sul**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2014.

REICHOW, Ilma. B. Entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2016, Canguçu - RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

\_\_\_\_\_. Entrevista [jun. 2018]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2018, Canguçu - RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

EHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003. 180 p.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In. AMADO Janaina; FERREIRA Marieta Morais. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2002. p. 93-102.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes com a questão nacional. **Mana**. Rio de Janeiro: v.3, n.1, p. 95-131, 1997. Disponível online em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2457.pdf> >. Acessado 06 jan. 2020.

SCHAFFER, Schirlei Conceição Barth. **Descrição Fonética e Fonológica do Pomerano falado no Espírito Santo**. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, Vitória/ES, 2012.

SCHELLIN, Otto. Entrevista [maio. 2016]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2016, Canguçu- RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

SCHELLIN, Renilda. U. Entrevista [maio. 2016]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2016, Canguçu- RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja: As comunidades- Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul**. 1996. 185 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia/EST, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia/IEPG, São Leopoldo/RS, 1996.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: Silêncio e reinvenções pomeranas na serra dos tapes**. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2009.

TESSMANN, Herta. M. Entrevista [ago. 2018]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2018, Canguçu- RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900- 1974)**. Porto Alegre, Concórdia S. A, 1979. 377 p.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

WILLE, Leopoldo. **Pomeranos no Sul do Rio Grande do Sul: Trajetória, mitos, cultura**. Canoas: Editora da Ulbra, 2011. 88 p.

WILLE, Martin. V. Entrevista [maio. 2016]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2016, Canguçu - RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.



\_\_\_\_\_. Entrevista [jul. 2018]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2018, Canguçu - RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

WOLTER, Eurico. Entrevista [abr. 2016]. Entrevistador: Elias K. Albrecht, 2016, Canguçu - RS. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

## “EU DIGO GUERRA PATRIÓTICA”: MEMÓRIA “POR TABELA” (OU UMA GEOPOLÍTICA DA MEMÓRIA SOVIÉTICA)

Lúcio Geller Junior<sup>1</sup>

*“A força com que uma estrada no campo se nos impõe é muito diferente, consoante ela seja percorrida a pé ou sobrevoada de aeroplano [...] Quem voa, vê apenas como a estrada atravessa a paisagem; para ele, ela desenrola-se segundo as mesmas leis que regem toda a topografia envolvente. Só quem percorre a estrada a pé sente o seu poder e o modo como ela, a cada curva, faz saltar do terreno plano (que para o avião é apenas a extensão da planície) objetos distantes, mirantes, clareiras, perspectivas, como a voz do comandante que faz avançar soldados na frente de batalha.”*

Walter Benjamin  
(*Rua de mão única*, 1928)

A palavra alemã *Einbahnstraße* carrega propriedades semânticas, no mínimo, curiosas. Nela coabitam sentidos diretamente opostos, significando tanto “rua de mão única” quanto “contramão”. Talvez por isso, o intelectual alemão Walter Benjamin a utilizou para intitular uma de suas mais instigantes obras. Escrita em 1928, durante a República de Weimar (1919-1933), *Rua de mão única* é inteiramente descontínua e fragmentada. Reúne uma variedade considerável de aforismos sobre política, filosofia, estética e literatura, como alguém que, com olhar atento, observa o intrincado quadro de formas, conteúdos e relações que habitam uma cidade. Como bem demonstra a epígrafe acima (BENJAMIN, 1979, p. 49. Tradução minha), subjaz uma grande diferença entre quem sobrevoa uma estrada e quem a percorre a pé. Conforme o autor, quem anda é mais sensível aos acidentes, curvas e transeuntes, em relação a quem sobrevoa. Assim, se assume esse caráter de perceber a “fratura” e o “confronto” para adentrar aqui em uma estrada que incorpora, paradoxalmente, ideias de tempo em colisão.

Entre a imutabilidade e o movimento, o passado da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou, no sentido dos objetos em questão, da “Grande Guerra Patriótica”, é a estrada que será percorrida nestas páginas. Os primeiros passos desta reflexão partem do acúmulo de um trabalho de história oral iniciado em 2018 com uma emigrada ucraniana da União Soviética (URSS), de nome Anna Savitskaia, radicada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Naquele momento, enquanto pesquisa para a monografia de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), buscava-se observar, através da história de vida, como o período das reformas (*Glasnost* e

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: lucio.geller@gmail.com.

*Perestroika*), seguido pela dissolução da URSS (1991), foi interiorizado pela entrevistada (GELLER JR., 2018). Pesquisa que pode ser realizada graças ao interesse e a gentileza da depoente em compartilhar suas histórias de vida.<sup>2</sup>

Anna é casada com o também emigrado ucraniano Oleg Savitskii. Ela nasceu em 1964 em Donetsk e ele em 1966 em Ostroh, mas ambos viveram a maior parte de suas vidas na capital, Kiev. Cidade onde dividiram *komunalkas* (moradias comunitárias), estudaram línguas, casaram-se e receberam a patente de tradutores do serviço militar soviético pelo Instituto de Linguística de Kiev. Diferente de muitos europeus do leste que partiram para países da Europa Ocidental depois do colapso da URSS, com o aumento do desemprego e a crise no setor da previdência (WANIEK, 2014), Anna e Oleg cruzaram hemisférios e rumaram para o Brasil em 1992. Os dois pertencem a famílias de militares da URSS e de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. A atuação no *front* e a resistência da família de Anna durante a invasão nazista foram aspectos expressos como decisivos para suas vidas em sua narrativa (Entrevista 1).

Na primeira sessão de entrevista, em 31 de julho de 2018, para surpresa do pesquisador, Anna optou por falar, em primeiro lugar, como ela corrige-se, sobre a “Guerra Patriótica”: “Durante a Segunda Guerra, também eu não sei... eu digo Guerra Patriótica, para nós...” (Entrevista 1). Em uma análise rápida, e talvez ingênua, poderia se pensar que, assim como uma narrativa histórica coerente, com início, meio e fim, Anna escolheu partir do “início”, ainda que este não seja o da Revolução Russa, para chegar ao “final” que ela viveu, isto é, a dissolução. A memória, porém, desconhece tal ordenamento, e está muito mais ligada a uma busca de significações do que a uma sucessão de fatos. Por outro lado, ainda que se tenha perscrutado qual o sentido de iniciar o relato pelo passado familiar, valendo-se de instrumentos teóricos capazes de não referendar uma “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1996); e, ver que a memória também opera com acontecimentos vividos “por tabela” (POLLAK, 1992); a efeméride da vitória dos Aliados no Oito de Maio de 1945, é, para muitos intelectuais, um condensador de memórias em disputa, que marca as transformações destas no século XXI (KANGASPURO; LASSILA, 2017; TRAVERSO, 2018; WOLFE, 2006; ZHURZHENKO, 2007).

---

<sup>2</sup> Foram realizadas três entrevistas com Anna em 2018. A primeira em 31 de agosto, a segunda em 13 de setembro e a terceira em 25 de outubro. Ao longo do texto, as citações, diretas e indiretas, de trechos das entrevistas, serão referenciadas como Entrevista 1, 2 e 3.

Este século, diferente do anterior, começou com o eclipse das utopias. A queda do Muro de Berlim tornou-se a expressão simbólica, sobretudo no Ocidente, da falência dos regimes socialistas. Não obstante, junto aos seus escombros, toda uma narrativa “monumental” do comunismo foi igualmente varrida. Para Enzo Traverso (2018, p. 30), a dimensão que a queda adquiriu foi quase como se o filme *Outubro* (1927), de Sergei Eisenstein, tivesse sido “rebobinado”,<sup>3</sup> substituindo a história da Revolução Russa pela narrativa do totalitarismo. Principal questão da *Historikerstreit* (controvérsia dos historiadores alemães) e dos debates historiográficos protagonizados por François Furet, em que, sem alternativas diante a economia de mercado e a democracia liberal, as revoluções foram interpretadas tão-somente como crimes coletivos praticados a cargo de uma ideologia política, ofuscando as diferenças entre fascismo e comunismo (PÉREZ BAQUERO, 2020, p. 55-56). Este, enfim, deixa de ser um ponto de intersecção entre “experiência” e “expectativa”, na medida em que a primeira desapareceu e a segunda tornou-se um amontoado de destroços (TRAVERSO, 2018, p. 38-39).

As grandes filosofias da história do século XIX, notadamente o marxismo, orientavam suas expectativas para o futuro, calcadas na ideia de progresso. A décima primeira tese de Karl Marx (2007, p. 535), de suas *Teses sobre Feuerbach* (1845), em que diz que, “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”, tornou-se o símbolo desta perspectiva. Esse futuro, segundo François Hartog (1997, p. 9), correspondia ao regime moderno de historicidade, que, com vestes de ciência, esclarece a história passada para oferecer sentido “a imagem da Nação, do Povo, da República ou do Proletariado.” No século XX, apesar das catástrofes das Guerras Mundiais, a utopia revolucionária, as esperanças de transformar a sociedade, o confronto Leste-Oeste e os avanços técnico-científicos, mantiveram o regime moderno e a ideia de progresso operantes. Porém, pouco a pouco, “o futuro começa a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupa-lo por inteiro”, ao que Hartog (2013, p. 142) chama de regime “presentista”.<sup>4</sup>

Essa nova maneira de experimentar o tempo, que é, “para si mesmo, seu próprio horizonte” (HARTOG, 1997, p. 11-12), produz o passado e o futuro conforme suas

---

<sup>3</sup> O filme de Eisenstein, baseado no livro de John Reed, *Os dez dias que abalaram o mundo*, é simbólico. Além de trazer os mitos fundadores da revolução, representa a narrativa da autoridade soberana do *Soviete de Petrogrado* ante o Governo Provisório de Alexander Kerensky e o golpe do General Lavr Kornilov (GELLER JR., 2019b).

<sup>4</sup> Os regimes de historicidade, como adverte Hartog (1997; 2013), não são realidades diretamente observáveis, mas instrumentos heurísticos, construídos pelos profissionais da história, para analisar as experiências de tempo.

necessidades, sempre valorizando o “imediato” (HARTOG, 2013, p. 148). Pela ótica do “presentismo”, segundo Traverso (2018, p. 40-41), o passado é reificado pela indústria cultural, enquanto o futuro encontra-se catatônico na era do neoliberalismo, embaçado por “visões escatológicas do capitalismo como ‘horizonte insuperável’ das sociedades humanas.” Ao mesmo tempo, esse presente é incapaz de preencher a fissura entre “experiência” e “expectativa” que ele mesmo gerou. Isso faz do presente um terreno movediço, que constantemente recorre a três palavras-chave como “porto seguro”: memória, patrimônio e comemoração. Esses termos, para Hartog (2013, p. 149-156), são sintomas das “fendas” do presente. Em que os personagens e os acontecimentos do passado retornam no presente como referências nostálgicas de outros tempos e de múltiplas identidades – de classe, de gênero, étnicas, geracionais, regionais, políticas, entre outras (SCHMIDT, 2018, p. 20).

Quando dito que a efeméride do dia da Vitória dos Aliados representa um condensador de memórias, destaca-se exatamente esse caráter multifacetado e imediato do passado dentro de um contexto de globalização das memórias no presente. Na Europa Ocidental, o oito de maio representa não apenas a rendição do Terceiro Reich, mas a promessa de uma nova era de paz, liberdade e democracia. A memória das violações dos direitos humanos da guerra, sobretudo o Holocausto, formou um verdadeiro catalisador para a fundamentação dos valores democráticos liberais; e, a sua recordação, tornou-se um ícone global da desumanidade e limite moral das ações humanas no início dos anos 1980 (TRAVERSO, 2018, p. 55). A ideia moderna de progresso, conjuntamente, foi colocada em dúvida diante do crime sistemático contra milhões de pessoas (PÉREZ BAQUERO, 2020, p. 65). Já do outro lado do Muro, a vitória foi celebrada como o triunfo da “Grande Guerra Patriótica”, valorizando o heroísmo e a resistência dos povos soviéticos contra a ameaça nazista (ZHURZHENKO, 2007). No entanto, a memória da guerra na era global não bifurca-se apenas em dois caminhos, herdados da Guerra Fria. Como a estrada que percorre Benjamin, sem falar nas perspectivas da África, da Ásia ou da América Latina, a memória da guerra passa por diferentes gerações, formações sociais, cruza fronteiras, esbarra noutras e ramifica-se em inúmeros caminhos.

De Berlim até Moscou, segundo Tatiana Zhurzhenko (2007), há uma “geopolítica da memória” que acompanha as transformações das sociedades soviéticas e pós-soviéticas. Assim, se na atual Federação Russa a vitória continua sendo comemorada

como o triunfo da nação,<sup>5</sup> nos países vizinhos a data teve outra apropriação. A criação de novas narrativas históricas para os países independentes está, desde a dissolução, no centro do embate entre as novas e velhas elites políticas. Em meio a ascensão da extrema direita, principalmente após a crise financeira de 2008, o passado do leste europeu vem sendo revisitado sob a ótica do nacionalismo. Na Ucrânia, em 2015, o governo de Petro Poroshenko aprovou uma série de leis de “descomunização”, que não apenas removeram símbolos soviéticos de espaços públicos, mas chegaram ao ponto de interditar o Partido Comunista Ucraniano. Não obstante, ainda que tenham colaborado com o regime nazista em crimes de “limpeza étnica”, figuras que lutaram pela independência da região foram “reabilitadas” a habitar o *pantheon* de heróis nacionais, como os ucranianos Stepan Bandera e Andriy Melnyk, o húngaro Bálint Hóman e o sérvio Dragoljub Mihailovic, em 2015 (GHODSEE, 2017, p. 150-165).

Apesar de concorrerem umas com as outras, as memórias não são monolíticas. Como ponto em comum, poderia se dizer que, além do caráter “presentista” que busca suprir suas “fendas” com o passado, a memória global no século XXI, através da efeméride da guerra, percorre estradas fragmentadas em uma paisagem de distintas dores. Para o sujeito que vive no espaço-tempo pós-soviético, em especial, sua estrada encontra-se situada, contraditoriamente, entre a divisão traumática de seu universo simbólico; a ruína de uma narrativa histórica e as práticas da vida cotidiana; e, ao mesmo tempo, a fixação no objeto perdido. Seja com um apego melancólico àquele mundo ou a busca de referências indenitárias (KALININ, 2019).

Quando Anna diz “eu digo” e “para nós”, não se trata de uma simples autoindulgência, mas de um trabalho de autoconstrução. Para Leonor Arfuch (2010, p. 112), a narrativa autobiográfica remete-se à uma estruturação da vida, “da identidade, à hipótese de que existe, entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade ‘transcultural’”. Diante destas questões é possível (re)pensar o que este “eu digo Guerra Patriótica” implica na forma como a narrativa é desenvolvida enquanto autoconstrução. O “eu” tende a separar a individualidade do ato de expressá-la, mas quando este refere-se a um dizer, segundo Paul John Eakin (2019, p. 18), existe uma interação mútua entre “o que somos e o que dizemos que somos.” O “sujeito primordial”

---

<sup>5</sup> Segundo o levantamento de 2018 do *Russian Public Opinion* do *Levada Analytical Center*, 63% dos russos consideraram o fim da guerra como o “dia da vitória do povo soviético sobre o nazismo alemão” (LEVADA ANALYTICAL CENTER, 2019)

da narrativa autobiográfica é, conforme o autor, um “eu alargado”, isto é, o “eu da memória e da expectativa, o eu que existe continuamente ao longo do tempo” e que assume “a forma de uma identidade narrativa” (EAKIN, 2019, p. 18-19). Em termos metodológicos, a narrativa da fonte oral é a performance de um processo dialógico, que dá-se na situação de entrevista. Enquanto um produto interior, pode oferecer uma visão retrospectiva e relativamente organizada de um sujeito histórico.

Pensar essa dimensão da fragmentação das memórias, e a conseqüente multiplicidade de narrativas sobre o passado, em um horizonte de utopias em ruínas, sob a égide do “presentismo”, possibilita um novo *insight* para a análise das fontes orais produzidas. Embora Anna não seja uma figura pública, reconhecida em seus países, suas experiências podem ser um ingresso para, não apenas observar a dimensão intrincado da memória, mas também a historicidade das vidas privadas e a relação entre espaço público e privado. Assim como o fato de ter deixado para trás o mundo em que viveu e que deixou de existir. Nesse sentido, busca-se então analisar como Anna narra a passagem de sua família pela Segunda Guerra Mundial, quais os sentidos e significados que o trabalho da memória e o filtro da linguagem buscam compor e quais os possíveis articuladores dessa composição.

### **Rebobinando a narrativa: dos escombros do muro aos fragmentos da guerra**

Enquanto em 1990 o último Secretário-geral da URSS Mikhail Gorbachev dividia o poder com o futuro presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, separando cada vez mais o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) do Estado, as repúblicas federadas começavam a fragmentar-se. Na Ucrânia, após a proclamação de independência, Leonid Kravchuk, proeminente ex-líder do PCUS, assumiu a presidência do país em dezembro de 1991. O clima nesses anos finais é encarado por Anna com um sentimento de “salve-se quem puder”. Para ela e o marido a possibilidade de sair do país já apresentava-se anos antes (Entrevista 3).

No final da década de 80, Anna cursava línguas romano-germânicas no Instituto de Linguística de Kiev, onde conheceu Oleg, que cursava línguas latinas. Ela se formou em 1988, recebendo a patente de tradutora do serviço militar soviético. No mesmo ano, começou a trabalhar como secretária no Departamento de Línguas Estrangeiras da Academia de Ciências da Ucrânia. O marido, no entanto, antes de concluir o curso, foi convocado pelo Exército para servir na Guerra do Afeganistão. Encaminhado para a fronteira com o Turcomenistão, Oleg retornou em 1989 com a retirada das tropas

(Entrevista 1). De volta à Kiev, concluiu os estudos em 1990, sendo convocado, logo em seguida, para trabalhar como tradutor militar em Angola.

Com o fim dos acordos diplomáticos com Angola e outros países do escopo da URSS, Oleg retorna mais uma vez, porém esta seria a última. Ambos haviam levantado recursos, principalmente o que Oleg recebeu em território de guerra, e começaram a planejar a saída da URSS. O desembarque do casal em solo brasileiro aconteceu em menos de um ano após a despedida do comunismo, em setembro de 1992. Quando perguntada sobre os fatores que os levaram a escolher o Brasil, mais especificamente Porto Alegre, Anna conta que (Entrevista 3):

A tia avó dele [Oleg] veio pra cá [Porto Alegre] com o tio avô em [19]19 [...] se não me engano... acho que antes da Grande Guerra Patriótica, em seguida depois da Revolução, ou até um pouco antes... vieram pra cá, pra Porto Alegre [...] O neto dele, no caso, seria o primo de segundo ou terceiro grau do Oleg, ele fez se não me engano PUC, pedagogia ou língua portuguesa, uma coisa assim. Bom, e aí entraram em contato... daí essa abertura da União Soviética... e isso é uma coincidência daquelas. Porque o Oleg estudou português na faculdade e trabalhou em Angola [...] Aí a gente começou a se corresponder e tudo.

A língua é ressaltada como um fator importante, pois tanto ela quanto Oleg eram fluentes em línguas estrangeiras dada a formação acadêmica e a experiência profissional. Como Oleg tinha parentes no Brasil, que segundo Anna eram de uma geração que migrou da Ucrânia depois da Revolução Russa, o país se tornou uma possibilidade. Porém, o casal não conseguiu em um primeiro momento o visto estrangeiro no consulado brasileiro e decidiram viajar para a Holanda, onde tinham alguns amigos que mantinham contato. Em Rotterdam, dentro de três semanas, o visto para o Brasil foi adquirido (Entrevista 3).

Próximo ao término da última entrevista com Anna em 2018, ela buscou finalizá-la refletindo sobre a sua vida, desde então, no Brasil (Entrevista 3):

O Brasil eu também agradeço sempre... [vou] eternamente agradecer... ele me possibilitou de ver o meu país com outros olhos sabe... de longe... não é saudosismo nada. O que na verdade... a Perestroika de jeito como começou, com essa avalanche das coisas... eles já começaram errado... eu não tenho nenhum pouco de saudosismo da época da Perestroika.

O sentido da distância que Anna expressa não é meramente físico, mas envolve, em especial, a experiência migratória e a dimensão da ruptura da antiga sociedade. A identidade narrativa busca aqui construir uma autorreflexão de si, compreendendo, desta forma, os limites de espaço e tempo. Por outro lado, busca, igualmente, transcender estes limites, e ver uma continuação de si e de seus desejos em outros contextos. Esse caráter



“transcendente” é reflexo da própria posição do narrador no presente, um tempo que ainda é o seu, “em que o passado não está nem acabado nem encerrado” (ROUSSO, 2016, p. 18). Para Alistair Thomson (2002, p. 358), as “lembranças de quem fomos e de onde viemos moldam nosso sentido do ‘eu’ ou de identidade no presente e, dessa forma, afetam as maneiras como construímos nossas vidas”.

Nesta primeira parte, em alusão à metáfora de Traverso (2018), da hecatombe que representou a queda do Muro de Berlim para a ruína, não só dos regimes socialistas, mas do próprio discurso do comunismo, a narrativa de Anna será, de certa forma, “rebobinada”. Não em um sentido que dimensione um plano sequencial desta, constituindo uma mera inversão dos assuntos em uma espécie de volta ao “essencial”. E sim, assumindo esse caráter performático e transcendente, buscando refletir sobre a problemática da passagem de sua família pela Segunda Guerra Mundial a partir do que ela conta sobre os anos finais na URSS. Neste ponto, buscando observar a ligação que é estabelecida entre a problemática em questão e o que ela chama de “avalanche das coisas”, ou seja, aquilo que representou a época da *Perestroika*.

Os três anos que separam a morte do Secretário-geral Leonid Brejnev, em 1982, um dos principais patrocinadores do discurso da “Guerra Patriótica”, e a chegada de Gorbachev, em 1985, são lembrados por Anna como um período de incertezas, em que a imagem da superpotência ficou associada a um grupo de burocratas septuagenários que convasciam no poder. Em suas palavras, foi uma época em que “viramos uma página, mas não muito grande” (Entrevista 1). Essa expectativa por mudanças, por “virar a página”, tem seu significado construído em relação aos dezoito anos em que Brejnev esteve à frente da URSS, mas que foram imediatamente frustradas pelos líderes que se seguiram. Aspecto que é encarado por ela como um dos principais fatores para aderir as reformas de Gorbachev (Entrevista 1).

Em seu livro *Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo* (1987), Gorbachev expressa um forte apelo pela reinvenção do socialismo. No dizer do dirigente, para alcançar esse objetivo “precisamos da ampla democratização de todos os aspectos da sociedade” (GORBACHEV, 1987, p. 32). Não há em sua visão uma separação definitiva entre a superação dos “freios” do desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de estimular a deliberação pública. O diagnóstico da nova direção política era de que seria impossível superá-los sem a participação popular. Por isso, os dois termos que marcam essa nova política, *Glasnost* (transparência) e *Perestroika* (reestruturação), são por vezes correlatos. Segundo Olga Novikova (2007, p. 83), o foco era “falar sobre o

passado para encontrar nele o ponto onde o país se comprometeu com o caminho errado.” Assim, a liberalização da imprensa e a publicação de obras sobre memórias passaram a ocupar a cena pública, bem como a investigação dos crimes do regime, sobretudo dos anos de Josef Stalin.<sup>6</sup>

No entanto, em seis anos, a URSS assistiria o acidente nuclear na cidade ucraniana de Chernobyl, a notável queda do Muro de Berlim, o fim do governo do PCUS, o colapso de sua economia e o rompimento da estrutura do Estado socialista. Conjunto importante de acontecimentos que ganham destaque na narrativa de Anna. O primeiro, a explosão do reator da usina nuclear de Chernobyl, em abril de 1986, alavancou uma poderosa luta política a favor da aceleração das reformas de Gorbachev. As imagens do desastre foram transmitidas dentro e fora da URSS, reforçando o discurso da necessidade de maior transparência e opinião pública. Embora a relação entre o princípio da *Glasnost* e o acidente de Chernobyl seja apropriada por Anna, algumas contradições são os principais aspectos levantados por ela (Entrevista 1):

Só dia, se não me engano, dia 2 ou 3 de Maio, no caso... ele [Gorbachev] fez o anúncio, com uma voz séria [...] Só depois, inclusive, aqui no Brasil, já tantos anos que a gente... a gente ficou sabendo de todos os detalhes, os filmes. O tamanho daquilo que aconteceu lá. Se ele não anunciou, porque dizem que antes de tudo inclusive, de detector... foi detectado na Suécia se não me engano. Por causa do vento... Se o vento fosse para Kiev eu nem falaria agora contigo, imagina [...] O Chernobyl para mim, olhando para trás, é uma gotona ‘desse tamanho’.

A postura do chefe de Estado, Gorbachev, com o discurso da transparência, é vista como contraditória diante da demora em anunciar publicamente o desastre nuclear. É interessante destacar a metáfora da “gota”, ou “uma gotona”, utilizada. Como afirma Thomson (2002, p. 355), quando se ouvem as “sutilezas da língua e da forma narrativa, podemos entender melhor os significados subjetivos da experiência histórica”, o que neste caso procura apregoar a ideia de uma série de percalços que culminaram no malfadado resultado. Por outro lado, dinâmicas tão complexas de serem expressadas com palavras, como a dissolução da URSS, a experiência migratória ou a divisão traumática da vida cotidiana, representam um *déficit* discursivo, associado não apenas à insuficiência das novas línguas, mas do próprio reconhecimento dos silêncios, desejos e limitações da memória e do inconsciente (KALININ, 2019).

---

<sup>6</sup> O livro de Alexander Solzhenitsyn *Arquipélago Gulag (1918-1956): uma tentativa de pesquisa literária*, escrito entre 1958 e 1967, publicado no Ocidente em 1973 e na URSS em 1989, foi um dos expoentes dessa época.

Em agosto de 1988, como mencionado, Anna começou a trabalhar no Departamento das Línguas Estrangeiras da Academia de Ciências da Ucrânia, no setor de proficiência em língua inglesa. Para ela, até aquele momento, a palavra inflação não fazia parte do vocabulário da época. Em seguida, no entanto, “começou a existir essa questão, porque tu viu que o pão custava tanto e depois passou um dia... e um dia para o outro, e tu começa ‘mas como assim?’” (Entrevista 1). Anna recorda da diminuição da quantidade e circulação de alguns produtos e também das longas filas para adquiri-los, como comenta de maneira jocosa, “tu fica nessa fila, e normalmente era bom ter alguma coisa para ler... Isso lembro sempre, sempre a gente reclamava, ficavam as vovozinhas na fila, ouvindo as baboseiras delas [risos]” (Entrevista 2).

Com as dificuldades que surgiam no padrão de vida a reelaboração deste passado é vista como uma experiência traumática. Anna busca respostas no presente para justificar a aceitação da *Perestroika* e a percepção que julga ter tido à época. Como conta (Entrevista 2):

De um dia para o outro com essas reformas de Gorbachev, a gente foi jogado... porque a ideia, porque apoiamos a Perestroika, dentre outras que tu tá lendo e a gente tá vendo... quais eram os lemas do começo da Perestroika em [19]85, que era um ‘socialismo melhorado’, ‘vamos dar uma aceleração’, um melhoramento dentro disso [...] A gente pensava que estas questões dadas... saúde de graça, todos os programas sociais que a gente usufruía, que tu vai ter a mesma coisa, isso não vai te custar nada, só que melhor e com... claro que eu tô exagerando [...] Então vai continuar com as mesmas coisas que a gente tinha, colégios de graça, faculdade de graça, espaços públicos de graça... e ao mesmo tempo tu vai ter esse diferencial, entrar em uma loja e comprar um vinil de rock in roll abertamente.

Como afirmou Gorbachev (1987, p. 9), a *Perestroika* não se tratava de um desencanto com o socialismo, mas uma consciência de que o seu potencial não estava sendo explorado totalmente. Percepção que se alinha com a própria ideia de Anna sobre as reformas, ou seja, não eram uma via para o desembarque dos ideais do comunismo, muito menos o abandono daquilo que se tinha de mais positivo, como escolas, faculdades, entre outros. Não obstante, a percepção de que “vai continuar com as mesmas coisas”, reflete uma expectativa de que o modo de vida continuasse seguindo os mesmos ritmos e rotinas, ainda que sob um ângulo crítico no presente e um “situar-se” naquele momento. Deste modo, a ideia de um “socialismo melhorado” é reinterpretado como a possibilidade de ter acesso a bens de consumo “típicos” do Ocidente, como um vinil de *rock*, por exemplo, mas que isto não alterasse de maneira significativa a vida cotidiana. Evidente que, como a própria narrativa alerta – “claro que eu tô exagerando” – um objeto simples

como um vinil não foi a causa em si da dissolução da URSS, mas são os termos que ela encontra para expressar o que seria “melhorar” o socialismo.

Nesse sentido, as dificuldades financeiras, como as filas para conseguir alimentos, são colocados em contraposição as aspirações e os projetos de futuro que ela concebia a partir do seu país. Na esteira desta narrativa, as respostas as suas próprias indagações, o motivo de ter apoiado as ideias da *Perestroika*, buscam um sentido de reavaliação dos desejos e compreensões à época. Aspectos que evidenciam-se, em dado momento, com a relação que Anna estabelece entre a queda do Muro, a Segunda Guerra Mundial e a existência da URSS (Entrevista 3):

A queda do muro sempre foi essa mudança... olhando sempre me pergunto ‘que mudança que a gente tava esperando?’. A gente na verdade tava esperando que as coisas continuassem, só que... vai ser igual, por exemplo na França, ou em países de sucesso, países capitalistas de sucesso [...] A gente imaginava que vai ser meio que como Nova Iorque ou Paris, só que com os mesmos direitos e as mesmas redes de proteção social que a gente tinha [...] Ruiu o Muro de Berlim, agora que vai começar! O que vai começar? Vai continuar tudo isso [...] escolas de graça, umas melhores outras menos... faculdade de graça [...] Uma visão errônea olhando para trás [...] Por isso, muitas vezes eu digo, a União Soviética não perdeu, não perdeu, de jeito nenhum para os Estados Unidos... se for, e se é ideia, a União Soviética perdeu para o ser humano ou, talvez, a dificuldade de sobreviver num meio muito hostil... já falamos sobre isso... a Segunda Guerra Mundial que dizimou a população e pra reerguer... muitas vezes esquece o ‘porquê’, porque tem que aprender ‘como’.

Para Ilya Kalinin em seu belíssimo ensaio *Atlantis Soviéticos* (2019), o mito de Atlântida de Platão não representa apenas a grandeza de uma civilização, mas a metáfora de que para permanecer na memória teve que desaparecer da superfície da terra. Apenas ocultas à vista humana, as ruínas tornaram-se topos do imaginário social, adquirindo um poder utópico. Aliado a catástrofe da perda, o desmantelamento do universo simbólico da URSS mergulha suas ruínas no inconsciente melancólico do sujeito pós-soviético, afim de constituir uma memória coletiva. A partir de tal ótica, o sentido da narrativa acima aponta não só para as “fendas” do presente, mas também para os paradoxos dos caminhos da memória neste espaço. Debaixo d’água, o que foi desconsagrado durante a *Perestroika* serve como referência, em outra temporalidade, para preencher o vazio discursivo do presente. Assim, a memória da guerra emerge como uma forma de buscar os sentidos do colapso da antiga sociedade, bem como os “porquês” das dificuldades de sobrevivência daquele mundo e as falhas na interpretações do seu rumo.

### **A Grande Guerra Patriótica: passado como presente, geopolítica, ou memória?**

A análise anterior sublinha um ponto muito importante na narrativa e que talvez não tenha sido devidamente observado à época das primeiras pesquisas. Foi uma surpresa para este pesquisador, em suas empreitadas iniciais com a metodologia da história oral, Anna começar a contar sua história de vida pela “Guerra Patriótica”. No entanto, “rebobinando” a narrativa, se pode observar que tal temática também encontra-se na forma como ela expõe questões relacionadas a “perda” de seu mundo. Embora tenha-se percebido a sua presença ao longo da narrativa, parece necessário buscar os sentidos e significados da apropriação do passado da guerra, via experiência familiar, inscritos no relato como um todo. Em outras palavras, ver que este “eu digo” confere um grau de referência para a construção de uma identidade narrativa.

O “eu” expressa uma identidade não enquanto “essência”, mas como discurso. De acordo com Kalinin (2019), o inconsciente, assim como o mundo subaquático, vive de acordo com suas próprias leis e escreve a sua própria história. Após a perda da ordem soviética, o antigo mundo é interiorizado na forma de fragmentos. Os sujeitos que buscam introjetá-los devem transcender não apenas o espaço e o tempo, mas atravessar na “contramão” a “rua de mão”, entre o choque paradoxal de imutabilidade (as ruínas da Atlântida soviética que ganham uma segunda vida nas profundezas) e o movimento (o mundo pós-soviético). Mesmo em esforços governamentais de “descomunização”, como os realizados na Ucrânia em 2015, há igualmente uma dimensão que envolve um embate de forças conflitantes. Neste caso, a questão não deixa de expressar uma indagação leninista (LENIN, 1969): “o que fazer” com o passado; como construir uma sociedade pós-soviética; ou, como interiorizar sua carcaça simbólica.

Na era global, a efeméride do dia da Vitória é requerida em diferentes campos de batalha. Desde um passado que evoque figuras que lutaram pela independência nacional na Europa Oriental, embora muitos tenham colaborado com o regime nazista; ou, até mesmo, para garantir uma nova ideia de unidade nacional em uma Rússia que, por quase setenta anos, foi o centro da narrativa monumental do comunismo. Nas palavras do presidente Vladimir Putin para os veteranos da Batalha de Stalingrado em uma cerimônia dos 75 anos do fim da guerra em 2020, “[a] resistência unificada e a prontidão para o auto sacrifício eram verdadeiramente invencíveis” (WERKHÄUSER, 2020. Tradução minha).

Como comenta Moshe Lewin (2007, p. 7) no prefácio da obra *O Século Soviético*, embora tenha sido desmantelada, a URSS faz parte da biografia de milhões de pessoas, de modo que o passado ainda está em aberto para muitas delas, incluindo aí o próprio

historiador. Em distintas histórias de vida, a guerra causou impactos assombrosos. Apenas na Batalha de Kiev, com o avanço da *Wehrmacht* (Forças Armadas da Alemanha), em setembro de 1941, foram feitos 665 mil prisioneiros soviéticos; e, 33.771 judeus foram executados no notório massacre de Babi-Yar, nos arredores da capital (KERSHAW, 2017, p. 421-440). Milhares de cidades, vilas e aldeias tornaram-se um amontoado de escombros conforme essas regiões, onde encontrava-se a bacia industrial, eram ocupadas pelos alemães.<sup>7</sup> No auge do avanço do Terceiro Reich, três das principais cidades da URSS, Leningrado, Stalingrado e Moscou, estiveram frente a frente com os invasores. A conquista da metrópole que carregava o nome do líder soviético da época, conforme Ian Kershaw (2017, p. 475), era necessária, segundo as declarações públicas de Adolf Hitler, por motivos tanto operacionais, quanto “psicológicos”: elevar o moral dos aliados do Eixo e mostrar a força das armas alemãs.

Porém, a URSS não cairia na esteira de uma *Blitzkrieg* (guerra relâmpago). Para isso, até mesmo príncipes e czares do passado desembainharam suas espadas mais uma vez contra os invasores estrangeiros. Embalado pela dramática melodia de a *Batalha no gelo* de Serguei Prokofiev, o governante medieval Alexander Nevsky teve sua vitória sobre os cavaleiros teutônicos celebrada no filme, de título homônimo, de Eisenstein, em 1938. A Batalha de Stalingrado tornou-se um ponto de inflexão da guerra que colocou a cidade no coração da política de identidade da URSS, permitindo a criação de um dos principais recursos simbólicos à disposição do Estado (KANGASPURO; LASSILA, 2017, p. 141-142). A virada da guerra, da recuperação dos territórios soviéticos até a tomada de Berlim pelo Exército Vermelho em 1945, emoldurada pela fotografia de um soldado com a bandeira vermelha no topo do *Reichstag*, tornou-se tributária da resistência e da ferocidade de Stalingrado.

A família de Anna, como ela fez questão de contar logo no primeiro encontro, atuou de diferentes maneiras durante a guerra. O palco em ruínas da “Guerra Patriótica”, que baixada a poeira baixou a temperatura entre os blocos da Guerra Fria, dimensiona e articula as ações e os condicionamentos de seus familiares, como ela busca significar (Entrevista 1):

**A.S.** - Tá, vamos falar então da mãe primeiro. O nome da minha era Emma, ela nasceu na Sibéria, na cidade de Barnaul, perto de Novosibirsk. Quando começou a Grande Guerra o pai dela era militar de carreira. E, inclusive, ele era tanquista e foi até Berlim... quando morava lá... acho que a minha avó

<sup>7</sup> Estima-se que no final da guerra em torno de 700 cidades, 70.000 aldeias e 31.000 indústrias tenham sido destruídas, deixando uma massa de 25 milhões de desabrigados e 20 milhões de mortos (WOLFE, 2006, p. 149).

materna... não era médica... nem técnica de enfermagem... se chamava “ferchar”, não é médico... eu lembro porque... durante a Segunda Guerra, também eu não sei... Eu digo Guerra Patriótica, para nós...

**L. G.** - Sim...

**A.S.** - Era muito importante... algumas empresas foram evacuadas da parte europeia da União Soviética, para fugir do ataque dos nazistas e a chegada das tropas, para poder produzir... inclusive para o ‘front’... então foi na... Sibéria... mas não sei... isso eu não lembro, como eles acabaram no Cazaquistão, que era a república soviética. Então, isso durante a Guerra. Depois, quando a guerra acabou... o avô foi encaminhado... porque foi muito centralizado... onde precisava dos profissionais. Passou a morar em Kaliningrado, que foi anexada [...] Então, quando foi para lá a minha mãe decidiu fazer a faculdade de pedagogia. Fez na cidade de Kalinin... não chega a ser cidade satélite... fica uns 60, 70 Km de Moscou... e lá ela fez faculdade, e lá que ela conheceu o pai. O meu pai nasceu em Donetsk, que era inclusive, na época antes da Segunda Guerra Mundial, se não me engano, era chamada de Stalino. Era jovem, participou da Guerra, mas foi estudar na Academia Militar, e era tipo Engenheiro dos Alimentos.

Em primeiro lugar, a narrativa de Anna suscita uma questão fundamental que diz respeito ao imperativo de encarar a fonte oral como uma maneira de enxergar o mundo com um sentido, o que não é visto como um problema, afinal nenhuma fonte é a própria realidade, mas como uma possibilidade de compreender uma perspectiva. Assim, se a memória, como afirma Maurice Halbwachs (1990, p. 37), é cultivada na consciência coletiva por intermédio de “quadros sociais”, ao mesmo tempo, como adverte Michael Pollak (1992, p. 206), ela também é “enquadrada”, privilegiando determinados ângulos. Em segundo lugar, ainda conforme Pollak (1992, p. 201), mesmo fora do “espaço-tempo” de vida de uma pessoa, é possível que, “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. Essa memória “por tabela” é expressada por Anna ao falar sobre um passado longínquo, que também não escapa dessas “manutenções” e “acertes” da memória.

A passagem de seus avós e de seu pai pela “Guerra Patriótica”, noutro espaço-tempo, está inserida na lógica da narrativa sobre a sua vida. Embora procure pontuar alguns locais, sobretudo as cidades por onde passaram, o espaço físico não é rigorosamente delimitado em termos de fronteiras políticas. De modo semelhante, o tempo da guerra não parte de marcos históricos rígidos, mas abrange um arco que vai desde o avanço dos alemães, e a conseqüente evacuação da Europa Oriental, até a posterior expansão soviética para o Ocidente. O pai, Yakov Porfírievich Záitsev, e, especialmente, os avós maternos, Nikoláievna Mikháilova e Alieksandr Mikháilov, são lembrados pelas suas atuações durante a guerra. O primeiro, assim como ela, nasceu em Donetsk. Quando jovem serviu na guerra, permanecendo no Exército até a década de

1970. Formado em engenheira alimentar pela Academia Militar do Exército, atuou em diferentes locais, como Kaliningrado e Donetsk. Os segundos, são lembrados, respectivamente, pelo atendimento aos feridos e pelo combate no *front*, sobretudo em Berlim em 1945. Neste ponto, há também uma interconexão entre a construção de papéis sociais e a atuação dos sujeitos na narrativa, pois a tradicional imagem de defensor, para fora da esfera familiar, é tanto masculino quanto feminino, da avó e do avô (e também do pai).<sup>8</sup>

Os distintos meios de socialização, como aponta a leitura de Halbwachs e Pollak, são os principais agentes para que a memória transcenda as barreiras de tempo e espaço, capacitando-a para viver na consciência de grupos e comunidades, e vice e versa. Jan Assmann (2016), por sua vez, procura delinear duas modalidades dessa “memória coletiva”: uma “cultural” e outra “comunicativa”. Para o egiptólogo alemão, a “memória cultural” vive em formas simbólicas que, diferente dos sons das palavras e das impressões do olhar, são recorporificadas por meio de instituições mnemônicas, tais como museus, monumentos ou arquivos, e podem transcender situações e gerações. A “memória comunicativa”, no entanto, não é institucional, pois vive na interação cotidiana, suscetível ao tempo de não mais do que três gerações (ASSMANN, 2016, p. 118-119). Embora pareça uma espécie de modelo “vitruviano”, a distinção de Assmann (2016, p. 121-126) funciona mais para pensar a tensão e as formas de transição da memória: da autobiografia para os eventos do passado, da comunicação na língua vernacular para a medida em textos, ícones, rituais e danças, entre outras passagens.

A utilização do termo “geração”, todavia, não corresponde a uma espécie de unidade, mas a uma categoria de análise que refere-se ao reconhecimento de marcas psicológicas, emocionais e corporais em indivíduos que compartilham experiências comuns específicas e temporalmente limitadas. Como é o caso do termo “geração de guerra”, destinada ao contexto soviético, devido à escala da catástrofe provocada pela invasão nazista, que, segundo Thomas Wolfe (2006, p. 253-254) gerou um incontável número de histórias de sofrimento. A narrativa de Anna sobre seus familiares caminha assim em uma complicada, porém formidável estrada da memória. Parte da segunda geração do pós-guerra (nascidos depois 1960), sendo a “memória comunicativa” o território da história oral, ela busca colocar em palavras os sentidos de uma experiência

---

<sup>8</sup> Esse *pathos* de esposas, mães e irmãs, que em geral são retratadas numa forma de resistência feminina passiva, confinada à esfera doméstica, mas que em situações dramáticas adquire os contornos de uma resistência ativa, foi melhor abordado noutro artigo deste pesquisador (GELLER JR., 2019a).



compartilhada, ao mesmo tempo em que dialoga com formas de “fazê-la” ser recorporificada, como o *ethos* que carrega o discurso da “Guerra Patriótica”. Não obstante, a primeira impressão, a dimensão da perda da ordem soviética e a busca de referências para as “lacunas” do presente, vem se somar a essa, e, em certa medida, a reforçando.

A memória da guerra, segundo Zhurzhenko (2007), adquiriu ao longo dos anos uma dimensão geopolítica que, aos olhos do Estado socialista, e até mesmo da atual Federação Russa, representou o bilhete de entrada para o clube das superpotências e a legitimação que faltava para o *status* de nação europeia – lembrando-se do discurso de Putin. Durante a era soviética, todavia, buscou-se pensar o passado dentro de uma compreensão socialista. Para Wolfe (2006, 260-261), pelo caráter transcendente da temporalidade revolucionária, a guerra foi definida pelo PCUS como uma experiência contínua, herdeira de 1917, e experimentada por toda a população. Essa noção, obviamente, pressupõe um variedade de relacionamentos, tributários não apenas da posição geográfica, da composição étnica ou de antigas alianças políticas, mas também das posturas de grupos internos do PCUS. A desesperadora não rendição atribuiu à palavra “Stalingrado”, por exemplo, um conteúdo quase mítico que foi fundamental para a narrativa da “Guerra Patriótica”. Ao mesmo tempo, a cidade que foi renomeada em 1925 para homenagear a atuação de Stalin durante a Guerra Civil, elucida o difícil caminho em que triunfo e trauma se cruzam nas margens do rio Volga, sendo o stalinismo um dos mais assombrosos do passado soviético (KANGASPURO; LASSILA, 2017, p. 141-149).

O mesmo Stalin em 1946 rebaixou o *status* de feriado do dia da Vitória e proibiu a publicação de livros sobre memórias. O dirigente compreendia a guerra como apenas um capítulo do projeto revolucionário, de modo que era necessário concentrar-se, daquele momento em diante, na reconstrução da infraestrutura devastada (WOLFE, 2006, p. 261). Já seu sucessor, Nikita Khrushchev, divergia quanto a ideia de que a lealdade à revolução deveria ser coagida pelos agentes do Estado e pelo discurso do inimigo interno. O que o fez combater não apenas o stalinismo, mas o espírito de Stalin, renomeando a cidade de Stalingrado para Volgogrado e removendo seu corpo do Mausoléu de Lenin em 1961 (LEWIN, 2007, p. 296; KANGASPURO; LASSILA, 2017, p. 150-151). A propósito do corpo do líder fundador da URSS, que jaz na Praça Vermelha em Moscou, desde 1930, um segundo grande “culto”, o da “Guerra Patriótica”, foi inaugurado a partir de 1964, com Brejnev. O *status* de feriado foi devolvido ao dia da Vitória; veteranos foram

incentivados a assumirem um papel público como testemunhas; monumentos, em especial o da *Mãe Pátria* para os combatentes da Batalha de Stalingrado, foram erguidos e realizaram-se inúmeras cerimônias militares. Como afirma Wolfe (2006, p. 266-267), esses esforços para tornar a lembrança da guerra um dever cívico, evidenciam não apenas um afastamento das gerações do pós-guerra, mas a rearticulação de um evento passado no presente em torno de um discurso organizado na forma de mito nacional e, a nível internacional, a demarcação de fronteiras geopolíticas.

Anna viveu a maior parte de sua vida durante a era Brejnev, auge desse discurso triunfalista. No entanto, longe de reduzir todas as páginas gastas até agora a uma determinação causal entre a identidade narrativa e os empreendimentos do Estado à época, o ponto que parece ser crucial para compreender o sentido do “eu digo Guerra Patriótica” é a introjeção deste discurso recorporificante. Baseado em um entendimento de que este é interiorizado de distintas maneiras pelo “eu” e performatizado pela memória e pela linguagem. Nesse sentido, a paisagem pintada para a era Brejnev é tributária da chegada de Gorbachev, à espera de um efetivo “virar a página”; e, é justamente neste ponto em que a experiência familiar transcende a narrativa sobre a própria vida de Anna na URSS. Quando ela reflete sobre a visão errônea que teria tido sobre as reformas e a dramática ruína de seu mundo, a narrativa estabelece uma íntima ligação entre a dissolução e os percalços da guerra.

A não sobrevivência da URSS, lembrando-se do que ela credita como fatores para isto, é atribuída ao “ser humano” e a “dificuldade de sobreviver num meio muito hostil”. O primeiro fator refere-se ao sentido da visão turva que se tinha sobre a *Perestroika*. Aliado a isto, o segundo fator recorre a identidade ativada pela “Guerra Patriótica”. Dito “aliado”, pois a guerra articula-se com o “ser humano” – um sujeito soviético abstrato presumido pela narrativa – sendo atribuído a este o desafio não só de reerguer seu mundo, mas conjugar o “como” (fazer) e o “porquê” (fazer). Assim, a narrativa inicial sobre a experiência familiar, que busca situar, dentre outros aspectos, os distintos papéis assumidos por cada um; os esforços e as dificuldades que o momento demandou, como a fuga das regiões da Europa Oriental; e, a ação direta no campo de batalha, inclusive em Berlim; referencia e, de certa forma, preenche de significado as “fendas” de sentido de um mundo que deixou de existir. Deste modo, ao dizer “eu digo Guerra Patriótica”, a narrativa desenvolve, através de seu próprio enredo, uma visão de mundo circunscrita, que suspende outras formas de enxergá-lo, tornando uma história de vida, com todos os seus próprios personagens e cenários, protagonista de um passado que ainda vive.

### **Acabou a guerra?: considerações sobre uma batalha em outros campos**

Embora Anna tenha dito com “todas as letras” “quando a guerra acabou”, no que se refere a trajetória de sua família após o catastrófico evento, depois destas observações, em pouco menos de 20 páginas, é totalmente possível questionar tal afirmação. De fato, o oito de maio está aí, ao redor do mundo, para relembrar o término da guerra. Assim como a própria URSS, que em dezembro de 1991 deixou de existir, submergindo as ruínas de seu universo simbólico nas águas do inconsciente. Todavia, como a Atlântida de Platão, é o mergulho nas águas da memória que permite a sobrevivência, em outra temporalidade e narrativa, desse mundo. Como uma provocação para estimular a reflexão sobre essas questões poderia se dizer que não, a guerra não acabou. Em distintas temporalidades do sujeito na narrativa de Anna a guerra ainda é uma possibilidade em aberto e um ponto de referência.

Deste modo, a “Guerra Patriótica” não é um fato isolado, que tem um início e um fim em si mesmo. Ela reflete os diferentes elementos que constituem a memória, sejam eles vividos pessoalmente ou “por tabela”, e que transcende e recorporifica-se entre a comunicação e a cultura. De volta à *Einbahnstraße*, a Segunda Guerra Mundial é um exemplo elucidativo dessa fragmentação das memórias no crepúsculo das utopias. Conforme o aeroplano imaginado por Benjamin se aproxima do solo, mais intrincado parece este cenário. Ouvir o que Anna tem a dizer oferece o acesso a um caminho que, como gostaria o intelectual, passa por “objetos distantes, mirantes, clareiras, perspectivas”, que, ao mesmo tempo, vivem agora em um formato muito mais próximo ao de uma carcaça, com seu poder envolto pelas águas da memória.

#### **Referências:**

##### **Fontes Orais:**

SAVITSKAIA, Anna. **Entrevista 1** [jun. 2018]. Entrevistador: Lúcio Geller Junior. Porto Alegre, 2018. 1 arquivo .m4a (01:21:52).

\_\_\_\_\_. **Entrevista 2** [set. 2018]. Entrevistador: Lúcio Geller Junior. Porto Alegre, 2018. 1 arquivo .m4a (01:15:41).

\_\_\_\_\_. **Entrevista 3** [out. 2018]. Entrevistador: Lúcio Geller Junior. Porto Alegre, 2018. 1 arquivo .m4a (21:03).

##### **Bibliografia:**

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

BENJAMIN, Walter. **One-Way Street and Other Writings**. Londres: NLB, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

EAKIN, Paul John. **Vivendo autobiograficamente**: a construção da identidade na narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

GELLER JR., Lúcio. Anna Savitskaia: ou, como narrar uma vida na União Soviética (1964-1988). **AEDOS**. Porto Alegre, v. 11, n. 25, p. 114-139, 2019a.

\_\_\_\_\_. O outubro de um diretor: reflexão sobre a autoridade soberana no filme *Outubro* (1927). **Aurora**. Niterói, v. 2, n. 1, jan/jun, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Os tremores da queda**: memória e trajetória de Anna Savitskaia, das reformas à dissolução da URSS (1985-1992). 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GHODSEE, Kristen R. Exonerando a los fascistas en la Europa del Este. **Nuestra Historia**, n. 4, p. 149-167, 2017.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas idéias para o meu país e o mundo. São Paulo: Best Seller, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 7-28, 1997.

\_\_\_\_\_. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KALININ, Ilya. Soviet Atlantis. **Eurozine**, 22 nov. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3avwhHq>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

KANGASPURO, Markku; LASSILA, Jussi. From the Trauma of Stalinism to the Triumph of Stalingrad: The Toponymic Dispute Over Volgograd. In: FEDOR, Julie (ed.) *et al.* **War and Memory in Russia, Ukraine and Belarus**. Cham: Palgrave Macmillan Memory Studies, 2017.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LENIN, Vladimir Ilitch. **What Is to Be Done?: Burning Questions of Our Movement**. Nova York: International Publishers, 1969.

LEVADA ANALYTICAL CENTER. **Russian Public Opinion 2018**. Moscou: [s. n.], 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3cvxMHY>> Acesso em: 18 de mar. 2020.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVIKOVA Olga. La política de la memoria: moldear el pasado para construir la sociedad democrática (la URSS y el espacio postsoviético). **Historia del presente**. Madrid, n. 9, 2007.

PÉREZ BAQUERO, Rafael. Memory, narrative, and conflict in writing the past: when historians undergo ethical and political strains. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 47-81, 12 abr. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de Esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

WANIEK, Katarzyna. Jovens migrantes poloneses na Alemanha de 1989 a 1999: Autoalienação e anomia interacional. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2014.

WERKHÄUSER, Nina. World War II: 75 years on, a son finds his father. **Deutsche Welle**, Bonn, 06 mai. 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/2LfVs6E> > Acesso em: 09 mai. 2020.

WOLFE, Thomas C. Past as Present, Myth, or History? Discourses of Time and the Great Fatherland War. In: LEBOW, Richard Ned; KANSTEINER, Wulf; FOGU, Claudio (ed.). **The Politics of Memory in Postwar Europe**. Durham, EUA: Duke University, 2006.

ZHURZHENKO, Tatiana. Geopolitics of memory. **Eurozine**, 10 mai. 2007. Disponível em: < <https://bit.ly/2O6hB6p> >. Acesso em: 18 set. 2019.

## A SERRA DA BARRIGA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL

Rayanne Matias Villarinho<sup>1</sup>

### Introdução

A historiografia referente ao Quilombo dos Palmares sofre de escassez documental, ou seja, o entendimento e conhecimento que se tem sobre Palmares é bastante limitado. Acerca disso, o historiador Flávio Gomes, estudioso sobre a escravidão dos africanos e seus descendentes no Brasil, entre os séculos XVI e XI, em um estudo mais abrangente e sistemático sobre a região palmarina, a partir de uma extensa pesquisa documental e bibliográfica, buscou por uma nova compreensão sobre o local diferente das abordagens já existentes, visto que “transformar as histórias dos quilombos nas Américas tão somente em capítulos da resistência escrava é retirar-lhes não apenas a historicidade e o legado” (2011), demonstrando assim a dimensão histórica dos Palmares e suas projeções. Dentre os combates e revoltas escravas brasileiras, sem dúvidas, Palmares ocupa um lugar ímpar na história.

Tratando dos séculos XVI a XIX, no território das Américas, segundo Gomes, desde o norte até as regiões meridionais do Uruguai e da Argentina, predominou-se a formação de um sistema colonial advindo das sociedades europeias (2015, pp. 8), sendo conhecida por América Portuguesa. Através da expansão ultramarina das potências do momento, Portugal e Espanha, deu-se início ao processo de colonização onde a América foi um dos principais focos. Em um regime mercantilista o objetivo primordial era a acumulação de metais preciosos, o que América tinha em abundância.

Ao chegarem em território americano, os europeus inicialmente usufruíram da força de trabalho indígena (FILHO, 2018); nas décadas de 1550 e 1560 praticamente não se contabiliza africanos trabalhando, mas sim predominantemente índios. A situação inverte drasticamente com o esgotamento da população indígena (VAINFAS, 2018), a queda demográfica desses povos afetados por doenças como sarampo, varíola, gripe e por não possuírem anticorpos ou imunidade, além do trabalho intenso, não resistiam à tal realidade.

Com isto, a partir de 1570, iniciam-se os incentivos à importação de africanos. Trazer africanos para o continente americano contou com muitas justificativas; uma das causas mais promotoras ao desenvolvimento do tráfico negreiro era fundamentada em

---

<sup>1</sup>Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas, atualmente graduanda em História Licenciatura e também mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, todos pela mesma universidade (raaymatias15@gmail.com).

catequizar os cativos, os trazendo para viver em terras ditas cristãs e assim, salvar suas almas (ALENCASTRO, 2018).

A passagem gradativa da mão de obra escrava indígena para a africana aconteceu a partir da necessidade de seguir a exploração açucareira. Mediante as atividades de colonização e exploração destes cativos, data-se por volta de 1580 o início das primeiras fugas e assim, da formação dos primeiros mocambos na região de Palmares, ao sul da capitania de Pernambuco (cf. Dossiê, 2017, pp. 38), porém, foi através das invasões holandesas no território americano no período de 1620 a 1630 que se intensificou ainda mais a fuga desses cativos e favoreceu o crescimento da população do Quilombo dos Palmares de forma significativa, tornando-se o maior assentamento de escravos das Américas.

Uma das formas de resistência ao modelo implantado nesta época era através da formação destes refúgios, nomeados em território brasileiro como “quilombos” (Ibid, pp. 20-21) – sendo uma forma de rebelião mas principalmente de estratégia de sobrevivência. Com o agrupamento em expansão, Palmares adquiriu fama e conseqüentemente a atenção dos colonizadores que passaram a realizar incansáveis expedições contra os tais assentamentos nesta localidade (FUNARI, CARVALHO, 2005, p. 11).

A população palmarina acaba se desestabilizando após o Acordo de Cucaú, que a separou parte em Palmares e parte foi para a região de Cucaú; e posteriormente, com a morte por envenenamento do principal líder Ganga Zumba, dessa forma, os mocambos em Cucaú foram destruídos. Nesse contexto que Zumbi, ainda muito novo, foi aclamado como rei de Palmares, que passando a conduzir com firmeza e dedicação a luta do povo palmarino e intensificando a resistência.

Depois de longos anos e tentativas de destruição sem êxito, em 1694, Domingos Jorge Velho é quem comanda a expedição – cujo seria a final – que consegue invadir e destruir significativamente o Quilombo dos Palmares. Em meio a guerra, Zumbi consegue fugir e cria um novo mocambo. Só que capturá-lo era primordial para as autoridades coloniais.

Sendo assim, pouco tempo depois, surgiram notícias que ele estaria vivo e que seguia pelas matas dando trabalho às autoridades e militares coloniais (LARA, 2018). André Furtado de Mendonça, que era um capitão, consegue então capturar e aprisionar um dos amigos de Zumbi, conhecido como Antonio Soares. Depois de muito ser torturado, ele denuncia o esconderijo de Zumbi, que era uma caverna protegida por uma

queda d'água na Serra de Dois Irmãos (cf. Dossiê, 2017, pp. 34), no município de Viçosa, em Alagoas. Um grupo de paulistas é conduzido até o local e Zumbi descoberto.

Em 20 de novembro de 1695, Zumbi é assassinado, data que justifica o Dia Nacional da Consciência Negra, em memória à sua luta e resistência, apresentando-se dessa forma como o marco da destruição do povoamento quilombola da República dos Palmares (CORREIA, 2016, p. 12). Zumbi torna-se ícone político na luta contra o racismo no Brasil, torna-se referência para a constituição da identidade nacional brasileira, torna-se referência de memória de luta e resistência – a partir das reivindicações memoriais do Movimento Negro (FERREIRA; LARA, 2018). Zumbi simboliza a não aceitação do sistema colonial e escravista, uma resistência cultural, espiritual, perseverança das origens, das crenças e tradições, simboliza força de luta.

A peculiaridade da “República dos Palmares”, dentre os demais quilombos que existiram no Brasil se justifica pelos quase cem anos de um sonho e luta em prol da liberdade. Dessa forma, como tal território no passado foi sede deste quilombo, a região torna-se assim se constitui como um símbolo de resistência de um grupo que vivenciou o sistema de exploração e escravidão.

A Serra da Barriga está localizada no município de União dos Palmares, no estado de Alagoas – a aproximadamente 80km de distância da capital Maceió, local onde no passado, pertenceu a capitania de Pernambuco e foi então a sede do maior quilombo das Américas, o conhecido Quilombo dos Palmares e que atualmente, desde de novembro de 2017, foi declara como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

### **Dimensões de tombamento e o processo de patrimonialização da Serra da Barriga**

A Serra da Barriga caracteriza-se como a área principal referente ao Quilombo dos Palmares, cujo nome na época era Cerca Real dos Macacos, ou ainda Cidade Real dos Macacos, a capital da República de Palmares. Localizada junto do conjunto de matas atlânticas bem próximas ao litoral no nordeste do Brasil, é compreendida pela intensa paisagem natural e edificada que a compõe (cf. Dossiê, 2017, pp. 10), com uma grande quantidade de palmeiras que segundo historiadores, deu origem ao nome da região.

O processo pelo qual a Serra foi considerada patrimônio obedece a vários fatores, e tem raízes no desenvolvimento desse campo, mas será precisamente desde a Constituição Federal Brasileira de 1988 - que já considera a ampliação do campo patrimonial - e a declaração oficial como patrimônio cultural do MERCOSUL em 2017,



os momentos chaves para compreender as mudanças mais importantes em relação à Serra da Barriga.

Tal território foi acautelado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em novembro de 1986, mês que comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra (NEVES, 2017), através da legislação federal de tombamento (decreto-lei nº 25/1937). Em 21 de março de 1988, com o decreto nº 95.855 declarou-se Monumento Nacional a Serra da Barriga em União dos Palmares, Estado de Alagoas (cf. Dossiê, 2017, pp. 9). Esta declaratória obedece ao processo de redemocratização nacional, à luta do Movimento Negro pelo reconhecimento de sua história e trajetória, o que será plasmado na Constituição Federal promulgada no final de 1988, na qual a noção de patrimônio cultural ganhou uma ampliação. Assim, passou-se a incluir o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial — além da material, redigidos nos seus artigos 215 e 216. Tal mudança promoveu cada vez mais uma maior valorização e relevância acerca das culturas afro-brasileiras, quilombolas e indígenas, o que de um modo geral fortaleceu a diversidade cultural.

Segundo o documento oficial de Dossiê de Candidatura, Serra da Barriga inicialmente o local pertenceu ao Governo Federal, passando posteriormente a posse à Fundação Cultural Palmares em 1998. Em virtude de ter sido a sede do Quilombo dos Palmares no século XVIII, a região representa um marco na luta dos escravos e a resistência ao modelo colonial implantado no território brasileiro.

Essa resistência por parte dos afrodescendentes têm manifestações concretas que foram relatadas em diferentes fontes históricas, através das guerras pela recuperação de aquele lugar por parte do governo colonial, mas tem também uma dimensão imaterial, vinculada à ancestralidade africana, ou seja, religiões, crenças, deuses, objetos considerados sagrados, expressões culturais com significância religiosa, entre outros (cf. Dossiê, 2017, pp. 8-12). Desta forma, o reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural por parte do MERCOSUL representou um grande passo à perspectiva de maior valorização e fortalecimento das referências culturais na construção de identidade social na América Latina.

A partir de uma abordagem patrimonial, é relevante ressaltar que a noção de patrimônio surge inicialmente do momento em que um indivíduo ou grupo de indivíduos reconhece um objeto ou grupo de objeto como seu, como uma herança (DANTAS, 2015, pp. 31), sendo assim, o patrimônio pode se estabelecer em dois sentidos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 8-11): o coletivo, público, compartilhado e também pelo sentido

individual, particular, restrito. Patrimônio aqui referido caracteriza-se por um processo cultural envolvendo atos de memória e recordação do passado de um determinado grupo social com objetivo vital de gerar interação com o presente (SMITH, 2006, pp. 44; LOWENTHAL, 1994, pp. 43).

Como dito por Andréas Huyssen (2000, p. 32) “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais voltarmos às memórias em busca de conforto”. Assim, patrimônio é entendido por uma herança agregada ao elo entre os tempos: passado, presente e futuro. É uma interpretação do presente, porém, fundamentada no passado.

Ainda no início do século XX, o patrimônio era sinônimo de monumentos, obras consagradas, objetos ou lugares que metaforicamente materializariam uma ideia de nação; porém, o conceito sofreu modificações e hoje o patrimônio abrange um leque maior incluindo o intangível, além de uma vastidão de adjetivos que possam o qualificar como nacional, arqueológico, histórico, artístico, regional, local, étnico, cultural, imaterial, entre outros (DANTAS, 2015, pp. 32). Assim, a definição de patrimônio passou a ser pautada a partir dos referenciais culturais dos povos, sua percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 32) e também por meio das realizações intangíveis.

Assim, o patrimônio se constitui a partir de duas dimensões: material e imaterial. Sobre os bens de natureza material, tais enquadram-se de acordo com sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (IPHAN, 1937, art. 4º). Com o processo de redemocratização nacional com a Constituição Federal Brasileira de 1988 considera-se um marco para a política de patrimônio cultural imaterial no Brasil. A noção de patrimônio cultural ampliou-se, reconhecendo bens de natureza material e também imaterial abarcando manifestações como celebrações e saberes da cultura popular, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, mitologias e narrativas, as línguas, a literatura oral (VIANNA, 2016).

Também é importante relatar sobre a ação de patrimonialização de um bem, cujo busca a inserção da comunidade local relacionada ao contexto de desenvolvimento, pois ao adicionar valor — econômico, simbólico, social; é produzido o reconhecimento e identificação por parte do povo com a sua história e sua cultura e conseqüentemente, por outro viés, agrega valor econômico com o comércio e logo, desenvolvimento. É relevante

o uso da patrimonialização da cultura como meio e fim da valorização dos bens culturais (SILVA, 2011, pp. 112).

Entretanto, o patrimônio cultural brasileiro constitui-se, de acordo com o artigo 216º da Constituição Federal, por:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:  
 I– as formas de expressão;  
 II– os modos de criar, fazer e viver;  
 III– as criações científicas, artísticas e tecnológicas;  
 IV– as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;  
 V– os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (cf. CFB, 1988).

Incorpora-se assim não apenas bens materiais, considera também as práticas advindas da diversidade cultural brasileira a partir de distintos grupos sociais (VELOSO, 2006). Dessa forma, quando um grupo ou comunidade passa a se identificar e a valorizar seu patrimônio local, ele passa a ser reconhecido e protegido e pode-se tornar instrumento de desenvolvimento. A categoria de patrimônio imaterial evidenciou os inúmeros usos da cultura pelos diversos grupos sociais que realçam aspectos mnemônicos para construção de uma cidadania cultural, sendo assim, o patrimônio cultural se constitui de uma arena de disputas semânticas que envolve e transcende suas funções mnemônicas (JÚNIOR, 2015, pp. 264).

Sobre a América Latina, há muitos lugares, monumentos, costumes, tradições, etc., que ao longo dos anos foram entendidos como patrimônio, sendo um continente intensamente rico, significativo e diverso em cultura; elementos estes que são encontrados na experiência diária e na memória coletiva dos povos latino-americanos como um recurso permanente para passado interpretar o presente e construir o futuro (PRATS apud AREVALO, 2010, pp. 7).

Desta maneira, ao se ativar o patrimônio se contribui para a recuperação da memória coletiva. Apesar das políticas públicas em prol do patrimônio nos países da América Latina ainda serem ações muito recentes, a valorização do patrimônio cultural potencializa a identidade coletiva dos povos e promove a preservação dos seus bens culturais materiais e imateriais – podendo contribuir também para o desenvolvimento econômico e social (FUNARI; PELEGRINI, 2006, pp. 29).

Tratando de maneira mais específica sobre o objeto de estudo deste trabalho, a Serra da Barriga e seu processo de patrimonialização, as análises se demonstram a partir de documentos oficiais do MERCOSUL conjuntamente à Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), do IPHAN – principalmente o Dossiê de Candidatura, também pela Fundação Cultural Palmares e reivindicações político-sociais do Movimento Negro.

Antes de tratar acerca das dimensões de tombamento da região, é relevante mencionar no que tange ao MERCOSUL. Surge em 1991 diante de um contexto de transformações políticas e sociais a partir do rompimento da URSS e a consolidação dos processos da globalização. Sobre a globalização, associa-se um mundo com apropriações culturais como um fator de integração (CASTELETTO, 2018, p. 19), além das questões políticas e comerciais – temáticas até então tratadas como prioritárias para os países do MERCOSUL, apesar do bloco estar situado numa zona de intensa diversidade cultural. Por volta da segunda metade da década de 1990 que a cultura e também o patrimônio cultural passaram a ser tema de discussões dos órgãos ligados ao MERCOSUL, porém de maneira irregular, cenário que passou a mudar em 2012, com a criação da categoria de patrimônio cultural do MERCOSUL (PCM) com a decisão nº 55/12 (HEIDEN, 2017, p. 59).

Considera-se o tema do patrimônio cultural como um pilar para a maior relevância do projeto de integração do MERCOSUL. Sendo assim, para que seja promovido o reconhecimento de um patrimônio nesse nível regional é preciso fundamentar as propostas através de um Dossiê de Candidatura relativo ao bem cultural envolvido, apresentando todas as razões para possivelmente ser reconhecido.

Assim, o processo dá continuidade a partir dos documentos encaminhados para organismos nacionais competentes, passando pelo comitê técnico *ad hoc* e representantes dos Estados partes do MERCOSUL (PENNAFORTE; RIBEIRO, 2016, pp. 126). Tendo em vista os processos para o reconhecimento de um bem, analisou-se o protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL e as decisões nº02/95 e 15/12 do Conselho do Mercado Comum, o documento de decisão do MERCOSUL/CMC/dec. nº 55 de 2012, onde foram decididos 5 artigos:

- Art. 1º – Criar a categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM).
- Art. 2º – Aprovar o “Regulamento para o Reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL”, que estabelece os critérios para o reconhecimento de bens culturais de interesse regional como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, que consta como Anexo e faz parte da presente Decisão. Art.
- 3º – A aplicação dos procedimentos previstos no Regulamento anexo será de

competência da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) e estará sujeita à homologação da Reunião de Ministros da Cultura (RMC). Art. 4º – Os bens culturais reconhecidos deverão ser inscritos na “Lista do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (LPCM)”. Art. 5º – Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou funcionamento do MERCOSUL. (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 55/12).

Essa proposta traz destaque e valorização do fator cultural como de extrema importância a partir do diálogo e aproximação dos países do MERCOSUL. Ainda que inicialmente centrado no aprimoramento econômico e comercial dos países por meio da integração, também passou então a usufruir de uma dimensão cultural compartilhada.

Seguindo aos processos relativos à cultura e integração no MERCOSUL, em 2015, ocorreu a XI Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL Cultural - CPC (durante os dias 27, 28 e 29 de maio) em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, Brasil. Contou com a participação dos delegados dos seguintes países: Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Nesta reunião a partir da avaliação de candidaturas à patrimônio cultural do MERCOSUL, aprovou-se por unanimidade o reconhecimento das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos e a Pajada como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Na Ata nº01/16 da XIII Reunião do CPC que ocorreu no Uruguai em 2016, o sétimo apontamento mencionado da Reunião Técnica foi sobre “*La geografía Del Cimarronaje: Cumbes, Quilombos y Palenques del MERCOSUR*”, visto que o conceito de um bem cultural relacionado à cultura dos afrodescendentes e à noção de MERCOSUL fora redimensionada (HEIDEN, 2017, p. 227). A proposta envolvia a aprovação da aplicação de candidatura apresentada pelo Brasil, Equador e Venezuela, cujo um dos sítios referido foi a “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” (Brasil).

É um bem cultural implantado no território do MERCOSUL enquanto reflexo e resposta dos escravizados à um sistema colonial de origem europeia fundamentado na escravização de povos africanos e autóctones; forma-se portanto um conjunto exemplar e comum; É bem que representa história fundadora de territórios e memórias coletivas sociais; É representante de um fato histórico nacional ligado à questão da resistência aos sistemas escravagistas implantados; É bem cultural que representa lutas sociais contemporâneas de (re)valorização cultural e social locais de origem ancestral africana (cf. Dossiê, 2017, pp. 50-54).

Baseado no regulamento para reconhecimento do patrimônio cultural do MERCOSUL (Seção II - Critérios de Reconhecimento, art. 3º - da caracterização da PCM), a Serra da Barriga caracteriza-se como bem cultural que:

Manifesta valores associados à processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; Está diretamente relacionada à referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e constitui fator da promoção da integração dos países com vistas à um destino comum (cf. Dossiê, 2017, pp. 55-56).

Em 2017, na Ata nº01/17 da XIV Reunião do CPC desta vez realizada na Argentina, documentou-se a criação da categoria de Patrimônio Cultural do Sul e também a aprovação pela CPC à inclusão da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada – Quilombo dos Palmares (Brasil)”, onde finalmente foi adicionada à lista de Patrimônio Cultural do MERCOSUL<sup>2</sup>.

Abordando sobre as dimensões de tombamento, é importante preliminarmente esclarecer que o objetivo para realizar o tombamento de um bem cultural tem como pauta principal impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras. Desta forma, a partir dos entendimentos e definições acerca de patrimônio cultural, sejam eles materiais e imateriais, torna-se necessária a compreensão sobre tombamento. De acordo com o IPHAN, o tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, garantindo sua conservação. No âmbito federal, foi através do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que o tombamento se instituiu, sendo o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural brasileiro e o primeiro das Américas<sup>3</sup>, preceitos estes que se mantêm em uso e vigentes até os dias atuais.

A Serra da Barriga (União dos Palmares - Alagoas) é instituída no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em prol da existência do Quilombo dos Palmares. Tratando de sua dimensão material recorre-se aos valores de testemunhos materiais históricos (documentos) e arqueológicos, como cenário do maior quilombo já existente nas Américas: o Quilombo dos Palmares; pela multietnicidade; pelo valor paisagístico e ambiental do local considerando-se dessa forma toda riqueza de fauna e flora, como a importância morfológica e topográfica dos processos culturais. Também associa-se à questão da religiosidade de matriz africana aos aspectos referentes ao

---

<sup>2</sup>Atualmente, a Serra da Barriga é um dos quatro bens culturais reconhecidos pelo MERCOSUL - sendo os outros três “La Payada” entre Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, “Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos” entre Brasil e Argentina e “Ponte Internacional Barão do Mauá” entre Brasil e Uruguai. cf. IPHAN.

<sup>3</sup>cf. IPHAN: Bens Tombados. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> acessado em dezembro/2019.

paisagístico e ambiental (cf. Dossiê, 2017, pp. 57), ou seja, sendo simbólico e essencial à preservação, valorização e manutenção dessas tradições culturais destes povos.

Diante às referências documentais sobre a colonização, formação das aglomerações a partir das fugas dos cativos, constituição dos quilombos e todos os anos de luta e resistência ao colonialismo até a destruição final do Quilombo de Palmares justifica-se a dimensão histórica da Serra da Barriga. Também como mencionado no Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga (2017, pp. 68), há considerações sobre a memória local, a qual logicamente é dinâmica; memória que perpassa gerações; memória continuada e reapropriada, que consagram a Serra da Barriga como bem cultural de valor histórico e simbólico – citando dessa forma, o evento de 20 de novembro: celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, pela importância e força simbólica deste bem houve consenso para sua consagração patrimonial.

Na década de 1980, a Serra da Barriga constitui-se por marco político, cultural e histórico aos movimentos negros sociais do Brasil, viabilizando uma ação unificada em prol de fortalecer suas lutas e reivindicações partilhadas (cf. Dossiê, 2017, pp. 68), visto Zumbi dos Palmares como figura de herói representativo e símbolo de resistência e luta referente a este passado histórico. Em 20 de novembro de 1985, com a solicitação acatada pelo IPHAN, a localidade é então tombada pelo Governo Federal. Em 1988, a Serra da Barriga foi declarada Monumento Nacional e também de utilidade pública - com fins de desapropriação, para estudos e pesquisas.

Há também as dimensões arqueológica e antropológica. A Serra da Barriga apresenta-se como palco de vivências complexas e ricas culturalmente, a partir de grupos africanos, afrodescendentes e indígenas (cf. Dossiê, 2017, pp. 71). Scott Allen (2018) relata dentre suas pesquisas – pioneiras e referências ao tratar-se da temática de Palmares – que a localidade é objeto de estudo enquanto sítio arqueológico. Já foram encontrados inúmeros artefatos que se apresentam de caráter multiétnicos. Os discursos arqueológicos da Serra da Barriga constituem-se pela sua ocupação histórica e os usos e significados que foram atribuídos à esse local (cf. Dossiê, 2017, pp. 77), determinando-a dessa forma como espaço simbólico de expressão cultural de vários grupos sociais e suas relações com a vida e formas de forjar um lugar para viver.

As condições paisagísticas a Serra da Barriga são atribuídas a partir da interação do ambiente natural, associado ao ecossistema e os valores simbólicos culturais. Está inserida na dimensão da bacia hidrográfica do rio Mundaú. No entanto, o desafio do âmbito paisagístico é a manutenção equilibrada entre as ocupações locais (propriedades

e áreas de agricultura, latifúndios e pecuária) e a preservação da paisagem natural cultural (cf. Dossiê, 2017, pp. 78).

A Serra da Barriga também fundamenta-se como patrimônio pela sua imaterialidade. Entende-se pelo fortalecimento do sentido de pertencimento coletivo, à partir da confluência das memórias e identidades, ao sentimento de preservar e valorizar a localidade da Serra da Barriga enquanto patrimônio material; mas também ao remeter-se sobre o Quilombo dos Palmares, soma-se o caráter imaterial - resguardando a ancestralidade destes povos que ali vivenciaram o sistema colonial e a escravidão (cf. Dossiê, 2017, pp. 88).

Contudo, também há a dimensão religiosa vinculada à região. A partir dessa perspectiva da religiosidade, trata-se do reconhecimento cultural das práticas de religiões derivadas de matriz africana, das manifestações de grupos capoeiristas, no que tange aos seus ancestrais e a construção das expressões socioculturais (cf. Dossiê, 2017, pp. 93). Assim, a partir de todas essas interações, cria-se um cenário com o sentimento de pertencimento, identidade, memória coletiva e continuidade das referências culturais.

Considerando que as políticas públicas de patrimônio não devem ser dissociadas da heterogeneidade e complexidade da vida social, em termos de cultura material o próprio espaço demarcado como Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, suas árvores, lagos, etc., associados ao quilombo, aos rituais lá praticados ainda hoje por religiosos e capoeiristas, são em si objetos de representações e ressignificações identitária, política e cultura contemporânea. A Serra da Barriga carrega em si um patrimônio antropológico-histórico-arqueológico-ecológico-paisagístico imprescindível para o resgate e afirmação de alteridade dos povos afro-brasileiros (AMORIM apud Dossiê, 2017, pp. 95).

Diante à todas as dimensões esclarecidas, a apropriação da Serra da Barriga pelo MERCOSUL como seu bem patrimonial demonstrou que a partir de tal reconhecimento, tornava-se viável um estímulo ao processo de integração entre os países componentes do MERCOSUL e conseqüentemente, a promoção da integração regional (HEIDEN, 2017, pp. 88); contribuindo também ao:

Reconhecimento dos indivíduos e suas comunidades de matrizes africanas no continente americano, assim como nos estados nacionais da região (...) também à reparação às perseguições e à intolerância praticadas e reveladas em meio aos quilombos, refúgios de negros “foragidos” e perseguidos por séculos e que hoje, como não poderia deixar de ser, são reconhecidos como testemunhos da resistência e dos processos de ressignificação das referências culturais dos afrodescendentes na construção das identidades da América, em especial dos países do MERCOSUL (cf. Dossiê, 2017, pp. 49).



Entretanto, o reconhecimento da “Serra da Barriga, parte mais alcantilada” é representativo à compor o conjunto de bens culturais além das fronteiras expressando dessa forma uma ânsia a partir do coletivo e comum do MERCOSUL de união às lutas organizadas de valorização das minorias (cf. Dossiê, 2017, pp. 56).

O Dossiê registra de forma pertinente as justificativas que atestem a importância da localidade como bem patrimonial do bloco regional mercosulino, reunindo dados geográficos, históricos, culturais, legais, econômicos e turísticos que detalham e aprofundam mais sobre tais aspectos.

A importância da Serra da Barriga para o MERCOSUL Cultural explica-se por atestar um modelo de relações socioculturais, políticas, de ocupação e de resistência por toda a América do período colonial; visto que Palmares é reconhecido além do território nacional brasileiro. Os povos que compuseram Palmares são de conformações multiétnicas, com afrodescendentes, índios, brancos, mulatos, mamelucos, todos em comum com o sentimento de rejeição ao sistema escravagista. Foram estes povos que com o fim do Quilombo dos Palmares, originaram o estado alagoano e representam significativamente para a constituição cultural e social do Brasil (cf. Dossiê, 2017, pp. 50-52). Entende-se que reconhecer o local onde no passado existiu o Quilombo dos Palmares fortalecerá em comum ao MERCOSUL, além da maior valorização e visibilidade, uma reinserção da história da América Latina, a partir dos afrodescendentes, como indivíduos ativos nesse contexto.

### **Considerações finais**

De fato, temáticas patrimoniais têm sido cada vez mais mencionadas nas Ciências Humanas, aqui em especial tratando-se da História. A região aqui abordada, Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares constitui-se da representatividade imensa referente à um passado escravagista e exploratório, ao marco na luta dos cativos no território latino americano, bem como também compreendendo-se como um espaço de memória e cultura destes povos.

O tombamento também insere a história do Quilombo dos Palmares no contexto do patrimônio nacional e internacional, promovendo maior visibilidade à este passado histórico. Como demonstrado, foram várias etapas que promulgou a Serra da Barriga como patrimônio cultural mercosulino em 2017, constituindo-se com a responsabilidade de testemunhar memórias, valorizar a história e cultura e mantê-las ativas no presente.

A ascensão da valorização patrimonial institui maior reconhecimento às identidades sociais e também maior significância às estas temáticas. E o título por parte do MERCOSUL demonstra uma maior conscientização e valorização sobre cultura, em especial a afro-brasileira, atribuindo valor ao espaço e os respectivos aspectos históricos e culturais buscando manter vivo essa herança cultural e que se perpassasse ao longo dos anos, gerindo-se assim, relações entre os tempos: passado, presente e futuro. A cultura demonstra-se como fator importante para a construção de identidades, seja ela individual ou coletiva, influencia interesses, ações e comportamentos, ou seja, possui grande valor e poder de conexão entre as pessoas, permitindo um maior conhecimento de convergências e divergências dentre um ambiente social.

Desde 1988, declarada como referência nacional, e desde 2017 reconhecida em âmbito regional, pelo bloco do MERCOSUL demonstrando um avanço bem como fortalecimento das referências culturais. A cultura como viés de integração também apresenta-se a passo de maior fator determinante à integração destes países; isso é demonstrado desde os primórdios das discussões relativas às questões sociais e culturais dentro do MERCOSUL à criação de uma categoria de Patrimônio Cultural no bloco e por fim, quanto à declaração oficialmente da Serra da Barriga à lista de Patrimônio Cultural do MERCOSUL foram fatores que demonstraram a ascensão e valorização do lugar da cultura numa conjuntura global.

A história da Serra da Barriga — Quilombo dos Palmares é uma narrativa viva, constantemente (re)apropriada e (re)simbolizada. Trata-se do patrimônio cultural que fundamenta grande parte da referência histórica dos latino-americanos. A partir de todo processo de patrimonialização que levou a região ao título de patrimônio cultural do MERCOSUL, entende-se o avanço à uma maior e mais consolidada conscientização e valorização da cultura, em especial às reivindicações do Movimento Negro - declarando respeito e memória aos ancestrais que lutaram resistentes pela sua liberdade, atribuindo valor ao espaço bem como os respectivos aspectos históricos e culturais buscando manter e perpassar as gerações futuras.

Apesar do compartilhamento com os demais países do MERCOSUL demonstrar a importância de se preservar a cultura e dar continuidade às essas tradições, antes de regional, nacional ou global, este patrimônio é local, fruto de uma cooperação mútua e genuína de todos envolvidos naquela região.

**Referências:**

ARÉVALO, J. **El patrimonio como representación colectiva: La intangibilidad de los bienes culturales.** *Gazeta de Antropologia*. N. 26, v.1. 2010.

BRASIL. **Constituição.** Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.

CORREIA, Rosa Lucia Lima da Silva. **Como os nêgos dos Palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga-AL.** Tese de Doutorado em Antropologia em Universidade Federal do Pará (UFPA): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2016.

DANTAS, F. **O patrimônio cultural protegido pelo estado brasileiro.** In: CAMPOS, J. B. PREVE, D. R. SOUZA, I. F. (org.) **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre globalização, cidadania e sustentabilidade** [elet]. 2015.

FUNARI, P. CARVALHO, A. *Palmares, ontem e hoje.* RJ: Editora Zahar. 2005.

\_\_\_\_\_. PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural.** RJ. Zahar. 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul.** 2 Edição. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** — 1a ed. — São Paulo : Claro Enigma (Coleção Agenda Brasileira). 2015.

**Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: IPHAN.** Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga. Parte Mais Alcantilada – Quilombo dos Palmares e Patrimônio Cultural do MERCOSUL. **Editora Cubo.** 2017.

JÚNIOR, Francisco das Chagas F. S. **Dos lugares de memória ao patrimônio: Emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’.** **From realms of memory to heritage: emergency and transformation of the ‘problem of places’.** São Paulo, p. 245-279, 2015.

LARA, Silvia H. FERREIRA, Roquinaldo. ALLEN, Scott. FILHO, Ivan A. VAINFAS, Ronaldo. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **5: Palmares Eterno.** In: **Palmares: Coração Brasileiro, Alma Africana. Direção de Carlos Nobre, José Carlos Asbeg, Luiz Arnaldo Campos. Documentário com 5 episódios. Palmares Produções e Jornalismo. Fundo Setorial de Audiovisual: FSA. Agência Nacional de Cinema (Ancine).** RJ. 2018.

LOWENTHAL, David. **Identity, heritage and history.** In: GILLIS, John R. (org) **Commemorations: the politics of national identity.** Princeton University Press. 1994.

HEIDEN, R. **Argentina, Uruguai e MERCOSUL: Instituições, normativas e políticas patrimoniais no contexto de uma união aduaneira.** Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pelotas. 2017.

NEVES, Emiliane S. **Serra da Barriga concorre ao título de Patrimônio Cultural do Mercosul.** Fundação Cultural Palmares (FCP). Março, 2017.

PENNAFORTE, Charles. RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. (org). **MERCOSUL 25 anos: avanços, impasses e perspectivas**. Pelotas: Centro de Integração do Mercosul-UFPEL/Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul/Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais/Cenegri, 2016.

SILVA, Sandra Siqueira da. **A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural**. Aurora. Ano V. Número 7. UNESP. ISSN: 1982-8004. 2011.

SMITH, L. **Uses of heritage**. New York: Routledge. P. I “The idea of heritage”. 2006.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio**. Revista Habitus. Goiânia, v4, p. 437-454. 2006.

VIANNA, L. **Patrimônio imaterial**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. RJ, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

## **A PRESERVAÇÃO DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS PADRÃO VFRGS ANOS 30-40.**

Arquiteto e Urbanista - Renan Rosso Bicca<sup>1</sup>  
Doutora em Planejamento Urbano e Regional – Ana Lúcia Costa de Oliveira<sup>2</sup>

No cenário mundial, é comum atribuir o início das ferrovias a partir da revolução industrial, porém as ferrovias remontam desde o século XVI na Europa, sendo utilizadas para o transporte de minérios até à fundição, utilizando a tração humana ou animal. O transporte de minérios foi impulsionado, posteriormente, com a inserção da locomotiva a vapor.

Em 1804 Richard Trevithich constrói a primeira máquina a vapor, porém o transporte ferroviário tem início em 1825 com a linha entre Stockton e Darlington sendo destinado ao transporte de carga. Somente em 1830 a linha entre Liverpool e Manchester marca o início do transporte de passageiros. (KÜHL,1998).

Para Antônio Francisco Ransolin em sua dissertação “As Ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1870-1920): Um Estudo Comparativo” salienta que em 1830 é formado o primeiro trecho de ferrovia com o uso comercial, a partir disso, acontece a expansão da malha ferroviária para outros países. O autor destaca que:

Em 1832 chegou à França; entre 1835 e 1839 os trilhos chegaram a Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Rússia. Na década seguinte atingiram Dinamarca, Espanha e Suíça. [...] Ao mesmo tempo que se alastravam pela Europa, as ferrovias chegavam a América do Norte com grande vigor. A influência logo se expandiu para as outras Américas, onde Cuba foi pioneira em 1837. Seguiam-se México e Peru em 1849, Chile em 1850 Brasil em 1854, Colômbia no ano seguinte, na Argentina e no Paraguai em 1857. (RANSOLIN, 1999, p. 1)

O crescimento das ferrovias incorporado ao contexto capitalista teve seu progresso na primeira revolução industrial, pois foi a força motriz de uma alavancada industrial nunca antes vista na história. O alto fluxo de investimento em equipamentos e obras de infraestrutura chegavam a aproximadamente 50% da renda nacional inglesa. O material mais produzido foi carvão e o ferro, principais matérias-primas na construção das estradas. (RANSOLIN,1999)

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Universidade Federal de Pelotas, renan-rosso@hotmail.com

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista, orientadora, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Universidade Federal de Pelotas, luconstoli@gmail.com

A construção das ferrovias, nas décadas subsequentes, propiciaram o desenvolvimento de uma economia mundial, sendo possível a interligação de regiões mais afastadas dos polos comerciais, pessoas, mercadorias e serviços de comunicação através dos meios de transporte. (RANSOLIN,1999)

Em torno de 1850, os capitalistas ingleses observaram, na América Latina, o potencial para a aumentar a mercantilização de produtos oriundos da indústria britânica. Isso se daria através do investimento europeu em obras de infraestrutura no interior como: pontes, portos e ferrovias. Fazendo com que o próprio produto circulasse no mercado latino americano. Assim, aumentava-se à possibilidade de exportação da pecuária, agricultura e mineração.

Deste modo capitalista, as ferrovias circulariam com produtos valorizados no mercado internacional, inibindo a formação de um mercado local para competir com os produtos importados. A vantagem para os europeus era interligar as ferrovias com os portos, para fomentar a exportação de matéria prima.

Os contratos com os estados eram feitos da seguinte maneira: os europeus (ingleses, belgas e franceses) emprestavam o dinheiro aos estados, por meio de atrativos no mercado interno. A esse empréstimo é acrescido alta taxa tributária, tornando-se muito onerosos e difíceis de serem pagos. Como resultado, tem-se a dívida pública, assim como cumprimento dessa dívida os estados eram obrigados a entregarem as ferrovias e serviços urbanos às companhias estrangeiras, que detinham o poder de construção e operação das linhas ferroviárias.

Os estados, por sua vez, com o desejo de interligar os municípios e movimentar a economia por meio da ferrovia, ficavam na mão de investimento estrangeiro, que via nessa oportunidade um fator de lucro com a compra de matéria prima da américa latina a preços baixos e venda de produtos industrializados.

Esse modelo de concessão, marcou a expansão da ferrovia pelos países pela américa latina no séc XIX. Chegando efetivamente ao Brasil na década de 1850, quando é autorizada a linha Rio de Janeiro x Petrópolis.

## AS FERROVIAS NO BRASIL

No Brasil, a implantação do transporte ferroviário, propriamente dita, tem início a partir de 1850, quando o império almejava consolidar-se enquanto nação e desvincular-se de Portugal. Mas, as iniciativas para a instalação das estradas de ferro no país começaram já em 1835, quando foi autorizado por meio do decreto lei nº 101/1835 a

concessão das ferrovias pelas empresas estrangeiras. Com o intuito de interligar os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul através concessão por 40 anos, a qual não se concretizou. Os prováveis investidores não consideraram um investimento rentável.

Os altos investimentos exigidos para custear as respectivas obras e dependente de empréstimos no exterior, a ausência de técnica especializada, a acidentada topografia brasileira e as longas distâncias a vencer, concorreram por seu turno, para dificultar o lançamento de ferrovias nesta nação-continente, tanto que a primeira delas, a E.F.Mauá, teve a sua construção iniciada em 1852 e, somente foi inaugurada em 1854, dezenove anos após o lançamento do plano regencial. (AMARAL, 1974. p. 5)

A primeira estrada de ferro do Brasil foi empreendida pelo gaúcho Irineu Evangelista Souza<sup>3</sup>, futuro Barão de Mauá, em 1854, que através da concessão do governo imperial decidiu investir em um ferrovia que ligasse o Rio de Janeiro até Petrópolis, conforme a figura 1, permitindo a integração entre os transportes ferroviário e hidroviário<sup>4</sup>.

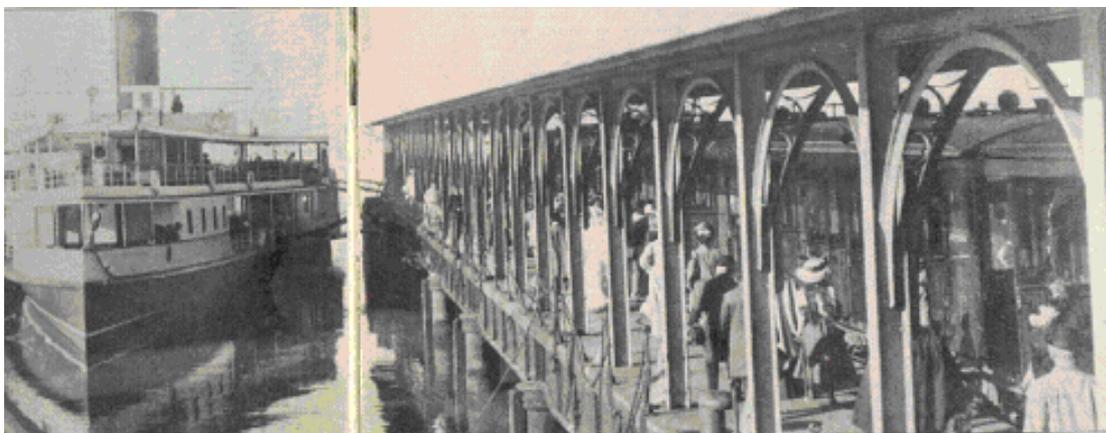


Figura 1: Estrada de Ferro Mauá.

Fonte: <<https://www.google.com/>>. Acesso em 19/04/2019

A seção inicial da estrada foi inaugurada por Dom Pedro II em 1854. Segundo LAMEIRA (2010) A locomotiva *Baronesa* – a primeira locomotiva a vapor a funcionar no Brasil –, construída na Inglaterra em 1852, foi utilizada durante 30 anos e hoje se encontra preservada e transformada em monumento cultural.

<sup>3</sup> Nascido em Arroio Grande, Rio Grande do Sul, construiu estaleiros em Niterói, iniciando a indústria naval brasileira.

<sup>4</sup> Mais tarde a estrada passou a se chamar “Estrada de Ferro Mauá”.

Após a construção da primeira linha ferroviária, as estradas de ferro começaram sua expansão pelo território brasileiro. “Sob o regime de garantia de juros mínimos, sem nenhum plano nacional de viação, passaram-se a construir nas províncias centenas de quilômetros isolados.” (RANSOLIN,1999.p.7). Assim, primeiramente com o regime de garantias de juros, e posteriormente o incentivo do governo em financiar as ferrovias por quilometro construído, consolidando assim, a entrada de capitais estrangeiros, principalmente o inglês não só na construção de ferrovias mas também de bancos, mineração, transportes urbanos, serviços públicos e companhias de navegação.

Por outro lado, a inserção das ferrovias ao mesmo passo que auxiliou no desenvolvimento do comércio e serviços das cidades, no processo de urbanização, sendo um agente para o surgimento e crescimento de cidades ao mesmo tempo que contribuiu para a decadência de outras cidades que não possuíam ferrovias. (IPHAE, 2002)

Como exemplo dessas transformações causadas pelas ferrovias no meio urbano, a cidade de São Paulo, por exemplo, cresce consideravelmente no final do século XIX, tornando-se um centro convergente de ferrovias. Segundo IPhAE (2002) "no rastro das ferrovias vinham uma série de melhoramentos urbanos como, iluminação, telégrafos, escolas jornais e revistas". Ou seja, tornaram-se símbolo de progresso e modernidade. Chegando no estado do Rio Grande do Sul na década de 1870.

## AS FERROVIAS NO RIO GRANDE DO SUL

Em 1866, é discutida na Assembleia Provincial a potencialidade econômica da zona de colônia alemã, situada no vale médio do Rio dos Sinos. Dentre os debates estava o escoamento de gêneros<sup>5</sup> da região para a província de São Pedro, culminado na questão dos transportes. Como alternativa, a proposta de construção de uma estrada de ferro que pudesse ligar a zona colonial à capital. Uma parte dos deputados se opôs a essa proposta, argumentando que o transporte fluvial feito pelo Rio dos Sinos era eficiente e que a atividade comercial não era expressiva para justificar a implantação das ferrovias. A parte favorável, defendia que haveria a redução nos fretes, além de ser um meio mais barato de investimento, por meio das concessões às empresas estrangeiras. Em 1870 é assinado o contrato de concessão com a companhia inglesa.

---

<sup>5</sup> A região colonial alemã destaca-se pela grande variedade de gêneros. Mas nem tudo o que se produzia era economicamente comercializado, pois parte dessa produção atendia o consumo doméstico. Dentre os gêneros comerciáveis destacam-se o feijão preto, mandioca, milho, fumo, cana e a batatinha. Demais gêneros como centeio, cevada, aveia e trigo foram secundários neste cenário, em razão da demanda que necessitava que os colonos definissem o seu cultivo. (DIAS, 1986)



Segundo IPHAE (2002) " em abril de 1874 foi inaugurada a primeira seção da estrada compreendida entre a Capital e São Leopoldo, com uma extensão de 33.756 metros". Construída pela Companhia Inglesa de Johan Mac Ginity <sup>6</sup>e teve como principal benefício a multiplicação de núcleos urbanos e o desenvolvimento da produção da zona colonial alemã, possibilitando a mercantilização de gêneros para todo o estado. Sobre a estrutura econômica do estado, Antônio Ransolin destaca que:

O Rio Grande do Sul se inseria na dinâmica do capitalismo mundial de forma indireta, pois sua caracterização periférica era voltada para abastecer o mercado do centro do país, este sim voltado diretamente para o setor externo. Na verdade, o Estado sempre se caracterizou pelo caráter de economia periférica e abastecedora do mercado interno desde o período colonial. Era a região da pecuária, a campanha, de antiga colonização ibérica, baseada no trabalho escravo, zona de estâncias, localizada no sul da província, tinha como escoadouro de sua produção os portos de Rio Grande e Pelotas. (RANSOLIN, 1999, p. 10)

A linha expandiu-se, conforme o previsto pelos empreendedores e com ela os núcleos urbanos, chegando a Novo Hamburgo em 1876 e posteriormente, em 1922, a Canela.

O Rio Grande do Sul, em 1872, diferentemente do restante do Brasil, possuiu um plano sistemático de viação para a implantação das estrada de ferro no estado, intitulado como: Projeto Geral de uma rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província do Rio Grande do Sul, elaborado pelo engenheiro Ewbank da Câmara<sup>7</sup>. Com a finalidade de suprir a demanda econômica, política e estratégica no sul do país. A preocupação maior era com as fronteiras meridionais, pois estava expostas ao contrabando e a possíveis ataques militares de países vizinhos.

Nesse contexto, e partindo das necessidades estratégicas, o engenheiro Ewbank da Câmara traçou o Projeto Geral da Viação Férrea. Que previa a construção de uma rede que suprisse as necessidades de segurança territorial nas áreas fronteiriças do estado. O projeto previa a articular o sistema ferroviário, sendo a artéria principal Porto Alegre x Uruguaiana, também conhecida como espinha dorsal. Pois, atravessa o estado horizontalmente, parte de Porto Alegre, passando por Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel e Alegrete, com isso, a ferrovia alcança os limites internacionais em Quarai e Uruguaiana. (DIAS, 1986)

---

<sup>6</sup> John Mac Ginity Empreiteiro, responsável pela construção da linha Porto Alegre x Novo Hamburgo, a primeira ferrovia do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> José Ewbank da Câmara foi engenheiro gaúcho formado na escola politécnica do Rio de Janeiro. Atuou em obras de infraestrutura, tendo se especializado na temática das ferrovias. (DIAS, 1986).

Na região sul do estado é proposta uma linha saindo do porto de Rio Grande, no litoral, passando por Bagé, unindo-se em São Gabriel com a artéria principal. Essa proposta de traçado daria origem a dois ramais em rota estratégica para Santana do Livramento e Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. Também previa-se a construção de uma linha partindo da capela da luz e margeando o rio Candiota até a bacia carbonífera da região. De acordo com a figura 2, mapa do projeto proposto por Ewbank da Câmara. Por fim ao norte do estado, uma estrada ferro atravessando o vale do rio Taquari, relevante região colonial, estendendo-se pelos campos de Vacaria até atingir o estado de Santa Catarina (DIAS, 1986)

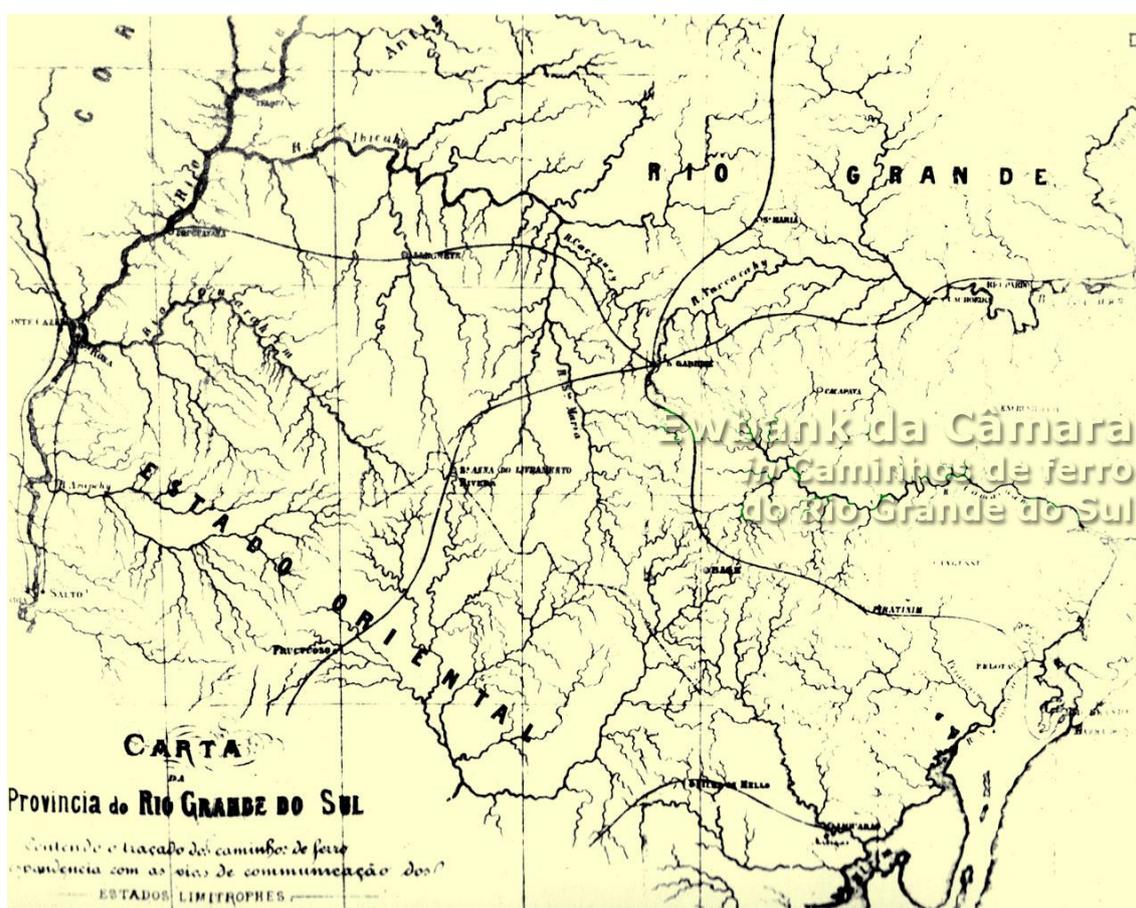


Figura 2: Mapa da proposta do Engenheiro Ewbank da Câmara entregue para a assembleia provincial.  
 Fonte: <http://www.vfco.vfco.com.br/bibliografia/Caminhos-ferro-Rio-Grande-Sul-plano-ferrovias-estrategicas-Ewbank-Camara.shtml>. Acesso em 19/04/2019

Em função da logística, dois centros irradiadores foram considerados no projeto, Alegrete e São Gabriel. Alegrete se ligaria com Uruguaiana, Itaqui e São Borja, pois a cidade era ponto de concentração nas operações militares da campanha gaúcha. São Gabriel por ser um núcleo militar, e também por estar situado em uma região não tão próxima das fronteiras. Pois se houvesse uma possível invasão, a cidade não ficaria sem

guarnição, e localizada em posição estratégica para a defesa. Além disso, São Gabriel seria o entroncamento da linha principal com a linha sul, partindo do município até chegar a em Santana do Livramento e também a conexão até a linha do Noroeste. Após essas disposições, o projeto foi debatido e, em 1874, os engenheiros do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas estabeleceram as rotas obrigatórias, o entroncamento com a linha sul foi transferido para a coxilha em Cacequi, diferente do proposto no projeto, que previa a cidade de São Gabriel. (DIAS, 1986).

Após a definição do projeto do engenheiro Ewbank da Câmara, o estado passa a ter um rede de com três linha principais, Porto Alegre – Uruguaiana, Rio Grande - Bagé e Santa Maria – Passo Fundo. Essas linhas pertenciam ao governo federal, porém são arrendadas por companhias estrangeiras. Com destaque para duas, a *Compagnie Auxiliare des Chemins de Fer au Brésil*, de origem belga, arrendou a linha Porto Alegre-Uruguaiana e, a inglesa *Southern Brazilian Rio Grande do Sul*, arrendou a linha tronco sul Bagé – Rio Grande.

Assim, as ferrovias se desenvolveram no Rio Grande do sul, figura 3, em 1884, as cidades de Rio Grande e Bagé ganhavam um terminal ferroviário para compor a linha "Bagé-Marítima". No ano de 1896 a linha Cacequi- São Gabriel e, São Sebastião-São Gabriel completavam a linha Bagé-Rio Grande. Ao mesmo passo que Rio Grande instalava outras rotas, que ligavam à cidade à Costa do Mar e à Estrada do mar. No século XIX muitas linhas férreas foram construídas pelo estado, o que coloca o trem como principal meio de transporte da época.



Figura 3: As linhas da Viação férrea sul-rio-grandense em 1898

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1; CENTENÁRIO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS, 1954, Rio de Janeiro, RJ. **Brasil, Ferrovias, História**. Rio de Janeiro, RJ: Conselho Nacional de Geografia, SERGRAF, 1954.

## ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS

As estações ferroviárias foram implantadas no mesmo período das linhas férreas, muitas foram construídas por companhias estrangeiras, americanas, belgas, britânicas e, pelos Batalhões de Engenharia do Exército. Os prédios foram compostos por materiais e técnicas inovadoras para a época, como o uso de estruturas de ferro importados da Europa como, por exemplo, Estação da Luz, em São Paulo e Estação Central de Belo Horizonte. O ferro, com exceção das duas já citadas, foi utilizado em alguns exemplares como elemento de sustentação e sobre a plataforma de embarque.

Verifica-se a existência de tipologias arquitetônicas específicas em cada época, existindo estações muito semelhantes em cidades diferentes, geralmente pertencentes à mesma linha e à mesma empresa arrendatária. Alguns prédios são idênticos, evidenciando a existência de modelos padronizados aplicados pelos construtores das linhas". ( IPHAE, 2002 p.26)

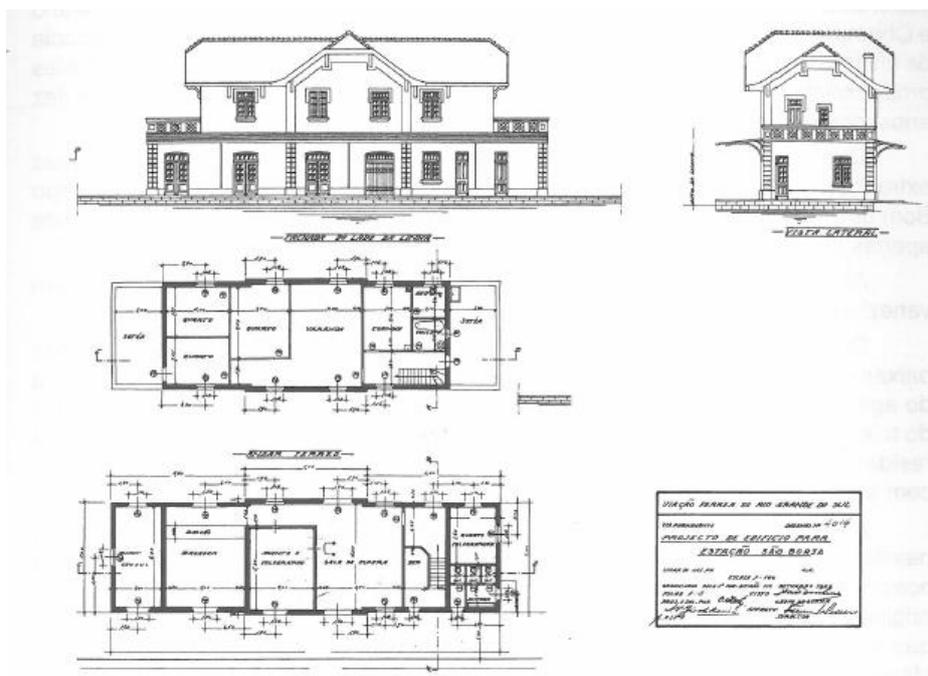


Figura 4: Projeto da Estação de São Borja/RS.

Fonte: Livro "Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959", (2002)

## TIPOLOGIA DAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS

A tipologia é o estudo científico de tipos e elementos que compõem a linguagem arquitetônica. A tipologia aliada a história, ajuda identificar os costumes de uma sociedade, assim como determina o estilo que a obra está inserida.

Na arquitetura, referencia-se um tipo de obra, espaço ou parte que compõe o espaço livre, analisando suas variações, escalas e vinculação ao meio urbano, período histórico e abrangência social. São observados os tipos de prédios que não só compreendem os edifícios, mas como ruas, pátios, muros, jardins, entre outros elementos morfológicos. É importante destacar que a arquitetura trabalha a tipologia na escala do edifício ou elemento selecionado. (MOTTA; SCOPEL, 2015)

Para IPHAE (2002) as estações estão divididas conforme as "as características arquitetônicas de cada prédio". Foram selecionadas em grupos que possuem elementos semelhantes, tanto formais quanto funcionais. Este estudo irá detalhar as "estações-padrão VFRGS- anos 30 e 40", constituindo uma linha do tempo para melhor compreensão dos elementos que as compõem.

É importante salientar que a ordem cronológica das estações estão organizadas de acordo com o ano de inauguração da linha férrea, pois em alguns casos como: Alegrete, Cacequi, Jaguari, São Borja e Dom Pedrito, já existiam estações ferroviárias

anteriormente as décadas de 1930 e 1940. As quais passaram por reforma onde foi implementado o projeto da VFRGS.



Tabela 1: Linha do tempo das estações ferroviárias padrão VFRGS  
 Fonte: Elaborada pelo Autor.

Segundo IPHAE (2002) " estes prédios foram inaugurados nas décadas de 30 e 40 pela VFRGS, constituindo um projeto padrão." Foram construídos para substituir estações antigas em diversos pontos do estado.

O programa básico destas estações, tomando-se como modelo as plantas baixas das estações de Cacequi, São Borja e Canoas, inclui sala de espera, sala do agente telégrafo, setor de atendimento com depósito para bagagens, quarto do telegrafista e sanitários no andar térreo. No pavimento superior localizava-se a residência do agente, com "Varanda", cozinha, despensa, tolete e três dormitórios com acesso aos terraços laterais. (IPHAE, 2002 p.38)

O aspecto formal desses prédios é característico, pois é distinto das outras estações do estado. As coberturas possuem múltiplas águas, com alta inclinação, telhas do tipo francesa, os telhados triangulares possuindo grandes beirais. Os prédios estão distribuídos em dois pavimentos, e inseridos paralelamente à via férrea. Possuem um corpo central com duas ou três janelas e dois corpos laterais com dimensões variáveis. Quase todas possuem terraços descobertos nas duas extremidades. As esquadrias no 2º pavimento são de verga reta, janelas com veneziana. No primeiro pavimento as esquadrias contém arco abatido com bandeira de vidro fixo. (IPHAE,2002).

## CARTA PATRIMONIAL DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O patrimônio industrial, segundo a carta patrimonial de Nizhny Tagil (2003) reúne as evidências da cultura industrial com caráter histórico, social, tecnológico, científico e arquitetônico. Essas evidências, não só incluem bens materiais com também imateriais. Dentre os bens materiais estão: os edifícios fabris, minas e locais de processamento e de refinação, armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas infraestruturas, bem como espaços onde se desenvolveram as atividades sociais, que foram relacionadas com o progresso da indústria, tais como as vilas, habitações, espaços de culto e destinados a educação. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003). Além disso, dentre os bens imateriais estão as transformações na estrutura social e urbana que a industrialização trouxe.

O patrimônio industrial compreende as ações que possuíam e que até agora possuem, visíveis repercussão histórica. Por isso, os motivos que explicam a proteção do patrimônio industrial transcorrem basicamente do valor universal de determinada característica, e não da individualidade de cada sítio. Ou seja, é nutrido pelo valor social, como parte do registro de vida dos habitantes conferindo um sentimento de pertencimento e identidade. Além disso, também é conferido ao patrimônio industrial o valor estético, pois está presente nas construções, e design. Esses valores remetem aos sítios industriais, aos elementos construtivos, estrutura, maquinaria e paisagem industrial. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

Após o conceito de patrimônio Industrial e, a partir dele, a carta de Nizhny Tagil (2003) traça os critérios relevantes a serem considerados a nível de proteção legal.

- I. O patrimônio industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em

consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico. ( CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003 S/ Pag.)

As políticas econômicas de desenvolvimento, devem incluir os programas para a conservação do patrimônio industrial. Os sítios mais relevantes necessitam ser preservados na íntegra. Não devem possuir intervenção que prejudique a sua totalidade arquitetônica e histórica. É permitido a adaptação racional, como também a reciclagem, que estabelecem formas adequadas e econômicas, assegurando, assim, a manutenção de edifícios industriais históricos, que podem ser estimulados mediante a controles legais, incentivos fiscais e conselhos técnicos. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

Além disso, é preciso prever que a expansão urbana não ameace o patrimônio Industrial, nem as comunidades habitacionais industriais, para isso, é necessário prever as possíveis transformações e, a partir disso, organizar instrumentos para evita o avanço dessas transformações. Afim de resguardar o patrimônio edificado, com o auxílio de leis que impeçam a descaracterização não só das plantas fabris como também de comunidades industriais ameaçadas. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

O governo tem de utilizar mecanismos de consulta especializado que indique o posicionamento da população sob o viés da preservação. Esse mecanismo precisa ser elaborado por uma equipe de técnicos e consultado quando houver necessidade. Os grupos de voluntários e associações desempenham um papel fundamental na inventariarão dos sítios, promovem a articulação com o poder público em prol da preservação. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

A conservação do patrimônio industrial está relacionado diretamente com a preservação de sua integralidade funcional, pois não se torna autentico um sítio que foi retirado elementos essenciais, como a máquinas ou no caso das estações ferroviárias, os trilhos e trens, por exemplo, reduzindo o valor de autenticidade, como consequência. Por isso que as intervenções devem, quando possível, visar a manutenção de sua integralidade, pois ao retirar um componente principal, perde-se a leitura histórica do conjunto. Além disso, a reciclagem de sítios devem considerar os materiais utilizados, esquemas de circulação e produção, sendo de certa forma, compatível com o uso original. A adaptação e utilização de edifícios evita o desperdício de materiais e energia, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. As intervenções desenvolvidas



em sítios industriais devem ser reversíveis e provocar um mínimo impacto. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003)

Após análise do que foi exposto, é possível evidenciar que as estradas de ferro, constituíram sítios industriais, contribuindo para o desenvolvimento das cidades. Para Küll (1998) a influência das estradas de ferro promovia na cidade " a configuração das ruas e até mesmo em seu sistema de identificação, nos meios de transportes urbanos, no estabelecimento de atividades complementares nos arredores de suas estações, tais como a comercial e a hoteleira ". Por meio disso, se fomentava as relações interpessoais aumentando o leque de informações no cotidiano das pessoas e da cidade.

A carta patrimonial de Nizhny Tagil corrobora com o que foi dito acima, pois traça critérios para a preservação do patrimônio industrial em geral. As estações ferroviárias padrão VFRGS não podem ser preservadas isoladamente, pois é necessário que se mantenha vivo o sítio industrial, que nesse caso é a área ferroviária, locomotivas, vagões, trilhos e todo o mobiliário urbano (pontes, viadutos, túneis) pertencente ao processo econômico, pois as ferrovias, para muitas cidades foi sinônimo de progresso, de vinda de insumos, serviços e escoamento da produção.

Além disso, é necessário a reinserção desses prédios no cotidiano das cidades, através da ocupação por museus, espaços culturais ou até mesmo pelo poder público. Isso ajuda a manter o prédio vivo, é imprescindível, como menciona a carta, não alterar a estrutura formal desses prédios, pois eles são a marca material do progresso na cidade e vida das pessoas. As cidades de São Borja, Cacequi, Santiago, Vila Siqueira, Canoas e Campo Bom, possuem as estações ferroviárias reinseridas no cotidiano das cidades, a maioria desses prédios, nessas cidades, destinam-se a cultura e memória das cidades.

Com relação aos critérios de preservação, é importante ressaltar que deve ser preservado o conjunto arquitetônico e sítio que desempenharam relevante papel para a construção da cidade e memória social. Claro que, o interesse da população é enfático, pois é necessário haver um consenso da comunidade sobre o que é patrimônio para poder traçar as ações que salvaguardam o patrimônio ferroviário. A preservação do sítio ferroviário, assim como: estações ferroviárias, armazéns, oficinas, alojamentos, depósito de locomotivas, assim como os trilhos, vagões, locomotivas e todo o mobiliário pertencente a esse período, entram no rol de bens a serem protegidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a origem das ferrovias nos cenários, nacional e regional constitui-se como sinônimo de desenvolvimento econômico e social para as regiões onde as linhas férreas estão inseridas. As estações ferroviárias padrão VFRGS estão relacionadas diretamente com preservação do sítio industrial ferroviário em sua totalidade, pois é necessário compreender que as estações são frutos do processo que revolucionou os meios de comunicação, indústria, comércio e sociedade da época, por isso precisam ser preservados. As estações ferroviárias analisadas, embora com algumas variáveis, seguem um projeto padrão, resultando em estações férreas com forte identidade visual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Áttila do. **A Evolução ferroviária no Rio Grande do Sul**. Obra editada por ocasião dos festejos do I Centenário de implantação do trecho Porto Alegre-São Leopoldo, da estrada de ferro Porto Alegre – Novo Hamburgo. 1974 Acervo Museu do Trem de São Leopoldo.

**Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio Industrial**, TICCIH, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>> Acesso em: 30 jul. 2019

CAVALCANTI, Flávio. R. Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul. **Centro oeste Brasil**, 20 de nov. 2014. Disponível em: <http://www.vfco.vfco.com.br/bibliografia/Caminhos-ferro-Rio-Grande-Sul-plano-ferrovias-estrategicas-Ewbank-Camara.shtml>>. Acesso em 19 abr. 2019

DIAS, José Roberto de Souza. **Caminhos de ferro do Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transportes ferroviários no Brasil meridional**. São Paulo: Rios, 1986. Disponível em: Museu do trem, São Leopoldo/RS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1; **CENTENÁRIO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS**, 1954, Rio de Janeiro, RJ. Brasil, Ferrovias, História. Rio de Janeiro, RJ: Conselho Nacional de Geografia, SERGRAF, 1954. IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874-1959**. Porto Alegre: Pallotti, 2002

KÜHL, Beatriz Mugayar, **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**/ Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê editorial: Fapesp: secretaria da Cultura, 1998

LAMEIRA, Márlon Martin, **O Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul e os Critérios de Preservação**. 2010, Monografia (Especialização em Arquitetura e Patrimônio Arquitetônico no Brasil), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOTTA, Juliana; SCOPEL, Vanessa, **Aspectos da Tipologia na Arquitetura**. [S.I]: uniritter. Disponível em:<[https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos\\_trabalhos/361\\_2/927/1070-.pdf](https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/361_2/927/1070-.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2019.

RANSOLIN, Antonio Francisco. **As Ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1870-1920): Um Estudo Comparativo**. São Leopoldo: Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 1999.

## **Teoria e Historiografia: um debate que segue**

**Prof. Me. Matheus Barros<sup>1</sup>**

O presente ST tem como objetivo propiciar um espaço de reflexão e problematização dos campos teóricos e historiográficos a se relacionarem com a escrita do historiador. Desde o século XIX – quando a História se lança na busca de um estatuto científico – a comunidade do ofício de Clio passou a viver sob um duplo registro: 1) A pesquisa empírica; e 2) A reflexão teórica e historiográfica sobre o escrever História. Da busca pelo rótulo de “ciência” às propostas pós-modernas narrativistas, o campo da História não mais deixou de se mostrar como profícuo ao debate acadêmico. Nesse sentido, abre-se esse ST a propostas que visam uma reflexão das formas e maneiras de pensar a História enquanto campo epistemológico, assim como a trabalhos que analisam as escritas da História já consolidadas nas diversas correntes historiográficas vigentes.

---

<sup>1</sup> Professor Substituto no Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas e Bacharel em História pela FURG. E-mail: matheusbarros.dasilva@gmail.com

## A PESQUISA HISTÓRICA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROJETO DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO<sup>1</sup>

Franciele Fraga Pereira<sup>2</sup>  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Aline Montagna Da Silveira<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Pelotas teve seu apogeu de desenvolvimento econômico entre o final do século XIX e o início do século XX. A particularidade de sua localização geográfica favoreceu a produção e o escoamento da produção charqueadora, movimentou a economia local e possibilitou o enriquecimento das camadas sociais mais elevadas (SANTOS, 2009). O acúmulo de capital refletiu-se na materialidade da cidade, revelando uma ambiência urbana que expressava essa opulência, em seus monumentos, praças, marcos e edificações públicas e privadas (SCHLEE, 2008).

A relevância do patrimônio arquitetônico pelotense foi reconhecida em âmbito municipal, estadual e federal. A salvaguarda desse acervo no âmbito municipal ocorreu através da Lei 4568/2000, que criou as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs), listando os bens de valor cultural localizados nessas áreas, que integram o Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Alguns anos depois, o III Plano Diretor da cidade retomou essa temática, estabelecendo a delimitação de Áreas de Especial Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC) e de Focos de Interesse Cultural (FEICs) (PELOTAS, 2008).

A preservação estadual e federal efetivou-se através do instrumento de tombamento. O tema do patrimônio pelotense demonstrou sua relevância especialmente no momento em que se efetivou o reconhecimento do “Conjunto Histórico de Pelotas e das Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu), no Rio Grande do Sul, como Patrimônio Cultural Brasileiro” (IPHAN, 2018).

Ainda em 2018, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) lançou a Portaria nº 375, que definiu a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do órgão de preservação. A PPCM foi implementada a partir da indicação de princípios,

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU - UFPel). Bolsista CAPES – franfragap@gmail.com

<sup>3</sup> Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb-UFPel) – alinemontagna@yahoo.com.br

premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes, os quais apontaram a indissociabilidade dos bens culturais materiais e das comunidades que os têm como referência (IPHAN, 2018). A preocupação, evidenciada na publicação da portaria por parte do Iphan, demonstra a importância e o caráter atual do debate sobre os bens culturais materiais e imateriais no Brasil.

Nesse sentido, entende-se a arquitetura e a cidade como representações da cultura de um local e de um povo. Essas representações são portadoras do simbólico, reunindo em si os próprios sentidos e sentimentos ocultos e explícitos, construídos social e historicamente (PESAVENTO, 2012).

Apesar do recorrente enfoque tradicional de estudos voltados à preservação e ao reconhecimento de edificações isoladas, na maioria das vezes representativas do poder dominante, entende-se que atualmente há um esforço dos órgãos de preservação e dos profissionais que atuam nessa área em preservar não somente as edificações monumentais, mas também a sua ambiência.

[...] a noção de bem cultural se expandiu para tudo aquilo que é testemunho da operosidade humana e que, com o tempo, adquiriu uma significação cultural; podem ser obras muito modestas, que, com o tempo, foram reconhecidas como de interesse para diversas comunidades, para diversas culturas. (KÜHL, 2019, p.38-39)

O reconhecimento do patrimônio cultural incluiu não somente obras modestas, mas a importância do sujeito para quem se busca preservar e do contexto em que estes bens se inserem. As ambiências culturais são formadas pelos bens representativos e pelo seu entorno, também conhecido como arquitetura de acompanhamento, ou as chamadas “edificações de base” pelos italianos. São aquelas arquiteturas que dão personalidade a uma área, mesmo não sendo grandes obras excepcionais. Sua proteção merece atenção, pois as possíveis descaracterizações que podem ocorrer nessas obras trazem o risco irremediável de desequilibrar a composição do conjunto (KÜHL, 2019). Em consonância com essa afirmação, os olhares dos arquitetos e urbanistas voltam-se para a importância de garantir a legibilidade de conjuntos urbanos, incluindo edificações “não monumentais” que compõem a ambiência do sítio. A temática do patrimônio cultural perpassa as discussões sobre a configuração urbana atual.

A questão da intervenção em sítios históricos, seja na escala urbana ou arquitetônica, é tema recorrente nas atribuições do profissional de arquitetura e urbanismo em diversas localidades. Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, a importância do

patrimônio cultural é percebida não somente pela importância material dos bens, mas também pelas relações simbólicas que esses elementos representam à sua comunidade: as relações de poder, sentimentais e de memória, o saber fazer, entre outros (MENESES, 2012).

As edificações de valor cultural fazem e farão parte do cotidiano das cidades. É necessário pensar na intervenção nessas obras de arquitetura e de urbanismo como uma questão atual. “E o propósito é justamente pensar esses problemas de maneira inteligente, de maneira fundamentada, de maneira respeitosa e propositiva” (KÜHL, 2019, p.77).

Dessa maneira, ao tratar de intervenções em sítios históricos, dada a relevância e a complexidade do tema, é de suma importância estabelecer, além de uma visão interdisciplinar, um juízo crítico por parte dos profissionais envolvidos. Fenelon (1993) destaca que as culturas devem ser tratadas no plural, e não como campo do conhecimento específico de uma disciplina. A compreensão do patrimônio cultural deve ser uma teia formada por diversos olhares, que explicitam aspectos particulares, que se complementam e se somam na preservação dos bens.

Nesse sentido, a disciplina de Projeto de Arquitetura VI, disciplina obrigatória do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, busca contribuir para a formação desses futuros profissionais. O método de abordagem dos conteúdos pauta-se em uma proposta de teoria aplicada ao projeto, que aborda aspectos teóricos, projetuais e tecnológicos, com o intuito de subsidiar a identificação e conhecimento do bem, o diagnóstico do estado de conservação da obra e a proposta de intervenção. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica configura-se como um elemento fundamental para a compreensão do objeto de estudo e para as tomadas de decisão projetuais dos alunos.

Este trabalho objetiva apontar como a pesquisa histórica pode contribuir para o entendimento do objeto em suas diversas temporalidades. Dessa forma, destaca-se a sua importância como abordagem essencial na formação dessa etapa importante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. O texto relata brevemente as possibilidades de investigação histórica e suas relações com a preservação do patrimônio cultural no campo da Arquitetura e do Urbanismo, a partir da experiência de estágio docente da autora e da experiência docente da orientadora do trabalho.

## **ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A disciplina Projeto de Arquitetura VI foi implementada em 2017, a partir de uma reformulação do currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL. O objetivo da

disciplina consiste em elaborar um projeto de intervenção no patrimônio edificado de valor cultural. Nesse sentido, estrutura-se a partir de estudos, análises, reflexões e propostas, pautadas na temática de preservação do patrimônio cultural.

O recorte espacial escolhido para a realização dos estudos nos anos de 2018 e 2019 foi a região do Primeiro Loteamento da cidade de Pelotas, ao redor da antiga igreja da Freguesia, atual Catedral São Francisco de Paula. A região localiza-se na Área de Especial Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), na Zona de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC), Sítio do 1º Loteamento (PELOTAS, 2008). A escolha do local foi pautada por dois motivos principais. Primeiro, a presença de um fato urbano expressivo na ambiência urbana (ROSSI, 1999): a Catedral São Francisco de Paula, primeira capela da localidade. Segundo, as características morfológicas do lugar, que permitem a leitura das diversas camadas temporais sobrepostas, assemelhando-se a um palimpsesto<sup>4</sup>.

Os alunos são organizados em grupos de três, e escolhem como objeto de estudo uma obra arquitetônica que consideram de relevância como bem cultural e que utilize técnicas tradicionais na sua edificação (JANTZEN, 2010). A proposta pedagógica da disciplina possui etapas práticas, que são sempre precedidas de aulas teóricas, as quais instrumentalizam os alunos na realização das atividades. No âmbito teórico, são abordados temas como conceitos e trajetória da preservação patrimonial no Brasil, inventário e tombamento, identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e mapeamento de danos, teorias do restauro, entre outros. Os trabalhos práticos são pautados por registros que incluem a caracterização da ambiência e do entorno da obra, a legislação vigente no local, a pesquisa histórica, a documentação fotográfica atual, o levantamento métrico-arquitetônico, a identificação do estado de deterioração da obra e as análises formal e tipológica da edificação.

As inserções no campo da história permeiam várias fases do trabalho, desde a compreensão do surgimento do núcleo urbano, necessário para a contextualização do local de estudo, até o histórico individual do bem, necessário para o entendimento de suas particularidades.

A pesquisa histórica da edificação realizada pelos alunos perpassa três fases importantes do objeto: a) momento da concepção e/ou construção da obra, através da

---

<sup>4</sup>NETTO (2014) contextualiza a ideia da paisagem urbana como um palimpsesto, a partir da compreensão de que a cidade é composta por diversas camadas históricas, resultado de uma sucessão de períodos morfológicos que se sobrepõem no tecido urbano. A utilização desse termo tem origem na prática da reutilização do pergaminho, através de lavagem ou raspagem, devido à sua escassez durante a Idade Média. A reutilização de pergaminhos conduziu à perda de inúmeros textos antigos.



busca de datação do ano de construção ou de elaboração do projeto; b) trajetória no tempo, através do entendimento das transformações, acréscimos e perdas pelos quais a obra passou; c) situação atual, através de documentação gráfica e fotográfica da edificação produzida pelos alunos no decorrer da disciplina.

Dessa maneira, espera-se que a coleta de dados possibilite uma apreensão o mais completa possível sobre a edificação, sua trajetória e significações, com o intuito de subsidiar uma proposta de intervenção fundamentada na compreensão da materialidade e da imaterialidade do bem. Nesse momento, o trabalho historiográfico ajuda a constituir uma versão plausível, aproximada daquilo que se passou em um dado momento; dessa maneira o historiador atinge a verossimilhança, passível, portanto, de aceitação (PESAVENTO, 2003).

Evidentemente que a pesquisa histórica pode apresentar-se, em dado momento, com diversas lacunas; mesmo que em partes, sua reconstituição é de suma importância para a apropriação da história do bem. Essa abordagem integra as recomendações dos órgãos de preservação para intervenções no patrimônio cultural edificado (GOMIDE, SILVA, BRAGA, 2009).

## **AS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO**

As fontes de pesquisa que subsidiam as reflexões da disciplina variam a cada experiência, já que cada obra e cada estudo de caso são únicos. As fontes de pesquisa disponíveis podem ser da última década ou remontar às primeiras ocupações da Freguesia de São Francisco de Paula.

Em sala de aula, os alunos são instigados a visualizar as diferentes possibilidades de investigação nesse campo do conhecimento, a partir do olhar específico da Arquitetura e do Urbanismo. Segundo Fenelon (1993) o trabalho de pesquisa historiográfica com fontes documentais além das fontes escritas provoca uma infinidade de questões que quase sempre só podem ser desenvolvidas a partir do contexto da investigação; dessa forma, tal como as fontes textuais, elas precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas.

Por consequência, ao mesmo tempo em que se depara com uma ampla possibilidade de pesquisa, o aluno percebe como o seu próprio trabalho, de levantamento das condições atuais da obra, se transforma também em uma fonte de documentação dos objetos estudados. Essa situação pode ser percebida quando a investigação se debruça sobre os inventários realizados nos anos de 1983 (OLIVEIRA, FUÃO e PATELLA, 1985) e de

1987 (que se encontra no acervo da Secretaria de Municipal de Cultura de Pelotas-RS). O próprio arcabouço documental produzido pelos profissionais dessa área nas últimas décadas transformou-se em fonte expressiva de investigação, como pode ser observada nos registros produzidos pelos inventários de Pelotas de 1983 (Fig. 01), 1987 e 2005. A abordagem de documentação adotada no inventário de 1983<sup>5</sup> pautou-se no registro da paisagem cultural do sítio de 1º loteamento. O enfoque foi o casario (ou os bens que integram o que se entende por “arquitetura de acompanhamento”<sup>6</sup>) e não as edificações monumentais, já reconhecidas e consagradas como patrimônio e menos vulneráveis a demolições.

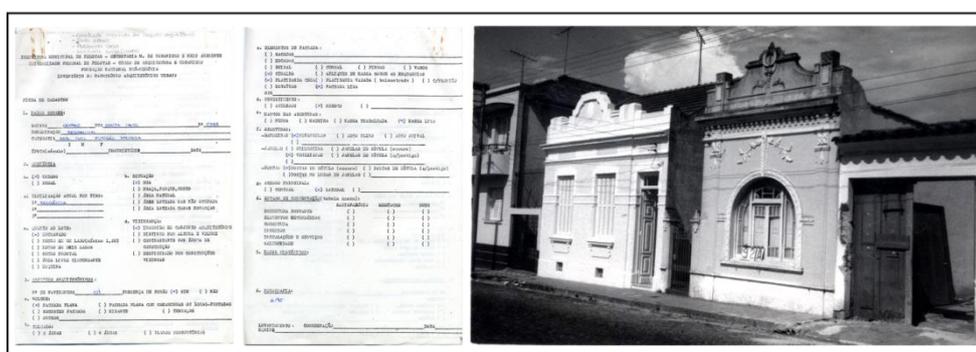


Figura 01 – Exemplos de fichas de inventário arquitetônico.  
Fonte: Acervo NEAB, 1983.

A documentação cartorial é uma fonte de pesquisa acessível aos alunos quando os bens estudados foram objeto de pesquisa no inventário de 1987, já que a maioria desses documentos se encontra no acervo da Secretaria de Cultura do município (SECULT). As certidões de registro de imóveis fazem parte deste acervo porque foram utilizadas, na época, para identificar os proprietários e proceder a notificação de tombamento dos bens. No caso do imóvel estar ocupado pelos proprietários na etapa de levantamento, muitas vezes estes disponibilizam a documentação para pesquisa. As certidões de registro de imóveis indicam, além das dimensões dos lotes, o nome dos antigos proprietários, as

<sup>5</sup>O inventário de 1983 foi realizado a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Pelotas e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sob a orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O recorte espacial foi o sítio do 1º loteamento de Pelotas (imediações da atual Catedral São Francisco de Paula) e o recorte temporal contemplou edificações construídas entre 1830 e 1930.

<sup>6</sup>Jantzen (1998) entende que o termo “arquitetura de acompanhamento” refere-se aquelas obras que, muitas vezes, não possuem as mesmas características dos edifícios monumentais, mas formam a paisagem urbana, ou seja, o conjunto que compõe a cidade. Essa particularidade de compor um “cenário” é que revela o seu valor cultural.

numerações antigas ou originais dos terrenos<sup>7</sup> e, em muitos casos, a descrição das características da edificação.

A cartografia também possibilita a compreensão do objeto de estudo, especialmente os mapas que apresentam, além do traçado dos quarteirões, a projeção das edificações nos lotes (Fig. 02). A cronologia da produção cartográfica auxilia no entendimento da transformação e crescimento da cidade, evidenciando a transformação da malha urbana através do tempo.

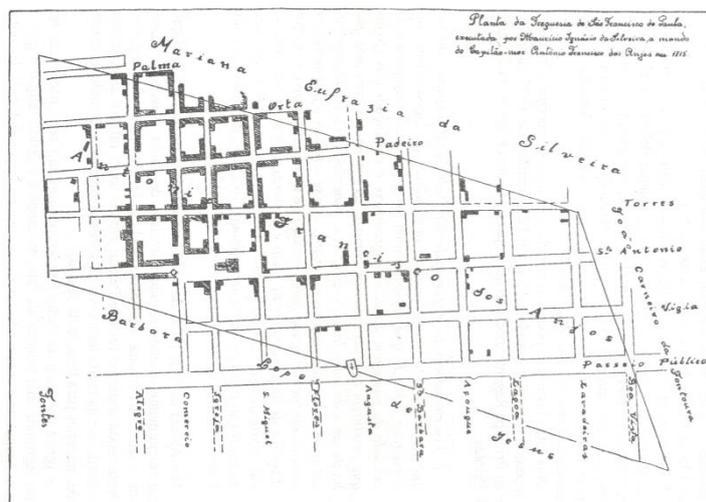


Figura 02 – Planta da Freguesia de São Francisco de Paula, 1815.  
Fonte: Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

A fotografia é uma das possibilidades de investigação nesse campo, talvez a mais difundida entre os arquitetos e urbanistas. Além dos registros mais antigos, divulgados em diversas publicações sobre Pelotas (MICHELON E SANTOS, 2000; MICHELON E SCHWONKE, 2005; RUBIRA, 2012, 2014a e 2014b), muitas famílias e instituições guardam seus acervos com registros fotográficos. Muitas vezes, a documentação foi produzida com um intuito de registrar momentos importantes para os usuários, mas pode ser fonte para leituras diversas da intenção original. Por exemplo, a documentação do desfile da Banda do Colégio Gonzaga permite identificar as transformações da Praça José Bonifácio, que aparecem ao fundo (Fig. 03).

<sup>7</sup> As ruas da cidade de Pelotas-RS tiveram seus nomes alterados e foram renumeradas ao longo do tempo. A análise cronológica da produção cartográfica permite identificar essas modificações. Magalhães (2000) remonta a cronologia dos nomes da cidade. A exemplo citamos a Rua Doutor Cassiano, que só passou a ser conhecida por esse nome a partir de 1922, antes disso foi chamada de “Quitanda” em 1815, “Padeiro” em 1835 e “16 de Julho” em 1882.



Figura 03 – Fotografia de desfile da Banda do Colégio Gonzaga.  
Ao fundo, edificação localizada no cruzamento das ruas 15 de Novembro e Praça José Bonifácio.  
Fonte: Acervo do Colégio Gonzaga, s.d.

Os periódicos, por sua vez, utilizam fotografias e relatos, configurando-se também como uma rica fonte de pesquisa. Segundo Cerqueira (1994) o jornal pode ser entendido como fonte do conhecimento do cotidiano, desde que se entenda que carrega em sua essência as ideologias e pensamentos de seus editores e jornalistas. Dessa forma, os jornais explicitam sua visão de cotidiano local, e também estimulam certos hábitos e visões aqueles que o leem seguidamente.

Os almanaques e álbuns comemorativos foram bastante difundidos nas primeiras décadas do século XX. Essas publicações divulgavam, além de textos sobre os mais variados temas, muitos anúncios de estabelecimentos de comércio e serviço da cidade, acompanhados de fotografias. Publicavam, também, imagens de projetos e fotografias de edifícios relevantes para a cidade no período de sua inauguração e/ou construção. Por exemplo, a edificação do Colégio Santa Margarida, publicado no Almanaque de Pelotas do ano de 1935 (Fig. 04).

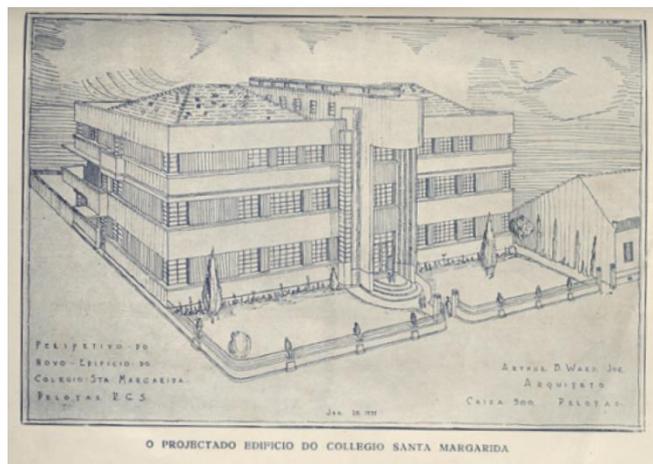


Figura 04 – Imagem do Projeto do edifício do Colégio Santa Margarida.  
Divulgado no almanaque de Pelotas de 1935.  
Fonte: PARADEDA, 1935, p. 162-163.

No âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, destaca-se o acervo de projetos arquitetônicos, representações utilizadas pelos alunos desde o início do curso de graduação. Nesses documentos, os estudantes têm a possibilidade de pesquisar a produção do campo de conhecimento desde o final do século XIX, em Pelotas. O acervo de projetos arquitetônicos constitui uma das fontes mais significativas de investigação. Nesse âmbito, a documentação encontrada geralmente remete a proposta de uma nova edificação ou a reforma e/ou acréscimo a uma edificação existente. Esse tipo de fonte, quando encontrada, além dos aspectos formais e construtivos, normalmente revela a identidade do construtor ou projetista e, muitas vezes, indica também quem encomendou a edificação (proprietário).

A contextualização dessas representações, através da comparação do projeto com a legislação construtiva da época, leva a percepção das intenções que permeiam as representações, ou seja, o que cada projeto (ou documento, ou discurso sobre a prática construtiva) quer mostrar e o que ele omite. Nesse sentido a utilização de distintas escalas de representação em diferentes partes do projeto demonstra um importante instrumento de manipulação da informação técnica-construtiva.

Ao passo que o estudante-pesquisador se aproxima do seu estudo de caso, muitas vezes obtêm acesso a depoimentos e a acervos pessoais dos habitantes das edificações. Essa etapa, quase intimista do processo de pesquisa historiográfica, revela por vezes modos de uso da edificação, modificações ao longo do tempo e também lembranças e sentimentos dos moradores em relação ao bem.

## **A UTILIZAÇÃO DAS FONTES HISTORIOGRÁFICAS DE PESQUISA NO ATELIER**

No ano de 2018 um grupo de alunos da disciplina teve como objeto de estudo uma edificação vizinha à Catedral São Francisco de Paula. Em razão de sua proximidade com essa significativa edificação, o grupo de estudantes desse objeto de estudo obteve informações com certa facilidade em algumas fontes de pesquisa. Um exemplo disso foi a pesquisa em registros cartográficos (Fig. 05).

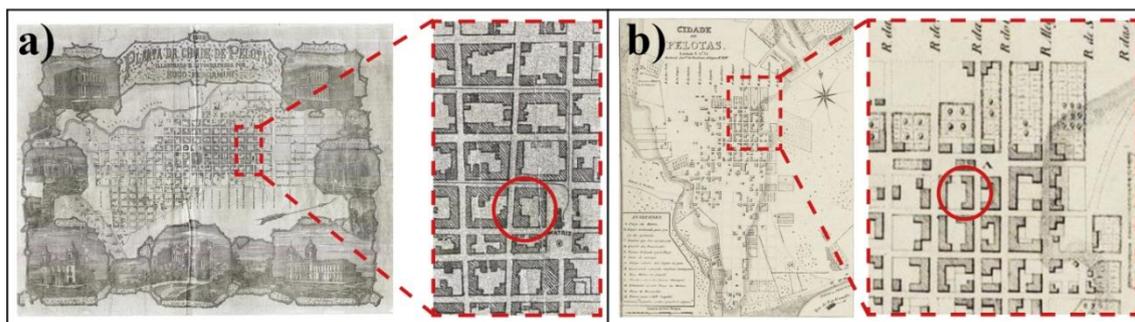


Figura 05 – Registros cartográficos da cidade de Pelotas - RS.

a) Mapa da cidade de Pelotas, ano 1882; b) Mapa da cidade de Pelotas, ano 1835. Modificações pelas autoras.

Fontes: a) Acervo NEAB; b) GUTIERREZ, 2001, p.169.

Nesse estudo de caso em específico, a partir da pesquisa historiográfica, não foi possível precisar a data de construção da edificação. Entretanto as cartografias demonstram que o lote que corresponde à residência estudada já estava ocupado no ano de 1882 e de 1835. A análise da planta de freguesia de 1815 não indica a ocupação desse lote (Fig. 02). Constata-se, a partir disso, que a ocupação ocorreu entre 1815 e 1835.

A análise de registros fotográficos de temporalidades diferentes permitiu o entendimento de algumas de suas transformações através do tempo. Muitas vezes os registros fotográficos não são especificamente do objeto estudado, mas de ambiências urbanas (ver Fig. 06). Em alguns casos documentam eventos ou obras representativas para a comunidade, como o chafariz e a catedral, que se configuram como fatos urbanos (ROSSI, 1999) e, por sua importância e representatividade, tornam-se amplamente registrados.

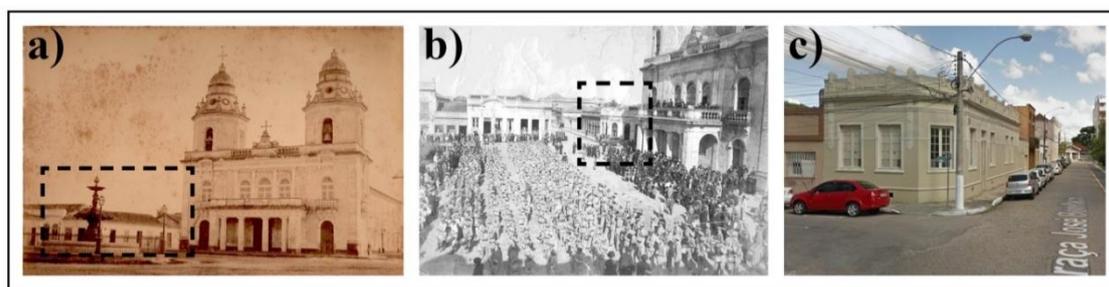


Figura 06 – Documentação fotográfica de edificação vizinha à Catedral Metropolitana São Francisco de Paula em Pelotas – RS.

Fontes: a) acervo Biblioteca Riograndense; b) acervo Biblioteca Pública Pelotense; c) Google Street view, acesso em outubro de 2019.

No ano de 2019 a disciplina teve como objeto de estudo uma edificação localizada no bairro Porto em Pelotas - RS. A relação de significação dessa residência como um bem

cultural não foi indicada somente pelo grupo de alunos que a elegeu para estudo, mas também pelos transeuntes do bairro. A edificação concebida no início do século XX, além de contar com técnicas construtivas tradicionais, possui diversos bens integrados<sup>8</sup> (vitrais, ferragens, escaiolas entre outros) que agregam ainda mais valor e refinamento a obra.

A partir de pesquisas na Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana (SGCMU) foi possível consultar o projeto de construção original da residência, o qual indicou com clareza a data de sua concepção: o ano de 1927 (Fig. 07-c). O documento também permitiu entender o funcionamento original proposto para a edificação, já que essa sofreu modificações ao longo de sua trajetória.

Além de esclarecimentos, a planta original trouxe alguns questionamentos, já que o documento indicava dois cômodos que deixaram os pesquisadores curiosos: um denominado como “Costura” e outro como “Engomar” (Fig 07-d). Dadas as proporções e dimensões da edificação, surgiu questionamento: “porque esse demasiado cuidado com o vestir”? A resposta foi obtida com o relato da atual moradora e proprietária da casa.

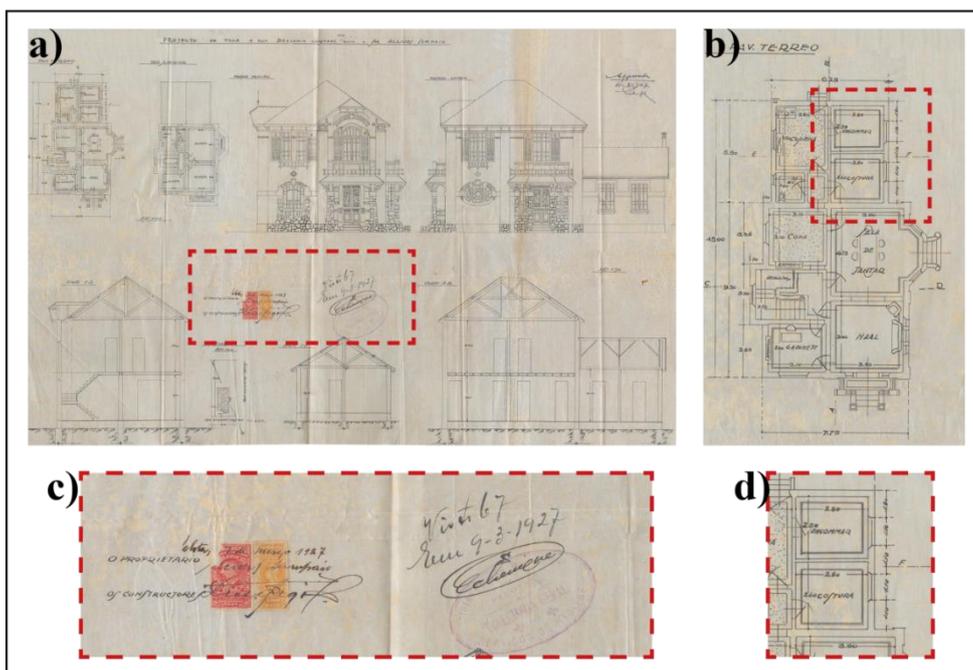


Figura 07 – Projeto de construção da edificação estudada, modificação pelas autoras.

- a) Projeto arquitetônico original da edificação; b) aproximação para a planta baixa do pavimento térreo; c) aproximação para a visualização da datação do projeto; d) aproximação dos ambientes de “costura” e “engomar”.

Fonte: Acervo SGCMU, 1927.

<sup>8</sup> São considerados bens integrados aqueles elementos que são concebidos juntamente com a edificação, de forma que a sua remoção não pode ser feita sem deixar sequelas à arquitetura. A exemplo de bens integrados à arquitetura destacamos: ladrilhos hidráulicos, pisos trabalhados, peças de trabalho de cantaria, azulejos, escaiolas e/ou pinturas murais aplicadas as paredes, marmorino, forros trabalhados em estuque ou madeira, esculturas, ou qualquer outro elemento artístico integrado à edificação.

Segundo a narrativa feita aos alunos, a construção foi erguida para um gerente de banco, e posteriormente vendida. Desde então, há três gerações, a edificação é propriedade da família da atual moradora. Dessa maneira foi possível relacionar o programa de necessidades<sup>9</sup> da residência com os hábitos dos usuários. Evidentemente que, para um funcionário de uma instituição financeira, ter seus trajes sempre bem apresentáveis era imprescindível para a época.

O contato com a proprietária também propiciou outras informações relevantes. Além do seu próprio relato pessoal de vivência da edificação, ela cedeu aos pesquisadores uma fotografia da edificação, veiculada no final da década de 1930, a qual permitiu uma imagem da residência antes das modificações que sofreu na década de 1960, também indicadas em projetos arquitetônicos consultados na SGCMU.

Os relatos e acervos particulares podem se transformar em rica fonte de pesquisa. A exemplo disso observa-se abaixo (Fig. 08-a) registros fotográficos familiares que ajudaram a contextualizar uma edificação estudada no ano de 2019. O edifício em questão, que hoje abriga o Colégio Monsenhor Queiroz, já foi residência da família Bojunga e em sua origem foi residência de Miguel Barcelos, Barão de Itapitocaí (RUBIRA, 2014b).

A direção do colégio também contava com um pequeno acervo sobre o prédio, que foi disponibilizado aos alunos (Fig. 08-b). Através dessas fotografias foi possível identificar no pátio interno da edificação uma fonte. No local, atualmente não há nenhum vestígio de sua existência.



Figura 08 – Fotografias feitas no pátio do Colégio Monsenhor Queiroz em diferentes temporalidades.

- a) Jovem membro dos Bojunga, no pátio da antiga residência da família. Acervo/Contribuição de Paulo Luiz Vianna Bojunga. b) Foto do pátio interno, em evidência uma fonte que não existe mais nas dependências da edificação.

Fontes: a) RUBIRA, 2014b, p.364; b) Acervo do Colégio Monsenhor Queiroz, s.d.

<sup>9</sup> Comumente constituída da lista de ambientes que se desejam para um projeto, muitas vezes acompanhada da área destinada para cada compartimento.



Sobre a referida edificação, não foi possível localizar o projeto original de construção. Entretanto, através de projetos de modificação, registros fotográficos e da transformação das leis urbanísticas consegue-se identificar algumas das suas principais modificações (Fig. 09).



Figura 09 – Fotografias externas da edificação em diferentes temporalidades.

- a) Fotografia da rua Miguel Barcelos, em evidência a edificação estudada, no lado esquerdo da imagem. b) Fotografia da fachada do edifício, com garagem em anexo. c) Fotografia da fachada do edifício, com nova edificação no local da garagem.

Fontes: a) RUBIRA, 2012, p.15; b) Acervo SECULT, s.d. ; c) SECULT, s.d.

Na primeira imagem (Fig. 09-a), evidencia-se uma perspectiva da rua Miguel Barcelos, em direção à Catedral. Miguel Barcelos foi médico, vereador, charqueador e primeiro proprietário da referida casa, figura importante da sociedade pelotense do século XIX que dá nome ao logradouro. Em relação à obra, a partir da análise da fotografia (Fig 08-a) foi possível identificar a ausência de platibanda e a presença do beiral, elemento que evidencia a linguagem luso-brasileira da edificação. Apesar de não haver uma datação precisa da fotografia, observa-se a presença do chafariz da Praça da Matriz. O chafariz foi removido do local nas primeiras décadas do século XX, já que seu registro não aparece nas imagens publicadas no Álbum de Pelotas de 1922.

Nas figuras seguintes (Fig. 09-b e Fig. 09-c), observa-se registros da fachada da residência já com a presença da platibanda, elemento que permanece até os dias atuais. Também é possível verificar a construção do volume pertencente à garagem (lado esquerdo da figura 09-b), e notar a sua ausência em registro posterior (09-c), que é a imagem que mais se assemelha com a fachada nos dias atuais.

Além do registro fotográfico, as transformações nas legislações construtivas podem se revelar como fontes de investigação, como se destacano trecho abaixo:

Todos os prédios que se edificarem, reedificarem ou sejam reparados, tendo a fachada sobre os alinhamentos das vias públicas, serão providos de platibanda ou beiral ornamentado na frente da rua, com canalização encoberta para receber as águas do telhado, a qual se prolongará até fora do passeio, passando

por baixo deste. (Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas, 1920, artigo 23, § 4º)<sup>10</sup>

Além dessas alterações urbanísticas, as edificações passaram por modificações para se adequar a novos usos e demandas dos usuários. No caso da edificação estudada, o anexo destinado à garagem foi projetado e construído posteriormente, como consta no projeto documentado nos arquivos da SGCMU. A documentação fotográfica registra que o volume destinado à garagem foi demolido, em função de provável desmembramento do terreno para construção de um edifício na sua lateral oeste.

A autoria dos projetos e dos bens integrados também se configura como um aspecto importante da datação das obras e de suas intervenções. Em alguns casos, as edificações apresentam placas nas fachadas com o nome dos construtores; em outros, bens integrados, como por exemplo as escaiotas, que podem ser assinadas e datadas pelos seus autores, permitindo uma aproximação com a data de projeto e construção da edificação.

## RESULTADOS

Na área de estudo do Sítio do Primeiro Loteamento, estudantes da disciplina já trabalharam em cerca de trinta edificações, nos seus quatro semestres de atuação nesse local. Os usos atuais das edificações escolhidas são os mais variados; porém, o uso original da maioria das obras era residencial. Todas as edificações documentadas foram escolhidas pelos alunos e, a partir de aspectos como integridade e autenticidade do objeto, foram consideradas edificações de valor cultural. A maioria encontra-se inventariada pelo município; até o momento nenhuma obra estudada encontrava-se protegida por tombamento federal, estadual ou municipal.

A pesquisa histórica é realizada através de consultas em fontes primárias e secundárias, que contemplam registros cartográficos e iconográficos (projetos arquitetônicos, fotografias, desenhos entre outros), além de registros textuais, como certidões de registro de imóveis e jornais, entre outros documentos.

---

<sup>10</sup> A legislação construtiva de 1895 já previa a canalização das águas: “Todos os prédios que se edificarem ou reedificarem dentro dos limites urbanos ou aqueles em cujos telhados se fizerem reparos terão uma platibanda na frente da rua, com canal interior para receber as águas do telhado e canos embutidos nas paredes para o esgoto das mesmas águas, até fora do passeio e por baixo deste.” (Código de Posturas Municipais, Artigo 3º, item 13, DIÁRIO POPULAR, 24 de abril de 1895). Muitas vezes demorava algum tempo para que essas mudanças fossem percebidas na cidade; talvez, por esse motivo, constata-se o reforço dessa exigência na legislação redigida 20 anos mais tarde.

A investigação histórica, além de possibilitar a compreensão da trajetória da obra através do tempo, contribui para as tomadas de decisão projetual no campo de intervenção do patrimônio cultural edificado. Essas informações auxiliam a decidir sobre a manutenção ou remoção de anexos, no caso da obra ter passado por transformações posteriores, que se sobrepõem como camadas ao projeto original. Em alguns casos, essas sobreposições podem ser inclusive prejudiciais a obra (se realizadas com materiais e técnicas incompatíveis com a preexistência); em outros, já se incorporaram de tal forma ao objeto (no caso das reconstruções), que não se justifica a sua remoção. Mas, no momento de intervir, o profissional já tem indícios de que essas preexistências possuem materiais muitas vezes bem mais antigos do que nos indica uma leitura atual do bem, a partir da linguagem arquitetônica (que pode muitas vezes estar sobreposta a uma temporalidade mais antiga).

Essas constatações buscam instigar o aluno a apreender as fontes que auxiliam o processo investigativo. Ao mesmo tempo, a coleta de dados possibilita aos alunos perceberem as potencialidades e limitações de cada fonte histórica, bem como o contexto em que foram produzidas. O questionamento sobre as intenções de cada documento permite que se avalie, também, de onde provém cada discurso.

A proposta da disciplina visa compartilhar entre os alunos o material obtido por cada grupo. Como cada estudo de caso é único, a troca com os colegas enriquece o repertório e o entendimento das fontes. Além disso, em determinados casos podem ser encontrados muitos registros sobre a trajetória da edificação; em outros, a coleta de dados pode ser escassa.

A utilização de exemplos de semestres anteriores, assim como o compartilhamento de produtos e processos de investigação em sala de aula, tem o intuito de demonstrar as diversas possibilidades de pesquisa. A compreensão do processo pauta-se no entendimento de que esse método de trabalho e/ou investigação, além de ser aplicado em outros estudos sobre edificações antigas ou recentes, serve de arcabouço para a atuação profissional do campo da Arquitetura e do Urbanismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ação de identificação e conhecimento do bem realizada pela disciplina é pequena, se comparada com a extensão do patrimônio edificado pelotense. Mas cada trabalho realizado colabora para o conhecimento e o aprendizado sobre as particularidades das obras estudadas.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica contribui para pautar os estudos e desvelar aspectos do passado. Mas, ao mesmo tempo em que se consultam as fontes, se produz documentação histórica sobre esses bens, na medida em que se registram seus estados atuais. Dessa maneira reconstitui-se uma breve parte da história cotidiana das pessoas que passaram por essas edificações.

Essas características tornam a experiência rica para os alunos, já que possibilitam a produção do conhecimento em sala de aula. O apoio e suporte da pesquisa histórica nessa produção são fundamentais, não só pelo material estudado, mas pela estrutura que oferece para as tomadas de decisão projetual no atelier.

No âmbito da intervenção sobre a preexistência cultural, a cronologia construtiva da obra, elaborada a partir das fontes encontradas, é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da proposta de intervenção arquitetônica. As tomadas de decisão referem-se não só ao conhecimento dos materiais e técnicas utilizados, que pelo registro documental podem indicar a necessidade de realização de testes específicos, mas a manutenção ou remoção de anexos, a partir da leitura do bem cotejada com o referencial teórico do campo do restauro.

A intervenção na preexistência pode apresentar proposições que surgem a partir da reinterpretação atual de elementos que integravam a obra, que foram perdidos e/ou removidos com o passar do tempo, ou que ainda persistem nos dias de hoje. Por exemplo, em alguns casos verifica-se a proposta de novas coberturas para as edificações, retomando de maneira contemporânea as inclinações de telhados que não existem mais. Em outros casos, por exemplo, apresenta-se a releitura de pisos de ladrilho hidráulico, utilizando recursos de planos sombreados que projetam os desenhos dos tapetes perdidos sobre os novos pisos. As possibilidades são muitas, e surgem a partir do processo crítico e criativo dos alunos, que são sempre instigados a propor alternativas projetuais contemporâneas.

O fato dos objetos serem únicos, e o conhecimento contínuo, propiciam duas características que perpassam o processo de ensino-aprendizagem. A primeira, o fato dos alunos muitas vezes se surpreenderem com os resultados encontrados. A segunda, a percepção e a experimentação de que a pesquisa histórica não termina no prazo da disciplina, que pode seguir adiante, agregando novas informações ao longo de sua trajetória como estudante e profissional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CERQUEIRA, F. V., CÉZAR, T. A. Os periódicos do final do século XIX e do início do século XX e o cotidiano de Pelotas. **História em Revista**. Pelotas, n.1, 1994.

FENELON, D. R. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Proj. História**. São Paulo (10). dez. 1993.

GOMIDE, J. H.; SILVA, P. R.; BRAGA, S. M. N. (Orgs.). **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1\\_Manual\\_de\\_Elaboracao\\_de\\_Projetos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf). Acesso em: 13 mar. 2016.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001.

IPHAN. **Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

IPHAN. **Pelotas (RS) recebe certificado de Patrimônio Cultural**. 2018. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4675/pelotas-rs-recebe-certificado-de-patrimonio-cultural>. Acesso em: 05 de set. de 2018.

JANTZEN, S. A. D. **Observações sobre a tipologia do prédio**. In: UFPEL. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Restauração e Reciclagem do Lyceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária (Antiga Escola de Agronomia Elizeu Maciel). Pelotas: UFPEL, 1998 (Manuscrito).

JANTZEN, S. A. D.; *et alii*. Architectural Patrimony in Urban Areas: Methodology and Case Studies of the South of Rio Grande do Sul, Brazil. In: 17th Conference International Seminar on Urban Form - ISUF, 2010, Hamburgo: University of Hamburg, 2010.

MAGALHÃES, M. O. **Os passeios da cidade antiga**. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000. 102p.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - sistema nacional de patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. 2009, Ouro Preto, MG, **Anais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; SUTTI, W. (coord.)- Brasília, DF: Iphan, 2012.

MICHELON, F. F., SANTOS, A. C. E. (Orgs.). **Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL: FAPERGS, 2000.

MICHELON, F. F.; SCHWONKE, R. S. (Orgs.). **A cidade em imagens: catálogo de fotografias impressas 1913/1930**. Pelotas: Ed. e Gráfica da UFPEL, 2005.

MUNICÍPIO DE PELOTAS, **Código de Construções e Reconstruções**. Pelotas. Officinastypographicas da Fabrica Guarany. 1920.

NETTO, M. M. G.; COSTA, S. A. P.; LIMA, T. B. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, São Paulo, n. 33, p. 29-48, 2014.

OLIVEIRA, A. L. C.; FUÃO, F. F.; PATELLA, H. A. **Inventário arquitetônico da cidade de Pelotas**. Belo Horizonte: XII Congresso Brasileiro de Arquitetura, 1985 (Manuscrito).

PARADEDA, F. **Almanaque de Pelotas de 1935**. Pelotas: [s.l.], 1935. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/iad/memoriagraficadepelotas/acervo2.htm>. Acesso em: 31 de mar. de 2020.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Coleção História & Reflexões. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 3 ed. 2012.

PELOTAS, **Plano Diretor Municipal de Pelotas**, 2008. Online. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-pelotas-rs>. Acessado em: 10 de out. de 2019.

RETTO JÚNIOR, A. S., KUHL, B. M. **O papel do patrimônio arquitetônico no projeto da cidade contemporânea**. [recurso eletrônico]. 1 ed. Bauru: ANAP, 2019.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUBIRA, L. (org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. Santa Maria: Pallotti, 2012. v.1

RUBIRA, L. (org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. Santa Maria: Pallotti, 2014a. v. 2.

RUBIRA, L. (org.). **Almanaque do bicentenário de Pelotas**. Santa Maria: Pallotti, 2014b. v. 3.

SANTOS, C. A. A. Elementos funcionais/ornamentais & ideologia, nas composições de fachadas do ecletismo da fronteira meridional do Brasil: 1870-1931. *In*: 18ª ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS transversalidades nas artes visuais. **Anais**. Salvador, Bahia, 2009.

SCHLEE, A. R. Pela memória de pelotas. Como sempre!*In*: I COLÓQUIO SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA. Brasília, 2008. **Anais**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

## **Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: Estado, poder e resistência**

Profa. Ma. Camila de Almeida Silva<sup>1</sup>

Prof. Me. Cleverton Luis Freitas de Oliveira<sup>2</sup>

Prof. Darlan Rodrigues<sup>3</sup>

O objetivo do Simpósio é reunir trabalhos que abarquem as Ditaduras de Segurança Nacional em suas diferentes perspectivas. Fomentar as reflexões sobre formação e consolidação das ditaduras, seus antecedentes e seus processos de redemocratização, as diversas experiências de resistência, suas fundamentações ideológicas, como a Doutrina de Segurança Nacional, os projetos econômicos em disputa, a repressão e a cooperação entre os Estados, os arquivos repressivos e suas fontes, as disputas memorialísticas e a luta por verdade e justiça.

---

<sup>1</sup> Doutoranda (Bolsista Capes) do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestra em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e licenciada em História na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: casilva2015@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando (Bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestre em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Barachel e Licenciado em História na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: cleverton.historia@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando (Bolsista CAPES) do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Graduado em História Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. E-mail: rodriguesdarlandefarias@gmail.com

## ANGELINA GONÇALVES: A TECELÃ AINDA LEMBRADA EM RIO GRANDE

Prof. Lênin Pereira Landgraf<sup>1</sup>

### O MASSACRE DA LINHA DO PARQUE: ANTICOMUNISMO E ANÁLISE DE JORNAIS

O presente trabalho busca evidenciar a participação da operária Angelina Gonçalves no Massacre da Linha do Parque, abordado aqui mais adiante, sendo utilizados, principalmente, os jornais do período como fonte. A invisibilidade feminina na História foi uma constante durante os séculos passados e, com frequência, segue ocorrendo ainda atualmente, devido a isso é fundamental que todos pesquisadores que, abordam temas onde existe participação de mulheres, se esforcem para destacar essa presença feminina. Essa invisibilidade ocorre nos mais diversos campos científicos e, na História, em específico, foi uma constante ainda durante o século XX. Muito embora tenha-se avançado nesta discussão, tal fenômeno ainda ocorre frequentemente. Maria Pena (1981) em seu livro “Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril” que tem como objetivo principal “[...] compreender o movimento do trabalho feminino no período inicial de industrialização no Brasil, até 1950.” (PENA, 1981, p. 14), faz uma dura crítica à academia brasileira, afirmando que:

As ciências sociais no Brasil, senão esporadicamente, não se detiveram a examinar com cuidado a participação das mulheres na sociedade.[...] Consciente ou inconscientemente, as mulheres foram apagadas de nossa história e a leitura dos textos daqueles que se preocuparam em estudá-la provoca a impressão que esse é um país habitado somente por homens. (PENA, 1981, p. 13)

Após essa breve introdução a respeito das ciências e da presença da mulheres, o texto se focará no evento que, tragicamente impulsionou a imagem de Angelina Gonçalves para a população rio-grandina. No dia 1º de maio de 1950, em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, uma festa em alusão ao dia Internacional dos Trabalhadores foi realizada. A confraternização, que contou com churrasco e música, foi organizada por entidades sindicais da cidade e reuniu milhares de pessoas em um parque. Logo após a festa, uma manifestação de trabalhadores e trabalhadoras que pediam a reabertura da

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) E-mail: leninplandgraf@hotmail.com



Sociedade União Operária (SUO)<sup>2</sup>, que havia sido fechada por ordem do governo<sup>3</sup>, foi convocada pelas diversas lideranças sindicais presentes no local. A passeata saiu por uma das principais avenidas da cidade, onde foi interceptada pela polícia, liderada pelo delegado do DOPS<sup>4</sup> Ewaldo Miranda, que pedia o fim da aglomeração. A ordem gerou conflito e culminou em um massacre promovido pelos policiais, que ficou conhecido como O Massacre da Linha do Parque<sup>5</sup>, onde quatro trabalhadores foram mortos, sendo eles Euclides Pinto, Honório Alves de Couto, Osvaldino Correa e Angelina Gonçalves. A morte dos operários gerou grande comoção na cidade, conforme imagem 1. Francisco Reis, soldado da brigada militar, também foi morto no confronto.

A comemoração em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores foi convocada em um momento de grande tensão entre o movimento operário e a polícia local, os acontecimentos dos anos anteriores na cidade e o sentimento anticomunista construído fortemente nos pós Segunda Guerra mundial colaboraram com essa crescente tensão. (LANDGRAF, 2018, 359). A imagem a seguir demonstra a grande comoção que os assassinatos geraram na cidade, refletindo o grande número de pessoas que acompanharam o cortejo dos trabalhadores.

---

<sup>2</sup> A Sociedade União Operária foi uma das principais entidades representativas dos trabalhadores rio-grandinos durante os séculos XIX e XX. Fundada em 1893, acabou fechada em definitivo em 1964 pelo golpe civil militar

<sup>3</sup> Ordem que partiu do governo federal sob comando de Eurico Gaspar Dutra, presidente da república entre 1946 e 1951.

<sup>4</sup> As Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) foram extremamente ativas durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil militar, desempenhando um papel de repressão e controle aos movimentos sociais e políticos no Brasil.

<sup>5</sup> Linha do Parque foi o nome dado para uma rota de bondes na cidade do Rio Grande, tal rota era rotineiramente utilizada pelos trabalhadores.



Figura 1: Cortejo dos quatro operários assassinados.

Fonte: SANSEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009. SANSEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009.

Em Rio Grande, a presença operária foi uma constante ao longo do tempo, segundo Eliana Xerri: O movimento operário de Rio Grande apresentou características semelhantes às do operariado nacional e estadual, mas teve, concomitantemente, particularidades, dentre elas, a mobilização maior nos anos de 1918 e 1919, enquanto os operários estaduais demonstraram maior mobilização no ano de 1917. (XERRI, 1996, p. 91) Já entre o final do século XIX e início do século XX a cidade contava com um polo industrial fortíssimo, com mais de 50 fábricas, e cerca de 10.000 operários, uma massa significativa em comparação as outras grandes cidades do estado, além da forte industrialização a presença do único porto marítimo do Rio Grande do Sul ajuda a explicar a presença significativa de operários na cidade. (LONER, 2001, p. 22)

A guinada da cidade em direção ao crescimento comercial e populacional tem início em 1822, contando até então com uma população de apenas três mil pessoas. Com o crescimento das movimentações no Porto, os comerciantes locais obtiveram altos lucros, acumulando grandes quantias de dinheiro que viriam a ser importantes para a industrialização da cidade: “O capital comercial representou a base para acúmulo de capital e consequentemente desenvolvimento industrial da cidade do Rio Grande” (MARTINS, 2006, p. 78) Sandra Pesavento vai ao encontro de Solismar Martins e afirma que: 30 Tem-se, portanto, como dado básico para a compreensão da origem do processo de industrialização, no Rio Grande do Sul, a onipresença do capital comercial. O que

variou, contudo, foi a forma pela qual este capital-dinheiro acumulado no comércio transformou-se em capital-indústria. Em alguns casos, a indústria já nasceu pronta, ou seja, o comerciante aplicou o seu capital na montagem de uma empresa que já surgiu como indústria propriamente dita, em um estágio que se denominaria “fabril-manufatureiro” [...] (PESAVENTO, 1985, p. 30) Com o acúmulo de capital comercial e a facilidade de acesso pelo porto, Rio Grande teve sua indústria desenvolvida de forma semelhante ao que acontecia a nível nacional, através de empresas fabris, que produziam bens não duráveis, com ênfase na indústria têxtil. E foi justamente através de uma indústria têxtil que Rio Grande começou seu processo de industrialização, a Companhia União fabril Rheingantz, foi fundada em 1873, como indústria têxtil, essa fábrica, anos mais tarde, viria a empregar Angelina Gonçalves. (MARTINS, 2006, p. 101)

A sua fundação é fundamental para o crescimento da cidade, inclusive com instalação de novos loteamentos próximos a fábrica, buscando aproximar os trabalhadores do local de trabalho. Já em 1910, a Rheingantz atingiu o número de 1.200 trabalhadores, a fábrica contava com um quadro razoável de funcionários estrangeiros, tendo os primeiros capatazes vindo da Alemanha, juntamente com o maquinário, entretanto a maior parte dos operários eram brasileiros, destaca-se também a presença das trabalhadoras, que eram maioria no quadro de funcionários e também o significativo número de menores que lá trabalhavam. (MARTINS, 2006, p. 107) Sobre a presença de crianças nas indústrias rio-grandinas, Eliana Xerri aponta que “As crianças eram, muitas vezes, recrutadas junto a orfanatos e casas de caridade e em algumas situações exerciam suas funções de forma gratuita em troca de alimentação.” (XERRI, 1996, p. 92) O complexo industrial dispunha ainda de casas, com preços abaixo do mercado, para seus trabalhadores, creche e escola para os funcionários e seus filhos. Tais concessões, embora pareçam inocentes, tinham como objetivo afastar o quadro de funcionários dos movimentos e sindicatos de esquerda. (MARTINS, 2006, p. 110)

Os comunistas, movimentos sociais e sindicais e, movimentos de esquerda em geral, rotineiramente sofriam perseguição política, desde o início do século XX pelo menos. Entretanto, viram um exponencial crescimento do anticomunismo durante a ditadura de Getúlio Vargas e, principalmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria. Nesse contexto, o governo dos Estados Unidos passou a disseminar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da União Soviética (URSS). A propagação do sentimento anticomunista justificou a intervenção norte-americana em prol de seus interesses, direta ou

indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina, onde a potência capitalista pretendia manter sua hegemonia. Nesse sentido, Munhoz afirma:

No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

A derrubada da República Velha e a instauração do novo governo levou Getúlio a encarar o comunismo e seus adeptos como um problema interno e prioritário. A Intentona Comunista de 1935, serviu também como exemplo para as novas propagandas anticomunistas disseminadas por todo país fortemente, além disso: A “Intentona” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo. (MOTTA, 2000, p. 18)

O anticomunismo no Brasil seguiu seu alinhamento com os Estados Unidos, tendo, inclusive, a polícia brasileira sido orientada pelos serviços especializados norte-americanos. (MOTTA, 2000, p. 17) A perseguição a um “inimigo em comum” é, corriqueiramente, utilizada para esconder da população os reais problemas do país, como desemprego, carestia de vida, fome, etc. Essa lógica encaixa-se na realidade mundial e brasileira no que diz respeito a perseguição contra os comunistas, além, é claro, do medo real das elites capitalistas de perderem o controle sob os trabalhadores, nesse sentido “Você amedronta, aterroriza e intimida a população para que ela se encolha de medo e fique acovardada demais para sair do lugar.” (CHOMSKY, 2003, p. 39)

As principais fontes para análise do referido acontecimento foram os jornais, tanto os comerciais quanto os operários, esses em menor número. A análise de jornais é uma fonte muito rica e importante na construção das mais variadas pesquisas, como afirma Maria Helena Capelato (1988):

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio

de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 20-21)

Entretanto, alguns cuidados são necessários para a análise dos periódicos, a fim de evitar crer fielmente no conteúdo publicado. É preciso que o pesquisador, assim como em qualquer outra fonte, lance mão um olhar crítico ao analisar um jornal. O uso da imprensa como fonte pressupõe uma análise acompanhada de teoria e metodologia, para Capelato (1988) o pesquisador deve em primeiro lugar responder as seguintes perguntas: quem produziu aquele jornal? Para que? Como e quando? Não crer fielmente nessa fonte e contextualizar o momento histórico em que esse material foi produzido e com qual objetivo é essencial. A tarefa do historiador então é a de desmistificar o conteúdo e significado aparente do jornal.

Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) vão ao encontro de Capelato, quando criticam a forma como a imprensa vem sendo utilizada nos trabalhos acadêmicos. Para elas, o uso da imprensa, principalmente dos jornais, enquanto fonte cresceu, mas a formação dos profissionais, que analisam as fontes, e a discussão teórico-metodológica estagnaram. Além de criticar o uso da imprensa sem contextualização, as historiadoras fazem uma forte defesa da utilização da teoria-metodologia na análise da imprensa:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico, Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258)

Tal análise da imprensa, como já dito, pressupõe um amparo teórico-metodológico e, segundo as autoras, é fundamental transformar o jornal em uma fonte de fato. Nesse sentido as autoras afirmam que:

Qualquer que seja nosso caminho de aproximação como jornais e revista em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-lo em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são

relativas a como determinada publicação se constitui como força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260)

Cruz e Peixoto (2007) citam uma série de passos e metodologias (uma espécie de manual) para o pesquisador seguir ao analisar um jornal. O primeiro passo é o de identificação do periódico “Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo que se desenvolve a pesquisa.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261)

Já nesses primeiros passos na análise do jornal é possível identificar diversas pistas sobre a publicação:

Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere às publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade – em nome de quem ou de quais setores fala – geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261)

Os passos seguintes consistem na análise do projeto gráfico e editorial do jornal, onde o pesquisador deve mapear onde e como os conteúdos estão inseridos no periódico. É preciso estar atento também ao processo social que aquele jornal está imerso, não limitando-se apenas na análise técnica, sendo fundamental identificar quem são os donos, diretores e redatores, facilitando assim o entendimento sobre o conteúdo publicado.

É fundamental, ainda, compreender que, tanto os jornais comerciais quanto os operários tinham interesses e foram produzidos pelos seus respectivos diretores com objetivos e em meio a um contexto, nesse caso o da guerra fria, já citado anteriormente. Nesse sentido, será levado em conta que:

As empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações de realidade, acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. A sua narrativa nunca é neutra e gera interpretações sobre os diversos aspectos da vida humana: seja o macro-econômico, seja o micro-comportamental. Através dela as pessoas tomam posição e circunscrevem suas visões de mundo. Acaba sendo uma forma de manutenção da hegemonia vigente. (SILVA, 2006, p. 2)

Encarar a imprensa como um partido, permite uma melhor interpretação da mesma, evidenciando os seus interesses políticos, econômicos, a quem está atrelada, enfim, interpretar a sua visão de mundo. (SILVA, 2006, p. 2) Ao distorcer as informações veiculadas, a imprensa pretende criar uma realidade:

Os meios de comunicação não refletem a realidade – como se fosse sobre ela um espelho – mas têm algum tipo de relação com a realidade, que acaba por distorcê-la, apresentando outra realidade que passa a ser base para a compreensão do real daqueles que os ouvem/leem. Trata-se de uma realidade artificial, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa: apresentada no lugar da “realidade real” (SILVA, 2006, p. 5)

Carla Silva aponta, ainda, quatro padrões presentes, regularmente, nos meios de comunicação, os referidos padrões foram trabalhados por Perseu Abramo (2003). O primeiro é o da ocultação, que consiste na deliberado intensão de citar ou não fatos reais. O segundo consiste na fragmentação das informações, levando a distorção das mesmas, o que, segundo a autora, traz grandes perdas no que tange a compreensão histórica. O terceiro padrão leva a inversão da do fato ocorrido e “A opinião passa a ser mostrada como a própria verdade. O texto jornalístico não coloca dúvidas, impõem certezas”. (SILVA, 2006, p. 7) E o último, o da indução, levando a pessoa que recebe aquela informação a enxergar o mundo conforme foi construído no conteúdo lido e não conforme a realidade. (SILVA, 2006, p. 5/6/7)

A manipulação das informações e a indução das grandes massas é uma constante no mundo moderno e contemporâneo democrático, muito presente também nos jornais. Noam Chomsky (2003) aponta a estrutura dessa manipulação, onde um pequeno grupo da sociedade torna-se hegemônico, decidindo e executando os rumos tomados, sendo esses comandados por aqueles que possuem o “poder real”, os “donos da sociedade, uma parcela ainda menor. Enquanto isso a ampla maioria da população apenas assistiria, de longe, sendo esses chamados de “rebanho assustado”. O “rebanho”, de tempos em tempos, deixa de ser um mero “espectador” e tem a “oportunidade” de apoiar um ou outro membro, daquele pequeno grupo hegemônico da sociedade, para escolhê-lo como líder, essas são as eleições em uma democracia que funciona. Entretanto, espera-se, que após esse apoio, essa grande massa se dissipe e volte a ser inerte. (CHOMSKY, 2003, p. 16/17) Ainda nas palavras de Noam Chomsky:

Há uma lógica por trás disso. Há até mesmo uma espécie de princípio moral atuando. O princípio moral é o de que a massa da população é simplesmente estúpida demais para ser capaz de entender as coisas. Se ela vai apenas causar problema. Portanto, seria imoral e inconveniente lhe permitir fazer isso. Temos que domar o “rebanho assustado”, não permitir que ataque, pisoteie e destrua coisas. É muito parecido com a lógica que considera impróprio deixar uma criança de três anos atravessar a rua correndo. Você não dá esse tipo de liberdade a uma criança de três anos porque ela não sabe lidar com isso. Da mesma maneira, você também não permite que o rebanho assustado se torne participante da ação. Ele iria apenas causar problema. (CHOMSKY, 2003, p. 17)

### **ANGELINA GONÇALVES: LUTA E MEMÓRIA**

Com base nas afirmações de Marina Pena (1981) é inadmissível que qualquer trabalho científico ignore a presença feminina onde de fato ela existe. No caso específico do Massacre da Linha do Parque, a trabalhadora que teve amplo destaque entre a população rio-grandina e também na imprensa, foi a tecelã Angelina Gonçalves, a única mulher assassinada durante o massacre.

Angelina é tratada como heroína pelos manifestantes e seus apoiadores, inúmeras versões sobre seu assassinato, algumas delas fantasiosas, são contadas até hoje em Rio Grande. Mario San Segundo (2009) em sua dissertação de mestrado traz duas versões para o acontecimento. A primeira, e mais aceita, é a de que Angelina Gonçalves ao ver um policial tomando a bandeira nacional das mãos de um grupo de mulheres, que participavam da manifestação, recuperou a bandeira e, ao virar de costas, foi atingida por um tiro na cabeça. O local onde o tiro foi disparado evidencia a intenção que os policiais tinham de matar. Já a segunda versão aponta que Angelina estava com sua filha no colo no momento em que foi atingida, entretanto tal versão não pode ser comprovada. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 131)

Em março de 2010, 60 anos passa o Massacre, o jornal Diário Popular localizou a única filha de Angelina, Shirley Gonçalves. Shirley afirma que, aos 10 anos de idade, participou do protesto ao lado da mãe, mas com o início do conflito fugiu, tendo visto, ainda, sua mãe atirada no chão. (Diário Popular, Pelotas, 2010, p. 2/3)

A história da tecelã, infelizmente ainda é confusa e pouco trabalhada na historiografia, provavelmente devido a escassez de fontes. Pouco se sabe sobre a vida da operária e de seus descendentes. Angelina nasceu em 1914, e, em 1950, quando foi assassinada, era tecelã de uma fábrica têxtil em Rio Grande. Embora não se tenha encontrado a ficha de filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tudo leva a crer que Angelina agia em conjunto com os comunistas. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 116). Os



poucos relatos pessoais que se tem conhecimento partem justamente da entrevista de apenas duas páginas feita com sua filha, Shirley. Nas palavras da filha Angelina “[...] braba, geniosa, mas boa.” (Diário Popular, Pelotas, 2010, p. 2) Shirley relata ainda as dificuldades enfrentadas por Angelina, mãe solteira, para criá-la. As jornadas de trabalho na fábrica eram longas e exaustivas, ficando Shirley em um abrigo próximo a sua casa. (Diário Popular, Pelotas, 2010, p. 2)

A trabalhadora que, tem seu túmulo visitado até hoje, principalmente no dia primeiro de maio de cada ano, recebeu homenagens também do Centro Acadêmico dos Estudantes de História (CAHIS) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que leva seu nome. As imagens a seguir ilustram um pouco de sua história, a primeira é uma foto de Angelina, para termos uma imagem da trabalhadora, a segunda é o símbolo do CAHIS e a terceira imagem é a foto de seu túmulo, localizado no cemitério católico de Rio Grande.



Figura 2: Angelina Gonçalves

Fonte: Comissão Nacional da Verdade Mortos e Desaparecidos Políticos, 2014, p. 30.



Figura 3: Centro Acadêmico dos Estudantes de História (CAHIS/FURG)  
Fonte: Centro Acadêmico dos Estudantes de História (CAHIS/FURG)



Figura 4: Túmulo de Angelina Gonçalves  
Fonte: Morreram, quem disse? Se vivos estão: A memória do Massacre da Linha do Parque, Rio Grande/RS, 2018, p. 67.

As versões sobre a morte de Angelina e as caricaturas construídas sobre ela foram diversas, a seguir, em alguns trechos de jornais da época, o assunto será tratado. Ao

noticiar o Massacre onde Angelina foi morta, o jornal *Gazeta Sindical*<sup>6</sup>, exalta veementemente a suposta atitude tomada por Angelina de retirar a bandeira brasileira das mãos de um policial que havia roubado a bandeira das mãos dos manifestantes:

Heroísmo de uma operária.

Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional. À certa altura, os policiais tentaram arrebatar a bandeira da menina que a carregava. Angelina, porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das mãos honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em lutas com os tiras conseguiu retomar a bandeira. Foi neste instante, quando defendia o Pavilhão nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalino Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com a sua própria vida. (*Gazeta Sindical*, 1ª quinzena de junho de 1950. p. 4. Apud San Segundo, 2009, p. 112)

A publicação veiculada no jornal aponta a tecelã e as manifestantes que a acompanhavam como defensoras da honra e da soberania nacional, evitando que o maior símbolo do sentimento nacionalista – a bandeira – passasse para as mãos, segundo o jornal, desonrosas dos policiais. Fica evidente o grande antagonismo entre os manifestantes, comunistas, e as forças policiais presentes no Massacre. O trecho da reportagem torna-se importante também pois revela a presença de outras mulheres no protesto, levando a crer que a participação feminina ocorreu de forma ativa na manifestação e na convocação para a festa, que foi assinada por diversas entidades sindicais e sociais, entre elas a União das Mulheres Riograndinas, sobre a qual, até esta altura da pesquisa, infelizmente, não se possui maiores informações.

Já o jornal *O Tempo*<sup>7</sup>, na contramão do periódico anterior, traz uma série de reportagens condenando a ação dos manifestantes, buscando toda e qualquer forma de desqualificar os presentes no protesto. Especificamente sobre Angelina, a reportagem aponta que:

A senhora, d. Angelina Gonçalves casada, abandonando os seus deveres e empunhando um estandarte, caiu morta, isso por não ter aceito os conselhos do seu esposo o qual preferiu assistir uma partida de futebol, a ter que desprezar a lei e manchar de sangue a cidade a sociedade em que vive. (*O Tempo*, 4 de maio de 1950, capa.)

A reportagem ameniza a ação tomada pelos policiais e indica que Angelina só foi morta pois abandonou seus “deveres” como dona de casa e de operária, dando a entender

<sup>6</sup> Jornal da Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

<sup>7</sup> O Jornal O Tempo foi fundado em 1906, era publicado diariamente em Rio Grande e no ano de 1950 estava sob a direção e propriedade de Saul Porto.

que ainda estaria viva se seguisse as recomendações de seu marido, refletindo a sociedade patriarcal a qual está inserida. Essa visão firmada pelo jornal vai ao encontro do que Pena (1981) escreve. A autora busca entender a formação do proletariado urbano brasileiro não apenas através de uma análise do capitalismo, mas também através de uma análise do patriarcalismo, para ela *“É da relação patriarcal que o homem emerge como o principal ganha pão familiar, a mulher como uma trabalhadora complementar e a reprodução da família como seu principal e natural campo de atividades.”* (PENA, 1981, p. 14). Ainda nesse sentido a autora aponta que:

Subjugada em sua sexualidade, a mulher tornou-se o que tem sido, uma agente reprodutora. Em torno ao trabalho reprodutivo, gerando novas crianças e mantendo-as vivas, em volta ao trabalho doméstico, ela realiza a identidade que lhe foi imposta. Mesmo o capitalismo, que a assalariou, não permitiu que essa identidade se perdesse: as mulheres seriam duplamente úteis, como trabalhadoras e como mães/esposas, pelo seu trabalho na produção e pelo seu trabalho na reprodução, criando valores de troca e criando trabalhadores/as. (PENA, 1981, p. 15)

Embora pouco trabalhada na historiografia, a história de Angelina circula ainda hoje pelas ruas de Rio Grande, principalmente entre os mais velhos que recordam-se da trabalhadora. Cabe ressaltar ainda a atuação de Sulma Pinto, esposa do trabalhador assassinado Euclides Pinto, que após o Massacre empenhou-se em denunciar e pedir a punição dos policiais envolvidos. Sobre Sulma pouco se sabe até então, também devido a escassez de fontes, cabendo aos historiadores e historiadoras a realização de pesquisas específicas sobre ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa são ainda parciais, pretendendo-se, através de novas fontes, contribuir para a afirmação de Angelina Gonçalves na história rio-grandina, É necessária a reafirmação de Angelina como referência de luta, a tecelã que deu sua vida pelo o que acreditava, lutou bravamente e foi assassinada de forma covarde. Que os ideais de Angelina, os de uma sociedade mais justa e igualitária e a defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, não sejam esquecidos para que sua morte não tenha sido em vão.

Fica evidente ainda a diferença entre as abordagens do jornal comercial *O Tempo*, que buscou responsabilizar Angelina por sua própria morte, e o jornal operário *Gazeta Sindical*, que buscou relatar a versão dos manifestantes e acaba tratando Angelina como

uma heroína. O tema, assim como a presença das mulheres no movimento operário rio-grandino, carece de um maior número de trabalhos, a ser desenvolvidos o mais brevemente possível.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: 2003.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CHOMSKY, Noam. Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda. Tradução Antônio Augusto Fontes. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *A oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. In **História e Imprensa**, v. 35, 2007, p. 253-270.

LANDGRAF, L. P. 1º de maio de 1950 em Rio Grande: O Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória. In: **IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades - Tributo à Obra de Beatriz Loner**, 2018, Pelotas. o IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidade: tributo à obra de Beatriz Loner, 2018. v. 4. p. 357-367.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo. 2000.

MUNHOZ, Sidnei J. A guerra fria no Brasil: Repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito. In **ANPUH XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009.

SILVA, Carla Luciana. Estudando a imprensa para produzir história. In: **III Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina**, 2006, Londrina. Anais, Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições. Londrina: eduel, 2006. p. 1-13.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens*. Cadernos Pagu (51), 2017, s/p.

## **Micro-história: entre biografias e trajetórias**

Gabriel Carvalho Kunrath<sup>1</sup>

Iago Cruz<sup>2</sup>

Nádia Coelho Kendzerski<sup>3</sup>

Carlo Ginzburg lançou, em meados dos anos 80, *O queijo e os vermes*, obra em que buscou investigar vida de Domenico Scandella, o dito Menocchio, um moleiro processado pela inquisição na Itália em meados do século XVI. Este livro, retomando a perspectiva biográfica evidenciava as possibilidades de uma nova proposta de construção do gênero na historiografia, congregando as concepções muito conhecidas, atualmente, na micro-história. Desta forma o presente simpósio temático, “Micro-história: entre biografias e trajetórias”, parte desses três conceitos para promover discussões acerca de um “fazer” historiográfico baseado em uma análise microscópica, em um estudo intensivo de fontes históricas e o uso de variações na escala de análise, a micro-história na construção de pesquisas. Assim sendo, busca-se agregar trabalhos e novos conhecimentos através dos estudos que apresentem discussões relacionadas a essa perspectiva teórico-metodológica em suas produções, nos diferentes recortes cronológicos.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

***LEMBRA QUE O DIÁRIO ERA ALIMENTO COTIDIANO? QUE IMPORTA A MÁ FAMA DEPOIS QUE ESTAMOS MORTOS? VIDA, MORTE, LITERATURA E ARQUIVOS EM ANA CRISTINA CESAR E SYLVIA PLATH***

M.<sup>a</sup> Leticia Portella Milan <sup>417</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca apresentar a problemática da construção biográfica de duas escritoras: Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath. As investigações biográficas das poetisas se concentraram em articular suas produções literárias como reflexos de suas vidas privadas. Dessa maneira, a partir dos arquivos pessoais das poetisas e da narrativa midiática construída sobre elas pretendo fazer um apontamento crítico sobre como a contribuição literária de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath foi ofuscada pelo suicídio cometido por ambas aos 30 anos de idade.

**Palavras-chave:** Suicídio; Biografia; Poetas

**Abstract:** This article seeks to present the issue of the biographical construction of two writers: Ana Cristina Cesar and Sylvia Plath. The biographical investigations of the poets focused on articulating their literary productions as reflections of their private lives. Thus, from the personal archives of the poets and the media narrative built on them, I intend to make a critical note about how the literary contribution of Ana Cristina Cesar and Sylvia Plath was overshadowed by the suicide committed by both at the age of 30.

**Keywords:** Suicide; Biography; Poets

## INTRODUÇÃO

Sylvia Plath (1932 – 1963) e Ana Cristina Cesar (1952 – 1983) foram poetisas e acadêmicas que conquistaram seu reconhecimento literário após cometerem suicídio. Embora as duas poetisas se diferenciem pela tradição poética e contexto histórico, ambas estiveram sobretudo identificadas à loucura e ao suicídio. O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre a problemática construção das personalidades de Ana Cristina Cesar <sup>418</sup> e Sylvia Plath através de suas produções literárias. Nesse sentido, o suicídio como característica central das investigações biográficas de Sylvia Plath e Ana C. será discutido a partir das descrições sobre os processos arquivísticos dos seus documentos pessoais e o interesse do público nesses arquivos para a construção biográfica das poetisas. A busca pelas pistas que indicassem os sinais da “morte” e “depressão” nas poesias de Ana C. e Sylvia Plath resultaram em biografias precipitadas sobre suas personalidades. O artigo está dividido em 3 momentos: no subtítulo “A vida de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath” apresento uma breve biografia das autoras; em “Os arquivos de Ana C. e Sylvia Plath” explico o percurso arquivístico dos documentos pessoais de ambas poetisas após o suicídio; por fim utilizando a poética de Ana C no

---

<sup>417</sup> Tenho graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2014), mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2018) onde desenvolvi minha dissertação intitulada "Lazer e sociabilidade da elite pelotense: os diários de Clarice Tavares Xavier". Atualmente estou no doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No doutorado pretendo desenvolver uma tese com a metodologia da "História das emoções" nos egodocumentos de uma romancista norte-americana chamada Sylvia Plath. Email: leticiapmilan@gmail.com

<sup>418</sup> Ana Cristina Cesar assinava sua produção como “Ana C.”; no intuito de evocar sua persona literária, utilizarei majoritariamente esta assinatura para me referir a ela daqui para frente.

subtítulo “A lesma quando passa deixa um rastro prateado. Leiam se forem capazes: uma conclusão sobre as identidades de Ana C. e Sylvia Plath e seus textos” aponto a problemática construção identitária de Ana C e Sylvia Plath como “poetas suicidas”. Concluo que as diversas camadas narrativas (biografias) e trabalho arquivístico são os autores da identidade dessas mulheres.

### **A VIDA DE ANA CRISTINA CESAR E SYLVIA PLATH**

Os contextos históricos de Ana C. e Sylvia Plath foram caracterizados por tensões políticas e graduais conquistas femininas, em especial do direito das mulheres. Nascida nos Estados Unidos, o contexto de Sylvia Plath correspondeu a um período denominado historiograficamente como “Entre Guerras”; esse momento repercutia tensões econômicas e sociais ocasionadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial e que culminariam, em breve, na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Para famílias de origem alemã, como a de Sylvia, a realidade da primeira metade do século XX tornava a convivência social delicada: sua mãe, Aurelia Plath, era filha de austríacos, e seu pai, Otto Plath, era um imigrante alemão nos Estados Unidos. Suas vidas estiveram profissionalmente atreladas ao espaço acadêmico – Otto era docente de biologia na *Boston University*, e Aurelia era mestre em Letras e auxiliava o marido na produção acadêmica (KIRK, 2004). Após o nascimento de Sylvia, Aurelia se empenhava em estimular o crescimento da filha através da leitura e da literatura. Aos 8 anos de idade, Sylvia publicou seu primeiro poema na seção infantil do jornal *Boston Herald* (KIRK, 2004). Neste mesmo período, a infância e estrutura familiar de Sylvia mudou quando Otto Plath faleceu em decorrência de um autodiagnostico equivocado.<sup>419</sup>

Em 1950, aos 18 anos, ela ingressou em uma faculdade privada para mulheres chamada *Smith College*, em Massachusetts. Durante a faculdade, seu talento literário a colocou em destaque no mundo editorial, angariando algumas conquistas, como dois prêmios *Smith* de poesia e o concurso literário da revista *Mademoiselle* – o que lhe possibilitou trabalhar como editora convidada (STEVENSON, 1992). Apesar dos sucessos acadêmicos, Sylvia Plath viveu sucessivas reprovações literárias que culminaram na em uma tentativa de suicídio.<sup>420</sup> Após uma internação psiquiátrica e uma longa recuperação através de terapias, em 1955 ela graduou-se em Inglês e iniciou mestrado na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Sua morada na

<sup>419</sup> Seu pai faleceu devido a um autodiagnostico equivocado.

<sup>420</sup> Segundo Markendorf, “é presumido que a rejeição em um curso de redação criativa em Harvard, ministrado por Frank O’Connor, tenha acionado a ‘armadilha da mente’” (MARKENDORF, 2009. p. 16 – 17). Além disso, o retrocesso na confiança quanto ao futuro como escritora, sobretudo após o poeta W. H. Auden ter criticado seus poemas na universidade, pode ter colaborado para sua condição mental.



Inglaterra trouxe uma fase criativa que fez surgir novos poemas, alguns publicados em jornais estudantis da universidade.

No mesmo ano, Sylvia conheceu o poeta Ted Hughes, cujo trabalho ela já admirava. Começaram um relacionamento amoroso que caminhou rápido, de forma que se casaram no mesmo ano do início do namoro, 1955. Entre os anos de 1957 e 1959, Ted e Sylvia foram residir nos Estados Unidos. Neste período, Sylvia lecionou no *Smith College*, mas abandonou a vida de professora para focar na produção de sua literatura. Em 1960, de volta à Londres, Sylvia se tornou mãe de Frieda, e também publicou seu primeiro livro de poemas intitulado *The Colossus*, cuja “recepção (...) logo após seu lançamento (...) foi bastante fria e não agradou muito os críticos na época” (MARKENDORF, 2009, p.16-17). Em 1962, novamente grávida, Sylvia teve um segundo filho, chamado Nicholas. Contudo o nascimento veio acompanhado de um desgaste no casamento que culminou em um divórcio (ROLLYSON, 2015); Sylvia seguiu sua vida em Londres acompanhada dos filhos e, nesse período, escreveu o romance *The Bell Jar*.<sup>421</sup> Em 1963, após cuidadosamente acomodar seus filhos em um quarto, Sylvia cometeu suicídio por inalação de gás.

Ana Cristina Cruz Cesar nasceu 20 anos depois de Sylvia Plath, na cidade do Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1952 e, tal qual a poeta americana, se suicidou em 1983, também 20 anos depois de Sylvia Plath. Ana era filha de Maria Luiza César, professora, e Waldo Aranha Lenz César, jornalista. Ana C. compôs seu primeiro poema aos 7 anos de idade, publicado “no boletim escolar direcionado aos professores da educação infantil do Colégio Bennett” (ALMEIDA, 2019). Em 1971, ingressou na Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); durante a graduação teve contatos profissionais que se transformaram em amizades, como por exemplo, sua professora Ana Alvim, cuja “relação continha sensíveis projeções de mãe e filha” (CESAR, 1999), justificada pelos conselhos dispensados à jovem poeta com insistência e até mesmo irritação, causando algumas discussões entre as duas, e também a professora Heloisa Buarque de Hollanda, que se aproximou da poeta enquanto organizava o livro “26 Poetas Hoje” (HOLLANDA, 1998): “elas iniciaram um vínculo que, por fim, transitava livremente entre a amizade intelectual e íntima” (SENNA, 2015, p. 37). A integração de Ana a esse livro se deveu ao estilo literário da poeta que se aproximava da “seleção de talentosos representantes da geração daquela década, intérpretes de uma liberdade estética incomum, que aproximou leitor e poesia por meio de informalidade e aparente improvisado” (IMS, 2019) ; o livro em questão “é marcada pelo caráter traumático das

---

<sup>421</sup> Segundo Markendorf, “o projeto do livro nascera quando a escritora finalmente havia decidido se libertar de um bloqueio quanto a escrever romances”. (MARKENDORF, 2009, p. 18)

experiências coletivas de violência política” (SANTOS, 2010, p.88) em decorrência do Golpe Militar de 1964.

A poesia de Ana tinha como característica o tom intimista, ficcional e fragmentário, em forma de cartas e diários. A dedicação à essa poesia era o elemento que diferenciava Ana do grupo em que circulava, os “poetas marginais”, já que estes não tinham preocupações acadêmicas na produção da poesia: a poesia marginal pretendia criar uma conexão com o cotidiano das pessoas, um “viver poeticamente” que se fazia através de uma produção editorial independente/mimeógrafa. Ana lançou 3 livros publicados em edições independentes: *Cenas de Abril* (1979), *Correspondências Completas* (1979) e *Luvas de Pelica* (1980).

Além da dedicação a poesia, Ana foi consultora do Conselho Editorial da Editora Labor; colaboradora da seção cultural do Semanário *Opinião*, do suplemento “Livro” do *Jornal do Brasil* e do jornal *Beijo*; e também se dedicou academicamente como tradutora e crítica literária.<sup>422</sup> Entre os anos de 1979 e 1981 recebeu o título de *Master of Arts* pela Universidade de Essex com uma tradução do conto *Bliss*, da escritora Katherine Mansfield; e o título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com uma pesquisa sobre literatura e cinema documentário. Em 1982, Ana publica, pela primeira vez em uma editora, seu livro *A teus Pés*, incluindo nesta obra seus três livros de edição independente: *Luvas de Pelica*, *Correspondência Completa* e *Cenas de Abril*.

## OS ARQUIVOS DE ANA C. E SYLVIA PLATH

“Como seria possível fugir da construção de uma imagem clichê, quase banal, de uma poeta jovem, bonita, intelectual que se suicida?” (MALUFE, 2006, p.30), “que razões poderiam levar uma jovem escritora do quase anonimato para a mais intensa celebração?” (MARKENDORF, 2009, p.11). Entre as possíveis respostas para estes questionamentos, uma está relacionada ao estigma que o suicídio tem sobre as narrativas identitárias de Ana C. e Sylvia Plath. Dessa maneira, o ponto inicial de qualquer narrativa sobre um intelectual ou literato começa na constituição dos seus respectivos arquivos pessoais.<sup>423</sup> Para Sylvia Plath e Ana C., a formação desses arquivos não ocorreu por decisão das poetisas, e possuem sua própria especificidade: um reconhecimento póstumo dos seus trabalhos poéticos. No caso de Ana C., após sua morte em 1983, as poesias, rascunhos e manuscritos passaram pelas mãos da família

<sup>422</sup> Algumas traduções de Ana foram à Dylan Thomas, Anthony Barnett, Marianne Moore, William Carlos Williams, Emily Dickinson e, especialmente, Sylvia Plath.

<sup>423</sup> A etapa doutoral em que me encontro não me permite, ainda, descrever pormenorizadamente, sob minha ótica, a constituição dos arquivos das poetisas aqui referenciadas. Dessa maneira, os pesquisadores que fizeram o trabalho de campo sobre os arquivos de Ana Cristina Cesar e Sylvia Plath serão minha base argumentativa neste momento.

até a doação deste material ao Instituto Moreira Salles em 1998. A entrega dos documentos ao instituto não correspondia, porém, a originalidade que a poeta havia deixado.<sup>424</sup> A pesquisadora Luciana Maríá di Leone, ao visitar esse arquivo, comenta que os processos de arquivização revelam que ele é um “universo fragmentário sujeito a narrativa”(LEONE, 2008), e isso se deveu à produção editorial e arquivística da família logo após o suicídio:

Todos os papéis que se encontravam no apartamento dos pais de Ana Cristina ficaram sob a custódia dos próprios pais – Waldo e Maria Luiza César – e Armando Freitas Filho, a quem ela deixara, explicitamente, seu legado poético. O primeiro trabalho com o arquivo de Ana Cristina teve essa particularidade, então: foi uma atividade em que a família assumiu o papel de arquivista e editora, e não apenas de herdeira. [...] O trabalho, inexoravelmente, mexeu e alterou esse acervo que, não ordenado sob normas classificatórias senão com o caos próprio do escritório de escritor, perdeu ainda mais a sua organização. Por exemplo, datilografaram-se em várias vias, alguns manuscritos, mas também textos já datilografados por Ana, passados à máquina dessa vez por Armando ou por Maria Luiza, às vezes na do primeiro, outras, na máquina da própria Ana, confundindo ainda mais o trabalho arquivológico futuro. Dos poemas editados em Inéditos e dispersos, encontramos várias versões escritas a máquina – com marcas manuscritas da mãe – que têm uma versão em prosa e outra em verso, deixando transparecer a indecisão de quem levou a cabo a tarefa de datilografar. Também existem folhas com frases soltas cujos originais não estão no arquivo. Assim descontextualizadas, as frases tanto poderiam ter sido pensadas como fragmentos para futuros textos, ou como micro-poemas prontos, ou simples transcrição de frases alheias, de poesias ou músicas, sem intenção de se apropriar delas (LEONE, 2008, p.2).

Além disso, os livros da biblioteca particular de Ana C. foram misturados aos do pai, contrariando “os princípios que orientam o arranjo e a descrição dos registros mantidos em instituições” (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p.27), onde os registros do titular não devem ser “misturados com os registros de outros criadores” (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p.27). Leone descreve que a transparência descritiva sobre os processos de arquivamento dos documentos da poeta revelam a metamorfose do arquivo, percebendo-o como um “canteiro de obras” onde a figura de Ana C. é uma constante construção de narrativas a partir de um grupo. O mesmo pode ser visto em Sylvia Plath, porém com sua especificidade. Em decorrência das especulações sobre os motivos do suicídio da poeta, a opinião pública influenciou no movimento de construção dos arquivos de Sylvia Plath.

No caso de Plath, a curiosidade sobre as motivações de uma “jovem bonita e talentosa” ter cometido suicídio resultaram em uma intensa invasão na privacidade da família da poeta. Sua vida particular virou alvo de biógrafos que pretendiam descobrir sua verdadeira identidade e, assim, justificar sua morte. As poesias de Sylvia Plath e as entrevistas feitas por biógrafos

---

<sup>424</sup> “The principles that guide the arrangement and description of records held in archival institutions are respect des fonds, which dictates that the records of a person, family, or corporate body be kept together and not intermingled with the records of other creators, and respect for original order, which dictates that records be preserved in the order given to them by the entity that created them.” (DOUGLAS; MACNEIL, 2009, p.27)

com seus amigos e familiares movimentaram a venda de seus documentos para instituições universitárias. A maior movimentação de seus documentos ocorreu quando biógrafos e críticos literários passaram a identificar nas poesias e no romance *The Bell Jar* os personagens de sua vida, sendo eles Ted Hughes (ex-marido) e Aurelia Plath (mãe). Essa interpretação custou à ambos um intenso ataque de culpa e acusações pelo suicídio da poeta. As defesas contra estas acusações também resultaram em edições feitas por eles com os documentos particulares de Sylvia. O lançamento do livro *Letters home*, editado por Aurelia, contém uma expressiva quantidade de cartas trocadas entre ela e sua filha, e o conteúdo dessas cartas revela uma Sylvia alegre e feliz com sua família. O intuito da publicação dessas cartas era justamente contrapor a imagem triste e depressiva que estava sendo construída sobre a poeta. Os documentos de Sylvia Plath foram vendidos por Ted e Aurelia para diferentes arquivos, e estiveram atrelados a esta interferência da família e sua tentativa de, por vezes, se defender das acusações e construir uma outra identidade para a poeta.<sup>425</sup>

Por outro lado, de forma antagônica, existiu também por parte de Ted uma manipulação dos documentos para confirmar a anúnciação do suicídio na produção literária de Sylvia Plath. A obra póstuma *Ariel* foi modificada por Ted Hughes: dos quarenta poemas que o constituíam, treze foram substituídos por outros, escritos no começo de 1963, semanas antes da morte. “[...] O *Ariel* editado por Hughes termina com *Kindness, Contusion, Edge e Words*, textos que não constavam na primeira organização, ao passo que o *Ariel* de Plath é fechado com *The Arrival of the Bee Box, Stings, The Swarm e Wintering*” (MARKENDORF, 2009, p.24). A interferência de Hughes na ordem dos poemas demonstra que, ao contrário de Aurelia, que buscava construir uma identidade em que a filha era feliz, Ted contribuiu para solidificar o suicídio/morte como marca maior da autora. A intenção poética de Sylvia, que “deveria constituir um todo coeso, imgeticamente narrativo e representativo de um ciclo de nascimento, morte e renascimento” (MARKENDORF, 2009, p.24), após as alterações de Hughes, transformou-se “na forma de um discurso de anúnciação da morte” (MARKENDORF, 2009, p.24).

Na poesia de Ana C. podemos ver as edições de *Inéditos e Dispersos* (1985) e das coletâneas *Escritos na Inglaterra* (1988) e *Escritos no Rio* (1993) sendo produzidos editorialmente pela família com a contribuição dos amigos da poeta (LEONE, 2008). Em *Inéditos e Dispersos*, a morte também se torna símbolo principal da produção literária de Ana C.. Segundo Freitas Filho, o livro *Inéditos e Dispersos* “se abre, em verdade, não com o

---

<sup>425</sup> “Aurelia Plath sold all the papers she possessed to the Lilly Library. These include not only writings by Plath, but also files of correspondence received by Aurelia after Sylvia’s death. Four years later, Hughes sold all the Plath papers in his possession to Smith College”. (DOUGLAS, 2015, p. 85)

nascimento de Ana Cristina, mas com sua ‘morte repentina’” (LEONE, 2008, p.35). Leone aponta que em *Inéditos e Dispersos* e na reedição de *A teus Pés*, foi construída uma biografia e iconografia de Ana C. através da montagem das poesias com suas fotografias. Segundo Leone, os livros “se constroem na forma de relato de vida, organizando os retratos e poesias cronologicamente, permitindo, aliás, a ilusão de estar assistindo ao percurso de aprendizagem e aperfeiçoamento de um talento que já estaria presente desde os primeiros poemas” (LEONE, 2008, p.4). Essa atitude sobre a poesia e imagem de Ana C. contraria a própria intencionalidade da poeta em sua primeira publicação literária:

na edição de *A teus Pés* da editora Brasiliense, além de não aparecer fotografia ou desenho nenhum, os poemas não estão organizados cronologicamente, e Ana, inclusive, corta alguns poemas do primeiro livro, *Cenas de Abril* e realiza muitas modificações aos textos de *Correspondência Incompleta* e *Luvras de Pelica*. (LEONE, 2008, p.35)

Ainda sobre as interferências identitárias de Sylvia Plath, Hughes também manipulou outros documentos pessoais da poeta, como por exemplo, seus diários. Após Hughes editar e publicar os diários correspondentes aos anos de 1950 a 1962, ele admitiu ter destruído os 2 últimos cadernos, correspondentes aos meses finais de vida da autora (MCKEMMISH, 1996). Poderíamos argumentar que os motivos que levaram Ted a destruir os últimos diários de Sylvia possivelmente têm conexão com o que ele não gostaria de ter apresentado sobre si próprio através das palavras de sua falecida esposa. Essa hipótese coaduna com o que McKemmish aponta sobre Hughes. Segundo ela, Hughes acreditava que o “Eu Verdadeiro” de Plath estava registrado somente em seus últimos poemas – que, após a sua morte, estabeleceram sua reputação como poeta e que, postumamente, tomaram outro significado, adquirido a partir da natureza de sua morte. Para ele, seus poemas anteriores, romances, contos e cartas representam seu “Eu Falso”, enquanto seus diários registram sua “batalha diária com os Eus conflitantes” Significativamente, Hughes destruiu o registro desta batalha diária nos diários que eram paralelos à escrita de seus últimos poemas (MCKEMMISH, 1996, p.178). A contradição de Ted sobre a verdadeira identidade de Sylvia e sua interferência nos arquivos pessoais da poeta podem ser pensados como um exemplo prático (e talvez pouco observado pelo ofício do historiador) sobre a manipulação das identidades a partir da construção arquivística

Sobre a existência de diários de Ana C., ainda não existem informações precisas, contudo alguns de seus cadernos foram censurados pela família. Segundo as palavras do pai da poeta, esses cadernos não foram doados ao Instituto Moreira Salles por serem de cunho pessoal (LEONE, 2008). Ao contrário de Sylvia Plath, a família de Ana C. não teve sua privacidade

invadida nem foi culpabilizada pela morte da poeta, e nenhuma biografia foi produzida sobre a vida de Ana C.

**A LESMA QUANDO PASSA DEIXA UM RASTRO PRATEADO. LEIAM SE FOREM CAPAZES: UMA CONCLUSÃO SOBRE AS IDENTIDADES DE ANA C. E SYLVIA PLATH E SEUS TEXTOS.**

O que tentei explicitar foi o processo de construção narrativa permeado pelo efeito do suicídio sobre as identidades de Ana C. e Sylvia Plath. Embora minha explanação tivesse o objetivo de trazer para o leitor a metamorfose narrativa sobre as poetisas e seus documentos, acredito que as reflexões arquivísticas sobre esses documentos contribuem para nos ajudar a responder a seguinte pergunta: as construções identitárias de Ana C. e Sylvia Plath podem ser comparáveis e entendidas a partir dos conteúdos dos seus trabalhos literários?

A autora Anita Helle lançou um questionamento semelhante em um artigo em que apresenta como funcionam, na prática do arquivista, os princípios teóricos de organização dos documentos de escritores. Segundo a autora, os documentos de um escritor são pensados a partir do “cruzamento contínuo de cadáver e *corpus*” onde “o corpo do escritor e o corpo da escrita” (HELLE, 2005, p.633) são o mesmo, de forma que “um arquivo literário funciona tradicionalmente como uma garantia de que um corpo de trabalho pertence ao *self* do autor, *in propria persona* (em seu próprio corpo)” (HELLE, 2005, p.633). Em contrapartida à essas premissas, consideradas como uma ideologia romântica da Arquivologia, na prática “o arquivista não reconstrói e representa simplesmente o arquivo de um escritor: ele o modela de uma maneira comparável à de um editor, arrumando o texto, suavizando as bordas ásperas e perfurando-o em locais” (HELLE, 2005, p.633).

Em outras palavras, todo o processo que envolve a chegada dos documentos para o arquivo, a interferência da família nesse material, a organização feita pelo arquivista, o acesso ao público e suas possibilidades de interpretação sobre esse material nos revela que “o corpo do trabalho do escritor é mais do que um depósito em uma biblioteca ou coleção. Ele também é moldado pelas transações sociais que cercam a publicação, edição, disseminação e recepção da imagem e do trabalho de um autor” (HELLE, 2005, p.633). O que os críticos literários, e o que eu pretendo apontar nesse artigo, é que as narrativas sobre a morte de Ana C. e Sylvia Plath, além de ofuscarem a real contribuição literária das poetisas, fixaram a identidade das autoras ao evento que pôs fim às suas vidas: o suicídio. Nesse sentido, se para Ana C. a mídia

jornalística postulou esse estigma, para Sylvia Plath foram os biógrafos os principais responsáveis – estigma este que já se inicia com a intencionalidade de terceiros na própria organização dos arquivos. Anitta Malufe em sua tese de doutorado dedicada a um estudo crítico dos poemas de Ana C., cita artigos que encontrou nos bancos de dados dos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e do Instituto Moreira Salles, que trazem descrições de Ana C. da seguinte maneira:

Ana Cristina havia trocado seu apartamento na Gávea por um outro, isolado, no Horto, onde escreveu: 'Ouço coisas que nunca ouvi / pássaros que gemem / preciso me atar ao velame com as próprias mãos'; "alguns dias antes de morrer, Ana Cristina escreveu: 'não quero, agora, computar as perdas. Perder é uma lenha. Lá fora está sol, quem escreve deixa um testemunho'; "inéditos de Ana Cristina César, um deles já cogitando o suicídio, ampliam a obra de poeta que continua surpreendendo amigos e atraindo novos leitores; (MALUFE, 2006, p. 32)

O que a autora pretendeu, ao citar esses artigos, foi evidenciar a negligência acerca do trabalho literário de Ana C., apontando como o percurso e o fim de sua vida dominam as narrativas acerca da autora. O mesmo é posto por Marcio Markendorff em sua crítica à falta de acurácia literária sobre a poesia de Sylvia Plath. Para o autor, foi “a exploração mercadológica do caso biográfico que, ironicamente, permitiu aos estudos literários descobrirem a importância de um trabalho que se inclui hoje entre os mais importantes da literatura de língua inglesa”. Sobre as biografias de Sylvia Plath, existem acadêmicos que tecem críticas sobre a arbitrariedade dessas produções apontando problemas teóricos e metodológicos dos biógrafos na leitura dos documentos e entrevistas. De maneira semelhante, um artigo de Susan Dyne indica o mapeamento biográfico sobre as principais biografias de Sylvia Plath, e a autora faz críticas a essas biografias, concluindo que:

A credibilidade da figura de Plath como psicótica, ferida, desonesta, narcisista ou impulsionada pela morte não está na objetividade das testemunhas que o biógrafo utiliza, mas vem dos múltiplos locais dentro da cultura que dão forma e significado à experiência das mulheres na história. Esses enredos explicativos suavizam as contradições, as dissonâncias e as motivações incognoscíveis da vida, a fim de narrar uma identidade coerente que se desenvolve no tempo, que nós, como leitores, reconhecemos como familiar e plausível. (DYNE, 2006, p.16)

De forma distinta ao que foi apresentado até aqui, os historiadores que pretendem se debruçar sobre os arquivos de indivíduos tem como premissa um embasamento teórico e metodológico que evita explicações “psicologizantes” ou identidades fixas sobre quem pretende-se estudar.<sup>426</sup> Ainda que para as ciências Humanas, as contribuições de Bourdieu

---

<sup>426</sup> Aqui, como bem lembra Oliveira, poderíamos dizer que “não por acaso, a ambição de narrar vidas, que deu origem ao gênero biográfico, ao mesmo tempo que tornou notório o seu maior dilema, também não deixaria de

sobre “a ilusão biográfica” sejam um guia para evitar o que tradicionalmente se produz sobre os indivíduos, mais importante para o pesquisador são as informações sobre os processos pelos quais documentos passaram até a disponibilização para seu acesso a pesquisa (BOURDIEU, 2006). A importância do conhecimento sobre o processo de arquivamento e o erro em tentar descobrir o *self* do escritor em seus textos foi bem explorado por Douglas em *Arranging the self*; em seu recente artigo, após a defesa de sua tese, a autora retoma essas reflexões pensando no “eu” do escritor. No que se refere a Sylvia Plath, a autora afirma que:

Qualquer pesquisador que trabalhe com o material de Plath achará impossível evitar ser influenciado pelas vozes da mãe, marido e cunhada de Plath. Mesmo aqueles pesquisadores que evitam as seções do arquivo em que essas vozes são mais proeminentes não serão capazes de escapar, pois já se infiltraram tão profundamente na crítica de Plath; o arquivo de Sylvia Plath não pode mais - e talvez nunca tenha sido possível - ser lido apenas em seus próprios termos (DOUGLAS, 2009, p. 85).

Nesse sentido, uma pergunta investigativa – bem como a construção de sua resposta – não deve desconsiderar as transformações que ocorreram com o material disponibilizado. Bem como Douglas postula em suas recentes reflexões sobre arquivos de escritores:

Embora o arquivista seja capaz de visualizar registros em seu estado “original” – isto é, no estado em que eles chegam a um repositório antes de serem reutilizados, reboxeados e descritos usando conceitos e linguagem de arquivamento (por exemplo, séries, sub-séries, etc.) – o pesquisador que mais tarde utiliza esses registros não possui esse privilégio e, portanto, está sempre visualizando o arquivo através do filtro de arquivos. Esse filtro adiciona mais uma barreira entre o pesquisador e o “real” ou “histórico” Eu, a quem o pesquisador pode estar desejando - ou esperando - ter acesso (DOUGLAS, 2009, p. 84).

No caso da biografia, a ideia de uma identidade congruente e constante se tornou um problema para as Ciências Sociais e História. Dessa maneira, teóricos indicam a impossibilidade de uma totalização do indivíduo e sua vida através da biografia, e apontam a necessidade de se reconhecer a vida em ritmos dispares e em contextos múltiplos. Sabendo dessa premissa, acredito que a maior contribuição para compreender a construção das identidades está no conceito identidade narrativa de Paul Ricoeur. A ideia principal de Ricoeur está na potência que a narrativa tem em articular um sentido para a vida. Nesse sentido, a identidade narrativa é um dos seus conceitos que propõe pensar um entrelaçamento entre história e ficção na experiência do tempo (RICOEUR, 1991). Em seu livro *O si mesmo como outro*, o autor avança na noção de *identidade narrativa* atrelada a dimensão temporal, em que

---

tornar evidentes os paradoxos do problema da identidade, isto é, a pressuposição de um sujeito constante e idêntico a si mesmo na disparidade dos eventos que compõem a sua existência”. (OLIVEIRA, 2017, p. 431)



estão articuladas dialeticamente as concepções de identidade como *mesmidade* e como *ipseidade*:

A mesmidade designará o ser idêntico a si e imutável enquanto a ipseidade designará a identidade pessoal e reflexiva constituída de uma alteridade intrínseca. A mesmidade designa os caracteres objetivos, identificáveis e estáveis de um sujeito, enquanto a ipseidade designa a unicidade irrepitível do sujeito (PIVA, 1999, p.208).

Ainda que as contribuições de Ricoeur precisem de uma profunda leitura e desdobramento para compreensão de seus conceitos, o intuito de apontá-lo como referência está na sua contribuição em indicar os problemas da construção de identidade coesas em detrimento de reconhecer a importância da temporalidade do sujeito que apresenta desvios e mutações no decorrer da vida.

## CONCLUSÃO

Concluo reforçando que meu objetivo nesse artigo foi exercitar o pensamento sobre a maneira com que as narrativas das escritoras Ana C. e Sylvia Plath são construídas (um processo de construção identitária/arquivística que pode, inclusive, ser extrapolado para outras escritoras). Diferentemente de escritores que, ainda em vida, atingem certo nível de reconhecimento literário e que previamente organizam seus documentos para um futuro depósito em instituições, no caso das poetisas aqui citadas, o processo foi mais tortuoso e condicionado à eventos externos. Embora possamos pensar que o material que ambas deixaram são parte das seleções sobre si que elas gostariam de representar, o movimento desse material para um público além da própria família não foi algo pensando pelas poetisas em vida, em especial durante o período que antecedeu o suicídio. Sendo assim, o que foi dito sobre as poetisas não representa suas ditas “reais” intenções. As censuras, rasuras e descartes de material feito pela família, a organização do arquivista e a leitura do público deste material diz mais sobre como as pessoas pretendem solidificar a identidade das poetisas do que quem elas “realmente foram” algum dia. Acredito que os pesquisadores/leitores dos textos das poetisas que pretendem descobrir “Quem foi Ana C.?” ou “Quem foi Sylvia Plath” não irão achar nada sobre suas personalidades, e talvez precisem se perguntar, de maneira mais frutífera, “Quem fala por elas, e por que?”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 183 – 191, 2006.

CESAR, Ana. **Correspondência incompleta**. Organizado por Armando Freitas Filho e Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Acroplano, 1999.

DOUGLAS, Jennifer Lynn; MACNEIL, Heather. Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. **Archivaria**, n. 67, p. 25 – 39, 2009.

DYNE, S. The problem of biography. In: GILL, J. (org.). **The Cambridge Companion to Sylvia Plath**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 03 – 20, 2006.

HELLE, Anita. Lessons from the Archive: Sylvia Plath and the Politics of Memory. **Feminist Studies**, v. 31, n. 3, p. 631 – 652, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **26 Poetas Hoje**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1998.

KIRK, Connie Ann. **Sylvia Plath: a Biography**. Westport: Greenwood, 2004.

LAHIRE, Bernard; WELLS, Gwendolyn. The Double Life of Writers. **New Literary History**, v. 41, n. 2, p. 443 – 465, 2010.

LEONE, Luciana María di. **Ana C.: as tramas da consagração**. Rio de Janeiro: Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Ana C.: um arquivo. XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS. São Paulo: 2008.

MALUFE, Annita Costa. **Territórios Dispersos: a Poética de Ana Cristina Cesar**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

MARKENDORF, Marcio. **A Invenção da Fama em Sylvia Plath**. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. **The Australian Library Journal**, v. 45, n. 3, p. 174 – 187, 1996.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem Medo da Ilusão Biográfica? Indivíduo, Tempo e Histórias de Vida”. **Topoi**, v. 18, n. 35, p. 429 – 446, 2017.

PIVA, Edgar Antonio. A questão do sujeito em Paul Ricoeur. **Síntese**, v. 26, n. 85, p. 205-237, 1999.

PLATH, Sylvia. **Letters Home**. Selected and edited with commentary by Aurelia Schober Plath. Nova Iorque: Harper Perennial, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Redoma de Vidro**. São Paulo: Globo, 1991.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.

ROLLYSON, Carl. **Ísis Americana: a Vida e a Arte de Sylvia Plath**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SANTOS, Vitor Cei. Poesia Marginal: Lírica e Sociedade em Tempos de Autoritarismo. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, n.16, p. 85 – 95, 2010.

SENNA, Ana Claudia Guimarães. **Tenho Gavetas-Surpresa: o Arquivo de Ana C.** 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2015.

STEVENSON, Anne. **Amarga Fama: uma Biografia de Sylvia Plath**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

#### **WEBSITES:**

ALMEIDA, Elizama. As palavras da menina Ana C. **Blog do IMS**. Disponível em: <https://blogdoims.com.br/as-palavras-da-menina-ana-c-por-elizama-almeida/>. Acessado em: 11 ago. 2019.

ANA CRISTINA CESAR. **Blog do IMS**. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/ana-cristina-cesar/>. Acessado em: 10 ago. 2019.



Apoio:



**UFPEL**



**CEHUS**

Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem | UFPEL



[casaletras.com/academico-livros](http://casaletras.com/academico-livros)



9 786599 136341 2

ISBN: 978-65-993634-1-2